

7 E. 4^a



Presented to the
LIBRARY *of the*
UNIVERSITY OF TORONTO
by

Dr. Antonio Gomes

Da Rocha Madahil

CATALOGO
D A S
RAINHAS
DE PORTUGAL.

CATALOGO

DE

RAZAS

INDIANAS

CATALOGO
CHRONOLOGICO,
Historico , Genealogico ,
e Critico ,
DAS
RAINHAS
DE PORTUGAL,
E SEUS FILHOS,

Ordenado

Por D. JOZE BARBOSA,
Clerigo Regular,

ACADEMICO REAL DA HISTORIA
Portugueza , e Chronista da Serenissima
Cafa de Bragança.



LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de JOSEPH ANTONIO DA SYLVA,
Impressor da Academia Real.

M. DCC. XXVII.
Com as licenças necessarias.

CONFIDENTIAL

MEMORANDUM FOR THE DIRECTOR

SUBJECT: [Illegible]

1. [Illegible]

2. [Illegible]

3. [Illegible]

4. [Illegible]

5. [Illegible]

6. [Illegible]

7. [Illegible]

8. [Illegible]

9. [Illegible]

10. [Illegible]

11. [Illegible]

12. [Illegible]

13. [Illegible]

14. [Illegible]

15. [Illegible]

16. [Illegible]

17. [Illegible]

18. [Illegible]

19. [Illegible]

20. [Illegible]

SENHORA.



FFERECO A V.

*Magestade este Catalogo das
Augustas Predecessoras de V.
Magestade no Throno de Por-
tugal. Os Astros Principes do
Firmamento, ainda que seme-
lhantes no Imperio, não forão
dotados de grandeza igual. Não
se póde accusar como defeito, o
que he ordenado pela disposiçãõ
Divina. Foy justiça esta diffe-
rença, para se venerar deste mo-*

do a Soberania na Pessoa Augustissima de V. Magestade. Todas as Rainhas desta Monarchia foraõ do mais alto sangue de Europa; mas V. Magestade lhes faz aquelle excesso, que faz a todas as Casas Grandes do Mundo a Cesarea Ascendencia da sua Augustissima Casa. Para que os seus Vassallos tenhamos por muitos annos esta felicidade, Deos, em cuja maõ omnipotente está a conservaçaõ da vida, a dé a V. Magestade tão dilatada, como desejamos, e havemos mister.

*D. Joze Barbosa.
Clerigo Regular.*

LICEN.

LICENCAS.

DA ACADEMIA REAL.

CENSURA DO EXCELL.^{MO}

*Senhor Marquez de Valença, Acade-
mico da Academia Real.*

EXCELLENTISSIMOS SENHORES.

LI, e examiney por ordem de Vossas Excellencias o li-
vro, que compoz o Reverendissimo Padre D. Joseph
Barbosa, Clerigo Regular; e confesso, que achey tão gran-
des ventagens a todas as obras deste assumpto, na elegan-
cia do estylo, na variedade das noticias, no artificio da
eloquencia, na subtiliza, e força dos argumentos, em
fim em todas as partes de que se inteira o glorioso, e diffi-
cil acerto da refutação, que estive resoluta a propor que
se não estampasse, ou lembrandome da carta, que escre-
veo Alexandre Magno a Aristoteles, em que lhe estranha-
va haver publicado os seus livros de Filosofia, pois daquel-
le modo vulgarizara a singularidade das suas doutrinas, ou
attendendo à universal estimação, que sempre merecerão
com os Sabios os manuscritos dos Authores insignes, di-
latando mais a sua illustre memoria a avareza, com que se
guardaão no veneravel segredo das Bibliothecas, que a mes-
ma liberalidade, por meyo da qual apparecem no theatro do
Mundo ordenados, e enriquecidos nas mais soberbas edi-
çoens. Porém como alguns successos da Historia Portu-
gueza, por referidos com menos exame da verdade, que
muito se equivoca com o desprezo della, necessitaão de hu-
ma vigorosa, e publica defença, julguey, que devia ar-
rependerme desta idéa, e ántepor o credito da Patria à
mayoria do agradecimento. Agora conhecerão as Nações,
que nos engrandecem o engenho, para nos defraudar no
merecimento da industria, que quando a emulação nos
provo-

provoca, e o amor da honra nos inreiteira, fomos tão diligentes, e activos em descobrir os sepulchros da antiguidade, como já fomos animosos, para ver os berços onde nasce o dia. Este douto, e discreto Athleta não exceptuou nenhum Contendor, que se oppuzesse à gloria do nosso nome com as armas da inveja, e maledicencia, nem lhe deminue o seu esforço entrar na batalha melhor armado, pois tambem era impenetravel o arnez de que usou Patroclo, e ficou vencido na campanha, que não consiste tanto a vitoria no peito, que defende dos golpes, como no peito, que dá o impulso para as feridas. E assim me parece, que este livro não só he digno de sahir à luz a experimentar a accitação dos eruditos, que não conseguio de Socrates a Apologia, com que Lizias patrocinou a innocencia deste Filosofo; mas que extincta à impressão pela curiosidade dos leitores, que certamente a excitará em huns o zelo da Patria, em outros a difficuldade da empreza, e em todos a fama celebrada do Escriitor, Vossas Excellencias o mandem reimprimir. Deos guarde a Vossas Excellencias muitos annos. Lisboa Occidental 10. de Fevereiro de 1724.

Marquez de Valença.

CENSU.

CENSURA DE JOSEPH DA Cunha Brochado, Academico da Acade- mia Real.

EXCELLENTISSIMOS SENHORES.

POr ordem de Vossas Excellencias examiney o Catalogo Historico, Genealogico, e Critico das Rainhas de Portugal, e dos Infantes seus filhos, composto pelo muito Reverendo Padre D. Joseph Barbosa, Clerigo Regular da Divina Providencia, e nosso doutissimo, e dignissimo Academico. Este livro está escrito com muita erudição da nossa Historia, com exacta fidelidade, e com estylo digno da materia. A sua primeira lição nos ensina quaes forão as Rainhas de Portugal, porém mais adiante passa o nosso conhecimento instruido desta lição: sabemos quaes forão aquellas Rainhas, e pelo que forão, sabemos quaes devião ser. Este he o primeiro estudo da politica interior da Corte, esta eleição de huma Real Consorte, não só respeitavel pela qualidade do nascimento, mas eminente pelo exercicio da virtude, he a primeira vista do Ministro, a quem o Principe honrou, fiandolhe a eleição, ou pedindolhe o voto. Todos sabem, que o primeiro cuidado dos Principes, he procurar a propagação, e conservação de suas familias, dando Successores a seus Estados, que imitem gloriosamente as heroicas acçoens, e as religiosas virtudes de seus altos Progenitores. Tambem sabem, sem revolver a antiguidade, que ha, e houve sempre humas familias mais conspicuas que outras, fecundas em grandes Principes por huma derivação successiva de grandes homens, já celebres pela piedade, já recomendaveis pelo valor, que parece, que por huma attenção da Providencia, não degeneraõ seus Successores, nem da primeira virtude, nem da primeira estimação. Este he pois o grande fruto, e o mayor interesse, que por inducção pôde tirar deste Catalogo o leitor Politico, a que insensivelmente o leva a sua lição, por onde

onde o julgo muito digno, de que pelo meyo da impressão se communique ao publico, louvando, e agradecendo a seu Author o bem que escreve, e o muito que inculca. Deos guarde a Vossas Excellencias muitos annos. Lisboa Oriental 2. de Março de 1724.

Joseph da Cunha Brôchado.

O Di-

O Director , e Censores da Academia Real da Historia Portugueza, mandaõ imprimir este livro, por ser parte da mesma Historia , vistas as approvaçoens dos dous Academicos , a que se commetteo o seu exame. Lisboa Occidental 9. de Março de 1724.

O Marquez de Alegrete.

O Conde da Ericeira.

O Marquez de Fronteira.

D. Manoel Caetano de Sousa.

O Marquez de Abrantes.

O Marquez Manoel Telles da Sylva.

DO

DO SANTO OFFICIO.

*CENSURA DO M. R. P. M. Fr.
Manoel Guilherme , Qualificador do
Santo Officio.*

EMINENTISSIMO SENHOR.

VI o Catalogo das Rainhas de Portugal ; composto pelo Padre Dom Joseph Barbosa , e me parece não ter cousa que dificulte a licença para se imprimir. Vossa Eminencia mandará o que for servido. S. Domingos de Lisboa Occidental 1. de Setembro de 1724.

Fr. Manoel Guilherme.

Vista a informação , pode-se se imprimir o Catalogo das Rainhas de Portugal de que se trata ; e depois de impresso tornará para se conferir , e dar licença para correr , sem a qual não correrá. Lisboa Occidental 1. de Setembro de 1724.

Fr. R. Alencastro. Cunha. Sylva. Cabedo.

DO

DO ORDINARIO.

CENSURA DO REVER.^{MO} P. Fr.

Agostinho de S. Boaventura, Mestre Jubilado na Sagrada Theologia, e Geral da Ordem de S. Paulo primeiro Eremita.

ILLUSTRISSIMO SENHOR.

E Ste decreto de Vossa Illustrissima parece preceito, mashe premio ; porque toda aquella expectação, com que entrey a ler o Catalogo Chronologico , Historico, Genealogico , e Critico das Rainhas de Portugal , e seus filhos , ordenado pelo Reverendissimo Padre D. Joseph Barbosa , Clerigo Regular da esclarecida , e fecundissima Familia da Divina Providencia , Academico Real da Historia Portugueza , e Chronista da Serenissima Casa de Barchança, fica remunerada com o gosto de o ter lido ; e sendo este tão grande que iguala ao affecto , com que reverencyo ao seu Author , certamente faria suspeitosa a inteireza da minha Censura , se ao seu conhecido nome , e à sua elevada capacidade não fosse tão devida a geral approvação de todos , que deixa ociosa não só a inclinação , mas até o exame do Censor. Huns aos outros se embaraçam na minha penna os elogios , por não caberem nella todos os que merecem o estudo , a diligencia , o trabalho , a exactação , e sobre tudo o engenho , com que o Author na organização de hum pequeno Catalogo, soube animar o corpo de hum tão grande livro ; e nelle os cadaveres de tantas verdades, que jaziaõ amortecidas , e sepultadas , ou no esquecimento , ou na paixão de muitos Historiadores antigos ; nos quaes introduz nova alma , e nova vida com a natural viveza do seu discurso , e do seu estylo puro , eloquente , claro , sublime, discreto, e tão nervoso, que não só vence o descuido de alguns nossos nimiamente credulos a tradiçoens mal examinadas , mas tambem convence a malicia dos estranhos , que na tinta purissima, (qual de-

ve

ve ser a da Historia) misturaraõ as cores da satyra, para encherem de indecentes nodoas a Purpura de algumas Sereñissimas Rainhas nossas. Porém o Author em tudo Academico, usando da faculdade para defender o provavel, que aos do seu tempo concedia Cicero, as deixa não só defendidas, mas vingadas de todas aquellas feissimas imposturas; o que faz com tanta, e tão nativa graça, que accrescentando ferosura, e efficacia às suas bem fundadas Crisiss, descobre com ellas as luzes da verdade, e tão claramente, que não deixa sombras, em que se possa esconder a mordacidade dos aspides: mostrando assim, que para estes não basta na lingua dos Escretores a doçura do mel, com que saibaõ approvar o que he bom; mas he precisa a acrimonia do sal, com que saibaõ reprovar o que he mau. Na do Author se acha huma, e outra cousa, com que desempenha as obrigaçoens do seu Real argumento, vencendo aquella difficuldade, que Plinio reputava grande, qual he a de dar novidade ao antigo, authoridade ao moderno, esplendor ao manchado, luz ao escuro, graça ao insipido, certeza ao duvidoso, e naturalidade a tudo: *Res ardua vetustis novitatem dare, novis authoritatem, obsoletis nitorem, obscuris lucem, fastiditis gratiam, dubiis fidem, omnibus verò naturam.* Todos estes apices de perfeição, que sem offensa da nossa Santa Fé, da doutrina da Igreja, ou dos costumes Catholicos, se achaõ nesta obra, a fazem dignissima do prelo, para que reproduzindo se a innocencia das Magestades ultrajadas, em tantos espelhos, quantos forem os Catalogos, veja o Author a novidade raramente conseguida, de se unirem os applausos aos acertos. Lisboa Occidental Convento do Santissimo Sacramento da Ordem de S. Paulo 20. de Julho de 1725.

Fr. Agostinho de S. Boaventura.

PODESE imprimir o livro de que esta petição trata, e depois de impresso torne para se conferir, e dar licença que corra, sem a qual não correrá. Lisboa Occidental 23. de Julho de 1725.

D. J. Arcebispo de Lacedemonia.

A QUEM

A QUEM LER.

SAhe à luz o Catalogo das Sereníssimas Rainhas de Portugal, em cuja composição appliquey todo o cuidado, para que fosse ordenado pelos documentos mais certos. O muito estudo, que foy preciso para se compor, e as muitas diligencias, que se fizeraõ em alguns Conventos, que são depósitos de muitas cinzas Reaes, deraõ occasião a que se retardasse mais do que desejava. Tardou, porque depois do estudo, era necessario fazer juizo do que havia estudado, para se lhe dar huma fórma, que nem os argumentos o fizessem cansado, e impertinente, nem a falta delles o deixasse desfarmado de razão, e de efficacia para convencer; e argumentar sem o perigo da impertinencia, e sem a molestia de repetições em materias semelhantes, e parecidas, he tão difficuloso, como o diz a experiencia. Esta he a causa de não ter satisfeito ha muito tempo a tua curiosi-

riosidade, e a tuã expectação; e se differes, que foy inutil o meu trabalho, porque não conseguí o que pretendia, estimarey que me digas qual he o livro, que satisfez inteiramente a portentosa differença de juizos, que ha no Mundo?

Dos Senhores Reys de Portugal alguns Catalogos se imprimirão. O primeiro de que tenho noticia, he o do Padre Diogo Pires Cinza, impresso em Lisboa por Giraldo da Vinha no anno de 1622. em huma folha de papel em tres columnas, com o titulo de *Prosapia dos Reys de Portugal*, mas tão breve, que escacamente passa dos nomes de seus filhos. Este Catalogo me deo o Reverendissimo Padre Fr: Affonso da Madre de Deos Guerreiro, Academico Real, a cujo industrioso, e incansavel trabalho deve ella hum thesouro de moedas antigas, e hum grande numero de livros manuscritos. Sem lugar de Impressão, e sem nome de Author se imprimio hum Catalogo dos Reys de Portugal, o qual depois se reimprimio em Evora no anno de

de 1661. em nome do Padre Francisco Aranha, da Companhia de Jesus, e outra vez na mesma Cidade no anno de 1701. mas taõ succinto, que não contem mais que os nomes dos Reys, o anno, e o dia em que naceraõ, o em que entraraõ a reynar, o em que faleceraõ, e o lugar da morte, e o da sepultura. Monsieur du Val em hum livro de doze, que imprimio em Pariz no anno de 1660. com o titulo de *la Description, & l'Alphabet d'Espagne, & de Portugal*, a pag. 105. traz hum Catalogo dos nossos Reys, em que se acha humma brevissima summa das suas acçoens. No fim da *Vida del Rey D. Sebastiaõ*, escripta em Castelhano por D. Joaõ de Baena Parada, e impressa em Madrid no anno de 1692. em quarto, se acha hum Catalogo dos Reys de Portugal, composto por D. Joze Martines de la Puente, como se diz no Prologo do mesmo livro. No anno de 1716. imprimio na Haya na lingua Franceza o Padre D. Luiz Caetano de Lima, Clerigo Regular, Academico Real da Historia Portugueza, e Secre-

cretario de Linguas de Sua Magestade, que Deos guarde, bem conhecido, e estimado pela sua grande erudição já sagrada, já profana, hum Catalogo dos Reys de Portugal, em que escreveo os casamentos, e filhos dos nossos Reys, e os mais gloriosos successos da Monarchia Portugueza.

Todos estes Catalogos dos nossos Reys se estamparaõ, mas das Rainhas não tenho noticia mais que de hum Catalogo, que vi no fim de hum livro Francez de pequeno volume, e não moderno, que pelo ter visto ha muitos annos, e com aquella brevidade, que he natural aonde ha muitos compradores, como havia naquella occasião, não me lembra qual era a principal materia de que tratava; mas segundo a confusa memoria, que ainda conservo, pareceme, que havia pouco mais, que os nomes das Princezas, que sobiraõ ao Throno Portuguez.

Este Catalogo, ordenado agora com mayor exacção, he o que offereço à severidade da tua censura. Não o comecey
com

com animo de averiguar as queſtoens,
que nelle verás, mas reparando depois
em hum vicio, de que por todo o Mun-
do ha grande numero de reos, tomey a
reſolução de me fazer advogado da in-
nocencia, injustamente culpada. A obſer-
vação, que tenho feito, me enſinou a re-
parar, que muitos ſe declaraõ perſegui-
dores dos mortos, porque contra as peſ-
ſoas, que fez mayores ou a fortuna, ou
o merecimento, ſe conjura de tal ſorte a
natural propenſão deſtes genios, que ap-
plicaõ toda a ſubtileza em deſcobrir ra-
zoens, com que fação justificada ou a
morte, ou a deſgraça ſuccedida. Para eſ-
te fim ſe valem de ſoſpeitas, de indicios,
de conjecturas, de proporçoens, de ſe-
melhanças, e de todo o genero de argu-
mentos, com que poſſão accuſar os de-
funtos, e fazer quaſi neceſſaria a deſgra-
ça, que deo occaſião a eſtes diſcurſos. E
quando não podem mostrar a mordaci-
dade deſtas eſcuſadas invectivas, lhes en-
ſina a malicia outro caminho não menos
injuſto, qual he o de não fallarem nas ſuas

acçoens, que sem duvida foraõ grandes, e dignas de admiração, porque as envolvem em hum silencio, que mais he injuria dos vivos, que infortunio dos mortos.

Naõ querendo ser complice desta sem-razaõ, defendo neste Catalogo o credito, e a fama de muitas Princezas, que distinguindoas de todos a grandeza dos seus nascimentos, as atropellou de sorte a injustiça, que sem respeito à Magestade, he tratada a opiniaõ de algumas com tanta indecencia, como se fossem as ultimas fezes da Republica. Este he o fim das questoes, que se ventilaõ neste Catalogo, em que defender a verdade, e a honra injustamente tyrannizadas, parece que he obrigação de Academico Real, pois como disse Cicero *lib. 3. de Officiis*, a nossa Academia nos dá permissaõ, e faculdade para que defendamos, e sustentemos com as nossas razoes, o que acharmos summamente provavel: *Nobis autem nostra Academia magnam licentiam dat, ut quodcumque maximè probabile occurrat, id nostro jure liceat defendere.*

Os

Os principaes fundamentos, como veraõ os que tem noticia destas materias, são tirados do Padre Doutor Fr. Antonio Brandaõ, Monge de Cister na Congregação de Alcobaça, no terceiro, e quarto tomo da Monarchia Lusitana, obra, em que este insigne Antiquario mostrou a Portugal, pelo exame dos Archivos mais famosos de todo o Reyno, a pouca exacção, com que escreverão os nossos Authores; e he certo, que o seu estudo deo nova alma à Historia Portugueza, que até o seu tempo não era mais, que hum aggregado de fabulosas tradiçoens. Não duvido, que algum descuido se possa achar naquelles dous volumes, mas não he razão, que seja tão austeramente censurada dos Criticos; porque devem de reparar, que o Mestre Brandaõ não era Anjo, era homem, e que attento a emendar tantos erros, e a convencer tantas ficçoens, não he muito, que cahisse em alguma confusão, que depois notaraõ aquelles, que receberão d'elle a primeira, e melhor luz. A verdade he, que se a Pa-

tria se foubesse mostrar grata com aquelles filhos , que se occuparaõ em fazerem publicas as suas glorias, ainda hoje em illustres estatuas viviria o Mestre Brandaõ, e nellas como em volumes de mayor duraçaõ se eternizaria o agradecimento Portuguez , porque ninguem mais do que elle se fez benemerito desta generosa distincçaõ ; e se a mereciaõ os que dilataraõ o Reyno com a espada , não a merecia elle menos , que o illustrou com a penna. Em humas partes corroborey os seus fundamentos com algumas Escrituras , que se descobriraõ depois da sua morte , que os fazem mais solidos ; e em outras busquey differente modo de impugnar, ou defender , porque me não pareceo tão segura a estrada , que elle seguiu, como se vê na legitimidade da Rainha D. Theresa , a qual he certo , que se não póde justificar com a serie dos casamentos del Rey D. Affonso VI. de Leão seu pay , como sempre se intentou ; porque como no Breve de Gregorio VII. se não declara o nome da Rainha, de que
o man-

o mandava separar por parenta da outra mulher já defunta , não se póde estabelecer esta verdade naquelle fundamento, porque lhe não acho, nem tem a segurança que desejo.

Tudo o que digo até o fim do seculo decimosexto, he fundado nos Authores, que assim o escreverão , e sigo a sua opinião , ou porque he constante entre todos , ou porque não achei razão , que a convencesse. Por esta causa se me faz preciso advertirte , Leitor , que leas com grande cautela o *Anno Historico* , *Diario Portuguez*, que escreveo o Padre Francisco de Santa Maria , Conego Secular da Congregação de S. João Euangelista, porque escrevendo as Memorias mais celebres do nosso Reyno , o fez com muitos descuidos. E não fallando agora no que deixou de escrever pertencente aos quatro mezes, que correm impressos, de que se podera fazer hum grande Catalogo, só apontarey os dias, em que ha erro conhecido no que escreveo. Morreo El Rey D. Sancho I. em 27. de Março, e diz este

Author

Author que a 26. Faleceo o Infante D. Fernando, filho dos Reys D. Sancho I. e D. Dulce a 26. de Julho, e diz o Author que a 4. de Março, affirmando além disto, que fora filho segundo dos ditos Principes, sendo na realidade o terceiro. A 28. de Fevereiro de 1269. diz, que naceo a Infanta D. Branca, filha dos Reys D. Affonso III. e D. Brites, e não foy naquelle anno, senão no de 1259. No dia dous de Fevereiro traz o falecimento da Rainha D. Catharina, viuva del Rey D. João o III. e o dia da sua morte foy a doze do mesmo mez, em que cahio quarta feira de Cinza do anno de 1578. Dentro em nove dias, que vão de vinte e nove de Janeiro a seis de Fevereiro do mesmo anno de 1452. faz a Rainha D. Isabel, mulher del Rey D. Affonso V. mãy de dous filhos, o primogenito D. João, que faleceo, e a Princeza a Beata Joanna. Em tres de Fevereiro, fallando dos desposorios do Infante D. Fernando, Marquez de Tortosa, com a Infanta D. Maria, diz que era filha dos Reys D. Affonso

fo IV. e D. Brites ; era neta , porque foy filha do Infante D. Pedro , depois o primeiro deste nome entre os Reys de Portugal , e de sua primeira mulher a Infanta D. Constança. Da mesma sorte escreveo aos 13. de Janeiro , que na Cidade de Tuy se celebrou o casamento da Rainha D. Mafalda , filha dos Reys D. Afonso Henriques , e D. Mafalda , o que não succedeo do modo , que diz o Author, senão da maneira, que diremos em seu lugar. He razão fazer por agora estas advertencias , porque sey , que não falta quem dé mais credito a hum livro grande , do que a hum livro pequeno, estimando menos o pezo do que o volume, e não he justo , que duvides da fé do Catalogo à vista do Diario. Este não se serve mais , que da sua authoridade, que não he a que basta em materias , que exceedem o conhecimento de nossos avós, e tudo o que aquelle diz , he fundado nos Authores , que vão allegados , cujo credito he o fiador do que digo.

Tendo a mayor Collecção da Historia
Portu-

Portugueza impressa , que conheço (seja dito sem vaidade , e lido sem escandalo) ainda me forão necessarios mais livros, porque para tão diversas materias não bastavaõ os que tinha. Fezme a mercé de mos prestar o Conde da Ericeira D. Francisco Xavier de Menezes , que costuma fazer a todos este beneficio com tão continuada generosidade , que fó para este fim parece , que tem aquella immensa copia de livros , que exceedem já de quatro casas ; porque para si os tem portentosamente depositados no fecundissimo thesouro da sua memoria. Confesso na minha gratidaõ a divida ao seu favor. A mayor parte dos Authores, que verás aqui allegados , examiney nas fontes , copiando as suas authoridades, ainda com os mesmos erros da Orthografia , porque me não fiey das allegaçoes, por saber pela experiencia , que algumas vezes são falsas , outras diminutas, e feamente truncadas. Finalmente de tudo o que digo , dou documento, e em apparecendo Escriitura , ou em se me dando razão,

zaõ, que me convença, não tenho duvida a seguir o contrario, do que aqui lerás, porque nada escrevo por teima, nem defendo por paixão. Para desculpa dos erros deste Catalogo, respondo com o Distico seguinte, que em ser mau, ninguém duvidará que he meu.

*Quæ legis hîc, mea sunt; penitus transcripta
recuso:*

Qualia sunt ergo? pessima, nam mea sunt.

ARMAS.

1. The first part of the document
describes the general situation
of the country and the
state of the economy.
It also mentions the
state of the army and
the navy.

2. The second part of the document
describes the state of the
economy and the state of
the army and the navy.

3. The third part of the document
describes the state of the
economy and the state of
the army and the navy.

4. The fourth part of the document
describes the state of the
economy and the state of
the army and the navy.

5. The fifth part of the document
describes the state of the
economy and the state of
the army and the navy.

CATALOGO
CHRONOLOGICO,
HISTORICO, GENEALOGICO,
e Critico,
DAS RAINHAS
DE PORTUGAL,
e seus filhos.



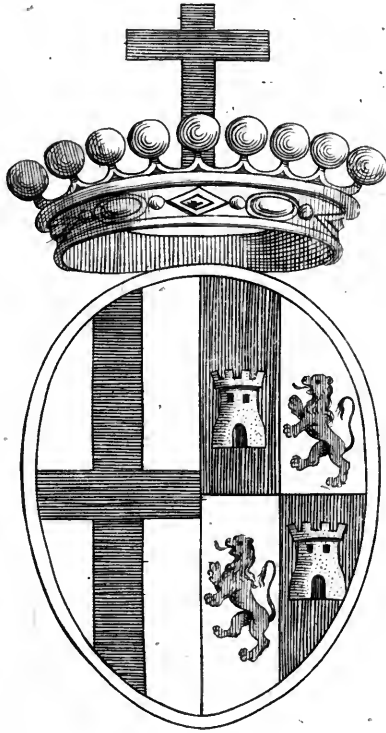
CATALOGO das Senhoras Rainhas de Portugal he o que determino escrever. Materia he esta não tratada até agora, como merece a sua grandeza, e como pedem as illustres acçoens, com que eternizaraõ os seus nomes. Este aggravo das Magestades Portuguezas he effeito do tempo, que com a insensível continuacão do seu curso tudo sepulta, e tudo deixaria em hum ingratisimo esquecimento, se contra a sua voracidade se não conjurassem felizmente as pennas nas vivas memorias dos escritos. Aqui se veraõ vinte e huma Rainhas, e duas Infantas, que animandolhes as veas o melhor, e mais Soberano sangue de Europa, vicraõ fazer mayor o esplendor das suas Casas com a grandeza dos Principes, com quem se desposarõ. Verschaõ no Throno Portuguez dez Senhoras Castelhanas, huma Sabyarda, tres Aragonezas, huma Ingleza, huma Flamenega, outra Franceza, tres Portuguezas, e duas Alemãas. Verscha, que hum Reyno menor, que qualquer outro de Europa, deo à Coroa de Leaõ duas Rainhas, a Infanta D. Urraca, e a Beata Thereza, huma mulher de D. Fernando II. de Leaõ, e outra de Affonso IX. Rey daquella Monarchia. A^o de Castella a Infanta D. Mafalda, mulher de Henrique I. a Infanta D. Maria, mulher de Affonso XI. e a Infanta D. Joanna,

Joanna, mulher de Henrique o IV. A^a de Aragoão a Infanta D. Leonor, mulher de D. Pedro IV. e a Infanta D. Maria, mulher do Infante de Aragoão D. Fernando, Marquez de Tortosa; e depois de unidos todos estes Reynos em hum só Monarcha deo a toda Hespanha a Infanta D. Maria, mulher do Principe D. Philippe, primogenito, e herdeiro de Carlos V. na grande Monarchia Hespanhola, e ultimamente ao Infante D. Pedro para Conde de Urgel, e Senhor de Malhorca. Sahiraõ as Infantas de Portugal do Continente de Hespanha, e sobio ao Throno Imperial Germanico a Infanta D. Leonor, mulher de Federico, e a Infanta D. Isabel, mulher de Carlos V. ambos excellentes, e felicissimos Emperadores. Para Rainhas de Dinamarca a Infanta D. Berenguella, e a Infanta D. Leonor, mulheres huma, e outra de dous Valdemaros. Para Inglaterra a Infanta D. Catharina, mulher de Carlos II. Para o Condado de Flandres a Infanta D. Theresa (que depois de viuva foy Duquesa de Borgonha) o Infante D. Fernando, esposo de Joanna Condessa proprietaria do Condado de Flandres, e a Infanta D. Isabel, mulher de Philippe Conde daquelles opulentissimos Estados, que estimou de sorte a felicidade de tal casamento, que para eterna memoria daquelle grande dia, instituhio na Ordem do Tusaõ a Princeza de todas as Ordens. A Infanta D. Brites, mulher de Carlos III. Duque de Saboya, e o Infante D. Affonso, que casou com Matilde Senhora do Condado de Bolonha em França. E porque a estas Senhoras lhes não faltasse nos seus descendentes a mayor de todas as felicidades, além de huma Rainha Isabel, collocada no luminoso Catalogo dos Santos pela Santedade de Urbano VIII. versehaõ tres Infantas, Theresa, Sancha, e Joanna, veneradas já com o titulo de Beatas; e o Infante D. Fernando, que morrendo cativo em poder de barbaros, o grande numero de milagres, de que foy instrumento admiravel a sua invocação, declarou que fora preciosa a sua morte na vista do Senhor. Finalmente de todas estas Augustissimas Senhoras duraõ ainda hoje neste Reyno muitas fabricas sagradas, e muitos edificios Religiosos, em que vivirá para sempre a sua piedade para com Deos, e o seu amor para com os Vassallos.

ARMAS.

A Rainha D. Theresa. I

A R M A S.



CASTELHANA.

A

Pays,

A Rainha D. Theresa. 3

A.
A Rainha D. Theresa
Senhora de Portugal,
mulher do Conde Dom Henrique.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
D. Affonso VI. Rey de Leaõ, e Castella.	D. Fernando I. Rey de Castella.	D. Sancho o Mayor Rey de Navarra.
		A Rainha D. Munia.
	D. Sancha Rainha de Leaõ.	D. Affonso V. Rey de Leaõ.
		A Rainha D. Elvira.
A Rainha D. Ximena Nunes de Gusmaõ.	O Conde D. Nuno Rodrigues de Gusmaõ.	O Conde D. Rodrigo Nunes de Gusmaõ.
	A Condeça D. Ximena Ordoñhes.	O Infante D. Ordoñho.
		A Infante D. Frumilda Pelacs.

4 *A Rainha D. Theresia.*

Casamento.

Com o Conde D. Henrique.

Anno, em que casou.

1093. B.

Como se lhe deo em dote Portugal. C.

Filhos, que teve.

A Infanta D. Sancha Henriques casou com o Conde D. Fernão Mendes. (1)

A Infanta D. Urraca Henriques casou com o Conde D. Bermudo Peres de Trava. (2)

A Infanta D. Theresia Henriques casou com D. Sancho Nunes de Barbosa. (3)

O Infante D. Affonso Henriques nasceu em Guimaraens a 25. de Julho (4) do anno de 1109. D. Começou a governar em 24. de Junho de 1128. (5) Foy acclamado
Rey

A Rainha D. Theresa. 5

Rey em 25. de Julho de 1139. (6) Casou com a Rainha D. Mafalda, filha de Amadeo III. Conde de Saboya, no anno de 1146. (7) Faleceu na Cidade de Coimbra a 6. de Dezembro de 1185. (8) Jaz em Santa Cruz de Coimbra. (9)

A Rainha D. Theresa não casou segunda vez. E.

Dia, e anno da morte.

O primeiro de Novembro de 1130. (10)

Lugar da sepultura.

Na Capella môr da Sé de Braga. (11)

Acções illustres.

Fundou a Igreja de S. Pedro de Rates. (12)

6 *A Rainha D. Theresa.*

Authores destas memorias.

1. 2. 3.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 8. cap. 27. Salazar Casa
de Lara tom. 1. lib. 5. cap. 1. pag. 298.

4.
O P. Francisco Aranha no Catalogo dos Reys de Portu-
gal.

5.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 9. cap. 15.

6.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 10. cap. 2.

7.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 10. cap. 19.

8. 9.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 11. cap. 38.

10. 11.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 9. cap. 20.

12.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 10. cap. 38.

A.

Mostrase como a Rainha D. Theresa foy filha legitima del Rey D. Affonso VI. de Leão, e como era a herdeira dos seus Estados.

I



ENTRE os pontos difficultosos da Historia Portugueza he de grande importancia, e de mayor consequencia a legitimidade da Rainha D. Theresa, mulher do Conde D. Henrique. Muito tem dito nella materia muitos, e grandes homens; e não parece possivel, que haja mais que dizer: comtudo como o tempo tem descuberto alguns documentos, que confirmão a opiniaõ dos que fazem a nossa Rainha filha legitima del Rey D. Affonso VI. de Leão, nelles fundaremos o discurso desta verdade, que será provada com argumentos mais concludentes, do que aquelles, de que se valeraõ até agora os nossos Historiadores.

2 Deixando pois a escusada, e impertinente repetiçaõ dos casamentos del Rey D. Affonso, que huns dizem que foraõ seis, alguns sete, e João Salgado de Araujo oito no *Marte Portuguez*, *Certam. 1. Art. 3.* de que se não pôde tirar conclusãõ moralmente certa; não faltaõ Authores, que affirmão o casamento deste Principe com Dona Ximena Munhoz, Munhon, ou Nunes de Gusmaõ, que com toda esta differença de appellidos a achamos nomeada.

3 No anno de 1593. imprimio André de Résende o seu Tratado de *Antiquitatibus Lusitaniæ*, em que emendou com o silencio das pedras os erros dos homens. Nesta obra mayor infinitamente pelo pezo, que pelo volume deo a conhecer Portugal aos mesmos Portuguezes, que sepul-

8 *A Rainha D. Thereza.*

tados em hum hereditario descuido ignoravaõ quem haviaõ sido os Senhores da terra, que pizavaõ. Fallando pois este diligentissimo Author no *liv. 4. das suas Antiguidades* do Campo de Ourique, e com esta occasiaõ da Rainha D. Thereza, diz que o Arcebispo D. Rodrigo, escriptor pouco distante daquella idade, e mal affecto à gloria de Portugal, com outros, que depois o seguirãõ, affirmara na sua *Historia de Hespanha*, que Ximena Munhoz, mãy da nossa Rainha, fora concubina delRey D. Affonso VI. mas que esta impostura se convencia com a authoridade de huma Chronica, que elle tinha em seu poder, composta na linguagem antiga Castelhana, escrita setenta annos antes do Arcebispo D. Rodrigo, na qual se dizia, que Ximena não fora concubina, senão Rainha de Leão, como mulher, que havia sido delRey D. Affonso, e que sobre este ponto escrevera largamente a João de Barros, e poderá ser que se este discurso apparecesse hoje, se descobrissem nelle taes fundamentos, que deixassem irrefragavel esta materia. As palavras de Réfende saõ as seguintes: *Et quidem Elviram, & Therasiam Rodericus Toletanus parum Lusitanis equus, quique illi adhæserunt, ex concubina Simena Munione natas aiunt. Verum apud me Chronicon Hispanicâ vetustâ linguâ habeo factum, totos septuaginta annos ante Rodericum, in quo eadem Simena minimè concubina, sed justa uxor, & Regina disertè perhibetur.*

4 O texto, de que tirou Réfende a substancia desta verdade nos deixou transcripto no 3. tom. da *Mon. Lusit. liv. 8. cap. 12.* o Doutor Frey Antonio Brandaõ, verdadeiro Hercules das difficuldades da Historia Portugueza, e diz assim: *Quando fuè muerto ElRey Don Sancho en C, amora tornóse para la tierra ElRey Don Alfonso su hermano, que era en Toledo, y fuè Rey de Castilla, y conquirió a Toledo de Moros, y tomó muger Mora, que se dizia la Zaida, sobrina de Aben Aben Alfaga, y uxo en ella un fijo, el que dixeron Don Sancho, y por sobrenombre dixeron lo Sancho Alfonso, y despues lo mataron Moros en la batalla de Uclès. Y despues uxo este Rey otra muger, que uxo nombre Ximena Munoz,*

A Rainha D. Theresa. 9

Munoz, y uvo en ella dos fijas la Infanta Doña Elvira, y la Infanta Doña Tareja. Casò la Infanta Doña Tareja con el Conde Don Enrique, y uvieron fijo al Rey Don Alfonso de Portugal. Consta com evidencia destas palavras, que D. Ximena Munhoz foy mulher legitima del Rey D. Affonso VI. de Leaõ, e que suas filhas D. Elvira, e D. Theresa foraõ legitimas, como nascidas de verdadeiro matrimonio. A authoridade desta Chronica, de que se valeo o doutissimo Résende, he taõ grande, como merece a sua antiguidade, pois dizendo elle, que fora escrita setenta annos antes do Arcebispo D. Rodrigo, o que prudentemente se deve de entender antes da sua morte, e sendo esta no anno de 1245. como diz D. Nicolao Antonio no 2.^a tom. da Bibliotheca antiga de Hespanha liv. 8. cap. 2. num. 23. bem se segue, que foy escrita aquella Chronica pelos annos de 1175. tempo, em que ainda reinava El Rey D. Affonso Enriques, porque faleceo no anno de 1185.

5 Para confirmação desta impugnada verdade nos descobrio o tempo igual fundamento, na Chronica antiga do Mosteiro de S. Pedro de Cardenha de Burgos. Devemos esta memoria à douda curiosidade do grande antiquario Fr. Francisco de Berganza, Religioso de S. Bento, que no anno de 1721. imprimio, e publicou hum preciosissimo thesouro de antiguidades, que no Cartorio daquelle illustre Convento estiveraõ sepultadas pelo espaço de muitos seculos. Entre ellas se achaõ no dito Chronicon a pag. 585. col. 1. as seguintes palavras: *E este Rey Don Alfonso tomò muger Mora, que decien la Caida, sobrina de Abenafania, e ovo della al Infant Don Sancho Alfons: despues lo mataron Moros en la batalla de Uclès. Despues ovo este Rey otra muger, que dixeron Ximena Nunes, e ovo della dos fijas, la Infant Doña Elvira, e la Infant Doña Teresa. Doña Teresa casò con el Conde Don Enrique, e ovieron fijo al Rey Don Alfonso de Portugal.*

6 Desta authoridade se argumenta ser certo o casamento del Rey D. Affonso VI. de Leaõ, com a Rainha D. Ximena, e que as duvidas, que depois se oppuzeraõ contra

10 *A Rainha D. Theresa.*

tra esta verdade, forão formadas para se negar o que os Authores antigos escreveraõ sem lisonja, como se vé deste Chronicon, que acaba na era de 1284. que he anno de Christo 1246. e he duro de crer, que sem mais fundamentos, do que as suas pennas, nos queiraõ persuadir os Authores, que escreveraõ muitos seculos depois, o contrario do que escreveraõ outros taõ visinhos àquelles tempos, que parte da sua historia a podiaõ ter visto com os seus olhos, e parte a podiaõ ouvir das bocas de seus pays, como testemunhas della!

7 Confirma as authoridades transcriptas hum argumento, que faz incontestavel a legitimidade da Rainha D. Theresa, como tem observado os homens, que são consumados em noticias antigas. Em todas as escrituras se acha sempre nomeada esta Senhora com o titulo ou de Rainha, ou de Infanta, o que não era possivel que se arrogasse, se fora bastarda; porque não havia ainda naquelle tempo as confusões, que hoje vemos introduzidas. Taõ exactamente se observava esta differença naquella idade, que ainda o titulo de *Dom* não só não era frequente em semelhantes pessoas, mas raro; pois lemos, que ElRey D. Diniz chama a huma filha sua bastarda simplesmente Maria Affonso, como tambem seu avô ElRey D. Affonso o Sabio chama da mesma sorte a outra sua filha, como se póde ver em Brandaõ no 3. tom. da *Mon. Lusit. liv. 8. cap. 12.* e por esta causa mostra o mesmo Brandaõ o pouco fundamento, com que o Padre Frey Luiz de Sousa no 1. tomo da *Historia de S. Domingos liv. 3. cap. 4.* dá o titulo de Infanta a D. Constança Sanches, filha bastarda do nosso Rey D. Sancho I. dizendo que não era grande erro, pois às legitimas se dava o nome de Rainhas. No testamento da Rainha D. Mafalda, que se guarda no Cartorio de Arouca, e em outros documentos daquella idade, se chama esta Senhora D. Constança Sanches, mas nunca se lhe dá o titulo de Infanta; porque este na rigorosa pratica daquelles seculos, seria o distintivo da sua legitimidade, o que ella não ignorava, pois em huma doação, que faz de parte da sua fazenda à Infanta D.

A Rainha D. Theresa. 11

D. Sancha, dándose a si mesma o título de D. Constança, não se chamou nunca Infanta, o que sem duvida faria, se o permittisse o uso. Porém como D. Theresa usou sempre do título ou de Rainha, ou de Infanta, bem se vê, que o praticava como filha legitima delRey D. Affonso: argumento, em que a severa critica do Doutor Brandaõ conheceo tanta força, e tanta efficacia, que chegou a confessar, que era para elle hum demonstração; e ultimamente D. Luiz de Salazar e Castro no tom. 3. da *Historia da Casa de Lara* liv. 16. cap. 2. pag. 18. no fim, querendo convencer (como convence) que o Infante D. Sancho Fernandes, que com mais lisonja, que verdade, quizerão alguns Authores que fosse filho delRey D. Fernando II. de Leão, e de sua segunda mulher a Rainha D. Theresa Nunes de Lara, não foy legitimo, senão bastardo, mostra com hum grande numero de escrituras, que nunca se lhe deo o tratamento de Infante, senão simplesmente o de D. Sancho Fernandes, diz deste modo: *En la Historia, ni el Arçobispo D. Rodrigo, ni la Coronica de S. Fernando, ni otro algun Autor antiguo, le llama Infante, siendo assi que en todos tiempos nombran los escritores con esta calidad a los hijos legitimos de los Reyes. En los Privilegios, y escrituras nunca está llamado Infante; y assi hallamos en el Archivo de Uclès una escritura &c.*

8 Contra este verdade temos as authoridades do Epitafio de D. Ximena no Mosteiro de Santo André de Espinareda de Monges de S. Bento, de D. Rodrigo Ximenes de Rada, Arcebispo de Toledo, e de D. Pelayo, Bispo de Oviedo, fallecido este no seculo duodecimo, e aquelle, como já vimos, no decimoterceiro, e por este principio tão chegados ao tempo destes Principes, que foraõ quasi seus contemporaneos. Fazem memoria do Epitafio o Bispo Sandoval na *Historia de D. Affonso VI.* pag. 105. vers. col. 1. no fim, o Mestre Yespes na *Centuria* 6. pag. 68. col. 2. e o Doutor Fr. Antonio Brandaõ no 3. tom. da *Mon. Lusit.* liv. 8. cap. 12. e copiado fielmente diz deste modo:

*Quam Deus à pœna defendat dicta Semenâ
Alfonsi vidui Regis amica sui.*

Copia;

12 *A Rainha D. Theresa.*

Copia, forma, genus, dos morum, cultus amenus

Me regnatoris prostituere thoris.

Me simul, & Regem mortis persolvere legem

Fata coegerunt

Terdenis demptis super hæc de mille ducentis

Quatuor eripies, quæ fuit era

Com estas faltas copia Yepes o Epitafio de D. Ximena, mas Sandoval compadecido, e lastimado de ficar imperfeita tão excellente obra, acabou o tercciro pentametro diminuto desta sorte:

Fata coegerunt, quæ fera quæque tenent,

Mas de mancira ficou elgotada com aquelle additamento, a fecundidade poetica deste Prelado, que não pode acabar o ultimo pentametro, deixando-o truncado, e imperfeito, como se vé, e fez bem, se o havia de fazer tão mal, como ao outro, pois não observou a ordem destes versos chamados *Leoninos*, pondo *tenent* por consoante de *coegerunt*. Quer dizer em summa o Epitafio acima copiado. Que achandose ElRey D. Affonso no estado de viuvo, se namorou de D. Ximena, que era rica, fermosa, illustre, e de excellentes costumes, o que tudo foy a causa da sua prostituição, mas que ella, e ElRey se virão obrigados a pagarem o tributo da morte, que foy na era de 1166. que responde ao anno de Christo de 1128. porque tantos ficão tirandose à era de 1200. tres vezes dez, e mais quatro.

9 Porém este Epitafio não tem, nem póde ter authoridade alguma pelos fundamentos seguintes. Começando agora pela morte, que costuma ser sempre o fim de tudo, não foy a da Rainha D. Ximena no anno, que diz o Epitafio, senão muitos antes, conforme a Chronica antiga, allegada pelo Mestre Réfende, e transcripta pelo Doutor Brancaõ; porque depois de ter nomeado os filhos, que ElRey D. Affonso teve da Rainha D. Ximena, continúa dizendo: *Murió Ximena Muñoz, y despues El Rey D. Alfonso tomó otra muger Doña Constança.* Em outro capitulo confirma o mesmo com mais distintas palavras: *Despues que finó la Reyna Doña Ximena Muñoz, casóse El Rey Don Alfonso*
com

A Rainha D. Theresa. 13

con la Reyna Doña Constança, que era de Franciã ; e sendo o casamento deste Principe com a Rainha D. Constança no anno de 1080. como dizem uniformemente todos os Es- critores , bem se convence de falso o Epitafio , pois lhe dá mais quarenta e oito annos de vida.

10 Além disto, deve-se ter por falsa, e por supposta toda esta narração , porque não contém mais do que huma infamia , que se devia encobrir , e não publicar , e não sey como se fizesse vaidade na duração de huma pedra , do que se devia chorar com hum largo arrependimento. As mesmas partes , que diz o Epitafio , que deraõ motivo à inclinação lasciva do Principe , são as que faziaõ a D. Ximena benemerita da Coroa , e do conforcio real. Pelo dote da fermosura mereceo ser Theodora venerada no throno Imperial de Constantinopla , como esposa do Emperador Theophilo , e não bastariaõ a D. Ximena para ser Rainha de Leão , e Castella tantos dotes da natureza , unidos com tantos dotes da fortuna? O Bispo D. Frey Prudencio de Sandoval se persuade, que este Epitafio foy posto por ordem da mesma D. Ximena ; porque antes de o copiar , diz que ella se não desprezou de ser amiga del Rey , e affirma depois, que considerada a era , em que morreo , sobreviveo desanove annos a El Rey D. Affonso , e que faleceo muito velha , e muy pouco arrependida. Eu creyo que a este Bispo se lhe devia pôr o nome de Prudencio por ironia ! Verdadeiramente estas palavras são indignas de as escrever hum homem, que coroava a cabeça com huma Mitra , e que governava ovelhas com a sagrada authoridade de hum baculo ! Quem lhe podia descobrir esta noticia? Quem lhe podia segurar , que D. Ximena mandara abrir aquelle Epitafio nos marmores do seu sepulchro , para se conservar nelles pelos seculos vindouros a infamia do seu procedimento? O certo he , que Sandoval não pezou o que escrevia , nem reparou na deformidade do seu conceito. Escreveo sem consideração , nem advertencia , como a cada passo se está vendo , pois sem sahirmos da materia , em que fallamos , na mesma *Historia de D. Affonso VI. na pag.*

14 A Rainha D. Theresa.

48. *vers. col. 1.* faz a D. Ximena filha dos Reys D. Garcia, e D. Estefania, e esquecido deste soberano nascimento, que lhe deo, diz na *pag. 106. col. 2. no fim*, que D. Ximena era do mais illustre, e generoso sangue do Reyno de Leão. Na *pag. 94. col. 1.* afirma, que se ignorava de qual das quatro Rainhas, que foraõ mulheres del Rey D. Affonso, era filho o Infante D. Sancho, que perdeu desgraçadamente a vida na batalha de Uclés, e na *pag. 97. col. 1.* já sabia que sua mãy era a Zaida, e com mais clareza na *pag. 105. col. 2. no fim*, copiando humas palavras de Pelayo Bispo de Oviedo.

11 O mesmo Sandoval pelo que escreve da sepultura de D. Ximena, mostra que se não deve dar credito ao que afirma, pois diz na *pag. 106. vers. col. 1.* estas palavras, que merecem attenção: *En una Capilla antiquissima, que servia de Capitulo a los Monges, estava esta Señora sepultada con la humildad, que en aquellos siglos los Principes tenían.* Pois se a sepultura era tão humilde, como tinha hum Epitafio tão largo, que dava conta de tantas circumstancias, humas que pertenciaõ a El Rey D. Affonso, e outras a D. Ximena? melhor fora que este Prelado gastasse o tempo nas obrigações do seu officio Pastoral, do que mostrar ao mundo o pouco talento, que tinha para escrever historia, já que para ella lhe faltava huma parte tão importante, qual he a da memoria. Bem conheceo o Mestre Brandaõ a falsidade deste Epitafio, que sem duvida foy mandado fazer por quem teria conveniencia em persuadir ao mundo, que D. Ximena não fora Rainha, porque crer que ou ella, ou os seus parentes o mandaraõ gravar, só o poderia entender quem estivesse sem discursõ, pois he certo, que ainda que na realidade vivesse D. Ximena com o escandalo, que se suppoem, ninguem costuma ser a voz dos seus mesmos feitos.

12 Convencida a falsidade daquelle Epitafio, ouçamos ao Arcebispo D. Rodrigo Ximenes, e ao Bispo D. Pelayo, que pela sua antiguidade são os dous padraos historicos contra o casamento de D. Ximena com El Rey D. Affon-

A Rainha D. Theresa. 15

Affonso VI. de Leão. Diz o Bispo D. Pelayo no fim da sua Historia, depois de ter fallado das mulheres legitimas daquelle Principe: *Habuit etiam duas concubinas, tamen nobilissimam priorem Ximenam Munioni, ex qua genuit Geloiram uxorem Comitis Raimundi Tolosani, patris ex ea Adefonsi Jordanis, & Tarasiam uxorem Henrici Comitis, patris ex ea Urracæ, Geloiræ, & Adefonsi.* Posteriores nomine Caidam filiam Abenhabet Regis Hispalensis, quæ baptizata, Elisabeth fuit vocata, ex hac genuit Sancium, qui obiit in lite de Ocles. Achaõ-se estas palavras na pag. 77. col. 2. da Collecção, que fez, e que imprimio Sandoval das Historias, que escreverão os Bispos Isidoro de Badajós, Sebastião de Salamanca, Sampiro de Astorga, e Pelayo de Oviedo. O Arcebispo D. Rodrigo no cap. 21. do liv. 6. diz deste modo: *Habuit etiam duas nobiles concubinas, una dicebatur Semena Munionis, ex qua genuit Geloiram, quæ fuit uxor Raimundi Comitis Tolosani . . . & eadem Semena Munionis genuit aliam filiam, quæ Tharasia dicta fuit, quam duxit Comes Henricus &c.* De sorte que conforme a narração destes dous Historiadores, a que a sua antiguidade faz dignos de toda a attenção, D. Ximena Munhoz não foy Rainha, como dissemos, senão concubina, ainda que illustre, del Rey D. Affonso de Leão. Entendo comtudo que se attentamente se examinarem as suas palavras, tão longe estáo de serem contra a nossa opiniaõ, que antes a confirmão.

13 Para o que se deve de advertir, que nos seculos antigos não soava tão torpemente o nome de concubina, como soa-nos presentes; porque concubina não era só a mulher, que servia culpavelmente ao appetite alheyo, mas tambem a mulher legitima se chamava concubina. He grande prova desta verdade aquelle celebre Capitulo *Christiano*, dist. 34. cuja verdadeira intelligencia foy por algum tempo ou ignorada, ou mal entendida. Diz o allegado Capitulo deste modo. *Christiano non dicam plurimas, sed nec duas simul habere licitum est, nisi unam tantum, aut uxorem, aut certè loco uxoris (si conjux deest) concubinam.* Ao homem Chris-
tão

16 *A Rainha D. Theresa.*

taõ não só lhe não he licito ter muitas mulheres, mas nem ainda duas ao mesmo tempo, porém pôde ter huma só, ou mulher, ou concubina em lugar de mulher, se esta lhe falta. Parecia esta resolução impropria da severidade da Igreja, que sempre costumou impedir com censuras, e com outras penas Ecclesiasticas, tudo o que pudesse parecer contrario à continencia Christãa; porém depois que as Glosas, e os Doutores assentáraõ no verdadeiro significado da palavra *Concubina*, ficou manifesta a razão, e bem fundada a innocencia daquelle Capitulo. Se elle mandara que qualquer Christão na falta da propria mulher pudesse usar de concubina no sentido, em que communmente se entende esta palavra, não ha duvida que pareceria conselho de infiel, mas a verdade he, que o Capitulo falla da mulher legitima, recebida porém com alguma differença de solemnidade, como o declarou Graciano no fim do Canon *Omnibus dist. 34.* por estas palavras: *Concubina hîc ea intelligitur, quæ cessantibus legalibus instrumentis unita est, & conjugali affectu asciscitur. Hanc conjugem facit affectus, concubinam verò lex nominat.*

14 Assim vemos, que no cap. 25. do *Genesis* Agar, e Cethura são chamadas concubinas de Abrahão, sendo que realmente foraõ suas mulheres, como se diz de Agar no cap. 16. e de Cethura no cap. 25. do mesmo livro, o que observou doutissimamente de Dicastilho no tom. 3. de *Sacramentis tract. 10. disp. 2. dubit. 43. n. 542.* por estas palavras: *Neque obstat, quod posteriores uxores aliquando in Scripturâ vocentur concubinæ; hoc enim nomine etiam appellantur uxores. Genes. 26. (deve de ser 16.) & 25. inò etiam unica uxor Levitæ Jud. 19. appellatur concubina. Solent autem in Scripturâ concubinæ nomine appellari uxores illæ, quæ tantum assumebantur ad generationem, & non ad domus administrationem &c.* o que traduzido diz deste modo: nem obsta que as mulheres, que se seguem às primeiras, sejaõ chamadas algumas vezes na Escriptura concubinas; porque com este nome se chamaõ as mulheres legitimas, como se ve do *Genesis* no cap. 16. e 25. e ainda a unica
mulher

A Rainha D. Theresa. 17

mulher do Levita de que se falla no *cap. 19. do livro dos Juizes*, he chamada concubina. Costumaõ-se porém chamar na Escriitura concubinas àquellas mulheres, que sómente se recebiaõ para darem successão, e não para administradoras, e senhoras da casa. O Emperador Justiniano na *Novella 18. cap. 5.* comparou algumas concubinas às verdadeiras, e legítimas mulheres, quando casavaõ sem a solemnidade juridica de escrituras dotaes; de maneira, que como estas mulheres senão recebiaõ com as solemnidades, que dispoem o Direito, chamavaõ-se concubinas, mas na realidade eraõ mulheres legítimas, como doutissimamente o mostra Binio nas *Notas ao Can. 17. do 1. Concilio Toledano*, que se podem ver na *Collecção*, que fez o Cardeal de Aguirre no *2. tom. pag. 148. col. 1.* e mais largamente aquelle milagre dos engenhos, e de toda a erudição o grande Gonzales Telles nas *Notas ao Concilio Iliberitano*, que traz o mesmo Cardeal no *1. tom. da Collecção dos Concilios de Hespanha*, pag. 359. e 360.

15 Com esta disposição do Direito commum concordava tambem a particular de Hespanha, para o que se deve notar, que o nome Arabigo *Barregãa*, que introduziraõ os Mouros, e que corresponde à palavra Latina *Concubina*, se dava à legitima mulher, quando não era de tão grande nascimento, como o marido. Donde veyo a dizer El-Rey D. Affonso o Sabio, tratando das *Barregãas*, e dos que as podiaõ ter; que só a nobreza era a que distinguia a esposa da concubina. *Gregorio Lopes ao tit. 14. da Partida 4. in Rubrica verbo Barregañas, dicit lex, quod inter concubinam, & uxorem parum refert, nisi in honore. L. Item legata §. Parum refert ff. de legat. 3. unde vassallus cognoscens concubinam Domini sui privatur feudo sicut privaretur, si cognovisset uxorem, ut dicit Bald. in cap. 1. col. 5. quibus modis feudum amittatur, & idem, quod Baldus, tenet Albericus in L. In concubinam ff. illo titulo de concubinis.* O que tudo explicou com aguda, e distincta brevidade Edmundo Martene no *5. tom. Thesaur. Anedotorum*, col. 413. *Nota ad cap. 3. lib. adversus Judeos Hirabani*

18 *A Rainha D. Theresa.*

Mauri. Concubinae nomen apud veteres non semper in malam partem sumebatur; sed aliquando in bonam pro legitima uxore, quæ absque dotalium tabularum solemnitate ducta erat Itaque & uxores, & concubinae erant legitima conjuges, sed uxores cum maiori, concubinae cum minori solemnitate ducebantur.

16 Desta doutrina se infere sem duvida, que nem sempre a palavra *Concubina* se ha de entender pela mulher, que se ama com amor illicito; porque muitas vezes he a mulher legitima com aquella differença, que vimos. Neste sentido devemos interpretar o concubinato de D. Ximena com El Rey D. Affonso, de que fazem expressa memoria aquellos dous Prelados de Toledo, e Oviedo; porque ainda que D. Ximena era huma Senhora de tão illustre sangue, como todos dizem, nunca podia ser igual à magestade do Soberano pela distancia, que se dá entre o Principe, e entre o vassallo; e como nem todos sabião o mysterio desta erudição, bastávalhes ouvir, que D. Ximena fora concubina del Rey D. Affonso, para affirmarem, fundados na accepção commua daquella palavra, que fora amiga, e não legitima mulher; se não quizermos dizer (e poderá ser que com mais razão) que atropellou o odio a sciencia em obsequio da malicia. Nem se póde allegar ignorancia deste uso no Arcebispo D. Rodrigo; porque nos tempos immediatos ao em que elle viveo, ainda se praticavaõ semelhantes casamentos, como consta de huma Escriitura de Luiz VI. Rey de França, que entrou a governar aquella Monarchia pelos annos de 1108. em que fallando com os Religiosos do Mosteiro de S. Cornelio de Compiagne, lhes diz que os Clerigos daquella Igreja fiquem continuando no mesmo estado de vida, que até agora seguirão; manda comtudo que os Presbyteros, Diaconos, e Subdiaconos de nenhum modo tenhaõ dalli por diante mulheres concubinas, porèm que os mais Clerigos de qualquer ordem, que sejaõ, tenhaõ liberdade, pelo perigo da incontinencia, de poderem casar. Mais efficacia, e melhor intelligencia para o que pretendemos dizer, tem o Texto Latino allegado por du Cange

no

A Rainha D. Theresa. 19

no 1. tomo do *Glossarium mediae, & infimae latinitatis*, verbo *Concubina*. *Quae uxor concubina dici videtur in Charta Ludovici VI. pro Monasterio S. Cornelii Compendiensi: ut Clerici ejusdem Ecclesiae sicut usque modò vixerunt, permanent: hoc tamen praecipimus, ut Praesbyteri, Diaconi, Subdiaconi nullatenus deinceps uxores concubinas habeant: ceteri verò cujuscumque Ordinis Clerici propter fornicationem licentiam habeant ducendi uxores.*

17 Prova-se ainda mais esta verdade de ser D. Ximena mulher legitima del Rey D. Affonso com as palavras do Bispo Pelayo, que fallando da outra concubina do mesmo Principe, diz que fora may de D. Sancho, que morreo na batalha de Uclès: *Posteriorem, concubinam, nomine Caidam filia Abenabet Regis Hispalensis, quae baptizata Elisabeth fuit vocata, ex hac genuit Sancium, qui obiit in lite de Ocles.* He certo que a este Principe ninguem lhe disputou a legitimidade, e que se a morte lhe não cortara a vida em flor, seria hum valeroso, e grande Principe, pelo que já mostrava na tenra idade, em que acabou na campanha, e que sem duvida seria o successor de seu pay, para o que se hia dispondo com o titulo de Rey de Medina, como consta de huma escritura, que traz o Padre Berganza no 1. tom. das *Antiguidades de Hespanha* na pag. 581. col. 1. na qual assina D. Affonso Rey de toda Hespanha, e seu filho D. Sancho Rey de Medina: *Rex Adefonsus in omni regno Hispaniae, Sancius filius ejus in Medina.* Logo não quiz o Bispo Pelayo dizer, que a concubina Caida era o que communmente se entende por aquella palavra, mas que a chamou deste modo para mostrar que não tinha a qualidade de sangue, que pedia a grandeza de seu esposo; porque ainda que era filha de hum Rey de Sevilha, era hum Rey barbaro, e que de nenhuma sorte podia corresponder à magestade del Rey D. Affonso de Leão.

18 Todo este discurso se confirma infallivelmente com humas palavras de Lucas Tudense, Prelado de grande authoridade, e coetaneo do Arcebispo de Toledo D. Rodrigo, como affirma D. Nicolao Antonio na *Bibliotheca*

20 *A Rainha D. Theresa.*

Vetus Hispana, 2. tom. cap. 3. n. 61. e por consequencia visinho àquelles tempos, em que reinou D. Affonso VI. Diz este Author, que anda incorporado na *Hispania illustrata* tom. 4. à pag. 100. que ElRey D. Affonso tivera duas concubinas, a primeira das quaes fora D. Ximena Munhoz, de que tivera hum filha chamada Theresa, mulher que foy do Conde D. Henrique; e que a segunda fora Caida, filha de Benabeth Rey de Sevilha, que o fez pay de D. Sancho, que morreo pelejando valerosamente na batalha de Uclés. Continúa com as acções do mesmo Principe, e diz na pag. 101: que recebera a filha de Benabeth, como já se havia dito, quasi como sua mulher, e que della tivera a D. Sancho: *Cum igitur Rex Adefonsus regnaret securus cum tantis prosperitatibus accepit filiam Regis Benabeth, ut præmissum est, quasi pro uxore, & genuit ex ea Sancium.* Destas palavras se vé com toda a clareza, que sabia muy bem o Bispo D. Lucas, que as concubinas eraõ mulheres legitimas, mas que lhes faltavaõ as qualidades, de que já fizemos menção, mas que por essa causa não eraõ o que o vulgo, como ignorante destas antiguidades eruditas, entendia. E porque se não imagine que esta interpretação he fundada em conjecturas, que dicta a paixão, o mesmo D. Lucas escrevendo na pag. 102. a justa morte, que ElRey D. Affonso mandou dar a hum Mouro chamado Abadellá, que tinha cativado no cerco de Cordova, afirma que hum das causas porque o condenou a morrer despedaçado, fora ter sido aquelle Mouro o infame réo da morte de seu sogro ElRey Benabeth: *Sequenti verò die ipsum Abadellá iussit Rex Adefonsus, videntibus Mauris, qui erant super murum Cordubæ, frustratim scindi, & igne cremari, quia occiderat Benabeth socerum Regis.* Pois se ElRey Benabeth era sogro delRey D. Affonso, quem póde com razão duvidar que sua filha era mulher legitima daquelle Principe? Davaselhe o nome de concubina, porque desta sorte se mostrava a differença da qualidade, quando não era igual a de hum, e de outro esposo; e porque estes principios são bem fundados, delles se ha de argumentar que a Rainha D. Theresa, mulher do Conde

A Rainha D. Theresa. 21

Conde D. Henrique foy filha legitima delRey D. Affonso VI. de Leão, e não bastarda, como muitos escreverão.

19 Estabelecida a legitimidade da Rainha D. Theresa, naturalmente se segue o mostrarmos como ella era a successora das Coroas de Castella, e de Leão, e não sua irmã a Rainha D. Urraca, mulher do Conde D. Raimundo de Borgonha, de cujo matrimonio naceo o Infante D. Affonso, que com o titulo de Emperador governou tão valerosamente aquelles Reynos, que se coroou com as vitorias de vinte e nove batalhas. Esta materia tratou o Mestre Brandaõ no 3. tom. da *Mon. Lusit. liv. 8. cap. 14.* com a costumada erudição. Seguirão a sua doutrina o Doutor João Salgado de Araujo no *Marte Portuguez certam. 1. art. 6.* e o Doutor João Pinto Ribeiro no seu *Tratado Injustas successoens dos Reys de Leão, e Castella, e isenção de Portugal, no §. 5.* Nos seus fundamentos, que são graves, assentaremos a verdade desta conclusão.

20 He certo que a Rainha D. Theresa era mais velha, que sua irmã a Rainha D. Urraca, que foy filha da Rainha D. Constança de Borgonha, com quem casou ElRey D. Affonso VI. depois de viuvo da Rainha D. Ximena Nunes de Gusmaõ, mãy da nossa Rainha. Por morte de seu marido o Conde D. Raimundo, passou a Rainha D. Urraca a segundas vodas com D. Affonso Rey de Aragaõ, de que além de não haver descendencia, se seguirão as perturbaçoens, que referem os Chronistas Castelhanos. Morto ElRey D. Affonso VI. de Leão, e de Castella, no primeiro de Julho do anno 1109. como diz Berganza no tom. 1. das *Antiguidades de Hespanha num. 449.* e ficando seu neto o Infante D. Affonso na tutela de sua mãy a Rainha D. Urraca, se começaram a ouvir em Hespanha os estrondos de huma guerra tão perigosa, como era a dos pretendentes à successão daquellas Coroas. Seguião huns as partes delRey de Aragaõ, outros as da Rainha D. Urraca, e muitos as de seu filho o Infante D. Affonso, e deste modo se achavaõ divididos os Grandes em tres parcialidades. Não faltou o Conde D. Henrique como valeroso, e como politico em fo-

22 *A Rainha D. Theresa.*

mentar estas discordias, e em adiantar a sua pretensão, fundada no direito de sua mulher a Rainha D. Theresa. Formou exercitos, vestio as armas, e posto em campo, conquistou muitas terras de Leão, e Galliza, que perseverarão na obediencia da Coroa Portugueza alguns annos depois da sua morte.

21 Não podiaõ ter estas guerras outro principio, senão o de pretender o Conde D. Henrique fazerse com ellas senhor dos Estados de seu sogro, como casado com sua filha mais velha, pois ainda que os Authores Portuguezes supponhaõ que algumas terras de Galliza pertenciaõ ao Conde D. Henrique, como parte do dote de sua mulher, he certo que se enganaõ, porque o seu dominio, concedido (como se presume) pela Escritura dotal, não passava do rio Minho, como diremos em outra parte, e mal podia chegar a concessão pacifica, aonde não chegava a concessão do dote. Alguns Authores Castelhanos são de parecer, que o Conde D. Henrique entrara nestas guerras como auxiliar, ora de huns Principes, ora de outros; humas vezes a favor do Infante D. Affonso contra sua mãy, e outras a favor delRey de Aragaõ contra a mesma Rainha sua mulher. Mas não se pôde facilmente approvar este discurso, porque sabemos que o Conde D. Henrique tratava da conveniencia propria, e não da alheya, pois conservava no seu dominio as terras, que conquistava.

22 Segue-se pois, que o motivo destas guerras do Conde D. Henrique não foy outro, senão conquistar as terras de Leão, e de Galliza, como herança de sua mulher, que precedia como mais velha a sua irmã a Rainha D. Urraca, e que depois da morte de seu marido não só ficou conservando as que estavam conquistadas, mas ainda se mostra que proseguia a mesma causa intentada pelo Conde defunto. Prova-se esta verdade com humas Escrituras de S. João de Alpendorada, que se lê no 1. tomo dos *Foraes da Torre do Tombo*, feita pela Rainha D. Theresa a Sarracino Viegas a 8. de Janeiro de 1123. na qual diz a Rainha que faz a lobredita mercé a este Cavalhero pelos serviços, que lhe fi-
zera

A Rainha D. Theresa. 23

zera à sua custa no Castello de Lobeira pelo espaço de hum anno, e por outros serviços, que com grande fidelidade lhe havia feito em terra de Christãos, e de Mouros: *Et pro eo, são palavras da Escriitura, quod stetisti in servitio meo apud Lobeiram per unum annum integrum cum tua expensa*: e logo depois: *Et pro aliis servitiis, quos mihi fideliter fecisti in terra Christianorum, & Sarracenorum*. E sendo o Castello de Lobeira em Galliza, bem se argumenta que havia nella guarnição Portugueza, e que haver servido à Rainha em terra de Christãos, e de barbaros, era sem duvida porque naquellas partes havia guerras, em que ou se conquistavaõ, ou se defendiaõ as praças de hunos, e de outros.

23 Porém o que confirma com mayor clareza a verdade do nosso discurso he o contrato, que as duas irmãs Rainhas celebraraõ entre si, em que D. Urraca offerece a D. Theresa grande numero de terras, com as condiçoens de conservar com ella boa amisade, de lhe não fazer guerra, e de não dar soccorro a seus inimigos. Consta este contrato de huma Escriitura do *Livro Fidei* da Primacial de Braga, escrito ha quasi cinco seculos. Quem a quizer ver em Latim, a achará copiada em Frey Antonio Brandaõ no lugar proximaemente citado, que nós nos satisfazemos com a darmos traduzida em vulgar, e he a que se segue: *Este he o juramento, e contrato, que a Rainha D. Urraca faz a sua irmã a Infanta D. Theresa, para que lhe seja amiga com boa fé, sem mau engano, como deve fazer hum a irmã a hum a boa irmã. Que não procurará a sua morte, nem a sua prisão, nem para isso dará conselho, e que o não executará no caso, em que o tenha dado. Dá a Rainha a sua irmã Camora com seu termo, Exemea com seu termo, Salamanca, e Ribeira de Tormes com seu termo, Avila com seu termo, Arevalo com seu termo, Manles com seu termo, Tudella, e Medina de Zofrangue com seu termo, Touro com seu termo, Medina, e Pousada com seu termo, Seabra, e Ribeira de Valdez, e Baronceli com seu termo, Talarveira, e Corria com seu termo, Simancas, e Morales. Que se conforma-*

B iiij

rão

24 *A Rainha D. Theresa.*

rão com os pareceres de Egas Gozendes, e de Gueda Mendes, e com o que der D. Munio, Fernando Eannes, e Examéo Lopes, o que assim será podendo-se haver, e quando não, que lancem sortes, e que as jurem, com a condição de estarem pela que sahir, e que esta he a honra, que a Rainha dá a sua irmã, como outra que tem; a qual lhe dá juramento de a amparar, e defender de Mouros, e de Christãos com fidelidade, e sem engano, ou a veja só, ou acompanhada, como deve esperar huma boa irmã de outra boa irmã, e que não receba seus vassallos com honra, nem ampare algum aleivoso, que quizer fugir da reclidão da sua justiça. E sendo caso, que a Rainha falte a este juramento, desde o dia, em que a Infanta D. Theresa lhe requerer a satisfação da promessa, se delle a quarenta dias lhe não fizer a real entrega daquellas terras, que ficará livre da obrigação do juramento, e havida a Rainha D. Urraca por perjura desde aquelle tempo, em que pedir a Infanta o cumprimento do ajustado, e prometido.

24 Daqui se ha de inferir que a Rainha D. Theresa devia pretender naquelle scisma politico continuar a empreza começada por seu marido o Conde D. Henrique, já defunto, para ser herdeira da Coroa de Leão, e de Castella, como filha legitima, e mais velha que a Rainha D. Urraca. E a razão he, porque se não póde crer, que tivesse outro fundamento a doação de tantas terras, como são as de que faz memoria a Escritura allegada, senão querer a Rainha D. Urraca contrapezar com ellas a pretendida herança de sua irmã, pois dimittia de si tão consideravel parte dos seus dominios, como verá quem fizer reflexão no numero, e qualidade dellas. E supposto que não sabemos que esta promessa viesse a ter o seu devido effeito, nem por isso se deve duvidar do contrato, nem dos seus motivos; porque bem provaveis os fazem as razões, que se tem ponderado, e tambem poderia ficar sem execução este contrato, porque o Emperador D. Affonso, filho da mesma Rainha D. Urraca não consentiria nelle, ou por outros principios, que sem a luz de documentos não podemos investigar em tanta distancia de tempo.

A Rainha D. Theresa. 25

25 Contra o que até agora temos escrito, se póde argumentar, com vermos que não tratou ElRey D. Affonso Henriques de proseguir o direito, que como a filho da Rainha D. Theresa lhe pertencia, o que nelle se não póde attribuir a falta de valor, pois sabemos que foy hum dos mais valerosos Principes, que vio o mundo. O certo he que por morte do Conde Henrique ficou o Infante D. Affonso seu filho de tão tenra idade, que não excedia de dous, ou tres annos, como veremos a diante na letra *D*, e quando entrou no governo dos seus Estados, já havia dous annos, que seu primo ElRey D. Affonso estava pacifico, e seguro no dominio dos seus Reynos, porque empunhou absolutamente o sceptro em 8. de Março de 1126. que foy o dia, em que faleceo sua mãy a Rainha D. Urraca, como diz o Padre Berganza no fim do num. 83. do tomo 2. das *Antiguidades de Hespanha*, sendo que já nos annos antecedentes assistia com ella à administração da Republica, e depois do anno de 1126. começaram as discordias entre a Rainha D. Theresa, e seu filho D. Affonso Henriques, porque no anno de 1128. se deraõ as duas batalhas de Guimaraens, e dos Arcos de Valdevez, de que foraõ causa estas dissensões, e sendo a extenção de Portugal naquelle tempo tão coartada, que não comprehendia metade do que he hoje, mal poderia contender ElRey D. Affonso Henriques com seu primo o Emperador, necessitando de todas as suas forças para se defender em casa, dos parciaes de sua mãy, e fóra, do orgulho dos Mouros.

26 Tambem consta que entre o Infante D. Affonso Henriques, e os Reys de Leaõ houve guerras em algúas occasioens, de cujos successos, se os nossos Escriitores ignorarão a noticia, como lhes haviaõ de saber os motivos? Dellas diz o Doutor Brandaõ, que foraõ as causas proseguir D. Affonso Henriques o intento de seu pay na conquista de Leaõ, e de Galliza, e querer o Emperador D. Affonso conquistar Portugal, ou como doado a elle por sua tia a Rainha D. Theresa em odio de seu filho, quando reciprocamente tomaraõ as armas, como com alguns Authores, que

Não

26 *A Rainha D. Theresa.*

naõ nomea, escreve o mesmo Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 9. cap. 16.* ou porque ElRey de Leão quizeffe ferir pelos mesmos fios a seu Primo. De sorte que a ambição de hum Principe, e a justiça de outro deraõ occasião a se derramar o sangue de seus vassallos sem o fruto, que esperavaõ; porque nem o Infante D. Affonso Henriques conquistou Leão, ou Galliza, nem o Emperador se fez senhor de Portugal, como pretendia. O certo he que dos principios do reinado do nosso Rey D. Affonso Henriques pelas guerras, que teve com sua mãy, e com os Mouros, e pela limitada porção de terras, de que era senhor naquelle tempo, naõ se podiaõ esperar grandes conquistas, especialmente havendo de se defender em humas partes dos Mouros, que nunca se descuidavaõ de tentar a fortuna, e havendo de entrar por outras poderosamente armado a conquistar as Praças de Galliza, e Leão. A falta de Escritores naquelles annos, e nos seguintes nos deixou em huma ignorancia taõ cega, que a naõ podemos vencer: mas consideradas as razoes, que se tem dado, podemos conjecturar que em alguma daquellas occasioens, em que ElRey D. Affonso Henriques celebrou pazes com os Reis de Leão, deixaria a pretensão, e direito, que conservava a Leão, e Galliza. E se em materias taõ antigas, e taõ destituidas de documentos póde ter lugar o discurso, digo que esta dimissão, e renuncia se devia fazer naquella desgraçada occasião, em que no anno de 1168. o nosso Rey D. Affonso Henriques sahindo a cavallo por huma porta de Badajoz, e naõ reparando com o escuro da noite, que o ferrolho naõ estava de todo corrido, deo nelle com tal impeto, que quebrou huma perna, e se ferio o cavallo. Era tanto o seu valor, que sem perder o animo com a dor daquelle golpe, entrou na batalha contra ElRey D. Fernando, que vinha a favorecer os Mouros de Badajoz, que lhe eraõ feudatarios, e que perdida já a Cidade, se tinhaõ recolhido ao Castello. A ferida enfraqueceo de sorte o cavallo, que naõ se podendo sustentar por mais tempo, cahio levando de baixo a perna delRey, de que resultou ficar impossibilitado para se levantar, e levado

A Rainha D. Theresa. 27

levado prezo à tenda delRey D. Fernando, o recebeo não com soberba, e vaidade de vencedor, mas com todas as demonstraçoens de compadecida grandeza. He crível que neste tempo se fizesse a dimissaõ, e renuncia daquelle direito; porque o Arcebispo de Toledo D. Rodrigo diz no *liv. 7. cap. 23.* que ElRey D. Affonso Henriques restituira a ElRey D. Fernando Lima, Toronho, e as mais terras, que lhe havia tomado pertencentes à sua Coroa, e que ElRey D. Fernando lhe restituira outras suas, que lhe havia conquistado: *Sed Rex Fernandus pietate solitâ mansuetus suis contentus Regi Portugalliæ sua dimisit. Tunc restituit Rex Aldephonsus Regi Fernando Limiam, & Turonium, & cæteræ, quæ fuerant suæ ditionis.*

27 Confirmaõ este pensamento as palavras do mesmo Arcebispo immediatas antecedentemente às que acabamos de referir, que dizem fielmente traduzidas: que ElRey de Portugal reparando no grave perigo, em que se achava, confessou que sem causa offendera a ElRey D. Fernando, e que para o satisfazer, lhe offerecera o seu Reyno, e a sua pessoa: *Sed Rex Portugalliæ gravis discriminis attendens statum, confessus est se Regem Fernandum indebitè offendisse, & pro satisfactiõne Regnum obtulit, & personam.* A desgraça de vencido, a fatalidade de prezo, e o desejo de se ver restituído à sua liberdade foraõ os motivos de offerecimentos tão largos. Não são aquellas as occasioens, em que se sustentem direitos, nem pretençoens; porque a faulde publica de huma Monarquia toda consiste na liberdade do seu Principe; e bem se vê que não era aquelle o tempo de conservar o que com tanto cuidado procurara, pois para satisfação da Magestade vencedora, offerecia o Reyno, e a pessoa. A infelicidade, que padeceo ElRey D. Affonso Henriques o devia de obrigar, como discorremos, a ceder do direito, que tinha a Leão, e Galliza, pois vemos que os Reys de Castella tendo sido senhores pacíficos deste Reyno pelo espaço de sessenta annos, e tendo-o herdado, comprado, e conquistado, como hum delles dizia, vinte e oito annos de viva guerra, e seis batalhas gloriosamente ganhadas

28 *A Rainha D. Theresa.*

nhadas fizeraõ que por hum Tratado de paz se dimittisse a herança, que se annullasse a venda, e se perdesse a conquista. Mas sem duvida podemos entender, que pela Escritura do *Livro Fidei* da Sé de Braga consta, que a Rainha D. Theresa teve acção à Coroa de Leão, como filha mais velha delRey D. Affonso VI. e que não conseguir o effeito da sua pretensão, se deve de attribuir à perturbação daqueles tempos, nacida em huma occasião da intempestiva morte do Conde D. Henrique, e na outra da prizaõ de seu filho, pois sabemos que ambos tiveraõ valor para continuarem a empresa, que tão justamente começaraõ, e proseguiraõ.

A Rainha D. Theresa. 29

B.

Anno em que o Conde D. Henrique , e sua mulher a Rainha D. Theresa casaraõ, e entraraõ em Portugal.

28 **A** Falta de Escriitores antigos tem sido a causa da grande confusão , que padece a Historia de Portugal. A cada passo encontramos duvidas, que não podemos vencer com a authoridade das Chronicas , porque não as temos daquella idade , nem com a luz das Escrituras, porque nem todas se podem ter visto. Em materias largamente disputadas se vê muitas vezes esta verdade , pois succede ou adiantallas , ou estabecellas mais o acaço, que a diligencia.

29 Pelo casamento do Conde D. Henrique de Borgonha com a Rainha D. Theresa, filha legitima delRey D. Afonso VI. de Leão, como já vimos , lhe foy dado em dote Portugal. Ignorase o tempo certo , em que veyo tomar posse do que se lhe dera em dote. Os nossos Authores seguirão varias opinioens, especialmente Brito , e Brandaõ, seguindo ambos a fé de Escrituras antigas, mas com a differença, que Brito não descobrio o vicio, que Brandaõ conheceo.

30 Fallando pois o Doutor Frey Bernardo de Brito no tom. 2. da Mon. Lusit. liv. 7. cap. 3. da entrada do Conde D. Henrique em Portugal, diz que viera a Hespanha no anno de 1067. já no fim do reynado delRey D. Fernando, por cuja morte divididos os Reynos entre seus filhos, seguira a Corte delRey de Leão ; e que por satisfação dos grandes serviços, que fizera àquelle Principe, lhe dera em dote Portugal com sua filha.

31 Prova-se o seu discurso com algumas Escrituras, das quaes a primeira he (ordenandoas pela Chronologia, que elle

30 *A Rainha D. Theresa.*

elle não seguio) o foral, que o Prior de Lorvão Eusebio, e o seu Convento derao aos moradores de Santa Comba, e de Teixede, aonde se lem estas palavras: *Facta Kartâ mense Octobris, era MCX. imperante Adefonso Rege regnum Hispanie Christianorum, cujus & obtinente genero Comite Henrico Portugallem, atque vicinas, quarum una est Viseo, cujus in territorio ista supradicta sunt villa, obtinente eam quoque amabili Duce Monio Veilat.* Quer dizer, que foy feito aquelle foral no mez de Outubro, e na era de Cesar de 1110. que he o anno de Christo de 1072. reinando ElRey D. Affonso nos Reynos, que possuhia dos Christãos em Hespanha, e tendo seu genro o Conde D. Henrique o Senhorio da Cidade do Porto (que deste modo he que se ha de entender o nome de Portugal nesta Escritura) e nas outras do seu districto, huma das quaes he Viseo, em cuja Comarca estão as ditas Villas Santa Comba, e Teixede, tendo o governo della o amavel Capitão Munio Vella.

32 A segunda Escritura he huma venda, que Honorigo Gonçalves, e sua mulher Nunilo fazem a D. Toda Viégas, aonde se lem estas palavras: *Facta Kartulâ venditionis notum die, quod erit tertio Idus Octobris era MCXIII. Regnante Adefonso Principe in Hispania, in Colimbria Comite Erricu, & Mauritio Dei gratiâ Colimbricense Episcopo, in Arauca judice Godesindo, & Vigairos Gondefindo, & Froila.* Diz que esta Escritura da venda (que se conserva no Mosteiro de Arouca) foy feita aos 13. de Outubro da era de 1113. que he o anno do Senhor de 1075. reynando em Hespanha o Principe D. Affonso, em Coimbra o Conde D. Henrique, e Mauricio pela graça de Deos Bispo da mesma Cidade, sendo Juiz em Arouca Gondefindo, e fazendo as suas vezes Gondefindo, e Froilla.

33 A terceira Escritura pela ordem dos annos he hũa notavel doação, que o Conde D. Henrique, e sua mulher a Rainha D. Theresa, fizerao a Eusebio Abbade de Lorvão de metade da Villa de Cacia, e acaba deste modo: *Facta cartâ testamenti octavo Kal. Septemb. era MCXIV. que he o mesmo, que dizer, que aquella doação se fez aos vinte*

A Rainha D. Theresia. 31

te e cinco de Agosto da era de 1114. que he o anno de Christo de 1076.

34 Estas são as tres Escrituras, em que se fundou o Doutor Frey Bernardo de Brito para dizer, que a entrada do Conde D. Henrique em Portugal, e o seu casamento foraõ pelos annos de 1072. porque assim o provaõ os documentos, que produzio. Porém o Doutor Frey Antonio Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 3.* lhe mostra que não pôde subsistir este seu fundamento; porque naquellas Escrituras a letra *X* não val dez, senão quarenta, sobre cuja intelligencia se pôde ver o mesmo Brandaõ no *Prologo do 3. tom.* O Doutor Brito vio estas Escrituras em huns pergaminhos, antigos sim, mas não originaes, e nelles por descuido do amanuense falta à letra *X* huma plica, que lhe dá o valor de quarenta, erro que emendou a curiosidade de Brandaõ, examinando os proprios originaes, em que achou a letra *X* valendo quarenta por beneficio da plica, e desta sorte o que o Doutor Brito justamente enganado entendeu que era o anno de Christo de 1072. 1075. e 1076. he na realidade o de 1102. 1105. e 1106. que he sem controversia o tempo, em que já governavaõ o Conde D. Henrique, e sua mulher a Rainha D. Theresia a porção de Portugal, que se lhes dera em dote. Isto se confirma com a verdadeira intelligencia das Escrituras, e juntamente com a authoridade de Julianio Arcipreste de Toledo, Author daquelle tempo, e allegado por Brandaõ no lugar citado por estas palavras: *Comites Raymundus, & Henricus consanguinei, postque generi Adefonsi Imperatoris, venerunt ad obsidionem Toleti, illicque interfuerunt:* que traduzidas em vulgar dizem que os Condes D. Raymundo, e D. Henrique, que eraõ parentes, e que foraõ depois genros do Emperador D. Affonso, vieraõ ao sitio de Toledo, e nelle se acharaõ. He certo que esta Cidade se começou a sitiar no anno de 1079. e he muy provavel que os Principes Francezes viessem no anno seguinte de 1080. em que continuava o cerco de Toledo, e em que veyo para Rainha de Leão, e Castella D. Constança de Borgonha, que

32 *A Rainha D. Theresa.*

que era parenta dos Condes D. Raimundo, e D. Henrique; porque deste modo com o obsequio da Magestade davaõ satisfação aos seus brios militares. Mas ou fosse o fim da sua jornada a Hespanha acompanhar a Rainha, ou a servir na guerra, não ha duvida que ainda não estavaõ em Hespanha pelos annos, que disse o Doutor Frey Bernardo de Brito, equivocado com o valor da letra *X*. E se antes do anno de 1079. não militavaõ em Hespanha estes dous Principes, como podia já no anno de 1072. estar casado o Conde D. Henrique com hum a filha delRey D. Affonso VI. e governar o Porto, quando estas mercês foraõ o premio dos seus serviços?

35 Convencido tão doutamente o enganado Doutor Frey Bernardo de Brito, pelas observaçoens do Doutor Frey Antonio Brandaõ, assenta este como certo, *Que antes do fim do anno de 1094. nem o Conde D. Henrique teve o senhorio de Portugal, nem era casado.* Assim o escreve no tom. 3. da *Mon. Lusit.* liv. 8. cap. 9. Confirma esta resolução com razoes, e Escrituras. Mas eu lendo com attenção ao Doutor Frey Bernardo de Brito no lugar citado, nelle acho hum a prova contra os argumentos de Brandaõ, de que claramente se infere o contrario do que elle affirmou. He esta prova, hum a doação, que fazem ao Mosteiro de Arouca Gundiario, e sua mulher Sefgunda de certa herdade, que acaba deste modo: *Facta cartâ die notum nono Kalendar. Septemb. erâ MCXXX. Regnante in Toletto, in Galicia, & in omni Hispania Adefonsus Princeps, filius Ferdinandi Regis, ejus & obtinente genero Comitte Erricu Portugale, & vicinas, in Colimbria Martino Comite, mandante Arauca Odorio Telliç, & Alvaro Telliç.* Isto he, que foy feita aquella doação aos 24. de Agosto da era de 1092. reinando em Toledo, em Galliza, e no resto de Hespanha o Principe D. Affonso filho delRey D. Fernando, e governando seu genro o Conde D. Henrique a Cidade do Porto com as terras visinhas, e tendo o governo de Coimbra o Conde D. Martim Moniz, e mandando Arouca Odorio Telles, e Alvaro Telles. Agora infiro assim. Logo antes do

A Rainha D. Theresa. 33

do anno de 1094. estava o Conde D. Henrique em Portugal, e era genro delRey, pois da Escriitura allegada, que se celebrou em 24. de Agosto do anno de Christo de 1092. consta huma, e outra cousa.

36 Porém a este argumento, que parecia indissolúvel, satisfez o Mestre Brandaõ com a costumada severidade, porque affirma no cap. 8. do liv. 8. do tom. 3. da Mon. Lus. que o Doutor Frey Bernardo de Brito devia de ver aquella Escriitura em algum traslado viciado, porque elle o vira no livro de pergaminho de Arouca de leitura antiga numero 70. e começava assim: *In Dei nomine. Ego Gundiarario Songemiriz, & uxor mea Sefgunda Flosendiz &c.* e acabava deste modo: *Facta cartula venditionis notum die VI. Kal. Martii, era M.C.XXX. regnante in Toletu, & in omni Gallicia, & Spania Adefonsus filius Fredenandi Regis. In Colimbria dux Martino Moniz, iudex in Arauca Justo Domenguiz mandantes Arauca Odorio Tellez, Alvaro Tellez, Monio Veniegas &c.* Diz. Em nome de Deos. Eu Gundiarario Songemiriz, e minha mulher Sefgunda Flosendiz &c. Foy feita esta carta de venda aos 24. de Fevereiro da era de 1130. que he o anno de 1092. reinando em Toledo, em toda Galliza, e Hespanha D. Affonso filho delRey D. Fernando, Capitaõ em Coimbra Martim Moniz, Juiz em Arouca Justo Domingues, e governando Arouca Odorio Telles, Alvaro Telles, e Munio Viegas. Desta differença se deduz, que não merece credito o exemplar, de que se valeo o Doutor Frey Bernardo de Brito, porque como elle não diz que era original, bem se vé que devia ser alguma copia, e como ella differe tanto da que vio incorporada no livro de Arouca o Doutor Brandaõ, foy engano seguir huma Escriitura indigna de fé, pois bastava para a não merecer acharse tão grande differença, como dizer huma que se fizera a doação a 24. de Agosto, e dizer a outra que foy a 24. de Fevereiro, e acharse em huma a memoria do Conde D. Henrique, que se não acha na outra, além de se não fazer menção na do Doutor Brito de Justo Domingues Juiz de Arouca, e de Munio Viegas terceiro Gover-

34 *A Rainha D. Theresá.*

nador de Arouca, de que se faz lembrança na Escritura allegada por Brandaõ.

37 Supponhamos porém que he infallivel a allegação de Brandaõ, e que deraõ a Brito huma Escritura tão viciada, como se vio, e por consequencia, que se não verifica a entrada do Conde D. Henrique em Portugal, nem o seu casamento no anno de 1092. temos outra prova humanamente irrefragavel de que o Conde D. Henrique já estava casado, e já governava terras de Portugal antes do anno de 1094. que he o que nega absolutamente o Padre Brandaõ, quando disse: *Que antes do fim do anno de 1094. nem o Conde D. Henrique teve o senhorio de Portugal, nem era casado.*

38 Este documento nos descobrio o Doutor Frey Leão de Santo Thomaz na 1. part. da *Benedictina Lusitana tract. 1. cap. 5.* em huma Escritura original, que se guarda no Archivio do Mosteiro de S. Tirso, a qual he a doação, que o Conde D. Henrique, e sua mulher a Rainha D. Theresá fizeraõ a D. Sueiro Mendes da Maya o Bom de toda a terra, que hoje he o Couto do sobredito Mosteiro, e foy feita aos 25. de Novembro da era de Cesar de 1131. que he o anno de Christo de 1093. Desta Escritura porcy as firmas, porque são notaveis: *Ego Alphonsus Dei gratia Hispanie Imperator, quod gener meus cum filia mea fecit, presentiam meam rogantibus confirmo Ego Berta Regina quod Dominus meus confirmavit; confirmo. Raymundus Comes quod socer meus facto scripto confirmavit, & ego de propria mea voluntate confirmo, & roboror. Humiliter & ego Urraca, quod Pater meus, & vir meus confirmavit, & ego de grato roboror.* Não traz este Authór as firmas do Conde D. Henrique, nem de sua mulher; as outras dizem em Portuguez: Eu D. Affonso pela graça de Deos Emperador de Hespanha confirmo o que meu genro, e minha filha fizeraõ, que me pediraõ que estivesse presente. Eu a Rainha D. Berta confirmo o que ElRey meu senhor confirmou. O Conde D. Raymundo, o que meu sogro confirmou por escrito, eu confirmo, e faço valioso de minha propria vontade:

A Rainha D. Theresa. 35

tade : e eu D. Urraca humildemente, e de boa vontade corroboro o que meu pay, e meu marido confirmaraõ.

39 Com esta Escritura, em que não pôde haver duvida por ser original, se faz certa a opiniaõ de que antes do anno de 1094. já o Conde D. Henrique estava casado, e em Portugal, pois fazia doaçoẽs de parte das terras, que governava. Muito vio o Mestre Brandaõ, muitos foraõ os Cartorios, que examinou, mas como não he possivel que hum só homem veja tudo, ficou para os outros, o que elle não pode ver, nem examinar, devendose ao acaso, o que se não deveo ao estudo.

40 Supposto pois que da Escritura de S. Tirso consta, que no anno de 1093. já o Conde D. Henrique estava casado, e governava o Porto, parece que devemos de assentar que neste anno se devia de fazer o seu casamento com a Rainha D. Theresa, pois já o achamos em Portugal no mez de Novembro, fazendo aquella doaçaõ a D. Sueiro Mendes da Maya. Pelo que se pôde argumentar, que o que lhe deo para governar seu sogro ElRey D. Affonso, foy a Cidade do Porto com as terras adjacentes, porque he certo que passaraõ tempos, sem que tivesse o governo de Coimbra. Em sete de Julho de 1092. e em trinta de Dezembro do mesmo anno, governava esta Cidade o Conde Martim Moniz, como se pôde ver em duas Escrituras, que traz o Doutor Frey Bernardo de Brito no *cap. 30. do liv. 7. da Mon. Lus.* No anno de 1093 tinha o governo da mesma Cidade de Coimbra o mesmo Martim Moniz, como consta de dous documentos, allegados pelo Doutor Frey Antonio Brandaõ no 3. *tom. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 6.* No anno de 1094. a 22. de Fevereiro, e a 13. de Novembro era Governador desta Cidade o Conde D. Raymundo, genro delRey D. Affonso de Leão, como se prova das doaçoens, que refere Brandaõ no dito *tom. e liv. cap. 7.* Porém já em 18. de Dezembro do mesmo anno de 1094. governava Coimbra o nosso Conde D. Henrique, como diz Brandaõ, fundado em huma doaçaõ, feita a Arouca por Garcia Odo-
riz, que diz: *Regnante Adefonsus Rex in Toletu, in Co-*

36 *A Rainha D. Theresa.*

limbria Comes Henricus, no dito tom. e liv. cap. 9. e deste anno por diante ficou o Conde Senhor de Coimbra, como se prova de hum numero infinito de documentos.

41 Daqui se vê com toda a certeza, que não deo El-Rey D. Affonso a seu genro o Conde D. Henrique, logo depois de casado, todas as terras, de que era senhor em Portugal, porque no mesmo tempo, em que governava o Porto o nosso Conde, era Governador de Coimbra o Conde Martim Moniz, e depois d'elle o Conde D. Raymundo. Como isto se fez não podemos conjecturar, porque nem temos Authores, nem documentos. Poderia ser que fossem tão grandes os serviços, que o Conde D. Henrique fez em obsequio de seu sogro, que para satisfação delles lhe desse o que ainda lhe obedecia em Portugal, reparando sem duvida que não estava dignamente premiado tão generoso coração com a primeira mercê.

42 Não ignoro que o Doutor Fr. Leão de Santo Thomaz entendeu o contrario desta differença de governos, de que até agora se fallou. Para o que se ha de notar, que feita aquella doação pelo Conde D. Henrique, e sua mulher, a D. Sueiro Mendes da Maya, como já vimos, elle pela grande devoção, que tinha ao Mosteiro de S. Tirso, lhe fez mercê de todas aquellas terras, que se lhe haviaõ doado; e na Escriitura, que está respirando grandeza, e piedade, se lê esta conclusão: *Facta series testamenti temporibus Adefonsi piissimi Imperatoris, & totius Hispania Principis, & uxore ejus Regina Berta, & gener ejus Comes Dñs Henrique totius Provincie Portugalensis Dñs, & uxore ejus nomine Tarasia.* He o seu sentido em vulgar, que se fez aquella doação no tempo de D. Affonso Emperador piissimo, e Rey de toda Hespanha, e de sua mulher a Rainha D. Berta, e de seu genro o Conde D. Henrique, Senhor de toda a Provincia do Porto, e de sua mulher D. Theresa. Nesta firma se funda o Padre Frey Leão para dizer: *Que esta doação se fez em tempo, que já o Conde D. Henrique era Senhor de Portugal.* Aquelle nome Portugal, se ha de entender neste lugar pela Cidade, e Comarca do Porto, cujo gover-

A Rainha D. Theresia. 37

governo administrava naquelle tempo o Conde D. Henrique. Esta advertencia tinha feito o Doutor Frey Bernardo de Brito, explicando a Escriitura já allegada, que o mesmo Conde fez a Eusebio Prior de Lorvão. O fundamento he, porque sendo a Cidade de Coimbra huma parte de Portugal, he certo que neste anno de 1093. e até o fim de 1094. eraõ seus Governadores o Conde Martim Moniz, e depois o Conde D. Raymundo, como se vio pelas Escrituras, que deixamos referidas, em que não pôde haver sospeita de vicio por serem originaes: E desta sorte se ha de concluir, que antes do anno de 1094. não só já era casado o Conde D. Henrique, mas que já tinha o governo de alguma porção de Portugal. Esta certeza nos descobrio o documento, que vimos, contra o parecer do Doutor Frey Antonio Brandaõ, e poderá ser que ainda appareçam outros, que mostrem mais antigo o seu casamento, e o seu governo, que por agora damos no anno de 1093.

38 *A Rainha D. Theresa.*

C.

*Como foy dado Portugal em dote à Rainha D.
Theresa, e a seu marido o Conde D.
Henrique.*

43 **S**E o Reyno de Portugal foy dado ao Conde D. Henrique com alguma especie de subordinação, ou se foy dado livre, absoluto, e independente, he materia, em que as Naçoens Portugueza, e Castelhana larga, e diffusamente contenderão. Entenderão os Portuguezes, que a subordinação era injuria da grandeza Real, e pareceo aos Castelhanos, que era credito da sua Coroa haver-lhe sido feudatario Portugal. Defendeo esta questão, contra as pretensões de Castella, o Padre Doutor Frey Antonio Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 9.* com a costumada severidade, e quando parecia que estava justificada com grandes fundamentos a liberdade primitiva desta Monarchia, succedeo a Acclamação do Senhor Rey D. João o IV. no memoravel dia primeiro de Dezembro do esperado anno de 1640. Com esta occasião começaram de novo as pennas Castelhanas, a querer mostrar como este Reyno fora tributario na origem à Coroa Castelhana, pretendendo deduzir por este principio, que fora injusta a Acclamação, que fizeraõ os Portuguezes na Pessoa do Serenissimo D. João, oitavo Duque de Bragança. Seguiu esta parte o Doutissimo D. João Caramuel no seu livro *Joannes Brigantinus illegitimus Lusitaniae Rex demonstratus*, e à sombra de homem tão grande não faltaraõ outros, que seguindo as suas pizadas, tomaraõ o mesmo argumento. Quem com mayor empenho entrou nesta questão, foy o Doutor D. Nicolao Fernandes de Castro, que naquelle volume *Portugal convencida* disse mais injurias, que palavras, mais indecencias, que razões. Prometteo no frontispicio

A Rainha D. Theresa. 39

picio da obra, que havia de convencer primeiro a Portugal com a razão, para depois ser vencido com as armas. Dedicou-a ao Marquez de Caracena, prognosticandolhe este desejado triunfo à sua espada. Lá lhe diria o Marquez de Caracena, que tão desgraçadas foraõ as armas, com que pelejou em Montes Claros a 17. de Junho de 1665. como foraõ debeis as razoes, com que argumentou no seu livro. Escreveo Caramuel, escreveo Valenzuela, escreveo Fuertes de Biota, escreveo de la Parra, e escreveraõ outros muitos, de que he escusado fazer por agora o Catalogo, mas como Procurador de todos escreveo Fernandes de Castro, pois o que nelles não permittio ou a modestia, ou a gravidade, disse este com tanta insolencia, como paixão. Bem lhe castigou a soberba, e bem lhe abateo os fumos da vaidade o insigne Velasco de Gouvea na resposta, que deo ao seu livro. Mas como este Author juntou em hum corpõ todos os argumentos, de que se valeraõ os mais, a elle lhe responderemos, seguindo a mesma ordem, com que os propoz.

44 E deixando para melhor occasiã o satisfazer a Fernandes o mau conceito, que fórma de Frey Antonio Brandaõ, e dos Escritores Portuguezes, que escreveraõ com mais fundamento do que elle os impugna, o primeiro argumento, com que pretende mostrar, que Portugal era subordinado a Castella, e dependente o governo do Conde D. Henrique do governo de seu sogro D. Affonso VI. de Leaõ, he huma carta, que este Principe escreveo a seu genro, de que para melhor intelligencia daremos a copia, como a traz Brandaõ no tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 9. *Alfonsus Dei gratia Imperator, vobis dilectissimo filio meo Comiti Donno Henrico in Domino salutem. Venit ad me querela de ipso Episcopo de Colimbria de villa Volpeliarès, quæ est sub testamento de suo Monasterio de Vacariça, quam habent minus, & dicunt mihi, quia ego dedi illam ad Donnum Ciprianum, sed non venit mihi in mente, & quamvis ego eam dedissem si in testamento erat de illo Monasterio, ego nec autorigo, nec antorigabo eam, sed*

40 *A Rainha D. Theresa.*

vos quantum mihi bene queritis, causam de illa Sede, & de illos Monasterios inderenzate illas. Valet. Traduzida em vulgar diz deste modo. Affonso por graça de Deos Emperador, a vós meu muito amado filho o Conde D. Henrique, faude no Senhor. Queixouseme o Bispo de Coimbra de que lhe falta a Villa de Vopeliars, a qual pertence ao seu Mosteiro de Vacariça, e dizem que eu a deey a D. Cipriano, do que não estou lembrado. Mas dado o caso de que eu a désse, se ella era do dito Mosteiro, eu nem authorizo, nem autorizarey tal doação. Vós pelo bem que me quereis, decidi, e resolvey a contenda destas Igrejas. Deos vos guarde.

45 Desta carta infere Fernandes com Caramuel, que se mostra com evidencia a sojeição do Conde D. Henrique ao Throno Castelhano, porque diz que aquellas palavras: *Sed vos quantum mihi bene queritis, causam de illa Sede, & de illos Monasterios inderenzate*, não são precarias, senão imperativas, e que tendo dado ElRey D. Affonso aquelle feudo com jurisdicção, mero, e mixto imperio, e que attendendo à distancia, de que haviaõ de vir as partes a litigar, fora hum acto de grande prudencia não advocar a si a causa, e não querer tirar a seu genro a primeira instancia. Confirma este seu discurso dizendo que se recorreo a ElRey, porque se tratava de huma doação de jurisdicção, e territorio feita pelo mesmo Principe, que podendo conhecer da causa, a commettera ao Conde D. Henrique, para que a decidisse, como fosse justiça, e que o Bispo de Coimbra se queixara a D. Affonso como Juiz competente, e que por estes tres principios era sem duvida, que fora dado Portugal com subordinação a Castella.

46 Porém Fernandes não tem razão no que diz, porque da contextura da mesma carta se convence, que o recurso a ElRey não foy a outro fim, senão a saber se por ventura tinha elle dado a Dom Cipriano aquella terra, ou não; porque se a deo, era necessário que reparasse que a não podia doar, porque eraõ bens da Cathedral de Coimbra, e se a não deo, lha queria o Bispo repetir como a possuidor intruso,

A Rainha D. Theresa. 41

trufo, e violento. A mesma reposta do Principe he o melhor fundamento da contraria opiniaõ, porque ingenuamente confessou, que se não lembrava de ter feito semelhante doação, e que o seu animo nunca fora prejudicar no caso supposto aos privilegios da Igreja, porque não fazia, nem faria boa com a sua authoridade tal doação, como quem conhecia que para a fazer lhe faltava a jurisdicção, por não ser em terra de dominio proprio, mas alheyo, qual era já naquelle tempo Portugal; e bem se vé que lhe não devia este Reyno genero algum de subordinação, pois commetteo a causa para que seu genró a julgasse, o que não faria sendo o Conde D. Henrique seu vassallo, porque nesse caso resolveria a questãõ, e mandaria executar a sentença como Soberano.

47 Continúa Fernandes o seu assumpto, e diz que se justifica a pretendida subordinação de Portugal a Castella com hum documento, de que falla Brandaõ no *cap. 9. do liv. 8. do tom. 3. da Mon. Lusit.* e que se acha transcritto na *Centuria 6. de Yepes, Escritura 43.* de cuja força se valeo Caramuel para provar o mesmo intento. He este documento hum privilegio, dado por ElRey D. Affonso VI. ao Mosteiro de S. Servando, nos Idus de Fevebreiro da era 1133. que he aos treze daquelle mez do anno de Christo 1095. e nelle, depois de affinar ElRey, sua mulher a Rainha Berta, e o Conde D. Raymundo, se acha a subscripção do Conde D. Henrique por estas palavras: *Henricus gener Regis cum uxore mea Tarasia, quod socer fecit, confirmo:* eu o Conde D. Henrique genro delRey, com minha mulher D. Theresa confirmo o que fez meu sogro. Daqui argumenta Fernandes com Caramuel, que se convence ser o Conde D. Henrique subordinado a ElRey de Castella, pois confirmava como subdito as suas mercês, e doações. Porém este argumento não prova o que pretende Fernandes; porque dando por certa a dita Escritura, de cuja validade fallaremos abaixo, della se não colhe a pretendida subordinação de Portugal a Castella, porque o Conde D. Henrique não confirmava como vassallo, nem como inferior, senão

42 *A Rainha D. Theresa.*

senão como quem podia pelo discurso do tempo vir a succeder na Coroa de seu sogro, o que parece que misteriosamente diz aquella palavra *gener*, genro, pois vemos que os immediatos successores são chamados, e ouvidos para consentirem nas disposições dos administradores actuaes, para com a sua confirmação, e consentimento ficar valida, depois da morte, a mercê, ou doação, porque faltando-lhe esta solemnidade, poderia alterar a vontade do successor a disposição do administrador antecedente, e para que as Religioens, e pessoas, com quem mostravaõ os Reys ou a sua liberalidade, ou devoção, ou a sua justiça, e agradecimento, não ficassem defraudadas do que huma vez se lhes doara, confirmavaõ os Grandes do Reyno, como testemunhas, e os que podiaõ ser herdeiros da Coroa, como consentidores da doação. Não póde duvidar Fernandes desta doutrina, porque em parte he sua, quando diz na pag. 570. deste modo: *Siendo sabida la costumbre antiquissima de España de confirmar los Grandes, y Prelados del Reyno los privilegios de los Reyes, de la manera que en Alemania, Francia, y Inglaterra, y infinitos Reynos del mundo; a fin que tratandose comunmente en los privilegios de concessiones de jurisdiccion, regalia, y otros bienes de la Corona, que son inagenables; sin caussa, y sin consentimiento de los Reynos, se sepa que los Proceres consentieron en la concession.* Pois se os Grandes davaõ o seu consentimento para serem estaveis as doações, que faziaõ os Reys, porque sem o seu beneplacito, como diz Fernandes, não tinhaõ vigor, por serem porções, que se desmembravaõ da Coroa, quanto mais seria necessario o consentimento de hum Principe, que como genro delRey poderia vir a ser seu herdeiro?

48 Além de que a Escritura, em que se funda Fernandes, não me parece tão verdadeira, como elle suppoem. Darey a razão da minha duvida. Foy ella celebrada aos 13. de Fevereiro de 1095. e neste tempo já havia mais de hum anno, que o Conde D. Henrique estava em Portugal, com a Rainha D. Theresa sua mulher, como nos consta da doação original, feita a D. Suciro Mendes da Maya o Bom em 25. de

A Rainha D. Thereza. 43

de Novembro de 1093. de que já fizemos menção na pag. 34. e por outra de que falla Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 9.* se sabe que estava governando Coimbra o mesmo Conde aos 15. das Calendas de Janeiro de 1133. que são 18. de Dezembro de 1095. e não de 94. como por descuido escreve Brandaõ. E parece duro de crer, que sahisse de Portugal o Conde D. Henrique a afinar hum privilegio, que dava seu sogro a hum Mosteiro de Religiosos! E se me disserem que esta confirmação era do mesmo modo, que as dos filhos dos Reys, que em nascendo se lhes punhaõ os nomes nas Escrituras, ainda que pela falta da idade o não podiaõ fazer, e como as dos Prelados, que sempre se costumavaõ pôr, ainda que não estivessem presentes, estimara que me dissessem porque se não poz a confirmação do Conde D. Henrique em todas as mais Escrituras, que celebraraõ os Reys de Castella, e Leão, durando a sua vida? E porque se não puzeraõ as subscripçoens de S. Giraldo, Arcebispo, que já era de Braga desde o anno de 1093. e a de Cresconio Bispo de Coimbra? Parece que se faz sospeitosa no privilegio de S. Servando a confirmação do Conde D. Henrique, como tambem outras duas, de que faz memoria Sandoval na Vida del Rey D. Affonso VI. huma de 3. de Junho de 1101. e outra de 25. de Janeiro de 1103. em que não só confirma o Conde D. Henrique, mas confirma dizendo, que era Conde de Portugal, o que certamente mostra Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 11.* com solidos fundamentos, que não foy, e que nem tiveraõ este titulo as terras, que se lhe deraõ em dote, o que no meu juizo elle com facilidade convence, porque sendo dado Portugal em dote à Rainha D. Thereza como Condado, ella he a que se devia intitular Condesa, e por essa causa seu marido Conde de Portugal; mas nós vemos que ella nunca usou de outro titulo senão do de Rainha, ou do de Infanta, e algumas vezes simplesmente do seu nome; razão que prudentemente nos obriga a duvidar da verdade daquelles documentos, que sem grande escrúpulo podemos dizer que se viciariaõ os traslados, que vio

Sando-

44 *A Rainha D. Theresa.*

Sandoval, para se valer de huma mentira a temeraria pena de Fernandes.

49 Nem me parece que melhora de condição o mesmo Author, quando observa, que ElRey Dom Affonso se chamou Emperador de toda Hespanha, e por consequencia como senhor tambem de Portugal, lhe era sojeito o Principe, que o governava. Não diz bem Fernandes neste argumento, porque delRey D. Affonso se intitular Emperador de toda Hespanha, não se segue que lhe fosse subordinado Portugal. Provaremos esta verdade com a solução de outro argumento do mesmo Fernandes, com que pretende mostrar que o nosso Rey D. Affonso Henriques fora vassallo de D. Affonso VII. Vio-se este Principe tão favorecido da fortuna, que depois de repetidas, e sanguinolentas batalhas fez tributarios à sua Coroa os Aragonezes, os Navarros, os Catalaens, e parte de França. Junto o Reyno em Cortes na Cidade de Leão, se assentou de commum accordo, que supposta a grandeza, em que se achava ElRey D. Affonso, se lhe desse o titulo de Emperador como premio da sua felicidade. Tomada esta resolução se coroou Emperador ElRey D. Affonso, pondolhe a Coroa o Arcebispo de Toledo, e assistindolhe de hum lado D. Garcia Rey de Navarra, e do outro Arriano Bispo de Leão. Deo o Pontifice Innocencio II. a sua approvação, e com todas estas solemnidades foy tratado ElRey D. Affonso como Emperador de Hespanha. Assim o conta o Padre Mariana no 1. *tomado da Historia de Hespanha, liv. 10. cap. 16.* Donde se vé que nem por ser coroado Emperador de toda Hespanha teve algum genero de dominio em Portugal, que se o tivera, não deixara o Padre Mariana, como inimigo jurado da Coroa Portugueza, de o declarar, e he certo que elle, que o não escreveo, não teve fundamento, nem ainda levissimo, para o affirmar. Agora responda Fernandes. Pois se hum Emperador feito, e coroado com todas as ceremonias necessarias, não tinha em Portugal dominio algum, ainda que incluísse toda Hespanha na grandeza do seu titulo, que importava que se chamasse Emperador de toda Hespanha
ElRey

A Rainha D. Theresa. 45

ElRey D. Affonso VI. sem mais causa que à imitação de seu pay ElRey D. Fernando, que usou do mesmo titulo, para que daqui se argumente que Portugal lhe era feudatario?

50. Pelo que escreve Sandoval, desde os principios do seu governo usou ElRey D. Affonso VI. do titulo de Emperador, como se justifica com as reaes confirmaçoens de muitas Escrituras, e especialmente com huma de 21. de Julho da era de 1125. que he o anno de Christo de 1087. que elle allega na pag. 38. col. 1. da *vida deste Principe*, em que diz: *Ego Adefonsus ab ipso Deo constitutus Imperator super omnes Hispaniæ nationes*: eu D. Affonso feito por Deos Emperador de todas as naçoens de Hespanha. Este titulo bem se vê que não era mais, que conservar com elle a grandeza do dominio dos Godos, que extinguindo pela força das armas as reliquias do Imperio Romano lhe usurparaõ as terras com o titulo, de sorte que confessa o mesmo Sandoval no lugar citado, que bastou casar ElRey D. Affonso de Aragoã com a Rainha D. Urraca, herdeira de D. Affonso VI. para se chamar Emperador, porque esta dignidade era só dos Reys de Leão, e Castella, como successores principaes da Monarchia dos Godos. E com tudo ao mesmo tempo, em que ElRey D. Affonso se chamava Emperador de toda Hespanha, he certo que lhe não erã feudatarios aquelles Principes, cujos herdeiros o foraõ depois de seu neto D. Affonso VII. Logo não diz bem Fernandes, quando conclue, que como Emperador de toda Hespanha lhe erã tributarios todos os dominios da mesma Hespanha, e por consequencia o de Portugal.

51. Mas veja agora Fernandès o pouco fundamento, com que arrogantemente escreve, que D. Affonso VII. coroado Emperador de toda Hespanha, em virtude deste magestoso titulo tinha o dominio directo de Portugal, e que D. Affonso Henriques o tinha como actual dependencia da Coroa Castelhana. Que muito era que esta pequena porção, com que seu avô havia dotado a sua tia a Rainha D. Theresa, o não reconhecesse como Senhor, se elle mesmo entre toda a gloria da magestade Cesarea pagava tributo, e
era

46 *A Rainha D. Theresa.*

era feudatario? Escandalosa noticia para as orelhas de Fernandes, mas verdadeira! Se Fernandes lera a D. João Briz Martines acharia provada esta verdade com documentos irrefragaveis na *Historia de S. Juan de la Peña*, liv. 5. cap. 34. pag. 381. aonde se podem ler memorias dignas certamente de toda a ponderação. Pois se ElRey D. Affonso VII. se chamava Emperador de toda Hespanha, porque tinha por feudatarios aquelles Keys, de que falla Mariana, sem se lembrar a sua vaidade, que ao mesmo tempo pagava tributo pela Cidade da Caragoça, e suas dependencias a ElRey D. Ramiro, o que baltava para não ter a grandeza, que por este titulo lhe pretende dar o nosso Fernandes, não he muito, que D. Affonso Henriques lhe não pagasse tributo das terras, que governava como absoluto Senhor.

§ 2 Tornando pois ao Conde D. Henrique, e à obstinada pertinacia dos argumentos de Fernandes, continúa elle dizendo, que consta a sojeição deste Reyno ao de Castella de hum Concilio, celebrado em Oviedo pela Rainha D. Urraca no anno de Christo 1115. do qual faz menção Sandoval na *Chronica de D. Affonso VII.* pag. 19. col. 1. Nelle (como se vé da grande Collecção do Cardeal de Aguirre tom. 3. pag. 324. e seguintes) se lem estas palavras no §. 6. *Regina autem domina Urraca cum omnibus filiis, & filiabus suis, hanc prescriptam constitutionem confirmavit, & juravit eam, & fecit jurare, & confirmare eam omnibus hominibus habitantibus in omni regno ejus, tam Ecclesiastici ordinis, quam secularis. Sorores itaque jam dictae Reginae, dona Geloira Infanta cum omnibus filiis, & filiabus suis, & cum omnibus hominibus sibi subditis, atque Infanta dona Tarasâ cum omnibus filiis, & filiabus sibi subditis juraverunt, & confirmaverunt, sicut supra taxatum est.* Quer dizer, que a Rainha D. Urraca com todos os seus filhos, e com todas as suas filhas confirmou, e jurou a sobredita constituição, e a fez jurar, e confirmar por todos os moradores do seu Reyno, tanto da Ordem Ecclesiastica, como da secular. As irmãs da dita Rainha, a Infanta D. Elvira com todos os seus filhos, e filhas, e com todos os seus vassallos, e

a Infan-

A Rainha D. Theresa. 47

a Infanta D. Theresa com todos os seus filhos, e filhas seus subditos juraraõ, e confirmaraõ, como estava ordenado. Continuaõ pelos §§. seguintes as confirmações dos Cavalheiros Castelhanos, divididos pelas suas terras, e depois as subscripções dos Bispos: logo a maldiçaõ aos que forem contra o que se estabeleceo naquelle Concilio, e a bençaõ a todos os que o approvarem. Segue-se a confirmação del-Rey D. Affonso VII. na era de 1162. que he o anno de Christo de 1124. e a do Infante D. Affonso Henriques na era de 1158. que he o anno da Redempção de 1120. e à margem de huma, e outra confirmação diz o Cardeal de Aguirre, que estaõ erradas as eras, sem que nos diga qual seja a causa, nem a emenda deste erro. Segue-se a confirmação del-Rey de Aragaõ D. Affonso, e de seu irmão D. Ramiro o Monge; outra maldiçaõ, e outra bençaõ, e ultimamente a acção de graças, com que se conclue este, no meu parecer, ou supposto, ou viciado Concilio.

53 E a primeira razãõ de assim o entender he, porque parece improprio que confirme a Rainha com todos os seus filhos, e filhas, quando ella não teve mais que o Infante D. Affonso depois o VII. do nome, entre os Reys de Leão, e Castella, e a Infanta D. Sancha; e o mesmo da Infanta D. Elvira, de quem não sabemos mais, que ser mãy de dous filhos, hum chamado D. Affonso Jordaõ, successor de seu pay no Condado de Tolosa, e de S. Gil, e outro D. Beltraõ, sem haver noticia de filha alguma, que tivesse de seu marido o Conde de Tolosa, e S. Gil D. Raimundo.

54 A segunda he que tem difficuldade o crer, que achandose viuva a Rainha D. Theresa havia tres annos, deixasse o governo dos seus Estados, infestados continuamente com as armas dos Mouros, e fosse a Oviedo a assistir, e confirmar hum Concilio, em que o mayor ponto, que se determinou, foy que setenta passos de distancia da Igreja se não pudesse tirar malfeitor algum, senão em certos casos, que naquelle Canon se declaraõ. E quem haverá que não julgue por escusadissima huma jornada para este fim?

55 A terceira he que se a Rainha D. Theresa assistio naquelle

48 *A Rainha D. Theresa.*

naquelle Concilio, como feudataria da Coroa de sua irmã, tão desamparada foy, que nem hum criado levou em sua companhia, que fosse capaz de pôr o seu nome, aonde o puzeraõ duzentos e setenta e oito Castellhanos, que tantos são os que se achaõ confirmando este grande Concilio de Oviedo?

56 A quarta he, que depois de passados alguns annos, como consta das eras, que já apontámos (ainda que erradas, como diz o Eminentissimo Aguirre) se acha de novo este importantissimo Concilio confirmado por ElRey D. Affonso VII. pelo Infante D. Affonso Henriques, e pelos Reys D. Affonso, e D. Ramiro de Aragaõ, sem que houvesse quem o levasse a confirmar por D. Ramon Arnaldo Berenguer Conde de Barcelona, que entaõ vivia. Se o que nelle se decretou, era tão importante à Religiaõ dos Hespanhoes, porque não mereceo o Condado de Catalunha ter noticia de materias tão conducentes à melhor observancia da Ley Euangelica? Além de que esteve esperando este Concilio, e os seus Notarios, que passassem tantos annos, quantos vão da sua celebração ao tempo das confirmaçoens dos Reys, para se lhe pôr a ultima conclusaõ, como delle melhor póde contar?

57 A quinta he, porque como observou o Padre Berganza no 2. tom. das *Antiguidades de Hespanha*, liv. 6. n. 44. naquelle Concilio se fizeraõ assinados muitos Cavalheiros, pelas suas Provincias, que elle entende que não estiveraõ presentes, como também os Arcebispos, e Bispos, de que se achão as subscripçoens. He tão justamente fundada esta sua duvida, como se verá pelos seus fundamentos. Naquelle Concilio se affirma, que presidio D. Pelayo Bispo de Oviedo, e sobrescrevendo nelle D. Bernardo Arcebispo de Toledo, que juntamente era Legado Apostolico em Hespanha, bem se vé que não póde subsistir, não só porque os Arcebispos sempre precedem aos Bispos, e só entre si huns aos outros pela antiguidade da sagração, mas porque como Legado da Santa Sé era indisputavel a sua precedencia a todos. Mais. Neste Concilio se lê a firma de D.

Diogo

A Rainha D. Theresa. 49

Diogo Gelmires Arcebispo de Santiago, ou Compostella, e elle não foy feito Arcebispo, nem a sua Igreja Metropolitana senão no Pontificado de Calixto II. que foy eleito no primeiro de Fevereiro de 1119. como diz Gil Gonçalves de Avila no *Theatro Ecclesiastico de Castella* 1. tom. pag. 43. No mesmo Concilio esta firmado D. Pedro Bispo de Segovia, e conforme dizem os Annaes de Toledo, que se achão impressos no *Appendice do sobredito tomo de Berganza* pag. 569. col. 2. toy sagrado Bispo de Segovia a 25. de Janeiro da era de 1158. que he o anno de Christo 1120. Ultimamente no Concilio de Oviedo affina Munio Bispo de Salamanca, e o primeiro Prelado daquella Igreja depois da sua restauração foy D. Jeronymo, que ainda vivia pelos annos de 1119. diz Berganza no lugar citado.

58 A estas duvidas, que tem muita força, accrescento eu outra de não menos pezo. A terceira subscripção dos Prelados daquelle Concilio he a de D. Payo Arcebispo de Braga, e não pôde ser que no anno de 1115. estivesse affinando hum Bispo, que foy eleito para governar aquella Igreja, de que se chamava Pastor no anno de 1118. Prova esta verdade doutissimamente o Illustrissimo Primaz D. Rodrigo da Cunha na 2. parte da *Historia dos Arcebispos de Braga* cap. 11. n. 4. aonde a podem ver os curiosos. E achandose naquelle Concilio tantos erros, como temos visto, não ha para que tratar mais da sua validade, pois sem grande escrúpulo se pôde, e deve ter por supposto, mal fingido, e inventado para fins particulares, que só poderia descobrir o seu Author.

59 Nella mesma officina se devia de forjar aquella notavel carta, de que traz hum copião o Cardeal de Aguirre no tom. 3. da *Collecção dos Concilios de Hespanha* a pag. 305. He ella escrita a Hugo Abbadé de Clunî, e contém hum concordata, feita pelos Condes D. Raimundo, e D. Henrique sobre a futura partilha, que haviaõ de fazer pela morte de seu sogro D. Affonso VI. Nella se faz a mercê ao Conde D. Henrique de criado de D. Raymundo, *Henricus Comes ejus familiaris*. Na introducção desta carta mostrou

D

Aguirre,

50 *A Rainha D. Theresæ.*

Aguirre, que era descuidado no exame dos papeis, de que formava a sua Collecção, senão foy que com huma apparente sinceridade quiz deixar impressa a paixão Castelhana. Não diz donde se tirou, como o faz em quasi todos os documentos, de que se serve, sem duvida porque se não atreveo a infamar algum Cartorio com tão ridiculo achado. Não se achará com facilidade semelhante aggregado de impropriedades, como estarem dous genros, e dous cunhados fazendo concertos sobre a herança de seu sogro, que vio morrer a hum delles, que foy o Conde D. Raymundo, por cuja morte casou ainda em sua vida a sua filha D. Urraca com D. Affonso Rey de Aragoã: como dizerse que hum Principe, como D. Henrique, que era tão illustre como seu cunhado D. Raymundo, e que se achava casado com outra filha do mesmo Rey, que era seu criado. Mas deixando todas estas razoes, que bem persuadem o pouco discurso, de quem ideou aquella carta, para se convencer a sua falsidade, e para se declarar a malevolencia, com que se mandou imprimir, que foy para insinuar a sojeição do Conde D. Henrique ao Conde D. Raymundo naquellas palavras, *Totamque terram, quam obtines modò à me concessam, habeas tali pacto, ut sis inde meus homo, & de me eam habeas domino*, bastará saber que foy escrita no anno do Senhor de mil e noventa e tres, e que nella se diz: *Raymundus Comes, ejusque filius*, o Conde D. Raymundo, e seu filho. E a razão da falsidade he, porque o Conde D. Raymundo teve de sua mulher a Rainha D. Urraca hum unico filho varão, que foy o Emperador D. Affonso VII. o qual naceo no primeiro de Março de mil cento e seis, treze annos depois de escrita esta apocrifia, e chimerica carta. Como podia logo fazer contratos, e composições em nome do filho, que não tinha? Basta de carta, e ouçamos a Fernandes, que ha tempo, que não diz das suas.

60 Deixando pois outros argumentos, com que nos faz huma continuada investiva por muitas secções, cujas repostas se incluem em algumas das que temos dado, diz este impacientissimo Bacharel na Secção 2. do cap. 2. que
mal

A Rainha D. Theresa. 51

mal podia D. Affonso Henriques ser senhor absoluto, e independente de Portugal, quando elle teve de D. Affonso de Castella primeiro o titulo de Duque, e depois o de Rey. Confirma este erro com as authoridades de dous Rodrigues, hum Ximenes Arcebispo de Toledo, outro Sanches Bispo de Palença, mas injustamente argumenta com o primeiro, porque as suas palavras são citas no *cap. 6. do livro. 7. Hic primus in Portugallia sibi imposuit nomen Regis, cum pater ejus Comes, & ipse Dux ante à diceretur.* Este foy o primeiro (falla de D. Affonso Henriques) que tomou o nome, e titulo de Rey, sendo que seu pay já antes se chamava Conde, e elle Duque. Mas na intelligencia destas palavras mostrou Fernandes, que se esquecia da lingua Latina, se he que algum dia a estudou, porque tão longe está o Arcebispo D. Rodrigo de lhe servir com este texto, para o que pretende a sua malevolencia, que antes diz o contrario; porque aquelle *sibi imposuit nomen Regis*, quer dizer que o nosso Principe tomou o titulo de Rey sem dependencia de pessoa alguma, senão porque elle se resolveo a tomallo sem mais razão que a sua vontade. O Bispo Sanches escreveu tudo o que Fernandes podia desejar. Diz pois este Prelado na sua *Historia de Hespanha part. 1. cap. 14.* deste modo. *Comes igitur ipse patriam* (deve de dizer *partem*) *illam passedit cum solita recognitione regi Hispaniæ debita. Genuit igitur ex ea filium Alonsum Henriques nomine, quem Rex Castellæ primò Ducem Portugalliæ creavit. Deinde aliquibus præiis habitis cum Saracenis, & rebus prosperè gestis, volente Rege Castellæ regium titulum accepit.* Dizem traduzidas. O mesmo Conde (D. Henrique) possuhio aquella parte com o costume do reconhecimento, que era devido a El Rey de Castella. Teve della (falla da Rainha D. Theresa) hum filho chamado D. Affonso Henriques, ao qual fez primeiro Duque El Rey de Castella. Depois havendo-lhe succedido felizmente em algumas batalhas, que teve com os Mouros, permittindo-o El Rey de Castella, tomou o titulo Real.

61 Estas são as palavras, com que Fernandes nos quer
Dij deixar

52 *A Rainha D. Thereza.*

deixar convencidos da subordinação de Portugal a Castella, e concluida estava a materia se fossem verdadeiras, assim como são mentirofas. Primeiramente D. Affonso Henriques ainda antes da batalha de Ourique já se chamava Infante, por ser filho da Rainha D. Thereza, e algumas vezes Principe, não porque quizesse representar neste titulo o predicamento de filho de Rey, mas porque aquella palavra significava o Senhorio de Portugal: e se em alguma Escriptura daquelle tempo se acha com o nome de *Dux*, não he Duque, senão Capitaão, e General dos Portuguezes, como tambem se ha de entender do mesmo modo o titulo de Rey, que se acha no Foral de Ponte de Lima, em huma Escriptura de S. João de Alpendorada, na do Couto do Mosteiro de S. Christovão de Lafoens, e outras mais, porque nellas se lhe dava este tratamento como a Principe, e Senhor absoluto dos seus Estados, o que tudo deixou observado com a costumada exacção o Mestre Brandaão no *tom. 3. da Mon. Lusit. lib. 9. cap. 17. no fim.* Bem vejo que dirá Fernandes, que o não convence a elle o discurso de Brandaão, porque com estas distincções foge à difficuldade, mas como D. Rodrigo Sanches affirma que ElRey de Castella fez primeiro Duque a D. Affonso, e depois Rey, em se lhe mostrando que o não fez Rey, tambem ficará convencido que o não fez Duque, porque no seu modo de dizer hum beneficio he dependente do outro.

62. Prova-se com evidencia esta verdade, porque dada a famosa batalha de Ourique, tingindo a nova purpura no barbaro sangue dos Sarracenos, foy naquelle campo aclamado Rey de Portugal D. Affonso Henriques. Deixando agora os successos, que houve logo depois da acclamação, pretendeo o Rey novamente eleito, que lhe dêsse o Papa a confirmação do titulo Real. Oppoz-se ElRey de Castella à pretensão do de Portugal: duvidoso o Pontifice não deferia nem a hum, nem a outro Principe. Nestas duvidas, e nestas dilacões recorreo ElRey D. Affonso Henriques a S. Bernardo, de quem era parente, pedindolhe que interpuzesse com o Papa a sua authoridade, para que pela efficacia

A Rainha D. Theresa. 53

cacia dos seus rogos, e do seu respeito lhe concedesse a confirmação, que pretendia. Traz a carta o Doutor Fr. Bernardo de Brito na *Chronica de Cister* liv. 3. cap. 4. e Antonio Paes Viegas nos *Principios de Portugal* pag. 144. vers. e he a seguinte.

63 *Alfonsus gratiâ Dei Rex Portugalorum* Bernardo Abbati Clarevalensi; bonum animum, bonam voluntatem, & memoriam junctæ necessitudinis. Notum est quod mihi contingit parum tempus est in meas terras contra Mauros inimicos meos, qui venerunt contra me in tota sua virtute, & ego totos vici per voluntatem Dei, & de bono judicio vassallorum meorum nomen Regis accepi, quia Deus sic voluit. Querimoniam multam de hoc misit Rex Castellæ ad Dominum Papam, & ille per Legatum suum voluit me projicere de nomine Regis, vel ad minus facere quod dem pecum Regi Castellæ. Hoc nolunt mei vassalli, qui sua fortitudine meam terram liberaverunt de dominio alieno. Et quia melius erat dare tributum Deo, quam hominibus in manus Legati promisi quatuor uncias auri singulis annis Beato Petro Apostolo tanquam ejus miles. Rex Castellæ contradicit hoc, & Dominus Papa est in dubio. Peto ut faciatis ista omnia quod veniant ad finem bonum, & ipse nos confirmet regium nomen, & suscipiat me in militem Divi Petri. Reliqua dicet vobis frater meus Petrus, quem mitto ad hoc.

64 Em Portuguez. D. Affonso por graça de Deos Rey de Portugal a Bernardo Abbade de Claraval bom animo, boa vontade, e memoria do parentesco. Sabido he o que ha pouco tempo me succedeo nas minhas terras contra os Mouros meus inimigos, que vieraõ contra mim com todo o seu poder, e eu os venci a todos pela vontade divina, e de parecer dos meus vassallos tomei o titulo de Rey, porque Deos assim o dispoz. Disto se queixou ElRey de Castella ao Papa, e elle pelo seu Legado me quiz tirar o nome de Rey, ou que lhe pagasse algum tributo, o que os meus vassallos não querem consentir, porque elles com o seu valor livraraõ a minha terra de dominio estranho. E porque era melhor pagar tributo a Deos, do que aos homens, prometti

54 *A Rainha D. Theresa.*

metti ao Legado pagar todos os annos quatro onças de ouro ao Apostolo S. Pedro, como seu soldado. ElRey de Castella impugna isto, e o Papa se acha duvidoso. Peçovos, que procureis que tudo me succeda bem, e que o Papa me confirme o titulo de Rey, e que me aceite por soldado de S. Pedro. O mais vos dirá meu irmão D. Pedro, que mando a este negocio.

65 Desta carta se vê que tão longe esteve ElRey de Castella de nomear Rey de Portugal a D. Affonso Henriques, que antes lhe impedio a confirmação, que pedia ao Papa. Com que justiça logo diz D. Rodrigo Sanches, que D. Affonso foy Rey por consentimento, e vontade del-Rey de Castella, *Volente Rege Castellæ*? Se lho havia dado, como impedia a confirmação Pontificia do mesmo titulo que lhe dera? O certo he que tanto o fez Duque, como Rey, e que o Bispo de Palencia sonhou o que escreveo, para se aproveitar desta fabula o desesperado Fernandes.

66 Vay continuando Fernandes com os seus argumentos, e com a repetição das injurias, em que mostra a vileza do seu animo, e a pouca efficacia das suas razões, de que ainda neste seculo deixou por herdeiras muitas pennas Castelhanas, e diz que ElRey D. Affonso Henriques reconheceria vassallagem a seu primo D. Affonso VII. o Emperador, e a ElRey D. Fernando II. a hum para levantar o sitio de Guimaraens, em que o havia cercado, e ao outro quando foy preso em Badajoz. Nada disto he assim, porque em nenhuma destas occasioens se fallou em feudo, nem subordinação. Na primeira não, porque o Infante D. Affonso Henriques não teve noticia do que o seu Ayo Egas Moniz ajustara com seu primo; mas antes quando o soube, mostrou sentimento, e indignação de se haver celebrado semelhante contrato, e ainda que concedamos, que com a promessa do reconhecimento se levantou o cerco, he sem duvida que nunca se lhe deo satisfação, porque foy sem o beneplacito do Principe, que se achava cercado, e desta sorte foy de nenhum vigor a promettida subordinação, por não ser feita pelo Principe, e porque nunca teve o esperado

A Rainha D. Theresa. 55

rado effeito. Na segunda não, porque nestas materias não se deve dar credito aos Authores modernos, que escrevem à sua vontade sem mais documentos, que a tua paixão, e sem mais noticias, que humas tradições tão mal fundadas, que não tem authoridade, com que levemente as possam confirmar. Não repetiremos o caso, porque já o deixamos escrito na pag. 26.

67 Conta este successo o Arcebispo D. Rodrigo, e dizendo miudamente as circumstancias, que nelle houve, declarando o grande desgosto delRey D. Affonso Henriques na fatalidade da sua queda, e offerecimento, que fez ao Rey vencedor da sua pessoa, e Reyno, e ultimamente a reciproca restituição de terras, que se haviaõ ganhado, não falla hum a só palavra em materia de subordinação, sendo por certo aquelle o tempo, em que melhor do que nunca se podia fallar nella, se a houvera; mas o Arcebispo que o não disse, bem se póde ter por infallivel, que não havia esta pretendida vassallagem. Para confirmar Fernandes o seu discurso, continúa dizendo que promettera ElRey D. Affonso Henriques a ElRey D. Fernando de ir às suas Cortes, quando pudesse montar a cavallo, o que nunca fez, para desta sorte não cumprir a palavra. E supposto que diga que assim o escreve Duarte Galvão, não he o seu testemunho o que basta para lhe darmos o credito, que Fernandes lhe dá, porque a respeito daquella idade he Galvão muito moderno, como Escriitor no reynado delRey D. Manoel; e aquelles Authores visinhos ao tempo delRey D. Affonso Henriques não dizem que não montava a cavallo este Principe por esta razão, senão porque ficou inhabilitado para nunca mais o fazer, e servindose de carroça por esta causa. Este he o juizo do Arcebispo D. Rodrigo: *Nec propter lesionem tibie potuit postea militare officium exercere.* E D. Lucas Bispo de Tuy ainda mais claramente o escreve por estas palavras: *Et in tantum debilitatus fuit de fractura cruris, quod de cetero non potuit equitare.* Diga agora Fernandes a quem havemos de crer? Se a elle, ou aos Authores, que forão quasi daquelle tempo? Se elles o não disserão, por-

que

56 *A Rainha D. Theresa.*

que o ha de dizer elle? E porque se ha de escandalizar de o não crermos? Nem basta a desculpa de não ir às Cortes del-Rey de Leão o nosso Rey D. Affonso Henriques a satisfazer a vassallagem, o não poder montar a cavallo, porque eu não sey que tivesse obrigação de ir à guiza de Cavalleiro andante. O ponto estava em ir, e fosse como pudesse; mas como Fernandes o queria levar mais desacommodado, tanto que vio que não podia fazer a jornada a cavallo, não lhe occorreo que tambem em carroça podia mostrar, que era vassallo. Mas desculpemos a Fernandes, que de tal modo lhe confunde a memoria a impaciencia, que diz no fim da secção 3. pag. 606. estas formaes, e ridiculas pa'avras, fallando de Antonio de Sousa de Macedo: *Se pavonea con la coda de algunas correrias, en que Portugal gozando la oportunidad de estar occupada Castilla en guerras contra infieles, nos ha quitado algunas plaças, que en llegando a las immediatas, y arrestar nuestro poder, ha restituido, quedando siempre de bajo pidiendo perdon, fuera del trabajoso successo de Aljubarrota, que tuvo mas altos fines de la Providencia.* Quem haverá que tenha lido historia, que se não ria de Fernandes? Todas as vezes, que pelejámos de poder a poder, sempre pedimos perdão? Todas as vezes, que combatemos, sempre fomos vencidos? Pois não fallando na de Aljubarrota, lembrese Fernandes da batalha dos Arcos de Valdevez, aonde pela grande mortandade ainda se conservava o nome de *Matança*; dos Atoleiros, de Valverde, de Montijo, do Forte de S. Miguel em Badajoz, do Canal, de Castel Rodrigo, e ultimamente de Montes Claros, em que o seu promettido açoitador de Portugal o Marquez de Caracena fez, o que delle se esperava pelejando com Portuguezes. Fernandes era o que devia de pedir perdão de escrever tão descaradamente contra a verdade.

68 Profegue Fernandes a loucura do seu empenho, e confirmando hum erro com muitos erros, diz que D. Sancho I. D. Sancho II. e D. Affonso III. Reys deste Reyno, forão tributarios ao de Castella, e Leão. Para provar este delirio se lembra de humas palavras do Conde D. Pedro, em

A Rainha D. Theresa. 57

em que fallando de D. Affonso VIII. Rey de Castella diz, que morrera de sentimento del Rey de Portugal não querer ir às suas vodas. E daqui se convence que lhe era feudatario? daqui se argumenta que era seu vassallo? O que se convence, e o que se argumenta he, que El Rey de Castella pretendia o reconhecimento, (no que não duvidamos, como mostraremos a seu tempo) e que El Rey de Portugal lho não quiz satisfazer. Isto he o que se deduz, e não o que escreve Fernandes no sumario da secção 1. do cap. 3. *Que estos Reyes (falla de D. Sancho I.) reconocieron el vassallaje que debian a Castilla.* Quem reconhece, paga o que deve; mas se El Rey D. Sancho não reconhecia, como havia de pagar?

169 Entra logo a mostrar a mesma sojeição, e vassallagem nos Reys D. Sancho Capello, e D. Affonso III. e seguramente affirma, fundandose em humas palavras do Padre Mariana, que diz, que deposto D. Sancho, se fizera D. Affonso senhor do Reyno com o favor dos Grandes, que derão à execução as letras Apostolicas; e que o Conde de Bolonha, para melhor se estabelecer no governo, promettera a El Rey D. Affonso o Sabio casar com D. Brites sua filha bastarda, repudiada sua primeira mulher a Condesa Mathilde; e que em virtude deste contrato lhe pagava todos os annos tributo, e pareas pelo Reyno de Portugal, como antigamente se costumava. Em nos argumentar com estas palavras de Mariana, mostrou Fernandes, ou a mesma cavilação, ou a mesma ignorancia da verdade, que Mariana; e a razão he, porque tudo confunde para deduzir o que pretende. Mostremos com distincção a justiça da nossa proposição. Diz Fernandes deste modo: *Ahora empero se obligò (falla do Conde de Bolonha) a el con pacto reciproco, debiendo a Castilla nò menos que enteramente el Reyno de Portugal (pues a esta caussa desistìo de la defensa de Don Sancho para enterarse sin guerra en su antigo derecho) y de nuevo en dote aquellas tierras, que estaban cerca de Portugal por dó el rio Guadiana desagua en el mar, que se avian ganado de los Moros con las armas de Castilla, aunque pretendia* Portu-

58 *A Rainha D. Theresa.*

Portugal que pertenezian a su conquista, segun profigue el mesmo Mariana.

70 Duas supposições faz o nosso Fernandes ou proprias, ou alheyas, mas de qualquer sorte suas. A primeira he, que ElRey D. Affonso o Sabio não quizera valer a El-Rey D. Sancho II. deposto, e desterrado, porque seu irmão se lhe fizera tributario; e que vencido deste interesse desamparara a causa de D. Sancho. A segunda he, que por esta subordinação ficou D. Affonso III. senhor daquellas terras visinhas a Portugal, por onde o Guadiana entra no Oceano, que ainda que Portugal dizia que eraõ suas, como pertencentes à sua conquista, eraõ na realidade de Castella, por se haverem ganhado com as armas daquella Nação, certamente venturosa, e só menos feliz em ter produzido a Fernandes.

71 Porém a primeira supposição he falsa, porque El-Rey D. Fernando não deixou as armas, de que fez General a seu filho o Infante D. Affonso, depois o decimo do nome, e que havia tomado a favor de D. Sancho de Portugal, por causa de que o Conde de Bolonha lhe prometteu o tributo; mas deixou-as, porque os Guardiaens de S. Francisco da Guarda, e da Covilhãa lhe intimaraõ a commissão, que lhes haviaõ dado o Arcebispo de Braga D. João Egas, e o Bispo eleito de Coimbra D. Duraõ de lhe mostrarem os Breves do Papa, em que com a severidade de grandes censuras mandava que se obedecesse às suas ordens. E ainda que na execução das Bullas Pontificias houvesse alguma demora da parte dos Castelhanos, foy só a que bastou para que Frey Desiderio Religioso Franciscano, que por ordem de Innocencio IV. veyo a Portugal, como seu Commissario a dar posse do Reyno ao Conde de Bolonha, absolvesse da excommunhaõ aos que desobedeceraõ aos seus Decretos, estando vivos, e que achando-os mortos, e constandolhe que haviaõ dado sinaes de verdadeira penitencia, e arrependimento antes da morte, lhes fizesse o mesmo beneficio da absolvição; o que como em lugar mais proprio se verá com mayor individuação, quando tratarmos do supposto casamento

A Rainha D. Theresa. 59

mento delRey D. Sancho II. Logo he falsa a supposiçaõ de Fernandes, quando diz que ElRey D. Fernando desistio da empreza de entronizar novamente a ElRey D. Sancho pelo tributo, que lhe offereceo o Infante D. Affonso de Bologonha, quando a suspenção das armas foy respeito às Bullas Apostolicas. Mas que ha de ser, se o escreve Fernandes?

72 A segunda supposiçaõ não he menos falsa do que a primeira, porque Fernandes, que tantas vezes allega com Brandaõ, necessariamente havia de ter lido nelle os muitos documentos, com que prova serem as terras além do Guadiana conquista propria deste Reyno: mas como o seu intento era occultar a verdade, creyo que maliciosamente se fez esquecido. Agora porém lhe mostraremos como as terras além do Guadiana sempre fôrão conquista particular da Coroa Portugueza.

73 Antès de sair à luz o Doutor Fr. Antonio Brandaõ com o terceiro, e quarto tomo da Monarchia Lusitana, escreverão os nossos Chronistas, que o dote do Conde D. Henrique comprehendia a Beira, Entre Douro, e Minho, Traz os Montes, algumas terras de Galliza, a quem servia de termo o Castello de Lobeira, e que pudesse conquistar as outras até Elvas, e até a parte por onde Portugal se divide do Algarve. Porém he certo, que tanto se enganaraõ, quando deraõ limites ao senhorio do Conde D. Henrique para o Norte, como quando lhe limitaraõ as conquistas para o Meyo dia. Que o dominio do Conde D. Henrique não chegasse a Galliza, se prova de huma venda feita no anno do Senhor de 1097. ao Bispo de Coimbra D. Cresconio por Sancho Telles, de que faz memoria Brandaõ no tom. 3. da *Mon. Lusit. liv. 8. cap. 10.* e nella diz que o Conde D. Henrique, genro do sobredito Rey D. Affonso VI. governava desde o rio Minho até o rio Tejo: *Comite Dominus Henrico genero supradicti Regis dominante à fluvio Minio usque in Tagum*; e como entre estes dous rios se limitava o seu governo, he certo que não chegava a Galliza. E supposto que quando morreo o Conde D. Henrique, era senhor de algumas terras em Galliza, que ainda depois da
sua

60 *A Rainha D. Theresa.*

sua morte se conservaraõ em poder da Rainha D. Theresa, foraõ ganhadas pelas armas, como na sua vida mais diffusamente diremos.

74 Da mesma sorte foraõ as conquistas além do Guadiana, pois sabemos que ElRey D. Sancho I. entrou pelas terras de Andaluzia, e que venceo os Mouros de Sevilha, e que desta entrada, e de outra que fez seu pay o grande D. Affonso Henriques, ficaraõ muitas terras daquelle paiz sojeitas a Portugal, de maneira, que diz a Hittoria dos Godos, que ElRey D. Affonso Henriques dilatou os seus Estados desde o Mondego até o Bethis, que corre por Sevilha; *à Munda fluvio usque ad Bethim, qui Hispalim præterfluit, dilatavit imperium.* Entrou a reinar ElRey D. Sancho I. e ganhou Silves com todas as mais Cidades, e Villas do Algarve, de modo que se intitulava Rey daquelle Reyno, como consta do tom. 4. da *Mon. Lusit. liv. 12. cap. 9.* aonde Brandaõ traz huma doação, que se acha no livro dos Foraes da Torre do Tombo de leitura antiga, feita em Lisboa a 27. de Julho de 1190. que começa assim: *Sciant omnes, qui hanc cartam legere audierint, quod ego Sancius Dei gratiâ Portugallie, & Algarbii Rex &c.* E em outra doação feita pelo mesmo Rey ao Abbade de Alcobaga, e ao seu Convento do Castello de Abenemeçi, e celebrada no mez de Fevereiro de 1191. diz ElRey: *Ego Sancius Dei gratiâ Portugallie Rex, & Algarbii &c.*

75 A seu pay D. Sancho succedeo D. Affonso II. e não menos bellicoso do que elle, vendo que muitas terras além do Guadiana por falta de presidios se haviaõ perdido, tomou as armas, e ganhou Alcacer com outras povoaçoens. Succedeolhe seu filho D. Sancho II. e não menos venturoso na campanha, que seus avós, tomou Elvas, Jurumenha, Serpa, e outras muitas praças, de que dá testemunho o Arcebispo D. Rodrigo, que naquell. tempo vivia, em cuja Hittoria o podiaõ ter lido os Chronistas Portuguezes; e além das que elle nomea (sem duvida porque eraõ sabidas naquella idade) conquistou Aljesur, Alfajar de Pena, Merrola, o Castello de Marachic, Cazella, Ayamonte, e Távira,

A Rainha D. Theresa. 61

Tavira. Seu irmão ElRey D. Affonso III. até o anno de 1250. se fez absoluto senhor de todo o Algarve, como se vê da doação de Albufeira, feita por elle mesmo a D. Martin Fernandes Mestre de Aviz, e do Castello de Porches a Esteve Annes seu Cancellario. Neste anno de 1250. reinava em Castella, e Leão ElRey D. Fernando o Santo, que ganhou Cordova, e Sevilha, e por sua morte, que foy no anno de 1252. lhe succedeo na Coroa seu filho D. Affonso X. conhecido pela antomasia de Sabio. E necessariamente se convence o erro de Mariana, e dos mais, que ten erariamente o seguirão, quando escreveo que o Algarve fora dado em dote por ElRey D. Affonso o Sabio a ElRey D. Affonso o III. por casar com sua filha D. Erites, porque se antes de elle tomar posse da sua Monarchia, já os nossos Reys eraõ senhores das terras além do Guadiana, como lhas deo o Principe, que veyo à luz do mundo muitos annos depois de serem conquistadas pelas armas Portuguezas?

76 Para mayor confirmação desta verdade, he preciso que vejamos o fundamento desta pretensão Castelhana. Como Senhor da conquista do Algarve entrou o nosso Rey D. Affonso III. a restaurar do poder dos Mouros as terras, que lhe haviaõ tomado naquelle Reyno. Aben Masso, que era quem o governava, vendo-se despojado do que entendia que era seu, passou a Andaluzia, aonde naquelle tempo se achava o Infante D. Affonso, depois o decimo entre os Reys de Castella, e Leão, e fazendo negociação da necessidade, que não podia vencer, renunciou nelle todo o direito, que tinha ao mesmo Reyno. Não teve duvida o Infante em accitar, o que tão facilmente se lhe dava, e para reconpensar ao Mouro a renuncia, que lhe fazia, diz Zurita no tom. 1. dos *Annaes de Aragoã* liv. 5. cap. 97. que lhe dera a Villa de Niebla. Não ficou neste contrato de peyor condição o Principe Sarraceno, porque a troco das duvidas, que certamente havia de haver entre o Infante, e ElRey D. Affonso o III. ficava elle senhor de hum Reyno, cuja cabeça era Niebla, que ainda que pequeno, estava pacifico. Queixouse o nosso Rey a D. Fernando o Santo da
sem-

62 *A Rainha D. Theresa.*

sem-razão, que lhe fazia seu filho, pois se queria introduzir na posse, do que por nenhum titulo justo podia ser seu. Sentio ElRey D. Fernando como Santo o motivo destas queixas, e ainda que reprehendeo ao Infante com authoridade de pay, e severidade de Principe, nada bastou para que cedesse da sua pretensão, a que fazia justificada a ambição de mayores dominios. Detenganado ElRey D. Affonso III. que eraõ inuteis as suas diligencias para compor este negocio, recorreo à ultima razão dos Reys, e posto em campo procurou desforçar-se pelas armas da violencia do Infante. Começou-se a atear este incendio com ruina de ambos os Reynos, de sorte que compadecido Innocencio IV. de tantos estragos, e do perigo a que se expunhaõ as terras dos Christãos, expedio huma Bulla aos Reys de Castella, e Portugal, em que lhes pedia suspendessem as armas, e se sujeitassem à resolução da Sé Apostolica; segurando porém ao nosso Rey D. Affonso III. que não era da sua intenção prejudicarlhe nesta composiçã, que intentava, nem ao seu direito, nem à sua justiça: *Inter Portugallie & Castellæ Reges*, diz o Annalista Brovio no tom. 13. anno 1253. v. 5. *occasione Algarbiorum Provincie inter se dimicantes, auctoritatem suam interposuit, utque ab armis discederent, sed potius controversiam judicio Sedis Apostolicæ permitterent, incitavit. Neque tamen esse, aut fuisse intentionis suæ per literas hac in re quidquam præjudicare velle Portugalliæ Regi significavit, atque declaravit.*

70 O successo desta guerra não sabemos com individuação qual fosse, sabemos porém que se teve por melhor do que ella o contrato, que se celebrou entre os dois Reys, o qual foy que D. Affonso de Portugal casaria com D. Brites filha baltarda de D. Affonso de Castella, e que este teria em sua vida o uso fructo das terras do Algarve. Em virtude deste contrato, de que se não achão as Escrituras originaes, mas que consta parte delles dos documentos, que depois se haõ de allegar, possuhio ElRey D. Affonso o Sábio as terras do Algarve, como usu-frutuário delles o anno de 1253. até o de 1264. em que dimittindo estas rendas, impoz

A Rainha D. Theresa. 63

impoz a obrigaçãõ de que Portugal o ajudasse com cincoenta lanças, quando houvesse necessidade dellas. No Archivo Real liv. 2.^o del Rey D. Affonso III. pag. 14. se acha a carta del Rey D. Affonso X. de que conta esta commutaçãõ, e he a que se segue.

78 Conoscuda cosa sea a todos los que esta carta vieren, y oyeren, que yo D. Affonso por la gracia de Dios Rey de Castiella, y de Leon, y de Andaluzia, otorgo a vós Don Alfonso por essa misma gracia Rey de Portugal, que vós podades libremente partir, e jugar todos los heredamientos del Algarve, assi como vieredes por vuestra prò, y de vuestra tierra, y de vuestros fijos. Otorgo a vós que dedes fuero a los homes del Algarve, qual tuvieredes por bien, o aquel fuero que vós dieredes nel Algarve, aquel valla, e sea firme, y estable, y otro non, y otro si vos otorgo de todo los donadios, que yo di en el Algarve, que fagades dellos como tuvieredes por vuestra prò, y de vuestros fijos. Otorgo a vós, que todo homem, que se agraviar de juicio, o de otra cosa que se non pueda alcanzar, a otro si non a vós, o a vuestro fijo D. Diniz, o a otro vuestro fijo que el Algarve tuvier. Y quito a vós para siempre estas quatro cosas d'avandichas, que yo retenia por vuestro otorgamiento para mi en el Algarve en mi vida por las cartas que ende son fechas entre mi, e vós, e selladas de nuestro sello de plomo. Y si sobre estas quatro cosas algunas conveniencias, o alguna pitança eran puestas entre nós, quitovolas para siempre, o des aqui adelante non vallan. E todas las otras cosas que son puestas en las cartas que entre mi, y vós son fechas, fiquen salvas, y firmes fuera estas quatro cosas, que sien sobredichas, e los Castillos del Algarve esten en aquella fiedade, que está puesta en las cartas, que en son fechas entre mi, e vós para comprirse a mi la ayuda, y el servicio que a mi deve ser fecho por el Algarve de los cincoenta Cavalleros que tuvieren effos Castillos del Algarve en essa fidelidade puedan ende fazer aquel derecho, que ende deve fazer sobre pleito dessa ayuda, y desse servicio, y los Castillos del Algarve sean guardados de la mi parte, y de la vuestra no sean furtados, ni forçados, ni pedidos de mi parte,

64 *A Rainha D. Theresa.*

ni de la vuestra a los Cavalleros que los tuvierén, y que puedan ende fazer aquel derecho, que es puesto en las mis cartas, y en las vuestras sobre pleito de la dandicha ayuda, y servicio, y que esto sea firme, y estable &c. A 20. de Setembre en Sevilla, Era 1302. años. Yo Millan Peres de Aellon la fiz escrivir el año trezeno, que el sobredicho D. Alfonso Rey de Castilla, y Leon Reyno.

79 Delta carta se vé com evidencia, que o Reyno do Algarve não era sojeito aos Reys de Castilla, mas que só El Rey D. Affonso o X. tinha o seu usufruto em sua vida sómente pelo contrato de D. Affonso III. de Portugal, como expressamente o dizem aquellas palavras, *Que yo retenia por vuestro otorgamiento para mi en el Algarve en mi vida*, e do que o mesmo Rey D. Affonso Sabio se lembrou com mayor individuação em outra carta sua, cujo titulo he, *Carta Regis Castellæ super facto Algarbii*, que se lê no Livro dos Foraes, e Doações del Rey D. Affonso III. pag. 10. aonde diz delte modo: *Sepan quantos esta carta vieren, y oyeren como nós Don Alfonso por la gracia de Dios Rey de Castilla, de Toledo, de Leon, de Galliza, de Sevilla, de Cordova, de Murcia, y de Jaen. Quitamos para siempre a vós Don Alfonso por essa misma gracia Rey de Portugal, y a Don Diniz vuestro fijo, y a todos otros vuestros fijos, e vuestras fijas, e vuestros herederos todos los pleitos, todas las conveniencias, e todas las posturas, e todas las omenages, que fueron puestas, e escritas e selladas por qualquier guiza, que fuesen fechas entre nós, e vós, e Don Diniz, e vuestros fijos, e vuestras fijas sobre razon del Algarve, que nós tenemos de vós en nuestros dias, y no más, &c.* Foy escrita esta carta em Badajoz a 16. de Feveiro da Era de 1305. que he o anno de 1257. e a traz Brandaõ no tom. 4. da Monarc. Lusit. liv. 15. cap. 15.

80 Pouco tempo durou esta obrigação, porque logo no anno de 1267. se tirou para sempre, como consta da carta, que acabámos de copiar. Qual fosse o motivo desta graça he disputado entre os Chronistas. Huns dizem que o Infante D. Diniz fora pedir a seu avó D. Affonso o Sabio
a remissão

A Rainha D. Theresa. 65

a remissão daquelle reconhecimento; e outros, que a remissão daquelle tributo fora agradecimento a hum grande soccorro, que lhe levou em pessoa o mesmo Infante. Esta he a verdade, que mostraremos agora com toda a distincão, e clareza.

81 No anno de 1266. se virão os Reynos de Castella invadidos com formidavel poder pelos Mouros de Hespanha, e de Africa. Acudio a este grande aperto o nosso Rey D. Affonso III. não só como genro do Rey ameaçado, mas como politico, e como Christão. Juntou o mayor poder do Reyno para soccorrer ao sogro, e para que a Nobreza se dispuzesse a servir nesta jornada com fervor, resolveo, que seu filho o Infante D. Diniz, que estava na idade de cinco annos, como nacido a nove de Outubro de 1261. se achasse naquella empreza. Huma, e outra cousa prova doutissimamente o Doutor Frey Francisco Brandaõ no *tom. 5. da Mon. Lusit. liv. 16. cap. 5.*

82 Que houvesse esta guerra, e que nella succedesse gloriosamente aos Christãos, consta por huma memoria, que se achã em hum manuscrito Latino das vidas dos Pontifices, e Emperadores, que estava em poder do mesmo Brandaõ, e era escrito por pessoa daquelle idade, pois acaba no Pontificado de Clemente IV. que faleceo no anno de 1268. e diz assim: *Anno Domini M. CCLXVI. quamplurima multitudo Saracenorum ex Africa per angustum mare transiens in Hispanias partes, & adjuncti Saracenis, qui erant in Hispania, magnam plagam in Christianos exercuerunt, intendentes quam olim perdiderunt recuperare Hispaniam. Sed illarum partium Christiani adunati, & Cruce signatorum ex diversis partibus auxilio adjuti, licet cum multo Christianorum sanguine de Saracenis triumpharunt.* Em Portuguez. No anno do Senhor de 1266. hum grande multidão de Sarracenos atravessando o Estreito passaraõ a Hespanha, e unindo-se com os Mouros, que nella viviaõ, entrãrão na pretensão de recuperar Hespanha, que haviaõ perdido. Porém os Christãos daquellas partes fazendo hum corpo, e com elles outros muitos, que concorreraõ tendo

E rece-

66 *A Rainha D. Theresa.*

recebida para esse fim a Cruzada, os venceraõ, e destrui-
raõ, ainda que com perda de muito sangue.

83 Confirma-se a verdade desta memoria com huma
carta delRey D. Affonso III. para o Conselho, e Camara
da Cidade de Coimbra, e porque della consta a certeza des-
te facto, a daremos fielmente copiada na forma que se se-
gue: *Notum sit omnibus presentes literas inspecturis, quod*
cum ego Alfonsus Rex Portugallie ad honorem Dei, & de-
fensionem Fidei Christiane, contra Sarracenos, qui terram
Regis Castellae invadebant, & occupabant, vellem ipsum
Regem Castellae per terram, & mare juvare, & ad hoc suum
adjutorium filium meum Dominum Dionysium nepotem ejus-
dem Regis mittere: ad tam pium, & laudabile opus, & tam
necessarium negotium non habens copiam expensarum, feci
quod idem filius meus Dominus Dionysius primogenitus, &
hæres peteret nomine suo à Consiliis & Communitatibus Reg-
ni mei subsidium in pecunia, ad prædictum negotium exe-
quendum; cum alias propter defectum pecunie non posset
hoc negotium expediri. Et cum Consilium Colimbrie eidem
filio meo in adjutorium hujus negotii quatuor millia libra-
rum promississet, ego postea habito Consilio Curiae meae, intel-
ligens, quod prædicta petitio per jam dictum filium meum, de
mandato meo, ut prædictum est, facta, vertebatur in dam-
num, & desoramentum Regni mei, & in periculum animæ
meae, & totius posteritatis meae; nolui quod idem filius meus
aliquo modo reciperet pecuniam supradictam, & prohibui
dicto Consilio, ne ipsum Consilium eidem filio meo jam dictam
pecuniam solveret ullo modo. Et quia ego, ut supra dictum
est, pro jam dicto negotio exequendo pecunie nimium indi-
gebam, rogavi prædictum Consilium ut mihi ipsam pecu-
niam mutuarit, & ego ipsam pecuniam ab ipso Consilio mu-
tuatam recepi, obligans me bona fide eidem Consilio ad ean-
dem pecuniam persolvendam. Diz no nosso vulgar. Saibaõ
todos os que a presente Escriitura virem, que querendo eu
Affonso pela graça de Deos Rey de Portugal à honra de
Deos, e por defenção da Fé Christãa contra os Sarracenos,
que invadiaõ, e occupavaõ a terra, e senhorio delRey de
Castella,

A Rainha D. Theresa. 67

Castella, ajudar por mar, e por terra ao mesmo Rey de Castella, e mandar em seu soccorro a D. Diniz meu filho, e neto do sobredito Rey; não tendo com que fazer a despesa para huma obra tão pia, e louvavel, e para hum negocio tão necessario, e importante, ordeney que o mesmo D. Diniz meu filho primogenito, e herdeiro pedisse em seu nome aos Conselhos, e povos do meu Reyno hum subsidio de dinheiro para a execucao do sobredito negocio, a que por falta delle senão podia dar expediente. E como o Conselho da Cidade de Coimbra prometteffe a meu filho quatro mil libras para este negocio, aconselhandome depois com os do meu Conselho, e entendendo que o sobredito pedido feito por meu mandado pelo dito meu filho, cedia em damno, e quebrantamento dos fóros do meu Reyno, e em prejuizo da minha alma, e de toda a minha descendencia, não quiz que meu filho accitasse de nenhuma sorte aquelle dinheiro, e mandey que o mesmo Conselho lho não desse. E porque, como já disse, para a execucao do dito negocio necessitava summamente de dinheiro, pedi ao mesmo Conselho mo desse por emprestimo, e nesta fórma o recebi, obrigandome em boa fé a lho pagar. Foy feita a Escritura em Lisboa a 14. de Mayo da era de 1304. que he o anno de 1266. Por mandado del Rey, e do Alferes môr D. Gonçalo Garcia, de D. João de Aboim Mordomo môr, do Chancelier môr D. Esteve Annes, por Frey Affonso Albertis, Prior dos Frades Prégadores, e Frey Juliaõ, Guardiaõ dos Frades Menores, e por outros do Conselho del Rey.

84 Desta carta se deduzem varios argumentos. O primeiro he, que não foy a jornada do nosso Infante D. Diniz a Sevilha ao que communmente se disse, que era a pedir a seu avô a remissaõ das cincoenta lanças, em que se commutou o uso fructo do Algarve, senão a levarlhe o soccorro, que seu pay lhe mandava, fazendo-o mayor com a pe-soa de seu filho herdeiro.

85 O segundo he, que não foy este soccorro nacido de obrigaçaõ alguma, que houvesse para o dar o nosso Rey como dependente, ou tributario à Coroa Castelhana, senão

68 *A Rainha D. Theresa.*

que o deo de sua livre vontade, compadecido do aperto, em que via a seu sogro. Não he este pensamento idéa, ou capricho, he verdade solida, e deduzida da substancia da mesma carta, que damos trasladada. Porque nella diz ElRey, que pedindo hum subsidio aos povos para acção tão louvavel, e pia, e considerando depois que esta petição cedia em prejuizo do Reyno, e lhe causava escrupulo na sua consciencia, resolvera que seu filho de nenhum modo accitasse o sobredito dinheiro, e ordenara além disto ao Conselho de Coimbra, que não dêsse daquella sorte o subsidio a seu filho; mas que supposta a grande falta de dinheiro, que se experimentava no seu thesouro, pedira ao dito Conselho emprestada aquella somma, empenhando para a satisfação della a sua Real palavra. O que prova concludentemente hum contrato da Camera de Santarem, que se acha no *liv. 1. del Rey D. Diniz pag. 266.* em que faz quita ao sobredito Rey de dez mil libras, que ElRey D. Affonso III. lhe pedira para a jornada de Sevilha, por estas palavras: *E por este bem, e mercé, que nos fez, e prometteo fazer, partimonos das dez mil libras, e quitamoslhas que nos seu Padre devia, as quaes de nós sacou emprestadas, quando nosso senhor ElRey D. Diniz foy a Sevilha.* E bem se vé que se este soccorro fora da obrigação da Coroa, não havia de pedir emprestado, o que naquella supposição estava o Reyno obrigado a dar, mas como era puramente voluntario, pediu emprestado o dinheiro, que depois satisfez.

86 Deste soccorro, que ElRey de Portugal deo a seu sogro D. Affonso o Sabio, resultou a remissão das cincoenta lanças, porque desta sorte sabia agradecer finezas semelhantes o grande coração daquelle Principe Castelhano. Para confirmação da sua generosidade escreveu logo no mesmo anno de 1267. a D. João de Avoim, Mordomo del-Rey de Portugal, e a seu filho Pedro Eannes, levantando-lhes as homenagens, que lhe haviaõ feito no anno de 1264. das terras do Algarve, pelas quaes se obrigavaõ a lhe darem as rendas daquelle Reyno, se ElRey D. Affonso III. faltasse com o reconhecimento das cincoenta lanças. Por ser
nota-

A Rainha D. Theresa. 69

notavel a carta damos a copia tirada do tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 15. cap. 33.

87 D. Alfonso por la gracia de Dios Rey de Castiella, de Toledo, de Leon, de Galliza, de Sevilla, de Cordova, de Murcia, e de Jaen, a vós Don Juan de Avoyñ, Mayordomo del Rey de Portugal, e a vós Pedro Eannes, fijo desse mesmo Don Juan de Avoyñ salutem, & gratiam. Mandamos a vós firmemente, y otorgamos, que vista esta carta dedes, e entreguedes al Rey D. Affonso de Portugal, o a quien el mandar todos los Castellos del Algarve, que son estos, Tavira, e Loulé, e S. Maria de Faaron, e Paterna, e Sylve, e Aliacur con todas sus pertinencias, y con todos sus derechos, y con todas sus rendas, y toda la tierra del Algarve con todo su señorio, y se por aventura muriesse El Rey de Portugal ante que esta entrega fosse fecha, mandamos, y otorgamos a vós ambos, y a cada uno de vós, que dedes, y entreguedes a Don Diniz primero fijo, e heredero desse D. Affonso Rey de Portugal, o al otro su hermano, o hermana, si Don Diniz muriesse ante que essa sobredicha entrega fuesse fecha, todos los Castellos, y toda la tierra del Algarve, y toda las cosas sobredichas. E nós sobredicho Rey D. Alfonso quitamos para siempre a vós Don Juan de Avoyñ, & a vós D. Pedro Eannes fijo desse mesmo D. Juan de Avoyñ, a amos en uno, e cada uno de por si el omenage, que a nós fiziestes amos, y cada uno de vós de todos los Castiello sobredichos del Algarve, e de cada uno dellos, y quitamos aun a vós para siempre el omenage que a nós fiziestes sobre todos los pleitos, e todas las posturas, que fueron puestas, y escritas entre nós, e Don Alfonso Rey de Portugal, e D. Diniz. e sus fijos, e sus fijas desse Rey de Portugal; por qual razon vós teniedes los Castiello sobredichos del Algarve para ser a nós complidos los pleitos, e las posturas, que fueron puestas, e escritas entre nós, e el sobredicho Rey D. Alfonso, e Don Diniz su fijo, y los otros sus fijos, e sus fijas desse Rey de Portugal, por razon del Algarve. E desde aquí adelante damos a vós amos, e a cada uno de vós por quitos para siempre del omenage, que a nós fiziestes de los Castillos sobredichos del Algarve, y de

70 *A Rainha D. Theresa.*

todos los pleitos , y de todas las posturas sobredichas , que desde aqui adelante nunca a nós , ni a otros por nós seades tenudos de responder de todas estas cosas sobredichas , ni de ninguna dellas. E dizimos , e otorgamos , e damos por derecho , que vós amos , e a cada uno de vós dando , e entregando los Castillos sobredichos del Algarve al sobredicho Rey Don Alfonso de Portugal , o a D. Diniz , o al otro su fijo , o fija desse Rey de Portugal , assi como sobredicho es , que vós façades derecho en los dar , e gelos entregar. E esse Rey de Portugal , o su fijo , o su fija façan derecho en los receber , assi como sobredicho es , e vós , e cada uno de vós façades todo vuestro derecho deessos Castillos , e sodes quitos del omenage , que nos fiziestes deessos Castillos. Y si por ventura desde aqui adelante alguna carta , o cartas appareciesse , o appareciesen sobre estos Castillos sobredichos , o sobre omenage , que vós dellos fiziesseis , o sobrepleitos , o posturas que fuesen fechas a nós , o postas sobre hecho del Algarve , no valan , e sean cassadas , e no ayan ninguna firmedumbre , e esta carta sea firme , e estable para siempre , e que todo esto sea firme , e estable para siempre , e nunca pueda venir en dubda. Damos ende a vós esta nuestra carta abierta , sellada de nuestro sello de plomo , que tengades en testimonio , fecha la carta en Badallos por nuestro mandado. Miercoles diez y seis andados del me^z de Febrero en Era de 13c 5. Millan Peres la fiz escrevir.

88 Como consequencia desta resolução escreveo no mesmo dia outra carta a seu genro D. Affonso III. em que lhe dava conta da remissão das cincoenta lanças , e nella confessa o soccorro , que lhe mandou por mar , e por terra , de que nem as Historias Castelhanas , nem Portuguezas fazem memoria alguma , e por este documento ser de importancia , o darenos trasladado fielmente do mesmo Brandaõ no lugar proxivamente citado.

89 Sepan quantos esta carta vieren , y oyeren comeu D. Alfonso por la gracia de Dios Rey de Castiella , de Toledo , de Leon , de Galizia , de Sevilla , de Cordova , de Murcia , e de Jaen , quitamos para siempre a vós D. Alfonso por essa misma gracia Rey de Portugal , y a Don Diniz vuestro fijo , e
a todo

A Rainha D. Theresa. 71

a todos los otros vuestros fijos, e vuestras fijas, e vuestros herederos todos los pleitos, e todas las conueniencias, e todas las posturas, e todas las omenages que fueron puestas, e escritas, e selladas, por qualquier guisa, que fuesen fechas entre nós, e vós, e Don Dinis, e vuestros fijos, e vuestras fijas sobre razon del Algarue, que nós tenemos de vós en nuestros dias, e non mas, el qual nós demos a Don Dinis, assi como nós tenemos por vuestro otorgamiento, que nos fiziesse ende ayuda en nuestra vida con sincoenta cavallos contra todos los Reys de Espanha, sino contra nós, assi Moros, como Christianos, e contra todas las otras gentes, que quiziesen entrar en nuestra tierra para fazer y mal. E este amor, e este quitamento, que nós fazemos de todas las cosas sobredichas fizimoslo por muchos dobdos de bien, que son entre nós, e vós, e vuestra muger, e vuestros fijos, e por la ayuda que nos fiziestes en nuestra guerra por mar, e por tierra. E mandamos a Don Joan de Avoyn, e a Pero Eannes su fijo, e a cada uno dellos, que entreguen a vós, o a quien vós mandardes todos los Castiellos del Algarue, de que nos fizieron omenage, por razon de la sobredicha ayuda, e de las posturas, que avia entre nós, e vós, e vuestros fijos por razon del Algarue. Las quales omenages, e posturas nós quitamos para siempre a vós, e a Don Dinis, y a vuestros fijos, y a vuestras fijas, y a vuestros herederos, e a Don Joan de Avoyn, y a Pero Eannes su fijo, en tal guisa, que estas cosas, ni ninguna dellas nunca podamos demandar nós, ni outrem por nós, e mandamos, si e otorgamos, que des aqui adelante vós, ni Don Diniz, ni vuestros fijos, ni vuestros herederos, ni otro por vós, ni Don Joan de Avoyn, ni Pero Eannes su fijo, ni otre por ellos seades, ni sean tenudos de responder a nós, ni a otro por nós de todas estas sobredichas cosas, ni de ninguna dellas. E mandamos, e otorgamos, que si por aventura alguna carta, o cartas appareciesse o appareciesen desde aqui adelante sobre los Castiellos, o sobre la tierra, o sobre el Senhorio del Algarue, o sobre omenage, o sobre pleitos, o posturas, que fuesen fechas sobre fecho del Algarue, sean cassadas, e no ayan firmediunbre, e nunca puedan valer. E esta carta deste

72 *A Rainha D. Theresa.*

quitamento , e de todos estos pleitos sobredichos sea firme , e estable para siempre . E que todo esto sea firme , e estable para siempre , e nõ pueda venir en dubd i . Nós sobredicho Rey Don Alfonso damos ende a vós Don Alfonso Rey de Portugal , e a Don Dinis , y a vuestros fijos , y a vuestros herederos esta carta abierta , sellada de nuestro sello de plomo , que tengades en testimonio . Fecha la carta en Badallos por nuestro mandado . Miercoles diez y seis andados del meç de Febrero . Era de mil e trezientos e sinco años . Yo Millan Pirez la fiz escrevir en el año quinzeno , que el sobredicho Rey Don Alfonso de Castilla , e de Leon regnò .

90 Vendo porém D. Affonso o Sabio , que ainda faltava desobrigar a seu irmão o Infante D. Luiz do juramento , que lhe havia feito sobre as cincoenta lanças , pois elle fora o que tomara este assento com ElRey de Portugal , quando se lhe largaraõ as rendas do Algarve , lhe escreveo a carta seguinte .

91 Sepan quantos esta carta vieren , y oyeren comen Don Alfonso por la gracia de Dios Rey de Castiella , de Toledo , de Leon , de Galicia , de Sevilla , de Cordova , de Murcia de Jaen , quito para siempre a vós D. Alfonso por essa misma gracia Rey de Portugal la omenage , que fiziestes a mi por carta , ò por cartas , y a Don Luis mi hermano en mi nombre , para fazer a my cumplir los pleitos , e las posturas , y las conveniencias , que fueron puestas entre my , e vós , e Don Diniz , e los otros vuestros fijos , e vuestros herederos , por la razon de la ayuda , que a my devia ser fecha en mios dias por el Algarve , la qual ayuda e los quales pleitos , e posturas , e omenages en qual manera quer que fuesen fechas , assi por cartas , como sin cartas , yò quitè para siempre a vós , y a Don Diniz , y a los otros vuestros fijos , e herederos , que nunca ende a mi , ni a otro por my vós ni ellos , ni otro por vós , ni por ellos seades , ni sean tenudos de ninguna cosa , por razon de los Castiellos , ni de la tierra del Algarve . E otorgo que si alguna carta , o cartas appareciesse , o appareciesse sobre omenage , ò omenages , ò sobre pleitos , ò posturas , ò conveniencias , ò sobre servicio , ò ayuda que a my deviesse

A Rainha D. Theresa. 73

viesses ser fecho, ò fecho por los Castiellos, ò por la tierra del Algarve, que desde aqui adelante nunca valgan, e sean cassadas, e nunca ayan ninguna firmedumbre. E renuncio, e quito a todo derecho, e a toda demanda, que yó avria, ò aver podria por essa carta, ò por essas cartas contra vós, ò contra Don Dinis, ò contra los otros vuestros fijos, ò vuestros herederos, ò contra los Cavalleros, que tuvieran, ò que turviessen los Castiellos del Algarve, en tal guisa, que nunca a my essa carta, ò cartas pueda, ni puedan prestar, ni a otro por mi, ni a vós, ni a Don Dinis, ni a vuestros fijos, ni a vuestros herederos, ni a los sobredichos Cavalleros empecer, e en testimonio desta cosa doy ende a vós sobredicho Rey de Portugal esta my carta abierta, sellada de mio sello que tenades en testimonio. Fecha la carta en Jaben por nuestro mandado. Sabado siete dias andados del me^z de Mayo de mil e trezientos e sinco años. Yo Millan Peres la fiz escrivir.

92 Nesta carta quando a copiou, introduzio o Doutor Duarte Nunes de Leão humas palavras, que a serem verdadeiras destruhiaõ a verdade Portugueza, e confirmavaõ a pretensão Castelhana. Na traducção, que della fez na Chronica de D. Affonso III. aonde D. Affonso o Sabio diz: *A qual ajuda, e os quaes preitos, posturas, e homenagens em qualquer maneira que fossem feitas assim por cartas, como sem cartas, eu quito para sempre a vós, e a Dom Diniz, e aos outros vossos filhos, e herdeiros, que nunca por mi, nem a outrem por mim, vós, nem elles, nem outrem por vós, nem por elles sejaes, nem sejaõ theudos de nenhuma cousa, por razão dos Castellos, nem terras do Algarve, que vós dey.* Esta ultima clausula, que vos dey foy certamente accrescentada, e introduzida na carta, como o justifica o Doutor Frey Antonio Brandaõ, que fez a conferencia della na Torre do Tombo em presença do seu Escrivão Gaspar Alvares Louçada, e se vio que fora additamento, que fez o Doutor Duarte Nunes, porque conforme o discurso do Mestre Brandaõ, devia de se persuadir este Author, que faltavaõ aquellas palavras, por ser elle da opiniaõ dos que
diziaõ

74 *A Rainha D. Theresa.*

diziaõ que ElRey de Castella dera a D. Affonso III. as terras do Algarve; mas bem se mostra pelo grande numero de documentos, que deixamos copiados (além de não haver no original aquellas palavras) que as terras do Algarve foram delRey D. Affonso o Sabio por concessão de D. Affonso III. seu legitimo, e verdadeiro Senhor, e que nesta conformidade nunca aquelle Principe podia dizer, que as dera sem humia indisculpavel contradicção, do que tantas vezes affirmara.

93 Bastava o que até agora temos escrito para que os Authores Castelhanos cedessem da sua antiga pretensão, mas nada basta para que se defenganem; e se isto fora com Escritores de menõs nota, mais desculpa teria, mas he digno de reparo que hum homem tão estudioso, e tão conhecido pelos muitos livros, que tem impresso, como he D. Luiz de Salazar e Castro, ainda vá contra a corrente da verdade, como se vé no *tom. 3. da Historia da Casa de Lara*, liv. 17. cap. 4. pag. 99. aonde diz estas formaes palavras: *Y como el año 1269. viniesse aquella Ciudad el Infante D. Dionis de Portugal nieto delRey, no solo con el intento de ser armado Cavallero por su grande abuelo, sino de librar a Portugal de aquel antigo reconocimiento; con que se confessava dependiente de la Monarquia Castellana.* Continúa depois, que consultando ElRey D. Affonso X. com os do seu Conselho esta materia, e sendo seus irmãos os Infantes D. Fradique, D. Filippe, e D. Manoel com outros muitos Grandes de contrario parecer, só D. Nuno Gonçalves de Lara se oppuzera à vontade delRey, e que deixando o assento, lhe differa que lhe parecia bem, que fizesse tudo quanto merecia a peão de seu neto, mas que nunca feria de voto, que tirasse da Coroa dos seus Reynos o tributo, que ElRey de Portugal, e seu Reyno erão obrigados a lhe pagar. Confirma isto com dous Engelistas, dos quaes hum he o Author da *Chronica de D. Affonso o Sabio* no cap. 18. e o outro he Garibay no *tom. 2. liv. 13. cap. 11.* e dizendo que a pezar do voto de D. Nuno Gonçalves de Lara, concedera a remissão daquelle tributo ao Infante D. Diniz,

A Rainha D. Theresa. 75

Diniz conclue dizendo: *Y aunque sus Escritores* (de Portugal) *niegan este caso; la Chronica del Rey le quita con tales circunstancias; y ella observa tal verdad en los hechos, que no parece puede dudarse.* E que desculpa pôde dar D. Luiz de Salazar ao que escreve, senão a de escrever com a mesma paixão, com que seus antepassados escreverão? He certo que todos os documentos, que temos apontados, os leo elle na Monarchia Lusitana, de que a cada passo se está servindo, e de que não pôde allegar ignorancia, e supposta esta lição he muito remar contra a maré querer ainda sustentar o contrario! Começou o uso-fructo do Algarve na pessoa de D. Affonso o Sabio no anno de 1253. commutouse nas cincoenta lanças no de 1264. e acabouse de todo no de 1267. e quatorze annos não completos são os que bastão para se chamar *Antigo reconocimiento*? Se D. Luiz frequentissimamente está convencendo os Authores antigos com os documentos, que descobrio em Cartorios, porque não preferirá a authoridade do mesmo Rey à do seu Chronista? Nem sey a razão, com que este Chronista merece o elogio de Salazar, quando vejo, que em huma das principaes obrigações de hum Chronista, qual he a Chronologia, falta inteiramente o que escreveo a vida del Rey D. Affonso o Sabio, porque fallando agora do que pertence a Portugal, diz que esta remissão das cincoenta lanças fora no anno de 1269. e não foy senão no fim do anno de 1266. ou no principio do de 1267. e que El Rey D. Affonso X. sendo ainda Infante, recebera no anno de 1258. ao nosso Rey D. Sancho II. quando hia despojado do Reyno, sendo assim que succedeo este facto quatorze annos antes, porque a sua deposição foy no anno de 1244. e se a verdade dos factos, que refere este Author, e que tanto celebra Salazar, he como a da Chronologia, muitos devem de ser os erros daquelle Chronista. Baste por todos escrever o contrario, do que diz o Rey de quem escreve. E será muito querernos persuadir, que se deva mais credito a hum mau Historiador, que escreve factos alheyos, do que a hum Principe, que falla nas suas proprias acções! Mas a estes louvo-

76 *A Rainha D. Theresa.*

louvores dados a hum Author Castelhana, responderey com outro doutissimo, e discretissimo Castelhana. Este he o Padre Balthasar Gracian, Religioso da Companhia de Jesus, que imprimio em nome de seu irmao Lourenço Gracian aquella excellente obra, intitulada *El Criticon*. No fim da *Crisi* 8. da 3. parte, depois de ter feito juizo com a sua costumada agudeza da vaidade dos Portuguezes, fallando em livres diz assim: *Alargò la mano azia otro estante, y començò con harto desden a arrojar libros; leyò los titulos Critilo; y advirtiò eran Españoles, de que se maravillò nò poco, y mas quando conociò eran Historiadores; y sin poder contenerse le dixo: Porque desprecias effos escritos llenos de immortales hazañas? Y aun essa es la desdicha, le respondió; que no corresponde lo que estos escriben a lo que aquellos obran: asegurote que nò ha avido, mas hechos; ni mas heroicos, que los que han obrado los Españoles, pero ningunos mas mal escritos por los mismos Españoles. Las mas destas Historias son como tozino gordo, que a dos bocados enpalagan. No escriben con la profundidad, y garbo politico, que los Historiadores Italianos, un Guiciardino, Bentirollo, Caterino de Avila, el Siri, y el Virago en sus Mercurios sequazes todos de Tacito: creedme que nò han tenido genio en la Historia, como ni los Francezes en la Poesia. Con todo de algunos reservava algunas hojas, mas a otros todos enteros, y aun sin desatarlos los tirava de rebés azia la nada, y dezia: nada valen, nada. Pero notò Critilo, que por maravilla desechara obra alguna de Author Portuguez: estos, dezia, han sido grandes ingenios, todos son cuerpos con alma.*

94 Convencido pois D. Nicolao Fernandes de Castro, e mostrada a sem razao, com que pretendeo fazer este Reyno tributario à Coroa de Castella, segue-se agora investigar a origem desta pretensão. Pelos fundamentos da opiniao contraria, que largamente se convencerão, se deixa ver, que Portugal nunca foy tributario a Principe algum, mas entendemos que a grandeza, a que depois se elevou, foy a que deo motivo a esta ambição. Portugal, quando se deo em dote à Rainha D. Theresa, era huma porção de

A Rainha D. Theresa. 77

de terra tão limitada, e tão infestada pelas armas dos Mouros, que parecia impossivel que se lhe impuzesse o tributo. Mais merecia que se lhe dessem soccorros, do que se lhe pedissem. A verdade das Historias o está dizendo, pois as terras, que hoje se conquistavaõ, à manhã se perdiaõ, e nunca podiaõ descansar as armas, porque humas vezes se mostravaõ defendendo, outras offendendo. Pelo valor do Conde D. Henrique começou a respirar Portugal, pois vitorioso dos Mouros passou a conquistador das Praças de Leaõ, como se vio no tempo da sua morte. Succedeolhe no pequeno Estado seu filho D. Affonso Henriques, e continuando a guerra com tanto esforço, como fortuna, o aclamarão Rey os seus vassallos no Campo de Ourique. Pedio ao Pontifice que lhe confirmasse o novo titulo. Oppozselhe a esta confirmação ElRey de Castella, dizendo que ou cedesse do titulo de Rey, ou que se o quizesse, lhe pagasse tributo, como consta da carta delRey D. Affonso Henriques a seu parente S. Bernardo, que deixamos copiada: *Querimoniam multam de hoc misit Rex Castellæ ad dominum Papam, & ille per Legatum suum voluit me projicere de nomine Regis, vel ad minus facere quod dem pecchum Regi Castellæ.* Considerou ElRey de Castella a grandeza, a que se hia levantando Portugal, pois já o seu Principe era obedecido como Rey, e arrependendose agora do descuido, ou desprezo, com que seu avó se houvera no principio, quiz recuperar o perdido, e fazer mais respeitada a sua Coroa com o tributo de outra: por isso pretendia que ou deixasse o titulo Real, ou que querendo-o conservar, se fizesse feudatario a Castella, de sorte, que se renunciasse a purpura, não se fallava na subordinação. Conseguiu ElRey D. Affonso Henriques o que desejava, e alcançada a confirmação disputada da Magestade, continuaraõ os Reys de Castella a mesma pretensão, de tal modo, que quando se celebraraõ as primeiras Cortes deste Reyno na Cidade de Lamego, disse Lourenço Viegas, se queriaõ que ElRey de Portugal fosse às Cortes delRey de Leaõ, ou que lhe pagasse tributo a elle, ou a outra alguma pessoa, não sendo
o Pon-

78 *A Rainha D. Theresa.*

o Pontifice, que o havia feito Rey pela confirmação do titulo, que lhe dera: *Vultis quod Dominus Rex vadat ad Cortes Regis de Leone, vel det tributum illi, aut alicui persone for domini Papæ, qui illum Regem creavit?* Ao que todos postos em pé, e desembainhadas as espadas responderão com heroica resolução, que elles erão livres, que o seu Rey era livre, e que as suas mãos os haviaão livrado, e o Senhor Rey; que aquelle que tal consentisse, morresse, e que se fosse Rey, não queriaão que os governasse: *Et omnes surrexerunt, & spatibus nudis in altum dixerunt: Nos liberi sumus; Rex noster liber est, manus nostræ nos liberaverunt, & dominus Rex: qui talia consenserit, moriatur, & si fuerit Rex, non regnet super nos.* Daqui consta que os Reys de Castella pretendiaão o tributo de Portugal, porque se assim não fora, seria escusadissima aquella proposição de Lourenço Viegas. Discorro que ou antes, ou depois da morte do Conde D. Henrique, vendo os Castelhanos, que Portugal hia lançando os fundamentos para huma grande, e poderosissima Monarquia, lhe quizerão impor, o que ou por descuido, ou por satisfação de merecimentos se lhes pôz no principio, mas os Portuguezes resistirão valerosamente a esta pretensão, como homens, que tinhaão valer para negarem o tributo, quando na realidade o devessem, quanto mais para não pagarem o que nunca deverão.

Naci-

A Rainha D. Theresa. 79

D.

Nascimento del Rey D. Affonso Henriques.

95 **N**O anno de 1109. naceo o Infante D. Affonso Henriques, que pelo valór da sua espada veyo a ser glorioso fundador da Monarchia Portugueza. Não se funda esta opiniaõ na authoridade dos nossos Chronistas, porque a mayor parte delles escreveo sem mais fundamento, que as tradições, que acharaõ corruptas, e viciadas pela continuacão de muitos seculos, mas fundase em hum documento, que muitos viraõ, e ninguem observou. Quasi todos os nossos Historiadores dizem que o anno, em que naceo D. Affonso Henriques foy o de 1094. e que por essa causa chegara a sua vida a noventa e hum anno, porque faleceo no de 1185. Porém he certo que todas estas contas sãõ erradas, porque naquelle anno de 1094. mostra Brandaõ, (e eu com outro fundamento no de 1093.) que foy o casamento de seu pay com a Rainha D. Theresa, e tambem he certo que suas irmãas as Infantas D. Urraca, D. Sancha, e D. Theresa foraõ mais velhas, que seu irmão D. Affonso Henriques, e esta razãõ bastava para se mostrar com evidencia, que não podia nacer este Principe nõ anno de 1094.

96 Joãõ de Barros, na elegancia assim como se distinguio de todos, tambem se fez differente na diligencia, e investigacão. Na *Decada 3. da Asia liv. 1. cap. 4.* disse que El Rey D. Affonso Henriques nacera nõ anno de 1106. e que ficara de seis annos pela morte de seu pay o Conde D. Henrique, que faleceo no de 1112. He sem duvida que assim o disse, porque o seu estudo lhe descobrio algum dos documentos, em que se podia fundar esta opiniaõ, dos quaes faremos memoria em obsequio de taõ illustre varaõ.

97 Tinha Joãõ de Barros a seu favor não menos que tres documentos: hum de Santa Cruz de Coimbra, outro de
de

80 *A Rainha D. Theresa.*

de Alcobaça, e o ultimo da Sé de Lisboa hoje a Oriental. O primeiro he a *Vida de S. Theotónio*, que se guarda no Cartorio daquelle Real Mosteiro, e nella se diz, que quando o Santo faleceo, que foy no anno de 1162. tinha El-Rey D. Affonso Henriques cincoenta e seis annos de idade: *Anno memorati Regis Alfonsi primi Portugallensis, sub quo Christi vestem suscepit, 56.* e bem se vé que naceo no anno de 1106. pois só lhe faltavaõ seis para cumprir o numero de sessenta e dous, em que o Santo foy gozar da eternidade. O segundo se acha no Real Mosteiro de Alcobaça, em hum livro escripto ha perto de quatrocentos annos, cujo titulo he *Tertia pars passionum*, no qual se referem algumas vidas de Santos, e entre ellas se le a Trasladação do sagrado Corpo de S. Vicente, composta pelo Chantre da Sé o Mestre Estevão, contemporaneo do mesmo Principe D. Affonso Henriques, em que diz assim: *Quæ translatio jucunda, celebrisque statuitur 17. Kal. Octobris anni 1173. Regni autem Regis Alfonsi 45. vitæ vero ejusdem 67.* Em Romance. A qual trasladação se manda celebrar com grande solemnidade aos 15. de Setembro do anno de Christo de 1173. do reinado del Rey D. Affonso 45. e da sua vida 67. e desta conta se infere, que naceo este Rey no anno de 1106. O terceiro documento, em que o insigne Historiador João de Barros podia fundar a sua opiniaõ, se acha em hum Martyrologio antiquissimo da Sé de Lisboa Oriental, aonde a seis de Dezembro se lem na margem estas formaes palavras, de que dou a copia com a sua mesma Orthographia. *Eodem die sub era 1222. obiit illustrissimus Rex Portugallensiwn donus Alfonsus. año vitæ suæ septuagesimo octavo. Regni vero ejus quinquagesimo sexto. Qui inter plurima militiæ suæ gesta Civitatem hanc à potestate Sarracenorum eripuit. & operis hujus Ecclesiæ ad honorem Dei, ac memoriam beatæ Virginis regali munificentia extitit fundator, & factor.* Dizem em vulgar. No mesmo dia na era de 1222. morreo o Illustrissimo Rey dos Portuguezes D. Affonso aos 78. annos da sua idade, e aos 56. do seu reinado. O qual entre as muitas acções da sua vida, ganhou

A Rainha D. Theresa. 81

aos Mouros esta Cidade, e para honra de Deos, e em memoria da Virgem Maria fundou, e fez com Real magnificencia a obra desta Igreja. A Era de 1222. corresponde ao anno de Christo de 1184. e diminuindo delles os setenta e oito, que dá de vida ao nosso Principe, o faz nacido no anno de 1106. Deste documento, de que se não lembrou o Doutor Frey Antonio Brandaõ, e dos mais, que deixo copiados, se descobre o fundamento, que teve Joaõ de Barros para dizer, que não fora o nascimento del Rey D. Affonso Henriques no anno de 1094. como disserão os nossos Chronistas. Advirto porém, que esta margem do Martyrologio se deve de ler com cautela, porque ainda que sirva para provar a opiniaõ dos que affirmaraõ, que naceo El Rey D. Affonso Henriques no anno de 1106. comtudo he necessario reparar, que se enganou quando disse, que falecera este Principe na era de 1222. que he o anno de Christo de 1184. porque a verdade he. que morreo no anno de 1185. como se pôde ver no *tom. 3. da Mon. Lus. liv. 11. cap. 38.* E do fim do *cap. 37. do mesmo livro* consta melhor esta certeza, porque nella se vê hũa Escritura original, que he de doação feita pelo dito Rey D. Affonso Henriques a D. Payo Bispo de Evora, cuja data he em Novembro da Era de 1223. que responde ao anno de Christo de 1185. final evidente, de que não podia ser falecido no anno de 1184. como com engano diz a margem do Martyrologio allegado.

98 De todas estas memorias se deve de colligir, que naceo El Rey D. Affonso Henriques no anno de 1106. porém o Doutor Frey Antonio Brandaõ, em cujo 3. *tom. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 26.* se achão todos estes documentos, excepto o do Martyrologio, segue outra opiniaõ, e asenta por mais certo que o nascimento deste Principe foy no anno de 1110. Para este fim produz o testemunho de hum livro antigo manuscrito das *Obras de S. Fulgencio*, que se guarda na Livraria de Alcobaça, o qual tem no fim huma relação da conquista de Santarem, em que se lem estas palavras: *Capta est Idus Martii illucescente die Sabbati in Era MCLXXXV. quo anno Mauri, qui Arabicè Mo-*
F mazida

82 *A Rainha D. Theresa.*

mazida vocantur ingressi Hispaniam destruxerunt Hispallim Civitatem, me tunc agente trigesimum ferme ac septimum ætatis annum, & Regis decimum nonum. Diz o vulgar desta relação, que se tomou Santarem aos 15. de Março de 1147. em hum Sabbado quando rompia a manhã, naquelle anno, em que os Mouros, que em Arabigo se chamaõ Mumazidas, entrando por Hespanha destruíraõ a Cidade de Sevilha, fazendo eu quasi trinta e sete annos de idade, e defanove de reinado. Neste documento se funda o Doutor Brandaõ dizendo, que por ser do mesmo Rey he merecedor de mayor attenção; porque, moralmente fallando, ninguém melhor do que elle devia saber a sua vida, e que neste sentido tem por sem duvida, que nasceo no anno de 1110. que com os quasi trinta e sete de idade fazem justamente o anno de 1147. de que falla a memoria de Alcobaça.

99 Porém eu que venero, como merece, a doutrina de Brandaõ, não tenho por tão certa a relação allegada, que a julgue digna de se seguir sem reparo. Darey a razão do meu escrupulo. Se esta relação fora original, não ha duvida que se fazia merecedora de todo o crédito, pois nella fallava, e depunha hum Rey de hum facto tanto seu, como huma acção militar, que elle mandou; mas huma relação sem nome de author, lançada no fim de hum livro de materia tão differente, como as obras de hum Padre da Igreja, não me parece que he digna de tanta attenção, como a que lhe julga Brandaõ. E o motivo de não dar a este papel todo o credito possível, he porque descobrio o tempo outro documento de mayor authoridade, e fundandome justamente nelle, digo que

100 No anno de 1109. nasceo El Rey D. Affonso Henriques. Esta noticia me deo o *Livro da Noa* do Real Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, que por instancia minha se mandou à Secretaria da Academia Real. Veyo esta copia com as solemnidades costumadas para ser authentica, porque he concertada em 13. de Março deste anno de 1724. pelo Padre D. João da Cruz, Escrivão do dito Cartorio, e pelo Padre D. Francisco Xavier da Encarnação, que
he

A Rainha D. Theresa. 83

he o Carturario, e reconhecidos ambos os seus sinaes por Manoel Alvares de Sousa, Escrivaõ publico do Real Mosteiro de Santa Cruz, do seu Cartorio, e Tombos. Neste livro pois no principio da pag. 3. se diz deste modo: *Era MCXVII. natus est Rex Alfonsus filius Reginae Tarasie, & Comitis Anriqui*, que vem a ser, que na era de 1147. (he necessario advertir que a letra X ha de ter a plica para ter o valor de quarenta) que he o anno de Christo de 1109. naceo ElRey D. Affonso, filho da Rainha D. Theresa, e do Conde D. Henrique. Aqui temos sem argumentos, e sem conjecturas a certeza do nascimento de D. Affonso Henriques, que tantos annos se disputou, e para sua mayor confirmação me valerey dos mesmos argumentos, com q o Mestre Brandaõ entendeo que nacera D. Affonso no anno de 1110.

101 Na era de 1163. diz a Historia dos Godos, que he a *Escritura 1. do Appendix do 3. tom. da Mon. Lusit.* que o Infante D. Affonso, filho do Conde D. Henrique, e da Rainha D. Theresa, e neto delRey D. Affonso, tendo quasi quatorze annos de idade se armou Cavalleiro pela sua propria maõ, tomando as armas do Altar do Salvador na Igreja Cathedral de Camora. *Era 1163. Infans inclytus Dominus Alfonsus Comitis Henrici, & Reginae D. Tarasie filius, D. Alfonsi nepos habens etatis annos fere quatuordecim apud Sedem Zamorensem, ab altari Sancti Salvatoris ipse sibi manu propria sumpsit militaria arma ab altari.* A era de 1163. responde ao anno de Christo 1125. e sendo assim, precisamente se deve dizer, que está errada aquella era, e que ha de ser a de 1161. que he o anno do Senhor de 1123. e abatendo delles os quasi quatorze da idade de D. Affonso, vem a dizer que naceo no anno de 1109. que formados com os quasi quatorze, he pontualmente o anno de 1123. ou a era de 1161.

102 Confirmo a conjectura do erro desta era, e a verdade do nascimento de D. Affonso Henriques no anno de 1109. com a mesma Historia dos Godos, que fallando como este Principe entrou a governar Portugal, diz que por morte de seu pay o Conde D. Henrique ficara elle de dous,

84 *A Rainha D. Theresá.*

ou de tres annos de idade. *Era 1166. siquidem mortuo patre suo Comite Domino Henrico cum adhuc ipse puer esset duorum, aut trium annorum.* E se D. Affonso ficou de dous para tres annos pela morte de seu pay, que foy no anno de 1112. bem se segue que naceo em 1109. e que a sua vida excedeo pouco de setenta e seis annos, porque havendo nacido em 1109. e entrando a governar o seu Reyno na idade de defanove annos completos, veyo a fallecer em 6. de Dezembro de 1185. tendo governado cincoenta e sete.

103 Contra o que se tem dito, e assentado ha dous argumentos, que parece que convencem o contrario. O primeiro he o Foral da Villa de Constantim de Panoyas em terra de Villa-Real; dado pelo Conde D. Henrique na era de 1134. que he o anno de Christo de 1096. em cujo fim estaõ estas palavras: *Ego Infans Donno Alfonso filius Henrici Comitis, & Infante Donna T. autorizo, & confirmo, & roboro ista carta, quæ fecit pater meus, & mater mea.* Seguemse as firmas de alguns Grandes da Corte, como são Gomes Nunes, Egas Moniz, Mem Viegas, Guede Mendes, Mem Moniz, e Ermigio Moniz, e daqui se convence que o Infante D. Affonso Henriques já vivia no anno de 1096. pois confirmava as doações, e que naceo no anno de 1094. como constantemente escreverão os Chronistas Portuguezes, porque era estylo poremse logo nas Escrituras os seus nomes depois de nacidos.

104 O segundo argumento he tirado do Foral de Zurara, dado pelo mesmo Conde D. Henrique, em que assina o Infante D. Affonso Henriques seu filho, e se escreve a era deste modo: *Era MCX.* e não se póde dizer, que a le tra X valha neste lugar sómente dez, porque sendo assim ficaria correspondendo ao anno de Christo de 1072. noqual tempo não só o Conde D. Henrique ainda não era casado, mas nem ainda havia entrado em Hespanha, e desta sorte ha de valer quarenta a letra X, que he o anno de 1102. donde consta que he falso o dizerse, que o Infante D. Affonso naceo no anno de 1109. quando já o seu nome se acha nas Escrituras de 1102.

Diffi-

A Rainha D. Theresa. 85

105 Difficultosa seria a reposta a estes argumentos, se
lha não tivera dado o Doutor Frey Antonio Brandão, a
cuja erudição historica se deve a resolução de muitas duvi-
das, que parecião impossiveis de dissolver. Responde pois
ao primeiro argumento, que a firma do Infante, que se
acha naquella Foral, não he do tempo, em que se deo, se-
naõ de muitos annos adiante, quando já governava os seus
Estados, de sorte, que he huma confirmação do que seu pay
havia feito. Prova este discurso a declaração, que fez de-
pois de o assinar, a qual he, que os moradores de Constantim
de Panoyas guardassem o Foral de Guimaraens, que como
diz o Mestre Brandão no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 8. cap.*
15. foy dado a esta nobilissima Villa no mesmo anno de
1096. e bem mostra que o mandarlhes que observassem
aquelle Foral, o suppunha já dado muitos annos antece-
dentemente. Além de que os Fidalgos, que confirmaraõ
aquella mercé, todos são do tempo del Rey D. Affonso Hen-
riques, como se ve da fé das Escrituras, e todos occupa-
raõ no seu serviço os mayores lugares do Reyno. Mas por-
que não pareça que falta exemplo, com que justificar a
verdade deste discurso, na Sé de Coimbra está hum Foral,
que deo àquella Cidade El Rey D. Affonso o VI. na era de
1123. que he o anno de Christo de mil oitenta e cinco, e
nelle he confirmador Martim Moniz por estas palavras:
Martinus Moniz, quem post obitum prædicti Consulis Im-
perator præfatus Alfonsus Civitati prædictæ proposuit, conf-
Isto he que confirma aquelle Foral Martim Moniz, a quem
o Emperador D. Affonso tinha feito Governador de Coim-
bra por falecimento do Conde D. Sifnando. He certo que
esta firma não se podia fazer no anno de 1085. porque ain-
da nelle não era morto o Conde D. Sifnando, pois sabe-
mos que o seu testamento, que he a *Escritura 2. do Appen-*
dix do 3. tom. da Mon. Lusit. foy feito na era de 1125. que
he o anno de Christo de 1087. e sabemos que duraõ as suas
memorias até o fim de 1091. Devemos pois de assentar, que
a confirmação do Foral de Coimbra foy feita no anno de
1093. em que era Governador daquella Cidade Martim

86 *A Rainha D. Theresa.*

Moniz, como escreve Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lus. liv. 8. cap. 26.* E assim se deve de ter por certo, que a firma do Infante D. Affonso no Foral de Constantim de Panoyas, foy feita como confirmação da mercê de seu pay, quando elle já governava Portugal como Soberano, e não porque já fosse nacido naquelle tempo.

106 Ao segundo argumento se responde que a letra *X* tem o seu valor natural de dez, mas que não he era de Cesar, fenaõ anno de Christo. Consta esta certeza de hûas palavras do mesmo Foral, nas quaes se affirma que o escrevera D. Gonçalo Bispo de Coimbra, e até o anno de 1109. em que D. Mauricio Bispo de Coimbra foy promovido para a Primacial de Braga, não tinha governado este Bispado D. Gonçalo, e bem se argumenta, que foy escrito o Foral no anno do Senhor de 1110. em que já era nacido o Infante D. Affonso Henriques, cujo nacimiento foy no anno de 1109. como diz o *Livro da Noa.*

107 Desta verdade, que pela fé do documento, em que se funda, he humanamente infallivel, se co' hece a introdução, que se faz no *Nobiliario do Conde D. Pedro*, quando nelle se faz memoria da pratica, que o Conde D. Henrique estando para morrer fez a seu filho D. Affonso Henriques, de que ainda em outra parte deste mesmo Catalogo hey de fallar com mayor individuação, porque não era possível que hum Principe tão prudente, como foy o Conde D. Henrique, estivesse fazendo hûa ostentação inutilissima de conselhos Christãos, politicos, e militares a hum menino de dous para tres annos. Por este, e outros muitos additamentos, que lhe fizeraõ as partes interessadas, o reduziraõ a termos, que se fez indigno de credito, especialmente depois que da Torre do Tombo desapareceo o que se chamava original, pois falta o unico meyo de se ver, e examinar a verdade com aquella pureza, com que se deve de crer, que a escreveu o Conde D. Pedro, que pela grandeza da pessoa, e pela visinhança dos tempos podia investigar com toda a exactidão o que lhe era necessario, para pôr o seu Nobiliario na ultima perfeição.

Impug-

E.

*Impugnase o segundo casamento da Rainha
D. Theresa.*

108 **N**ÃO casou segunda vez a Rainha D. Theresa. Este facto, que em tão poucas palavras se resolve, he hum ponto da Historia Portugueza, em que mais vigorosamente contenderão os Authores. Huns o negaraõ, outros o affirmaraõ, seguindo cada parte a opiniaõ, que lhe pareceo ou mais segura, ou mais conforme ao seu intento. Pela parte affirmativa desembainhou a feroz espada da sua penna Manoel de Faria e Souza nas *Notas ao Conde D. Pedro* (a quem a malicia dos addicionadores faz tambem reo deste delicto historico) *à plana 7. n. 7.* aonde arrebatado do zelo desta, que elle chama verdade, se queixa muito do Doutor Duarte Nunes de Leão, e do insigne Mestre Frey Antonio Brandaõ, porque negaraõ este casamento, que no seu juizo he infallivel, affirmando que o contrario ou he absurdo, ou he porfia. Com grande empenho pretende mostrar este Author, que não he indecencia da Magestade o casar segunda vez; he certo que não, porque sem sahirmos do nosso Reyno, a Rainha D. Leonor, achando-se viuva del Rey D. Manoel, de quem foy terceira mulher, casou segunda vez com Francisco Primeiro Rey de França: mas os Authores, que negaõ o segundo casamento da Rainha D. Theresa, não o negaõ por indecente, senão por su posto, e falso. Comtudo quando li esta tão rigida censura, representouse-me que deviaõ de ser muy forçosas as razões, em que se fundava Manoel de Faria, mas fazendo sobre as de que se valeo particular reflexaõ, me lastimey de ver a paixã da invectiva, e a debilidade do seu motivo. Diz que os que negaõ este casamento, se oppoem a Escrituras daquelle tempo, que ainda neste estaõ vivas,

88 *A Rainha D. Theresa.*

assinadas pela Rainha D. Theresa, e por seu marido D. Fernando. Vio mais este Chronista Portuguez do que todos os Authores, que fallaraõ desta materia. O odio, e a indignação, com que escrevia, lhe representaraõ o que não houve. Por isso se diz que ha homens, que treslem, porque achão em livros, e papeis, o que não acharaõ os que leraõ sem outro fim, que o de descobrir a verdade.

109. Claramente se vé isto em Manoel de Faria e Sousa, pois as Escrituras, que fazem casada a Rainha D. Theresa com o Conde D. Fernando (de cuja validade trataremos logo) são tres. A primeira he hum carta da fundação do Mosteiro de Monte Ramo, feita pela Rainha D. Theresa, que traz Frey Antonio Yepes no *Appendice do tom. 7. da sua Historia de S. Bento*, e he a *Escritura 34.* na qual a mesma Rainha confessa ser viuva do Conde D. Henrique, e agora mulher do Conde D. Fernando, e nesta (como se póde ver) não só não assina o Conde D. Fernando, mas nem ainda a Rainha D. Theresa. A segunda he a doação de S. Martinho de Jouve, em que confirma o Conde D. Fernando juntamente com a filha, que tivera da Rainha D. Theresa, cuja data he em 1131. hum anno depois de ser falecida a mesma Rainha. Della faz menção Sandoval na *Familia dos Cunhas pag. 277. da Chronica de D. Affonso VII. e D. Luiz de Salazar e Castro no tom. 3. da Casa de Lara, liv. 16. cap. 1. pag. 13. no fim.* A terceira finalmente he hum Escritura, que allega sem parte certa o Doutor Frey Bernardo de Brito na *Mon. Lust. tom. 2. liv. 7. cap. 21.*

110. Estas são as Escrituras positivas, com que se dá por certo o casamento desta Senhora com o Conde D. Fernando, nem eu acho memoria de outras em todos os Authores, que fallaraõ d'elle, e tenho visto. E sendo assim, aonde he que estão vivas aquellas Escrituras, assinadas pelo Conde, e pela Rainha? Se Manoel de Faria as vio em algum Cartorio, porque o não declarou para que se podessem examinar? O certo he que fallou com summa paixão, e que quando escreveu a *Europa Portugueza*, já estava mais mitigado o primeiro furor, pois no 2. tom. part. 1. cap. 2. n. 29. fallando

A Rainha D. Theresa. 89

fallando das guerras, que ElRey D. Affonso Henriques teve com sua mãy, diz que podiaõ ser nacidas ou de casar com effeito, ou de se contratar o casamento com o Conde D. Fernando, continúa, *Esta causa, que no es cierta*, o que he muy differente do que escreve na nota referida, *Ello es infalible*, que Doña Theresa casò segunda vez.

III Tomou este Author (que a não ser pertinazmente credulo em algumas materias, foy em muitas certamente crudito) o empenho de defender huma historia, que simplesmente contada excede a prudente credulidade. Creco, como creraõ os nossos antigos, que vendose viuva a Rainha D. Theresa, se casara com D. Bermudo Peres (não Paes, como erradamente lhe chamaõ) hum grande Cavalhero de Galliza. Deste casamento se aggravou muito seu irmão D. Fernão Peres, Conde de Trastamara, porque summamente o desejava, e não achando outro modo para o effectuar, se resolveo a tiralla a seu irmão, e casar com ella, como dizem que casou. Vendo D. Bermudo esta sem razão, continúa a Novella, para se vingar da injuria, que lhe fizera seu irmão, casou com a Infanta D. Sancha sua enteada, porque era filha da Rainha D. Theresa, e de seu marido o Conde D. Henrique. Depois (aqui entra agora a moralidade deste successo) a penitencia deste peccado deo occasião para se fundar o Mosteiro de Sobrado da Ordem de S. Bento, em cujas sagradas paredes quizerão eternizar a sua contrição, que medida por ellas foy sem duvida grande. Casado o Conde de Trastamara D. Fernando com a Rainha D. Theresa, se levantaraõ ambos com Portugal, e reduziraõ a seu filho, e enteado a tão indignos termos, que valendose das armas, tomou por força os Castellos de Neiva, e de Faria em terra de Santa Maria, e dalli começou a guerra, que lhes fez e que della sahira vitorioso prendendo a mãy, e o Padastro, q̃ temeroso da sua ira, lhe fez homenagem de sahir de Portugal, e que por esta causa ou morrera em Galliza, como diziaõ huns, ou passara, como queriaõ outros, à guerra Santa, e que vendose a Rainha D. Theresa sem liberdade, sem terras, e sem marido, amaldiçoara a seu filho, e pedira soccor-

90 *A Rainha D. Theresa.*

foccorro a seu sobrinho ElRey de Leão, de que resultou a batalha, em que ElRey D. Affonso Henriques quebrou huma perna, e ficou prisioneiro do mesmo Principe.

112 Esta he em summa a fabula dos nossos antigos, seguida como verdade nas Chronicas Portuguezas, e crida por alguns com obstinadissima cegueira. Correrão os annos, e como a mentira por si mesma se faz sospeitosa, começaram os defensores deste casamento a revolver os Archivos para ver se descobriaõ documentos, com que authorizar a sua opiniaõ. Viraõse obrigados os que negaraõ o casamento a fazerem o mesmo, e parece-me que o conseguiraõ com melhor fortuna. E como eu sigo a estes, procurarey estabelecer a sua verdade com os fundamentos, que me dá o grande Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 9. cap. 3. e 4.* e com as mais razões, que poder descobrir, naõ obstante o dizer Manoel de Faria na *Plana 7.* que os documentos, em que elle se funda, provaõ o contrario, do que elle pretende. A seu tempo o veraõ os Leitores, e poderãõ fazer juizo se tem mais probabilidade as razões de Brandaõ, do que as sonhadas cavallarias do fabuloso Capitão Antonio de Faria, com que Manoel de Faria em obsequio do appellido occupou huma grande parte do 2. *tomo da Asia Portugueza.*

113 Falecido o Conde D. Henrique na Cidade de Astorga no primeiro de Mayo, como diz a *Historia dos Godos*, e se pôde confirmar com alguns documentos, que transcreve Brandaõ no *liv. 8. cap. 29.* para mostrar o erro do livro dos Obitos de Santa Cruz de Coimbra, e ficando D. Affonso Henriques de pouca idade, como nacido dous annos antes, tomou a Rainha D. Theresa o governo de Portugal, que administrou varonilmente pelo espaço de dezafeis annos. Como o successor da Coroa era menino, e o pezo dos negocios tanto civis, como militares, necessitava de forças mais robustas, que as de hũa mulher, ainda que Heroína, começou a governar com o Conselho dos Cavalheiros Portuguezes, entre os quaes se distinguia hum Cavalheiro Gallego, que era o Conde de Trastamara D. Fernando

A Rainha D. Theresa. 91

nando Peres de Trava , que na grandeza , e nos Estados , dizem , que mais representava a pessoa de Principe , que a de vassallo. Com este se suppoem, que casou a Rainha D. Theresa , o que sem duvida se originou da grande authoridade, que teve no seu governo, pois sabemos que foy Governador de Coimbra, e que segundo as memorias daquelle tempo, devia de ter a occupação de Regedor das Justiças , ou do que hoje corresponde a Presidente do Paço , porque na sua presença se compunhaõ varios pleitos : e não era muito que administrasse lugares de tantas consequencias, hum Cavalhero, que era irmão de hum genro da mesma Rainha, qual foy D. Bermudo Peres de Trava, casado com sua filha D. Urraca Henriques. Porém nós temos por falso, e supposto o segundo casamento da Rainha D. Theresa pelas seguintes razões.

114 Se este casamento fora certo , não ha duvida que havia de constar pelas Escrituras originaes daquelle tempo: não se acha nellas a memoria de tal casamento: logo este casamento he falso, e supposto. Provemos a menor. Gaspar Estação nas *Antiguidades de Portugal* cap. 21. n. 5. diz que entende que este casamento se celebrou entre os annos de 1125. e 1127. e dá a razão, porque até o anno de 1125. ha muitas doações, que mostraõ não estar casada a Rainha D. Theresa , e do anno de 1127. por diante , ha outras , que mostraõ que já o estava. Ouçamos agora ao Doutor Frey Antonio Brandaõ , verdadeiramente Chronista mór de Portugal, não só pela occupação, mas pela diligencia, e pelo estudo, pois no espaço de dez annos não teve outro cuidado mais, que o de examinar Cartorios do Reyno para desenterrar delles a Historia Portugueza, que andava tyrannizada com as tradições mal fundadas dos seus naturaes. Ouçamolo , e veremos a verdade desta sua , e nossa opiniaõ.

115 Na Sê de Coimbra se conserva a Escritura original, em que a Rainha D. Theresa faz mercê da Villa de Seia ao Conde D. Fernando , para que elle , e seus descendentes a possuão , por estas palavras : *Do tibi illam pro bono servitio, quod mihi fecisti, ut habeas tu illam, & omnis posteritas tua*

92 *A Rainha D. Theresa.*

tua in omni tempore; e bem se vé que não estava casada, pois lhe faz mercê, como a seu criado, a quem honrou naquella occasião com o titulo de fidelissimo. Desta Escritura celebrada em 24. de Mayo de 1122. faz memoria Brandaõ no tom. 3. da *Mon. Lusit. liv. 9. cap. 2.* No anno de 1124. faz a Rainha D. Theresa doação à Sé de Braga do Couto de Faloens, e falla como Senhora absoluta, e não como mulher do Conde D. Fernando. Brandaõ no lugar citado *cap. 3.* No mesmo anno de 1124. a 4. de Novembro deo a Rainha huma herdade em Pereira a Pelagio Mendes, e a sua mulher Maria Garcia, e affina D. Fernando com os mais Senhores deste modo: *Ego Pelagius Bracharensis Episcopus conf: ego Consul Fernandus conf: ego Egas Gozendiç conf: Suarius Venegas conf:* seguemse as testemunhas, em baixo tem huma Cruz, e à roda estas letras: *Ego Regina Tarasía hanc cartam confirmo.* Desta Escritura que he original, faz memoria Brandaõ no lugar já dito *cap. 3.* No anno de 1125. se deo o Foral a Ponte de Lima, que está na Torre do Tombo, e na sua confirmação está o nome da Rainha, e o nome de seu filho deste modo: *Ego Regina Tarasía, & filius meus Alfonsus Rex in hac carta manus nostras roboravimus:* seguemse as confirmações: *Comes Fernandus confirmat; Comes Gomesis confirmat &c.* No mesmo anno de 1125. allega Brandaõ ao Bispo Sandoval, que na *Historia da Igreja de Tuy* traz huma doação feita pela Rainha D. Theresa ao Bispo D. Affonso, e diz assim: *Era 1163. (he o anno de 1125.) a 3. de Setiembre la Reyna de Portugal Doña Teresa, madre de D. Alonso los dos juntamente con palabras muy devotas diziendo ella, ego Tarasía Regina Adefonsi Imperatoris filia, offrecen, conceden, y confirman a la Iglesia de Santa Maria de Tuy, y a su Obispo D. Alonso las Iglesias, y cosas següientes, &c. firma la Reyna; ego præfata Regina Teresa hanc donationis cartam, vel testamentum propria manu roboro Menendus propriæ aulæ notator depinxi. Ego Pelagius Bracharensis Archiepiscopus conf: Ego Infans Adefonsus ipsius Reginae filius conf: Ego Comes Ferrandus conf: Ego Comes Gomes conf: &c.*

A Rainha D. Theresa. 93

&c. Vejase Sandoval *Iglesia de Tuy* pag. 111. vers. e pag. 113. e Brandaõ no lugar citado cap. 3. No anno de 1128. que foy o ultimo do governo da Rainha D. Theresa a 15. de Março deo o Castello de Soure aos Cavalleiros Templarios, e aqui se affina o Conde D. Fernando dizendo que a mercê, que a Rainha sua senhora fazia aos Cavalleiros do Templo, louvava, e concedia elle: *Ego Comes Fernandus donum, quod Domina mea Regina Militibus Templi donat, laudo, & concedo.* Brandaõ no cap. 13. E finalmente para não causar fastio aos leitores a repetição de cousas identicas, está viva no Cartorio do Mosteiro de Arcuca huma Escritura original feita no ultimo de Março do mesmo anno de 1128. que começa: *Ego Regina Tarasia Toletani Imperatoris filia in Domino salutem. Placuit mihi &c.* e acaba affinando: *Ego Regina Tarasia banc cartam jussi fieri, & manu meâ roboravi.* *Infans Adefonsus Reginae Tarasie filius propria manu conf: In Sede Bracharensi Archiepiso Pelagio. Sede Portugalli Episcopo Hugo. Colimbriae Archidiacono Tello. In Viseo Odorio Priore. In Sede Lameco Archidiacono Monino. Pro testibus, Petrus, Pelagius, Gonsalvus. Nuno Osoris, quos vidi. Garcia Rodrigues, quos vidi. Garcia Suaris, quos vidi. Comite Fernandus continentis Colimbriae eos vidi, & propria manu conf.*

116 De todos estes documentos se prova, que o Conde D. Fernando não fazia mais figura que a de hum confirmador ordinario das mercês Reaes, como eraõ os outros Cavalheros do seu tempo, e que não era casado com a Rainha D. Theresa, porque se o fora, precisamente se lhe havia de dar outro lugar como a marido daquella Princeza, pois vemos que em todas as Escrituras, que se fizeraõ na vida do Conde D. Henrique, sempre elle precedia à Rainha sua mulher, sendo que o Estado de Portugal era propriedade da Rainha D. Theresa, a quem o deo em dote seu pay D. Afonso VI. Rey de Leão, e Castella, e parecia justo que se observasse o mesmo com o Conde D. Fernando. E se Gaspar Estago disse, que este casamento senão effeituara até o anno de 1125. porque havia muitas doações, que mostra-
vão

94 *A Rainha D. Theresa.*

vão não estar casada a Rainha até aquelle tempo, que diria agora, vendo que ha outras Escrituras originaes, de que se convence o mesmo até o anno de 1128. como temos mostrado? Se as de que elle teve noticia até o anno de 1125. bastarão para o persuadir a que não houvera este casamento, porque o não negaremos nós até o ultimo anno do governo da Rainha, com outros documentos da mesma qualidade? Diga agora Faria como provaõ contra Brandaõ os instrumentos, que produzio? Se accusa de novidades tão bem fundadas a Brandaõ, porque o não accusaremos nós a elle de seguir antiguidades sem fundamento? Porém ainda se lhe mostrará a injustiça com que falla, quando se convencer a impossibilidade deste casamento.

117 Assenrada esta verdade como infallivel pela auctoridade, que lhe dão os documentos originaes, que se tem allegado, vejamos agora para mais se confirmar os fundamentos da contraria opiniaõ. Seja o primeiro huma Escritura, que se guarda no Archivo de Lôrvaõ, que he a doação do lugar de Pinheiro junto ao Castello de Marnel, cujos vestigios ainda hoje duraõ entre o rio Vouga, e o monte de Meijamfrio, feita por Pedro Paes a sua mulher Gelvira Nunes, a qual acaba deste modo: *Facta est carta testamenti 9. Kal. Februarii era 1159. Gondisalvo Episcopo regente Colimbriensem Sedem, Consule autem Dono Fernando dominante Colimbrie, & Portugalli*: quer dizer, que foy feita aquella carta de doação a nove das Calendas de Fevereiro da era de 1159. que são vinte e quatro de Janeiro de 1121. governando a Sé de Coimbra D. Gonçalo, e sendo senhor, ou dominando em Coimbra, e no Porto o Consul D. Fernando. Desta Escritura, que traz Brandaõ no *cap. 2.* pretendem provar os defensores deste casamento, como a Rainha D. Theresa estava casada com o Conde D. Fernão Peres, porque sendo certo ser ella por este tempo Senhora absoluta de Portugal, não podia o Conde ter administração tão larga nas terras desse Reyno, senão fora seu marido. Porém daqui não se convence o pretendido casamento, por se dizer que governava Coimbra, e Porto, mas antes

A Rainha D. Thereza. 95

tes porque declara as partes determinadas do seu governo, se vê claramente, que não governava outras, e que a sua jurisdição era limitada. Entendo que o Conde D. Fernando tinha o governo destas duas Cidades, ou como Governador politico, ou militar.

118 O segundo argumento he huma Escriitura do mesmo Archivo de Lorvão, feita em Novembro do anno de 1121. em que fallando se de huma contenda, que houve entre o Bispo D. Gonçalo, e o Abbade de Lorvão D. Daniel se compoz a discordia na presença da Rainha D. Thereza, e do Conde D. Fernando, dizendo a Escriitura: *Ante illa Regina Dona Tharasia, & Comite Donno Fernando, & judicarunt ut reliquissent illos ipsa Villa.*

119 O terceiro he huma concordia celebrada entre os Bispos de Coimbra, e Porto, este D. Nuno, aquelle D. Gonçalo, a cinco de Abril de 1122. de que se falla no livro da Sé de Coimbra, como diz Brandaõ no *cap. 2.* e se declara ser feita diante da Rainha D. Thereza, do Conde D. Fernando, e dos Cavalheros Portuguezes: *Hæc amicitia firmata est in presentia Regine Tarasie, ac Comitum Donnii Fernandi, & Baronum Portugallensium.*

120 Com estes dous argumentos pretendem provar os contrarios o casamento da Rainha D. Thereza, affirmando que senão fora casada com o Conde D. Fernando, não era possivel que se fizesse delle tão distincta, e tão particular menção. Não convencem estes argumentos o que se intenta mostrar, porque D. Fernando podia ser Presidente, ou Regedor das Justiças, e como naquelle tempo não havia a forma dos Tribunaes, que hoje ha, diante do Soberano, e do Regedor se deviaõ de compor as differenças, que introduzio em todas as idades ou a ambição, ou a injustiça. Além de que não era impropria esta distincção, e differença em hum Cavalhero de tão superior qualidade, que como já dissemos, era irmão de D. Bermudo Peres, genro da Rainha D. Thereza, como casado com sua filha D. Urraca Henriques. E se julgaõ por hum argumento, ao seu parecer convincente, nomearse o Conde D. Fernando para se inferir, que

96 *A Rainha D. Theresa.*

que era seu marido, quem não dirá que em virtude desta inferencia tambem se póde affirmar, que a Rainha D. Theresa estava casada com algum dos outros Fidalgos, pois delles se faz expressa memoria?

121 O quarto argumento he o modo, com que D. Fernando se affinava, porque dizia que era Conde de Portugal, *Comes Portugallensis*, e bem se vé que não usaria de semelhante titulo, se o não tivera pelo casamento com aquella Princeza. Grande força poderia fazer esta instancia, se quem deo a noticia da Escritura, que foy Sandoval na *Chronica de D. Alonfo VII. na descendencia da Casa dos Cunhas pag. 277. col. 1.* não dissesse que constava aquelle titulo de hum doação, que fez o Emperador D. Affonso Ramon a Salvador Fernandes de Albergaria de Bivario, feita em Saldanha no fim de Novembro da era de 1165. que he anno de Christo de 1127. e nella se affina D. Fernando Conde de Portugal. Esta Escritura, como se vé, foy feita em Castella, e usou deste titulo o Conde D. Fernando para mostrar, que vinha de Portugal àquelle Reyno, e não porque tivesse delle nem o dominio, nem a jurisdicção. Confirma esta reposta o Doutor Frey Antonio Brandão com hum exemplo, que verdadeiramente he nacido do seu grande reparo em circumstancias, que a qualquer outro pareceriaõ senão dignas de desprezo, ao menos pouco merecedoras de observação. Em muitas occasioens responde este grande homem com Escrituras, e com outros fundamentos de igual pezo, e authoridade, mas na reposta, que deo a este argumento, mostrou hum rara advertencia, e hum agudeza incomparavel, como quem de tudo o que lia, se sabia aproveitar para se servir nas occasioens mais apertadas, e difficultosas. Diz pois o Mefire Brandão, nunca mayor do que agora, que não era esta denominação effeito do Senhorio de Portugal, senão modo de se dar a conhecer em Castella, e para prova evidente deste verdadeiro discurso, refere hum doação, que fez a Rainha D. Theresa do Castello de Soure aos Cavalleiros Templarios, em que já fallámos, na qual confirma o Conde D. Rodrigo de

A Rainha D. Theresa. 97

de Galliza com estas palavras: *Comes Rodericus Gallicianus confirmat*, e adverte que o chamar-se Conde de Galliza não he porque fosse senhor daquelle Reyno, senão para se dar a conhecer em Portugal, aonde naquelle tempo assistia. Do mesmo modo dizemos que assinar-se D. Fernando Conde de Portugal, não era porque este Estado fosse nem hereditario, nem adquirido, senão para que se soubesse em Castella, aonde estava naquella occasião, que era Portuguez, não pelo nascimento, senão porque esta era a terra, de que ultimamente partira. Senão quizermos dizer, que este titulo dava a conhecer o governo que tinha da Cidade do Porto, de que já em outra parte se fez mais distinta menção.

122 De huns argumentos vão passando a outros os propugnadores deste supposto casamento, e para corroborar a sua opinião, que verdadeiramente he fraca, e se sustenta em debéis fundamentos, produzem o quinto argumento, que he humas Escriitura de doação, feita pela Rainha D. Theresa ao Mosteiro de Monte Ramo em Galliza, na qual a mesma Rainha confessa com palavras tão expressas, e claras o seu casamento com o Conde D. Fernando, que o duvidallo mais parece loucura, que razão. Esta he aquella Escriitura, de que já acima dissemos que era a 34. do tom. 7. do *Meſtre Frey Antonio de Yepes*. Nella diz a Rainha deste modo: *Ego Tarasia bonæ memoriæ Alfonsi Magni Hispaniarum Regis filia, Magni Comitis Henrici quondam uxor, nunc vero Comitis Fernandi, Dei gratia Portugallie Regina à mari Oceano usque ad rivulum Hispaliosum, qui currit inter Tibres, & Guevres, &c.* e acaba nesta fórma: *Hanc cartam fieri jussi cum viro meo Comite Fernando Peres, & cum filio meo Alfonso Henriques propria manu roboravi. Facta carta donationis 12. Kalendas Septembris era 1162. Regnante Regina Tarasia in Portugallia, & Limia usque ad rivulum Hispaliosum; sorore ejus Regina Donna Urraca in Castella, Legione, Galetia, Asturiis, & Estremadura.* O seu sentido em Portuguez he o que se segue. Eu D. Theresa, filha do grande Rey das Hespanhas D. Affonso de boa memoria, mulher em outro tempo do

98 *A Rainha D. Theresa.*

grande Conde D. Henrique, e agora do Conde D. Fernando, por graça de Deos Rainha de Portugal desde o mar Oceano até o pequeno rio Hispaliosio, que corre entre Tebres, e Guevres. Esta carta (em que, como já se notou, senão achão as firmas Reaes) mandey fazer juntamente com meu marido o Conde D. Fernando Peres, e com meu filho D. Affonso Henriques, e affiney de minha propria mão. Foy feita a carta de doação aos 12. das Calendas de Setembro era de 1162. (que he a 21. de Agosto do anno de 1124.) reinando a Rainha D. Theresa em Portugal, e Lima até o pequeno rio Hispaliosio, e reinando sua irmã D. Urraca em Castella, Leão, Galliza, Asturias, e Estremadura.

123 Esta he a lança de Achilles, com que os nossos contrarios entendem, que mostraõ com evidencia a realidade deste casamento negado, pois a mesma Rainha o confessa em hum instrumento tão publico: mas não he esta a lança que ha de fazer golpe, que seja perigoso. E começando logo pela grande sospeita, que certamente faz não se achar em todo este Reyno documento algum de que consiste este casamento, havendo tantos de que consta o contrario, como temos visto, e acharse só conservado em Galliza, o que não pôde deixar de não causar reparo, digo que a Escritura parece falsa, e supposta. Prova-se esta verdade pelo seu estylo, que he muy differente da sinceridade daquelle tempo, como a cada passo se vê. Prova-se mais pelo modo de dizer, que ninguem pôde duvidar, que he estranho, pois mostra a Rainha em huma doação as demarcações do seu Estado, como se fizera o tombo de alguma fazenda, em que he pratica certa daremse as confrontações do Norte, do Meio dia, do Levante, e do Ponente. Além disto convence-se de falsa a Escritura Gallega, por se dizer nella que reinava em Leão a Rainha D. Urraca, quando ella na era de 1160. que he o anno de Christo 1122. tinha largado toda a administração dos Reynos de Hespanha a seu filho D. Affonso, como diz Sandoval na *Chronica do mesmo Imperador* cap. 8. depois de haver mostrado no cap. 7. com muita copia de Escrituras, que até aquelle tempo adminis-

A Rainha D. Theresa. 99

administrara a Rainha o governo, e desta sorte bem se prova ser falsa a Escritura produzida, pois falla na Rainha D. Urraca como absoluta Senhora dos seus Estados, quando dous annos havia já o não era pela cessão, que ou voluntaria, ou violentamente havia feito na pessoa de seu filho. Prova esta verdade D. Luiz de Salazar e Castro no *tom. 1. da Casa de Lara, liv. 2. cap. 12. pag. 94.* aonde escreve os grandes contratempos, que padecce a Rainha D. Urraca, que chegaraõ a tanto, que se vio obrigada pelos povos a deixar o governo, o que finalmente veyo a fazer no anno de 1112. ainda que depois lembrados os Hespanhoes da sua justiça, e arrependidos de a terem tão indignamente despojado do governo, permittiraõ que governasse juntamente com seu filho, o que se justifica com grande numero de privilegios, que se achaõ de ambos; e sendo certo que a mãy, e o filho administravaõ igualmente o governo dos seus Reynos, bem se ve que he falsa a Escritura, pois tantos annos adiante se suppoem a Rainha D. Urraca governando só, e independente.

124 Confirma-se a supposiçaõ daquella Escritura de Monte Ramo com a de S. Martinho de Jouve tambem de Galliza; junto a Ferrol, celebrada na era de 1170. que he o anno de Christo de 1132. em que o Conde D. Fernando assina deste modo: *Ego Comes Ferdinandus Paes filius Comitis Petri una cum filia mea nata de Regina Donna Theresa conf:* eu o Conde D. Fernando Paes, filho do Conde D. Pedro juntamente com minha filha nacida da Rainha D. Theresa confirmo. E que mayor prova se póde dar do casamento negado, do que aquella, em que he testemunha huma filha da mesma Rainha? Parece que n. ò póde ser nem mais legal, nem mais concludente. Assim parece, mas não he, nem póde ser assim; e a razãõ he, porque para se convencer de falsa aquella Escritura, não necessita de mais exame, que da simplez intelligencia das suas palavras, pois nellas se diz, que D. Fernando Paes era filho do Conde D. Pedro, o que bem prova o descuido, de quem a inventou, porque não advertio que o estylo daquelles tempos (depois

100 *A Rainha D. Theresa.*

menos exactamente observado, e ultimamente de todo esquecido nas familias grandes) era ser appellido o patronimico, e sendo o pay do Conde D. Fernando o Conde D. Pedro, forçosamente (supposto o costume) se havia de chamar Peres, e não Paes; que he patronimico de Payo. Merece attenção Frey Francisco de Berganza, defendendo no tom. 2. das *Antiguidades de Hespanha* liv. 6. cap. 1. n. 22. col. 2. a Rainha D. Urraca irmã da nossa Rainha D. Theresa das atrevidas imposturas, com que lhe offenderão a opinião, porque parece que foy fado destas duas Senhoras faltarlhes ao respeito, que merecia o seu sangue. Diz assim este diligentissimo Antiquario: *Además que el artifice de la fabula en haver dicho que Don Fernando Hurtado fue el effeto de la estrecha comunicacion con la Reyna, declara la falacia. Don Fernando Hurtado, como consta de las Escrituras, que citan Brandaon, y Moret, tuvo el nombre patronimico de Peres, lo qual manifiesta sin genero de duda, que el Padre de Don Fernando se llamó Pedro: porque tan dificultoso se haze de creer, en attencion al estilo de aquellos tiempos, que Don Fernando tomasse el patronimico de Peres, siendo su padre Don Gomes, como que Don Fernando siendo persona tan conocida negasse a su padre: pues en aquellos siglos lo mismo era dizir Fernando Peres, que declarar que Fernando era hijo de Pedro.*

125 Com esta doutrina, a que o uso daquella idade faz quasi infallivel, se convence o como he falsa a Escritura de S. Martinho de Jouve, pois diz Paes, havendo de dizer Peres, e se conhece tambem a destreza, com que D. Luiz de Salazar e Castro, como doutissimo, e consummado nestas materias, para fundar este chimerico casamento no tom. 3. da *Historia Genealogica da Casa de Lara* liv. 16. cap. 1. pag. 13. traz a firma do Conde deste modo: *Ego Comes Fredenandus Petri, filius Comitiss Petri una cum filia mea nata de Regina Dona Tereixa;* e accrescenta logo immediatamente estas palavras: *Assi la copia Sandoval*, e he certo que a não copia desta maneira Sandoval. Sandoval na *Descendencia dos Cunhas*, que anda unida com as de outras

A Rainha D. Theresa. 101

tras familias à *Chronica de D. Affonso VII. Emperador* pag. 277. col. 1. diz assim: *Ego Comes Fredenandus Pay filius Comitis Petri una cum filia mea nata de Regina Dona Tereyxa*: e parece muito viciar, e corromper o que he publico a todos pelo beneficio da impressão. Daqui se segue hũa natural, e terrivel inferencia, em que não fallo, porque me obriga a todo o silencio a attenção, que merece tão illustre homem, benemerito de todo o respeito pelos seus grandes estudos, e porque também não pareça que o imito na impugnação das *Cortes de Lamego*, em que dandome Deos vida, espero deixallo tão convencido, como agora o deixarey neste casamento da Rainha D. Theresa, que tanto defende, e de que falla em tantas partes das suas obras.

126 Continúa D. Luiz em estabelecer este casamento, e para mayor prova desta idéa, cita huma Escriitura referida por Frey Angelo Manrique no *tom. 1. dos Annaes Cistercienses anno 1142. cap. 13. n. 1.* feita em Santiago aos 16. das Calendas de Março, que he a 14. de Fevereiro do sobredito anno, na qual o Conde D. Fernando Peres, e sua primeira mulher D. Sancha Gonçalves fazem doação de metade do Mosteiro de Sobrado aos Religiosos de Cister.

127 Agora mostremos a D. Luiz, que tão parcial se tem feito deste casamento, como não só o não houve, mas que nem o podia haver. Para isto não revelarey o segredo de algum Cartorio, não allegarey Author manuscrito, conservado ha muitos seculos em alguma grande Bibliotheca, nem me servirey de livro impresso, a que a sua raridade faça difficuloso. O mesmo D. Luiz de Salazar ha de ser o que nos mostre, que não houve, nem podia haver aquelle casamento que tanto defende. No *tom. 1. da Historia da Casa de Lara liv. 4. cap. 1. pag. 241.* traz D. Luiz huma Taboa Genealogica de toda a Casa dos Condes de Trastámara, e Trava, e nella no *num. 8.* diz estas palavras dignas de toda a advertencia: *El Conde D. Fernando Peres de Trava, Señor de Trastámara, Coimbra, Galicia, y Portugal, Fundador del Monasterio de Sobrado: casò 1. con D. Sancha Gonzales de Lara, hija del Conde D. Gonzalo. 2. con la*

102 *A Rainha D. Theresa.*

Reyna Doña Teresa Señora de Portugal, hija del Emperador D. Alonso VI. Rey de España.

128 Quantos delictos em huma só culpa! Mas não me detendo agora na distincção, que se faz de Portugal, e Coimbra, como se fora Estado differente, ou separado, nem menos em se fazer o Conde D. Fernando Peres Fundador de hum Mosteiro, que como mostra por documentos Frey Angelo Manrique no tom. 1. dos *Annaes de Cister*, anno 1142. cap. 12. n. 1. foy edificado pelos annos de 952. só reparo no casamento deste Conde com sua primeira mulher a Condeffa D. Sancha Gonçalves de Lara, porque daqui se convence de falso o segundo casamento com a Rainha D. Theresa. E o fundamento do reparo he, porque da mesma Escritura, de que se valeo contra nós D. Luiz de Salazar, se vê como no anno de 1142. em que ella foy celebrada, estava casado o Conde com sua primeira mulher D. Sancha Gonçalves, o que melhor consta da dita Escritura tresladada pelo mesmo Manrique, e impressa no cap. 13. n. 15. do sobredito anno. *Unde ego Comes Ferdinandus Peres, Dei providente gratia, cujus omnia subsistunt arbitrio, uxorque mea Sanctia Gundisalvi, una cum omnibus liberis meis dono, & concedo medietatem integram de Monasterio Superadi* (do que se segue agora, se prova que não fundou este Conde, o que recebeo já fundado) *sicut mihi evenit in partibus fratrum meorum &c.* Dizem em Portuguez. Pelo que eu o Conde D. Fernando Peres, dispondo-o assim a graça de Deos, de cujo arbitrio tudo está pendente, e minha mulher D. Sancha Gonçalves, juntamente com todos os meus filhos, faço doação, e concedo toda a metade do Mosteiro de Sobrado, assim como eu a herdey de meus irmãos. Pois se no anno de 1142. ainda o Conde D. Fernando Peres estava casado com sua primeira mulher D. Sancha Gonçalves de Lara, como podia casar segunda vez com a Rainha D. Theresa, que como se sabe com toda a certeza humanamente infallivel, naquelle mesmo anno de 1142. havia já doze, que era defunta, porque faleceo no anno de 1130?

Este

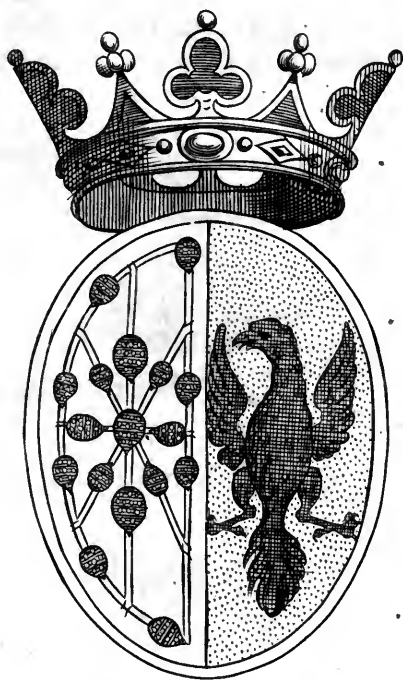
A Rainha D. Theresa. 103

129 Este sem duvida he o argumento , que não admitte reposta , e com que se convence a ignorancia , ou a paixão dos Authores , que tiverão este casamento por certo , e com que se mostra evidentemente a falsidade das Escrituras , que assim o diziaõ. Galliza verdadeira foy a que confundio Galliza mentirosa , porque dos Archivos do mesmo Reyno sabiraõ os documentos , que sinceramente mostraraõ a affectação dos que fingiraõ aquelle matrimonio. Para que se fizessem aquellas Escrituras , que sem duvida são falsas , não he facil o averiguallo , porque senão podem penetrar os fins de semelhantes machinas em huma distancia tão grande não só de annos , mas ainda de seculos ; nem he facil o poder conjecturar , qual seria o motivo de fazer casar huma Princeza já entrada em annos , e viuva de hum Principe , como o Conde D. Henrique , com hum Cavalheiro , que como elle confessa na Escriitura allegada por Manrique , tinha muitos filhos de sua mulher a Condesa D. Sancha Gonçalves. He muy dilatada a idéa da malicia , e costuma haver humas antipathias , e sympathias , que por occulta força da natureza fazem amar , ou aborrecer , o que muitas vezes não merecia nem odio , nem amor. Alguns animos inclinados à Casa de Trastámara , ignorando tal vez a realidade da sua grandeza , e desejosos de a fazerem igual às Soberanas , fingiraõ estes documentos , e os lançaraõ nos Archivos , esperando que nos tempos futuros os descobrisse a diligencia , e a curiosidade , e que adiantando com razões , e conjecturas esta adulação , a persuadissem a entendimentos credulos , e amigos naturalmente de questoens , e novidades. Em nossos dias se tem descoberto alguns destes thesouros , mas quiz a fortuna de huns , e a desgraça de outros , que se conhecesse a falsidade , ainda que destrissimamente disfarçada. Se a Escriitura de Monte Ramo não fizesse tão escusada memoria das demarcações do Estado de Portugal , e senão quizesse fazer menção do governo da Rainha D. Urraca de Castella , que não servia de nada , poderá ser que fizesse mais duvidoso o fim , para que se inventou ; mas he pena destes fingimentos ce-

104 *A Rainha D. Theresa.*

gar de tal sorte aos seus Authores, que como elles estão cegos com a paixão, que os predomina, entendem que do mesmo modo estão os que os hão de ler; mas succede ao contrario, porque se não costuma ler com a mesma paixão, com que se escreve, e por essa causa são faceis de conhecer os enganos, que tece a lisonja, porque lhes falta o fundamento da verdade, em cujo obsequio negamos o segundo casamento da Rainha D. Theresa com o Conde D. Fernando Peres de Trava.

A R M A S.

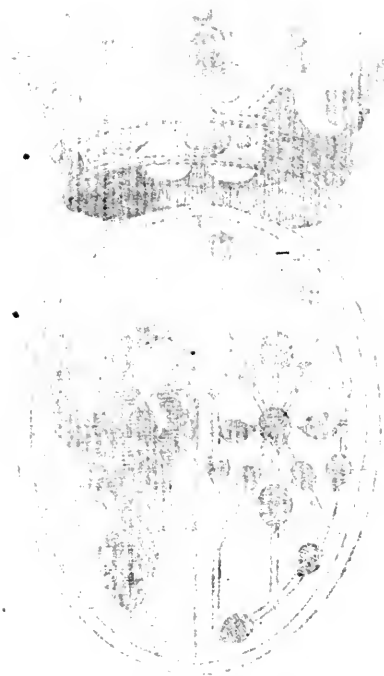


SABOYANA.

Pays,

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY



1971-1972

A Rainha D. Mafalda. 107

A Rainha D. Mafalda mulher de Dom Affonso Henriques I. Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
Amadeo III. Conde de Sabóya, Moriana, e Piemonte.	Humberto II. Conde de Sabóya, Moriana, e Piemonte.	Amadeo II. Conde de Sabóya, e Moriana.
		A Condeffa Joanna de Genebra.
	A Condeffa Gisla de Borgonha.	Guilherme II. Conde de Borgonha.
A Condeffa Mafalda de Albon.	Guido VI. Conde de Albon.	A Condeffa Gertrudes de Limbourg.
		Guido o Velho Conde de Gratianopoli.
	A Condeffa Ignés de Barcelona.	Gothelena.
		D. Raymundo Berenguer XI. Conde de Barcelona.
		A Condeffa Almodis segunda mulher.

Casa.

108 *A Rainha D. Mafalda.*

Casamento.

Com D. Affonso Henriques, primeiro Rey de Portugal.

Anno, em que casou.

1146. (1.)

Filhos, que teve.

O Infante D. Henrique naceo a 5. de Março de 1147.
(2)

O Infante D. Sancho successor naceo em Coimbra a 11. de Novembro de 1154. (3) Casou no anno de 1175. com a Rainha D. Dulce, filha de D. Ramon Berenguer Conde de Barcelona. (4) É supposto que D. Luiz de Salazar e Castro no *Indice das glorias da Casa Farnese pag. 714. n. 24.* escreva, que este casamento foy no anno de 1189. com evidencia se mostra que he equivocação, porque a Rainha D. Dulce, ou Aldonça, com quem o Infante D. Sancho casou, já affina como sua mulher na doação, que El Rey D. Affonso Henriques fez de Abiul ao Mosteiro de Lorvão em Setembro de 1175. por estas palavras: *Ego Regina Donna Dulcia uxor Regis Sancii confirmo*, con.o se póde ver

A Rainha D. Mafalda. 109

ver em Brandaõ *Mon. Lusit. tom. 3. liv. 11. cap. 26.* aonde afirma ser a Escriitura original. Confirma-se mais esta verdade com os nascimentos de alguns dos filhos deste Principe, porque o Infante D. Affonso seu successor naceo no anno de 1185. o Infante D. Pedro naceo em 1187. o Infante D. Fernando em 1188. o Infante D. Henrique em 1189. e as Infantas D. Theresa, e a Beata Sancha forão mais velhas, que todos estes Infantes, como adverte Brandaõ no *tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 12. cap. 21.* e casando seu pay neste ultimo anno, não podião ser filhos estes Infantes da Rainha D. Dulce, como o forão na realidade. E c que prova com mayor evidencia a verdade da nossa Chronologia, he o nascimento da Infante D. Constança, filha de D. Sancho, e D. Dulce, que foy no mez de Mayo do anno de 1182. argumento certo, de que já antes daquelle anno estavam casados estes Principes. Entrou a reynar a 6. de Dezembro de 1185. Foy acclamado, e coroado com a Rainha sua mulher em Coimbra a 9. de Dezembro do mesmo anno. (5) Morreo a 27. de Março de 1211. (6) e jaz em Santa Cruz de Coimbra. (7)

O Infante D. João naceo
Faleceo a 25. de Agosto. (8)

A Infanta D. Urraca naceo foy a primeira mulher de D. Fernando II. Rey de Leão, com o qual casou no anno de 1160. e separaraõ-se por parentes no anno de 1171. F. Morreo a 16. de Outubro. (9)

A Infanta D. Mafalda naceo esteve contratada para casar com D. Affonso II. Rey de Aragão no anno de 1160. G.

A Infanta D. Theresa, a quem os Estrangeiros chamaõ Mathilde, naceo casou com Philippe primeiro Conde de Flandres em Agosto de 1184. (10) Por morte de seu marido, que succedeo no anno de 1190.

110 *A Rainha D. Mafalda.*

1190. (11.) casou segunda vez com Eudo III. Duque de Borgonha no anno de 1194. (12) e forão separados por parentes em 1195. (13) Faleceo a 6. de Mayo de 1218. (14) e jaz na Capella dos Condes de Flandres no Convento de Claraval. (15)

A Infanta D. Sancha naceo
Morreo a 14. de Fevereiro. (16)

Anno, e dia da morte.

Quatro de Novembro 1157. (17)

Lugar da morte.

Na Cidade de Coimbra. (18)

Lugar da sepultura.

Em Santa Cruz de Coimbra. (19)

Acções illustres.

Fundou o Hospital, e Igrejas de Canavezes (20) e o Mosteiro da Costa de Guimaraens, que hoje he de Religiosos de S. Jeronymo (21) e outras muitas Igrejas. (22)

Autho-

A Rainha D. Mafalda. III

Authores destas memorias.

I.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 10. cap. 19.

2.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 3. liv. 10. cap. 19.

3.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 3. liv. 10. cap. 19. e 35.

4.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 11. cap. 26.

5.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 12. cap. 1.

6. 7.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 13. cap. 1.

8.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 3. liv. 10. cap. 19.

9.

Livro dos Obitos de Santa Cruz de Coimbra.

10.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 3. liv. 11. cap. 37.

11.

Claudio Paradin Alliances Genealogiques de France.
Comtes de Flandres.

12.

112 *A Rainha D. Mafalda.*

12.

Salazar Casa Farnese pag. 702. Blondel Genealogia Francica tom. 1. XXXIV. * 3. O Padre Anselmo na Historia da Casa Real de França tom. 1. cap. 20. §. 9. n. 5. Neufuille Historia de Portugal tom. 1. pag. 78.

13.

O Padre Anselmo na Historia da Casa Real de França tom. 1. cap. 20. §. 9. n. 5. Neufuille Historia de Portugal tom. 1. pag. 78.

14.

O Padre Anselmo no lugar citado. Salazar Casa Farnese pag. 703.

15.

Duarte Nunes de Leão Chronica delRey D. Affonso Henriques. O Padre Anselmo no lugar citado.

16.

O livro dos Obitos de Santa Cruz de Coimbra.

17. 18 19. 20.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 10. cap. 38.

21. 22.

D. Nicolao de Santa Maria Chronica dos Conegos Regrantes liv. 6. cap. 12. n. 7. Nunes de Leão Chronica delRey D. Affonso Henriques.

Conje-

F.

Conjecturase o anno, em que a Infanta D. Urraca casou com El Rey D. Fernando o II. de Leão, e se mostra o anno, em que este matrimonio se dissolveo.

130 **O** Doutor Frey Antonio Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 11. cap. 13. e 14.* assenta como certo que a Infanta D. Urraca, filha mais velha dos nossos primeiros Reys D. Affonso Henriques, e D. Mafalda, casou com D. Fernando II. Rey de Leão no anno de 1168. aquelle fatal anno, em que seu sogro ficou prisioneiro na batalha de Badajoz, como suppondo que este casamento fora effeito das pazes, que celebrarão estes dous Principes. Outro anno deo a este casamento Rodrigo Mendes Sylva no Catalogo Real de Hespanha, fallando dos filhos del Rey D. Affonso Henriques, porque diz que a Infanta D. Urraca casara no anno de 1169.

131 Poderase fundar o parecer destes Authores com duas Escrituras, de que se val para outro fim o Doutor Frey Antonio Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 10. cap. 19.* A primeira he a dimissão, que o Bispo de Lamego D. Mendo fez dos seus direitos Episcopaes a favor do Mosteiro de Salzeda, para cuja satisfação lhe deo El Rey D. Affonso Henriques a Igreja de Bagausto, e a recompensa de huns Casaes de D. Theresa Affonso, fundadora do mesmo Mosteiro; e confirma este contrato, celebrado em Março de 1167. El Rey D. Affonso com seus filhos D. Sancho, D. Urraca, e D. Mafalda. A segunda he do anno de 1169. em que El Rey D. Affonso faz doação aos Templarios de grande numero de terras na Provincia do Alemtejo, e diz que esta mercê he feita com seus filhos D. Sancho,

H

D.

114 *A Rainha D. Mafalda.*

D. Urraca, e D. Therefa , *Cum filio meo Rege Sancio , & filiabus meis Regina Urraca, & Regina Tharasia.* De huma, e outra Escriitura se convence , que nos annos de 1167. e 1169. estava em Portugal a Infanta D. Urraca, pois affinava com seu pay, e irmãos as doações, que fazia, e por consequencia, que não podia estar casada com ElRey de Leão.

132 Mas he sem duvida , que a data destas Escrituras deve de estar viciada por culpa dos amanuenses , pois nenhuma dellas he original , porque a primeira está lançada a folhas nove das doações do Mosteiro de Salzeda , e a segunda a folhas dezafete do livro das Ordens Militares, que se conserva na Torre do Tombo, e he muy possivel que ao copiaremse, se puzesse huma era em lugar de outra, como muitas vezes succede. E a razão deste vicio he , porque como logo se verá , de huma doação consta com toda a clareza , que já no anno de 1165. estava casada a Infanta D. Urraca com ElRey D. Fernando de Leão, e era mãy do Infante D. Affonso, cujo nome se vé com o de seu pay , e he preciso dizer, que se deve mayor credito a huma Escriitura original, do que a huma copia, pelos descuidos, e erros, que frequentissimamente se experimentão.

133 O Reverendissimo Padre Doutor Fr. Manoel da Rocha Academico Real, e agora dignissimo D. Abbade de S. João de Tarouca da Congregação de Alcobaça, tem mandado à Academia algumas memorias , que são seis testemunhas da sua diligencia , e da sua erudição. Em huma dellas se me deraõ copiadas tres doações , tiradas do Cartorio de Santa Maria de Aguiar , Mosteiro da mesma Congregação , com humas observaçoens feitas pelo P. Fr. Manoel. Deixando a segunda, e a terceira, que me não servem agora , vejamos a primeira. He ella huma doação delRey D. Fernando o II. de Leão, em que com sua mulher a Rainha D. Urraca , e seu filho D. Affonso, e com o Conselho de Ciudad Rodrigo , e do seu Bispo D. Pedro dá ao Mosteiro de Aguiar , e ao seu Abbade D. Hugo a Granja da Torre, e a Granja nova do rio Chico. Começa deste modo: *Ego Ferdinandus Hispanie Rex una cum uxore mea D. Urraca,*

A Rainha D. Mafalda. 115

& filio meo Domino Alfonso, e he feita a 22. de Agosto da era de MCCIII. que corresponde ao anno de 1165. Della faz memoria o Annalista Cisterciense Manrique no *tom. 2. anno 1165. cap. 4. n. 7.*

134 Desta Escritura se argumenta com toda a legalidade, que a Infanta D. Urraca já estava casada muito antes do que affirma o Mestre Brandaõ, pois no anno de 1165. já era mãy do Infante D. Affonso, que em Mayo de 1188. foy successor da Coroa de seu pay. Não se pôde allegar em Brandaõ ignorancia deste documento, porque como adverte o Padre Rocha, o deixou lançado no primeiro volume dos apontamentos, que fazia para escrever a Monarchia Lusitana, e no *tom. 3. da mesma Mon. liv. 11. cap. 13.* estão humas palavras da Historia dos Godos, que ainda fazem mais digno de reparo este descuido, pois fallando da infeliz batalha de Badajoz, diz deste modo. *Era MCCVI. accidit infortunium Regis Alfonsi, & sui exercitus apud Badalioz, ubi captus est à Rege Fernando Legionis genero,* que no vulgar diz: na era de 1206. anno de Christo de 1168. succedeo a desgraça delRey D. Affonso, e do seu exercito em Badajoz, aonde ficou prisioneiro de seu genro D. Fernando de Leaõ. E bem se vé, que se ElRey D. Fernando era genro do nosso Rey D. Affonso no anno de 1168. não podia elle casar com a Infanta D. Urraca, como effeito das pazes, que se seguirão a esta derrota. Mas he digno de desculpa este esquecimento, porque occupada aquella grande imaginação em convencer tantos erros, que andavaõ introduzidos em a nossa Historia até o seu tempo indigesta, e rude, era facil que padecesse este leve descuido em materia de menos importancia.

135 Assentado pois, que o casamento da Infanta D. Urraca se fez muitos annos antes do de 1168. diz o Padre Rocha, que se celebrara no de 1160. Prova esta conjectura com hum documento, que traz o Padre Manrique no *tom. 1. dos Annaes de Cister, anno 1142. cap. 11. n. 8.* o qual he hum doação do mesmo Rey D. Fernando a D. Giraldo Abade de Melon, e a seus successores, canonicamente elei-

116 *A Rainha D. Mafalda.*

tos, e acaba deste modo: *Data charta sub era MCXCVIII. in Monasterio Cella nova quinto Kalendas Januarii die Sanctorum Innocentium in discessione juncta, quam praefectus Rex habuit cum Rege Portugalesi.* Isto he, que se fez a carta daquella doação na era de 1198. que he o anno de 1160. no Mosteiro de Cella nova aos cinco das Calendas de Janeiro, que são 28. de Dezembro dia dos Santos Innocentes na separação da Junta, que teve o sobredito Rey (D. Fernando) com ElRey de Portugal. Daqui infere que neste Congresso, e nestas vistas, que tiverão os dous Principes, ou se devia de ajustar o casamento da Infanta D. Urraca com ElRey D. Fernando, ou que ajustado já antecedentemente a iria acompanhar seu pay, e assistir às suas vodas. Podese confirmar este discurso com a certeza, que temos, de que em 30. de Janeiro do mesmo anno de 1160. se vio ElRey D. Affonso Henriques com D. Ramon Conde de Barcelona na Cidade de Tuy, e nella contratarão o casamento de sua filha a Infanta D. Mafalda com D. Ramon, que depois foy Rey de Aragoã com o nome de D. Affonso, de que logo se fará mais distinta menção, e supposta esta verdade podemos entender, que no fim do mesmo anno teve effeito o casamento de sua irmã a Infanta D. Urraca. Parece-me tão bem fundado este discurso, que o quero justificar com a seguinte Chronologia. He certo, que ElRey D. Affonso Henriques casou com a Rainha D. Mafalda de Saboya no anno de 1146. e que a cinco de Março de 1147. lhe naccio desse matrimonio seu primogenito D. Henrique, que faleceo brevemente. No anno de 1148. pôde ser que nacesse a Infanta D. Urraca, pois sabemos que era a mais velha de suas irmãs, e sendo certa esta conjectura, já no mez de Dezembro de 1160. tinha entrado no anno decimo tercio da sua idade, e não duvido que ElRey D. Affonso para fazer mais solenne este acto, a fosse acompanhar em pessoa.

136 Conjecturado deste modo o anno do casamento da Infanta D. Urraca, segue-se outra duvida de não-menor consideração, qual he o anno, em que aquelle matrimonio se

A Rainha D. Mafalda. 117

se dissolveo pelo parentesco chegado, que havia entre a nossa Infanta, e seu marido ElRey D. Fernando. O Padre Frey Antonio Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 11. cap. 13.* entende, que esta separação se fez entre os annos de 1174. e 1179. Prova a sua opiniaõ com dous documentos, o primeiro dos quaes he hum privilegio delRey D. Fernando o II. de Leão, passado em Gamora no anno de 1174. e concedido aos Monges de Alcobaca, em que lhes faz a mercê de que as suas fazendas passem livres pelos seus Estados da obrigação dos direitos, e nelle diz que estava casado com a Rainha D. Urraca, e que tinha por filho ao Infante D. Affonso. O segundo he outro privilegio do mesmo Rey ao Mosteiro de S. João de Tarouca, aonde se conserva, feito em Gamora no mez de Dezembro de 1179. e delle consta, que já estava casado com a Rainha D. Theresa Nunes de Lara. Desses dous privilegios tira Brandaõ por consequencia, que o matrimonio da nossa Infanta D. Urraca se dissolveo desde o anno de 1174. até o anno de 1179. como parece que o provaõ os documentos allegados.

137. Porém contra este discurso do Padre Brandaõ argumenta D. Luiz de Salazar e Castro no *tom. 3. da Casa de Lara, liv. 16. cap. 2.* mostrando, que o matrimonio da Rainha D. Urraca se dissolveo no anno de 1171. porque nelle casou ElRey D. Fernando com D. Theresa Nunes de Lara. Justifica esta verdade, dizendo que a Escritura allegada por Brandaõ deve de ter sem duvida a era errada, porque já neste anno de 1174. consta, que ElRey D. Fernando estava casado com a Rainha D. Theresa, para cuja demonstração affirma, que vio no Archivo de Uclés grande numero de Escrituras do mesmo Rey, e os que fazem memoria de sua mulher a Rainha D. Urraca, nenhum passa do anno de 1171. de sorte que no ultimo, em que dá à Ordem de Santiago, e a seu Mestre Pedro Fernandes de Fuentencalada o Castello de Alconchel adiante de Badajoz, acaba dizendo: *Facta carta in Crunna era MCCIX. Regnante Reg. Donno F. in Legione, Galecia, Asturiis, & Extremadura cum uxore sua Regina Donna Urraca.* Foy feita esta carta

118 *A Rainha D. Mafalda.*

na Corunha na era de 1209. (anno de 1171) reinando El-Rey D. Fernando em Leão, Galliza, Asturias, e Estremadura com sua mulher a Rainha D. Urraca, e deste anno por diante se não faz mais memoria della, o que he argumento, que já não reinava, por estar feita a separação entre ella, e ElRey D. Fernando. Confirma D. Luiz esta verdade com outra Escritura, em que ElRey D. Fernando, e a Rainha D. Theresa dão a Nuno Gontinez, e a sua mulher Ximena Ovequez o Villar de Montenegro, e he feita a Escritura em 16. de Fevereiro, sem declarar o anno, o que devia de ser descuido do copiadore; mas esta falta se suppre com outra Escritura, em que o mesmo Nuno Gontinez vende, o que lhe dera ElRey D. Fernando, a D. Pedro Henriquez por estas palavras: *Illa nostra hereditate, quam gnavi à Domino meo Rege F. & Regina Domina Tarasia, que est in Montenegro, & vocatur Villar juxta ripam de Goaa &c. Facta carta era MCCXI. & quodum. XI. Nonas Maii.* Isto he que vendia aquella sua herdade, que elle teve delRey D. Fernando seu senhor, e da Rainha D. Theresa, que está em Montenegro, e se chama Villar junto a Riba de Goa. Fezse a carta na era de 1211. aos 11. das Nonas de Mayo, que são seis de Mayo de 1173. O que supposto, digo que o matrimonio delRey D. Fernando com a Infanta D. Urraca se dirimio no anno de 1171. como se deve inferir dos documentos, que a favor desta verdade produz D. Luiz de Salazar no lugar citado, porque ainda que em algumas Escrituras possa haver hum erro do amanuense, não he moralmente possivel que o haja em tanto numero, como o que D. Luiz afirma que vio, e examinou para estabelecer este ponto ignorado por huns, e escripto confusamente por outros.

A Rai-

A Rainha D. Mafalda. 119

G.

*A Rainha D. Mafalda, filha dos Reys D.
Affonso Henriques, e D. Mafalda
não casou.*

138. **A** Rainha D. Mafalda, filha dos primeiros Reys de Portugal D. Affonso Henriques, e D. Mafalda, diz o Author do *Anno Historico, Diario Portuguez*, que a 13. de Janeiro do anno 1160. casou na Cidade de Tuy com D. Romon, Conde de Barcelona com grande applauso de huma, e outra nação Catalãa, e Portuguesa. Não tiveram successão. Este facto não he tão certo, como aqui se suppoem, porque o casamento destes Principes ainda que se contratou, não teve effeito. O Doutor Frey Antonio Brandaõ no 3. tom. da *Mon. Lusit. liv. 10. cap. 41.* descobrio no *Livro Fidei* da Primacial de Braga huma Escritura, celebrada em Tuy a 30. de Janeiro do anno 1160. da qual consta como o Conde de Barcelona D. Ramon Berenguer quarto deste nome, ajustou o casamento de seu filho D. Ramon (que depois da morte de seu pay se chamou D. Affonso, e foy o segundo entre os Reys de Aragoã) com a Rainha D. Mafalda, filha do nosso primeiro Rey D. Affonso Henriques. Diz deste modo a Escritura traduzida em vulgar: *Em nome do Padre, do Filho, e do Espirito Santo Amen. Saibaõ todos presentes, e futuros, que eu Raymundo por graça de Deos Conde de Barcelona, e Principe de Aragoã recebo de vós D. Affonso pela mesma graça Rey de Portugal, vossa filha a Rainha D. Mafalda, com tal condição, que a dé por mulher a meu filho D. Raymundo, o qual ha de herdar o Condado de Barcelona depois da minha morte. E dou em arras por causa deste casamento à sobredita Rainha a Cidade de Girona com seus termos, e todo seu Condado, e o Castello de Cabeceira com todos os seus termos, para que*

H iiij

ella

120 *A Rainha D. Mafalda.*

ella os possua em sua vida, e por sua morte fiquem aos Infantes, que aella, e de meu filho nacerem. E em caso que não tenham filhos, os haverão meus parentes mais chegados.

139 Daqui se convence sem duvida a verdade do contrato deste casamento, de que faz menção a *Chronica manuscrita del Rey D. Affonso Henriques no cap. 37.* e se vê a pouca razão, com que o Doutor Duarte Nunes o negou, fundando este seu juizo em dous erros; o primeiro que não houvera em Aragoão Principe algum D. Ramon, filho do Conde D. Ramon, e da Rainha D. Petronilha, e o segundo que não houvera em Portugal a Rainha D. Mafalda, filha del Rey D. Affonso Henriques, e da Rainha D. Mafalda. O certo he, que houve esta Princeza, e que foy a segunda filha daquelles Principes, cuja certeza se funda em grande numero de Escrituras, de que não he necessario fazer mais distincta memoria; e que tambem he certo, que o filho do Conde D. Ramon, e da Rainha de Aragoão D. Petronilha teve em vida de seu pay o mesmo nome; que depois de sua morte deixou pelo de Affonso; como escreve Fr. Francisco Diago na *Historia dos Condes de Barcelona, liv. 2. cap. 161.* pouco antes do fim por estas palavras, fallando da Rainha D. Petronilha: *Parìò un hijo, que se llamò en el Baptismo don Ramon, aunque despues de la muerte de su Padre tomò el nombre de D. Alonso.*

140. Que este casamento se contratasse, não se pôde duvidar, pois o temos confirmado com a Escritura, que fica copiada; mas que viesse a ter o seu effeito, he ponto mais difficiloso de averiguar. Fez-se o contrato no anno de 1160. e não se podia effectuar o casamento no dia 13. de Janeiro daquelle anno, como diz o Author do *Diario*, porque a Escritura que se costuma celebrar antes, foy feita em 30. de Janeiro daquelle anno, *Tertio Kalendas Februarii.* E menos se podia celebrar este matrimonio no dito anno, como affirma o mesmo Author, quando nelle tinha D. Ramon oito annos de idade, porque naceo no de 1152. como escreve o mesmo Diago no lugar citado.

141 No Março de 1164. ainda a Rainha D. Mafalda estava

A Rainha D. Mafalda. 121

estava em Portugal, como se prova de huma Escriitura do Mosteiro de Salzeda, em que o Bispo de Lamego D. Mendo lhe dimitte a jurisdicão espirital do seu Couto, e nella se lem entre outras as seguintes firmas : *Ego Alfonsus Portugallie Rex* roboro, *atque confirmo.* *Ego Sanctus Rex* roboro, *atque confirmo.* *Ego Regina Orraca* roboro, *atque confirmo.* *Ego Regina Mahalda* roboro, *atque confirmo.* O que entendo com o Mestre Brandaõ he, que este casamento se contratou, mas que nunca se concluhio. As razões, que houve para isso, não he facil que as possamos penetrar; mas como o Conde D. Ramon Berenguer, que na Cidade de Tuy esteve presente à Escriitura do contrato, faleceo a seis de Agosto de 1162. podia ser que a sua morte, e os que governavaõ na menoridade de seu filho D. Affonso, em outro tempo D. Ramon, por alguns motivos, que ignoramos, ou por falecimento da mesma Rainha D. Mafalda, de que pelos annos adiante senão acha memoria, se não celebrasse o casamento ajustado. Nos Escriitores Aragonezes se não faz menção de que esta Senhora passasse aquelle Reyno, e não he crível que houvesse tão grande silencio em materia tão publica.

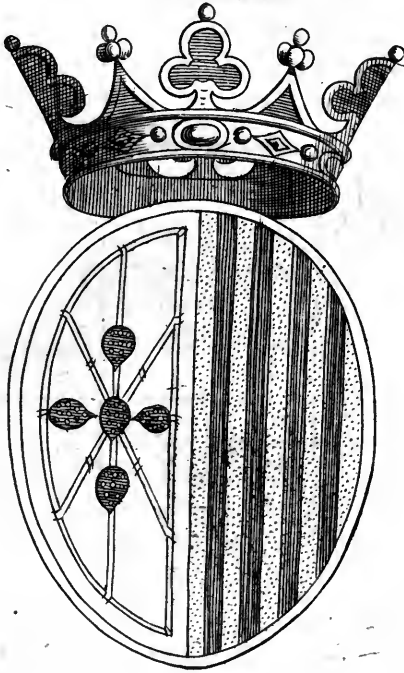
142 Garibay no 4. tom. liv. 32. cap. 3. diz que este D. Affonso casara com a Infanta D. Sancha, filha de D. Affonso Emperador Rey de Castella, e de Leão, e de sua segunda mulher D. Rica, filha do Conde de Bolonha, e que antes que casasse com esta Princeza, estivera contratado com a Infanta D. Maria, filha de Manoel Emperador de Constantinopla, mas que senão effeituara por differentes motivos, que não são deste lugar.

143 Entre todos os Condes de Barcelona se acha hum casado com D. Mafalda (a que alguns Authores chamaõ *Almodis*, e outros *Amodis*) filha do Principe Roberto Guiscard, que foy o Conde D. Ramon Berenguer, o segundo deste nome, chamado o *Cabeça de Estopa*, o qual foy bisavó de D. Ramon, supposto marido da nossa Rainha D. Mafalda, e faleceo violentamente a seis de Dezembro de 1082. como se póde ver em Diago liv. 2. cap. 70. no principio.

122 *A Rainha D. Mafalda.*

cipio. E nunca este pela distancia dos annos podia ser o que se faz casado com a Rainha D. Mafalda Portugueza, que ainda era moça no anno de 1160. E deste modo se conclue, que o que escreveo o Author do *Anno Historico* acerca do casamento, não merece credito por ser repugnante às razões, que efficazmente persuadem a se seguir o contrario do que elle affirmou.

ARMAS.



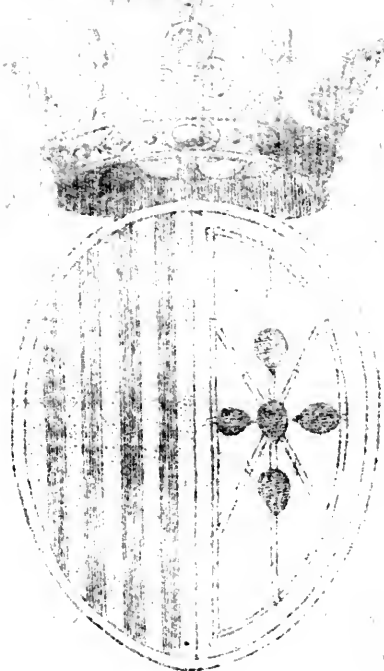
ARAGONEZA.

Pays,

ST. JOHN'S HARBOR

ALBATRA

King of the
VI



ALBATRA

8

A Rainha D. Dulce. 125

A Rainha D. Dulce mulher de Dom Sancho I. segundo Rey de Portugal.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
D. Ramon Berenguer XV. Conde de Barcelona, Principe de Aragaó.	D. Ramon Berenguer XIV. Conde de Barcelona.	D. Ramon Berenguer XII. Conde de Barcelona.
		A Condesa D. Mafalda.
	A Condesa D. Dulce terceira mulher.	Gilberto Conde de Provença.
D. Petronilha Rainha de Aragaó.	D. Ramiro II. o Monge, Rey de Aragaó, segundo marido.	D. Sancho Ramiro Rey de Aragaó.
		A Rainha D. Felicia de Urgel, segunda mulher.
	A Rainha D. Ines de Guena.	Guilherme Duque de Guena.
		A Duqueza Filippa de Tolosa, segunda mulher.

Casa.

126 *A Rainha D. Dulce.*

Casamento.

Com D. Sancho I. segundo Rey de Portugal.

Anno, em que casou.

1175. (1)

Filhos, que teve.

A Infanta D. Constança naceo no mez de Mayo de 1182. (2) Faleceo a 3. de Agosto (3) de 1202. (4)

A Infanta Beata Theresa naceo
casou com D. Affonso IX. Rey de Leão no anno de 1190.
(5) separaraõse por parentes em 1195. (6) Morreo a 17.
de Junho de 1250. e jaz no Convento de Lorvão, aonde
foy Religiosa. (7) O Papa Clemente XI. lhe confirmou o
culto de Beata por Bulla de 23. de Dezembro de 1705.

A Infanta Beata Sancha naceo
Faleceo a 13. de Março de 1229. e jaz no Convento de
Lorvão, aonde foy Religiosa. (8) O Papa Clemente XI. lhe
confirmou o culto de Beata por Bulla de 23. de Dezem-
bro de 1705.

O Infante D. Affonso successor naceo em 23. de Abril
de 1185. (9) casou em 1201. *H.* com D. Urraca, filha del-
Rey

A Rainha D. Dulce. 127

Rey D. Affonso o das Navas. (10) Entrou a reynar a 27. de Março de 1211. Faleceo a 25. de Março de 1223. e jaz em Alcobaça. (11)

O Infante D. Pedro naceo a 23. de Março de 1187. (12) Casou com Aurembiaux Senhora do Condado de Urgel. (13) Depois foy Senhor de Malhorca, (14) e fundou a Sé daquelle Cidade. (15) Morreo a 2. de Junho (16) de 1258. (17)

O Infante D. Fernando naceo a 24. de Março de 1188. (18) Foy Conde de Flandres, porque casou com Joanna Senhora daquelle Condado no anno de 1211. (19) Faleceo em Noyon a 26. de Julho (20) de 1233. (21) e jaz na Abadia de Market junto a Lila. (22)

O Infante D. Henrique naceo de 1189. (23) Morreo a 8. de Dezembro, e jaz em Santa Cruz de Coimbra. (24)

O Infante D. Raymundo naceo Faleceo a 9. de Março. (25)

A Infanta D. Mafalda naceo casou com Henrique I. Rey de Castella no anno de 1215. (26) e voltou para Portugal em 1217. (27) Morreo no primeiro de Mayo de 1256. e jaz no Convento de Arouca. (28.)

A Infanta D. Branca naceo Foy Senhora de Guadalaxara. (29) Faleceo a 17. de Novembro de 1240. e jaz em Santa Cruz de Coimbra. (30)

A Infanta D. Berenguella naceo casou com Valdemarc II. Rey de Dinamarca. (31) I. Morreo ao primeiro de Abril de 1220. (32)

Anno,

128 *A Rainha D. Dulce.*

Anno, e dia da morte.

O Primeiro de Setembro de 1198. (33)

Lugar da morte.

A Cidade de Coimbra. (34)

Lugar da sepultura.

Em Santa Cruz de Coimbra. (35)

[Auto-]

Autores destas memorias.

1.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 3. liv. 11. cap. 26.

2.

O Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra por estas palavras: *Era MCCXX. nata est filia Regis Sancii, & Reginae Doñæ Dulciæ Doña Constançia mense Majo.* Quer dizer. No mez de Mayo da Era de 1220. que he o anno 1182. naceo D. Constança, filha delRey D. Sancho, e da Rainha D. Dulce.

3. 4.

O Livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira por estas palavras: *3. Nonas Augusti obiit Domna Constantia Infantula filia Regis Domni Sancii, & Reginae Domnæ Dulciæ anno 1202.* Que aos 3. de Agosto do anno de 1202. faleceo moça a Infanta D. Constança, filha delRey D. Sancho, e da Rainha D. Dulce, donde se ve que he equivocação o dizer D. Luiz de Salazar na *Casa Farnese pag. 714. num. 25.* que morreo no anno de 1269. porque a D. Constança, que faleceo neste anno, era filha bastarda do mesmo Rey D. Sancho.

5.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 12. cap. 15.

6.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 12. cap. 18.

7.

Cardoso Agiologio Lusitano tom. 3. a 17. de Junho.

8.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 14. cap. 9.

1

9.

130 *A Rainha D. Dulce.*

9.

Nunes de Leão Chronica del Rey D. Sancho I. O Livro da Noa de S nra Cruz de Coimbra diz o seguinte. *Erâ MCCXXV. natus est Rex Alfonsus filius Regis Sancii, & Reginae Domnae Dulciae in die Sancti Georgii.* que na era de 1225. (he erro manifesto) e ha de ser na era de 1223. que he o anno de Christo de 1185. naceo El Rey D. Affonso, filho del Rey D. Sancho, e da Rainha D. Dulce, em dia de S. Jorge 23. de Abril. E a razão de se convencer com facilidade este erro Chronológico he, porque do mesmo *Livro de Noa* consta que D. Pedro, filho dos ditos Reys, naceo na era de 1225. que he o anno de 1187. e que D. Fernando seu irmão naceo na era de 1226. que he o anno de 1188. e não ha duvida, que D. Affonso foy o mais velho dos Varcens, pelo nome do avô paterno, e pela successão da Coroa.

10.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 12. cap. 30.

11.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 13. cap. 26.

12.

O Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra por estas palavras: *Erâ MCCXXV. natus est Rex Doñus Petrus filius Regis Sancii, & Reginae Doña Dulciae X. Kalend. Aprilis*: que a 23. de Março da era de 1225. anno de Christo de 1187. naceo El Rey D. Pedro filho del Rey D. Sancho, e da Rainha D. Dulce.

13. 14.

Çurita Annales de Aragon tom. 1. liv. 3. cap. 12.

15.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 4.

16.

A Rainha D. Dulce. 131

16.

O Livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira, que diz deste modo: 4. *Idus Junii obiit D. Petrus Infans filius Serenissimi Regis Portugallie D. Sancii, & Reginae D. Dulciae*: que aos dous de Junho faleceo o Infante D. Pedro, filho do Serenissimo Rey de Portugal D. Sancho, e da Rainha D. Dulce.

17.

Salazar Casa Farnese pag. 714. n. 25.

18.

O Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra por estas palavras: *Erâ MCCXXVI. natus est Rex Fernandus filius Regis Sancii, & Reginae Donæ Dulciæ IX. Kalend. Aprilis*: que a 24. de Março da era de 1226. que he o anno de Christo de 1188. naceo El Rey D. Fernando, filho del Rey D. Sancho, e da Rainha D. Dulce.

19.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 12. cap. 30.

20. 21.

O Livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira dizendo: 7. *Kal. Augusti obiit Domnus Ferdinandus Comes Flandensis filius Regis Domini Sancii felicis recordationis anno de 1233. que a 26. de Julho do anno de 1233. faleceo D. Fernando Conde de Flandres, filho del Rey D. Sancho de feliz recordação.*

22.

O Padre Anselmo Historia da Casa Real de França tom. 1. cap. 20. §. 10. n. 2.

23.

Nunes de Leaõ Chronica del Rey D. Sancho I.

24.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 12. cap. 21.

I ij

25.

132 *A Rainha D. Dulce.*

25.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 12. cap. 21.

26. 27.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 13. cap. 7.

28.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 15. cap. 20.]

29.

Nunes de Leaõ Chronica del Rey D. Sancho I.

30.

Brandaõ Mon. Lusitan. tom. 4. liv. 12. cap. 21. aonde por descuido poz *decimoseptimo*, devendo ser *decimosexto*, porque 16. *Kal. Decembris* he 16. e naõ 17. de Novembro.

31. 32.

○ Padre Anselmo Historia da Casa Real de França tom. 1. cap. 20. §. 10. n. 10. ainda que erra o dia da morte, que diz ser a 22. de Abril. Blondel Genealogiæ Franciæ tom. 1. XXXV. * 2. vers. Neufuille Historia de Portugal tom. 1. pag. 102. Salazar Casa Farnese pag. 714. n. 25. aonde tambem erra o dia da morte, que diz ser a onze de Abril.

33. 44. 35.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 12. cap. 21.

Em

H.

*Em que anno casou ElRey D. Affonso II.
de Portugal.*

144 **N**O anno de 1208. dizem as Historias Portuguezas que casou ElRey D. Affonso II. de Portugal, a quem chamaraõ o *Gordo*, com a Rainha D. Urraca. Porém não he possível que concordemos nesta Chronologia pelas razões, e fundamentos, que mostraremos em o nascimento delRey D. Sancho II. por antonomasia o *Capello*. Nelle se verá que foy hum erro geralmente introduzido, e geralmente approvado, porque os nossas Chronistas antigos nada escreveraõ com exame, e he certo que se attendessem com algum cuidado ao que escreviaõ, não feriaõ tantos os erros, de que continuamente os vemos accusados, e vencidos no tribunal da razão, e da censura.

134 *A Rainha D. Dulce.*

I.

*Mostrase como a Infanta D. Berenguella
foy Rainha de Dinamarca.*

145 **T**odos os nossos Authores escreverão uniformemente, que a Rainha D. Berenguella, filha delRey D. Sancho I. e de sua mulher a Rainha D. Dulce vivera em perpetua continencia, e que depois de passar religiosamente a vida, falecera em Coimbra, aonde jazia no celebre Mosteiro de Santa Cruz. Porém os Authores estrangeiros, que escreverão as Historias dos seus Reynos, são testemunhas, que convencem de falso este celibato da Infanta D. Berenguella.

146 Pontano, Author gravissimo, e exactissimo das Historias de Dinamarca, afirma que esta Senhora foy a terceira mulher de Valdemaro II. Rey daquelle Reyno, a quem chamaraõ o *Victorioso*. Casou elle a primeira vez no anno de 1202. com Ingeburga, filha de Henrique Leão, de cujo casamento falla Pontano *lib. 6. rerum Danicarum*. Faleceo esta Rainha no anno de 1204. sem successão como diz o mesmo Author no *liv. allegado*, e ElRey Valdemaro em 1205. passou a segundas vodas com Margarida, filha delRey de Bohemia, que morreo de parto em 1212. como escreve Pontano no dito livro. Casou terceira vez aquelle Principe no anno de 1213. com D. Berenguella, ou Berengaria, filha delRey D. Sancho I. de Portugal, que veyo a acabar o periodo da sua vida no primeiro de Abril de 1220. deixando tres filhos, que pelo discurso do tempo succederaõ na Coroa a seu pay.

147 Desta primeira aliança de Portugal com Dinamarca tinha já feito menção Alberto Krantzio no *liv. 7. da Historia daquelle Reyno cap. 17.* e ainda que não traz o nome da Rainha D. Berenguella, diz que casou Valdemaro

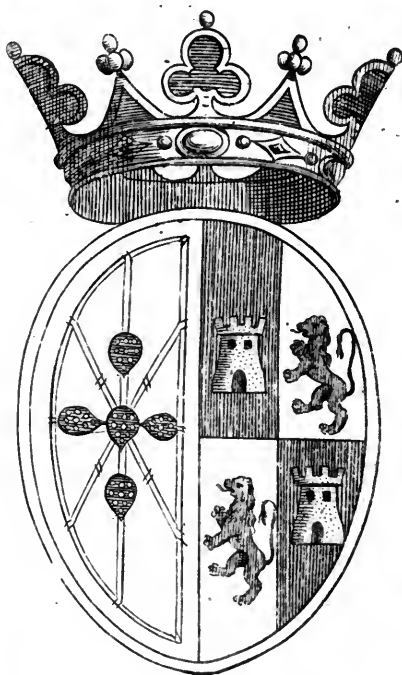
A Rainha D. Dulce. 135

maro a terceira vez com a irmãa de Fernando Conde de Flandres, que era dotada de huma rara fermosura, *Et accepit tertiam, quæ erat soror Fernandi Comitissæ Flandriæ mulierem pulchram nimis*, e todos sabem que o Conde de Flandres D. Fernando era filho dos Reys de Portugal D. Sancho, e D. Dulce, e por consequencia irmão inteiro de D. Berenguella.

148 Não he Krantzio Author tão moderno, que o não podêsem ter visto alguns dos nossos Chronistas, mas o costume de huns se tresladarem a outros, ou a falta de livros, que por muitos annos se padeceo neste Reyno, forão a causa de Pontano dizer, que deste casamento se convencia que não vivera a Rainha D. Berenguella em perpetuo celibato, nem estava sepultada em Santa Cruz de Coimbra, como o tinha affirmado Duarte Nunes de Leão na Genealogia dos Reys de Portugal: *Duardus vero Nonius de vera Regum Portugalliæ Genealogia quod cælibem vitam egisse Berengariam, & in Cænobio Sanctæ Crucis sepultam referat minus à verò relatum hinc liquet.*

149 Fazem memoria deste casamento David Blondel no 1. tom. da *Genealogia de França XXXIV. * 2. vers.* D. Luiz de Salazar, e Castro na *Casa Farnese pag. 714. n. 25.* aonde diz que faleceo esta Rainha a 11. de Abril, havendo de dizer ao primeiro daquella mez. Antonio de Sousa de Macedo in *Genealogia Regum Portugalliæ pag. 108.* falla neste casamento, e duvida delle. Sobre a sua realidade fez hum largo, e doutissimo discurso na Academia Portugueza do Conde da Ericeira o Padre D. Jeronymo Contador de Argote Clerigo Regular, e Academico Real.

ARMAS.



CASTELHANA.

Pays,

A Rainha D. Urraca. 139

A Rainha D. Urraca mulher de D. Afonso II. terceiro Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
D. Afonso IX. Rey de Castella.	D. Sancho III. o Desejado Rey de Castella.	D. Afonso VIII. Rey de Castella o Emperador.
		A Rainha D. Berenguella, primeira mulher.
	A Rainha D. Branca.	D. Garcia Ramires Rey de Navarra.
		A Rainha Mergelina, ou Margarida, primeira mulher.
A Rainha D. Leonor.	Henrique II. Rey de Inglaterra.	Godofredo V. Conde de Anjou.
		A Condeffa Mathilde de Inglaterra.
	A Rainha Leonor de Aquitania.	S. Guilherme decimo Duque de Aquitania, Conde de Poictou.
		A Duqueza Leonor de Chaitelleraud.

Casa.

140 *A Rainha D.Urraca.*

Casamento.

Com D. Affonso II. terceiro Rey de Portugal.

Anno , em que casou.

1201. K.

Filhos , que teve.

O Infante D. Sancho successor naceo a 8. de Setembro (1) de 1202. L. Chamaraõlhe o Capello. M. Foy valeroso. N. Não casou O. Entrou a reinar a 25. de Março de 1223. e foy o quarto Rey de Portugal. Morreo a 4. de Janeiro de 1248. em Toledo, aonde jaz. (2.)

O Infante D. Affonso naceo a 5. de Mayo de 1210. (3) Foy Conde de Bolonha , porque casou com Mathilde Senhora daquelle Condado no anno de 1235. (4) Desta mulher não teve filhos P. Casou segunda vez com D. Brites, filha bastarda del Rey D. Affonso o Sabio de Castella no anno de 1253. (5) Entrou a reinar em 4. de Janeiro de 1248. e foy o quinto Rey de Portugal. Faleceo em Lisboa a 16. de Fevereiro de 1279. e jaz em Alcobaça. (6)

A Infanta D. Leonor naceo
de 1211. (7) casou em 24. de Junho de 1229. com Valdemaro

A Rainha D.Urraca. 141

demaro III. Rey de Dinamarca. (8) Morreo de parto em 13. de Mayo de 1231. e jaz em Ringstad. (9) 2.

O Infante D. Fernando, chamado o de Serpa, naceo . . .
..... casou com D. Sancho
Fernandes de Lara, filha do Conde D. Fernão Nunes de Lara
Alferes Mór de Castella no anno de 1241. ou 1242. (10)

Anno, e dia da morte.

Tres de Novembro de 1220. (11)

Lugar da morte.

Na Cidade de Coimbra. (12)

Lugar da sepultura.

No Real Mosteiro de Alcobça. (13)

Acções illustres.

Deo o sitio para se fundar em Coimbra o primeiro Con-
vento da Ordem de S. Francisco. (14)

Autho-

Autores destas memorias.

1.
Brito Elogios dos Reys de Portugal. Elog. 5. Faria Europ.
Port. tom. 2. p. 1. cap. 8. n. 1.

2.
Cardoso Agiologio Lusitano tom. 1. no dia 4. de Janeiro.

3.
Brito Elogios dos Reys de Portugal. Elog. 6. Faria Europ.
Portug. tom. 2. p. 2. cap. 1. n. 1.

4.
O Padre Anselmo Historia da Casa Real de França tom. 1.
cap. 20. §. 12.

5.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 16.

6.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 47.

7.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 13. cap. 1.

8. 9.
Pontano rerum Danicarum lib.

10.
Salazar Casa de Lara tom. 3. liv. 16. cap. 6.

11. 12. 13.
Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 13. cap. 18. e 19.

14.
Esperança Historia Serafica tom. 1. liv. 2. cap. 28. n. 2.

Anno

A Rainha D. Urraca. 143

K.

Anno, em que casou a Rainha D. Urraca.

150 **C**ontra a opiniaõ dos Chronistas Portuguezes damos o casamento da Rainha D. Urraca com D. Affonso II. de Portugal no anno de 1201. Não sigo neste particular o que até agora se escreveo, porque o não sofre o rigor da Chronologia melhor examinada. Suppostos os annos de vida delRey D. Sancho o *Capello*, e o anno, em que morreo, não se póde dizer que casou a Rainha sua mãy no anno de 1208. porque já havia seis, que elle era nacido. Seguimos pois como mais certo, que esta Princeza casou no anno de 1201. como dirão com mayor clareza as razões, que se poderão ver no discurso do nascimento de seu filho ElRey D. Sancho II. que he o seguinte.

Nact-

144 *A Rainha D. Urraca.*

L.

Nascimento del Rey D. Sancho II.

151 **C**onfusamente escreverão os Chronistas Portuguezes a vida del Rey D. Sancho II. Huns differão que de tal sorte degenerara do valor de seus avós, que nunca vestira as armas, nem apparecera na campanha. Outros lhe dão hum casamento, que não houve, e quasi todos finalmente não lhe sabendo o dia do nascimento, não souberão com certeza o anno em que naceo. O Chronista mór Fr. Antonio Brandaõ não declarando nem o dia, nem o anno do nascimento deste desgraçado Principe, diz no *tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 12. cap. 30. e liv. 13. cap. 1.* que seu pay D. Affonso II. casara no anno de 1208. e que D. Sancho seu filho entrara no governo com vinte annos de idade (vinte e seis diz erradamente o Doutor Duarte Nunes de Leão) o que não só escreveu no *tom. 4. liv. 14. cap. 1.* mas outra vez o affirma no *cap. 32.* do mesmo livro, aonde conclue que tendo vivido quarenta e cinco annos, dos quaes reinara vinte e cinco, viera a acabar no de 1248. o fatal periodo da sua vida na Cidade de Toledo.

152 Desta mesma Chronologia do Mestre Brandaõ se mostra com evidencia, que El Rey D. Affonso II. casou no anno de 1201. porque entrando a reinar seu filho D. Sancho II. no anno de 1223. com mais de vinte annos de idade, bem se vé que não podia seu pay casar no de 1208. porque dando por certo o seu casamento neste anno, e falecendo no de 1223. tinha seu filho D. Sancho quinze annos, e não vinte, quando tomou posse do governo de Portugal.

153 Pedro de Mariz ignorando o principio, e o fim da vida deste Principe, tudo confundio, e tudo errou, porque escrevendo que falecera no anno de 1246. lhe tirou sem causa dous annos de vida, porque affirma que não vivera

A Rainha D. Urraca. 145

vera mais que trinta e oito, de cuja conta se infere que naceo no de 1208. em que até agora se disse que casara seu pay. Seguiu outra Chronologia D. Luiz de Salazar e Castro na *Casa Farnese*, aonde na pag. 714. n. 26. escreve, que naccra no anno de 1207. O Licenciado Jorge Cardoso, digno de toda a estimacão pela immensa variedade dos seus estudos diz no 1. tom. do *Agiologio Lusitano no Commentario do dia 4. de Janeiro letra C*, que vira este Principe a luz do mundo na Cidade de Coimbra no anno de 1203. como tambem o affirma Monsieur de la Neufuille no 1. tom. da *Historia de Portugal* pag. 117. e sem duvida que dos Authores, que tenho visto, estes são os dous, que mais se chegaraõ à verdade.

154 Sabida pois esta variedade de opinicens, digo que ElRey D. Sancho II. naceo no anno de 1202. Provasse esta opiniaõ, a que o rigor chronologico fará infallivel, com huma Escriitura, que refere o Doutor Brandaõ no tom. 4. da *Mon. Lusit. liv. 14. cap. 1.* a qual se conserva original no Mosteiro de S. Joã de Tarouca, em que D. Estefanã Soares, mulher de Martim Fernandes dos de Vizella, e mãy de D. Theresia Martins da Sylva e Maya, Ama de peito do Infante D. Sancho, como diz o Doutor Frey Francisco Brandaõ no tom. 5. da *Mon. Lusit. liv. 16. cap. 22.* faz doacão àquelle Mosteiro de huma herdade no termo de Fragoas, declarando entre outras circumstancias, que a faz pela saude do Infante D. Sancho, que ella criava: *Et pro incolumitate Infantis Donni Sancii alumni mei.* Foy celebrada esta Escriitura no mez de Janeiro da era de 1241. que responde ao anno de Christo de 1203. E como este Principe naceo em 8. de Setembro, conforme o Doutor Frey Bernardo de Brito nos *Elogios dos Reys de Portugal*, *Elogio 5.* ainda que se equivoca no anno, bem se segue, que correndo de Setembro até Janeiro o espaço de quatro mezes, era o tempo que bastava para se conhecer no Infante D. Sancho a falta de saude, que padeceo na sua puericia.

155 Daqui se argumenta, que o nascimento de D. Sancho

146 *A Rainha D. Urraca.*

cho II. foy no anno de 1202. e que feu pay D. Affonso não casou, como diz o Doutor Brandaõ no anno de 1208. mas no de 1201. entrado na idade de dezasete annos, como nacido em 23. de Abril de 1185.

156 Confirma-se mais a verdade deste discursõ com a certeza do dia, e do anno da sua morte, de que nos dão testemunho os *Livros dos Obitos* de S. Vicente de Fóra, e de Oliveira, ambos Conventos da Congregação de Santa Cruz de Coimbra. Diz o primeiro assim: 2. *Nonas Januarij obiit illustrissimus Rex Portugallie D. Sancius* 2. *Era* 1286. Diz o segundo deste modo: 2. *Nonas Januarij obiit D. Sancius* 2. *Portugallie Rex quartus. Era* 1286. as quaes palavras traduzidas fielmente em Portuguez dizem que faleceo D. Sancho II. quarto Rey de Portugal a quatro de Janeiro de 1286. que he o anno de Christo de 1243. o que tambem prova o seu Testamento, feito em Toledo hum dia antes da sua morte em 3. de Janeiro da dita era de 1286. e vivendo este Principe, digno verdadeiramente de mais honrada memoria, quarenta e cinco annos, como disse-mos com Brandaõ, estava entrado no tempo do seu falecimento em quarenta e seis, como nacido em oito de Setembro de 1202. em que sem controversia lhe assignamos o nascimento.

Verda-

M.

*Verdadeira causa do nome de Capello, que
se deo a El Rey D. Sancho II.*

157 **A**inda hoje he conhecido o nosso Rey D. Sancho II. pela antonomasia do *Capello*. Não ha duvida, que entre muitos passou este titulo por injuria da sua frouxidão, entendendo que com elle se declarava a pouca capacidade, que lhe suppuzerao para o governo. Nunca foy certa a origem deste nome, porque cada hum discorreio, como lhe persuadio a sua paixão. Os Authores, que tomarao por sua conta infamar a memoria deste Principe, o vestem de maneira, que ainda no theatro seria figura bastantemente ridicula, porque até na indignidade do vestido pretenderao mostrar os defeitos, que não teve.

158 Esta denominação de *Capello*, pelo que me parece, como depois se verá, não foy dada a El Rey D. Sancho II. desde a idade de menino. Bem sey que algum dos nossos Authores, que assim o escreve, não dá a razão deste nome, pois ainda que se afirma que se lhe originou do habito religioso, que a devoção de seus pays lhe mandou vestir, para com esta sagrada industria o livrarem dos repetidos achaques, que padecia na infancia, não se declara com tudo de que Religião fosse este habito.

159 Manoel de Faria e Sousa no *Epitome das Historias Portuguezas* tom. 2. p. 3. cap. 5. n. 1. confessando o motivo, diz que a Rainha D. Urraca vestira ao nosso Infante D. Sancho o habito de Santo Agostinho, esperando da sua poderosa intercessão para com Deos infallivelmente o remedio. Não declarou este Author se o habito era de Santo Agostinho Eremita, ou de Santo Agostinho Conego Regrante, dando liberdade nesta confusão aos Chronistas de huma, e de outra Ordem, para que qualquer dellas o pudesse

148 *A Rainha D. Urraca.*

pudesse recolher para o seu Claustro em virtude do habito, que a devoção alheya lhe vestio. He certo que os Religiosos Eremitas o não quizerão, porque nunca o adoptarão por seu; mas o Padre D. Nicolao de Santa Maria, Conego Regrante, e Chronista da sua Congregação de Portugal, seguindo a mesma opinião, que teve o Doutor Frey Leão de Santo Thomás na *Benedictina Lusitana tom. 2. tract. 2. prel. 2. p. 5.* e o Padre Frey Antonio da Purificação na *Chronica dos Eremitas Agostinhos da Provincia de Portugal, tom. 2. liv. 6. tit. 5. §. 3.* escreveu no liv. 11. da sua *Chronica, cap. 34. n. 1.* que este nome se dera ao Infante D. Sancho, porque sendo em menino summamente enfermo, e não se lhe achando remedio na medicina humana, recorreu sua mãy a Rainha D. Urraca a Santo Agostinho, a quem fizera voto de trazer a seu filho vestido no habito da sua Religião, até a idade de mancebo, se pelos seus merecimentos tivesse saude.

160 Isto refere o Padre D. Nicolao com tanta miudeza, como se estivera presente a todo este caso, pois diz que o voto da Rainha fora conselho do Veneravel Padre D. Pedro Nunes, Conego do Mosteiro de Santa Cruz, que era o Confessor daquella Princeza, e porque não ficassemos com o desejo de saber o fim, que tivera o voto, continúa dizendo, *Que cobrara perfeita saude, com que a devota Rainha não cabia de prazer.* Prosegue o mesmo Author referindo a grande devoção, com que este Principe ficara a Santo Agostinho pelo beneficio, que recebera da sua mãy, e que querendo mostrar o seu agradecimento, professara a Ordem Terceira de Conego de Santa Cruz, imitando nesta acção a piedade de seus avós D. Affonso, e D. Sancho primeiros, que tambem a professaraõ. Na idade mayor conservou sempre o mesmo habito, que este Author affirma, que era huma murça, a qual fez crescer tanto, que diz *lhe ficava servindo de capa pequena, a que chamavaõ de cavalgar.* E como os vassallos só trataõ de lisongear os seus Principes com a sua imitação, escreve, que a mayor parte da Corte começou a usar de capas curtas do tama-

A Rainha D. Urraca. 149

tamanho de murças, o que de tal sorte se introduzio em todo o Reyno, *que ainda hoje* (são palavras suas, e muito para notar) *usão os Fidalgos estas capas curtas, quando vestem calças altas com gorra.* Esforça mais esta sua opiniaõ dizendo, que nos livros dos Obitos de Santa Cruz se fazia memoria do seu falecimento, como de Conego Regrante Terceiro, e que por este principio no testamento, com que falecera em Toledo, lhe deixava hum legado, como consta das suas palavras, que dizem deste modo: *Item mando Monasterio Sancte Crucis de Colimbria cautum, & regalegium meum, quod est in termino Colimbriae.* Brandaõ no tom. 4. da *Mon. Lusit. Append. Escriitura* 25. no que observou o costume dos que tinhaõ semelhante proffissão, que era deixarem legados ao dito Mosteiro, como testemunhos do seu amor, e da sua obediencia.

161 Estas são as razões, com que o Padre D. Nicolao pretende provar que a denominação de *Capello*, que se deo a ElRey D. Sancho, se derivou de haver trazido, quando menino, o habito de Conego Regrante, e não sey como daqui se possa inferir, nem argumentar o seu intento. E deixando de averiguar a fidelidade da citação do livro dos Obitos de Santa Cruz, em que o Padre Chronista diz que he chamado Conego Terceiro, pois vejo que allegando-o o Doutor Brandaõ não faz memoria de tal habito, e adverte que está errado no dia do Obito, como se pôde ver no tom. 4. da *Mon. Lusit. liv. 14. cap. 32.* parece-me que não convencem as razões do Padre D. Nicolao, porque o habito dos Conegos Regrantes não tem capello, que commodamente possa servir na cabeça; excepto se nos differem que em outro tempo usavaõ nas murças de capellos mayores do que hoje se usão, sendo que me não consta, que desde a fundação até agora houvesse mudança no seu habito Religioso.

162 Mas não he esta a questão, que por agora tratamos, porque o mesmo Padre Chronista só falla na murça, como causa, e motivo da antonomasia de *Capello*, e sendo assim, ainda se faz mais difficilissima de crer esta sua opiniaõ,

150 *A Rainha D. Urraca.*

niao, e a razão he, porque ha grande differença de capello a murça. Se a ElRey D. Sancho lhe tivessem chamado o *Murça*, podia ser mais natural este discurso, mas não lhe dando ninguem este nome, não sey como se possa sustentar o que diz o Padre Chronista. Além de que ao mesmo tempo, em que está exagerando a devoção daquelle Principe para com o seu habito, affirma que lhe cresceo de forte a murça, que passou a capa pequena das que chamamos de montar. Huma de duas: ou era murça de Religioso, ou era capa de Secular? Se era murça de Religioso, não era acção de hum Principe tão devoto fazella degenerar em capa, como quem se desprezava de a trazer pelo fim, para que a usou: e se era capa de Secular, he bem escusado, que ella se converta em parte de hum habito tão religiosamente authorizado.

163 Tambem he fóra de tempo accusar a lisonja dos vassallos na imitação dos vestidos do seu Principe, quando diz, que os Fidalgos começaram a usar desde aquelle tempo capas curtas da grandeza de murças, de que ainda hoje usão os Cavalheros, quando vestem calças altas com gorra. Isto he confundir a ordem dos tempos, para sustentar huma opinião sem fundamento. Nestas palavras confessa o Author, que as murças erão tão grandes como capas, e se as houveramos de medir pelas que hoje vemos nos que usão dellas, será preciso dizer que ou erão as murças demasiadamente compridas; ou que erão as capas demasiadamente curtas. Estas capas não tem tanta antiguidade em Portugal, que se possa attribuir ao reinado de D. Sancho II. porque ellas se começaram a introduzir, e a usar neste Reyno no tempo delRey D. Sebastião, que as mandou fazer à imitação das que usava seu tio D. Philippe Prudente, cujo pay Carlos V. as trouxe a Hespanha com os mais estylos da Casa de Borgonha, e bem se vé a grande distancia, que ha de D. Sancho *Capello*, que faleceo a 4. de Janeiro de 1248. a Carlos V. que naceo em 24. de Fevereiro de 1500. que não he menor differença que a de 252. annos.

Dad

A Rainha D.Urraca. 151

164 Dado porém que ElRey D. Sancho fosse Conego Terceiro de Santa Cruz de Coimbra, porque tudo era proprio da piedade dos nossos Reys, e tudo merecia a Religião daquella Casa, he certo que esta profissão se não convince de querer, que o sepultassem naquelle Real Mosteiro, como o dá a entender o Padre D. Nicolao, quando diz no lugar citado num. 23. *que no tempo, que viveo em Toledo, se occupou em mandar fazer a Capella, que chamaõ dos Reys na Sé daquella Imperial Cidade, debaixo da invocação de Santa Cruz, para nella se enterrar, já que o não podia fazer no Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, aonde era Conego dos Terceiros, porque o contrario nos consta do seu Testamento, que traslada Brandaõ no lugar proximo-citado, em que manda, que o seu cádaver seja levado ao Real Mosteiro de Alcobaça, para ser depositado junto às sepulturas de seus pays os Reys D. Affonso, e D. Urraca: In primis in Monasterio Alcobaciæ circa bonæ memoriæ Patrem meum Regem D. Alfonsum, & Matrem meam Reginam Donam Urracam meam eligo sepulturam, e tendo liberdade para eleger a sepultura em hum, ou em outro Convento, na hora de fazer o Testamento, não se lembrou que era Conego Terceiro para mandar, que como a tal o sepultassem em Santa Cruz de Coimbra.*

165 Não he menos debil o fundamento, com que se pretende provar a sua profissão religiosa, porque dizem que deixou hum legado ao Convento de Santa Cruz, como sinal de sojeição, e obediencia, porque daqui se infere, que não tendo aquelle legado, de que já fallámos, clausula alguma, de que conste esta sojeição, e obediencia, podemos dizer, que como no mesmo Testamento deixou outros legados aos Mosteiros de S. Paulo de Almezina, e outros, que tambem foy Terceiro da Religião, que nelles se professava, o que claramente se vé que não pôde subsistir, e se na verdade foy Terceiro destas Religions, não se devem de culpar demasiadamente os vassallos desse Principe em consentirem, que se depuzesse do throno, porque he certo que supposta a sua grande piedade, todo o tempo, que era

152 *A Rainha D. Urraca.*

necessario para o governo da Republica, feria pouco para fatisfação das rezas, e obrigaçoens de tantas Ordens Terceiras.

166 Tenho com tudo por sem duvida, que o primeiro habito, de que para remedio das prolixas enfermidades, que padecia, usou o Infante D. Sancho, foy o de Santo Agostinho, porque além de concordarem nesta circumstancia quasi todos os nossos Authores, não vejo disputado este ponto pelos Chronistas de S. Bento, e de Santo Agostinho, que podiaõ ser interessados em vestirem o seu habito àquelle Principe, mas entendo, que o nome de *Capello* não se derivou do habito na idade da infancia, senão do habito que professou, quando mayor, de Terceiro do Serafico Patriarca S. Francisco.

167 Para este juizo me deo grande luz hum volume de folha, que com o titulo de *Noticias de Portugal da Regular Observancia de S. Francisco*, offereceo por ordem de Sua Magestade à Real Academia da Historia Portugueza o Reverendissimo Padre Frey Manoel de S. Damaso, Bibliothecario do Real Convento de S. Francisco desta Cidade, e verdadeiramente que deste Author, e desta obra se póde dizer, que recolheo em huma concha todo o Oceano, porque sendo esta Provincia tão dilatada, e tão fecunda de Varoens excellentes, ou pelas letras, ou pelas virtudes, ou pelas dignidades, que comprehenderão as suas memorias sem diffusão em cinco grandes volumes os seus dous Chronistas Frey Manoel da Esperança, e Frey Fernando da Soledade, tudo recopilou o Padre Frey Manoel de S. Damaso, mas de sorte, e com tal arte, que se vê a sua vasta erudição, porque soube dizer muito em pouco, e soube pintar em hum pequeno mappa, o que pela sua grandeza necessitava de muitos livros; e ainda espero, que illustre a fama do seu nome com outras obras de não menor utilidade para o Reyno, e de não menor gloria para a sua Religião.

168 Entende pois o Padre Fr. Manoel de S. Damaso, que a denominação de *Capello* teve o seu principio no habito,

A Rainha D. Urraca. 153

bito, de que ufava ElRey D. Sancho como Terceiro de S. Francisco. Esta opiniaõ teve já o Padre Frey Manoel da Esperança no *tom. 1. da Historia Serafica liv. 4. cap. 36. n. 3.* e para se poder seguir seguramente, baltavalhe que tivesse tão exaõ Author. Rodrigo Mendes Sylva no *Catalogo Real de Hespanha*, fallando do nosso Rey D. Sancho, e dando a causa do nome de *Capello*, cahio em hum erro tão intoleravel, como foy o de dizer que se chamara deste modo, porque sua mãy a Rainha D. Urraca lhe vestira o habito de S. Francisco pela devõçaõ, que tinha a Santo Antonio, o que em rigor historico não póde ser, porque Santo Antonio deixou o Mosteiro de Santa Cruz, e passou para o de Santo Antaõ dos Olivæes (este era naquelle tempo o seu titulo) no mez de Novembro de 1220. como diz o Padre Esperança no *tom. 1. liv. 3. cap. 22. n. 1.* e a tres do dito mez, e do mesmo anno faleceo em Coimbra a Rainha D. Urraca, como já dissemos. E ainda que quizeffemos explicar a Rodrigo Mendes Sylva, dizendo, que não fallava se não do habito de Terceiro, que o Infante D. Sancho tomaria por conselho da Rainha sua mãy, tambem o não póde soffrer a Chronologia, porque S. Francisco institubio a Terceira Ordem da Penitencia no anno immediatamente seguinte à morte da Rainha D. Urraca, que foy o de 1221. como diz o mesmo Esperança no *tom. 1. Prelud. 9. n. 3.*

169 Digo pois, que a ElRey D. Sancho lhe chamaraõ o *Capello*, porque o trazia no habito de Terceiro de S. Francisco. Para o que havemos de assentar como certo; que a Ordem Terceira do Patriarca S. Francisco se dilatou pelo mundo com a mesma immensidade, que a Regular Familia da Observancia. Não farey memoria de quantos Principes, e Princezas para merecerem o Ceo, usaraõ deste mitigado fervor do Serafim humano, porque os Altares o dizem, as Historias o escrevem, e o vemos praticado pelos Soberanos Reynantes. Tudo no principio começa com mayor devõçaõ, porque está recebendo o calor do sagrado fogo dos seus Santos Instituidores. No Reynado del-Rey D. Sancho estava tão vivo o rigor penitente da Religiãõ

154 *A Rainha D. Urraca.*

giaõ Serafica , como aquelle que recebia immediatamente do seu Fundador a doutrina , e os exemplos. Tinha mandado a Portugal no anno de 1216. dous discipulos seus , os Santos Fr. Zacharias , e Fr. Gualter , Varoens taõ insignes , que só os distinguiaõ os nomes do Apostolico espirito de seu Padre. Começaraõ a prégar , e a aïssombrar os povos com a penitencia das suas vidas , e a fazer gente para o Ceo nos claustros da Religiaõ , que hiaõ dilatando. Dahi a cinco annos , no de 1221. confirmou o Papa Honorio III. a Regra da Terceira Ordem novamente instituida , e como os Principes naõ podiaõ professar a austeridade da Observancia , e desejavaõ ser filhos de taõ grande Pay , foraõ abraçando esta profissaõ , com que satisfaziaõ os desejos da sua piedade. Hoy hum destes o nosso Rey D. Sancho , como o diz expressamente o Padre Esperança no *tom. 1. liv. 4. cap. 36. n. 3.* porque a propensaõ para a virtude o fazia seguir os caminhos , que o conduziaõ a ella. O mesmo diz o Author da *Historia das Ordens Religiosas tom. 7. cap. 36.* por estas palavras: *Apeine Saint François eut-il établi son troisième Ordre en Italie que le bruit dela sainteté de cet établissement s' étant repandu jusques dans le Roïaume de Portugal, plusieurs personnes animées d'un saint zele pour la penitence, en firent profession, y ayant été excités par l'exemple du Roy Sanche II.* He natural , que cooprasse para este fim o exemplo de seu primo Luiz IX. Rey de França , a quem depois elevaraõ à gloria de canonizado as suas acções heroicamente Christãas.

170 Costumavaõ os Terceiros naquelle tempo trazer hum capello , que lhe cahia honestamente sobre os hombros , por onde se conhecia a Religiaõ , que professavaõ. S. Luiz Rey de França , como escreve o grande Annalista Fr. Lucas Wadingo no *tom. 2. dos Annaes dos Menores no anno de 1254. n. 29.* depois de restituído à sua liberdade que perdeu em obsequio de Christo , diz o Papa Bonifacio VIII. no *Sermão 1.* que nem viveo , nem se vestio , como antes , ainda que o seu modo de viver antecedente era muito honesto , porque os vestidos , de que depois usou , naõ

eraõ

A Rainha D.Urraca. 155

eraõ Reaes , fenaõ Religioſos , naõ pareciaõ de Soldado , fenaõ de homem ſingelo. Dizem alguns Authores , que trazia hum capello , que lhe deſcia até os hombros , como ſignal de habito Religioſo ; e Bonifacio IX. que o conheceo , e que examinou ſas ſuas acções , quando era Cardeal , manifestamente affirma , que os ſeus veſtidos eraõ Religioſos : *Scribit enim (Bonifacius VIII. Sermone 1.) quod postquam à carcere fuit liberatus , non vixit , nec indutus fuit sicut prius , licet vita , & conversatio ejus prius fuisset satis honesta. Vestes enim , quas postea habuit , non erant regiae , sed religiosae , non erant militis , sed viri simplicis. Atunt illi authores caputium habuisse super scapulas suspensum , quod Religiosae vitae nota est , & Bonifacius IX. qui hominem novit , & gesta , dum esset Cardinalis , examinavit , religiosas portasse vestes apertè testatur.*

171 Confirma-se esta verdade com aquella lastimosa , mas justa pena , com que Deos castigou as injurias deſte ſeu grande ſervo , como refere Thomaz Cantipratano no *liv. 2. cap. 57. n. 63.* Otho Conde de Gueldres mandou hum Correyo a Pariz a levar humas cartas , de que brevissimamente quera a repostã. Quando voltou o Correyo lhe perguntou o Conde se vira a ElRey de França Luiz , a quem elle respondeo zombando , e torcendo a cabeça: vi, Senhor , vi aquelle miseravel Rey papelardo (he o mesmo , que hypocrita , e fingido , como explica du Cange , no *tom. 2. Glossarium mediae , & infimae latinitatis*) que tinha hum capello , que lhe cahia pelos hombros. Escassamente proferio estas palavras , quando se lhe torceo o rosto para traz , e deſta sorte ficou. *Nobilissimus in Comitibus Germaniae Comes Gelriae Otho cursorem cum literis Parisios miserat cursu propero rediturum. Quem redeuntem Comes interrogans quaesivit si Regem Franciae Ludovicum vidisset. At ille more subsanantis contorsit collum : vidi , inquam , vidi illum miserum papelardum Regem caputium capitis super scapulam ex adverso suspensum. Haec dicens faciem contorsit , & sic facies contorta remansit.* Deſte formidavel caso consta , que S. Luiz Rey de França costumava trazer capello,

156 *A Rainha D. Urraca.*

capello, que era naquelle tempo o uso dos Terceiros de S. Francisco, e que deste modo devia de trazer o habito da mesma Ordem, de que era Professo o nosso Rey D. Sancho II. pois tinha o exemplo em hum Monarca seu primo, que no seculo era hum dos mayores Principes do mundo, e no Ceo he hum dos grandes Santos da Igreja.

172 No tom. 3. anno de 1303. n. 12. continúa o mesmo Annalista a mostrar este louvavel costume nos Terceiros da Ordem Serafica, e diz, que visitando Santo Ivo a sua Parochia, encontrara hum homem summamente necessitado, que lhe pedira huma esmola. Não tinha que lhe dar, porque guardava por voto a mesma pobreza, que o outro guardava por necessidade. Lembrou-lhe o capello, que trazia conforme o estylo dos Terceiros de S. Francisco. Parece-lhe que com elle podia remediar ao pobre, tirou-o, e deo-lho, e tendo andado quasi meya milha, miraculosamente achou restituído o capello na cabeça: *Visitabat quandoque Parochiam suam, saò palavras de Wadingo, occurritque illi homo egentissimus, petens ab eo stipem: sed cum nihil haberet, quod illi largiretur, capitium, quod pro more assumpti ab eo Tertii Sancti Francisci Instituti gerebat, sibi detraxit, & pauperi dedit. Vix dimidii autem miliarii confecto itinere, capitium illud suo sensit capiti restitutum.*

173 No mesmo volume anno de 1304. n. 1. fallando do Beato Pellingorto, diz que fora profundamente humilde, como sempre mostrara nas palavras, no modo, e no vestido, pois sempre usara de pano grosseiro escuro, e que sempre trouxera o capello na cabeça, como costumavaõ os Religiosos penitentes daquella idade, como já o tinha mostrado nas vidas de S. Luiz Rey de França, e de Santo Ivo, e que cingido com huma corda cheya de nós dera admiraveis exemplos da sua abrasada caridade: *Humilitatem impense coluit verbis, incessu, & vestitu, rudiore panno griseo contextus, capitium in capite portans ad modum fratrum penitentium illius ætatis, ut visum est in Sancti Ludovici Regis, & Sancti Iovis vitis superius descriptis, in quibus*

A Rainha D. Urraca. 157

*bus hujusmodi commemorantur capita, nudo so fune præcin-
ctus mirâ flagrabat charitate.*

174 Deste modo costumavaõ andar naquelles tempos os filhos da Ordem Terceira da Penitencia de S. Francisco, mostrando na exterior mortificação dos vestidos alguma parte das grandes virtudes, em que florescia o interior. Com este habito vil para o mundo, mas estimado do Céo se faziaõ conquistadores da eternidade, desprezando a terra, e a vaidade das suas apparencias. E se nos nossos dias não vemos semelhante habito nos Terceiros Seculares, não nasceo esta falta de desprezo seu, mas de prohibição de Capitulos Geraes, como se pôde ver no *tom. 3. do Orbis Sera-
phicus do Padre Gubernatis na pag. 598.* aonde fallando no Capitulo Geral de toda a Ordem Serafica, celebrado em 13. de Mayo de 1606. diz assim no §. de *Tertiariis. Decernimus quod nullus deinceps Tertiarius, sive receptus in Ordine ad famulatum tamen cujuscumque Conventus, caputium plenum, vel semiplenum, vel omnino aliquod vestimentum in forma caputii indui possit sub pœna &c.* O que se acha confirmado no Capitulo Geral de Roma de 9. de Junho de 1612. em que no §. de *Novitiis recipiendis* se manda, que os Terceiros de nenhum modo usem de capello ou nos habitos, ou nas capas, *Et nullo modo in habitu, vel mantello caputium deferant*, como melhor consta do mesmo volume pag. 608. col. 2.

175 Ignoramos qual fosse o motivo desta prohibição, mas he certo, que devia de ser prudentissimo, pois nos Capitulos da Monarchia Franciscana (sem offender a nenhuma outra Religião) se juntaõ os Varões mais doutos de toda a Christandade, e deviaõ de ser grandes, e justificadissimas as causas, que obrigaraõ aquelle Religioso Senado de Padres eruditissimos a tomarem taõ apertada resolução.

176 Fundado nestes documentos, que são certos, claros, e concludentes, tenho por infallivel a conclusão de que a ElRey D. Sancho II. se lhe derivou o nome de *Capello* de o trazer patente, e descuberto no habito de Terceiro de S. Francisco, da maneira, que vimos, o trazia seu primo

158 *A Rainha D. Urraca.*

mo S. Luiz de França, Santo Ivo, o Beato Pelingotto, e outros muitos, dos quaes como de homens menos conhecidos pelas virtudes ienaõ fez nos Annaes mais distincta memoria.

177 Ainda na sepultura conservou a devoção, que tivera vivo ao habito Serafico, pois na Capella dos Reys da Cidade de Toledo estava sobre o tumulo a sua imagem com o habito de S. Francisco, como o testifica André de Résende na *Epistola a Bertholameu de Cabedo pouco antes do fim* por estas palavras: *Arbitrabar mequum juvenis Tole-tum de-veni in altero celle summi Templi latere infra magni Alphonfi mausoleum hujus nostri vidisse conditorium, statuamque super porrectam in schemate Monachi ex Divi Francisci, in quod propensus fuerat, instituto.* E se El-Rey D. Sancho fora Conego Terceiro de Santa Cruz de Coimbra, que razão poderia haver para que a sua figura não estivesse vestida com aquelle habito? Vestiraõ-na com a de S. Francisco, porque usava quando vivo do habito da sua Ordem Terceira, e para argumento da sua piedade, e da sua obediencia, neste devia de ordenar que o sepultassem, ainda que desta resolução nos não consta de nenhum dos seus dous Testamentos, que se podem ver na *Escritura 24. e 25. do Appendix do tom. 4. da Mon. Lusit.*

178 Se nos tempos antigos houvera em Portugal Escritores, não se acharia tão cega, como se acha a posteridade, porque saberiamos, o que agora de nenhum modo podemos saber; mas parece-me que não obstante as trevas de tantos seculos tenho descoberto, e assentado a verdadeira, e natural origem do nome de *Capello*, com que he conhecido em todo o mundo El-Rey D. Sancho II. de Portugal.

El-Rey

N.

El Rey D. Sancho II. foy valeroso.

179 **N**ÃO foy tão differente este Principe de seus avós no valor militar, que merecesse a escandalosa indignidade, com que fallão nelle os nossos Escritores. Duarte Nunes de Leão escrevendo a vida deste Rey diz, que se descuidava dos negocios publicos da Monarchia, como quem por occulto defeito da natureza era inhabil para a sua administração, e que sem attender às obrigações do lugar era tão brando, tão frouxo, e tão simples, que entregue de todo à imprudente malicia dos seus validos, e Conselheiros dera occasião para que cada hum vivesse, como desejava, e acabando esta memoria com a mesma indecencia, com que a começou, conclue em outra parte, que não tivera guerra nem com Christãos, nem com Mouros.

180 Esta foy a opiniaõ deste Author, e dos mais que o seguirão, até que o Doutor Frey Antonio Brandaõ com instrumentos authenticos, descubertos pela sua incansavel diligencia, convenceo esta ignorancia da verdade, e mostrou a El Rey D. Sancho vencedor muitas vezes dos inimigos de Christo.

181 No anno de 1225. entrou pela Provincia do Alemtejo com hum poderoso exercito, que mandava em pessoa, com que deixou assollada toda a Comarca de Elvas. Desta entrada faz memoria D. Lucas Bispo de Tuy por occasião de outra, que fez no mesmo tempo D. Affonso de Leão em que chegou a levar victoriosas as armas até a praça de Badajoz, e dizendo os grandes estragos, que estes dois Principes fizeraõ nos Mouros, diz na *Hispania illustrata* tom. 4. pag. 114. que ambos se recolherão às suas Cortes, & ambo *Reges ad propria sunt reversi*. Esta acção de que se não lembraõ os Chronistas Portuguezes foy tão gloriosamente pela

160 *A Rainha D. Urraca.*

pela Christandade, que o Papa Honório III. fez publico a ElRey D. Sancho o seu agradecimento, segurandolhe a protecção da Sé Apostolica, como diz Bzovio no *tom. 13. dos seus Annaes anno 1225. num. 3.* de que se infere o indisculpavel silencio dos nossos, pois ignorarão sendo de casa, o que foubirão os estrangeiros sendo tão distantes.

182 Com mayor poder, e com melhor fortuna voltou ElRey D. Sancho à mesma guerra no anno seguinte de 1226. e à força de armas rendeo a Cidade de Elvas, como elle mesmo o confessa em huma doação, feita no mez de Julho daquelle anno, com a qual satisfaz a Affonso Mendes Sarrachinas as heroicas acçoens, com que o servio naquella campanha, e novamente confirma esta verdade no Foral, que deu à mesma Villa de Elvas em Março de 1227.

183 Nos annos seguintes ganhou Jerumenha, Serpa, e Arronches no Alemtejo, e outras muitas terras no Ribacoa; no de 1235. Aljustrel, em 1239. Mertola, e Alfajar de Pena; em 1240. Cacela, e Ayamonte, e no de 1242. Tavira, e outras do Algarve.

184 Daqui se seguem duas ligittimas consequencias; a primeira he não ser o Algarve conquistta particular da Coroa de Castella, como escreverão alguns Historiadores, pois os nossos Reys tomavaõ as praças daquelle Reyno, e as conservavaõ, em quanto os Mouros com mayor poder não as reduziaõ à barbaridade do seu dominio. A segunda he, que ElRey D. Sancho II. não foy pusilanime, e remisso para as armas, como assentou até agora a ignorancia dos que escreverão, porque continuou vivamente a guerra contra os Sarracenos, ou em pessoa, ou pelos seus Generaes com successos tão prosperos, como o dizem tantas praças valerosamente conquistadas. Mas se Deos quiz dar ao mundo neste Principe hum raro exemplo da inconstancia da fortuna, terá na posteridade pelo seu valor tão illustre nome, como o tiverão os seus predecessores.

Não

A Rainha D. Urraca. 161

O.

*Não casou ElRey D. Sancho II. de
Portugal.*

185 **F**oy desgraçada a memoria do nosso Rey D. Sancho II. nas pennas dos Chronistas Portuguezes. Não escreverão delle o que era verdade, só escreverão o que era mentira. Não souberão o anno do seu nascimento, não souberão que fora bellicoso como seus pays, e avés, e só disserão como por desprezo, que lhe chamarão o *Capello*, e que fora casado com D. Mecia Lopes de Haro, senhora de grande nascimento.

186 Não era D. Mecia Lopes de Haro de tão inferior qual idade, como disse algum Chronista Portuguez, que não merecesse pelo seu sangue este casamento, porque era filha do Conde D. Lopo Dias de Haro, setimo do nome, chamado *Cabeça brava*, e XI. Soberano de Biscaya, e de sua mulher a Condesa D. Urraca, filha delRey D. Affonso IX. de Leão, e de Galliza, e Diogo Lopes de Haro quinto do nome, e XV. Soberano de Biscaya, sobrinho de D. Mecia, como filho de seu irmão D. Diogo Lopes de Haro XII. Soberano de Biscaya, casou com a Infante D. Violante, filha delRey D. Affonso o *Sabio*, e de sua mulher a Rainha D. Violante, filha delRey D. Jayme o I. de Aragão. Pela grandeza do seu nascimento, e pela rara fermosura, de que era dotada, casou com ella D. Alvaro Pires de Castro, filho de D. Pedro Fernandes de Castro o Castelhana, e de sua mulher D. Ximena Gomes, cujos ascendentes pela mayor parte foraõ Príncipes.

187 A fama destes dotès deo occasião a que os Privados delRey D. Sancho lhe persuadissem, que por D. Mecia se achar viuva, e ainda moça a procurasse para mulher. Suppoem os nossos Chronistas, que o entendimento de D.

L

Sancho

162 *A Rainha D. Urraca.*

Sancho era huma cerra branda, que estava prompta para receber tudo o que lhe aconselhassem os seus Validos. Dizem pois que dado, e aceito o conselho, se passou à sua execução, e que vindo D. Mecia para Portugal, de tal sorte ficou agradecida a este beneficio, que unida a sua vontade com os medianeiros do casamento, forão a causa da destruição deste Reyno. Assim dizem que toda a Republica se achava tão perturbada com desordens, e injustiças, roubos, violencias, e sacrilegios, que padecellos era necessidade, pretender remediallos, delicto. Vendose o Reyno em hum estado, que ainda era perigoso para fingido, contaõ os nossos Authores, que Reyraão Viegas Portocarreiro, e outros Portuguezes de grande zelo, e de mayor coração, resolutos a serem os redemptores de tantos aggravos, armaraõ gente, marcharaõ desde as fronteiras de Galliza, aonde assitiaõ, chegaraõ à Corte, prenderaõ D. Mecia, e a levarãõ ao Castello de Ourem, que como elles dizem, era parte das suas arrhas. Soube ElRey a insolencia, que se lhe havia feito, marchou com tropas contra elles, pedindolhes que lhe restituisssem sua mulher; porẽm elles obstinados na resolução, que haviaõ tomado, não só não quizerãõ obedecer ao seu Rey, mas de tal sorte lhe resistiraõ, que tirandolhe com setas, e com pedras, o fizeram retirar, e para não ouvirem outra vez os seus rogos, nem verem as suas armas, deraõ volta à Galliza, e de lá passaraõ a Castella, onde deixaraõ D. Mecia, que nunca mais voltou a Portugal.

188 Este he o facto, que conta o Doutor Duarte Nunes de Leão, em que não ha palavra, que não seja hum erro, nem regra que não seja hum delirio, e duvido muito, que hum homem letrado, como elle foy, creffe o mesmo, que escreveo. Esta historia está certamente urdida pelo genio dos antigos, que em tudo queriaõ estrondos, e façanhas extraordinarias. Cada bote de lança havia de derribar huma muralha, e cada golpe de espada havia de partir hum monte. Por isso nas batalhas com os Mouros morriaõ a trezentos, e a quatrocentos mil, porque os olhos dos Soldados

A Rainha D. Urraca. 163

dados Christãos devião ser os verdadeiros Basiliscos, ou devião de ter as suas vozes a qualidade de rayos, que em se ouvindo matavaõ. Favor he dos Chronistas deixarem alguns dos inimigos com vida, para levarem as novas do estrago. A cada passo mudavaõ os rios de cor, porque em lugar de agua, os faziaõ correr sangue as pennas dos Escritores, porque com estas narraçoens alegravaõ, e satisfaziaõ ao povo.

189 Toda esta narraçaõ he indigna de credito, e deixando a censura do Nobiliario do Conde D. Pedro, que assim o conta, para o casamento do Infante D. Affonso com a Condeffa Mathilde de Bolonha, quem haverá que se persuada que foy verdadeiro este successo? Que mais podiaõ fazer os inimigos, do que aqui se finge que fizeraõ os vassallos? Desta forte se remediavaõ facilmente grandes danos. Em havendo vassallos arrevidos, e insolentes, não estava seguro o sagrado do Palacio, nem indispensavel o juramento da fidelidade. Aqui se suppoem tão pouco respeitado este Principe na sua Corte, como qualquer pastor na sua cabana. Se a historia diz que todas estas perturbaçoens procediaõ do descuido delRey, e do governo de D. Mecia, e dos seus Validos, aonde estavaõ, que não acodiaõ a ter maõ na sua fortuna, que sem remedio vacillava? Se elles eraõ tantos, e tão poderosos, mayor havia de ser o seu partido, do que o dos outros, pois o faziaõ grande não só as dependencias, mas tambem os parentescos. Não ha mayor felicidade de huns, e infelicidade de outros, que marchar hum troço de gente armada pelo coração de hum Reyno, dentro em si pacifico naquelle tempo, sem haver quem em tal reparasse, e sem haver quem levasse à Corte as novas do estrondo das armas! Mas tudo isto he facil a quem pinta, como quer. Os Reys em todo o tempo se tratavaõ com a magestade, que he devida ao seu caracter. Se os daquelles seculos comparados com os dos presentes parecem menores, essa differença lhes deo a mayor pompa, e o mayor fasto, mas he certo que tudo foy sempre o mesmo à proporçaõ. Em todo o tempo mandaraõ os Reys,

164 *A Rainha D. Urraca.*

obedeceraõ os vassallos ; e se algum Principe foy mais humano com os seus vassallos , como o nosso D. Pedro I. nunca a humanidade lhe diminuhio , nem abateo o respeito. Não importa que se diga , que D. Sancho foy menos activo , porque nem por isso deixou de ser Soberano.

190 Lá vay a fermosa Helena Biscainha roubada a seu marido pelos seus vassallos , para ser preza no Castello de Ourem. Apoz ella leva o Conde D. Pedro , Duarte Nunes de Leão , Manoel de Faria , e outros a ElRey D. Sancho , agora mais do que nunca *Capello* ; elle armado de petiçoens , e os seus Soldados de armas , pois dizem que requerera , que lhe restituisssem sua mulher , e que vendo que o não despachavaõ , como pedia , mandara usar dos instrumentos de guerra , em que foy tão mal succedido , que trazendo o escudo , e o pendaõ cheyo de setas , e de golpes de pedras , se retirara para Coimbra desconfiado de render o Castello pela sua fortaleza. Esta era a boa occasião de os nossos Authores fazerem Frade , ou Ermitão de alguma serra a este Principe , porque só deste modo acabaria com perfeição esta farça , e fazendo-o assim , nunca seria mayor a segunda mentira , do que a primeira. Não póde haver mais indecente ficção , e para ella se convencer de falsa , e escrita muitos annos depois para desacreditar a memoria deste Principe , basta saber que toda ella se funda na imaginada frouxidão , de que o accusaõ , sendo que foy tanto pelo contrario , que teve valor , como vimos , para pelejar não só pelos seus Generaes , mas tambem pelo seu proprio braço , como experimentaraõ os Mouros nas campanhas do Alemtejo , como o teguraõ as Escrituras , que se conservaõ nos Archivos , e não podia ser que escrevessem tão indignas fraquezas , os que foraõ testemunas , e companheiros das suas acçoens militares.

191 A verdade he, que em tão grande distancia de annos não podemos descobrir nem os primeiros Authores , nem a verdadeira causa destes fingimentos , mas fundados no estylo inalteravel daquelles tempos , podemos assentar como certo , que ElRey D. Sancho II. nunca foy casado
com

A Rainha D. Urraca. 165

com D. Mecia Lopes de Haro. Prova este ponto com o costumado juizo o Doutor Frey Antonio Brandaõ no *tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 14. cap. 31.* aonde tratando de proposito esta materia, diz que não póde dar por certo este casamento, porque vio Escrituras de quasi todos os annos do reinado delRey D. Sancho, e que em nenhuma dellas se nomea a Rainha D. Mecia, o que naquella idade he argumento grande de falsidade, pois não tem duvida que ainda até o tempo de seu irmão D. Affonso III. e de seu sobrinho D. Diniz, era costume geralmente observado affinarem os Reys com as Rainhas as Escrituras, e doações, que faziaõ, como consta com evidencia, e não era possível, que em tantos annos de governo se faltasse a este uso, pois se não acha huma só Escritura, em que se lea o seu nome na fórma, em que se costumava.

192 Confirmaõ esta verdade algumas Escrituras, que ainda depois de retirado a Castella mandou fazer, em que se continûa o mesmo silencio; e no Testamento deste mesmo Principe, que foy feito em Toledo hum dia antes da sua morte, se colhe a certeza desta proposição, porque não só lhe não deixa legado algum, mas nem faz della huma pequena memoria, o que não era natural, sendo casado com a Rainha D. Mecia, como disseraõ muitos dos nossos Escriitores, porque assim o acharaõ escrito, como se fosse obrigação trasladar sem exame, e crer a olhos fechados, não sendo em obsequio da Fé.

193 Com outro argumento se mostra mais, e se convence a falsidade deste casamento, e se tira da Historia do Arcebispo de Toledo D. Rodrigo, pessoa digna de toda a attenção pelo sangue, pelas letras, e pela dignidade. Viveo este Prelado em todo o governo delRey D. Sancho, porque faleceo, como já dissemos, no anno de 1245. e chegou com a sua historia até o de 1243. como elle confessa no *cap. 18. do liv. 9.* por estas palavras: *Hoc opusculum, ut scivi, & potui, consummavi anno Incarnationis Domini millesimo ducentesimo quadragesimo tertio*, e dahi a dous annos, e poucos dias, já ElRey D. Sancho estava depof-

166 *A Rainha D. Urraca.*

deposto, e governando em seu lugar o Infante Conde de Bolonha. Fallando pois o Arcebispo D. Rodrigo no *liv. 7. cap. 5.* dos Reys, que governarão este Reyno até o seu tempo, e dizendo os filhos, que tiverão, e os estados ou de casados, ou de solteiros, que seguiraõ, só a ElRey D. Sancho não lhe dá mulher: *Genuit ex ea filios, Sancium Regem Portugallie successorem, qui etiam adhuc regnat. Habuit secundum filium Aldephonsum, qui duxit uxorem Matillam nomine de partibus Francie Babylonie Comitissam, & per eam habet hodie Comitatum. Habuit etiam tertium filium Ferdinandum, qui in Castella duxit uxorem Sanciam filiam Comitis Ferdinandi. Habuit etiam filiam Alienor, que nupsit Regi Dacie, & ibi mortua fuit sine prole.* Daqui se ve bem, que ElRey D. Sancho não era casado, quando no anno de 1243. o Arcebispo D. Rodrigo escreveu a sua historia, porque seria erro indisculpavel de hum Escriitor de tanta distincão, declarar os casamentos de todos os Infantes irmãos do Principe, que governava: *Qui etiam adhuc regnat,* e não saber que elle estava casado. Muy larga ha de ser a consciencia, a quem este reparo não fizer hum gravissimo escrupulo.

194 Além destas razoens ha outra não menos efficaz, e que considerado o rigor daquelle tempo, não se podia dissimular. Esta he o chegado parentesco, que tinhaõ entre si ElRey D. Sancho, e D. Mecia; porque eraõ parentes dentro no quarto grao, como se ve sem controversia na genealogia seguinte.

A Rainha D. Urraca. 167

D. Affonso Henriques I. Rey de Portugal.

El Rey D. Sancho primeiro,
segundo Rey de Portu-
gal.

A Rainha D. Urraca primei-
ra mulher de D. Fernan-
do II. Rey de Leão.

El Rey D. Affonso II. de Por-
tugal.

D. Affonso IX. Rey de Leão
teve b.

El Rey D. Sancho II. de Por-
tugal.

D. Urraca mulher de D. Lo-
po Dias de Haro.

D. Mecia Lopes de Haro.

195 Conforme o estylo daquella idade, não podiaõ
contrahir matrimonio os parentes em grao conhecido;
porque ainda que muitas vezes casavaõ, eraõ separados
por authoridade Pontificia, que para esse fim costumavaõ
usar da formidavel espada das censuras, de que não repito
exemplos por sabidos, e escusados: e supposto que em al-
gumas occasioens succedeo ou não se saberem, ou dissimu-
laremse os casamentos em grao prohibido (como direy em
outra obra de mayor estudo) não se devia de esperar esta
attenção no reinado del Rey D. Sancho, em que as conten-
das entre Ecclesiasticos, e seculares eraõ continuas, e que
finalmente chegaraõ a tanto, que foraõ ao Tribunal da
Santidade de Gregorio IX. e depois à de Innocencio IV.
e allegandose pela parte dos Ecclesiasticos de Portugal tu-
do o que podia accusar o procedimento, e descompor a
pessoa daquelle desgraçado Principe, nunca se fallou no
casamento de D. Mecia, como se póde ver nas Bullas Pon-
tificias, nas quaes senão acha huma só palavra, de que se
infra que estivesse casado, e he certo que se contrahira ca-
samento com mulher consanguinea sua dentro no quarto

168 *A Rainha D. Urraca.*

grao, não se havia de occultar em tal tempo, nem por taes Vassallos, que para sacudirem o jugo da obediencia, que lhe juraraõ, não houve pedra, que não moveßem, nem houve crime de que o não accusassem, para com a sua ruina se verem vingados dos Validos, que com o escandalo das suas acçoens lhe foraõ dispondo o precipicio da Magestade.

196 Contra o que atégora dissemos, ha alguns argumentos, dos quaes o primeiro he humna carta, em que El-Rey D. Sancho na Cidade de Toledo aos 2. de Setembro da era de 1284. que he o anno de Christo de 1246. agradece com varios privilegios aos moradores da Villa de Cerolico a fidelidade, e valor, com que defenderaõ o sitio, que lhe poz seu irmão o Infante Regente D. Affonso, e na dita carta assina a Rainha D. Mecia, como se póde ver na 2. p. do *Catalogo dos Arcebispos de Braga cap. 29 n. 7.* aonde este Author para mayor confirmação desta, chamada por elle verdade, diz no *num. 8.* que edificara no claustro do Mosteiro de Santa Maria de Naxera, da Ordem de S. Bento, a Capella da Cruz, em que mandou lavrar a sua sepultura, que sustentaõ quatro leons de pedra, em cujos peitos estaõ gravados os escudos de Portugal, e que ainda hoje aos seis Capellaens, que quotidianamente dizem Missa pela sua alma, se lhes dá o titulo de *Capellaens da Rainha de Portugal*, e que junto a esta sepultura estaõ outras de dous seus irmãos D. Diogo Lopes de Salzedo, e D. Lopo Dias de Haro, Bispo de Sigüenza.

197 O segundo argumento he outra Escritura sem lugar certo, em que na era de 1294. anno de 1256. faz doação a Payo Pires, e a sua mulher Maria Gonçalves de hum moinho em Torres Novas, e de outras fazendas como remuneração do que haviaõ perdido em seu obsequio: *Pro servitio, quod mihi fecisti, & amisisti propter me quantum in Leirena habuisti*, e nella se assina deste modo: *Ego Regina D. M. prædictam hanc chartam roboro, & confirmo.* O Doutor Fr. Francisco Brandaõ no *tom. 5. da Mon. Lus. liv. 17. cap. 14.* traz o traslado desta Escritura.

O ter-

A Rainha D.Urraca. 169

198. O terceiro argumento he outra Escritura feita em Castella na era de 1295. que he anno de 1257. em que D. Mecia usando do titulo de Rainha, faz doação ao Convento de Benavides das Igrejas de Vilhacix. Faz memoria deste documento, e o traz copiado o Doutor Jeronymo Gudiel en el *Compendio de los Girones no fim do cap. 14.* Nella se acha pendente hum sello, que de huma parte tem o escudo das Armas da familia de Haro, que são dous lobos com dous cordeiros nas bocas orlado de aspas, e da outra as quinas de Portugal: e parece que desta sorte bastanteemente se persuade, e convence, que D. Mecia foy Rainha de Portugal, pois affinava nas Escrituras com este titulo, e usava nos sellos das armas deste Reyno.

199. O quarto argumento se tira do que escreve o Padre Odorico Rainaldo no 13. *tomo dos Annaes Ecclesiasticos*, que he o primeiro da sua continuação aos doze de Baronio, aonde no anno de 1245. *num. 10.* fallando do nosso infeliz Principe D. Sancho II. e conformandose com o Padre João de Mariana, diz que estava casado com D. Mecia Lopes de Haro, e que de tal sorte se via escravo do seu amor, que não sabia mais que amalla, deixandose governar de modo pelo seu arbitrio, que não tinha liberdade para mostrar em huma só acção, que era Rey, porque com injuria da Magestade ella mandava, elle obedecia; e que desta desordem se originaraõ tantas nos seus vassallos, que escandalizados os Bispos de verem as Igrejas sem respeito, e alguns Senhores seculares a Republica tão mal administrada, que vendose huns, e outros desesperados de remedio, recorreraõ ao Pay commum da Christandade, para que no Concilio, que celebrou em Leaõ de França, evitasse os damnos, que choravaõ presentes, e que temiaõ futuros. E que valendose desta occasião a politica do Conde de Bolonha, para adiantar as suas pretensoens ao throno, differe ao Pontifice, que seu irmão estava casado nullamente com D. Mecia Lopes de Haro, pois se lhes não havia dispensado o parentesco, que tinhaõ; e que attendendo a esta representação a Santidade de Innocencio IV. expedira huma

Bulla

170 *A Rainha D. Urraca.*

Bulla ao Arcebispo de Compostella, e ao Bispo de Astorga, que entre as deste Pontifice he a 244. do livro 2. e que nella lhes ordenava, que informandose da verdade, dissolvessem aquelle matrimonio, pois ainda que elle facilmente podia dispensar o impedimento, que o annullava, o não queria fazer, por evitar desta sorte as queixas de todo hum Reyno, que tinhaõ a origem na falta da justiça, de cuja recta administração prudentemente desconfiava, por ver sem effeito as repetidas admoestaçoens, que com zelo verdadeiramente paternal lhe haviaõ feito dous Summos Pastores da Igreja.

200. Elles são os argumentos com que se pretende provar, que D. Mecia foy Rainha de Portugal, como casada com o nosso Rey D. Sancho II. cujo privilegio dado em Toledo a favor de Celorico, convenceo de tal sorte a D. Rodrigo da Cunha, que no *Capitulo já allegado do seu Catalogo de Braga começa o num. 8.* com estas palavras: *Poderamos com a authoridade desta carta, se nos fora licito, divertirnos agora hum pouco, mostrar aos nossos Historiadores modernos os leves fundamentos, com que negão o casamento del Rey D. Sancho, com a Rainha D. Mecia Lopes de Haro, pois aqui a achamos com elle em Toledo, e confirmando com o nome de Rainha a mesma carta.* Porém venerando em todo o tempo a authoridade de tão grande Prelado, a quem a inteireza dos costumes, e o zelo do bem publico obrigaraõ a desprezar o offerecimento, que se lhe fez da sagrada Purpura Romana, para merecer por esta acção poucas vezes vista a estimação universal da sua Patria, de que foy valeroso, e amante Pay, creyo que a Escritura he falsa, e como não basta dizer sem provar, darey a razão desta que presumo falsidade. Para o que faço este dilema. Ou D. Mecia era realmente Rainha de Portugal, e legitima mulher del Rey D. Sancho, ou não. Se o não era, temos concedido o que intentamos provar, e se o era, he falsa a Escritura, pois lhe falta a solemnidade daquelle tempo, qual he a de se não nomear juntamente com El Rey seu marido, porque começa deste modo: *D. Sancho,*
pela

A Rainha D. Urraca. 171

pela graça de Deos Rey de Portugal, a todos os do meu Reyno a quem esta minha carta chegar, saude. Sabey que meu Vassallo &c. e no fim se acha o final de D. Mecia nesta forma: *D. Mecia Rainha confirma*, e bem se vé que se ella fóra Rainha, havia de estar no principio da carta, como era o costume, e que não havia de estar o seu nome sómente no fim, como era uso dos confirmadores, que não tinham outro lugar.

201 Eu entendo, que o Author desta Escritura não estava muy corrente nos estylos daquella era, ou que sabendo que se não achava Escritura verdadeira, que fizesse menção de D. Mecia, quiz satisfazer a huma, e outra cousa, não a nomeando com ElRey, como se costumava, e fazendo-a affinar com os mais confirmadores, persuadindo-se que isto bastava para que se cresse como infallivel a existencia do seu Reynado. E attendendo com particular reflexão a este reparo, tenho por falsa a sobredita Escritura; porque não he possivel, que se D. Mecia fosse mulher d'ElRey D. Sancho, deixasse de ser nomeada com elle, como pedia o uso, e como não a vejo, faz-se-me muito sospeitoso aquella Escritura pelo lugar, em que vejo affinada nella D. Mecia.

202 Além disto persuadome que he falsa por outro principio, qual he a sua data, que he em Toledo a dous de Setembro de 1246. Parece-me que ainda não era tempo de estar levantado o cerco, que o Infante Regente poz à Praça de Celorico, para que se pudesse já agradecer a fidelidade dos seus defensores. Entremos no exame desta conjectura.

203 He certo que deposto ElRey D. Sancho do throno de Portugal, tentou recuperar o que era seu, e como seguiaõ muitos as partes de seu irmão, foy-lhe preciso valer-se das armas de seu Primo ElRey D. Fernando de Castella, a quem pediu que lastimado do grande golpe, que lhe deu a fortuna, quizesse amparallo na sua pretensão. Compadeceo-se ElRey D. Fernando daquella Magestade perseguida, e formando hum Exercito o entregou a seu
filho

172 *A Rainha D. Urraca.*

filho o Infante D. Affonso , e não a D. Affonso Infante de Molina seu irmão , como escreveraõ os nossos , dandolhe por ordem que restituísse a seu primo D. Sancho ao throno , de que cahira. Marchou o Principe Castelhano , e tendo aviso da sua resolução o Infante Regente D. Affonso , tratou de segurar o animo dos povos com a facilidade , e promptidão dos despachos ; confirmou , e deo privilegios , e fez tudo o que devia de fazer hum Principe verdadeiramente politico. Aos Governadores das Praças intimou as ordens do Pontifice , para que o zelo da Religião fosse a primeira pedra , com que destruisse as machinas de seu irmão. Fez declarar ao Infante General , e aos Cabos mayores a Bulla de Innocencio IV. pela qual depunha a ElRey D. Sancho , e lhe dava a elle o governo deste Reyno , no que consentia a mayor parte da Nobreza , e povo , porque viaõ que o meismo approvava ElRey Christianissimo seu primo , e toda a sua Corte. Ao recado do Infante Regente se juntou a commissão , que o Arcebispo de Braga D. Joáo Egas , e D. Duraõ , Bispo eleito de Coimbra , mandaraõ aos Guardiaens dos Conventos de S. Francisco da Guarda , e da Covilhã , para que se vissem que os Castelhanos , ouvido o Infante Governador , não voltavaõ logo para suas terras , desembainhassem contra elles a espada das censuras , para que atemorizados dellas se retirassem. Foy passada a ordem aos dous Guardiaens em Leiria aos 10. de Fevereiro da era de 1284. que he o anno de 1246. Para que os Guardiaens Franciscos recebessem a commissão , e fossem buscar o Exercito (que como mostra Brandaõ no *tom. 4. da Mon. Lusitan. liv. 14. cap. 28.* não estava raõ entrado em Portugal ; como dizem os nossos , quando escrevem , que estava em Abiul poucas legoas de Leiria ; porque se assim fosse , não era crível , que alli estivesse o Arcebispo de Braga , e o Bispo de Coimbra expedindo as ordens necessarias para a paz publica do Reyno) e executassem a sua commissão , precisamente se havia de passar todo o mez de Fevereiro , especialmente caminhando elles a pé , como lhes mandaõ as severas leys do Instituto

A Rainha D. Urraca. 173

tuto Serafico. Chegaraõ os dous Religiosos à presença do Infante D. Affonso, intimaraõ a disposição do Papa, e dos seus Ministros, e dizem os nossos Historiadores, que os Castelhanos obedecendo aos mandatos Pontificios desistiraõ da pretensão, e desenganaraõ a ElRey D. Sancho; e que elle querendo antes viver retirado na terra alheya, que com menos authoridade na propria, voltara para Castella; e que assentara o domicilio em Toledo, que dahi a dous annos se lhe converteo em sepultura.

204 Porém eu não posso conceder, que os Castelhanos se retiraraõ com a facilidade, que se suppoem; porque vejo que a Fr. Desiderio, Religioso de S. Francisco, que por ordem de Innocencio IV. passou a Portugal por seu Commissario, para dar a posse do Reyno ao Infante Conde de Bolonha, expedio o mesmo Pontifice duas Bullas em Leaõ de França, huma em 25. de Janeiro, que começa *Cum sicut intelleximus*, e a outra em 30. do dito mez, cujo principio he *Intelleximus nuper*; e ambas do anno de 1248: pelas qu es lhe ordenava que declarasse, que o Infante de Castella não incorrera nas censuras; porque por outra Bulla Apostolica o isentara da excommunhaõ, fulminada por esta causa; mas que aos outros, que legitimamente foraõ excommungados, sendo vivos, os absolvesse, e sendo mortos, e tendo dado antes sinaes de arrependimento, tambem os absolvesse, e lhes mandasse trasladar os ossos para lugar sagrado, como mais largamente se póde ver em Fr. Manoel da Esperança no tom. 1. da *Historia Serafica* liv. 4. cap. 37. num. 1.

205 - Destas Bullas se infere, que não cederaõ os Castelhanos taõ promptamente às ordens do Papa, que não tornassem ao mesmo fim, por meyo das armas, porque de outra sorte não era possivel que fossem reos das censuras, as quaes sómente se fulminaõ contra os rebeldes, e contumazes, que em desprezo dellas insistem no que se lhes prohibe. Mas demos que os Castelhanos logo se retirassem à primeira intimação dos Decretos Pontificios, não podia ser senão nos principios de Março, porque a commissão dos
1 rela-

174 *A Rainha D. Urraca.*

Prelados Portuguezes foy dada, como já diffemos, em Leiria aos 10. de Fevereiro, e ao menos eraõ necessarios dezoito dias, que lhe restavaõ, para os Guardiaens chegarem à ultima raya do Reyno, e darem execuçaõ ao que eraõ mandados.

206 Livre desta oppressão o Infante Regente, sabemos que a primeira Praça, a que poz sitio, foy Obidos, como diz Brandaõ no *tom. 4. da Mon. Lusitan. liv. 14. cap. 30.* e he certo, que neste sitio gastou tempo, pois consta por Escritura, feita em Leiria a 22. de Março da era de 1290. que he o anno de 1252. que mandou satisfazer ao Mosteiro de Alcobaça algumas cousas, que lhe haviaõ emprestado para a occasião do cerco, da qual faz memoria Brandaõ no *lugar citado*, e bem se ve; que não havia de ir combater aquella fortaleza sem lhe constar, que estavaõ retirados os Castelhanos, e sem saber de certo, que seu irmão estava defenganado de todo da pretensão, com que marchara, e assim devemos de assentar, que a restauração de Obidos seria até a entrada de Abril, e poderá ser que muito mais adiante, se houvermos de regular a resistencia desta Praça, pela que logo veremos em Celorico da Beira, e em Coimbra.

207 Ganhado o Castello de Obidos, ainda que sem mais se dilatar em outros negocios, supponhamos, que logo mandou o Infante Regente sitiar Celorico. Dista esta Villa grande numero de legoas da Cidade de Lisboa, e ainda da Villa de Obidos. (senão quizermos que o Infante Regente voltasse primeiro a Lisboa) e he necessario, que demos tempo para as marchas de hum Exercito, e para a conducção das machinas, com que naquelle tempo se fazia a guerra offensiva, porque supposto que não eraõ tão peçadas, como as de que hoje se usa, com tudo eraõ grandes, e muitas. Chegou o Infante Regente à vista de Celorico, governada pelo fiel, e valeroso Fernão Rodrigues Pacheco, a quem mandou, que lhe entregasse o Castello, e o conhecesse por Governador do Reyno, como o haviaõ feito os mais Capitaens. Porém Fernão Rodrigues Pacheco,
igual

A Rainha D.Urraca. 175

igual a todos no valor, mayor que todos na fidelidade, lhe respondeo, que tinha dado menagem daquelle Villa a ElRey D. Sancho seu irmão, e que em quanto lhe constasse que era vivo, lha não havia de entregar. Com esta resposta se resolveo o Conde a rendella por força, e o Capitão a defendella. Começou-se hum porfiado cerco, como dizem todos os Chronistas, em que huns, e outros mostraraõ bem o seu valor. Conheceo o Conde o pouco effeito, que faziaõ as suas armas, e fazendo-as cessar, tomou a resolução de render os defensores por outra mais dura mão, que era a da fome; porque como naquella idade não havia os instrumentos de fogo, quando não bastava a força dos assaltos, era preciso valer de hum inimigo tão dilatado, qual era o tempo. Tanto se prolongou o sitio, que a pezar do cuidado, e da vigilancia do Capitão já se começava a sentir a fome, e já se hia introduzindo a ultima desconfiança nos corações dos cercados, quando succedeo a casualidade da Truta, que todos sabem; porque com o presente, que della fez o Capitão ao Infante Regente, entendeo elle, que perdia inutilmente o tempo, que lhe era necessario para utilidade dos povos. Este facto entre marchas de Exercitos, que sempre são vagarosas, e na demora de hum sitio, que todos confessão não só ser pertinazmente defendido, mas muito prolongado, bem dá a entender, que não são leves as sospeitas da falsidade da Escriitura feita em Toledo.

208 Justifica esta presumpção o cerco de Coimbra. Levantado o sitio de Celorico, veyo marchando o Infante Regente para Coimbra, onde achou em Dom Martim de Freitas semelhantes provas de animosa lealdade. Apos-tou-se a paciencia dos sitiadores com o brio dos sitiados, até que a fome começou a fazer os costumados effeitos, de que amotinados os Soldados já pediaõ a entrega, como remedio de tantos damnos. A tudo resistia o valeroso Capitão, mostrandose insensivel aos conselhos da natureza, que lhe ensinava a conservação da propria vida; e quando parecia, que o caso estava de todo desesperado, correu a

176 *A Rainha D. Urraca.*

voz de ser falecido ElRey D. Sancho , em cujo obsequio se faziaõ tão raras finezas. Esta nova se deo por ordem do Infante Regente aos cercados , que podendo render a Praça já sem escrupulo , entaõ he que foubes o Capitão dar ao mundo os mais altos argumentos da fidelidade Portugueza. Pedio seguro para ir a Toledo examinar a certeza da morte do seu Principe, e achando que era certa , mandou-lhe abrir a sepultura, e nas suas Reaes mãos lhe poz as chaves do Castello , que portentosamente defendera.

209 Agora digo, e concluo assim. Pois se o cerco de Celorico, e de Coimbra foraõ iguaes na briosa obstinação dos sitiados, e se o de Coimbra durou tanto, que se acabou com a noticia da morte delRey D. Sancho , que succedeo a 4. de Janeiro de 1248. bem infiro eu em dizer, que he falsa a Escriitura de Toledo, pois se diz ser feita a dous de Setembro de 1246. quando pela dilação, e pertinacia do cerco não he moralmente possivel, que não excedesse muito além daquelle mez. Ambos estes cercos foraõ defendidos com todo o primor militar, e de huma, e de outra parte se praticaraõ todas aquellas bizarrias, que se esperavaõ dos grandes Capitaens, que sitiavaõ, e que eraõ sitiados; pois se o de Coimbra durou mais de hum anno, que razãõ ha para que não durasse muitos mezes o de Celorico? Eu ao menos fundado nesta conjectura, que tenho por mayor do que parece à primeira vista; tenho por falsa a Escriitura de Toledo, e entendo que o seu Author se anticipou demasiadamente em querer premiar a fidelidade dos naturaes de Celorico.

210 Ainda não está satisfeito de todo este primeiro argumento, porque ainda senão deo a resposta ao que allega a seu favor o nosso Primaz D. Rodrigo da Cunha, fundando a sua opiniaõ de ter sido D. Mecia Lopes de Haro Rainha de Portugal, no que escreve o P. Fr. Antonio de Yepes na *Chronica geral de S. Bento Centur. 6. cap. 7. pag. 234. vers. e 235.* Neste lugar diz este Author que a Capella da Cruz, que se ve no Mosteiro de Santa Maria de Naxera, foy fundada pela Rainha D. Mecia, e não pela Rainha

A Rainha D. Urraca. 177

Rainha D. Urraca , primeira mulher de D. Fernando II. Rey de Leão, como em algum tempo se imaginou (assim o entendeo Garibay na *Historia de Hespanha tom. 2. liv. 12. cap. 23. no fim*) e nella diz que fora sepultada a dita D. Mecia, e que no Archivo do melino Mosteiro se conserva huma Escritura, feita por D. Diogo Lopes de Salzedo, irmão da dita Rainha (aonde tambem se ve o seu testamento) por onde mandou instituir seis Capellas, tres para Monges, e outras tres para Clerigos Seculares. Nada do que este Author affirma, convence o contrario do que sigo, porque eu não nego que D. Mecia se intitulasse Rainha de Portugal, o que nego he, que de facto o fosse, e que tivesse neste Reyno o exercicio da dignidade Real, como se verá melhor na resposta ao terceiro argumento, em que mostrarey como se podia chamar Rainha, sem que na realidade o fosse.

211 Agora acrescento, que se o Mestre Yepes estava tão bem informado de D. Mecia Lopes de Haro ser Rainha de Portugal, como o estava de seus pays, pouco credito se deve dar ao seu testemunho. E a razão he, porque este Chronista diz no lugar citado na pag. 235. col. 1. deste modo: *Esta Reyna doña Maria* (ha de ser Mecia) *de Portugal, aunque fuè hija de don Lope Dias de Haro, però nò lo fuè de doña Urraca Alfonso, hija del Rey de Leon, sinò de otra Señora llamada doña Toda de Santa Gadea, en quien tuvo don Lope a esta Reyna, y a don Lope Dias de Haro Obispo de Cigüenza, y a don Diego Lopes de Salcedo, y ellos como mas propinquos, y hermanos de padre, y madre, se quizeron honrar con la Reyna de Portugal, y nò estaban enterrados en los Claustros, como los mas Haros, sinò en la Capilla de Santa Cruz en unos Sepulcros cabe su hermana.*

212 He para admirar a segurança, com que o Padre Yepes diz estas palavras, em que affirma como verdade, o que certamente he falso, porque primeiramente diz este Author, que a mãy de D. Mecia Lopes de Haro foy D. Toda de Santa Gadea, negando que o fora D. Urraca Alfonso. Pois enganouse, porque se D. Lopo Dias de Haro

178 *A Rainha D. Urraca.*

casou com D. Toda de Santa Gadea, de que não consta, he certo que D. Mecia, e seu filho herdeiro dos seus Estados, e outros muitos, tiverão por mãy a D. Urraca Affonso, como o mostra com evidencia D. Luiz de Salazar e Castro no tom. 4. da *Casa de Lara*, aonde na pag. 12. traz a quitação, que D. Urraca, e seus filhos deraõ à Ordem de Santiago de huma quantidade de dinheiro, que seu marido D. Lopo Dias lhe havia prestado, e he tirada do original do Archivo de Uclés, e começa assim: *Conoscuda cosa sea a los que son, è an por venir cuemo yò Doña Urraca Alfonso en sembla con mios hijos Don Diago Lopes, e D. Alvar Peres, e Doña Mencía, e Don Alfonso Lopes, y Don Lop, y D. Fernando, y D. Manrique &c.* Daqui se ve o engano do Padre Yepes, e o como escreveo sem fundamento, que não D. Urraca Affonso, mas D. Toda de Santa Gadea fora a mãy de D. Mecia Lopes de Haro. Ainda he mayor o segundo erro do mesmo Author quando afirma, que D. Diogo Lopes de Salcedo era irmão de pay, e de mãy de D. Mecia, porque a verdade he que foy filho bastardo de D. Lopo Dias de Haro, como se póde ver em D. Luiz de Salazar e Castro no *Indice das glorias da Casa Farnese* pag. 564. n. 12. E em genealogias de Hespanha he para todos de tanto pezo, e de tanta authoridade o testemunho de D. Luiz, que será muito difficuloso deixar de seguir a sua opinião, porque vejo que a não costuma fundar em discursos fantasticos, nem ideados pela ambição dos interessados, mas em Escrituras dotaes, testamentos, cartas de partilhas, e outros documentos, que são humanamente irrefragaveis. Não he o meu animo impugnar ao Padre Yepes, mas quero mostrar o como se enganou, dando a D. Mecia outra mãy diferente da que teve, e em lhe dar por irmão de padre, y madre hum filho bastardo de D. Lopo, e que o fundamento, com que a faz Rainha de Portugal, não convence que o fosse de facto, como consta do que tenho dito, e adiante direy.

213 Ao segundo, e terceiro argumento se responde, que bem se podia intitular D. Mecia Lopes de Haro Rainha

A Rainha D. Urraca. 179

nha de Portugal, sem que o fosse na realidade, mas só pela esperança de o ser. Eu não duvido, que a fama da fermosura de D. Mecia fosse a causa de se inclinar a vontade del-Rey D. Sancho a recebella por mulher, mas nego que esta vontade tivesse a sua devida execução. Entendo que os Validos do nosso Rey tratarão o casamento, e que se celebrarão os esponsaes, e que em virtude delles se começaria a intitular Rainha de Portugal. Poderá ser que se pretendesse a dispensa do parentesco, e que ou negada, ou suspensa com a perturbação geral da Republica Portuguesa, ficasse o casamento sem effeito. Semelhante caso a este se viu já em Hespanha, quando ElRey D. Affonso XI. celebrou os despoñorios com D. Constança Manoel, filha de D. João Manoel em Valhadolid a 28. de Novembro de 1325. porque desde aquelle anno até o de 1327. diz Colmenares na *Historia de Segovia cap. 24. §. 8. no fim*, que em todos os privilegios firmava ElRey deste modo: *ElRey Don Alonso regnante en uno con la Reyna D. Constança mi muger*, e com tudo nunca se effeitvou o casamento, porque alguns annos depois no de 1339. foy esta Senhora a primeira mulher do Infante D. Pedro, que com o nome de primeiro foy Rey de Portugal, e assim como ElRey D. Affonso dava o titulo de Rainha a quem não era ainda sua mulher, tambem D. Mecia ficaria conservando a Real denominação, que não chegou a ter na realidade.

214 Ao quarto argumento, que he o do Padre Odorico Raynaldo, parece mais difficil a resposta, pela authoridade de tão conhecido Escriitor: mas como a verdade deve prevalecer a todo o humano respeito, digo que não merece mayor estimação este argumento, do que os passados. Fundase o Padre Raynaldo no Padre Mariana, de quem sabemos que escreveu neste particular sem aquelle exame, que era preciso, e ainda o mesmo texto do Padre Mariana o entende tão mal o Padre Raynaldo, que não diz hum o que o outro transcreve, pois attribue a ElRey D. Sancho, o que era proprio do Conde de Bolonha, como logo se verá. Diz o Padre Raynaldo que o Infante D.

M ij Affonso

Affonso differa ao Pontifice, que seu irmão estava casado com huma Senhora, que não podia ser sua legitima mulher, por se lhes não haver dispensado o parentesco, que entre ambos havia, e que o Pontifice commettera o exame desta materia a dous Prelados Castelhanos, para que achando ser verdadeira a noticia, fizessem a separação. Como não podemos ver o Breve Pontificio, de que consta esta commissão, suspendemos o juizo, pois as Bullas de Innocencio IV. como affirma Chacon nas vidas dos Papas *tom. 2. pag. 103. col. 1.* se conservaõ no Vaticano em cinco volumes, de sorte que a sua vista nos he quasi impossivel pela distancia, e por falta de quem queira tomar o trabalho de fielmente a copiar. Que o Infante Conde de Bolonha fosse o instrumento desta denunciação (supposto que o Padre Raynaldo o accusa de seamente ambicioso: *Qui obscuris artibus ad regnum nitebatur*, além de ser ponto totalmente ignorado pelos Chronistas Portuguezes, pois não sey de hum só, que tal escrevesse, o que não merece reparo pelo muito de que não tiveraõ noticia) parece indigno de credito, porque não havia razão para que huma pessoa tão grande usasse de meyois tão indecentes, como fazerse accusador falso de seu irmão, especialmente quando as queixas contra o seu governo eraõ tantas, e tão graves, que lhe facilitavaõ o caminho aos seus intentos, sem que com affronta propria concorresse para hum fim, que naturalmente se seguia.

215 Escreve Raynaldo a commissão do Pontifice, e sem nos dizer o seu effeito, nem o exame, e diligencia, que se fez por aquelles Prelados, diz que o Pontifice declarara por nullo o casamento de D. Sancho, com D. Mecia, *cujus nuptias Pontificem damnasse vidimus*, e parece muita noticia para tão poucos documentos. Se o Padre Raynaldo imprimira aquella Bulla do Pontifice, assim como imprimio outras de igual, ou de menor importancia, e se nos differa o que resultou da commissão, que por ella se deo aos Bispos Castelhanos, foubemos a verdade deste facto, e veriamos os fundamentos da sua historia; mas como nada disto

A Rainha D. Urraca. 181

disto fez, dá occasião para que argumentando de hum caso para outro caso se possa dizer, que leo sem toda aquella attenção, que era necessaria; e a razão he, porque concluindo com as dependencias politicas delRey D. Sancho, diz deste modo no num. 72. *Agit de his Mariana, qui Lusitaniæ proceres contendisse ab Innocencio ait ut Sanctius regno pelleretur: sed tantum obtinuisse ut Alphonsus Sancti nomine dum viveret rempublicam gubernaret: addit Alphonsum, qui Mathildem in Gallia Bononiæ Comitem uxorem duxerat, pontificiâ auctoritate, ac procerum ecclesiasticorum studiis fretum continuo levi conatu rempublicam capessivisse: Sanctium vero cum populos certatim in fratrem inclinare, atque ad ejus obsequia procumbere videret, fugam corripuisse, demumque ad Ferdinandum Castellæ Regem se recepisse. Inde Mentia repudiata, quæ ipsi eam calamitatem pepererat, & cujus nuptias Pontificem damnassee vidimus, Castellani filiam uxorem duxisse, ac pollicitum Lusitaniæ beneficiario jure, si in regnum restitueretur, Castellæ submissurum: verum ejus conatus Alphonsus frater diligentia sua elusit, e em vulgar.* Trata disto Mariana, o qual diz que os Grandes de Portugal pretendião, que o Papa despojasse do Reyno a ElRey D. Sancho; mas que só conseguirão que D. Affonso administrasse o governo da Republica em nome de seu irmão D. Sancho, em quanto vivesse. Acrescenta o mesmo Mariana que D. Affonso, que tinha casado com Mathilde, Condessa de Bolonha em França, fiado na authoridade do Papa, e nas diligencias dos Prelados Ecclesiasticos do Reyno, tomara logo posse da Republica, sem difficuldade, e que vendo D. Sancho que os povos, como à competencia obedecião a seu irmão, fugira, e se valera de D. Fernando Rey de Castella. Repudiada depois D. Mecia, que havia sido a causa do seu infortunio, e cujo casamento annullou, como vimos, o Pontifice, casou com hum filha delRey de Castella, a quem promettera como agradecimento ao beneficio da restituição ao Reyno, de lhe sojeitar Portugal, mas seu irmão D. Affonso com a sua diligencia lhe impedio o fim das suas pretensoens.

182 *A Rainha D. Urraca.*

216 Agora para se ver o como este Author confundi o que escreveo o Padre Mariana, darey as suas palavras formaes, tiradas do cap. 4. do liv. 13. da *Historia de Hespanha*, aonde diz o seguinte: *Hinc tamen novae contentiones natae sunt, quae Castellae Reges Ferdinandum, & Alfonsum implicarunt. Sancium enim Regem primum in Calaeciam abiisse memorant: deinde cum restitutio tentata parum procederet, Toletum ad Alfonsum Regem, qui Ferdinando patri successerat, profugisse: ejus armis quo minus restitueretur, Alfonsi Lusitani diligentia effecit: cum priore uxore abdicatâ Alfonsi Regis filiam ex impari matre Beatricem se ducturum polliceretur, regnumque vecligale, ut fuerat olim, futurum.* O que traduzido em Portuguez vem a ser; que daqui se originaraõ novas contendas, em que se interessaraõ os Reys de Castella D. Fernando, e D. Affonso; porque dizem que D. Sancho se retirara logo para Galliza, e que vendo que a restituicão ao throno, que intentava, lhe não succedia prosperamente, fugira para Toledo, aonde tinha a Corte ElRey D. Affonso, que havia succedido a seu pay D. Fernando; mas a diligencia de seu irmão D. Affonso Regente de Portugal fez, que as suas armas o não podessem restituir, porque repudiando a primeira mulher, prometteo casar com D. Brites, filha bastarda delRey D. Affonso, e que lhe faria o Reyno tributario, como antigamente o fora.

217 Confira o prudente, e desapaixonado leitor o que escreve Raynaldo, e o que diz Mariana, sendo deste a authoridade, em que aquelle se funda, e verá que Raynaldo affirma de D. Sancho, o que Mariana diz de seu irmão D. Affonso, porque he certo que D. Sancho nunca contrahio matrimonio com filha de Rey de Castella, e he certo que D. Affonso sem respeito ao casamento com Mathilde, Condessa proprietaria de Bolonha, escandalosamente a repudiou para tomar por esposa a D. Brites, filha illegitima de D. Affonso, depois o decimo deste nome na Monarchia Castelhana. E se eu vejo tão viciada a intelligencia de humas palavras do Padre Mariana, que todos
podme

A Rainha D.Urraca. 183

podem ver, pois corre impresso, que temeridade pôde ser julgar a mesma confusão no que se conserva manuscrito? Isto não he desejo de notar, mas he desculpar a este Author, cuja memoria não he muito que se equivocasse, opprimida com a grande copia de noticias, que lhe eraõ necessarias para a composição dos seus Annaes.

218 Não duvido que ao Papa se lhe dissesse, que D. Sancho estava casado com D. Mecia Lopes de Haro, mas de se lhe dar esta informação, não se segue precisamente que fosse certa. Se soubéramos o que informaraõ os Bispos Hespanhocs, poderamos colligir a verdade da sua informação; mas se a não sabemos, como havemos de discorrer? Dirseha que he certo o casamento? Não, porque contra esta resolução citaõ as razoens, que se tem dado, e a serie das Escrituras do Reynado daquelle Principe, de que não apparece huma verdadeira, em que se veja nomeada a Rainha D. Mecia, como era o costume que se usava com as Rainhas daquelle idade.

219 Confirma mais o pensamento de que esta informação foy tão falsa, como o foy muita parte de outras, que naquella occasião se deraõ, de que logo se fallará, ver que na Bulla de Innocencio IV. em que admoestou a El-Rey D. Sancho para a emenda dos seus descuidos, que foy passada aos 13. das Calendas de Abril do segundo anno do seu Pontificado, que he aos 20. de Março de 1244. se não encontre huma só palavra deste casamento delRey, dizendo-se nella que muitos os contrahiaõ em grao prohibido: *Matrimonia contrahere in gradu prohibito*; e como he crível que estando ElRey casado, como se disse, se lhe não fizesse cargo desta culpa, e que lhe não dissesse o Pontifice, que à sua imitação se faziaõ estes illicitos casamentos? Mas quero que quando se expedio esta Bulla, ainda o Pontifice não soubesse do casamento deste Principe com D. Mecia, sem a dispensa necessaria; pela contextura do Padre Raynaldo, a esta Bulla se seguiu accusar o Conde de Bolonha a seu irmão de estar casado com parenta, sem que fosse dispensado o impedimento da consanguinidade. No-

184 *A Rainha D. Urraca.*

tavel, e mysterioso segredo! pois accusando todo hum Reyno ao seu Principe não só dos descuidos proprios, mas tambem das insolencias, que consentia aos seus vassallos, não foubessem em Portugal os procuradores da sua desgraça, que estava nullamente casado, e que só o foubesse seu irmão D. Affonso, que havia muitos annos vivia em França! A esta noticia se seguiu commetter o Papa o seu exame ao Arcebispo de Compostella, e ao Bispo de Astorga. Se fora verdadeira a informação, na Bulla, por onde o Pontifice o depoz, precisamente se lhe havia de dizer a nullidade do casamento, porque supposto que não era elle o primeiro, que assim estivesse casado, e supposto que este delicto não era o que o fazia reo da deposição do throno, porque muitos Reys casaraõ sem dispensa, e foraõ separados, sem que fossem depostos, com tudo entre a tempestade de crimes, de que foy accusado, e que se fizeraõ publicos na Bulla da sua deposição, não era de pouca importancia o saberse, que tambem o seu casamento dera occasião, a que outros com o seu exemplo os contrahissem em grao igualmente prohibido, que senão allegasse como hum das causas, que fizeraõ dar Regente para remediar as repetidas desordens da Republica, o que se verá mais claro na copia das duas Bullas, que para satisfação dos curiosos darey em Latim, e em vulgar no fim deste discurso.

220. Naquelle tempo como os povos não podiaõ já soffrer as insolencias de alguns Validos delRey D. Sancho, tudo se disse para se arruinar o Principe, que era a causa de tão graves perturbaçoens, como as que se padeceraõ em Portugal. Humas cousas se provariaõ, outras não, mas como o precipicio era irremediavel, bastava a certeza de humas para se darem as outras por certas. A prova deste juizo he moralmente infallivel, porque os factos mostraõ sinceramente, que não era tão grande a impiedade dos Portuguezes, como na Bulla *Grandi* se suppoem. Nella se diz que as Igrejas, e Conventos estavaõ escandalosamente convertidos em usos não só profanos, mas sacrilegos: *Equorum stabulis, & prostibulis quarumlibet personarum vi-*

lunt

lunt

lunt

A Rainha D. Urraca. 185

lium deputatis, e não consente a verdade, que este encarceramento se confirme com o meu silencio. Entre as muitas acçoens de piedade delRey D. Sancho II. de que são agradecidas testemunhas as Ordens Militares, a que fez generosas doaçõens das terras, que pessoal, e valerosamente ganhou aos Mouros, sabemos que no anno de 1239. se fez Padroeiro do Convento de S. Domingos do Porto, e que no de 1242. começou a fundação do de S. Domingos de Lisboa. Se a Republica Portugueza se achara tão universalmente corrupta em materias de devoção no Reynado de D. Sancho II. como se affirmã, não era possível, que no anno de 1224. se fundasse o Convento de S. Francisco de Evora por D. Fernando de Moraes, Commendador de Montemôr, no de 1232. o de S. Francisco de Leiria, no de 1233. o de S. Francisco do Porto, no de 1235. o de S. Francisco da Covilhãa, no de 1236. o de S. Francisco da Guarda, no de 1238. o de S. Domingos do Porto, no de 1239. o de S. Francisco de Estremoz, e no de 1242. o de S. Francisco de Santarem, como se pôde ver nos Chronistas Dominico, e Francisco, Sousa, e Esperança nos primeiros tomos das suas *Historias particulares das Provincias de Portugal*. A muitas destas fundaçõens occultou a falta de memorias os nomes de seus devotissimos Fundadores; mas bem se sabe, que obras tão grandes não podiaõ fahir senão de pessoas, ou illustres pelo sangue, ou poderosas pela fazenda; e de qualquer destes dous modos que seja, bem se ve que havia homens em Portugal, em cujos peitos ardia o zelo da Religião Christãa, pois dispendiaõ thesouros em fabricas sagradas, e não he justo que a culpa de alguns se diffunda por todos, como se fosse a original.

221. Foy accusado D. Sancho, de que as terras conquistadas aos Mouros tornavaõ outra vez ao jugo Sarraçeno, e o que neste Principe se lhe attribue a descuido, succedeo em outros Reynados, que nunca foraõ murmurados de remissos, de cujos exemplos não farey repetição, por muy vulgares na nossa Historia; mas o tempo não dava lugar a dissimulação alguma, nem a se dizer senão o que

186 *A Rainha D. Urraca.*

que fosse ruína do Soberano. Das mesmas guerras procedia a liberdade, que se experimenta nas campanhas, aonde muitas vezes o que menos lembra, he o respeito aos Ecclesiasticos, porque as licenças militares são muy largas, mas o tempo não pezava com justiça, que faz muitas vezes o temor dos Generaes, que não saiba o Principe as suas desordens. E quem ignora que as violencias executadas contra as Igrejas, e seus Ministros não começaram no governo deste Principe, mas que já as havia em tempo de seu pay D. Affonso II. e que ainda continuaraõ no de seu irmão D. Affonso III. ? E tó nelle foraõ tão infosfriveis, que se vio deposto, sendo ellas as mesmas, que não mereceraõ nos outros tão severa demonstração? Tudo conspirou para a desgraça deste Rey, pois até os mesmos Embaixadores, que mandou ao Concilio para defenderem a sua causa, se fizeraõ se não procuradores, ao menos parciaes da sua deposição. Concorreo finalmente querer o Pontifice privar do Imperio, como privou pela Bulla de 17. de Julho de 1245. ao Emperador Federico II. inimigo declarado da Santa Sé Apostolica, e para justificar a razão, com que o despojava da Purpura Imperial, padeceo o nosso Rey D. Sancho a mesma injuria, porque deste modo se justificava hum castigo com outro castigo, pois se não perdoava a culpas incomparavelmente menores.

222 Em conclusão o que entendo he, que D. Mecia Lopes de Haro nunca foy Rainha de Portugal, porque nunca foy mulher legitima delRey D. Sancho II. Esperaria selo quando emendasse o matrimonio a cegueira do amor, a que não deraõ lugar as desordens, que á sombra do seu valimento se commeteraõ. Não se pôde negar que nos ultimos annos do seu Reinado se conheceo na pessoa do nosso Rey D. Sancho alguma frouxidão, que senão conheceo nos principios do seu governo; e que ao mesmo passo, que D. Mecia era Senhora da sua vontade, abusasse do respeito, que sempre lhe devia, e que na esperança de ser Rainha tomasse antes de tempo este titulo, unida a vaidade propria com o descuido, e pusillanimidade de quem devendo-

lho

A Rainha D. Urraca. 187

Iho evitar, Iho consentiria, porque a ser verdadeira Rainha, he mais que moralmente impossivel, que attento, e observado o ceremonial daquella idade, senão ache o seu nome em alguma das muitas Escrituras do Reinado daquele Principe, em que não ha vicio, nem sospeita de falsidade.

Bulla do Papa Innocencio IV. em que exhorta a El Rey D. Sancho II. de Portugal, para que emende as desordens do seu governo.

Illustri Regi Portugallie.

223 **I**Nter alia desiderabilia cordis nostri salutem fidelium, quorum regimini, licet immeriti, Deo præsumus disponente, principaliter affectantes grandi gaudio exultamus in Domino, cum ea nobis de ipsis fidelibus referuntur, per quæ suarum profectus provenire dignoscitur animarum: & vehementi dolore turbamur, si nos illa de eis audire contingat, quæ ipsis, & aliis pravo exemplo salutis afferunt detrimentum: unde tanto letitia maiori replebimur, si cultui virtutum insists studeas te ante oculos reddere divine maiestatis acceptum, quanto plures ex hoc, & a malo retrahere, & ad exercitium bonitatis inducere comprobabis. Sanè non sine gravi turbatione mentis audivimus, quod post clamores, & querelas multiplices prælatorum, & aliorum regni Portugallie contra te super conculcatione libertatis ecclesiasticæ, aliisque oppressiombus ecclesiarum ejusdem regni depositas, & admonitiones frequentes tibi propter hoc à Rom. Pontificibus nostris prædecessoribus; & provisiones super iis à felicitis recordationis Gregorio Papa prædecessore nostro inter te, & quosdam ex prælatis ipsis, ac promissiones à te in hac parte super articulis certis factas; tu circa malefactorum ipsius regni audaciam reprimendam sic negligens inveniris, quod in eodem regno bona tam ecclesiastica, quam mundana per raptores, prædones, invasores, incendiarios publicos,

188 *A Rainha D.Urraca.*

blicos, sacrilegos, & detestabiles homicidas, abbatum videlicet, Priorum, & aliorum religiosorum, & clericorum secularium, ac laicorum occisores deperire propter secularis defectum iustitiæ dignoscitur.

224 Unde quia sic in regno à quibuslibet tuis subditis impune delinquitur, barones, aliique ipsius regni nobiles, & ignobiles, sumpto ex hoc delinquendi ausu, matrimonia contrahere in gradu prohibito, bona ecclesiastica recipere, ac alia quamplura mala, olim à bonæ memoriæ Sabinensi Episcopo tunc in partibus illis Apostolicæ Sedis legato sub anathematis interminatione prohibita, committere non verentur: & tam ipsi, quam plures alii de regno præfato diversarum excommunicationum innodati laqueis, per devia desperationis errantes, in contemptum clavium divinis se officiis, irreverenter ingerunt, & ecclesiasticis Sacramentis; ac in subversionem catholicæ fidei plures eorum de ipsius articulis auctoritates tam novi, quam veteris testamenti temere, non sine fermento pravitatis hæreticæ, in suarum, & aliorum animarum periculum exponendo, te dissimulante, non metuent disputare: & nonnulli de regno ipso ecclesiarum, & monasteriorum patroni, & alii asserentes se patronos, cum non sint, locorum ipsorum, & ab eis illigitimè geniti in bonis dictarum ecclesiarum, & eorundem monasteriorum crudeliter debacchantes, ecclesias ipsas, & monasteria ipsa ad tantam inopiam redegerunt, quod eis nequeantibus proprios sustentare ministros; quinimo aliquibus ex ipsis servitorum solatio destitutis, & aliorum claustris, refectoriis, cæterisque officinis, equorum stabulis, & prostibulis quarumlibet personarum vilium deputatis; divini nominis, & religionis cultus exinde penitus est sublatus, bonis illorum omnibus in direptionem expositis, & prædam.

225 Cæterum castra, villas, possessiones, & alia jura regalia deperire permittens personarum tam ecclesiasticarum, quam secularium, nobilium, & ignobilium occisiones nefarias, dum religioni non parcitur, nec sexui, vel ætati; rapinas, incestus, raptusque monialium & secularium mulierum, rusticorum & clericorum, ac negotiatorum tormenta
gravia,

A Rainha D. Urraca. 189

gravia, quæ ipsis à nonnullis regni præfati pro extorquenda ab ipsis pecunia infliguntur; ecclesiarum & cæmeteriorum violationes & incendia, fractiones treugarum, & alia enormia, quæ à tibi subiectis libere committuntur, scienter toleras: quin potius tot tantisque malis, dum ea præteris impunita, consentire videris. & pandis aditum ad peiora. Terras insuper & alia Christianorum bona in confinio Sarracenorum posita non defendens, ea infidelibus occupanda relinquis. Et licet à supradictis prælatis, ut ad corrigenda præmissa pluraque alia nefanda, quorum cænosa narratio fastidium generaret, ardentem, ut teneris, assurgeres, monitus fueris diligenter; tu tamen eorum monitionibus obauditis, id hæcenus efficere neglexisti.

226 Nos igitur eidem regno super tam miserabili statu paterno condolentes affectu, & cupientes ipsum à tot respirare angustiis, totque oppressionibus relevari, serenitatem regiam monemus, rogamus, & hortamur attente in remissionem tibi peccaminum injungentes, quatenus prudenter considerans, quod si omnipotens Dominus tuam super iis negligentiam ad tempus fortè sustineat, postremo tamen si in te ac tuis contemnas errata corrigere, illam & hinc impunitam non deseret, & in futuro nihilominus ulciscetur gravius; sic ad corrigenda præmissa solerter, & ferventer exurgas; ut culpas subditorum tuas per reprobabilem patientiam non efficias: sed in te ac ipsis proberis odire malitiam, & diligere bonitatem; & de persona tua grata de cætero auctore Domino audiamus. Quod si forte, quod non credimus, fueris circa hæc corrigenda remissus, nequaquam tolerare Sedes Apostolica poterit: quin super iis ad salutem tuam, dictique regni commodè remedium adhibeat opportunum: & nihilominus venerabilibus fratribus nostris Portugallensi & Coimbriensi episcopis, ac dilecto filio Priori fratrum Prædicatorum Coimbriensium literis injungimus, ut te ad id monentes, & efficaciter intendentes, qualiter super hoc faciendum duxeris, & de ipsorum circa te in hac parte processu, nos in concilio à nobis proximo celebrando certificare procurent. Dat. Lugduni XIII. Kal. Apr. anno II.

Tra-

190 *A Rainha D. Urraca.*

Traducção desta Bulla, que foy copiada com a mesma Orthographia, com que a traz impressa o Padre Odorico Raynaldo no tom. 13. dos Annaes Ecclesiasticos da impressão de Colonia Agrippina de 1693. pag. 536.n. 6.

AO ILLUSTRE REY DE PORTUGAL.

227 **E**Ntre as muitas cousas, que deseja o nosso coração estimando principalmente a salvação dos fieis, a cujo governo, ainda que sem merecimento por divina disposição presidimos, com grande alvoroço nos alegramos no Senhor, quando se nos diz dos mesmos fieis o por onde se conhece o aproveitamento das suas almas, e com vehemente dor nos affligimos, se nos succede ouvir delles, o que a elles mesmos, e a outros causa pelo mau exemplo o detrimento da sua salvação; donde nasce que tanto nos encherémos de mayor alegria, se insistindo na cultura das virtudes procurares fazervos aceito nos olhos da Magestade divina, quanto mostrares, que apartais a muitos do mal, e os encaminhaes ao exercicio da bondade. Na verdade não sem grande perturbação da nossa alma temos ouvido, que depois dos repetidos clamores, e queixas dos Prelados, e de outras pessoas do Reyno de Portugal, que contra vós derao sobre o desprezo da liberdade Ecclesiastica, e outras oppressões do mesmo Reyno, e depois das frequentes admoestaçoens, que sobre isto vos foraõ feitas pelos Romanos Pontifices nossos predecessores, e depois da providencia, que sobre isto deo o nosso Predecessor o Papa Gregorio de feliz recordação entre vós, e alguns dos mesmos Prelados, e depois das promessas, que fizeltes nesta parte acerca de alguns artigos, sois tão negligente em reprimir o atrevimento dos malfeitos de esse Reyno, que nelle mesmo se vé que por falta de justiça secular perecem os bens tanto Ecclesiasticos, como seculares por mãos de ladroens, roubadores, incendiarios publicos, e sacrilegos, e detestaveis homicidas de Abbades, de Priorres,

A Rainha D. Urraca. 191

res, e de outros Religiosos, e matadores de Clerigos seculares, e de leigos.

228 Donde vem que porque deste modo peccaõ nesse Reyno alguns dos vossos vassallos sem castigo, não receaõ os Grandes do mesmo Reyno, e outros Nobres, e ainda alguns, que o não são, tomando daqui a liberdade de delinquir, de contrahir matrimonios em grao prohibido, fazerem-se Senhores dos bens ecclesiasticos, e commeterem outras culpas já prohibidas em outro tempo sobpena de excommunhaõ pelo Bispo Sabinense de boa memoria Legado entrão da Sé Apostolica nessas partes: e assim os mesmos, e outros muitos do sobredito Reyno prezos com os laços de diferentes excomunhoens, andando pelos errados caminhos da desesperaçaõ em desprezo da Igreja assistem irreverentemente aos Officios divinos, e Sacramentos ecclesiasticos, e muitos delles, dissimulando-o vós, em ruina da fé Catholica, dos seus mesmos artigos interpretando temerariamente as autoridades tanto do novo, como do antigo Testamento, não sem sospeita de heretica pravidade não temem disputar com perigo das suas almas, e das alheas; e nesse Reyno alguns Padroeiros de Igrejas, e Mosteiros, e outros, que dizem que são Padroeiros, não offendo, e seus filhos illegitimos, enfurecendose cruelmente contra os bens das sobreditas Igrejas, e Mosteiros, reduzirão essas Igrejas, e Mosteiros a tal pobreza, que não podendo sustentar os que lhes eraõ necessarios para os seus ministerios, alguns delles se virão destituídos de quem os pudessem servir, e convertidos os claustros de outros, os Refeitórios, e as mais officinas em estribarias, e prostibulos de muitas pessoas viz, totalmente se acabou o culto do Nome divino, e da sua Religiaõ, expostos todos os seus bens à preza, e ao roubo.

229 Permittindo além disto que se percaõ os Castellos, os lugares, as fazendas, e outros direitos reaes, sabendo todas estas cousas sofreis as insolentes mortes de pessoas assim Ecclesiasticas, como seculares, de nobres, e das que o não são, não se perdoando à Religiaõ, nem ao
sexo,

192 *A Rainha D. Urraca.*

sexo, nem à idade, havendo roubos, incestos, e raptos de mulheres religiosas, e seculares, violencias graves de rusticos, de Clerigos, e de mercadores, que lhes são feitas por alguns do vosso Reyno, só a fim de lhes tomarem o dinheiro; violações, e incendios de Igrejas, e Cemiterios, infracção de treguas, e outras enormes culpas, que pelos vossos vassallos livremente se commettem: os quaes delictos sendo tão exorbitantes, como os deixaes sem castigo, parece que os consentis, e que dais faculdade para outros peyores. Além disto não defendendo as terras, e bens dos Christãos, que ficão nas rayas dos Mouros, as deixais occupar pelos infieis. E ainda que pelos ditos Prelados fostes cuidadosamente advirtido para que acudisseis com zelo, como erais obrigado a emendar as culpas sobreditas, e outras, cuja torpe relação causaria fastio, vós ouvidas suas admoestaçoens até agora desprezastes fazello.

230 Por tanto Nós condoendonos com affecto paternal do miseravel estado desse Reyno, e desejando que respire de tantos trabalhos, e que se alivie de tantas oppressões, admoestamos, rogamos, e exhortamos com toda a attenção a vossa Real Serenidade, impondo-vos em remissão de vossos peccados, que considerando prudentemente, que se acaso o Senhor omnipotente soffrer até certo tempo o vosso descuido no que vos tenho dito, desprezando finalmente emendar em vós, e nos vossos vassallos estas culpas, não deixará sem castigo a vossa negligencia neste mundo, e a castigará no outro com mayor severidade, de sorte que vigilante, e fervorosamente trateis da emenda, não fazendo vossas as culpas dos vossos vassallos por hum pccaminosa paciencia, mas mostrando que assim em vós, como nelles aborreceis a malicia, e amais a bondade, para que ao diante ouçamos com o favor de Deos da vossa pessoa, o que nos he agradavel. E se acaso, o que não cremos, fores remisso, e descuidado na emenda, do que vos temos advirtido, a Sé Apostolica de nenhum modo o poderá consentir, sem que commodamente dé o remedio opportuno a estas culpas para vossa salvação, e conveniencia do dito

A Rainha D. Urraca. 193

dito Reyno: e por nossas letras mandamos aos nossos Veneraveis Irmãos os Bispos do Porto, e de Coimbra, e ao amado filho o Prior dos Frades Prégadores de Coimbra que admoestando-vos sobre estas materias, e tendo vigilancia com attenção, e efficacia na emenda nos procurem informar com certeza no proximo Concilio, que havemos de celebrar assim do que tendes feito em ordem ao remedio, como do seu cuidado delles nesta parte. Dada em Leão de França aos 13. das Calendas de Abril no segundo anno do nosso Pontificado, que he aos 20. de Março de 1244.

Bulla da deposição del'Rey D. Sancho II. de Portugal, copiada com a mesma Ortographia, com que a traz o Annalista Odorico Raynaldo no dito volume a pag. 547. n. 68.

Baronibus ; communitatibus , conciliis tam civitatum, quam castrorum & aliorum locorum , ac universis militibus & populis per Regnum Portugallie constitutis.

231 **G**randi non immerito exaltamus in Domino gaudio, cum Christianae professionis regna sic salubri diriguntur statu, quod Ecclesiae, ac alia loca cultui, & obsequio deputata divinis, & personae ecclesiasticae, caterique fideles ipsorum pacis tranquillitate laetantur, fides in eis catholica maiori continue robore convalescit, servatur inibi iustitia, & audacia cunctis ibidem interdicitur delinquendi. Vehementi autem dolore turbamur, si quando regna ipsa, quod absit, procurante humani generis inimico scinduntur discordiis, circa fidei cultum remisso devotionis ardore tepescunt, iustitiam negligunt & in se ipsis permittunt illicita perpetrari. Unde multa solitudine magnoque studio procurare nos convenit, ut Christianorum regna quae in statu
N sunt

sunt incommutabiliter in illo regantur, & quæ periculose ruere dignoscuntur, reformatione laudabili reparentur. Sane cum charissimus in Christo filius noster Portugallie Rex illustris a pueritia sua, claræ memoriæ patre suo viam universæ carnis ingresso, regni Portugallie gubernatione suscepta, ecclesias & monasteria existentia in eodem, pravo usus consilio, in gravem dei offensam, & conculcationem ecclesiasticæ libertatis; multimodis exactionibus & oppressionibus per se suosque immaniter afflixisset, & ab aliis pro ipsorum libito libere permisisset affligi; tandem quibusdam ecclesiarum prælatis ejusdem regni apud Romanos Pontifices prædecessores nostros querelas multiplices super iis deponentibus contra eum felicitis recordationis Gregorius Papa prædecessor noster; post hujusmodi querelas & admonitiones frequentes, Regi propter hoc factas eidem, & expectationes diutinas; nec non & interdicti, ac excommunicationis sententias ob ipsius contumaciam in eum, & præfatum regnum auctoritate apostolica promulgatas, diuque observatas ibidem; super certis prædictæ libertatis articulis, & quibusdam aliis ab eo & suis in posterum observandis & satisfactione impendenda monasteriis & ecclesiis, & damnis ac injuriis per ipsum & suos irrogatis eisdem, ac ipsorum defensione; duxit salubriter providendum, & ritis executoribus, qui eum ad hoc ecclesiastica censura compellerent, deputatis. Sed idem receptis apostolicarum provisionum literis, licet promiserit per suas patentes literas, quod articulos contentos in earumdem provisionum literis observaret, & faceret a suis subditis observari; postmodum tamen non solum præfatis monasteriis, & ecclesiis de præmissis damnis & injuriis satisfacere, vel ea defensare neglexit; sed etiam, ut accepimus, ecclesias, & monasteria ipsa per se suosque portarios meyrinos collectis procurationibus, & exacti omnibus indebitis intolerabiliter aggravavit. & aggravat incessanter: ac circa malefactorum regni ejusdem insolentiam reprimendam sic negligens invenitur, quod in eodem regno bona tam ecclesiastica, quam mundana per raptores, prædones, invasores, incendiarios, publicos sacrilegos, & detestabiles homicidas; abbatum

vide-

A Rainha D. Urraca. 195

videlicet, Priorum, & aliorum religiosorum, & clericorum, secularium, ac laicorum etiam occisores deperire propter secularis defectum justitiæ dignoscuntur.

232 Unde quia sic in eodem regno a quibuscumque subditis impune delinquitur, barones alique ipsius regni nobiles & ignobiles, sumpto ex hoc delinquendi ausu, matrimonia contrahere in gradu prohibito, bona ecclesiastica rapere; ac alia quamplura mala olim a bone memoriæ Sabinensi episcopo, tunc in partibus illis Apostolicæ sedis legato, sub anathematis interminatione prohibita committere non verentur: & tam ipsi quam plures alii de regno præfato diversarum excommunicationum inmodati laqueis per devia desperationis errantes, in contemptum clavium divinis se officiis irreverenter ingerunt & ecclesiasticis sacramentis: ac in subversionem catholicæ fidei plures eorum de ipsius articulis auctoritates tam novi, quam veteris testamenti temere, non sine fermento pravitatis hæreticæ, in suarum, & aliarum animarum periculum exponendo, eo dissimulante non metuunt disputare: & nonnulli de regno ipso ecclesiarum & monasteriorum patroni, ac alii asserentes esse patronos, cum non sint, locorum ipsorum, & ab eis illegitime geniti in bonis dictarum ecclesiarum & eorundem monasteriorum crudeliter debacchantes ecclesias ipsas & monasteria eadem ad tantam inopiam redegerunt, quod eis nequeuntibus proprios sustentare ministros; quinimo aliquibus ex ipsis servitorum solatio destitutis, & aliorum claustris, refectoriis, cæterisque officinis, equorum stabulis, & prostibulis quarumlibet personarum villium deputatis; divini nominis & religionis cultus exinde penitus est sublati, bonis illorum omnibus in direptionem expositis, & in prædam.

233 Cæterum castra, villas, possessiones, & alia jura regalia idem Rex propter ipsius desidiam sui que cordis imbecillitatem deperire permittens; ac passim & illicite malignorum acquiescens consiliis alienans, personarum tam ecclesiasticarum quam secularium nobilium & ignobilium occisiones nefarias, dum religioni non parcitur, nec sexui vel ætati, rapinas, incestus, raptusque monialium & secularium

196 *A Rainha D. Urraca.*

mulierum; rusticorum ac negotiatorum tormenta gravia, quæ ipsis a nonnullis regni prædicti pro extorquenda ab ipsis pecunia infliguntur: ecclesiarum & cæmeteriorum violaciones, & incendia, fractiones treugarum, & alia enormia, quæ a sibi subiectis libere committuntur, scienter tolerat: quin potius tot tantisque malis, dum ea præterit impunita, consentire videtur, & pandit aditum ad peiora. Terras insuper & alia Christianorum bona in confinio Sarracenorum posita non defendens, ea infidelibus devastanda, seu etiam occupanda ex animi pusillanimitate relinquit. Et licet a supradictis Prælatiis, ut ad corrigenda præmissa, pluraque alia nefanda, quorum seriosa narratio fastidium generaret, ardentem, ut tenetur, assurgeret, monitus fuerit diligenter; idem tamen, eorum monitionibus obauditis, id efficere non curavit. Propter quod episcoporum, abbatum, Priorum, & aliorum tam religiosorum, quam secularium regni ejusdem conquestionibus, & clamorosis insinuationibus excitati, Regem ipsum per nostras literas, ut præmissa corrigeret, rogandum duximus attentius & hortandum; venerabilibus fratribus nostris Colimbriensi, ac Portugallensi episcopis, & Priori prædicto Colimbriensi nihilominus injungentes per alias literas; ut eum ad hoc ex parte nostra monentes attente, & efficaciter inducentes, qualiter super hoc faciendum duceret, & de ipsorum circa eum in hac parte processu, nos in concilio certificare curarent.

234 Cum igitur per dictos Colimbriensem, & Portugallensem; ejusdem concilii tempore, apud sedem Apostolicam constitutos, ac ipsorum & dicti Prioris literis, quod præfatum Regem super iis diligenter monuerint; & tam per eosdem, quam per alios fidedignos, nec non multorum virorum ecclesiasticorum, communitatum, barorum, militum, ac etiam nobilium dominorum literas, quod præmissa nullatenus emendantur, sed potius de die in diem graviora propter ejus desidiam, & negligentiam præsumuntur; quodque in subversionem regni præfati vassalli ejusdem Regis, congregata multitudine armatorum, castra ipsius noviter expugnare, omniaque occurrentia invadere, devastare, prædari, & alia mala,

A Rainha D.Urraca. 197

mala, & hæc ex torpore nimio tolerante, committere divino timore post habito non formidant, nobis satis liquido innotescat; cupientes regnum ipsum tot tribulationum aduersitate depressum; maxime cum sit Rom. Ecclesiæ censuale, alicujus prudentis & providi diligentia & industria relevari; universitatem vestram de fratrum nostrorum consilio monemus, rogamus, & hortamur attente, per apostolica vobis scripta districte præcipiendo mandantes, in remissionem vobis vestrorum peccaminum injungendo, quatenus dilectum filium nobilem virum comitem Boloniensem præfati Regis fratrem de devotione, probitate, ac circumspeditione multipliciter commendatum; qui eidem Regi, si absque legitimo decederet filio, juri regni succederet; quique ex innata dilectionis affectu, quo vos & prædictum regnum prosequitur, magnanimitate ac potentia sibi plurimum suffragantibus regnum ipsum reformaturum firma credulitate speratur; præsertim cum ad curam & administrationem generalem & liberam regni ejusdem non minus pro sæpe dicti Regis, quam ipsius regni utilitate, si provide attendatur, ac ad defensionem ecclesiarum, monasteriorum, aliorumque piorum locorum regni præfati & personarum ecclesiasticarum, tam religiosarum, quam secularium, nec non viduarum, orphanorum, & cæterorum ibidem degentium, ac deperditorum inibi recuperationi salubriter in domino confidimus, sit assumptus; cum ad vos accesserit, fidelitate homagio juramento, seu pacto, si aliquibus forte præfato Regi, vel cuicumque alii personæ tenemini, aut etiam Regis prohibitionem, dummodo personam ejus & vitam ac legitimi sui filii, si aliquem ipsum habere contigerit, fideliter conservetis, debitum ei exhibentibus honorem, nequaquam obstantibus; in civitatibus, castris, villis, & munitionibus regni prædicti, cum omnibus suis recipere, ac ejus depositioni (a copia que traz Brandaõ no Appendix do tom. 4 da Mon. Lusit. Escritura 23. diz mais certo, ac ejus dispositioni, ordinationi) & mandatis universaliter singuli, & singulariter universi per omnia, & in omnibus intendere absque difficultate qualibet procuretis; impendentes sibi contra quoslibet repugnantes, ac etiam volentes

198 *A Rainha D.Urraca.*

(violentos diz Brandaõ) consilium, auxilium, & favorem; de redditibus, proventibus, omnibusque saepe fati regni juribus sine diminutione aliqua plenarie respondendo, ut de illis dicto Regi, secundum quod suam decet excellentiam, & sibi ac suis & præfati regni necessitatibus pro temporum, ac negotiorum emergentium qualitate valeat providere. Alioquin venerabili fratri nostro Bracarensi archiepiscopo, & episcopo Colimbriensi damus nostris literis in præceptis, ut vos ad id monitione præmissa, per censuras ecclesiasticas appellatione remota compellat. Per hoc autem non intendimus memorato Regi, vel ipsius legitimo filio, si quem habuerit, prædictum regnum adimere; sed potius sibi & eidem regno destructioni exposito a vobis ipsis in vita ejusdem Regis per solitudinem, & prudentiam comitis consulere supradicti. Dat. Lugduni IX. Kal. Aug. anno tertio.

Traducção desta Bulla.

Aos Grandes, Comunidades, Concelhos assim das Cidades, como dos Castellos, e de outros lugares, e a todos os Soldados, e povos do Reyno de Portugal.

236 **N** Aõ sem razãõ nos alegramos no Senhor com grande gosto, quando os Reynos Christãos se administraõ com taõ saudavel governo, que as Igrejas, e os outros lugares deputados para o culto, e obsequio divino, e as pessoas ecclesiasticas, e os mais fieis se alegrãõ com o descanso da sua paz, quando a fé Catholica se fortifica nelles continuamente com mayor vigor, quando se guarda a justiça, e quando se tira a todos a occasiãõ de peccar. Mas tambem nos perturbamos com vehemente dor, quando os mesmos Reynos (o que Deos não permitta) procurando-o o inimigo do genero humano, se dividem em discordias, quando para o culto da fé se mostraõ mais remissos no ardor da devoçaõ, quando desprezaõ a justi-

A Rainha D. Urraca. 199

justiça, e quando dentro de si mesmos permitem que se faça o que he illicito. Donde nos convem procurar com grande cuidado, e com grande estudo que os Reynos dos Christãos, que actualmente existem, incommutavelmente se governem no Senhor, e os que perigosamente parece que se vão arruinando, com huma louvavel reforma se reparem. Na verdade como o nosso muito amado em Christo filho o illustre Rey de Portugal desde a sua puericia, morto seu pay de clara memoria, tomado o governo do Reyno de Portugal, usando de mau conselho em grave offensa de Deos, e desprezo da liberdade ecclesiastica molestou cruelmente as Igrejas, e os Mosteiros fundados no mesmo Reyno com muitos tributos, e oppressões, e livremente permittio que fossem molestados por outros à sua vontade, até que alguns Prelâdos das Igrejas do mesmo Reyno queixandose muitas vezes aos Romanos Pontifices nossos Predecessores, nosso Predecessor o Papa Gregorio de feliz recordação, depois das ditas queixas, e frequentes admoestações feitas a ElRey por esta causa, e depois das largas esperas, que se lhe deraõ, e depois das sentenças de interdito, e excommunhão promulgadas com autoridade apostolica contra elle, e o sobredito Reyno, que muito tempo se observaraõ sobre certos artigos da sobredita liberdade, e alguns outros, que por elle, e pelos seus vassallos ao diante se haviaõ de observar, e sobre a satisfação, que se havia de dar aos Mosteiros, e Igrejas, e aos danos, e injurias, que por elle, e pelos seus vassallos se lhes haviaõ feito, e tambem sobre a sua defensão, entendendo que era necessario darlhe saudavelmente remedio, deputando para isso certos executores, que o obrigassem a fazello assim com censuras ecclesiasticas. Mas o mesmo Rey recebidas as letras das provisões apostolicas, ainda que prometteo por suas cartas, que observaria os artigos contidos nas letras das mesmas provisões, e os faria observar pelos seus vassallos; com tudo depois não só desprezou satisfazer aos sobreditos Mosteiros, e Igrejas os danos, e injurias recebidas, e defendellos de outros, mas

tambem, como ouvimos, intoleravelmente aggravou, e incessantemente aggrava as mesmas Igrejas, e Mosteiros por si, e pelos seus Ministros com execuçoens não devidas; e de tal sorte se acha descuidado em reprimir a insolencia dos malfeitores do mesmo Reyno, que nelle os bens assim ecclesiasticos, como seculares por falta de justiça temporal são destruidos por ladroens, roubadores, incendiarios publicos, sacrilegos, e detestaveis homicidas de Abades, de Priores, e de outros Religiosos, e Clerigos seculares, e ainda matadores de leigos.

237 Donde vem que porque deste modo peccaõ no mesmo Reyno alguns dos seus vassallos sem castigo, não receaõ os Grandes do dito Reyno, e outros Nobres, e ainda alguns que o não são, tomando daqui a liberdade de delinquir, de contrahir matrimonios em grao prohibido, fazeremse senhores dos bens ecclesiasticos, e commetterem outras culpas já prohibidas em outro tempo sobpena de excommunhaõ pelo Bispo Sabinense de boa memoria, Legado entaõ da Sé Apostolica nessas partes; e assim os mesmos, e outros muitos do sobredito Reyno prezos com os laços de diferentes excommunhoens, andando pelos errados caminhos da desesperaçã, em desprezo da Igreja assistem irreverentemente aos Officios divinos, e Sacramentos Ecclesiasticos, e muitos delles, dissimulando-o elle, em ruina da fé Catholica, dos seus mesmos artigos interpretando temerariamente as authoridades tanto do novo, como do antigo Testamento, não sem sospeita de heretica pravidade não temem disputar com perigo das suas almas, e das alheyas; e nesse Reyno alguns Padroeiros de Igrejas, e Mosteiros, e outros, que dizem serem Padroeiros, não o sendo, e seus filhos illegitimos enfurecendose cruelmente contra os bens das sobreditas Igrejas, e Mosteiros, reduzirã essas Igrejas, e Mosteiros a tal pobreza, que não podendo sustentar os que lhes eraõ necessarios para os seus ministerios, alguns delles se viraõ destituidos de quem os pudesse servir; e convertidos os claustros de outros, os Refeitórios, e as mais officinas em estribarias, e prostibulos de

A Rainha D. Urraca. 201

de muitas pessoas viz , totalmente se acabou o culto do Nome divino, e da sua Religião , expostos todos os seus bens à preza, e ao roubo.

238 Além disto deixando perder o mesmo Rey pela sua frouxidão, e pusillaniedade de coração os castellos, os lugares, e outros direitos reaes, e alienando-os frequente, e illicitamente por conselho de maos homens , sabendo tudo isto sofre as insolentes mortes de pessoas assim ecclesiasticas, como seculares, de nobres, e dos que o não são, não se perdoando à Religião , nem ao sexo, nem à idade, havendo roubos, incestos, e raptos de mulheres religiosas, e seculares; violencias graves de rusticos, e mercadores, que lhes são feitas por alguns do sobredito Reyno só a fim de lhes tomarem o seu dinheiro; violaçoens, e incendios de Igrejas, e Cemiterios, infracçoens de treguas, e outras enormes culpas, que os seus vassallos livremente commettem; nos quaes delictos, sendo tantos, e tão grandes, como os deixa sem castigo, parece que consente, e que lhe dá occasião para outros peyores. Além do que não defendendo as terras, nem os bens dos Christãos, que ficam nas rayas dos Mouros, pela sua pusillaniedade as deixa para que ou os infieis as destruaão, ou as tomem. E ainda que pelos ditos Prelados foy cuidadosamente advertido, para que acudisse com zelo, como era obrigado a emendar as culpas sobreditas, e outras muitas, cuja dilatada narração causaria fastio, elle com tudo ouvidas as suas admoestaçoens, não tratou de o fazer. Pelo que advirtidos Nós pelas queixas, e sentidas insinuaçoens dos Bispos, Abbades, Prioros, e de outros, assim religiosos, como seculares do mesmo Reyno, entendemos que era necessario pedir, e attentamente exhortar ao mesmo Rey por nossas letras para que emendasse o sobredito, encomendando além disto por outras letras aos nossos Veneraveis Irmãos os Bispos de Coimbra, e do Porto, e ao sobredito Prior de Coimbra, que admoestando-o com attenção, e exhortando-o com efficacia procurassem darnos conta no Concilio do modo, com que elle se havia, e do seu procedimento delles nesta parte.

Como

202 *A Rainha D. Urraca.*

239. Como pois a Nós nos conste com bastante clareza pelos ditos Bispos de Coimbra, e do Porto, que assistem na Curia no tempo do mesmo Concilio, e como nos conste das suas cartas delles, e do dito Prior, que sobre estas cousas diligentemente admoestaraõ ao sobredito Rey, e assim por elles mesmos, como por outros fidedignos, e tambem por cartas de muitas pessoas ecclesiasticas, de Comunidades, de Grandes, de Soldados, e de outros Senhores nobres, que as culpas sobreditas de nenhuma sorte se emendaõ, mas antes se esperaõ cada vez mayores pela sua frouxidaõ, e negligencia, pois para ruina do dito Reyno os vassallos do mesmo Rey juntando multidaõ de homens armados, desprezado o temor divino, não temem escalar novamente os seus Castellos, e commeter, destruir, e roubar tudo o que achão, e fazer outros insultos, que procedem do seu demasiado descuido; desejan-do Nós aliviar o mesmo Reyno opprimido com a adversidade de tantas tribulaçoens, especialmente sendo feudatario da Igreja Romana, pela diligencia, e industria de alguma pessoa prudente, e cuidadosa; a todos vós em commum por conselho de nossos Irmãos vos admoestamos, rogamos, e attentamente exhortamos, mandandovos precilamente pelas Bullas Apostolicas, e impondevos para remissaõ de vossos peccados, que do amado filho o nobre Varaõ o Conde de Bologonha irmão do sobredito Rey, muito recomendado pela sua devoçaõ, bondade, e circunspecçaõ, o qual pelo direito do Reyno havia de succeder ao mesmo Rey, se morresse sem filho legitimo, e que pelo affecto do amor natural, com que vos ama, e ao dito Reyno, sendo muito em seu favor a sua magnanimidade, e o seu valor, firmemente e espera que haja de reformar o mesmo Reyno: especialmente como para o cuidado, e administração livre, e geral do mesmo Reyno, e não menos para utilidade do Rey muitas vezes nomeado, e do mesmo Reyno, se bem se attender, e para defen-saõ das Igrejas, Mosteiros, e outros lugares pios do mesmo Reyno, e das pessoas ecclesiasticas assim religiosas, como seculares, e tambem das viuvas, orfãos, e
mais

A Rainha D. Urraca. 203

mais pessoas moradoras no dito Reyno, e da recuperação do que nelle se acha perdido, confiamos no Senhor, que favelmente o faça, seja assumpto ao governo. Quando chegar a esse Reyno, não obstante a fidelidade, homenagem, juramento, ou pacto, com que acaso estais obrigado ao dito Rey, ou a alguma outra pessoa, ou com alguma prohibição del Rey, com tanto que fielmente conserveis a sua pessoa, e a sua vida, e de seu filho legitimo, se por ventura o tiver, conservandolhe sempre a devida honra, procureis sem difficuldade alguma recebello com todos os seus nas Cidades, Castellos, povoaçoens, e lugares fortes do sobredito Reyno, e obedecerdes em tudo, e por tudo todos em comum, e cada hum em particular às suas disposições, ordens, e mandados, dandolhe conselho, soccorro, e favor contra os que repugnarem, ou fizerem violencia, assistindolhe inteiramente sem diminuição alguma com as rendas, utilidades, e todos os mais direitos do sobredito Reyno, para que delles possa acudir ao dito Rey, como o pede a sua Excelencia, e a si, e às necessidades dos seus, conforme a qualidade dos tempos, e dos negocios, que sobrevierem. De outra forte por nossas letras mandamos ao nosso Veneravel Irmão o Arcebispo de Braga, e ao Bispo de Coimbra, que vos obrigue ao fazeres assim, precedendo as admoestações com censuras ecclesiasticas, de que não haverá appellação. Não he porém nossa intenção tirar o Reyno ao dito Rey, nem a seu filho legitimo, se o tiver, mas antes queremos tratar d'elle, e do Reyno, que está arriscado a ser destruido, e de vós mesmos durante a vida do dito Rey com o cuidado, e prudencia do Conde. Dada em Leão aos nove das Calendas de Agosto no terceiro anno do nosso Pontificado, que he aos 24. de Julho de 1245.

240 Com estes fundamentos me parece que fica bastante convencida a falsidade deste pretendido casamento, e quando não convenção igualmente a todos, eu sigo o que julgo por mais certo, como modernamente o entendo tambem o doutissimo Ferreras no *tom. 6. da Historia de Hespanha*, no anno de 1248. n. 14.

O Infan.

P.

O Infante D. Affonso Conde de Bolonha não teve filhos de sua primeira mulher a Condesa Mathilde.

241 **S**E o Conde de Bolonha D. Affonso, Infante de Portugal, teve filhos de sua primeira mulher a Condesa Mathilde, he hum dos pontos, em que com mayor vigor se tem contendido, e disputado. Em quanto Portugal se conservou separado, nunca esta materia teve mais fundamento, do que a tradiçã pueril de alguns Historiadores, de quem se pôde dizer, que a escreverão para gastarem tempo, e papel com a sua narraçã, mas depois, que o imprudente valor delRey D. Sebastião condenou às masmorras de Africa no campo de Alcacere toda a gloria Portugueza, e depòis que a indisciplpavel irrefoluçã do Cardinal D. Henrique, que quasi na sepultura cingio a Coroa, deo lugar a que se occupasse o Throno Portuguez pela violencia das armas, e não pela desarmada força do Direito, entã he que começou a soar pelo mundo com mayor estrondo a injustiça, que ElRey D. Affonso III. uscu com os filhos, que houve de sua primeira mulher a Condesa Mathilde de Bolonha. Devião de imaginar os que suscitaraõ esta questã, que estabelecendo esta verdade, ficava Tyranno de Portugal ElRey D. Philippe II. de Castela, pois usurpava violentamente o Reyno, que por direito de sangue era da Rainha de França Catharina de Medices.

242 Deste parecer foy o Padre Fr. Joseph Teixeira, Religioso Dominico, companheiro fiel do Senhor D. Antonio, Prior do Crato, que desenganado de lhe ver segurar na cabeça a Coroa de Portugal pela maligna influencia da sua desgraça, quiz ao menos satisfazer a paixã do seu amor, mostrando ao mundo o seu zelo, e accusando com a penna

A Rainha D. Urraca. 205

a penna a injustiça, que tyrannizava o Sceptro Portuguez desde ElRey D. Diniz até o Cardeal Rey, e naquelle tempo novamente occupado pelas armas, e pelas promessas mal compridas de Philippe o Prudente.

243 Para fundar este principio em alguma apparencia de verdade, affirmou este Religioso, que o Infante D. Affonso tivera de sua mulher a Condesa Mathilde dous filhos, hum chamado Pedro, ou Fernando, que faleceo em Lisboa sendo ainda menino, e que está sepultado no Real Mosteiro de S. Domingos da meisma Cidade, erro que seguiu sem desculpa Estevão de Garibay no *cap. 20. do liv. 34.* e outro chamado Roberto, que por larga serie de geraçoens transfundio na Rainha Christianissima, sua nona netta, o direito da Coroa Portugueza, agora injustamente possuida.

244 Este delirio adiantou com muitas razoes, e conjecturas Pedro Belloy, Conselheiro, e depois Advogado do Parlamento de Tolosa em hum livro, cujo titulo he, *Declaration du droit de legitime succession sur le Royaume de Portugal appartenant a la Roynne mere du Roy Tres chrestien, impresso em Anvers no anno de 1582. em oitavo.* aonde no fim da pag. 14. faz grande esforço para justificar, que o seguir esta parte não he paixão de Francez, nem de amor ao seu Soberano, pois he confissão dos mesmos Hespanhoes, quaes são Teixeira, e Garibay, a quem toma por fundamentos desta mais loucura, que opiniação.

245 Viciaõ os dous irmãos Santas Marthas, que querendo confirmar este absurdo com a sua authoridade, que sem duvida he grande, e geralmente venerada, escreverão na *Genealogia da Casa Real de França no tom. 2. da edição de 4. de Paris do anno de 1619. a pag. 1501.* que o Conde de Bolonha D. Affonso tivera de sua mulher a Condesa Mathilde dous filhos, a saber, Pedro Principe de Portugal, que morreo moço, e Roberto de Portugal Conde de Bolonha, do qual fallando na pag. 1511. o faz ascendente da Rainha Catharina de Medices, que pretendendo pelo seu sangue a Coroa destes Reynos, mandou a elles por seu Deputado

putado Urbano de S. Gelazio, Bispo de Comingues, no anno de 1579. concluindo finalmente, que os Historiadores modernos Castelhanos todos eraõ de opiniaõ, que D. Affonso III. só da Rainha D. Brites tivera successão. Os mesmos Authores escrevendo no 1. volume da mesma *Genealogia* na pag. 92. o primeiro casamento da Condeffa Mathilde com Philippe o Crespo, filho de Philippe Augusto Rey de França, reprovaõ a opiniaõ dos que affirmaraõ, que além de Joanna, que casou com Gualter de Chastillon, Senhor de S. Aignan, tivera hum filho chamado Roberto, que lhe succedera no Condado, e dizendo como por morte de Philippe de França passara a Condeffa a segundas voadas com D. Affonso Infante de Portugal, não escrevem que tivesse delle descendencia, e desta variedade bem se pôde argumentar, que estes dous filhos foraõ gerados pelo odio a Castella, porque assim se persuadiaõ, que ficava irrefragavel a usurpação injustissima deste Reyno.

246 Porém os mesmos Santas Marthas na segunda impressaõ, que fizeraõ desta grande obra em folha no anno de 1648. se retrataraõ de taõ errada opiniaõ, escrevendo no cap. 12. do liv. 6. pag. 365. que pelo nullo casamento, que D. Affonso III. havia celebrado com D. Brites, filha del Rey de Castella, vivendo sua primeira mulher a Condeffa Mathilde, fulminara contra elle censuras a Santidade de Alexandre IV. mas que a rogos dos Prelados de Portugal fora absoluto dellas pelo Papa Urbano IV. por ser já falecida a Condeffa Mathilde no anno de 1262. sem haver tido filhos de seu segundo marido, que lhe sobrevivessem, ainda que alguns modernos sem fundamento bastante disseraõ, e affirmaraõ o contrario. As palavras formaes são as seguintes: *Mais apres le deces de Mahaud advenu en l' an mil deux cens soixante deux, sans avoir eu enfans du Prince de Portugal, qui l'eussent survesciie, com bien qu' aucuns modernes ayant, sans fondement vallable, escrit le contraire, Alfonso fut absouz a la priere des Prelats de Portugal, qui sur ce escrivirent au Pape Urbain IV.*

247 O Padre Anselmo, Religioso Descalço de Santo Agosti-

A Rainha D. Urraca. 207

Agostinho no 1. tom. da *Historia da Casa Real de França*, impresso em quarto em *Pariz* no anno de 1674. na pag. 488. fallando deites matrimonios da Condeffa Mathilde, não lhe dá filhos do segundo; e não deixa de persuadir este argumento aos que tem lição dos seus escritos, pela grande exacção, que nelles obſervou.

248 Manoel de Faria e Souſa tendo eſcrito no *Epitome das Historias Portuguezas part. 3. cap. 6.* que eſte Principe não tivera filhos de ſua primeira mulher, *Como muchos años despues se dixo con error, y con temeridad eſtos dias la adulacion, el interes, la vanidad contra la ſentencia de tantos hombres doctos, y diligentes, contra el teſtamento de la propria Condeſa Matilde, contra el examen hecho juridicamente quando la Reyna de Francia se opuso a la ſucceſſion, no tom. 2. da Europa Portugueza part. 2. cap. 1. n. 18.* ſeguiu a opinião contraria, tomando por fundamento a tradição deſte Reyno, authorizada já com a penna dos noſſos Eſcritores, e com outras razoens indignas por certo de huma critica tão ſevera, como elle affectou, pois ſem que entremos a examinar todos os principios da ſua retracção, que credito ſe deve dar a algũs dos noſſos Chroniſtas, ſe na mayor parte do que eſcreveraõ, os eſtã continuamente convencendo de falſos a ſolida verdade das Eſcrituras? Que ſe pôdem merecer humas tradiçoens, que não tem mais fundamento do que a credulidade de huns entendimentos, que no meſmo que crem, ſe deſacreditaõ? E ſe Manoel de Faria teve por indignidade ſeguir outras tradiçoens melhor fundadas, que achou neſta para a defender depois de a ter impugnado? Porém não culpemos a Manoel de Faria; porque a *Europa Portugueza* foy impreſſa muitos annos depois da ſua morte, e bem ſe ſabe, que nella lhe introduzio a liſonja algumas clauſulas, de que não era capaz a ſeveridade da ſua penna, e quando na realidade não haja vicio nos eſcritos deſte Author, não ſerá eſte o unico erro, de que ſe fez defenſor, ou padrinho.

249 Seguiuſe Manoel de Souſa Moreira no *Theatro Genealogico da Casa dos Souſas*, cujas memorias eſcreveo com

com elegancia tão alta, que se fora possível, igualara à grandeza do seu assumpto. Aqui se empenhou este discretissimo engenho em mostrar, como D. Affonso Diniz era filho do Infante Conde de Bolonha, e de sua mulher a Condessa Mathilde; e seguramente se póde dizer, que eraõ capazes as suas razoens de persuadir este erro, se a força da verdade não fora infinitamente mayor, do que a eloquencia de tão grande Panegyrista; e he digno de reparo, que nenhum dos Authores, que tenho visto, deo atégora o nome de Affonso a algum destes suppostos filhos da Condessa Mathilde, excepto Jacobo Guilherme Imhof no *Stemma Regium Lusitanicum* pag. 8. porque todos os que os dão, a hum chamaõ Pedro, ou Fernando, e ao outro Roberto, nomes, que tem pouca semelhança com o de Affonso. Porém o mesmo Imhof na sobredita obra, que imprimio em *Amsterdaõ no anno de 1708.* condemnou o parecer dos que disseraõ, que da Condessa Mathilde tivera dous filhos o Infante D. Affonso de Portugal com estas palavras na *Exegesi historica à primeira Taboa* pag. 8. *Epriore eaque legitima uxore natos illi fuisse filios duos perperam traditum est à quibusdam;* e sem duvida, que como de Author desapaixonado, e bem conhecido em Europa pela profissão da Genealogia, merece todo o credito a sua censura.

250 Este tambem foy o parecer daquelles Authores, que escreveraõ sem paixãõ. Tem o primeiro lugar pela sua antiguidade Joaõ du Tillet, senhor de la Bussiere, Prototario, e Secretario delRey no *Recueil des Roys de France, leurs Couronne, & maison*, impresso em folha em *Paris no anno de 1580.* aonde a pag. 97. fallando do Condado de Bolonha, e particularmente de Mathilde diz, que não tivera filhos de seu segundo marido por estas palavras: *Secondement icelle Mahauld fut mariee à monsieur Alphons, fils d' Alphons. II. du nô, roy, e de Wraque royne de Portugal, de luy n'eut enfans.* A mesma opiniaõ seguiu como verdadeira o exactissimo Fr. Christovão Butkens nos *Trofeos de Barbante* liv. 4. cap. 6. pag. 265., em que diz deste modo: *Renaud comte de Dammartin fils aîné de Alberic 2. espousa-*

A Rainha D. Urraca. 209

esposou Ide comtessa de Boulogne (seur de Mathilde femme de Henry I. Duc de Lothier, e Brabant) de la quelle il procrea une fille Mathilde Comtessa de Dammartin, e de Boulogne, mariè primierement a Philippe Comte de Clermont fil de Philippe Auguste Roy de France, & apres d' Alfons Roy de Portugal, qui delle n'eust aucune posterité; a qual verdade confesou modernamente Monsieur de la Neuville no tom. 1. da *Historia de Portugal* pag. 131. de sorte que os estrangeiros são algumas vezes melhores testemunhas, do que os mesmos Portuguezes, porque escreverão ou com mais liberdade, ou com menos paixão.

251 Quem sahio a campo a convencer esta impostura com grande copia de razoes, foy o Doutor Duarte Nunes de Leão, argumentando contra Frey Joseph Teixeira, que tinha dado por certa esta filiação. Bem sey que contra elle banharão as pennas em sangue o Doutor Fr. António Brandão, e Manoel de Sousa Moreira. No primeiro foy costume, no segundo respeito. O Doutor Brandão como frequentemente consta de seus escritos, tinha hum antigenio natural a Duarte Nunes, e com tudo como se vê da sua reposta no tom. 4. da *Mon. Lusit.* liv. 15. cap. 22. quando dá satisfação aos seus argumentos, não he tão vigorosa, como costuma ser em outras partes, pois confessa, que não pode provar a sua opiniação com Escrituras antigas, que são os fundamentos solidos de semelhantes controversias.

252 Isto he o que dizem os Authores, que com mayor empenho defenderão, e impugnarão huma, e outra opiniação: segue-se agora interpormos o nosso juizo, a que não fará sospeito, nem lisonja, nem respeito, nem obrigação, mas diremos o nosso parecer em obsequio de huma pura, e sincera verdade, que deve ser o fim de quem escreve.

253 Todo este facto se compoem de circumstancias, que a qualquer juizo prudente parecem fabulosas. Funda-se na tradição de que o tomaraõ os nossos Escriitores, sendo ella tão indigna de se seguir, como continuamente se está vendo nos documentos authenticos, e legaes, com que se despreza, accusa, e convence de falsa. Eu não me

queixo só dos primeiros, que a escreverão, queixome também dos que sem mais exame a seguirão, e dos que a defenderão, como se fora verdade. Diz pois a tradição, como referem estes Authores, que sabendo em França a Condesa Mathilde, que seu marido o Infante D. Affonso estava casado em Portugal com D. Brites, filha bastarda de D. Affonso X. Rey de Castella, levada da impaciencia de caso tão feyo, e doendolhe vivamente o desprezo da sua pessoa, e do seu amor, viera acompanhada de huma frota a este Reyno, e que chegando a Cascaes, soubera que o Infante estava em Friellas, e que por hums criados de grande estimação, e confiança, que comsigo trazia, lhe escrevera, representandolhe a indignissima acção, que usava com ella, e pedindolhe que desse satisfação ao justo escandalo de toda Europa. Diz mais a tradição, que o Infante sem fazer caso dos seus rogos, nem das suas justificadas representações, lhe respondera com aspereza tão pouco esperada, que desconfiando de conseguir o que pretendia, entre a dor, e a desesperação expuzera os dous filhos, que comsigo trazia, na foz do Tejo, donde teve principio o nome de *Cachopos*, que na nossa linguagem antiga he o mesmo, que *Meninos*, e que voltando outra vez para França, se valera do respeito de S. Luiz, que então reynava gloriosamente naquella Monarchia, para que a grande authoridade deste Principe fosse o remedio da sua injuria, o que não chegou a ter effeito; porque tudo malogrou a obstinação do nosso Principe, que mais attento aos seus interesses, do que à intercessão de hum Monarcha tão poderoso, deo occasião a que padecesse este Reyno o severo açoitado de hum interdito geral. Isto escreverão os nossos antigos Chronistas, que dizia a tradição, e se elles o crerão como ella o pintou, bem merecem as suas Historias o titulo de Novellas.

254 Que homem haverá prudente, que se resolva a crer, que huma Senhora de tão illustre sangue, como a Condesa Mathilde, que viuva de hum filho del Rey de França, se achava casada com hum filho del Rey de Portugal, havia de tomar a resolução de o vir buscar, sem que primei-

A Rainha D.Urraca. 211

ro se tivessem tratadas , e compostas as duvidas , que em todo este facto se suppoem? Não nego que são raros os effeitos , que no peito de huma mulher causa o amor sentido , e delconfiado , mas não he de crer , que a hum coração tão nobre chegasse a vileza de semelhantes paixoens. Quem se ha de persuadir , que se expuzesse aos perigos do mar hum Princeza nora de dous Reys , sem saber qual seria a conclusão da sua viagem? Não era possivel que fosse tão cega a sua paixão , que deixasse de considerar qual seria a sua afronta , se depois de pôr em execução semelhante jornada , não conseguisse o que desejava. Se a não fizesse , poderia entender o mundo , que se accommodava com a sua inconstancia , mas depois de intentada , feita , e malograda , não seria publica em todo o mundo a sua irrifação? Se a Condesa , como diz a tradição , sabia muito bem que seu marido era escandalosamente adultero , por estar casado com a filha delRey de Castella , he necessario , que a supponhamos tão louca , que se persuadia , que bastava chegar a Portugal para desfazer hum casamento , que tinha feito o interesse , e que tinha celebrado a dependencia. Se ElRey D. Affonso profanando o sagrado respeito do Matrimonio , ajultou o casamento com D. Brites , para interessar a seu favor a ElRey de Castella , e segurar-se com o seu poder no Throno , a que fazia vacilante o amor , e a fidelidade de muitos Portuguezes para com seu irmão ElRey D. Sanchinho retirado em Castella , como era possivel , que atropellasse todas estas conveniencias , e utilidades , só porque de Cascaes lhe escrevia a Friellas aquella mesma Princeza , contra cujo decoro tinha passado a segundas vodas? ElRey D. Affonso , como nos dizem as Historias , era naquelle tempo mais politico , que Christoão , e depois de commetter este absurdo , não o podia emendar sem que provocasse contra si a indignação do mesmo Principe , com quem se ligara pelo casamento da filha , e de quem se valera para a estabillidade da Coroa ; e todos sabem que para os Reys puramente politicos primeiro estão os interesses temporacs , que os da Religião.

O ij

Quem

212 *A Rainha D. Urraca.*

251 Quem ha de crer, que vendo a Condeffa peregrina frustrados todos aquelles meynos, que lhe pareceraõ proporcionados para o fim que pretendia, chegasse a tal excesso de desesperaçaõ, que sobre os rochedos, que occultos debaixo da agua são a fortificaçaõ, com que defende a natureza a barra de Lisboa, mandasse pôr, e deixasse ao desamparo os dous filhos, que trazia comfigo? Se o fez, para que accusassem a ingratitude de seu pay, tambem condemnavaõ ao mesmo tempo a crueldade de sua mãy, porque não eraõ complices do delicto alheyo. Sacrificar os filhos em obsequio da Patria foy fineza, e foy valor; sacrificarlos por victimas de semelhante paixã foy sonho desta tradiçaõ, não só errada, mas cruel. Se seu pay os não quiz receber por herdeiros da Coroa Portugueza; porque os não havia de levar a Condeffa Mathilde para successores do Condado de Bolonha? Não era razaõ, que perdessem tudo, quando podiaõ conservar huma parte.

252 Quem se não ha de rir vendo que escreveraõ huns homens, que se prezavaõ de eruditos, que desta acçaõ se derivou o nome de *Cachopos*, por se exporem naquelle lugar estes reos innocentes? Que mayor argumento da ignorancia desta nova tradiçaõ? Os *Cachopos* he huma corrupção da palavra Latina *Scopulus*, com que se explicãõ os baixos, que se fizeraõ infames no escandalo dos navegantes pelos naufragios, que causaraõ, e nunca se derivaraõ dos meninos, que nelles deixou o desconfiado amor da Condeffa Mathilde. Só huma circunstantia tem faltado a este conto de velhas, que foy o como se salvaraõ daquelle liquido patibulo. Não appareceo atégora algum compadecido pescador, que vendo-os em tão evidente perigo, os salvasse na sua moleta, ou no seu barco do alto: não se fingio atégora algum modo preternatural da sua liberdade; mas póde ser que brevemente say a luz algum pergaminho antigo, em que se ache este notavel caso, e com elle as mesmas cartas, que a Condeffa Mathilde escreveo de Cascaes a seu marido com os nomes, Patrias, e descendencias

A Rainha D. Urraca. 213

cias dos portadores, porque tudo se deve esperar, que descubra a curiosidade no segredo de algum cartorio. Mas em quanto se não formão estes, e outros documentos, vejamos com a possível evidencia como a Condesa Mathilde não teve filhos de seu segundo marido o Infante D. Affonso de Portugal.

253 He certo, que no Reynado delRey D. Sancho o Capello chegou a tão lastimoso estado a Monarchia Portugueza, que se resolveo D. João Egas, Arcebispo de Braga a pedir ao Pontifice, que naquelle tempo tinha a sua Cadeira em França, quizesse dar paternal providencia aos grandes damnos, que sem remedio se experimentavao neste Reyno, ou fosse por culpa do Principe, ou fosse por malicia de seus Ministros. Avisou a Santidade de Innocencio IV. a ElRey D. Sancho II. mas vendo que todas as admoestações erao inuteis, depoz do throno a este desgracado Soberano, e substituhio no seu lugar a seu irmao o Infante D. Affonso Conde de Bolonha. Foy passada a Bulla desta Real deposição (que anda inserta, ainda que não inteira, no *cap. Grandi de supplenda negligentia Prælatorum*) aos nove das Calendas de Agosto, que he aos 24. de Julho do anno de 1245. como se póde ver no *tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 14. cap. 25.* o que se confirma com o juramento, que o mesmo Principe deo em Pariz de governar o Reyno, que foy dado aos 8. dos Idus de Setembro, que he a sete do dito mez do mesmo anno de 1245. como se ve melhor na *Escritura 35. do Appendice do tom. 4. da Mon. Lusitana.* No fim deste anno já o Infante Regente se achava neste Reyno, como presume Brandaõ, e conta, que no mez de Fevereiro do anno seguinte confirmava à Cidade de Lisboa todos os seus fóros, e privilegios em satisfação da fidelidade, que mostrou no seu recebimento, e como premio da obediencia, com que se foygeitou aos Decretos Pontificios, a qual carta de confirmação se conserva em hum livro antigo da Camera de Lisboa, e transcreve Brandaõ no *lugar citado.* Até este tempo não teve a Condesa Mathilde filho algum do Infante D. Affonso seu marido, e para que a prova desta

O iij verda-

214 *A Rainha D. Urraca.*

verdade seja sem sospeita, a mesma Condeffa ha de ser a que justifique a sua esterilidade.

254 Deixando pois hum dos fundamentos, de que se valco o Doutor Duarte Nunes de Leão, que he a muita idade da Condeffa Mathilde, no que certamente se enganou com grande violencia da verdade, e deixando o Testamento da mesma Condeffa, que se guarda na Torre do Tombo, porque ainda que he hum grande argumento, quero dar outra prova, que me parece muito mais concludente, e à qual, sendo já dada por Duarte Nunes, nunca deraõ satisfação os que impugnaraõ os seus escritos, de cujo dissimulado silencio se infere a antipatia dehuns, e a lisonja de outros.

255 No anno de 1250. cinco depois da ausencia de seu marido, diz a Condeffa Mathilde em huma Escritura, que Joanna (a unica filha, que teve do primeiro marido) era a sua herdeira, *Joanna filia mea, & hæres*: dahi a seis annos no de 1255. confessa em outra Escritura, que sua filha Joanna já era falecida, *Joanne quondam filie meæ*. Pois se no espaço de onze annos, que tantos correm de 1245. até o de 1256. que affutio o Infante na Regencia de Portugal, diz a Condeffa que Joanna era a sua herdeira, filha do primeiro marido Filippe Conde de Clermont, e que já era defunta, como podia ella herdar os seus bens, se tivera filhos do segundo marido, como dizem os nossos? Digão agora os defensores desta opiniaõ, que tempo affinaõ para o nascimento de dous filhos, que lhe suppoem do Infante D. Afonso? Se os não houve quando estavaõ unidos, como os havia de haver, vivendo ella em França, e seu marido em Portugal? Nas Escrituras não pôde haver escrupulo bem fundado; porque são allegadas por João Nestor Author Francez, que no anno de 1564. imprimio em Pariz hum *Tratado da Genealogia da Rainha de França Catharina de Medices*, em cujo obsequio tomou depois mayores forças esta lisonja, quando no anno de 1579. mandou Embaixador a Lisboa, para sustentar o seu direito à successão desta Coroa.

256 Corrobora-se esta verdade, injustamente perseguida,

A Rainha D. Urraca. 215

guida com a authoridade de Francisco de Belleforest, nas *Addiçoens que fez a Nicolao de Gilles, e a Diniz Sauvage, impressas em Paris por Gabriel Buon no anno de 1573. aonde na pag. 445. vers. diz que por falecer Joanna filha da Condeffa Mathilde, sem deixar successão de seu marido Gualtier de Chastillon, se acabara a primeira linha desta Casa. São dignas de se lerem as suas palavras; porque depois de dizer, que Mattheus filho de Theodorico de Alsacia Conde de Flandres tirara a Maria, filha de Estevão Rey de Inglaterra, e de Mathilde Condeffa de Bolonha, do Convento, em que vivia Religiosa, para se casar com ella, como com effeito casou, e que supposto que este matrimonio se annullou, e ella se recolheu outra vez ao Convento, de que era professa, pelo temor das censuras, deixou duas filhas, que forão legitimadas, como consta de hum Aresto do Parlamento do anno de 1189. as quaes se chamaraõ Ida, e Mathilde, diz que Mathilde casou com Henrique Duque de Lorena (aliás de Brabante) e que Ida casara duas vezes, a primeira com Bertolpho Principe Alemaõ (este Author não devia de ter noticia do segundo matrimonio, de que logo se fará menção) e a segunda com Reynaldo de Dammartin, e que delle tivera a Mathilde Condeffa de Bolonha, e Dammartin, casada tambem duas vezes, hum com Filippe de França, filho segundo de Filippe Augusto, de que teve hum filha chamada Joanna de Bolonha, mulher que foy de Gualtier de Chastillon, que morreo sem successão, e a segunda com Affonso filho de Affonso II. a que este Author chama Rey de Castella, havendo de dizer de Portugal, conclue deste modo: *Mahauld eut de son premier mary une fille nommee Joanne la quelle fut donee pour espouse l' an mil deux cens trente six à Gualtier de Chastillon nepveu de Hugues de Chastillon Comte de Bloys le quel mourut au second uoiage, que feit le Roy saint Lois oultremer comme aussi bien tost apres Madame Jeanne de Boulogne sa femme trespassa sans hoirs, & finit cest e premiere ligne.* Estas são as palavras de Belleforest, das quaes se argumenta, que Mathilde de Condeffa de Bolonha não teve mais que hum filha, que*

216 *A Rainha D.Urraca.*

por não deixar descendencia de seu marido, levou à sepultura a primeira linha da Casa de Bolonha, como neta de Ida, filha mais velha de Maria Condeffa de Bolonha.

257 Este discurso declara melhor Luis Moreri no seu *Diccionario Historico*, aonde fallando do Condado de *Dammartin*, diz expressamente que a Condeffa Mathilde falecera sem descendencia tanto de hum, como de outro marido: *Renaud Comte de Dammartin qui prit alliance avec Ide Comtesse de Boulogne, dont il eut Mahaud, morte sans posterité de Philippe de France Comte de Clermont, & d'Alfonse III. Roy de Portugal.* E quando falla do Condado de Bolonha, não diz que tivesse successão do Infante D. Affonso de Portugal, o que não era possível, que deixasse de dizer, se os graves Authores a que se refere, e em cuja authoridade se funda, assim o affirmassem, sendo que como vimos com toda a distincção escreveo, que de nenhum dos maridos ficara successão à Condeffa Mathilde. Os Authores antigos, como Belleforest, Nestor, du Tillet, e outros, que escreverão quasi no Reynado del Rey D. Sebastião, como ainda não havia a pretensão à Coroa deste Reyno por parte da Rainha de França Catharina de Medices, escreverão a verda de sem lisonja; mas como depois entrou a ambição, e esta se havia de estabelecer em algum fundamento, que fosse capaz de se pretender com elle a herança de huma Monarchia; a que pôde ser que desse motivo a errada tradição de Portugal, idearão hum filho do Infante D. Affonso, havido na Condeffa Mathilde, cujo nome variarão de sorte, que não só entendo que este he hum grande argumento da sua falsidade, mas que no mesmo nome, que alguns lhe dão de Roberto, se fundou a pretendida successão.

258 Para o que se ha de saber que Roberto era sobrinho, e não filho da Condeffa Mathilde, o que claramente se prova com a seguinte genealogia. Mattheus filho de Theodorico Conde de Flandres, teve de sua mulher Maria Condeffa de Bolonha duas filhas, que forão Ida, e Mathilde. Ida, que era a herdeira por ser a mayor, casou a primeira

A Rainha D. Urraca. 217

meira vez com Gerardo Conde de Gueldres, e de Zuphten, que morreo sem filhos no anno de 1181. Casou segunda vez (e deste casamento não fez memoria Francisco de Belleforest, como já notei) com Bertholdo Duque Zerininghen, que faleceo no anno de 1187. sem deixar successão, e passando a terceiro matrimonio com Reynaldo Conde de Dammartim teve delle a Mathilde Condessa, que foy de Bolonha, que depois de ter de seu primeiro marido Filipe de França a Joanna, que não teve descendencia de Gualtier de Chastillon, com quem casou, passou a segundas vodas com o Infante de Portugal D. Affonso, de que não teve filhos, e por esta causa affirmou com verdade Belleforest, que se acabara a primeira linha da Casa, e Condado de Bolonha. Mathilde filha segunda de Mattheus de Flandres, e irmãa da Condessa Ida, casou com Henrique primeiro Duque de Brabante, de quem teve Henrique segundo Duque de Brabante, Maria mulher do Emperador Otto IV. e Aliza, que casou a primeira vez com Luiz Conde de Loz, que por morrer sem successão no anno de 1218. passou a segundo matrimonio com Guilherme oitavo Conde de Auvergne, da qual entre outros filhos teve a Roberto sexto, que veyo a ser Conde de Bolonha por sua mãy. De sorte, que Roberto ficava sendo sobrinho da Condessa Mathilde, por ser filho de Aliza sua prima com irmãa, e bem se ve, que intitularse Conde de Bolonha era sem duvida pelo direito, que tinha a esta Casa, pela falta de successão de sua tia a Condessa Mathilde, e daqui se prova, que disse bem o Doutor Duarte Nunes de Leão, quando disse que o herdeiro da Casa de Bolonha fora Roberto sobrinho da Condessa Mathilde, e não filho, como sonharaõ depois os inimigos da verdade.

259 Confirma-se ainda melhor o que temos dito com o que escrevem os Authores fallando deste Condado, pois dizem que Aliza vendose viuva de Guilherme Conde de Auvergne seu segundo marido, que faleceo no anno de 1248. casara terceira vez com Arnaldo senhor de Wefemale, e Marichal de Brabante em 1251. e que cedera a Henri-

218 *A Rainha D.Urraca.*

Henrique terceiro Duque de Brabante seu sobrinho o direito, que tinha ao Condado de Bolonha, como já no anno de 1258. lho havia cedido Maria sua irmã, mas que tudo finalmente se compuzera cedendose todos estes direitos, e prètensoens a seu filho Roberto sexto Conde de Auvergne, pelo preço de quarenta mil libras, a qual concordata se celebrou no anno de 1260. ou no principio do seguinte de 1261. e della faz memoria hum Aresto do Parlamento do anno de 1267. De todas estas controversias fazem menção os Irmãos Santas Marthas no *cap. 12. do liv. 6.* e Frey Christovão Butkens no *cap. 4. do liv. 4. dos Trofeos de Brabante pag. 205.*

260 Daqui se infere que este Roberto, herdeiro do Condado de Bolonha, era sobrinho da Condeffa Mathilde, e que de nenhum modo foy seu filho, e do Conde D. Affonso de Portugal, em cuja supposta filiação fundava a Rainha de França Catharina de Medices o direito, que dizia ter à Coroa Portugueza. E para que se veja o pouco fundamento, que havia nesta pretensão de Sua Magestade Christianissima, daremos aqui a ascendencia desta Princeza, da qual claramente constará, que não tinha sangue algum delRey D. Affonso III. de Portugal, por seu citavo avó Roberto sexto Conde de Auvergne, e de Bolonha, que era o motivo de se oppor com os mais pretendentes à successão da Monarchia Portugueza.

Mathilde Condeffa de Bolonha,
Estevão Rey de Inglaterra.

|

Maria Condeffa de Bolonha,
Mattheus de Flandres.

Ida de Bolonha,
Reynaldo Conde
de Dammartin
terceiro marido.

Mathilde de Bolonha
primeira mulher de
Henrique primeiro
Duque de Brabantè.

Mathilde

A Rainha D. Urraca. 219

Mathilde Condeſſa de
Bolonha, Philippe de
França, primeiro ma-
rido com geração.
D. Affonſo de Portu-
gal, ſegundo marido
ſem geração.

Henrique
II. Duque
de Bra-
bante.

Maria
mulher
de Otto
IV. Em-
perador.

Aliza de
Braban-
te, Gui-
lherme
8. Con-
de de Au-
vergne
ſegundo
marido.

Joanna de Bolonha.
Gualtier de Chaſtil-
lon, ſem geração.

Roberto ſexto Conde de Auverg-
ne, e de Bolonha. Leonor filha de
Guilherme Senhor de Baſſiè.

Roberto ſetimo filho ſegundo Conde
de Auvergne, e de Bolonha. Brites fi-
lha de Falcon Senhor de Montgaſcon.

Roberto oitavo Conde de Auverg-
ne, e de Bolonha. Maria de Flandres
ſegunda mulher, filha de Guilherme
Senhor de Tenremonda.

Godofredo de Auvergne, e de Bolo-
nha Barão de Montgaſcon. Joanna
ſegunda mulher, filha de Bernardo
Conde de Ventadour.

Maria Condeſſa de Auvergne, e de
Bolonha, Bertrando terceiro Senhor
de la Tour.

Bertrando quarto, primeiro Conde
de Auvergne, e de Bolonha, Senhor
de la Tour. Jacobina filha de Luiz
Senhor de Peſchin.

Per.

220 *A Rainha D. Urraca.*

1
Bertrando quinto, segundo Conde de Auvergne, e de Bolonha, Luiza de la Tremouille filha de Jorge Senhor de la Tremouille.

2
Joaõ Conde de Auvergne, e de Bolonha segundo marido, Joanna de Borbon filha de Joaõ segundo Conde de Vândoma.

3
Magdalena de la Tour, Lourenço de Medices Duque de Urbino.

4
Catharina de Medices Rainha de França.

261 Desta Genealogia consta claramente, que a Rainha Catharina de Medices não tinha sangue delRey D. Affonso III. de Portugal, e que o direito, com que pretendia a successão desta Coroa era affectado, e maliciosamente fundado na equivocação, que se fazia de Roberto sobrinho da Condeffa Mathilde, e do outro Roberto, que nunca houve, a quem suppunhaõ filho da mesma Condeffa, e de seu segundo marido o Infante de Portugal D. Affonso.

262 E dado caso, que taes filhos tivesse a Condeffa Mathilde, ainda que contra a razão, e contra a justiça prevalecessem para o Throno Portuguez os filhos delRey D. Affonso III. e de sua segunda mulher a Rainha D. Brites, porque não usariaõ de alguma demonstração extrinseca do seu direito, para conservarem nella a memoria do Reyno, que se lhes usurpou? Quem lhes podia impedir, que trouxessem insertas no seu escudo as Armas de Portugal, para fazerem lembrada deste modo a violencia, que padeciaõ? He certo que ninguem, porque tambem não se impedio, que os Reys de Sicilia se chamassem Reys de Jerusalem, de Corcega os de Aragaõ, de França os de Inglaterra, e outros

A Rainha D. Urraca. 221

tros muitos de Chipre, usando para este fim das Armas daquelles Reynos. Os Duques de Parma para mostrarem ao mundo (nullamente o pretendem, como em outra parte, dandome Deos vida, largamente mostrarey) que nelles está a melhor linha para a successão de Portugal, por descendentes da Princeza D. Maria, irmã da Senhora D. Catharina Duquesa de Bragança, filhas do Infante D. Duarte Duque de Guimaraens, e netas do felicissimo Rey D. Manoel, todos sabem, que as Quinas de Portugal adornaõ o centro do escudo das suas Armas. Assim vemos, que em Casas, que não tem aquella grandeza das Soberanas, se conserva ha muitos annos semelhante direito, como modernamente se vio na paz de Utreckt, a cujos Plenipotenciarios offereceo o Duque de la Tremouille dous Manifestos, em que declarava a sua pretensão à Coroa de Napoles, que andaõ impressos no 4. tomo dos *Tratados daquella paz*. Mas como os Condes de Bolonha, em quanto este Condaado se não incorporou na Coroa de França, não usaraõ em tempo algum, nem de titulo, nem de Armas de Portugal, para justificação de seu direito, falsamente se deraõ taes filhos à Condesa Mathilde, e a seu segundo marido D. Affonso Infante de Portugal.

263 Estabelecida pois a verdade desta conclusão, a que faz irrefragavel o testemunho das Escrituras allegadas por João Nestor, se deixa ver a injustiça, com que se pretendeo fazer a D. Affonso Diniz, filho legitimo do Conde de Bolonha D. Affonso, e de sua primeira mulher a Condesa Mathilde. Para se introduzir este erro na credulidade dos Leitores, se faz hum grande fundamento no modo, com que o Conde D. Pedro falla no seu *Nobiliario* de D. Affonso Diniz; porque depois de ter nomeado os filhos, que El-Rey D. Affonso III. teve da Rainha D. Brites, diz assim: *Houve mais a D. Affonso Diniz, e de Gança, D. Martin Affonso Chichorro, D. Leonor mulher do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, D. Urraca Affonso foy casada com D. João Mendes de Briteiros, e foy tambem mulher de Pedre Annes Gago.* Desta differença se quer argumentar, que este D. Affonso

222 *A Rainha D. Urraca.*

Affonso Diniz era filho legitimo do Infante Conde de Bionha, e de sua primeira mulher a Condesa Mathilde, o que se assim fora, não se podia negar huma dissimulação indignissima da verdade, pois além de lhe não dar a ordem do nascimento anterior aos mais, lhe occultava huma tão grande, e tão illustre mãy, como a Condesa Mathilde.

264 Porém este fundamento não merece attenção; porque he tirado do *Nobiliario do Conde D. Pedro* impresso em Roma no anno de 1641. o qual como observou Manoel de Faria e Sousa no *Excellent Prologo da traducção, que delle fez em Castelhana, e que imprimio em Madrid no anno de 1640.* he grande erro chamarlhe do Conde D. Pedro, *Porque el es (de la manera que oy se ve) de muchos, y no suyo solo; y por esso proprio affirmo no de versele credito alguno mas de en dos maneras. O en aquello, en que por la computacion de los tiempos constare ser escrito por el Conde; o en aquello, que por otros documentos se tuviere por infalible, aunque el no lo escribiesse; por quanto en este libro ay muchas cosas, que succedieron mucho despues de su fallecimiento (que fue antes del año de mil treientos y quarenta y siete) como facilmente lo experimentará el curioso.* E fazendo este mesmo Author hum Catalogo dos livros, que vio para escrever a sua historia, diz assim no principio do 1. tom. da *Asia*. 67. libro de linajes del Conde D. Pedro, hijo del Rey D. Dionis, aunque el proprio, y realmente suyo, que era breve, le tienen oy pocas personas; y el que corre es añadido, y aun viciado por muchas, y a que no se deve credito alguno en aquellas cosas (y son las más) que no constare son escritas por el Conde. D. Luiz de Salazar e Castro estranhando juntamente alguns defeitos, que se achão escritos no Conde D. Pedro, diz desta sorte no tom. 1. da *Casa de Lara* liv. 3. cap. 1. pag. 128. *Estas memorias de pecados de Princesas antiguas son summamente despreciables en el Conde Don Pedro, cuyo libro esta indignamente lleno de torpezas sensuales, quizá por culpa de los Copiadores, sin tener los padres respeto a los hijos, ni los hermanos a las hermanas.* Primeiro do que ambos havia já reparado nesta escandalosa

A Rainha D. Urraca. 223

lofa introdução o exactissimo Fr. Antonio Brandaõ, que conhecendo serem indignos de pessoa tão illustre, como era o Conde D. Pedro, aquelles termos, disse no tom. 4. da *Mon. Lusit.* liv. 14. cap. 31. as seguintes palavras: *O escreve tambem o Conde D. Pedro, mas devia de ser penada do Autor, que lhe acrescentou o seu nobiliario.* Como discipulo da severa doutrina de tão grande Mestre, declarou com mayor individuação esta verdade seu sobrinho o Doutor Fr. Francisco Brandaõ no tom. 5. da *Mon. Lusit.* liv. 17. cap. 5. aonde discorrendo como o Nobiliario do Conde D. Pedro fora copiado, e addicionado de sorte, que se confundio a pureza do que escreveo, com a malicia de quem o copiou, ou addicionou, diz deste modo: *Que esteja variado, e acrecentado o livro de que falamos, não pôde duvidarse, por muitas razoes que obrigaõ a confessallo assi, e são patentes a qualquer que tenha mediana lição delle. Principalmente se vê acrecentado, no que escreve da morte del Rey D. Affonso Quarto, a que não podia chegar o Conde Dom Pedro, que morreo antes delle quatro annos, no de mil trezentos e cincoenta e tres, que neste anno fez o Conde testamento, ou no de mil trezentos e cincoenta e quatro, como aponta o livro antigo dos obitos do mosteiro de Carquere, e a morte del Rey D. Affonso succedeo no anno de mil trezentos e cincoenta e sete: e assi mesmo mal podia o Conde falar de Gonçalo Mendes, que foy privado del Rey D. Pedro filho del Rey D. Affonso: hũa, e outra cousa foy acrecentada, e assi outras. Outra demonstração he de ser acrecentado este livro por pessoa differente no titulo trinta e cinco, que começa desta maneira: Diz o Conde Dom Pedro em seu livro &c. de maneira que o acrecentador cita ao Conde Dom Pedro, e o seu livro como cousa differente deste. Differente he não em todo, mas no modo da repartição dos titulos, e paragraphos, e em algumas crecências conservando o mais texto, em que induzio cousas indignas de se admittirem por do Conde, que será forçoso averiguar a seu tempo. A certeza que o acrecentador usou com o Conde, em lhe não usurpar todo o trabalho, deixou bem pencionada com os pontos que por esta*

via

224 *A Rainha D. Urraca.*

via lhe lançou às costas. E porque não pareça que só os modernos tiverão conhecimento destas addições feitas ao Nobiliario do Conde D. Pedro, se ha de advertir, que Pedro de Mariz, Author bem conhecido pelos Dialogos dos Reis de Portugal, que se imprimirão a primeira vez na Cidade de Coimbra em oitavo, em 1594. e que pelo seu merecimento chegou a ser Escrivão da Torre do Tombo, que he o Archivo Real da Coroa Portugueza, em hum Prologo q fez à Chronica delRey D. Affonso o IV. de Portugal, que escreveo o Chronista mór Ruy de Pina, e que se imprimio em Lisboa no anno de 1653. diz deste modo: *Quanto mais que alguns (erros) que se acharem no dito Conde D. Pedro, mais nasceriaõ daquelles que o tresladarão, que do mesmo Conde, porque já hoje não temos o seu proprio original, e não treslados d'elle, é até no que está nesta Torre do Tombo se achão algumas cousas que consta não serem ditas pelo dito Conde D. Pedro, por succederem depois d'elle morto, mas os que muito depois o tresladarão, lhas acrecentarão, como aqui pudera provar se este fora o seu lugar &c.* De todas estas authoridades se convence sem duvida que ao Nobiliario do Conde D. Pedro se fizeraõ addições, e que nellas se introduzio o que se não podia esperar de huma penna, que devemos crer que se tomou para honrar, e não para desacreditar. Não póde ser este livro, na fórma em que se publicou, do Conde D. Pedro; porque elle, como confessaõ as nossas Historias, foy hum Varão perfeito, e dotado de todas aquellas qualidades, que constituem hum homem verdadeiramente grande, e não dizem com ellas as repetidas injurias, e infamias, com que trata a muitas pessoas, das quaes se podia fallar sem aquellas indecencias. Quem não ve que não póde ser este livro, do modo que o vemos, do Conde D. Pedro? Nelle ha muitos erros, em que não he possível que cahisse hum homem, que pela grandeza da sua pessoa tinha obrigação de saber fundamentalmente o que escrevia. De muitos apontarey alguns.

265 Escreve o Conde D. Pedro o *Titulo 7.* e fallando em o *num. 1.* do Conde D. Henrique, diz que falecera em

A Rainha D. Urraca. 225

em Astorga, que era sua, e que vendo que chegava o termo da sua vida, mandara chamar a seu filho D. Affonso Henriques, ao qual encarregara muito a conservação das terras, que lhe deixava, que lhe advertira que a justiça, e o amor para com os seus Vassallos eraõ as virtudes mais importantes para o Throno; que lhe encomendara, que não consentisse vaidades, nem damnos publicos; que fizera chamar os de Astorga para que na sua presença o reconhecessem por Soberano, e finalmente que lhe differa que lhe acompanhasse o seu cadaver até fóra dos muros, e que logo outra vez se recolheisse à Cidade, por não arriscar a posse com a sua ausencia, porque bastava que alguns seus Vassallos o levassem à sepultura, que elegera em Braga. Toda esta pratica, que he hum composto de documentos dignissimos de hum Principe Christão, e politico, he falsa, e supposta, porque o Conde D. Pedro neste mesmo *Titulo 7. n. 2.* fallando del Rey D. Affonso Henriques diz, que vivera setenta e seis annos (que eraõ incompletos) e que morrera na era de 1223. que he o anno de Christo 1185. o que he sem duvida, como já se mostrou. Por estas contas naceo este Principe no anno de 1110. e falecendo seu pay o Conde D. Henrique no anno de 1112. como escreve Brandaõ no *tom. 3. da Mon. Lusit. liv. 8. cap. 29.* he necessario que confessemos, que estava o Conde D. Henrique fallando com hum menino, qual era seu filho, pois se achava na idade de dous annos e meyo. Bem se ve que não podia o Conde D. Pedro escrever semelhantes contradicções, e que estes additamentos se fizeraõ por algum fim, que não podemos descobrir.

266 Não he menor erro o affirmar, que sua quarta avó a Rainha D. Mafalda, mulher del Rey D. Affonso Henriques, era da Casa dos Laras de Castella, sendo ella da Real de Saboya, como vimos. Além destes ha outros muitos, que se podem ver nas *Notas* de Alvaro Ferreira de Vera *à plana 49.* e nas de Manoel de Faria e Sousa *à plana 35.* e em outras partes, de que se deve de inferir, que toda esta obra, como dizem os seus illustradores, está tão

226 *A Rainha D. Urraca.*

viciada, e tão cheya de historias, que depois lhe foy introduzindo ou a malicia, ou a vaidade, especialmente em alguns casamentos, que chegou a dizer Gaspar Estação nas *Antiguidades de Portugal* cap. 22. n. 7. estas formaes palavras: *Os mais absurdos, que se achão naquelle lugar do Conde D. Pedro em materia de casamentos são meras fabulas, que a meu parecer meteu nelle algum Mouro, ou Judeo dos muitos, que havia em Portugal, em despeito das determinações da Santa Igreja, e vituperio dos nossos.*

267 Seja a mayor confirmação do que digo, o que se acha em huma copia deste Nobiliario (que he hoje do Padre D. Manoel Caetano de Sousa, Clerigo Regular, do Conselho de Sua Magestade, Pro Commissario geral da Bulla da Santa Cruzada nestes Reynos, e Senhorios de Portugal, e bem conhecido nelle pela sua vastissima erudição) a qual se mandou passar da Torre do Tombo por ordem do Desembargo do Paço de 28. de Julho de 1606. a requerimento de Diogo Fernandes Santa Cruz, e se acha passada por Francisco de Andrada, do Conselho de Sua Magestade, seu Chronista mór, e Superintendente da Torre do Tombo em 16. de Novembro do mesmo anno, e subscrita além disso pelo Licenciado Luiz Ferreira de Azevedo, do Desembargo de Sua Magestade, e do seu Conselho, e Guarda mór da Torre do Tombo, e pelo Escrivão della Pedro de Mariz. Nesta copia se escreve a barbara morte da Infante D. Ignes de Castro por estas palavras: *Bom Rey foy este. (falla de D. Affonso IV. de Portugal) mas algum tanto escureceu sã boa fama a innocente morte que consentio dar a D. Inez de Castro sã nora, o que passou desta guiza. No tempo que a Infanta D. Constança filha de D. João Manoel casou com o Infante Dom Pedro, veyo em sã companhia huma Donzella chamada D. Inez de Castro sã parenta, e do Infante seu marido; porque era filha bastarda de Dom Pedro Fernandes de Castro gram home em Galiza, e Camareiro mor del Rey Dom Affonso de Castella e filho de Dona Violante Sanches irmãa bastarda da Rainha Dona Beatriz madre do Infante Dom Pedro: era tambem esta donzella irmãa de Dom Alvaro Pires*

A Rainha D. Urraca. 227

res de Castro, que foy Condestable de Portugal, e Alcayde mor de Lisboa, e o primeiro Conde de Arrayolos; a esta Dona Inez, que era muy apostta, e fermosa mulher amou em tal guisa o Infante Dom Pedro, que nom se contentando de a ter a seu mandado muito tempo, e aver della quatro filhos, chegou a querella fazer Rainha, e a nom aceitar altos casamentos, que com señoras Princezas de alta guiza lhe saiom; o que sentindo ElRey seu Padre gravemente, e sendo por sa gente, e porvo molesto consentio que matassem a innocente mulher, que nom avia nenhua culpa. Este successo foy certamente introduzido no Nobiliario do Conde D. Pedro, porque excede o tempo da sua vida. Prova-se com evidencia este additamento; porque ou o Conde D. Pedro já era falecido no anno de 1347. como consta do Epitafio da sepultura de sua segunda mulher a Condessa D. Maria Ximenes, que está na Capella da Trindade, que ella fundou no Real Mosteiro de Xixena de Aragaõ, do qual faz memoria Joaõ Bautista Lavanha à plana 38. ou falecesse na era de 1392. que he anno de Christo de 1354. como diz hum livro de Anniversarios do Convento de Carquere de Conegos Regrantes do Bispado de Lamego, de que faz menção Gaspar Estaco nas *Antiguidades de Portugal* cap. 21. n. 6. a Infante D. Ignes de Castro foy morta por ordem de seu sogro ElRey D. Affonso o Bravo em 7. de Janeiro de 1355. como adiante se verá. Do mesmo modo se le no *Tit. 36. do dito Nobiliario* a cruel morte, que padeceo Pedro Coelho (em satisfação da que deo à Infante D. Ignes de Castro) a qual se executou na Villa de Santarem no anno de 1360. havendo já muitos que era falecido o Conde D. Pedro, pois havia seis, conforme huma conta, e quatorze conforme a outra. E como podia o Conde D. Pedro escrever o que succedeo depois da sua morte? Não sey que o Conde fosse dotado de virtude tão heroica, que merecesse o dom da profecia!

268 Assentadas estas premissas, tornemos agora a D. Affonso Diniz. Vi outra copia do *Nobiliario do Conde D. Pedro*, que foy de D. Antonio de Alcaçova, e agora está em poder do Padre D. Antonio Caetano de Sousa, Clerigo

228 *A Rainha D. Urraca.*

Regular, a quem não só as grandes noticias da Historia Ecclesiastica Portugueza, como continuador do Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso, mas tambem o estudo genealogico sem odio, nem amor (rarissima virtude neste genero) tem feito benemerito da estimacão desta Corre. Humma, e outra copia, fallando dos filhos del Rey D. Affonso III. differem entre si, e ambas da impressa. Diz a que já alleguey do Padre D. Manoel deste modo no Titulo 8.

269 *Houve El Rey D. Affonso da Raynha D. Beatriz sá mulher dous filhos, e duas filhas; Dom Diniz, que lhe asuccedeo no Reyno, e o Infante D. Affonso, o qual foy Senhor de Portalegre, Castello de Vide, Marvão, Arronches, e de muitos outros lugares, e fortalezas, e foy cazado com D. Violante filha do Infante D. Manoel, que era filho de D. Fernando o Santo de Castella, e de D. Constança filha del Rey D. Jayme de Aragão, da qual ouve o Infante D. Affonso, que foy Senhor de Leiria; D. Isabel, que cazou com D. João Senhor de Cantabria, D. Constança, que cazou com D. Nuno Fernandes de Lara, D. Maria que cazou com D. Tello filho de D. Affonso Infante de Molina, e D. Izabel, que cazou com D. João Affonso Sanches sobrinho del Rey D. Diniz. Este Infante de que procedem muitas, e nobres. Cazas,*

Nota. está soterrado no Mosteiro de São Domingos de Lisboa. Humma de sás filhas foy D. Branca, que foy Senhora do Mosteiro de Lorvão, e dahi foy trespassada à Cidade de Burgos em Castella por Abbadessa do Mosteiro de Santa Maria das Huelgas, onde gozou riquissimo patrimonio assim em Portugal, que lhe deu El Rey seu Irmão, como em Castella, que lho deu El Rey D. Affonso seu Avó.

A outra filha foy a Infanta D. Constança, a qual jaz soterrada no Mosteiro de Alcobaça.

Teve mais tres filhos bastardos, e humma filha: Gil Affonso, que foy Padre de D. Lourenço Gil Bailio da Igreja de S. Braz de Lisboa da ordem de São Joanne: D. Fernando Affonso da ordem do Templo Santo de Jerusalem, e foy soterrado na mesma Igreja de São Braz, a filha se chamou D. Leonor de Portugal, que cazou com D. Gonçalo Garcia de Souza

A Rainha D. Urraca. 229

Sousa Conde em Portugal, e de huma mulher de nascença Mourisca ouve Martim Affonso, donde procedem os Chichorros.

270 Diz a copia do Padre D. Antonio deste modo no Titulo 7.

El Rey D. Affonso foy muy boo Rey, e justicozo, e manteve sempre sus Reyno em paz, e sem contenda nenhua, e casou com D. Beatriz filha del Rey D. Affonso de Castella, e de Leon, e ouve della filhos o Infante D. Diniz, e o Infante D. Affonso, e a Infanta D. Branca, e morreo nas Olgas de Burgos, onde foy sempre Senhora, e hi jaz cá nunca quiz ser casada, e morreo El Rey D. Affonso na era de mil trezentos, e 17. annos soterraraõno em Alcobaca. E não faz menção de bastardo algum.

271 O Nobiliario impresso, fallando dos filhos del Rey D. Affonso III. no Titulo 7. à pag. 32. diz assim.

O Infante Dom Diniz.

O Infante Dom Affonso.

A Infanta D. Branca, que morreo nas hollgas de Burgos, onde foy sempre Senhora, e hi jaz, que nunca quiz ser casada.

Ouve mais

D. Affonso Diniz.

E de gança

D. Martim Affonso Chichorro.

D. Leonor mulher do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa.

D. Urraca Affonso foy casada com D. João Mendes de Briteiros, e foy tambem mulher de Pedreannes Gago.

272 Desta differença se vê sem paixão, que disse bem Manoel de Faria, quando affirmou, que o Nobiliario do Conde D. Pedro, como hoje o vemos, não he seu, senão de muitos, que foraõ accrescentando, diminuindo, e viciando a verdade, que elle deixou escrita, o que facilmente se prova conferidas as copias manuscritas com a impressa, porque nesta se acha, o que se não acha naquelas

230 *A Rainha D. Urraca.*

las, o que poderia ser industria para se introduzir quando não hum erro, ao menos huma confusão, como na realidade succedeo.

273 O certo he que todas estão diminutas, e que por esta causa não podem ser do Conde Dom Pedro, o qual não era possível, que deixasse de ter noticia certa de seus tios. Mostra-se a diminuição nos filhos legitimos delRey D. Affonso III. que sendo sete, não faz memoria mais que de tres em huma parte, e de quatro em outra. Foraõ elles pela ordem dos seus nascimentos: a Infante D. Branca Abbadessa de las Huelgas: o Infante D. Fernando: o Infante D. Diniz: o Infante D. Affonso Senhor de Portalegre: a Infante D. Sancha, a quem a copia do Padre D. Manoel chama Constança: a Infante D. Maria: e o Infante D. Vicente. A mesma diminuição se vé nos bastardos: em huma copia não se dá noticia de algum, em outra só de tres filhos, e huma filha, e na impressa de dous filhos, e duas filhas. A verdade he que foraõ oito, como mostra o doutissimo Padre Frey Antonio Brandaõ no *tom. 4. da Monarch. Lust liv. 15. cap. 29.* Fernando Affonso Cavalleiro Templario: Gil Affonso Bailio de S. Braz: Affonso Diniz, que casou com D. Maria Paes Ribeira, como diz o mesmo Conde D. Pedro no Titulo 22.: Martim Affonso Chichorro: D. Leonor Affonso, mulher do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa: D. Urraca Affonso, mulher de D. Pedreannes Rico homem: D. Leonor, Religiosa em Santa Clara de Santarem: e Rodrigo Affonso, que morreo moço em vida de seu pay.

274 Não foy D. Affonso Diniz filho legitimo da Condesa Mathilde, sennão filho bastardo delRey D. Affonso III. Consta esta verdade de huma Escritura de doação, que traz o insigne Brandaõ no lugar já citado, pela qual se convence, que sua mãy se chamava Marina Pires da Enxara. Diz ella deste modo: *Do, & concedo D. Alfonso filio meo, & Marinæ Petri de Enxara totum illum herdamentum, quod fuit Velasci Stephani, & uxoris sue Sancia Petri, & Ausenda Suerii soceræ dicti Velasci Stephani, quod herda-*

A Rainha D. Urraca. 231

herdamentum dedit, siue vendidit mihi Martinus Alfonsus filius meus promille, & quingentis libris &c. as quaes palavras traduzidas fielmente em Portuguez fazem este sentido: Dou, e concedo a D. Affonso meu filho, e de Marina Pires da Enxara toda aquella herdade, que foy de Vasco Esteves, e de sua mulher Sancha Pires, e de Ausenda Soares sogra do dito Vasco Esteves, a qual herdade me deo, ou vendeo Martim Affonso meu filho pelo preço de mil e quinhentas livras.

275 Com a certeza irrefragavel desta Escritura concorda hum Nobiliario antigo, que se conserva manuscrito na Livraria do Marquez Mordomo mór, cujo titulo he: *Linhagens, que ajuntou o Conde D. Pedro, filho del Rey D. Dinis de Portugal, reduzidas a fôrma intelligivel, illustradas com notas, e Alfabetos por João Baptista Labanha, Coronista mayor de Sua Magestade.* Nette livro, que por hum letreiro, e pelas Armas, que tem impressas na terceira folha, consta que foy do Marquez de Castello Rodrigo, se diz na pag. 35. deste modo.

6. *D. Aº n. 6. f. 34. foi Conde de Bolonha, e Rey de Portugal por morte de seu yrmão e foy muy boõ Rej e Justicoso e manteve seu Reino em paz e sem contenta nenhua e cazou com D. Beatrix filha del Rey D. Aº de Castella e de Leon f. 13. n. 11. e fez em ella*

7 *O Infante D. Dinis.*

V *O Infante D. Aº f. 46.*

A Infanta D. Branca que morreo nas Hologas de Burgos onde foi sempre senhora e hi jaz, que nunca quis ser cazada.

Emorreo El Rej D. Aº na era de annos. Soterraraõno em Alcobaca.

Ouve de gança

8 *D. Aº Dinis f. 41.*

9 *Martim Aº Chichorro &c.*

276 Contra esta verdade estabelecida na razaõ, e nas Escrituras authenticas se oppoz hum Author moderno,

232 *A Rainha D. Urraca.*

querendo mostrar com mais elegancia, que justifica, que este D. Affonso era o filho da Condesa Mathilde, o que claramente se convence, que não póde ser; porque além de não haver filho algum daquelle matrimonio, como bastante parece que o tem provado este discurso, este Affonso, a quem ElRey seu pay fez doação daquelle fazenda, he sem duvida D. Affonso Diniz, como se ve da serie de todos os filhos, que já demos, em que se não acha outro deste nome, senão o que depois foy marido de D. Maria Paes Ribeira. E ainda que este Author quer mostrar differença entre o D. Affonso, a quem criava Martim Pires Clerigo delRey, como consta do Testamento do mesmo D. Affonso III. em que lhe deixava hum legado de mil libras, *Item Alfonso filio meo, quem nutrit Martinus Petri Clericus meus, mille libras*, e entre o D. Affonso, a quem ElRey seu pay fez doação da quinta de Villapouca, sita no termo de Torres Vedras, conforme vimos acima, he, como dizem, remar contra a maré, e pretender eclipsar a verdade com argumentos, que não tem mais substancia, que os accidentes harmoniosos das palavras; porque todas se fundão na supposição falsissima de ser este Affonso, que sem razão divide em dous, filho legitimo da Condesa Mathilde, e de seu segundo marido o Conde de Bolonha o Infante D. Affonso.

277 Continúa o mesmo Author moderno em provar a legitimidade de D. Affonso Diniz, e para este fim pretende mostrar que huma sepultura, que estava antigamente no Cruzeiro de S. Domingos de Lisboa, era o deposito das suas Reaes cinzas. Para justificação deste pensamento, faz huma vigorosa investiva contra Duarte Nunes de Leão, sem mais fundamento, que possa convencer, do que allegar a pouca fé, que merecem os seus escritos. Não duvido que em algumas partes não a merecem, mas entendo, que neste ponto, de que tratamos, examinou a verdade com escrupuloso juizo. Faleceo em Lisboa o Infante D. Affonso, e no Cruzeiro da Igreja de S. Domingos junto à porta do Coro se lhe lavrou huma sepultura de marmores brancos,

A Rainha D. Urraca. 233

brancos, em que se viaõ entalhados em roda arvoredos, e montarias. Alli esteve sepultado muitos annos aquelle Infante, até que fazendo-se cada dia mayor o incommodo pelo impedimento, que causava à celebração dos Officios Divinos, se resolveo tirar a sepultura do antigo lugar. Mandaraõ-na abrir os Religiosos, e viraõ que o corpo do Infante estava inteiro, e que era de grande estatura, e grosso de carnes. Acharaõ-no envolto em hum pano de seda amarella, cingido em huma corda, e tudo sem corrupção. Bastava esta vista para se dar àquelle Real cadaver outra sepultura, em que se conservasse do mesmo modo, que se achara, mas desorganizando-o sem causa, nem razão, o recolheraõ em hum pequeno tumulo de pedra no alto da parede para a parte da Sacristia com esta breve memoria.

*Do Infante D. Affonso filho del Rey D. Affonso,
e da Rainha D. Brites sua mulher, que funda-
raõ este Convento.*

278 Para destruir a verdade deste facto, toma dous fundamentos o Author moderno: o primeiro he a pouca fé, que se deve dar a Duarte Nunes de Leão, e o segundo a improbabilidade de ser esta sepultura do Infante D. Affonso. E respondendo ao segundo, porque do primeiro não trato: faz huma eloquentissima narração de todas as guerras, que este Infante teve com seu irmão El Rey D. Diniz: a vassallagem, que jurou ao de Castella em odio do de Portugal: os casamentos, que fez de suas filhas com Cavalheiros Castelhanos, e finalmente que não era possivel que morresse em Portugal, pois por sua morte pediu huma de suas filhas as terras, que haviaõ sido de seu pay, e que El Rey D. Diniz lhas não quizera conceder como escandalizado sem duvida de tão repetidas ingraticidões. Nenhum destes principios he bastante para destruir, e negar a certeza de estar sepultado o Infante D. Affonso na Igreja de S. Domingos, e a razão he, porque com ninguem se usou de mayor severidade, que com Affonso Sanches, filho bastardo del Rey D. Diniz, que viveo desterrado em Castella por ordem de seu irmão D. Affonso IV. de Portugal, como em
satisfa-

234 *A Rainha D. Urraca.*

fatisfação, e castigo do grande amor, que lhe tivera seu pay, e com tudo mandou, que fosse sepultado no Convento de Santa Clara da Villa de Conde, fundação sua, o que com effeito se executou, como diz o Conde D. Pedro no *Titulo 7.* e o confirma Fr. Manoel da Esperança, trasladandolhe o seu Epitafio no 2. tom. da *Historia Serafica da Provincia de Portugal* liv. 8. cap. 6.

279. Daqui se ve que não implica o morrer fóra da patria em odio do Principe Reynante, para que as cinzas do perseguido, e desterrado não sejam restituídas à mesma terra, que lhe deo o nascimento, porque de outra sorte o que na vida foy justiça, ou sem razão, depois da morte seria odio, crueldade, e tyrannia. E se isto se praticou com hum Rey, que teve a antomazia de *Bravo*, quanto mais o permitiria ElRéy D. Diniz, em quem a generosidade competio com a prudencia, pois sempre recebeu tão benignamente ao irmão, como se elle fora o offendido, e de cuja magnanimidade confessa o Author moderno, que supposto não deferio logo à petição da sobrinha, com tudo passado pouco tempo lhe deo hum equivalente ao que pedia, porque lhe deo outras terras, tomando para si as que foraõ de seu pay, porque sendo fronteiras de Castella não era justo, que se expuzesse a outros perigos semelhantes aos passados, como seria dando as mesmas Villas, que foraõ a causa das perturbaçoens desse Reyno. Além de que o Infante D. Affonso não morreo em Castella, morreo em Lisboa, como diz o Doutor Frey Francisco Brandaõ no tom. 6. da *Mon. Lusit.* liv. 18. cap. 41. de que se prova que esta verdade não foy invenção de Duarte Nunes, accrescentando, que o Epitafio, que estava aberto na sepultura antiga, pessoalmente o vira, e lera o Bacharel Christovão Rodrigues Azinheiro natural de Evora, como elle o confessa no *Compendio das Historias deste Reyno*, que escreveu pelos annos de 1538. em que declara que aquella sepultura era do Infante D. Affonso irmão del Rey D. Diniz. E como Christovão Rodriguez Azinheiro, e Duarte Nunes de Leão não transcreverão o Epitafio da sepultura, que se

A Rainha D. Urraca. 235

se desfez, ainda que ambos dizem, que o leraõ, foy mysteriosa providencia, que o Chronista Fernão de Pina o tivesse deixado nos seus manuscritos, donde o tirou, e o imprimio o Doutor Frey Francisco Brandão no lugar apontado (e antecedentemente já d'elle tinha feito memoria o doutissimo Jorge Cardoso no *Commentario* ao dia 6. de Janeiro letra C,) o qual he o que se segue.

A dous dias de Novembro E. de M. CCC. L. foe passado o Infante D. Affonso filho do nobre Rey Dom Affonso de Portugal, e do Algarve, e da Rainha D. Brites filha do nobre Rey D. Affonso de Castella, e porem o ditto Infante, que aqui jaz, mandou aqui ser a sua sepultura. Ao qual Deos haja perdoamento, e o receba na gloria, que tem para os seus amigos Amen.

Não deixou de declarar esta verdade o Conde Dom Pedro; porque não se esqueceo de dizer a parte em que estava sepultado o Infante D. Affonso, na copia já allegada do seu Nobiliario do Padre D. Manoel Cactano de Sousa no *Titulo* 8. aonde na pag. 78. diz estas formaes palavras: *Este Infante (D. Affonso) de que procedem muitas, e nobres casas está soterrado no Mosteiro de S. Domingos de Lisboa.* E foy advertencia grande o tirarselhe esta memoria na impressão, que depois se fez do mesmo Nobiliario; porque nella se conservava hum testemunho importante, de não ser aquella sepultura de D. Affonso Diniz.

280 Mas para ultimo desenganõ de que a confusão, que se intentou fazer entre o Infante D. Affonso, e D. Affonso Diniz, hum filho legitimo, e outro bastardo do mesmo Rey D. Affonso III. foy maliciosa, e ordenada para fins muito alheyos da verdade, que deve de escrever hum Historiador, he necessario agora que se saiba aonde está sepultado D. Affonso Diniz, porque deste modo se tirará toda a equivocação, que póde haver nesta materia. Jaz D. Affonso Diniz na Capella de S. Martinho no Convento das Religiosas Franciscas da Cidade de Toledo. Consta esta verdade não só da tradição antiga, em que póde haver os erros, que

236 *A Rainha D. Urraca.*

que vemos em outras muitas, mas consta tambem de documentos, e inquiriçoens, que na mão de D. Bernardo de Sousa, Padroeiro da dita Capella, vio Rodrigo Mendes Sylva, como elle o confessa no *Catalogo Real de Hespanha*, fallando dos filhos bastardos del Rey D. Affonso III. Segue-se logo, que não he a sepultura de S. Domingos de D. Affonso Diniz; porque se elle está sepultado em S. Martinho de Toledo, como póde ser o mesmo, que está sepultado em S. Domingos de Lisboa? Descance hum em Toledo, outro em Lisboa, hum legitimo, outro bastardo, e não se queira confundir a verdade com argumentos, que parecem fortes, em quanto se não entra no seu exame. e bom seria que nunca tivessem contradictor, porque então ficaria, como se desejava, atropellada a justiça, e triunfante a lisonja.

281 Com estes documentos fica inteiramente estabelecido, que a sepultura que estava antigamente no Cruzeiro de S. Domingos era do Infante D. Affonso, filho legitimo dos Reys de Portugal D. Affonso III. e D. Bites, e que tudo o que contra esta verdade escreveo o Author moderno, não tem os fundamentos, que são necessarios para se convencer o que elle pretende, e que não tem desculpa nas invectivas, que faz contra Duarte Nunes de Leão; pois o que elle não declarou (póde ser que por sabido no seu tempo) o disse com toda a distincão, e clarezza o Doutor Frey Francisco Brandaõ no *tom. 6. da Mon. Lusit.* aonde aquelle Escriitor certamente o leu, e o diffimulou, pois contra elle argumenta em obsequio da legitimidade de D. Affonso Diniz, o qual não foy filho da Condeffa Mathilde, e de seu segundo marido D. Affonso Infante de Portugal, porque deste matrimonio não houve filhos.

Mostra-

A Rainha D. Urraca. 237

Q.

Mostrase como a Infante D. Leonor Princeza de Dinamarca não deixou descendencia.

282 **N** Aõ sey-se a vaidade fomentada por hum engano deo occasião ao Doutor Frey João Caramuel Lobkowitz, a sê fazer descendente da Infante D. Leonor Princeza de Dinamarca, da qual affirma a verdade das Historias, que morreo sem filhos. No seu livro *Philippus Prudens* impresso em Antuerpia no anno de 1639. traz este Author no principio huma brevissima memoria das acçoens dos Reys de Portugal, e fallando de D. Affonso o II. deste nome, e dos filhos que teve de sua mulher a Rainha D. Urraca, diz deste modo pag. 21.

Lianora nupsit Regi Daniæ. D. Rodrigus lib. 7. c. 5. asserit esse mortuam sine prole, sed fallitur, ut postea demonstrabo.

N. Rex, duxit D. Lianoram filiam Infantis de Serpa teste Duarte Nunes in vita Affonsi II. fol. 70.

Maria nupsit N. Domino de Frisse, Primate Daniæ.

Anna nupsit Principi de Lobkowitz, a qua Principes, Duces, Comites, atque Barones Lobkowitzij hujusque libri Auctor, ex linea materna.

283 Prosegue dizendo: *Est regale cænobium de Spina Ordinis Cisterciensis, dissidens a Vallisoletto leucis sex, & tribus a Rio seco religione & sanctitate venerabile. Ecclesiæ, atque Capitulo interjacet sacellum optime fornicatum, duplici sese ostio claustro pandens, unico Ecclesiæ: hinc duo sepulchra*

238 *A Rainha D. Urraca.*

chra ex marmore optimo ad ulnæ altitudinem a pavimento elata; in quorum dextero epitaphium:

Lionora Afonsi III. Lusit. R.

Filia. Jani Daciæ R. conjux

Christerni R. Mater. M. P.

in sinistro caractere minus diruto inscriptio:

Hic Joanna Lionoræ Regina

Consanguinea R. in P.

In Indice antiquo Monasterii, ubi sunt ferè omnium instrumentorum transumpta, reperies in limine descriptionem antiqui ædificii, & fol. 5. hæc verba: In claustro Lectionis sepeliebatur Lionora Regis Afonsi filia: hæc nupserat Jano Daciæ Regi, & habuerat filium Regem Christernum, nepotem Mariam uxorem Domini de Frisse Primoris Daciæ matrem Annæ, quæ nupsit Principi Lobkowitz, a quâ hæc familia. DD. Albuquerqueii claustrum novum ædificarunt; & in sacello apud Capitulum ossa Lionoræ, & Joannæ consanguinearum mæsti posuerunt

..... circa annum 1621. præerat illi cænobio Reverendus admodum Pater D. Laurentius de Cueto, Beatæ Mariæ de Vela Frater vir summæ sanctitatis atque exemplaris vitæ. Hic erat in ea sententia, ut crederet, hanc Lionoram esse eandem cum illa, cujus corpus quiescit in latere altaris summi sub figura marmorea premente. Emblemata his characteribus.

Expectatissima

Lionora &c.

Ideo hos tumulos ex locis designatis extraxit, & ex uno fecit altare sacelli, quod in eodem claustro opponitur Ecclesiæ portæ; ex altero, altare alterius sacelli, quod est in claustri latere, quod opponitur ipsi Capitulo: in hoc tamen prudens, quod jusserit inscriptiones servari; extantque hodie in ipsismet lapidibus, quamvis hi facti sint exules à propriis locis.

284 Diz a traducção: que a Rainha D. Leonor filha del-Rey D. Affonso II. de Portugal casara com hum Rey de Dinamarca, e que della tivera hum filho, que se chamou

Chris-

A Rainha D. Urraca. 239

Christerno, que fora Rey, e casara com D. Leonor, filha do Infante D. Fernando chamado o de Serpa, dos quaes nasceo Maria, que foy mulher do Senhor de Frisse, Grande de Dinamarca, e mãy de Anna, que casou com o Principe Lobkowitz, de quem descendencia por linha materna o mesmo Caramuel.

285 Prova este erro com outro, fundado em hum Epitafio, que estava no Convento de la Espina da Ordem de Cister, seis legoas de Valhadolid. Neste Convento havia hum Capella de excellente fabrica, entre a Igreja, e o Capitulo, que por duas portas se servia para o claustro, e por hum para a Igreja. Nesta Capella se viaõ duas sepulturas de marmores finos, levantadas altura de hum covado do pavimento: na da mão direita se lia este Epitafio.

Com sentimento se poz esta memoria a Leonor filha de Affonso
III. de Portugal, mulher de Jano
Rey de Dinamarca, e mãy
de Christerno Rey.

Na sepultura da mão esquerda dizia deste modo.

Aqui jaz Leonor parenta da Rainha Leonor.

Descance em paz.

286 Para confirmação deste delirio accrescenta o mesmo Caramuel, que no Alfabeto, ou Tombo antigo deste Mosteiro, em que se achão os traslados de quasi todas as suas Escrituras, se ve no principio a descripção do edificio velho, e nelle a folhas cinco estas palavras. No claustro da lição estava sepultada Leonor filha del Rey D. Affonso: havia ella casado com Jano Rey de Dinamarca, e tido por filho a El Rey Christerno, e por neta a Maria, mulher do Senhor de Frisse Grande de Dinamarca, mãy que foy de Anna, que casou com o Principe Lobkowitz, da qual descende esta familia. Os Senhores de Albuquerque edificaraõ o claustro novo, e na Capella do Capitulo magcados, e sentidos puzeraõ os ossos de Leonor, e de Joanna que eraõ parentas.

287 Pelos annos de 1624. (continúa este enganado
Author)

240 *A Rainha D. Urraca.*

Author) era Abbade daquelle Mosteiro o Padre D. Lourenço de Cueto, irmão de D. Maria de Vella, homem de exemplares virtudes, o qual entendia, que esta D. Leonor era aquella, cujo corpo estava ao lado do Altar mayor de baixo de huma figura de pedra, que no pedestal tinha a seguinte Incripção.

A faudosissima
Leonor &c.

E que por esta razão tirara as sepulturas dos lugares já ditos, e de huma fizera o altar da Capella, que corresponde no mesmo claustro à porta da Igreja, e que da outra fizera o altar da outra Capella, que no lado do claustro corresponde ao mesmo Capitulo; mas que ainda assim mostrara ser prudente, porque mandou guardar os Epitafios, que se conservaõ nas mesmas pedras, supposto que desterradas dos seus primeiros lugares.

288 Para que este engano se fizesse crível, entrou a argumentar D. João Caramuel contra o Arcebispo de Toledo D. Rodrigo Ximenes, o qual no *liv. 7. da sua Historia de Hespanha cap. 5.* fallando dos filhos de D. Affonso II. de Portugal diz, que tivera tambem huma filha chamada D. Leonor, que casara com ElRey de Dinamarca, e que lá morrera sem filhos: *Habuit etiam filiam Alienor, que nupsit Regi Dacie, & ibi mortua fuit sine prole.*

289 Imaginey quando vi a hum homem tão grande entrar nesta questão, que tinha muito que ver em documentos raros, e dignos de toda a veneração com que convencesse o que escreveo hum homem pelo sangue illustre, pelas letras grande, e pela dignidade dos mayores do mundo, porém succedeo o contrario à minha expectação, porque não achei mais argumento, do que a mesma pedra, em que se funda o engano, com a qual pretende provar Caramuel a descendencia, que não houve, e da qual deduz que esta Princeza não morrera em Dinamarca, mas que voltando para a patria, ou temerosa da condição aspera do pay, ou da pouca liberalidade do irmão, ficara em Castella, aonde fora tratada com aquella grandeza, com que os
Reys

A Rainha D. Leonor. 369

A Rainha D. Leonor, mulher de Dom João II. Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
O Infante D. Fernando Duque de Visco.	D. Duarte Rey de Portugal.	D. João o I. Rey de Portugal.
		A Rainha D. Filippa de Lancastro.
	A Rainha D. Leonor.	D. Fernando I. Rey de Aragoão.
		A Rainha D. Leonor.
A Infanta D. Brites.	O Infante D. João Mestre da Ordem de Santiago, Condestavel de Portugal.	D. João o I. Rey de Portugal.
		A Rainha D. Filippa de Lancastro.
	A Infanta D. Isabel de Bragança.	D. Affonso I. Duque de Bragança.
		Dona Brites Pereira Condesa de Ourém, primeira mulher.

370 *A Rainha D. Leonor.*

Casamento.

Com D. João Principe de Portugal depois o II. do nome, e XIII. Rey.

Anno, e dia, em que casou.

Em Setuval a 22. de Janeiro de 1470. (2)

Filho, que teve.

O Principe D. Affonso naceo em Lisboa a 18. de Mayo de 1475. (3) Casou com a Princeza D. Isabel, filha del-Rey D. Fernando o Catholico em Estremoz a 23. de Novembro de 1490. (4) Faleceo sem filhos em 13. de Julho de 1491. em Santarem, e jaz na Batalha. (5)

Anno, e dia da morte.

A 17. de Novembro de 1525. (6)

Lugar da morte.

Na Cidade de Lisboa. (7)

Lugar.

Lugar da sepultura.

No Convento da Madre de Deos de Lisboa. (8)

Acçoens illustres.

Instituhio a Irmandade da Misericordia : fundou o Convento da Madre de Deos de Lisboa : o Convento da Anunciada no primeiro sitio , que teve : o Hospital das Caldas : a Igreja Paroquial da Villa da Merciana , e a Capella imperfeita da Batalha. (9) Instituhio em Santa Maria de Obidos cinco Merciaras , e outras em N. Senhora da Graça de Torres Vedras.

Autores destas memorias.

1.

Goes Chronica do Principe D. João cap. 10. O Chronista dos Loyos sem allegar documento diz , que naceo a 8. de Dezembro.

2.

Rezende Chronica delRey Dom João II. cap. 4.

3.

Rezende Chronica delRey D. João II. cap. 8. O Chronista dos Loyos diz , que a 8. de Março.

Aa ij

Rezen-

372 *A Rainha D. Leonor.*

4. 5.

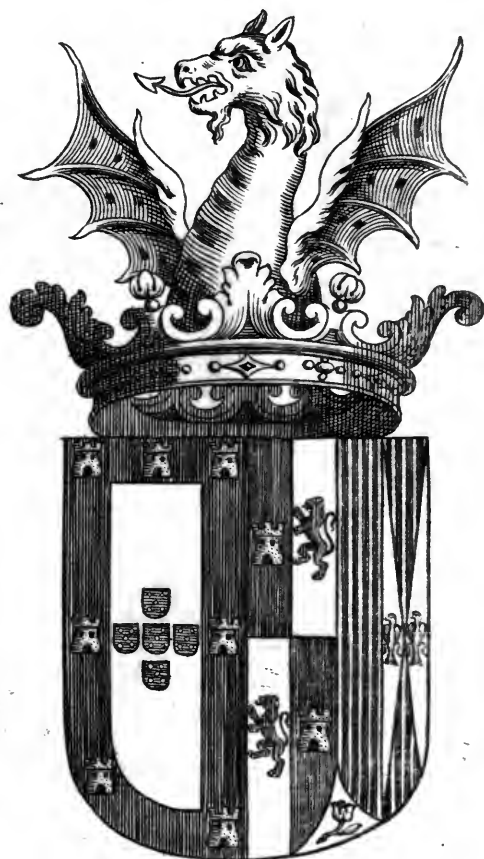
Rezende Chronica del Rey D. João II. cap. 120. 121. e 131.

6. 7. 8. 9.

Chronica dos Loyos liv. 2. cap. 43. Enganase este Author em dizer , que a morte da Rainha Dona Leonor foy a 18. de Novembro ; porque o contrario consta do Anniverfario , que se lhe faz na Casa da Misericordia , que he a 17. daquelle mez.

ARMAS.

A R M A S.



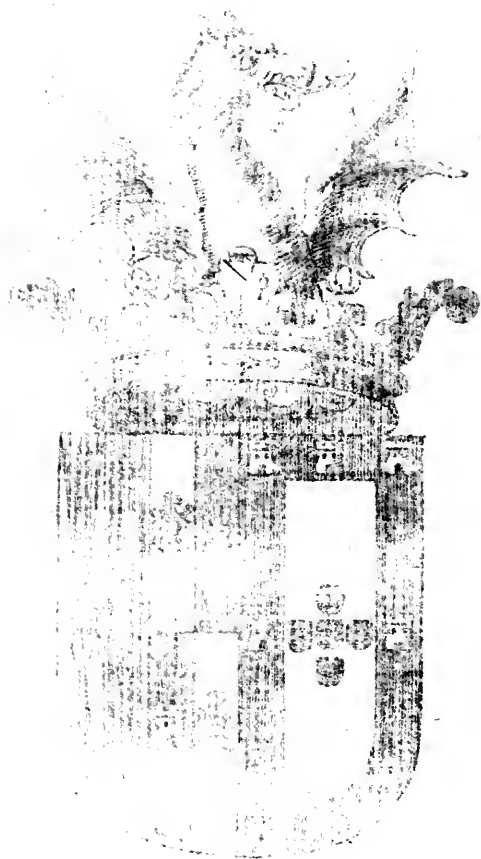
CASTELHANA.

Naceo na Villa de Duenhas a 2. de Outubro de 1470. (I)

Aa iij

Pays,

Handwritten text at the top of the page, possibly a title or header, which is mostly illegible due to fading.



Handwritten text at the bottom of the page, possibly a signature or footer, which is mostly illegible due to fading.

A Rainha D. Isabel. 375

A Rainha D. Isabel primeira mulher de Dom Manoel Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
D.Fernando Catholico Rey de Aragão.	D. Joaõ o II. Rey de Aragão.	D. Fernando I. Rey de Aragão.
		A Rainha D. Leonor.
	A Rainha D. Joanna.	D. Fradique Henriques Almirante de Castella.
Dona Isabel a Catholica Rainha de Castella.	D. Joaõ o II. Rey de Castella.	D. Marina de Cordova e Toledo Senhora de Casa Rubios.
		Dom Henrique III. Rey de Castella.
	A Rainha D. Isabel de Portugal segunda mulher.	A Rainha D. Catharina de Lancastro.
		O Infante D. Joaõ Metre da Ordem de Santiago, Condestavel de Portugal.
		A Infanta D. Isabel de Bragança.

376 *A Rainha D. Isabel.*

Casamento.

Com D. Manoel XIV. Rey de Portugal, que naceo em Alcochete a 31. de Mayo de 1469. (2)

Anno, em que casou.

Em Valença de Alcantara, em Outubro de 1497. (3)

Filho, que teve.

O Principe D. Miguel da Paz naceo em Çaragoça a 24. de Agosto de 1498. (4) Foy jurado Principe de Portugal em Lisboa a 7. de Março de 1499. no Alpendre de S. Domingos. (5) Morreo em Granada a 20. de Junho de 1500. e jaz na mesma Cidade com seus avós. (6)

Anno, e dia da morte.

Em 24. de Agosto de 1498. (7)

Lugar da morte.

Na Cidade de Çaragoça. (8)

Lugar

Lugar da Sepultura.

No Coro das Religiosas de Santa Isabel a Real de Toledo. (9)

Autores destas memorias.

1.

Curita Annales de Aragon tom. 4. liv. 18. cap. 31.
Marian. liv. 23. cap. 15.

2.

Goes Chron. delRey D. Manoel part. 1. cap. 4.

3.

Goes Chron. delRey D. Manoel part. 1. cap. 24.

4.

Goes Chron. delRey D. Manoel part. 1. cap. 32. Andrad
da Chron. delRey D. Joaõ o III. part. 1. cap. 1. Uchoa
Carolea, pag. 7. vers. e outros com Curita tom. 5. liv. 3.
cap. 30. dizem na vespera de S. Bartholomeu.

5.

Goes Chron. de D. Manoel part. 1. cap. 34. Faria Eu
ropa Portug. tom. 2. part. 4. cap. 1. n. 28.

6.

378 *A Rainha D. Isabel.*

6.

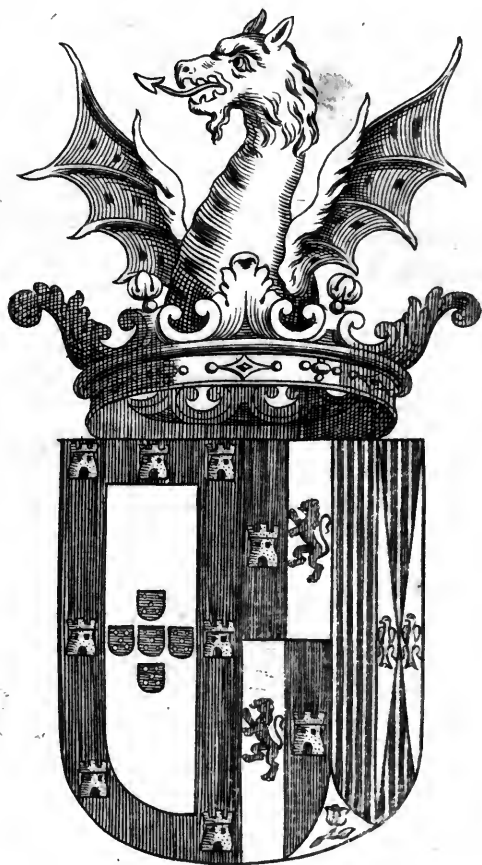
Goes Chronica delRey D. Manoel part. 1. cap. 45. diz que a 19. de Julho. Lanuza Annaes de Aragaó tom. 1. lib. 1. cap. 10. diz que a 20. de Junho. Curita no tom. 5. lib. 4. cap. 13. e Uchoa na Carolea pag. 7. dizem que a 20. de Julho. Como Damiaõ de Goes diz, que o Principe D. Miguel viveo vinte e dous mezes, e elle naceo em Agosto, entendo que foy erro da impressaõ pör Julho, havendo de ser Junho.

7. 8. 9.

Curita tom. 5. lib. 3. cap. 30. Garibay liv. 35. cap. 28.

ARMAS.

A R M A S.



CASTELHANA.

Naceo em Cordova a 29. de Junho
de 1482. (1)

Pays,

A Rainha D. Maria. 381

A Rainha D. Maria segunda mulher de Dom Manoel Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
D.Fernando Catholico Rey de Aragão.	D. João o II. Rey de Aragão.	D. Fernando I. Rey de Aragão.
		A Rainha D. Leonor.
	A Rainha D. Joanna.	D. Fradique Henriques Almirante de Castella.
		D. Marina de Cordova e Toledo Senhora de Casa Rubios.
Dona Isabel a Catholica Rainha de Castella.	D. João o II. Rey de Castella.	Dom Henrique III. Rey de Castella.
		A Rainha D. Catharina de Lancastro.
	A Rainha D. Isabel de Portugal segunda mulher.	O Infante D. João Mestre da Ordem de Santiago, Condestavel de Portugal.
		A Infanta D. Isabel de Bragança.

Casa.

382 *A Rainha D. Maria.*

Casamento.

Com Dom Manoel XIV. Rey de Portugal.

Anno, e dia, em que casou.

Em Alcacere do Sal a 30. de Outubro de 1500. (2)

Filhos, que teve.

O Principe Dom João successor, naceo em Lisboa a 6. de Junho de 1502. (3) Foy baptizado na Capella de S. Miguel nos Paços d'Alcaçova a 13. do dito mez por Dom Martinho da Costa Arcebispo de Lisboa. Forão Madrinhas a Infanta Dona Brites sua avó, e a Rainha Dona Leonor sua tia, e Padrinho Pedro Pasqualigo Embaixador de Veneza. (4) Foy jurado Principe no anno de 1503. (5) Entrou a reynar em 13. de Dezembro de 1521. Foy aclamado em 19. de Dezembro do mesmo anno. (6) Casou com a Infanta Dona Catharina, filha de Philippe I. Rey de Castella em 5. de Fevereiro de 1524. (7) Faleceo a 11. de Junho de 1557. e jaz em Belém. (8)

A Infanta Dona Isabel naceo em Lisboa a 24. de Outubro de 1503. (9) Casou em Sevilha com o Emperador Carlos V. em 11. de Março de 1526. (10) Morreo em Toledo no 1. de Mayo de 1539. (11) e jaz no Escorial. (12)

A Rainha D. Maria. 383

A Infanta Dona Brites naceo em Lisboa a 31. de Dezembro de 1504. (13) Casou com Carlos III. Duque de Saboya em 29. de Setembro de 1521. (14) Faleceo em Niza a 8. de Janeiro de 1538. (15)

O Infante Dom Luiz Duque de Beja naceo em Abrantes a 3. de Março de 1506. (16) Morreo em Lisboa a 27. de Novembro de 1555. e jaz em Belém. (17)

O Infante Dom Fernando Duque da Guarda naceo em Abrantes a 5. de Junho de 1507. (18) Casou com Dona Guiomar Coutinho, filha herdeira de D. Francisco Coutinho Conde de Marialva, e de Loulé no anno de 1519. (19) Faleceo em Abrantes a 7. de Novembro. (20) de 1534. (21) e jaz em Belém.

O Infante Dom Affonso naceo em Evora a 23. de Abril de 1509. (22) Foy creado Cardeal pelo Papa Leão X. no 1. de Julho de 1518. (23) Foy Bispo de Viseo, de Evora, da Guarda, Arcebispo de Lisboa, e Abbade Comendatario de Alcobaça. (24) Morreo em Lisboa a 21. de Abril de 1540. e jaz em Belém. (25)

O Infante Dom Henrique naceo em Lisboa a 31. de Janeiro de 1512. (26) Foy creado Cardeal pelo Papa Paulo III. a 16. de Dezembro de 1545. (27) Foy Comendatario de Santa Cruz de Coimbra, Arcebispo de Braga, e o primeiro de Evora, Inquisidor geral, e Governador destes Reynos. (28) Entrou a reynar a 4. de Agosto de 1578. Acclamouse Rey em 28. de Agosto do mesmo anno. (29) E foy o XVII. Rey de Portugal. Faleceo em Almeirim a 31. de Janeiro de 1580. (30) e jaz em Belém

A Infanta Dona Maria naceo Morreo em Evora no anno de 1513. e jaz em Belém. BB.

O Infante Dom Duarte Duque de Guimaraens naceo
cm

384 *A Rainha D. Maria.*

em Lisboa a 7. de Setembro de 1515. (31) Casou em Vila Viçosa terça feira 24. de Abril de 1537. com a Senhora Dona Isabel, filha de Dom Jayme, quarto Duque de Bragança. (32) Faleceu a 20. de Outubro de 1540. e jaz em Belém. (33)

O Infante Dom Antonio naceo em Lisboa a 9. de Setembro de 1516. (34) Morreo logo. (35)

Anno, e dia da morte.

Em 7. de Março de 1517. (36)

Lugar da morte.

Na Cidade de Lisboa. (37)

Lugar da sepultura.

No Real Convento de Belém. (38)

Acçoens illustres.

Fundou o Convento dos Monges de S. Jeronymo na Berlenga, que depois se passou para Valbomfeito. (39)

Authores

A Rainha D. Maria. 385

Autores destas memorias.

I.

Curita Annales de Aragon tom. 4. lib. 18. cap. 43.
antes do fim.

2.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 1. cap. 46. La-
nuza Annales de Aragon tom. 1. lib. 1. cap. 10. Faria
Europa Portug. tom. 2. part. 4. cap. 1. num. 34.

3. 4.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 1. cap. 62.
e 67. Andrada Chronica delRey Dom Joao o III. part. 1.
cap. 1.

5. 6. 7. 8.

Andrada Chronica delRey Dom Joao o III. part. 1. cap.
3. 8. e 76. part. 4. cap. 128.

9.

Goes Chronica delRey Dom Manoel , part. 1. cap. 75.

10.

Uchoa Carolea pag. 155. verf. Dormer Annales de Ara-
gon lib. 2. cap. 6.

II.

Andrada Chron. delRey D. Joao o III. part. 3. cap. 69.
Bb Def.

386 *A Rainha D. Maria.*

12.

Descripcion del Escorial pag. 157. vers.

13. 14.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 1. cap. 82.
part. 4. cap. 70.

15.

Guichenon Historia Genealogica da Casa de Saboya
pag. 657. O Padre Anselmo Historia Genealogica da Ca-
sa Real de França tom. 1. cap. 20. §. 19.

16.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 1. cap. 101.

17.

Andrada Chronica delRey Dom João III. part. 4. cap.
115.

18.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 2. cap. 19.

19.

Joseph de Faria Illustração da Casa de Bragança tom. 1.
n. 88.

20.

Memorias do Chantre de Evora Manoel Severim de Fa-
ria.

21.

Mariz Dialogo 4. cap. 20.

Goes

A Rainha D. Maria. 387

22.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 2. cap. 42.

23.

Macedo Lusit. Purpurata pag. 221.

24.

Joseph de Faria Illustração da Casa de Bragança , tom.
1. num. 89.

25.

Andrada Chronica delRey Dom João o III. part. 3. cap.
69.

26.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 3. cap. 27.

27.

Macedo Lusit. Purpurata pag. 269.

28.

Joseph de Faria Illustração da Casa de Bragança, tom. 1.
n. 90.

29.

Chronic. do Cardeal D. Henrique cap. 17.

30.

Joseph de Faria no lugar citado, e todos os Chronistas.

Bb ij

31.

388 *A Rainha D. Maria.*

31.

Goes Chônica delRey D. Manoel p. 3. cap. 78.

32.

Deste modo o affirma huma memoria do Chantre de Evora Manoel Severim de Faria, e no anno de 1536. como escreve Goes na Chronica delRey Dom Manoel part. 3. cap. 78. não foy terça feira 24. de Abril, senão em 1537. como diz a memoria do Chantre.

33.

Goes Chronica delRey D. Manoel p. 3. cap. 78.

34. 35.

Goes Chronica delRey D. Manoel p. 4. cap. 7.

36. 37. 38.

Goes Chronica delRey D. Manoel p. 4. cap. 19.

39.

Goes Chronica delRey D. Manoel p. 4. cap. 19. Siguen-
ça Historia de la Orden de S. Geronymo tom. 3. lib. 1. cap.
30.

Mostra-

A Rainha D. Maria. 389

BB.

Mostrase como ElRey D. Manoel teve de sua segunda mulher a Rainha D. Maria hum a filha do mesmo nome.

360 **E**Ntre os muitos filhos, que ElRey Dom Manoel teve de sua segunda mulher a Rainha D. Maria, foy hum a Infanta, a que se poz o nome de sua mãy. Todos os nossos Chronistas fazem memoria della, mas tão diminuta, como costumaõ; e como nenhum delles lhe declarou o dia do nascimento, e não fazendo menção alguma desta Infanta Damiaõ de Goes na Chronica, que escreveo delRey Dom Manoel, não faltou quem entendesse, que tal Infanta não fora filha da Rainha Dona Maria, mas que fora hum a confusão com a outra Infanta Dona Maria, que o mesmo Rey teve de sua terceira mulher a Rainha Dona Leonor; aquella Infanta, que defenganada da inconstancia do mundo, consagrou em obsequio de Maria Santissima no edificio do Hospital, e Convento da Luz parte daquelles thesouros, que a politica de seu irmão ElRey Dom João o III. não consentio que fossem uteis aos Principes, que a pertenderaõ por esposa. Quasi que assim mo hia persuadindo o Academico Real Francisco Dionisio de Almeida, que por ordem da Academia escrevia a Historia delRey Dom Manoel, de que parece que envejosa a morte, lhe roubou intempestivamente a vida, como se não quizer a que continuasse àquelle Principe na pena deste discreto Historiador, a mesma fortuna de que lhe chamaraõ o Primogenito. Duvidando com tudo, que tantos Escritores se podessem enganar, e lendo que no Convento do Espinheiro de Monges de S. Jeronymo junto a Evora se haviaõ sepultado alguns filhos

Bb iij delRey

390 *A Rainha D. Maria.*

delRey Dom João o III. que naquella Cidade teve muitas vezes a sua Corte, fiz a diligencia, que me era possivel, e tão felizmente me succedeo, que se descobrio o que de-sejava. Devo estas noticias ao cuidado, e zelo do Doutor Ignacio Francisco de Castro, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Conego da Sé de Evora, e Desembargador da sua Relação Ecclesiastica, benemerito de todas as dignidades pelas suas letras, pela sua prudencia, e por todas aquellas virtudes, que são o constitutivo de hum Ecclesiastico perfeito.

361 Do Convento pois do Espinheiro vieraõ as seguintes memorias, com toda a legalidade, das quaes a primeira diz assim. *Na Capella mór desta Igreja de Nossa Senhora do Espinheiro entre o Altar, e a parede da parte do Evangelho esteve enterrada a Senhora Infanta Dona Maria, filha delRey Dom Manoel, e da Rainha Dona Maria sua segunda mulher, a qual Infanta faleceo na era de 1513. menina. Segue-se a segunda. Na mesma sepultura se enterrou a Senhora Infanta Dona Brites, filha delRey Dom João o III. e da Rainha Dona Catharina, sendo menina pequena. A ultima diz deste modo. Junto ao Altar no Presbiterio esteve tambem o Principe Dom Manoel, filho delRey Dom João o III. e da Rainha Dona Catharina, menino de cinco annos, o qual havia hum, que tinha sido jurado por Principe herdeiro deste Reyno nesta Cidade de Evora; faleceo a 14. de Abril de 1537. Concordaõ com estas noticias, as que se achão no Cartorio da Casa da Misericordia da mesma Cidade de Evora (que tambem me mandou o mesmo Conego) ainda que differem na identidade dos annos, porque nas do Espinheiro se diz, que a Infanta Dona Maria faleceo no anno de 1513. e nas da Misericordia, que no anno de 1518. nas do Espinheiro se diz, que faleceo o Principe Dom Manoel a 14. de Abril de 1537. e nas da Misericordia, que foy a sua morte a 17. do dito mez, e anno. Porém como esta differença não muda, nem altera a substancia da verdade, por esta causa não dou dellas a copia inteiramente trasladada.*

A Rainha D. Maria. 39 I

362 De humas , e de outras memorias consta com toda a certeza , que do matrimonio de ElRey Dom Manoel com sua segunda mulher a Rainha Dona Maria , houve huma filha do mesmo nome ; mas como se não declara o dia , em que naceo , e se afirma , que morreo menina , discorro , que o anno do seu nascimento ou devia de ser entre o de 1509. em que naceo o Infante Cardeal Dom Affonso . e o de 1512. em que naceo o Infante Cardeal Rey D. Henrique ; ou entre o de 1512. em que naceo o Cardeal Henrique , e o de 1515. em que naceo o Infante Dom Duarte Duque de Guimaraens. Entre huns , e outros nascimentos ha a distancia de tres annos , que he o tempo , que basta para poder nacer a Infanta Dona Maria. Como as memorias do Espinheiro dizem , que esta Infanta faleceo menina no anno de 1513. entendo , que o anno do seu nascimento foy o de 1511. que são os que bastaõ para que se possa dizer , que morreo menina no de 1513. ou que falecendo em 1518. poderia ter nacido no de 1513. Sirvome desta conjectura , em quanto não apparece documento , que ou a confirme , ou a faça desvanecer. Porém eu sigo mais as noticias do Espinheiro , que as da Misericordia , porque sempre se deve presumir , que seriaõ escritas com mayor cuidado , o que se faz crível pela individuação , com que aquelles Monges escreveraõ a trasladação das Reaes cinzas destes tres Infantes para o sumptuoso Templo de Belém ; e como desta memoria resulta a certeza das suas sepulturas , não será fóra de razão o escreverella.

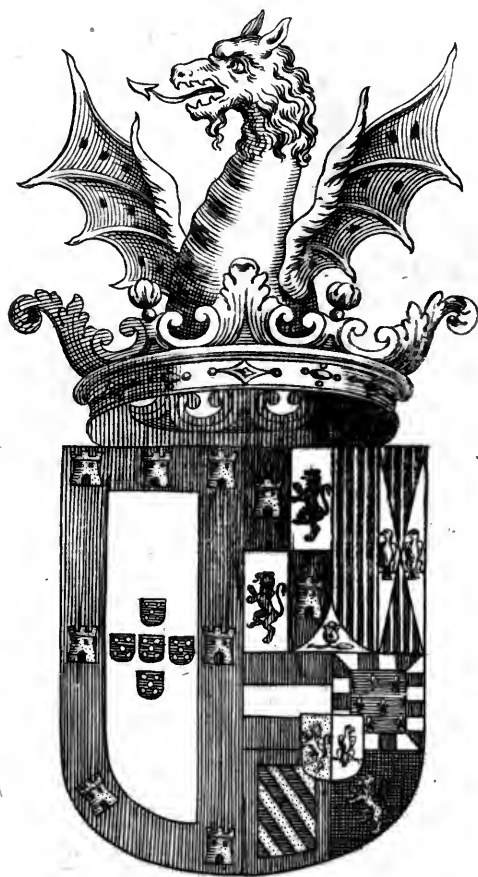
363 Desejando a Magestade de Filippe Prudente , que todos os filhos dos Reys Dom Manoel , e Dom João o III. que estavaõ sepultados em differentes partes , estivessem no mesmo Templo , em que jaziaõ seus pays , ordenou ao grande Arcebispo de Evora o Senhor Dom Theotonio de Bragança , que trasladasse para Belém os ossos do Principe Dom Manoel , e das Infantas Dona Maria , e Dona Brites. Chegado a Evora este Real Decreto , foy o Senhor D. Theotonio aos oito de Dezembro de 1582. ao Convento

392 *A Rainha D. Maria.*

do Elpinheiro , acompanhado de toda a Nobreza da Cidade de Evora , e de grande numero de Religiosos , e Clerigos , o que tudo fazia hum apparato digno daquella acção , e digno de hum Prelado , que era Principe pela Magestade do sangue. Abriraõse as sepulturas , e dellas tirou os ossos o Senhor Dom Theotonio , ajudandõ-o neste piedoso ministerio os Monges mais authorizados do Mosteiro , a quem assistia o Padre Fr. Francisco de Olivença , Provincial da Ordem , que este era naquelle tempo o titulo do Prelado mayor , e o Padre Prior Fr. Manoel de Castello de Vide. Os ossos de cada hum daquelles Senhores se recolheraõ em caixaõ separado , e sendo levados aos hombros dos Religiosos da Casa até fóra da Igreja , fizeraõ a entrega delles , como estava determinado. Continuou o obsequio religioso da Communidade , acompanhando com o Senhor Dom Theotonio aquellas cinzas innocentes até o Taboieiro da Sé , aonde foraõ recebidas , e levadas pelas Dignidades della , e depois de se lhes fazerem as ceremonias devidas à sua grandeza , se trasladaraõ para o Real Mosteiro de Belém , em que descançaõ.

ARMAS.

A R M A S.



FLAMENGA.

Naceo em Lovaina a 15. de Novembro de 1499. (1)

Pays;

A Rainha D. Leonor. 395

A Rainha D. Leonor terceira mulher del Rey D. Manoel.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
Filippe primeiro Rey de Castella.	O Emperador Maximiliano I.	O Emperador Federico III.
		A Emperatriz Dona Leonor de Portugal.
	A Emperatriz Maria de Borgonha. H	Carlos Duque de Borgonha.
		A Duqueza Isabel de Borbon.
A Rainha D. Joanna, H	D. Fernando o Catholico Rey de Aragoão.	D. João II. Rey de Aragoão.
		A Rainha D. Joanna.
	D. Isabel a Catholica Rainha de Castella.	D. João II. Rey de Castella.
		A Rainha D. Isabel de Portugal segunda mulher.

Casa-

396 *A Rainha D. Leonor.*

Casamento.

Com Dom Manoel XIV. Rey de Portugal.

Anno, e dia, em que casou.

Na Villa do Crato a 24. de Novembro de 1518. (2)

Filhos, que teve.

O Infante Dom Carlos naceo em Evora a 18. de Fevereiro de 1520. (3) Faleceo em Lisboa a 15. de Abril de 1521. e jaz em Belém. (4)

A Infanta Dona Maria naceo em Lisboa a 8. de Junho de 1521. (5) Morreo a 10. de Outubro de 1577. e jaz no Convento de N. Senhora da Luz junto a Lisboa, fundação sua. (6)

Anno, e dia da morte.

Em 25. de Fevereiro de 1558. (7)

Lugar.

Lugar da morte.

Em Talaveruela de Badajoz. (8)

Lugar da Sepultura.

No Escorial. (9)

Acçoens illustres.

Começou o Convento de nossa Senhora da Assumpção de Faro das Religiosas da primeira Regra de Santa Clara. (10)

Authores destas memorias.

1.

Garibay tom. 4. lib. 35. cap. 32.

2.

Argensóla Annales de Aragon lib. 1. cap. 57. pouco antes do fim.

3. 4.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 4. cãp. 68.

5.

398 *A Rainha D. Leonor.*

5.

Goes Chronica delRey Dom Manoel part. 4. cap. 68.
Pacheco Vida da Infanta Dona Maria liv. 1. cap. 2.

6.

Pacheco na Vida da Infanta Dona Maria liv. 2. cap. 17.

7. 8. 9.

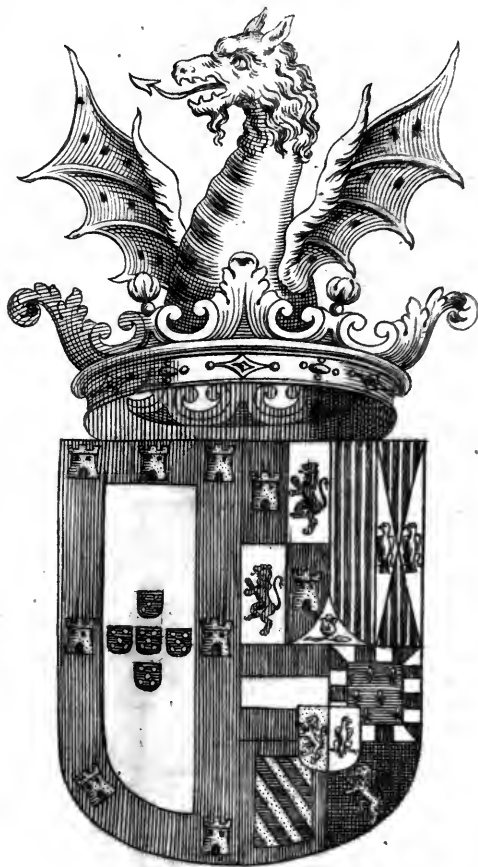
Pacheco ibidem liv. 2. cap. 19. no fim. Joseph de Faria Illustração da Casa de Bragança tom. 1. num. 231.

10.

Soledade Historia Sacerfica da Provincia de Portugal
tom. 4. liv. 1. cap. 30. num. 191.

ARMAS.

A R M A S.



CASTELHANA.

Naceo em Torquemada a 14. de Janeiro de 1507. (1)

Pays,



A R. D. Catharina. 401

A Rainha D. Catharina mulher del-Rey D. João o III.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
D. Filippe I. Rey de Castella.	O Emperador Maximiliano I.	O Emperador Fedérico III.
		A Emperatriz Dona Leonor de Portugal.
	A Emperatriz Maria de Borgonha. H	Carlos Duque de Borgonha.
A Rainha D. Joannã. H		A Duqueza Isabel de Borbon.
	D. Fernando o Catholico Rey de Aragoão.	D. João o II. Rey de Aragoão.
		A Rainha D. Joannã.
	D. Isabel a Catholica Rainha de Castella.	D. João II. Rey de Castella.
		A Rainha D. Isabel de Portugal segunda mulher.

Cc

Casa-

Casamento.

Com Dom João o III. Rey XV. de Portugal.

Anno, e dia, em que casou.

Em 5. de Fevereiro de 1525. (2)

Filhos, que teve.

O Principe Dom Affonso naceo em Almeirim a 24. de Fevereiro de 1526. (3) Morreo no berço. (4)

A Infanta Dona Maria naceo em Coimbra a 15. de Outubro de 1527. (5) casou com Dom Filippe Principe de Castella em 15. de Novembro de 1543. (6) Faleceo em Valhadolid a 12. de Julho de 1545. e jaz no Escorial. (7)

A Infanta Dona Isabel naceo em Lisboa a 28. de Abril de 1529. (8)

A Infanta D. Brites naceo em Lisboa a 15. de Fevereiro de 1530. (9) e jaz em Belém. BB.

Em 4.º de O Principe Dom Manoel naceo em Alvito o 1. de Novembro de 1531. (10) Foy jurado Principe a 13. de Junho de 1535. na Cidade de Evora, para o que se celebrão Cortes. (11) Morreo em Evora a 14. de Abril de 1537. e jaz em Belém. (12) BB.

A R. D. Catharina. 403

O Infante Dom Filippe naceo em Evora a 25. de Março de 1533. (13) Foy jurado Principe, e faleceo a 29. de Abril de 1539. e jaz em Belém. (14)

O Infante D. Diniz naceo em Evora a 26. de Abril de 1535. (15) Morreo em Evora o 1. de Janeiro de 1537. (16)

O Infante Dom João naceo em Evora a 3. de Junho de 1537. (17) Foy jurado Principe em Almeirim Domingo de Lazaro 30. de Março de 1544. (18) Casou em Elvas no fim de Novembro de 1552. com a Princeza Dona Joanna, filha do Emperador Carlos V. (19) Faleceo a 2. de Janeiro de 1554. e jaz em Belém. (20) Foy pay del Rey Dom Sebastião, que foy o XVI. Rey de Portugal, e naceo em Lisboa a 20. de Janeiro de 1554. e se perdeo em Africa a 4. de Agosto de 1578. A Princeza Dona Joanna foy para Castella em 16. de Mayo de 1554. (21) e morreo a 8. de Setembro de 1573. e jaz em Granada. (22)

O Infante D. Antonio naceo em Lisboa a 9. de Março de 1539. (23) Faleceo a 20. de Janeiro de 1540. e jaz em Belém. (24)

Anno, e dia da morte.

A 12. de Fevereiro de 1578. (25)

Lugar da morte.

Na Cidade de Lisboa.

Cc ij

Lugar

Lugar da Sepultura.

No Real Mosteiro de Belém.

Acções illustres.

Edificou a Igreja de Santa Catharina de Lisboa, dotou o Collegio dos Meninos Orfãos, e fundou o Convento de Valbomfeito de Monges de S. Jeronymo. Instituiu no Real Mosteiro de Belém vinte Merciarías, e quatro na Capella do Santo Christo de Cintra.

Autores destas memorias.

1.

Uchoa Caroléa pag. 55. verſ. Garibay tom. 2. liv. 20. cap. 9.

2.

Joseph de Faria Illustração da Casa de Bragança tom. 1. num. 95. e 233. Garibay tom. 4. liv. 35. cap. 35. Andrada na Chronica de Dom João o III. part. 1. cap. 76. diz, que este casamento se concluiu de todo, no anno de 1524. e no cap. 61. da mesma parte primeira escreve, que já no fim deste anno de 1524. se derão as ordens para partirem os que haviaõ de conduzir a Rainha; com o que se deve de assentar, que sem duvida se celebrou no mez de Fevereiro de 1525. como dizem Faria, e Garibay acima allegados.

3.

Andrada Chronica del Rey D. João o III. part. 1. cap. 93.
4 Jo-

4.
Joseph de Faria ubi supra, num. 96.

5.
Andrada ubi supra part. 2. cap. 20.

6.
Vander Hamen Vida de Filippe II.

7.
Descripcion del Escorial pag. 159.

8.
Andrada ubi supra part. 2. cap. 46.

9.
Andrada ubi supra part. 2. cap. 58.

10.
Andrada ubi supra part. 2. cap. 73.

11.
Memorias do Chantre de Evora Manoel Severim de Faria, tom. del Rey D. Joaõ III.

12.
Memorias do Convento do Espinheiro de Evora. Veja-se a letra Z.

13. 14.
Andrada ubi supra part. 2. cap. 82. e part. 3. cap. 69.

15.
Andrada ubi supra part. 3. cap. 5.

16.
Memorias do Chantre de Evora já allegadas.

17.
Andrada ubi supra part. 3. cap. 42.

18.
Livro de Memorias, que vi em casa do Marquez Mor-
domo mór.

19.
Andrada ubi supra part. 4. cap. 95. Joseph de Faria na
Cc iij Illustra-

406 A R. D. Catharina.

Illustração da Casa de Bragança tom. 1. n. 103. diz que este casamento se celebrou no mez de Dezembro. Manoel de Faria e Sousa no tom. 2. da Europa Portugueza part. 4. cap. 2. n. 67. affirma, que a Princeza D. Joanna chegou a Elvas no fim de Novembro, e que dahi passou ao Barreiro, onde ElRey a foy visitar, e depois a levou para Lisboa; aonde passados alguns dias se recebeu com o Principe na Sé. Varona no cap. 2. da Chronica m. f. delRey D. Sebastião diz, que se recebeu a 8. de Dezembro. Póde ser que neste dia tomassem as benções.

20.

Andrada ubi supra part. 4. cap. 108.

21.

Varona na Chronica m. f. delRey D. Sebastião.

22.

Cabrera na Chron. de Philippe II. liv. 10. cap. 14. Mendes Sylva Catalogo Real de Hespanha.

23. 24.

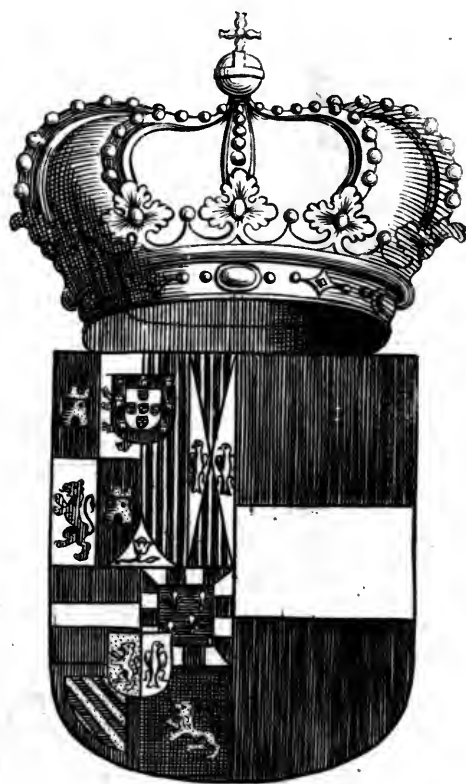
Andrada ubi supra part. 3. cap. 69.

25.

Neste dia se lhe faz o Anniversario no Real Mosteiro de Belém, aonde jaz, e no de Valbomfiteiro de que foy Fundadora. O livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira diz o mesmo por estas palavras: *Pridie Idus Februarii obiit Domna Catharina inclita Regina Portugallie, uxor Serenissimi Regis Domni Joannis tertii. Anno 1578.* Aos doze de Fevereiro morreo a illustre Rainha de Portugal D. Catharina, mulher do Serenissimo Rey D. João o III. no anno de 1578.

ARMAS.

A R M A S.



CASTELHANA.

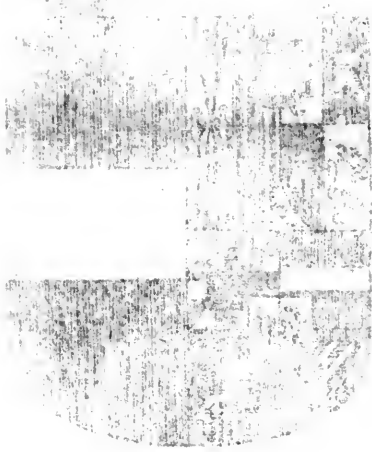
Naceo em Cigales junto a Valhadolid

o 1. de Novembro de 1549.

Cc iiij

Pays,

THE [illegible] OF [illegible]



[illegible]
[illegible]
[illegible]
[illegible]

A Rainha D. Anna. 409

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
A Rainha D. Anna, quarta mulher de Filipe II. de Castella.	O Emperador Maximiliano II.	O Emperador Fernando I.
		D. Filippe I. Rey de Castella.
	A Emperatriz Anna de Hungria.	A Rainha D. Joanna.
		Ladislao Rey de Hungria, e de Bohemia.
A Emperatriz Maria de Austria.	O Emperador Carlos V.	A Rainha Anna de Fox.
		D. Filippe I. Rey de Castella.
	A Emperatriz D. Isabel de Portugal.	A Rainha D. Joanna.
		D. Manoel Rey de Portugal.
		A Rainha D. Maria segunda mulher.

410 *A Rainha D. Anna.*

Casamento.

Com Dom Filippe II. Rey de Castella.

Anno, e dia, em que casou.

A 12. de Novembro de 1570.

Filhos, que teve.

O Principe D. Diogo morreo em Madrid a 21. de Setembro de 1582. e jaz no Escorial.

O Principe D. Filippe successor naceo em Madrid a 14. de Abril de 1578. Foy jurado Principe de Portugal em Lisboa a 30. de Janeiro de 1583. Entrou a reynar em 17. de Setembro de 1589. Casou com a Rainha D. Margarida de Austria, filha do Archiduque Carlos. Morreo em Madrid a 31. de Março de 1621. e jaz no Escorial.

A Infanta D. Maria faleceo a 4. de Agosto de 1583. jaz no Escorial.

Anno,

A Rainha D. Anna. 411

Anno, e dia da morte.

A 26. de Outubro de 1580.

Lugar da morte.

Na Cidade de Badajoz.

Lugar da sepultura.

No Escorial.

ARMAS.

THE

...

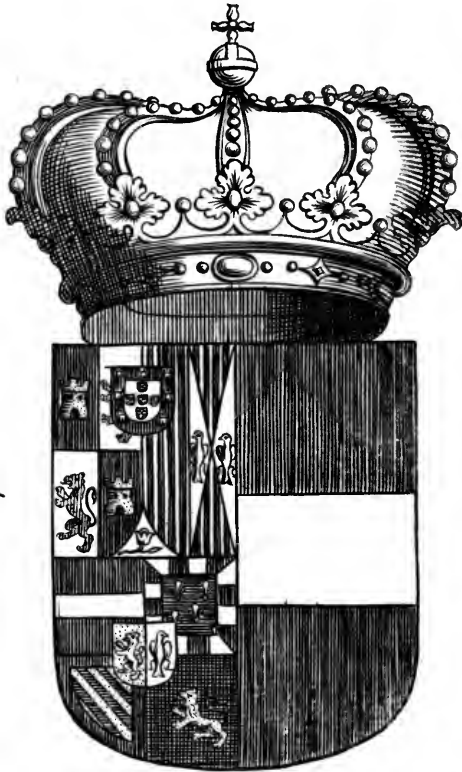
...

...

...

...

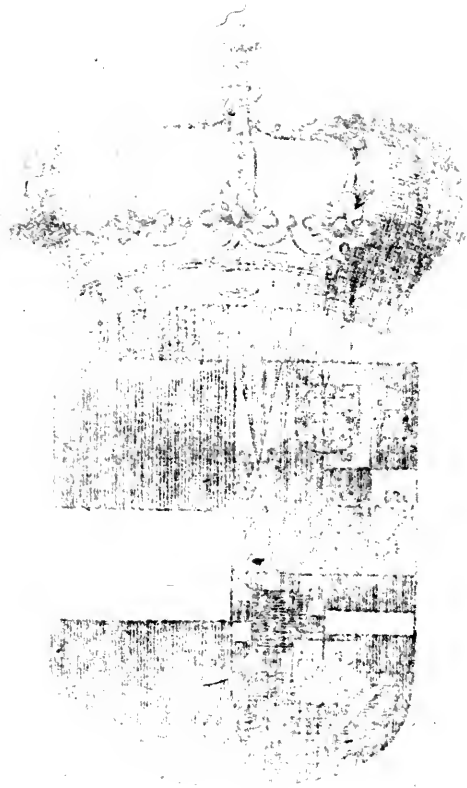
A R M A S.



ALEMÃA.

Naceo em Gratz de Stiria a 25. de Dezembro de 1584.

Pays,



A.R.D. Margarida. 415.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
Carlos Archiduque de Austria.	O Emperador Fernando I.	D. Filippe I. Rey de Castella.
		A Rainha D. Joanna.
	A Emperatriz Anna de Hungria.	Ladislao Rey de Hungria, e de Bohe-mia.
		A Rainha Anna de Fox.
A Archidu-queza Maria de Baviera.	Alberto Duque de Baviera.	Guilherme Duque de Baviera.
		A Duqueza Maria de Baden.
	A Duqueza Anna de Austria.	O Emperador Fernando I.
		A Emperatriz Anna de Hungria.

Casa-

416 *A R. D. Margarida.*

Casamento.

Com Dom Filippe III. Rey de Castella.

Anno, e dia, em que casou.

A 18. de Abril de 1599.

Filhos, que teve.

A Infanta Dona Anna de Austria naceo em Valhadolid a 22. de Setembro de 1601. Casou no anno de 1615. com Luiz XIII. Rey de França.

O Principe Dom Filippe successor naceo em Valhadolid a 8. de Abril de 1605. Foy jurado Principe de Portugal em 14. de Julho de 1619. Desposouse no anno de 1615. com a Rainha Dona Isabel de Borbon, filha de Henrique IV. Rey de França. Começou a reynar em 31. de Março de 1621. Perdeo o Reyno, e Conquistas de Portugal no 1. de Dezembro de 1640.

A Infanta Dona Maria naceo em Valhadolid a 18. de Agosto de 1606. Casou no anno de 1631. com Dom Fernando Rey de Bohemia, e Ungria, depois Emperador III. do nome.

O Infante D. Carlos naceo em Madrid a 14. de Setembro de 1607. Morreo em Madrid a 30. de Julho de 1632. e jaz no Escorial.

AR. D. Margarida. 417

O Infante Dom Fernando naceo no Escorial a 17. de Mayo de 1609. Foy creado Cardeal pelo Papa Paulo V. em 29. de Julho de 1619.

A Infanta Dona Margarida naceo em Lerma a 25. de Mayo de 1610. Faleceo em Madrid a 11. de Março de 1617. e jaz no Escorial.

O Infante Dom Affonso Mauricio naceo no Escorial a 22. de Setembro de 1611. Morreo em Madrid a 16. de Setembro de 1612. e jaz no Escorial.

Anno , e dia da morte.

Em 3. de Outubro de 1611.

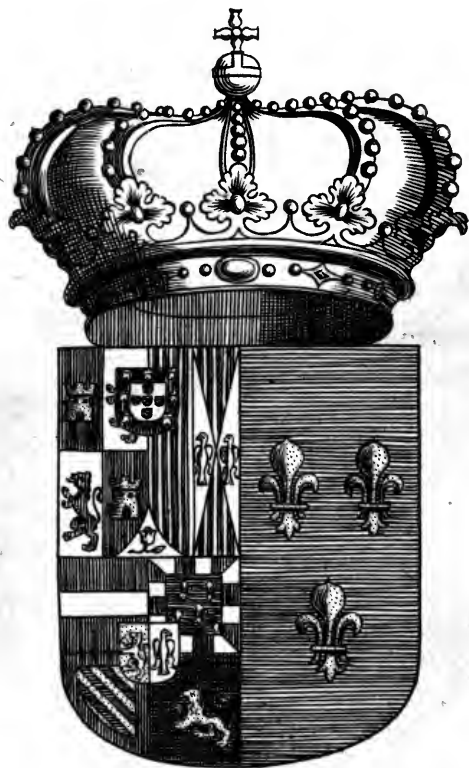
Lugar da morte.

No Escorial.

Lugar da Sepultura.

No Escorial.

A R M A S.



FRANCEZA.

Naceo em Fontainebleau a 22. de Novembro de 1602.

Ddij

Pays;

A Rainha D. Isabel. 421

A Rainha Dona Isabel primeira mulher de Dom Filippe IV. Rey de Castella.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
Henrique IV. Rey de França.	Antonio de Borbon Rey de Navarra.	Carlos de Borbon Duque de Vandoma.
		A Duqueza Francisca de Alençon.
	Joanna herdeira do Reyno.	Henrique Albret Rey de Navarra.
A Rainha Maria de Medices.		A Rainha Margarida de Valois.
	Francisco de Medices Grão Duque de Toscana.	Cosme de Medices Grão Duque de Toscana.
		A Grão Duqueza D. Leonor de Toledo.
	A Grão Duqueza D. Joanna de Austria.	O Emperador Fernando I.
		A Emperatriz Anna de Hungria.

422 *A Rainha D. Isabel.*

Casamento.

Com Dom Filippe IV. Rey de Castella.

Anno , em que se desposou.

1615.

Filhos , que teve.

A Infanta D. Margarida Maria naceo em Madrid a 14. de Agosto de 1621. viveo quarenta horas, e jaz no Escorial.

A Infanta D. Maria Margarida Catharina naceo em Madrid a 25. de Novembro de 1623. Morreo em Madrid a 22. de Dezembro de 1623. e jaz no Escorial.

A Infanta D. Maria naceo em Madrid a 21. de Novembro de 1625. Faleceo em Madrid a 21. de Julho de 1627. e jaz no Escorial.

O Principe Dom Balthasar Carlos naceo em Madrid a 17. de Outubro de 1629.

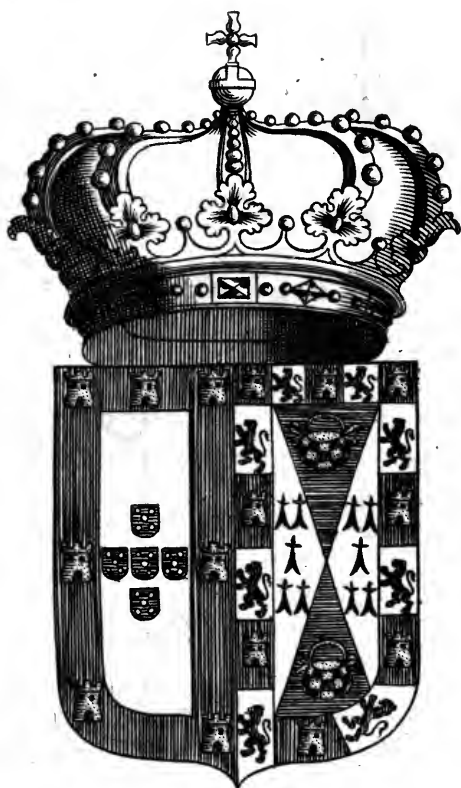
A Infanta D. Isabel Theresa naceo.

A Infanta D. Maria Anna Antonia naceo em Madrid a 17. de Janeiro de 1635. Morreo em Madrid a 5. de Dezembro de 1636. e jaz no Escorial.

A Infanta D. Maria Theresa naceo em Madrid a 20. de Setembro de 1638.

ARMAS.

A R M A S.



CASTELHANA.

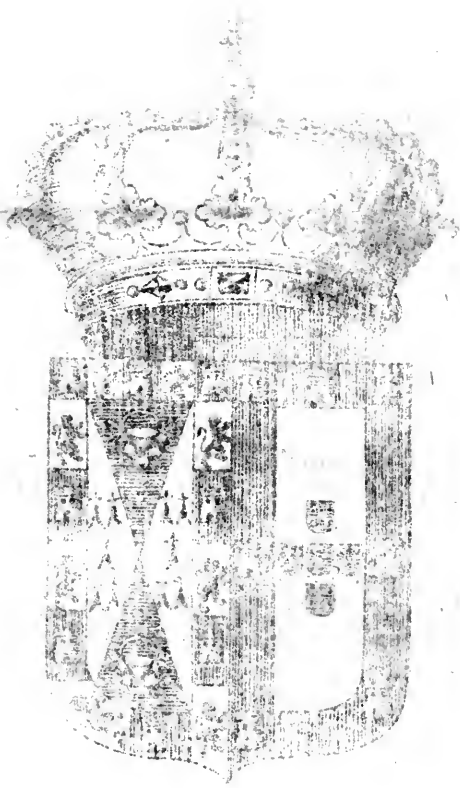
Naceo em S. Lucar de Barrameda a 13.
de Outubro de 1613.

Dd iiij

Pays,

1881

1881



1881

1881

1881

A Rainha D. Luiza. 425

A Rainha D. Luiza Francisca de Gusmao mulher de Dom Joao o IV. Rey de Portugal.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
D. Joao Manoel Peres de Gusmao oitavo Duque de Medina Sidonia.	D. Affonso Peres de Gusmao primeiro Duque de Medina Sidonia.	D. Joao de Gusmao Duque de Medina Sidonia.
		A Duqueza Dona Leonor de Zuniga.
	A Duqueza D. Anna da Sylva e Mendoza.	Ruy Gomes da Sylva Principe de Eboli.
		A Princeza D. Anna de Mendoza e la Cerda.
A Duqueza D. Joanna de Sandoval.	D. Francisco de Sandoval e Roxas Marquez de Denia.	D. Francisco de Sandoval e Roxas Marquez de Denia.
		A Marqueza D. Isabel de Borja.
	A Marqueza D. Catharina de la Cerda.	D. Joao de la Cerda quarto Duque de Medina Celi.
		A Duqueza D. Joanna de Mello.

Casa-

426 *A Rainha D. Luiza.*

Casamento.

Com Dom João oitavo Duque de Bragança , e depois XVIII. Rey de Portugal IV. do nome, que naceo em Villa Viçosa a 19. de Março de 1604.

Anno , e dia , em que casou.

Em 12. de Janeiro de 1633.

Filhos , que teve.

O Senhor Dom Theodosio naceo em Villa Viçosa a 8. de Fevereiro de 1634. Foy jurado Principe de Portugal em 28. de Janeiro de 1641. Morreo a 15. de Mayo de 1653. Jaz em Belém.

A Senhora D. Anna naceo em Villa Viçosa a 21. de Janeiro de 1635. Faleceo no mesmo dia, e jaz no Coro das Religiosas do Convento das Chagas da mesma Villa.

A Infanta D. Joanna naceo em Villa Viçosa em 18. de Setembro de 1636. Morreo em Lisboa a 17. de Novembro de 1653. Jaz em Belém.

A Infanta D. Catharina naceo em Villa Viçosa em 25. de Novembro de 1638. Casou com Carlos II. Rey de Inglaterra, de que não teve filhos. Voltou para Portugal, e entrou em Lisboa em 20. de Janeiro de 1693. No anno
de

A Rainha D. Luiza. 427

de 1704. foy Regente do Reyno pela ausencia de seu irmão ElRey Dom Pedro II. à campanha da Beira, e no anno de 1705. pela perigosa enfermidade, que padeceo. Faleceo em Lisboa a 31. de Dezembro de 1705. e jaz em Belém.

O Senhor Dom Manoel naceo em Villa Viçosa a 6. de Setembro de 1640. Morreo logo, e jaz no Convento dos Religiosos de Santo Agostinho da mesma Villa.

O Infante D. Affonso naceo em Lisboa a 21. de Agosto de 1643. Foy bautizado a 13. de Setembro do mesmo anno, e foy Padrinho seu irmão o Principe Dom Theodosio. Foy jurado Principe successor em 22. de Outubro de 1653. Começou a reynar em 6. de Novembro de 1656. Acciamouse a 15. do dito mez, e anno, e foy o XIX. Rey de Portugal. Casou com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya em 2. de Agosto de 1666. Annulouse este casamento por sentença de 24. de Março de 1668. Foy deposto do throno em 23. de Novembro de 1667. e depois de varios casos faleceo no Palacio de Cintra a 12. de Setembro de 1683. Jaz em Belém.

O Infante Dom Pedro naceo em Lisboa a 26. de Abril de 1648. Foy seu Padrinho o Principe Dom Theodosio. Foy jurado Principe, e Governador do Reyno em 27. de Janeiro de 1668. Casou a primeira vez em 2. de Abril de 1668. com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, mulher que havia sido de seu irmão ElRey Dom Affonso VI. Entrou a reynar em 12. de Setembro de 1683. e foy o XX. Rey de Portugal. Casou segunda vez com a Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neobourg em 11. de Agosto de 1687. Morreo em Alcantara junto a Lisboa em 9. de Dezembro de 1706. Jaz no Convento de S. Vicente de Fóra.

Anno,

428 *A Rainha D. Luiza.*

Anno, e dia da morte.

A 27. de Fevereiro de 1666.

Lugar da morte.

No Grillo, junto a Lisboa.

Lugar da sepultura.

No Grillo, no Convento das Religiosas Descalças de Santo Agostinho.

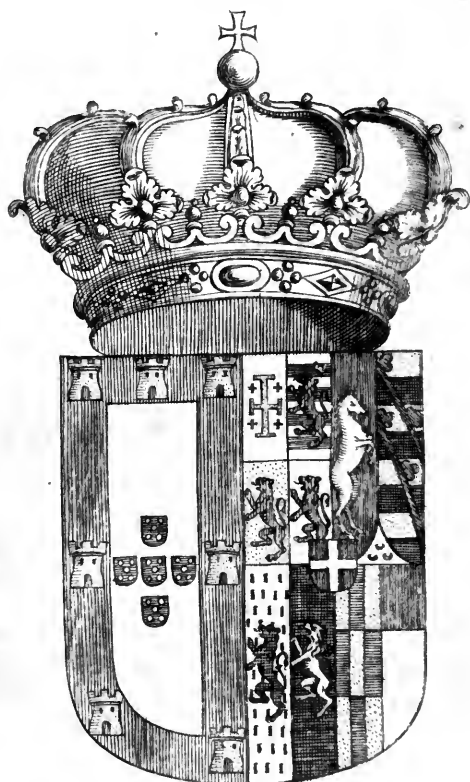
Acçoens illustres.

Introduzio neste Reyno a reforma dos Agostinhos Descalços, e fundou no Grillo o Convento das Religiosas da mesma reforma.

ARMAS.

A R. D. M.^a Francisca. 429

A R M A S.



FRANCEZA.

Naceo em Pariz a 21. de Junho
de 1646.

Pays,

A Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, primeira mulher de D. Pedro II. Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
Carlos Manoel de Saboya Duque de Nemours, e de Aumale.	Henrique de Saboya, Duque de Nemours.	Jaques de Saboya Duque de Nemours.
		A Duqueza Anna de Este.
	A Duqueza Anna de Lorena. H.	Carlos de Lorena Duque de Aumale.
		A Duqueza Maria de Lorena.
A Duqueza Isabel de Borbon.	Cesar de Borbon Duque de Vandoma. B.	Henrique IV. Rey de França.
		Gabriella de Estrees Duqueza de Beaufort.
	Francisca de Lorena Duqueza de Merceur.	Filippe Manoel de Lorena Duque de Merceur.
		A Duqueza Maria de Luxembourg.

Casa-

432 *A R.D.M.^a Francisca.*

Casamento.

Com o Principe Dom Pedro , depois XX. Rey de Portugal.

Anno , e dia , em que casou.

Em 2. de Abril de 1668.

Filha , que teve.

A Infanta D. Isabel naceo em Lisboa a 6. de Janeiro de 1669. Foy bautizada a 2. de Março do mesmo anno por Dom Francisco Sottomayor , Bispo de Targa , Deão da Capella Real. Foy seu Padrinho El Rey de França Luiz XIV. que mandou a procuração ao seu Embaixador Belchior Starod , Abbade de S. Romaõ. Não houve Madrinha. Foy jurada Princeza do Reyno em Cortes a 27. de Janeiro de 1674. Esteve desposada com Victorio Amadeo, Duque de Saboya. Morreo a 21. de Outubro de 1690. Jaz no Convento do Santo Christo de Capuchas Francezas.

Anno , e dia da morte.

Em 27. de Dezembro de 1683.

Lugar

Lugar da morte.

Em Palhavãa, junto a Lisboa.

Lugar da sepultura.

No Convento do Santo Christo.

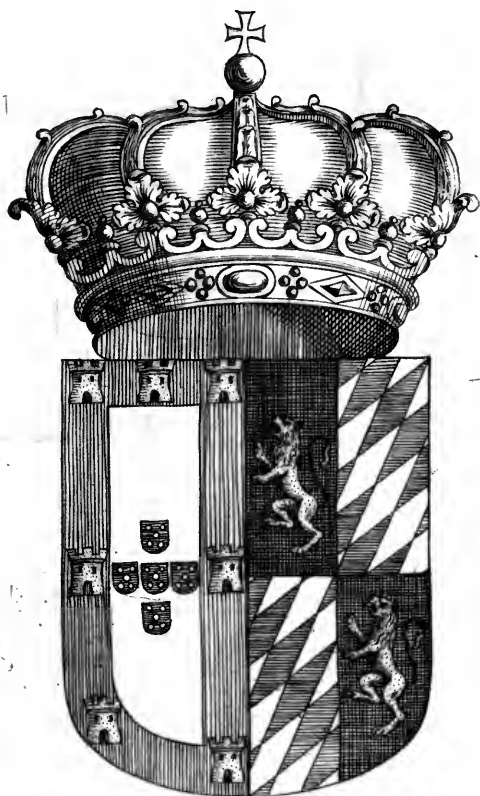
Acçoens illustres.

Fundou em Lisboa o Convento do Santo Christo de Religiofas Francezas da reforma da Beata Collecção.

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY

1961
1962
1963
1964
1965
1966
1967
1968
1969
1970
1971
1972
1973
1974
1975
1976
1977
1978
1979
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
2013
2014
2015
2016
2017
2018
2019
2020
2021
2022
2023
2024
2025

A R M A S.



A L E M ã A.

Naceo em Breuath no Ducado de Juliers
a 6. de Agosto de 1666.

Ecij

Pays,

THE UNIVERSITY OF CHICAGO



THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

A R. D. Maria Sofia. 437

A Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neobourg segunda mulher de Dom Pedro XX. Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
Filippe Vilhelmo Conde Palatino do Rhim Duque de Neobourg, Eleitor do S.R.l.	Volfango Vilhelmo Duque de Baviera Conde Palatino.	Filippe Ludovico Duque de Neobourg, Conde Palatino.
		A Duqueza Anna de Austria.
	A Duqueza Magdalena de Baviera.	Vilhelmo Duque de Baviera.
		A Duqueza Renata de Lorena.
A Duqueza Isabel Amalia segunda mulher.	Jorge II. Landgrave de Haffia.	Ludovico IV. Landgrave de Haffia.
		Magdalena de Brandembourg.
	Sofia Leonor de Saxonia.	Joaõ Jorge Eleitor de Saxonia.
		Magdalena Sibylla de Brandembourg.

438 *AR.D. Maria Sofia.*

Casamento.

Com Dom Pedro II. XX. Rey de Portugal.

Anno, e dia em que casou.

Em 11. de Agosto de 1687.

Filhos, que teve.

O Príncipe D. João naceo em Lisboa a 30. de Agosto de 1688. Por se achar em perigo de vida foy baptizado particularmente em 13. de Setembro do dito anno, pelo Arcebispo de Lisboa Luiz de Sousa, Capellão mór. Foy Padrinho seu avô o Conde Palatino do Rhim, e teve procuração o Cardeal D. Verissimo de Lancastro; e Madrinha sua irmã a Infanta D. Isabel. Morreo a 17. de Setembro de 1688. Jaz em S. Vicente de fóra.

O Príncipe D. João naceo em Lisboa a 22. de Outubro de 1689. Foy baptizado em 19. de Novembro do mesmo anno, pelo Arcebispo de Lisboa, e Capellão mór Luiz de Sousa. Padrinho o Conde Palatino do Rhim seu avô, cuja procuração teve o Cardeal Lancastro; e Madrinha Infanta D. Isabel, em cujo nome tocou o Conde de Val de Reys seu Mordomo mór. Foy jurado Principe no 1. de Dezembro de 1697. Começou a reynar a 9. de Dezembro de 1706. Acclamouse no 1. de Janeiro de 1707. Casou em 27. de Outubro de 1708. com a Rainha D. Maria Anna de Austria.

O Ia-

A.R. D. Maria Sofia. 439

O Infante D. Francisco naceo em Lisboa a 25. de Mayo de 1691. Foy bautizado em 26. de Junho do mesmo anno, pelo Arcebispo de Lisboa Capellaõ môr Luiz de Sousa. Padrinho o Eleitor ; irmão da Rainha, e em seu nome o Cardeal Lancastro.

*Falleceu na Quinta junto do
ra, limite de Obidos, accompan
lmas o Rey D. João V. no
em 21 de Julho de 1742. jaz
Real Mostro de S. Vicente d
Lis?*

O Infante D. Antonio nacco em Lisboa a 15. de Março de 1694. Foy bautizado em 16. de Abril do dito anno, pelo Arcebispo de Lisboa Capellaõ môr Luiz de Sousa. Padrinho o Duque D. Luiz, em nome do Emperador Leopoldo; e D. Fr. Joseph de Lancastro, Bispo Inquisidor geral, em nome da Rainha de Inglaterra D. Catharina.

A Infanta D. Theresia naceo em Lisboa a 24. de Fevereiro de 1696. Foy bautizada em 25. de Março do dito anno, pelo Arcebispo de Lisboa Capellaõ môr Luiz de Sousa. Padrinhos El Rey de Castella Carlos II. e a Emperatriz irmã da Rainha, e tocou em nome de ambos o Marquez de Castel de los Rios, Embaixador de Castella. Falleceõ a 16. de Fevereiro de 1704. Jaz em S. Vicente de fóra.

O Infante D. Manoel naceo em Lisboa a 3. de Agosto de 1697. Foy bautizado em 24. do dito mez, pelo Arcebispo de Lisboa Capellaõ môr o Cardeal Sousa. Padrinhos seus avós os Condes Palatinos do Rhim, em cujos nomes tocou o Bispo Inquisidor geral D. Fr. Joseph de Lancastro.

A Infanta D. Francisca naceo em Lisboa a 30. de Janeiro de 1699. Foy bautizada em 24. de Fevereiro do dito anno pelo Cardeal Sousa, Arcebispo de Lisboa, Capellaõ môr. Foy Padrinho Joseph, Rey dos Romanos, e em seu nome tocou o Bispo Inquisidor geral D. Fr. Joseph de Lancastro. Não houve Madrinha.

*Falleceu em Lisboa em 15 de Ju
jaz sep^t no Real Mostro de*

440 *A.R.D. Maria Sofia.*

Anno, e dia da morte.

Em 4. de Agosto de 1699.

Lugar da morte.

Na Cidade de Lisboa.

Lugar da sepultura.

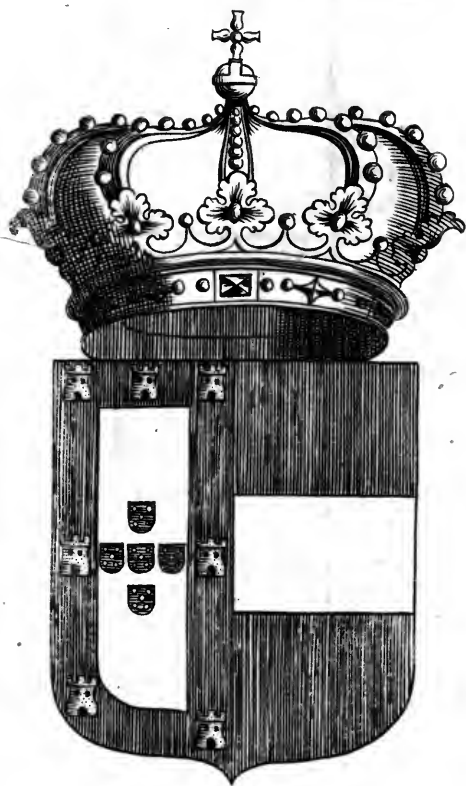
Em S. Vicente de fóra.

Acçoens illustres.

Fundou o Collegio dos Padres Jesuitas na Cidade de Béja.

ARMAS.

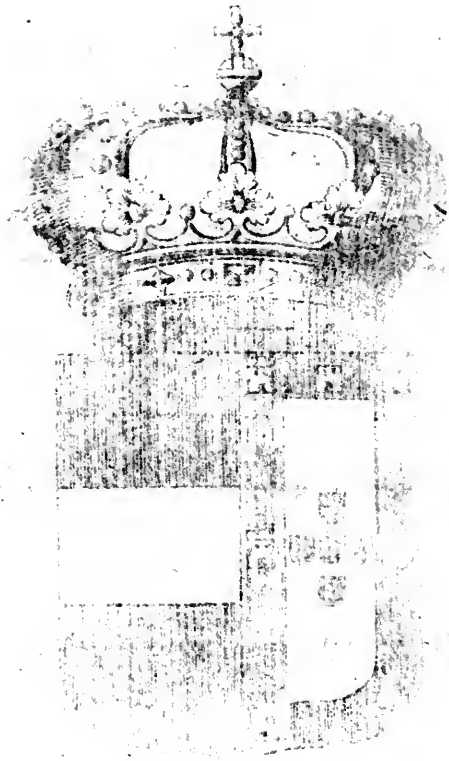
A R M A S.



A L E M A A.

Naceo em Lintz, Cabeça da Austria Superior a 7. de Setembro de 1683.

Pays,



[Faint, illegible handwritten notes]

A Rainha D. Maria Anna de Austria mulher de D. João V. Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
O Imperador Leopoldo I.	O Imperador Fernando III.	O Imperador Fernando II.
		A Imperatriz Maria de Baviera primeira mulher.
	A Imperatriz D. Maria de Austria.	D. Filippe III. Rey de Castella.
A Imperatriz Leonor Magdalena, terceira mulher.		A Rainha D. Margarida de Austria.
	Filippe Vilhelmo Conde Palatino do Rhim, Duque de Neobourg, Eleitor do S. R. I.	Volfango Vilhelmo Duque de Baviera Conde Palatino.
		A Duqueza Magdalena de Baviera.
	A Duqueza Isabel Amélia, segunda mulher.	Jorge II. Landgrave de Haffia.
		Sofia Leonor de Saxonia.

444 *A R. D. Maria Anna.*

Casamento.

Com D. João V. XXI. Rey de Portugal.

Anno, e dia, em que casou.

Em 27. de Outubro de 1708.

Filhos, que tem.

Principe D. Antonio, f. do Rey Leop. V. e da Reyna Izabel Garraua, foy no anno de 1746. foy Regente de Cy.

A Infanta D. Maria naceo em Lisboa a 4. de Dezembro de 1711. Foy bautizada pelo Cardeal da Cunha Capellaõ môr, e foy seu Padrinho o Infante D. Francisco, e Madrinha a Emperatriz sua avô, pela qual tocou o Infante D. Antonio.

O Principe D. Pedro naceo em Lisboa a 19. de Outubro de 1712. Foy bautizado pelo Cardeal da Cunha Capellaõ môr, e foy seu Padrinho o Emperador Joseph, por quem tocou o Infante D. Manoel; e Madrinha a Infanta D. Francisca. Morreo a 29. de Outubro de 1714. Jaz em S. Vicente de fóra. *E foy Regente de Cy.*

O Principe D. Joseph naceo em Lisboa a 6. de Junho de 1714. Foy bautizado pelo Cardeal da Cunha Capellaõ môr, e foy Padrinho Luiz o Grande, cuja procuração teve o seu Embaixador Extraordinario o Abbade de Mor-nay; e Madrinha a Infanta D. Francisca, com procuração da Emperatriz Amalia.

A R. D. Maria Anna. 445

O Infante D. Carlos naceo em Lisboa a 2. de Mayo de 1716. Foy logo bautizado pelo Cardeal da Cunha Capellaõ môr. Foy Padrinho o Infante D. Antonio, e Madrinha a Infanta D. Maria. Em Domingo 7. de Junho se lhe puzeraõ os Santos Oleos com as solemnidades costumadas.

*Falleceu em 1742 a 30 de Março de
Sept no Real Mostro de S. Viç.*

O Infante D. Pedro naceo em Lisboa a 5. de Julho de 1717. Foy bautizado a 29. de Agosto do mesmo anno pelo Patriarca D. Thomaz de Almeida Capellaõ môr. Foy Padrinho o Papa Clemente XI. que mandou a procuraçãõ ao Infante D. Antonio, e Madrinha a Infanta D. Maria pela Emperatriz D. Isabel.

*He Gran Prior do Crato, por
do Infante D. Francisco
falleceu na Cella de Calvary a 21
de 1772.*

O Infante D. Alexandre naceo em Lisboa a 24. de Setembro de 1723. Foy bautizado pelo Patriarca D. Thomaz de Almeida Capellaõ môr a 6. de Dezembro seguinte. Foy seu Padrinho D. Philippe V. Rey de Castella, e teve a procuraçãõ o seu Embaixador Extraordinario o Marquez D. Domingos Capecelatro; e Madrinha a Rainha viuva de Castella D. Maria Anna de Baviera, cuja procuraçãõ teve o Duque D. Nuno Alvarez Pereira de Mello.

*Falleceu em 1794 a 2 de Agosto
por no Real Mostro de S. Viç.*

*Æternùm vivat, Lysio dominetur ut Orbi:
Sic superùm votis annuat Aula meis!*

IN-

THE HISTORY OF THE

REPUBLIC OF THE UNITED STATES

OF AMERICA

FROM THE FIRST SETTLEMENTS TO THE PRESENT TIME

BY

JOHN F. JOHNSON

OF THE

NEW YORK PUBLIC LIBRARY

ASTOR LENOX AND TILDEN FOUNDATIONS

NEW YORK

1898

THE HISTORY OF THE

REPUBLIC OF THE UNITED STATES

OF AMERICA

FROM THE FIRST SETTLEMENTS TO THE PRESENT TIME

BY

JOHN F. JOHNSON

OF THE

NEW YORK PUBLIC LIBRARY

ASTOR LENOX AND TILDEN FOUNDATIONS

NEW YORK

1898

INDEX

D A S

COUSAS NOTAVEIS.

O Numero denota a Pagina.

A

Infante D. Affonso.

S Enhor de Portalegre, filho dos Reis de Portugal D. Affonso III. e Dona Brites, quando naceo, pag. 250. Com quem foy calado, ibi. Dia, e anno da tua morte, ibi. Onde está sepultado, pag. 233. Foy achado incorrupto, ibi.

Infante D. Affonso.

Filho dos Reis de Portugal D. Affonso IV. e Dona Brites, em que anno naceo, pag. 274. Em que lugar morreo, e onde está sepultado, ibi.

Infante D. Affonso.

Filho do Infante D. Pedro, e Dona Ignez de Castro, pag. 304.

Infante D. Affonso.

Filho dos Reis de Portugal D. João o I. e D. Filippa, quando naceo, pag. 340. Dia, e anno da sua morte, e onde está sepultado, ibi.

Principe D. Affonso.

Filho dos Reis de Portugal D. João o II. e D. Leonor, quando naceo, pag. 370. Casou com a Princeza Dona Isabel, filha del Rey D. Fernando o Catholico, e quando se celebrou este desposorio, ibi. Dia, e anno da sua morte, e onde está sepultado, ibi.

Principe D. Affonso.

Filho dos Reis de Portugal D. João III. e Dona Cathari-

tharina , em que dia , e anno
naceo , pag. 404.

*El Rey D. Affon-
so III.*

Infante D. Affonso.

Filho dos Reys de Portugal
D. Manoel , e Dona Maria,
donde , e quando naceo , pag.
383. Foy creado Cardeal pe-
lo Papa Leão X. e em que dia,
e anno , ibi. Foy Bispo de Vi-
seu , de Evora , e da Guarda,
e Arcebispo de Lisboa , ibi.
Dia , e anno da sua morte , e
lugar da sepultura , ibi.

El Rey D. Afonso II.

De Portugal , em que dia , e
anno naceo , pag. 126. e 130.
Em que anno casou com Dona
Urraca , filha del Rey Dom
Afonso das Navas , pag. 127.
e 133. Em que dia , e anno
entrou a reynar , ibi. Em que
dia , e anno morreo , ibi. Con-
quista Alcacer , pag. 60.

El Rey D. Affonso II.

De Aragaõ , em que anno
esteve contratado para casar
com a Infanta Dona Mafalda,
filha dos Reys de Portugal D.
Afonso Henriques , e Dona
Mafalda , o qual se não effei-
tuou , pag. 109. e 119.

De Portugal , em que dia , e
anno naceo , pag. 140. Casou
com Mathilde , Senhora do
Condado de Bolonha , da qual
não teve filhos , o que se pro-
va com solidos fundamentos ,
pag. 204. até 236. Casou se-
gunda vez com Dona Brites,
filha natural del Rey Dom Af-
onso Sabio de Castella , e em
que anno se celebrou este ca-
samento , pag. 40. Em que dia,
e anno entrou a reynar , ibi.
Anno , e dia da sua morte , e
onde está sepultado , ibi. Fez-
se Senhor de todo o Reyno do
Algarve até o anno de 1250.
pag. 61. Rompe guerra con-
tra o Infante D. Affonso , de-
pois decimo entre os Reys de
Castella , e Leão , pag. 62.

*El Rey D. Affon-
so IV.*

De Portugal , em que dia , e
anno naceo , pag. 266. Casou
com Dona Brites , filha de D.
Sancho o Bravo Rey de Cas-
tella , ibi. Em que dia , e an-
no entrou a reynar , ibi. Dia,
e anno da sua morte , ibi.

El Rey

das cousas notaveis. 449

El Rey D. Affonso V.

De Portugal, onde, e quando naceo, pag. 354. Quando entrou a reynar, ibi. Quando foy acclamado Rey, ibi. Casou com D. Isabel, filha de seu tio o Infante Dom Pedro, e quando foy celebrado este casamento, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

El Rey D. Affonso VI.

De Portugal, onde, e quando naceo, pag. 427. Em que dia, e anno foy jurado succesor da Coroa, ibi. Casa com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya, e quando se celebrou este despoorio, ibi. Annulase este matrimonio, ibi. Quando foy deposto do Throno, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

El Rey D. Affonso VI.

De Leão, e Castella, quando morreo, pag. 21. Catou com Dona Ximena Nunes de Gusmao, mãy da Rainha D. Theresia, mulher do Conde D.

Henrique, pag. 8. e 9. Catou com D. Constança de Borgonha, pag. 21.

El Rey D. Affonso IX.

De Leão, em que anno casou com a Infanta D. Theresia, filha dos Reys de Portugal D. Sancho I. e D. Dulce, e quando se separarao por serem parentes, pag. 126.

El Rey D. Affonso X.

Chamado o Sabio, possuhio o Algarve desde o anno 1253. até o anno de 1264. E de como o largou a Affonso III. de Portugal, com obrigação de o ajudar com cincoenta lanças, pag. 62. e 63. De como remittio a Affonso III. as cincoenta lanças, pag. 68. e 69.

El Rey D. Affonso XI.

De Castella, em que dia, e anno ajustou os seus despoorios com D. Constança Manoch, pag. 179.

El Rey D. Affonso XI.

De Castella em que anno casou com a Infanta D. Maria, filha dos Reys de Portugal D. Affonso IV. e D. Brites, pag. 274.

D. Affonso Emperador.

De Castella, e Leão, de quem foy filho, pag. 21. Em que dia, e anno tomou posse do Sceptro, pag. 25. Por quem foy coroado, e as pessoas principaes, que affutirão a este acto, pag. 44.

D. Affonso.

Príncipe Duque de Bragança, casou sua filha D. Isabel com o Infante D. João, Mestre da Ordem de Santiago, e Condestavel de Portugal, filho dos Reys D. João o I. e D. Filippa, pag. 347.

D. Affonso Diniz.

Foy filho natural, e não legitimo del Rey Dom Affonso III. de Portugal, pag. 221. até 236. Onde está enterrado, pag. 235.

El Rey Dom Affonso Henriques.

Quando naceo, pag. 4. e 79. até 86. Em que dia, e anno começou a governar, pag. 4. Quando foy acclamado Rey, ibi. Casa com a Rainha Dona Mafalda, filha de Amadeo III. Conde de Saboya, pag. 5. Quando morreo, e onde está sepultado, ibi. Quebra hum perna nas portas de Badajoz, e he levado prisioneiro à tenda del Rey D. Fernando, pag. 26. Sustenta sanguinolenta guerra contra os Reys de Leão, e porque causa, pag. 25. Escreve hum carta a S. Bernardo, na qual lhe pede interpuzesse a sua authoridade com o Papa, para que lhe confirmasse o Reyno na sua Pessoa, pag. 53.

Infante D. Affonso Mauricio.

Filho de Filippe III. de Castella, e D. Margarida de Austria, onde, e quando naceo, pag. 417. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

D. Affonso Sanchez.

Filho natural del Rey Dom Diniz,

das cousas notaveis. 451

Diniz onde está sepultado, pag. 233.

Alcacer.

Conquistado por D. Affonso II. de Portugal, pag. 60. e por D. Sancho II. pag. 160.

D. Aldonça Lourenço De Valladares.

Filha de D. Lourenço Soares de Valladares, Rico Homem, Fronteiro mór de Entre-Douro, e Minho, e de sua mulher D. Sancha Nunes de Chacim, foy mãy da Rainha D. Ignez de Castro, pag. 319.

Infante D. Alexandre.

Filho dos Reis de Portugal Dom João V. e D. Maria Anna de Austria, onde, e quando naceo, pag. 445. Por quem foy bautizado, e quacs forão os seus Padrinhos, ibi.

Algarve.

He conquistado por Affonso III. de Portugal até o anno de 1250. pag. 60. Não foy dado em dote a este Principe por Affonso Sabio de Castella, como escreveo o Padre

João de Marianna, ibi. Posuio as suas terras D. Affonso Sabio desde o anno de 1253. até o de 1264. pag. 62. Não foy Conquista particular dos Reis de Castella, mas tambem dos Reis de Portugal, pag. 160.

Aljustrel.

Em que anno foy conquistado por ElRey D. Sancho II. pag. 160.

A Senhora D. Anna.

Filha de D. João o IV. e D. Luiza, onde, e quando naceo, pag. 426. Quando faleceo, e onde está enterrada, ibi.

A Rainha D. Anna de Austria.

Quarta mulher de Filippe II. de Castella, onde, e quando naceo, pag. 407. Pays, Avós, e Bisavós, que teve, pag. 409. Dia, e anno em que casou com aquelle Monarca, pag. 410. Filhos, que teve, ibi. Anno, e dia da sua morte, e lugar da sepultura, pag. 411.

*A Infanta D. Anna
de Austria.*

Filha de Philippe III. de Castella, e de D. Margarida de Austria, onde, e quando naceo, pag. 416. Casou com Luiz XIII. de França, e quando le celebrou este despoorio, pag. 416.

Anno.

Qual foy o em que naceo ElRey Dom Affonso Henriques, pag. 79. até 86. Qual foy o em que casou o Conde D. Henrique com a Rainha D. Theresia, pag. 29. até 37.

Infante D. Antonio.

Filho dos Reys de Portugal D. Manoel, e D. Maria, donde, e quando naceo, pag. 384.

Infante D. Antonio.

Filho dos Reys de Portugal D. João III. e D. Catharina, onde, e quando naceo, pag. 403. Dia, e anno da sua morte, ibi.

Infante D. Antonio.

Filho dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo, onde, e quando naceo, pag. 439. Em que dia, e anno foy bautizado, e quem lhe conferio este Sacramento, ibi. Foy Padrinho de Bautismo de seu sobrinho o Infante D. Carlos, filho delRey D. João V. pag. 445. Assistio com procuração da Emperatriz Dona Leonor Magdalena ao Bautismo de sua sobrinha a Infanta Dona Maria, neta da mesma Emperatriz, pag. 444.

Fr. Antonio Brandaão.

Segue, que o nascimento delRey Dom Affonso Henriques fora no anno de 1106. e he impugnado, pag. 81. e 82. Juizo, que fez do Nobiliario do Conde D. Pedro, que corre impresso, pag. 222.

Arronches.

Em que anno foy conquistado por Dom Sancho II. pag. 160.

Aurembiaux.

Senhora do Condado de Urgel, casou com o Infante D. Pedro, filho dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e D. Dulce, pag. 127.

Ayamonte.

Em que anno o conquistou ElRey D. Sancho II. pag. 160.

B

O Principe D. Balthasar Carlos.

Filho de Filippe IV. Rey de Castella, e de sua primeira mulher Dona Isabel de Borbon, onde, e quando naceo, pag. 422.

P. Balthasar Gracian.

Author do Criticon, juizo que fez das obras dos Autores Castelhanos, e Portuguezes, pag. 76.

A Infanta D. Berenguella.

Filha dos Reys de Portugal D. Sancho I. e Dona Dulce, casou com Valdemaro II. Rey de Dinamarca, pag. 127. e 134. Em que dia, e anno morreo, ibi.

D. Bermudo Peres de Trava.

Casou com D. Urraca Henriques, filha do Conde D. Henrique, e da Rainha D. Theresia, pag. 4. Não casou com a Rainha Dona Theresia, como muitos fabulosamente escreve-
rao, pag. 89.

Fr. Bernardo de Brito.

Equivocouse em o anno em que naceo ElRey D. Sancho II. pag. 145.

Infanta D. Brancã.

Senhora de Guadalaxara, filha dos Reys de Portugal D. Sancho I. e D. Dulce, em que dia, e anno morreo, e onde está sepultada, pag. 127.

Infanta D. Branca.

Filha do Infante D. Pedro de Castella, esteve desposada com ElRey Dom Pedro I. de Portugal, mas não se effectuou este casamento, pag. 274.

Infanta D. Branca.

Filha dos Reys de Portugal D. Affonso III. e D. Brites, dia, e anno do seu nascimento, pag. 250. Foy Abbadeça de Lorvão, e das Huelgas de Burgos, ibi. Defendele esta Infanta das calumnias de alguns Escritores, pag. 257.

Infanta D. Branca.

Filha dos Reys de Portugal D. João o I. e D. Filippa, onde, e quando naceo, pag. 340. Em que anno morreo, e onde está sepultada, ibi.

A Rainha D. Brites.

Mulher de Affonso III. de Portugal, quem foraõ seus Pais, Avós, e Bisavós, pag. 249. Em que anno casou, pag. 250. Filhos, que teve, pag. 250. e 251. Dia, e anno da sua morte, ibi. Onde está sepultada, ibi. Acçoens illust-

res, que obrou, pag. 252. Examinase o dia, e anno da sua morte, pag. 260.

A Rainha D. Brites.

Mulher de Affonso IV. seus Pays, Avós, e Bisavós, quem foraõ, pag. 273. Anno, e dia do seu casamento, pag. 274. Filhos que teve, ibi. Dia, e anno da sua morte, pag. 275. Acçoens illustres, que obrou, pag. 276.

Infanta D. Brites.

Filha do Infante Dom Pedro, e D. Ignez de Castro, casou com o Conde D. Sancho de Albuquerque, filho natural delRey D. Affonso XI pag. 304. Onde está enterrada, ibi.

Infanta D. Brites.

Filha dos Reys de Portugal Dom Fernando, e D. Leonor Telles, onde, e quando naceo, pag. 340. Casou com ElRey Dom João o I. de Castella, e em que dia, e anno se celebrou este matrimonio, ibi.

Infanta D. Brites.

Filha do Infante D. João, Mestre da Ordem de Santiago,

go , e Condestavel de Portugal , filho de D. João o I. e D. Filippa , casou com seu primo o Infante D. Fernando , Duque de Viseu , filho dos Reys de Portugal D. Duarte , e D. Leonor , pag. 355.

Infanta D. Brites.

Avó del Rey D. João o III. foy sua Madrinha de Bautismo , pag. 382.

Infanta D. Brites.

Filha dos Reys de Portugal D. Manoel , e Dona Maria , onde , e quando naceo , pag. 383. Casou com Carlos III. Duque de Saboya , e quando se celebrou este desposorio , ibi. Dia , e anno da sua morte , ibi.

Infanta D. Brites.

Filha dos Reys de Portugal D. João o III. e D. Catharina , em que dia , e anno naceo , pag. 422. Onde está enterrada , ibi.

Bulla.

De Innocencio IV. em que exhorta a El Rey D. Sancho II. de Portugal a emendar as

desórdens do seu governo , pag. 187. Outra do mesmo Pontifice , pela qual depõem ao mesmo Rey do Reyno , pag. 193. De João XXII. em que dispensa ao Infante D. Pedro de Portugal , para que possa contrahir matrimonio com parenta sua , pag. 311. Outra de Innocencio VI. pela qual nega a El Rey D. Pedro I. o ser legitimamente casado com D. Ignez de Castro ; a qual he convencida de falsa , pag. 324. até 331.

C

Cachopos.

R Eprova-se a etimologia , que lhe deraõ alguns Authores Portuguezes , e assigna-se a verdadeira , pag. 212.

Capella.

A de nossa Senhora da Conceição do Convento da Trindade de Lisboa he fundação da Rainha Santa Ilabel , pag. 267. A em que está enterrado S. Gervaz , sita na Paroquial da Villa de Basto , he fundação da Rainha D. Ignez de Castro , pag. 305.

Carlos V.

Em que dia , e anno naceo , pag. 150. Trouxe a Hespanha o estylo de capas curtas , ibi. Casou com a Infanta D. Isabel , filha dos Reys de Portugal D. Manoel , e D. Maria , e em que dia , e anno se celebrou este despotorio , pag. 382.

Carlos III.

Duque de Saboya , casou com a Infanta D. Brites , filha dos Reys de Portugal D. Manoel , e D. Maria , e em que dia , e anno se fez este casamento , pag. 383.

Carlos II.

Rey de Inglaterra , casou com a Infanta D. Catharina , filha dos Reys de Portugal D. João IV. e Dona Luiza , pag. 426.

Carlos II.

Rey de Castella , foy Padrinho da pia da Infanta D. Theresia , filha dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo , pag. 439.

D. Carlos.

Principe de Navarra , esteve despolado com a Infanta Dona Catharina , filha dos Reys de Portugal Dom Duarte , e D. Leonor , pag. 355.

Infante D. Carlos.

Filho de Filippe III. de Castella , e da Rainha D. Margarida de Austria , quando , e onde naceo , pag. 416. Em que dia , e anno morreo , ibi.

Infante D. Carlos.

Filho dos Reys de Portugal D. João V. e D. Maria Anna de Austria , onde , e quando naceo , pag. 445. Por quem foy bautizado , e quaes foraõ seus Padrinhos , ibi.

A Rainha D. Catharina.

Mulher del Rey D. João III. de Portugal , donde , e quando naceo , pag. 399. Seus Pays , Avòs , e Bisavòs , pag. 401. Anno , e dia em que calou com aquelle Monarca , pag. 402. Filhos , que teve , ibi , & pag. 403. Anno , e dia da sua morte , ibi. Lugar da sepultura , pag.

das cousas notaveis. 457

pag. 404. Acçoens illustres, que obrou.

Infanta D. Catharina.

Filha dos Reys de Portugal Dom Duarte, e Dona Leonor, quando naceo, pag. 355. Esteve despolada com D. Carlos Principe de Navarra, e depois com Duarte IV. de Inglaterra, ibi. Onde, e quando morreu, e o lugar da sua sepultura, ibi.

Infanta D. Catharina.

Filha dos Reys de Portugal D. João IV. e D. Luiza, onde, e quando naceo, pag. 426. Casou com Carlos II. Rey de Inglaterra, e quando voltou para o Reyno de Portugal, ibi. Foy duas vezes Regente do Reyno pelo impedimento de seu irmão El Rey Dom Pedro II. pag. 427. Dia, e anno da sua morte, e onde está enterada, ibi. Foy Madrinha de Bautismo de seu sobrinho o Infante D. Antonio, pag. 439.

Catharina de Medices.

Rainha de França, não tinha sangue de Affonso III. de

Portugal, e por essa causa era affectado o direito com que pertendia o Reyno de Portugal, pag. 220.

Casamento.

O da Rainha Dona Theresa com o Conde D. Henrique, em que anno se celebrou, pag. 29. até 37. Não contrahio segundo a mesma Rainha, pag. 87. até 104. O de D. Sancho II. com D. Mecia Lopes de Haro se nega, pag. 161. até 203. O da Rainha D. Mafalda, filha dos Reys de Portugal D. Affonso Henriques, e D. Mafalda se nega, pag. 119. O del Rey D. Pedro I. com a Rainha D. Ignez de Castro se justifica com muitas razoes, pag. 307. até 336. O del Rey D. Affonso II. de Portugal, em que anno se celebrou, pag. 133. O da Rainha D. Urraca, em que anno foy celebrado, pag. 143. O del Rey D. Affonso VI. com a Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya se annulla, pag. 427.

Clemente XI.

Em que dia, e anno confirmou o culto de Beatas às Infantas D. Theresa, e D. Sancha, filhas dos Reys de Portugal D. Sancho I. e D. Dulce, pag. 126. Foy Padrinho do Bautif-

Bautismo do Infante D. Pedro, filho dos Reys de Portugal D. João V. e D. Maria Anna de Austria, pag. 445.

Collegio.

Dos Padres Jesuitas da Cidade de Beja he fundação da Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo, mulher del Rey D. Pedro II. pag. 440.

Concilio.

O de Oviedo celebrado no anno de Christo de 1115. ou he supposto, ou foy viciado, pag. 47. e as seguintes.

Concubina.

Não era sómente a mulher que servia culpavelmente ao appetite alheyo, mas com este nome era chamada a mulher legitima, pag. 15. 16. e 17.

Infanta D. Constança.

Filha dos Reys de Portugal D. Sancho I. e D. Dulce, onde, e quando naceo, pag. 126. Dia, e anno da sua morte, ibi.

Infanta D. Constança.

Filha dos Reys de Portugal D. Diniz, e Santa Isabel, em que dia, e anno naceo, pag. 266. Catou com Dom Fernando IV. Rey de Castella, ibi. Dia, e anno da sua morte, ibi.

D. Constança.

Filha natural de D. Henrique II. de Castella, foy segunda mulher do Infante Dom João, filho do Infante Dom Pedro, e Dona Ignez de Castro, pag. 304.

Infanta D. Constança Manoel.

Primeira mulher del Rey D. Pedro I. de Portugal, quem foram seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 291. Examine o anno em que casou, pag. 295. Filhos, que teve, pag. 292. Dia, e anno da sua morte, pag. 293. e 299.

Conventos.

O da Conceição de Beja foy fundado pela Infanta D. Brites, filha do Infante D. João Mestre da Ordem de Santiago, e Condestavel de Portugal, filho

lho de D. João o I. e da Rainha D. Filippa , pag. 355. O das Religioſas Agoſtinhas Deſcalças em o Grillo he fundação da Rainha D. Luiza , mulher delRey Dom João o IV. pag. 418. O do Santo Chriſto de Religioſas Francezas da Reforma da Beata Collecção em Lisboa, he fundação da Rainha D. Maria Francisca Habel de Saboya , mulher delRey D. Pedro II. pag. 433. Vejaſe a palavra *Moſteiros.*

D

ElRey D. Diniz.

Dia , anno , e lugar do ſeu nacimiento, pag. 250. Em que dia , e anno entrou a reynar, ibi. Caſou com Santa Habel , ibi. Quando morreo, e onde eſtá ſepultado , ibi.

Infante D. Diniz.

Filho dos Reys de Portugal Dom Affonso IV. e D. Brites , dia , e anno de ſeu nacimiento , pag. 274. Onde morreo , e eſtá ſepultado , ibi.

Infante D. Diniz.

Filho do Infante D. Pedro, e Dona Ignez de Caſtro, caſou

com D. Joanna, filha baſtarda de D. Henrique II. de Caſtella , pag. 304. Onde eſtá ſepultado , ibi.

Infante D. Diniz.

Filho dos Reys de Portugal Dom João III. e D. Catharina , onde , e quando naceo, pag. 403. Quando , e onde falleceo , ibi.

O Principe D. Diogo.

Filho dos Reys D. Filippe II. de Caſtella , e de ſua quarta mulher D. Anna de Auſtria , onde , e quando morreo, pag. 410.

ElRey D. Duarte.

Em que anno , e dia naceo, pag. 340. Caſou com a Rainha D. Leonor, filha de Dom Fernando I. de Aragoão , e o dia , e anno deſte caſamento , ibi. Quando entrou a reynar , ibi. Dia , e anno da ſua acclamação , ibi. Quando morreo , e onde eſtá ſepultado , ibi.

ElRey Duarte IV.

De Inglaterra , eſtava deſpoſado com a Infanta D. Catharina, filha dos Reys de Portugal

rugal D. Duarte, e D. Leonor,
pag. 355.

reito à Coroa de Portugal;
pag. 221.

Infante D. Duarte.

Filho dos Reis de Portugal D. Duarte, e D. Leonor, quando naceo, pag. 355.

Infante D. Duarte.

Duque de Guimaraens, filho dos Reis de Portugal D. Manoel, e D. Maria, donde, e quando naceo, pag. 384. Casou com a Senhora D. Isabel, filha de D. Jayme IV. Duque de Bragança, e quando se celebrou este desposorio, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

A Rainha D. Dulce.

Mulher de D. Sancho I. de Portugal, quem foram seus Pais, Avós, e Bisavós, pag. 125. Em que anno casou, pag. 126. Filhos, que teve, ibi. Anno, e dia da sua morte, pag. 128. Lugar da morte, e sepultura, ibi.

Duques de Parma.

Como descendentes da Princeza Dona Maria, neta del-Rey Dom Manoel, não tem di-

E

Eudo.

Terceiro Duque de Borgonha, foy segundo esposo da Infanta D. Theresia, filha dos Reis D. Affonso Henriques, e D. Mafalda, e em que anno se fez este casamento, pag. 110.

F

Emperador Federico III.

Desposase com a Infanta Dona Leonor, filha dos Reis de Portugal D. Duarte, e D. Leonor; e o Papa Nicolao V. os recebeu, pag. 355.

El Rey D. Fernando.

De Portugal, em que dia, e anno naceo, pag. 292. Quando entrou a reynar, ibi. Casou com D. Leonor Telles, e em que anno se celebrou este casamento, pag. 340. Dia, e anno da sua morte, e onde está sepultado; ibi.

Infan-

*El Rey D. Fernando O Infante Dom Fernando.
o Santo.*

Em que anno ganhou Cordova, e em que anno morreo, pag. 61.

D. Fernando.

Rey de Bohemia, e III. Emperador, quando casou com a Infanta D. Maria, filha de Filippe III. de Castella, e D. Margarida de Austria, pag. 416.

D. Fernando II.

Rey de Leão, casa a primeira vez com D. Urraca, filha dos Reis de Portugal D. Affonso Henriques, e D. Mafalda, e se mostra o anno, em que se celebrou este matrimonio, e quando se dissolveo, pag. 113. até 118.

Infante Santo Dom Fernando.

Mestre da Ordem de Aviz, e filho dos Reis de Portugal D. João o I. e D. Filippa, onde, e quando naceo, pag. 347. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

Filho dos Reis de Portugal D. Sancho I. e D. Dulce, em que dia, e anno naceo, pag. 127. Casou com Joanna, Senhora do Condado de Flandes, ibi. Em que dia, e anno morreo, e onde está sepultado, ibi.

Infante D. Fernando.

Chamado o de Serpa, filho dos Reis de Portugal Dom Affonso II. e D. Urraca, casou com D. Sancha Fernandes de Lara, filha do Conde Dom Fernão Nunes de Lara, e quando se celebrou este casamento, pag. 141.

Infante D. Fernando.

Filho dos Reis de Portugal D. Affonso III. e D. Brites, quando, e onde morreo, pag. 250. e 252.

D. Fernando.

Infante de Aragoão, e Marquez de Tortosa, foy casado com a Infanta D. Maria, filha del Rey D. Pedro I. e da Infanta Dona Constança, e em que

que anno se celebrou este despo-
sorio , pag. 292.

Infante D. Fernando.

Duque de Viseu , filho dos
Reys de Portugal Dom Duarte,
e D. Leonor , em que dia,
e anno naceo , pag. 354. Em
que anno foy jurado Principe,
pag. 355. Casou com a Infan-
te D. Brites , filha de seu tio o
Infante D. Joao , e em que an-
no se celebrou este desposorio,
ibi. Dia , e anno da sua morte,
e lugar da sua sepultura , ibi.

Infante D. Fernando.

Duque da Guarda , filho
dos Reys de Portugal Dom
Manoel , e Dona Maria , on-
de , e quando naceo , pag. 383.
Casou com Dona Guiomar
Coutinho , filha herdeira de
D. Francisco Coutinho, Con-
de de Marialva , e Loulè , e
em que anno se celebrou este
desposorio , ibi. Dia , e anno
da sua morte , e lugar da se-
pultura , ibi.

Infante D. Fernando.

Filho de Philippe III. de Cas-
tella , e D. Margarida de Aul-
tria , onde , e quando naceo,
pag. 417. Em que dia , e anno
foy creado Cardeal pelo Papa
Paulo V. ibi.

Conde Dom Fernão Mendes.

Casou com D. Sancha Hen-
riques, filha do Conde D. Hen-
rique , e D. Theresa , pag. 4.

Fernão Peres.

Conde de Transamara , não
casou com a Rainha D. The-
resa , e he fabulosa a historia,
que se conta acerca deste cala-
mento , pag. 89.

Fernão Rodrigues Pacheco.

Sendo Governador da Pra-
ça de Cerolico , fidelidade
que mostrou em obsequio del-
Rey Dom Sancho II. de Por-
tugal , pag. 174.

A Rainha D. Filippa.

Quem forão seus Pays ,
Avós , e Bisavós , pag. 345.
Casou com ElRey D. Joao I.
de Portugal , e em que dia , e
anno se celebrou este casamen-
to , pag. 346. Filhos , que
teve , ibi , e 347. Quando
morreo , e onde está sepultada,
pag. 348. Acçoens illustres,
que obrou , ibi.

Infanta

Infanta D. Filippa. Principe D. Filippe.

Filha dos Reys de Portugal D. Duarte, e D. Leonor, onde, e quando naceo, pag. 354. e 356. Dia, e anno da sua morte, ibi.

De Castella em que dia, e anno se recebeo com a Infanta Dona Maria, filha dos Reys de Portugal Dom João III. e Dona Catharina, pag. 402.

Filippe V.

Principe D. Filippe.

Rey de Hespanha, foy Padrinho de Bautismo do Infante Dom Alexandre, filho dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, pag. 445.

Filho dos Reys de Castella Dom Filippe II. e D. Anna de Austria, onde, e quando naceo, pag. 410. Em que dia, e anno foy jurado Principe de Portugal, ibi. Quando entrou a reynar, ibi. Casou com a Rainha Dona Margarida de Austria, ibi. Onde, e quando morreo, pag. 410.

Filippe I.

Condé de Flandes, foy o primeiro espoto da Infanta D. Theresa, filha dos Reys de Portugal Dom Affonso Henriques, e Dona Mafalda, e em que anno se celebrou este desposorio, pag. 109. Quando morreo, ibi.

Principe D. Filippe.

Filho de Filippe III. de Castella, e da Rainha Dona Margarida de Austria, onde, e quando nacco, pag. 416. Quando foy jurado Principe de Portugal, ibi. Quando começou a reynar, ibi. Em que dia, e anno perdeo o Reyno de Portugal, ibi.

Filippe III.

Conde de Flandes, Duque de Borgonha, em que dia, e anno casou com a Infanta Dona Isabel, filha dos Reys de Portugal Dom João o I. e Dona Filippa, pag. 347.

Infante D. Filippe.

Filho dos Reys de Portugal Dom João III. e Dona Catharina,

tharina, onde, e quando naceo, pag. 403. He jurado Principe, e quando faleceo, ibi.

Filippe Vilhelmo.

Conde Palatino do Rhim, e Duque de Neoburg, foy Padrinho de Bautismo de dous Principes seus netos, filhos dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburg, pag. 438.

Infanta D. Francisca.

Filha dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel, onde, e quando naceo, pag. 439. Por quem foy bautizada, e quaes foraõ os seus Padrinhos, ibi. Foy Madrinha de Bautismo de seu sobrinho o Infante Dom Pedro, filho dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, pag. 444. Assistio com procuração da Emperatriz Amalia, ao Bautismo de seu sobrinho o Principe Dom Joseph, pag. 444.

Infante D. Francisco.

Filho dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburg, onde, e quando naceo, pag.

439. Por quem foy bautizado, e quem foraõ os seus Padrinhos, ibi. Foy Padrinho de Bautismo de sua sobrinha a Infanta Dona Maria, filha dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, pag. 444.

Fr. Francisco Brandaõ.

Chronista mór do Reyno, juizo, que fez do Nobiliario impresso do Conde Dom Pedro, pag. 223.

Francisco de Santa Maria.

No seu Diario Portuguez, se enganou no dia, e anno, em que calou a Infanta Dona Mafalda, filha dos Reys de Portugal Dom Affonso Henriques, e Dona Mafalda, com D. Ramon, Conde de Barcelona, pag. 119. No mesmo livro nega o casamento del Rey Dom Pedro I. com Dona Ignez de Castro, contradizendose ao que tinha escrito na Chronica da sua Congregação, pag. 333. Enganou se em o anno do nascimento do Principe D. João, filho primogenito dos Reys de Portugal Dom Affonso V. e Dona Isabel, pag. 366. Errou no dia do nascimento, e da morte da Rainha D. Leonor

das cousas notaveis. 465

nor, mulher delRey Dom João
o II. pag. 371. e 372.

*D. Francisco Sotto-
mayor.*

Bispo de Targa, e Capel-
lão mór bautizou a Infanta
Dona Isabel, filha dos Reys
de Portugal Dom Pedro II. e
Dona Maria Francisca Isabel
de Saboya, pag. 432.

G

Gaspar Estação.

HE impugnada a sua opi-
nião, de que casara se-
gunda vez a Rainha D. The-
resa, mulher do Conde Dom
Henrique, pag. 91. até 94.
Juizo, que faz do Nobiliario
do Conde Dom Pedro, pag.
226.

Fr. Gregorio Argaiç.

He gravemente censurado,
pela imprudencia com que sem
fundamento escreveo contra
a fama da Infanta D. Maria,
filha dos Reys de Portugal
Dom Affonso IV. e Dona Bri-
tes, pag. 279. 280. e as seguin-
tes.

D. Guiomar Coutinho.

Filha herdeira de D. Fran-
cisco Coutinho, Conde de Ma-
rialva, e Loulè, casou com o
Infante Dom Fernando, Du-
que da Guarda, filho dos Reys
de Portugal Dom Manoel, e
Dona Maria, e em que anno
se celebrou este despolorio,
pag. 383.

H

Conde D. Henrique.

DE Borgonha, em que an-
no casou com a Rainha
Dona Theresa, pag. 29. 30.
e 31. Filhos, que teve, ibi,
pag. 5. Move languinolenta
guerra contra as terras de
Leão, e Galliza, e porque mo-
tivo, pag. 21. 22. Em que dia,
e lugar morreo, pag. 9c.

D. Henrique I.

De Castella, em que anno
casou com a Infanta Dona Ma-
falda, filha dos Reys de Por-
tugal Dom Sancho I. e Dona
Dulce, pag. 127.

Gg

D:

D. Henrique IV. Infante D. Henrique.

De Castella, foy casado com a Infanta Dona Joanna, filha dos Reys de Portugal Dom Duarte, e Dona Leonor, e em que dia, e anno se celebrou este desposorio, pag. 355.

Infante D. Henrique.

Filho dos Reys de Portugal Dom Manoel, e Dona Maria, onde, e quando naceo, pag. 383. Foy creado Cardeal por Paulo III. ibi. Diversas Dignidades, que possuhio, ibi. Em que dia, e anno entrou a reynar, ibi. Quando foy aclamado Rey tendo o XVII. de Portugal, ibi. Onde, e quando morreo, e em que parte está sepultado, ibi.

Infante D. Henrique.

Filho dos Reys de Portugal Dom Affonso Henriques, e Dona Mafalda, em que dia, e anno naceo, pag. 108.

Infante D. Henrique.

Filho dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e Dona Dulce, em que anno naceo, pag. 127. Em que dia morreo, ibi.

Duque de Viseu, e Mestre da Ordem de Christo, filho dos Reys de Portugal Dom João o I. e Dona Filippa, onde, e quando naceo, pag. 347. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sua sepultura, ibi.

Hospital.

O de Canavezes, foy fundado pela Rainha Dona Mafalda, mulher de Dom Affonso Henriques, pag. 110. O dos meninos orfãos de Lisboa, he fundação da Rainha Dona Brites, mulher de Affonso III. pag. 252. O da Cidade de Coimbra, instituido com Capellaens para administrarem os Sacramentos, foy fundação da Rainha Santa Isabel, pag. 267. O das Caldas, foy fundação da Rainha Dona Leonor, mulher del Rey Dom João o II. pag. 371.

I

Ferumenba.

Em que anno foy conquistada por El Rey Dom Sancho II. de Portugal, pag. 160.

*A Rainha D. Ignez
de Castro.*

Segunda mulher do Infante Dom Pedro, quem foraõ seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 303. Anno, e dia do seu casamento, pag. 304. e 275. Filhos, que teve, ibi. Anno, e dia da morte, pag. 305. Lugar da morte, e sepultura, ibi. Acçoens illustres que obrou, ibi. Justificate o casamento com o Infante Dom Pedro, pag. 307. até 336. Mostre a sua nobreza por parte de sua mãy, pag. 319.

Igreja.

A de S. Pedro de Rates, he fundação da Rainha D. Theresa, mulher do Conde Dom Henrique, pag. 5. A de Canavezes, e seu Hospital, foy fundação da Rainha Dona Mafalda, mulher de D. Affonso Henriques, pag. 110. A de S. Francisco de Alenquer, foy fundação da Rainha Dona Brites, mulher de Affonso III. pag. 252. A de S. Francisco de Leiria, foy fundação da Rainha Dona Filippa, mulher delRey Dom João o I. pag. 248. A Paroquial da Villa da Merciana, he fundação da Rainha Dona Leonor, mulher de Dom João II. pag. 371. A

de Santa Catharina de Lisboa, he fundação da Rainha Dona Catharina, mulher delRey D. João III. pag. 404.

Innocencio IV.

Exhorta a ElRey Dom Sancho II. de Portugal para que emende as desordens do seu governo, pag. 187. Expede huma Bulla, pela qual depoem do Throno ao mesmo Rey, pag. 193.

Innocencio XII.

Confirmou a instancia delRey Dom Pedro II. o culto immemorial da Beata Joanna, filha dos Reys de Portugal Dom Affonso V. e Dona Isabel, pag. 364.

D. Joanna.

Senhora do Condado de Flandes, em que anno casou com o Infante D. Fernando, filho dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e Dona Dulce, pag. 127.

D. Joanna.

Foy filha de Mathilde, Condesa de Bolonha, e de seu primeiro marido Philippe, Conde de Ggij de

de de Clermont , pag. 214.
Casou com Gualtier de Chal-
tillon , pag. 215.

A Princeza Dona Joanna.

D. Joanna.

Filha natural de Dom Henrique II. Rey de Castella , casou com o Infante D. Diniz, filho do Infante Dom Pedro, e Dona Ignez de Castro , pag. 304.

Infanta D. Joanna.

Filha dos Reys de Portugal Dom Duarte, e Dona Leonor, em que anno naceo , pag. 355. Calou com Henrique IV. de Castella , e em que dia , e anno , ibi. Quando morreo , e onde está sepultada , ibi.

Infanta D. Joanna.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso V. e Dona Isabel , em que dia , e anno naceo , pag. 364. Dia , e anno da sua morte , e lugar da sepultura , ibi. O seu culto immemorial lhe confirmou o Papa Innocencio XII. à instancia delRey Dom Pedro II. pag. 364.

Filha do Emperador Carlos V. casou com o Principe Dom João , filho dos Reys de Portugal Dom João III. e Dona Catharina , e em que anno se celebraraõ estes desposorios , pag. 403. Em que dia , e anno partio para Castella , ibi. Dia , e anno da sua morte , ibi.

Infanta D. Joanna.

Filha dos Reys de Portugal Dom João IV. e Dona Luiza, onde , e quando naceo , pag. 426. Dia , e anno da sua morte , e lugar da sepultura , ibi.

João XXII.

Expedio huma Bulla , em que dispensou ao Infante Dom Pedro , depois Rey de Portugal , para contrahir matrimonio com parenta sua , pag. 311.

ElRey D. João o I.

de Portugal , lugar , dia , e anno do seu nacimiento , pag. 346. Em que dia , e anno casou com a Rainha Dona Filipa , ibi.

ElRey

das cousas notaveis. 469

El Rey D. João o I. El Rey D. João o IV.

De Castella, casou com D. Brites, filha del Rey D. Fernando de Portugal, e Dona Leonor Telles, e em que dia, e anno se celebrou este matrimonio, pag. 340.

El Rey D. João o II.

De Portugal, onde, e quando naceo, pag. 364. Casou com a Senhora Dona Leonor, filha de Dom Fernando Duque de Viseu, e em que dia, e anno se celebrou este desposorio, ibi. Foy acclamado duas vezes, e quando succederaõ estas acclamaçoens, pag. 365. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

El Rey D. João o III.

Onde, e quando naceo, pag. 382. Em que anno foy jurado, ibi. Dia, e anno, quando entrou a reynar, ibi. Casou com a Infanta Dona Catharina, filha de Philippe I. Rey de Castella, e em que dia, e anno se celebrou este desposorio, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

Dia, anno, e lugar do seu nascimento, pag. 426.

El Rey D. João o V.

Onde, e quando naceo, pag. 438. Quaes foraõ os seus Padrinhos de Bautismo, ibi. Quando foy jurado Principe, ibi. Dia, e anno em que entrou a reynar, ibi. Quando se acclamou, ibi. Dia, e anno em que se desposou com a Rainha D. Maria Anna de Austria, ibi.

Infante D. João.

Filho dos Reys de Portugal Dom Affonso Henriques, e D. Mafalda, quando morreu, pag. .c9.

Infante D. João.

Filho do Infante Dom Pedro, e Dona Ignez de Castro, casou a primeira vez com Dona Maria Telles de Menezes, pag. 304. Casou segunda vez com Dona Constança, filha de Dom Henrique II. de Castella, ibi. Onde está sepultado, ibi.

Infante D. João.

Filho dos Reys de Portugal Dom Affonso IV. e Dona Brites, dia, e anno em que naceo, pag. 275. Dia, e anno da sua morte, ibi.

Infante D. João.

Mestre da Ordem de Santiago, e Condeitavel de Portugal, onde, e quando naceo, pag. 347. Calou com a Infanta Dona Isabel, filha de Dom Affonso I. Duque de Bragança, ibi. Onde, e quando morreu, e lugar da sepultura, ibi.

Infante D. João.

Filho dos Reys de Portugal Dom Duarte, e Dona Leonor, lugar, e anno do seu nascimento, pag. 354.

Principe D. João.

Filho dos Reys de Portugal Dom Affonso, e Dona Isabel, quando naceo, pag. 364.

Infante D. João.

Filho dos Reys de Portugal Dom João III. e Dona Catha-

rina, onde, e quando naceo, pag. 403. Foy jurado Principe em Almeirim, e quando se fez este acto, ibi. Calou com a Princeza Dona Joanna, filha do Emperador Carlos V. e quando se celebrou este desposorio, ibi. Quando faleceo, ibi.

Principe D. João.

Filho dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburgo, onde, e quando naceo, pag. 438. Quem foraõ seus Padrinhos, ibi. Anno, e dia da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

João de Barros.

Celebre Escriitor segue, que o anno do nascimento de Dom Affonso Henriques fora no anno de 1106. e he impugnado, pag. 79.

Fr. João Caramuel.

Para se fazer descendente da Infanta Dona Leonor, Princeza de Dinamarca, filha dos Reys de Portugal Dom Affonso III. e Dona Urraca, afirma, que teve filhos, e he impugnado, pag. 237. e as seguintes.

D. João Egar.

Arcebispo de Braga, pede ao Pontífice Innocencio IV. que remedee os damnos, que padecia Portugal no reynado de Sancho II. pag. 213.

Padre João de Marianna.

Errou quando escreveu, que o Algarve fora dado em dote por Dom Affonso Sabio a El-Rey Dom Affonso III. de Portugal, pag. 61. Relata-se o que escreveu á cerca do casamento de Dona Meécia Lopes de Haro com Dom Sancho II. e como se confundio Odorico Raynaldo com a sua authoridade, pag. 182. He censurado pelo que escreveu contra a fama da Infanta Dona Maria, filha dos Reys de Portugal Dom Affonso IV. e Dona Brites, pag. 279.

O Doutor João das Regras.

Celebre Jurisconsulto, empenhase nas Cortes de Coimbra a provar com muitas razões, que não fora catado El-Rey Dom Pedro I. com a Rainha Dona Ignez de Castro,

pag. 314. e 315. Responde-se as razões, com que pertenceo negar aquelle calamento, e se mostra, que foraõ mais politicas, que verdadeiras, pag. 318. e as seguintes. Ultimamente he impugnado, e convencido com as resoluções de hum, e outro Direito, pag. 334. e 335.

O Emperador Joseph.

Sendo Rey dos Romanos, foy Padrinho de Bautismo da Infanta Dona Francisca, filha dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburgo, pag. 439. Sendo Emperador, foy Padrinho do Principe Dom Pedro, filho dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, pag. 444.

Dom Fr. Joseph de Lancastro.

Bispo Inquisidor Geral, assiste em nome da Rainha de Inglaterra Dona Catharina ao Bautismo do Infante Dom Antonio, filho dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburgo, pag. 439. Exercita o mesmo ministerio em nome dos Condes Palatinos no Bautismo do Infante Dom Manoel,
Gg iij filho

filho dos mesmos Monarcas, ibi. Affiſte ao Bautiſmo da Infanta Dona Francisca, filha dos mesmos Principes, em nome de ſeu Padrinho Joſeph, Rey dos Romanos, ibi.

Irmandade da Miſericordia.

Foy inſtituida pela Rainha Dona Leonor, mulher del Rey Dom João II. pag. 371.

Rainha Santa Iſabel.

Quem forão ſeus Pays, Avós, e Biſavós, pag. 265. Em que dia, e anno caſou com El Rey Dom Diniz, pag. 266. Filhos, que teve, ibi. Anno, e dia da ſua morte, ibi. Lugar da morte, e ſepultura pag. 267. Acçoens illuſtres, que obrou, ibi. Duvida à cerca da ſua Patria, pag. 269. Foy Beatificada por Leão X. pag. 266. Canonizada por Urbano VIII. pag. 267.

Rainha D. Iſabel.

Mulher de Affonso V. de Portugal, em que anno naceo, pag. 361. Seus Pays, Avós, e Biſavós, pag. 363. Em que dia, e anno caſou com aquelle Monarca, pag. 364. Filhos, que teve, ibi. Anno, dia,

e lugar da ſua morte, pag. 265. Acçoens illuſtres, que obrou, ibi.

Rainha D. Iſabel.

Primeira mulher del Rey Dom Manoel, onde, e em que dia, e anno naceo, pag. 373. Quem torão ſeus Pays, Avós, e Biſavós, pag. 375. Anno do ſeu caſamento, pag. 376. Filho, que teve, ibi. Quando morreo, e o lugar da ſua ſepultura, pag. 377.

Infanta D. Iſabel.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso IV. e Dona Brites, em que dia, e anno naceo, pag. 275. Dia, e anno da ſua morte, ibi.

Infanta D. Iſabel.

Filha de Dom Affonso I. Duque de Bragança, caſou com o Infante Dom João, Mestre da Ordem de Santiago, e Condeſtavel de Portugal, filho dos Reys de Portugal D. João I. e Dona Filippa, onde, e quando morreo, pag. 347.

Infanta D. Iſabel.

Filha dos Reys de Portugal Dom

das cousas notaveis. 473

Dom João I. e Dona Filippa, onde, e quando naceo, pag. 347. Casou em Bruges com Filippe III. Conde de Flandes, e Duque de Borgonha, e quando foy celebrado este despoorio, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

Princeza D. Isabel.

Filha delRey D. Fernando o Catholico, casou com o Principe Dom Affonso, filho dos Reys de Portugal Dom João II. e Dona Leonor, e quando se celebrou este despoorio, pag. 370.

Infanta D. Isabel.

Filha dos Reys de Portugal Dom Manoel, e Dona Maria, onde, e quando naceo, pag. 382. Casou com o Emperador Carlos V. e em que dia, e anno se celebrou este despoorio, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

Infanta D. Isabel.

Filha dos Reys de Portugal Dom João III. e Dona Catharina, em que dia, e anno naceo, pag. 402.

Infanta D. Isabel.

Filha dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Francisca Isabel de Saboya, onde, e quando naceo, pag. 432. Quem foy seu Padrinho de Bautismo, ibi. Foy jurada Princeza do Reyno em Cortes, e quando se fez este Auto, ibi. Esteve desposada com Vitorio Amadeo, Duque de Saboya, ibi. Dia, e anno de sua morte, ibi. Lugar da sepultura, ibi. Foy Madrinha de Bautismo de seu irmão o Principe Dom João, pag. 438.

D. Isabel.

Filha de Jayme IV. Duque de Bragança, casou em Villavieja com o Infante Dom Duarte, Duque de Guimaraens, filho dos Reys de Portugal Dom Manoel, e Dona Maria, e quando se celebrou este despoorio, pag. 384.

D. Isabel de Aragoão.

Filha de Jayme II. Conde de Urgel, em que anno casou com o Infante Dom Pedro, Duque de Coimbra, filho dos Reys de Portugal Dom João I. e Dona Filippa, pag. 347.

Rainha D. Isabel de Borbon.

Primeira mulher de Philippe IV. de Castella, onde, e quando naceo, pag. 419. Pays, Avós, e Bisavós, que teve, ibi. Em que anno se recebeu com aquelle Monarca, pag. 422. Filhos, que teve, ibi.

L*Leão X.*

Beatificou a Rainha Santa Isabel, à instancia delRey Dom Manoel, pag. 266. Creou Cardeal ao Infante Dom Affonso, filho dos Reys de Portugal Dom Manoel, e Dona Maria, e quando foy feita esta creação, pag. 383.

Rainha D. Leonor.

Mulher delRey Dom Duarte, quem forão seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 353. Em que dia, e anno casou, pag. 354. Filhos, que teve, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, pag. 356.

Rainha D. Leonor.

Mulher delRey Dom João II. Dia, e anno do seu nascimento, pag. 367. Quem forão seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 369. Em que dia, e anno casou com aquelle Monarca, pag. 370. Quem teve por filho, ibi. Anno, e dia da sua morte, e lugar da sepultura, pag. 371. Acçoens illustres que obrou, ibi. Foy Madrinha de Bautismo delRey Dom João III. pag. 382.

Rainha D. Leonor.

Terceira mulher delRey Dom Manoel, onde, e quando naceo, pag. 393. Seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 395. Em que anno, e dia se recebeu com aquelle Monarca, pag. 396. Filhos, que teve, ibi. Anno, e dia da sua morte, e lugar da sepultura, pag. 396. e 397. Acçoens illustres que fez, ibi.

Infanta D. Leonor.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso II. e Dona Urraca, em que anno naceo, pag. 140. Em que dia, e anno casou com Valdemaro III. Rey de Dinamarca, ibi. Em que dia,

das cousas notaveis. 475

día ; e anno morreo , e onde jaz sepultada , pag. 141. e 243. Não deixou deicendencia, pag. 237.

Infanta D. Leonor.

Filha dos Reys de Portugal Dom Duarte, e Dona Leonor, quando naceo , pag. 355. e 359. Recebe-a com o Emperador Frederico III. em Roma o Papa Nicolao V. e em que dia , e anno se celebrou este desposorio , ibi. Quando morreo , ibi.

Infanta D. Leonor.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso IV. e Dona Brites, em que anno naceo , pag. 275. Foy segunda mulher de Dom Pedro IV. Rey de Aragão , ibi. Anno em que morreo , e onde está sepultada, ibi.

Rainha D. Leonor Telles.

Mulher delRey Dom Fernando de Portugal , quem forão seus Pays , Avós , e Bisavós , pag. 339. Anno que casou , pag. 340. Filhos , que teve , ibi. Quando morreo , e onde está sepultada, ibi. E pag. 341:

S. Luiz IX.

Rey de França , restituído à sua liberdade , utou do habito Religioso , e de que forma era , pag. 154. e 155.

Luiz XIII.

Quando se recebeo com a Infanta Dona Anna de Austria , filha de Filippe III. de Castella , e Dona Margarida de Austria , pag. 416.

Luiz XIV.

Foy Padrinho do Baptismo da Princeza Dona Isabel , filha dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Saboya , pag. 432. e do Principe Dom Joseph , filho dos Reys de Portugal Dom Joáo V. e D. Maria Anna de Austria , pag. 444.

Infante D. Luiz.

Filho delRey Dom Pedro I. de Portugal , e Dona Contança , de que idade faleceo, pag. 291.

Infan-

Infante D. Luiz.

Duque de Beja , filho dos Reys de Portugal Dom Manoel , e Dona Maria , onde , e quando naceo , pag. 383. Dia , e anno da sua morte , e lugar da sepultura , ibi.

D. Luiz Ambrosio de Mello.

Duque de Cadaval , assiste ao Baptismo do Infante Dom Antonio , filho dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburgo , com a procuração de seu Padrinho o Emperador Leopoldo , pag. 439.

Dom Luis Salazar e Castro.

He censurado por seguir hum opinião , que não tem fundamento , pag. 74. He convencido no fundamento , que allega affirmando , que casara segunda vez a Rainha Dona Theresa , pag. 100. 101. e 102. Equivocou no dia do casamento del Rey Dom Sancho I. com a Rainha Dona Dulce , pag. 108. Juizo , que fez do Nobiliario impresso do Conde de Dom Pedro , pag. 222.

D. Luiz de Sousa.

Arcebispo de Lisboa , e Capellaão môr , bautizou ao Principe Dom Joaõ , filho primogenito dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburgo , e quando se celebrou este Sacramento , pag. 438. Bautiza ao Principe Dom Joaõ , filho dos mesmos Principes , ibi. Sendo Cardeal bautizou os Infantes Dom Francisco , Dom Antonio , Dona Theresa , Dom Manoel , e Dona Francisca , filhos dos mesmos Monarcas , pag. 439.

Rainha D. Luiza.

Mulher del Rey Dom Joaõ IV. onde , e quando naceo , pag. 423. Quem foraõ seus Pays , Avós , e Bisavós , pag. 425. Dia , e anno , em que casou com aquelle Principe , pag. 426. Filhos , que teve , pag. 426. e 427. Anno , e dia da sua morte , e lugar da sua sepultura , pag. 428. Acçoens illustres que fez , ibi.

M

Rainha Dona Mafalda.

Filha de Amadeo III. Conde de Saboya, casa com Dom Affonso Henriques, pag. 5. Quaes foraõ seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 107. Em que anno se despoitou com aquelle Monarca, pag. 108. Filhos, que teve, ibi. Anno, e dia, em que morreo, pag. 110. Lugar da morte, e da sepultura, ibi. Acçoens illustres que fez, ibi.

Infanta D. Mafalda.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso Henriques, e Dona Mafalda, em que anno se contratou para casar com D. Affonso II. Rey de Aragaõ, mas não se effeituou, pag. 119. até 122.

Infanta D. Mafalda.

Filha dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e Dona Dulce, em que anno casou com Henrique I. Rey de Castella, pag. 127. Em que dia, e an-

no morreo, e onde está sepultada, ibi.

El Rey D. Manoel.

A' sua instancia foy Beatificada a Rainha Santa Isabel por Leão X. pag. 266. Onde, e quando naceo, pag. 376. Em que anno casou com sua primeira mulher a Rainha Dona Isabel, ibi.

Principe D. Manoel.

Filho dos Reys de Portugal Dom João III. e Dona Catharina, onde, e quando naceo, pag. 402. Quando foy jurado Principe, ibi. Onde, e quando morreo, ibi, e pag. 390.

Senhor D. Manoel.

Filho dos Reys de Portugal Dom João IV. e Dona Luiza, onde, e quando naceo, pag. 427. Onde está sepultado, ibi.

Infante D. Manoel.

Filho dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neuburgo, onde, e quando naceo, pag. 429. Por

Por quem foy baptizado , e quaes foraõ os seus Padrinhos, ibi. Affistio com procuração do Emperador Joseph ao Bautismo de seu sobrinho o Principe Dom Pedro , filho del-Rey Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria , pag. 444.

Manoel de Faria e Sousa.

Segue a opiniaõ de que segunda vez casara a Rainha Dona Theresa, mulher do Conde Dom Henrique, e he impugnado , pag. 87. Juizo , que fez do Nobiliario do Conde D. Pedro , pag. 222.

Manoel de Sousa Moreira.

Escreve , que Dom Affonso Diniz fora filho legitimo de Affonso III. de Portugal, pag. 207. Convencemse por fallos os fundamentos da sua opiniaõ, pag. 231. e 232. e as seguintes.

Rainha D. Margarida.

Mulher de Filippe III. de Castella , onde , e quando naceo , pag. 413. Seus Pays, Avós, e Bisavós , pag. 415. Anno , e dia , em que se recebeu com aquelle Monarca , pag. 416.

Filhos , que teve , ibi. Anno , dia , e lugar da sepultura , pag. 417.

Infanta D. Margarida.

Filha de Filippe III. de Castella , e Dona Margarida de Austria , onde , e quando naceo , pag. 417. Dia , e anno da sua morte , ibi.

Infanta D. Margarida Maria.

Filha delRey Filippe IV. de Castella , e de sua primeira mulher Dona Isabel de Bourbon , onde , e quando naceo , pag. 422.

Rainha D. Maria.

Segunda mulher delRey D. Manoel , onde , e quando naceo , pag. 379. Quem foraõ seus Pays , Avós , e Bisavós , pag. 381. Em que dia , e anno se recebeu com aquelle Monarca , pag. 382. Filhos , que teve , pag. 382. e 383. Anno , e dia da sua morte , e lugar da sua sepultura , pag. 384. Acçoens illustres que obrou , ibi.

das cousas notaveis. 479

Infanta D. Maria.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso IV. e Dona Brites, em que anno naceo, pag. 274. Casou com Dom Affonso XI. de Castella, ibi. Dia, e anno da sua morte, e onde está sepultada, ibi. He defendida das calumnias, com que alguns Authores Castelhanos pertenderão infamar a sua opiniaõ, pag. 279. ate 287. Como foy tolemnemente trasladado o seu corpo para Sevilha por diligencia de seu filho D. Pedro I. de Castella, pag. 286. e 287.

Infanta D. Maria.

Filha delRey Dom Pedro I. de Portugal, e da Infanta. Dona Constança, em que dia, e anno naceo, pag. 292. Foy a Primogenita destes Principes, e não morreo sua mãy de parto della, como erradamente elcreverão alguns Authores, pag. 298. Foy casada com D. Fernando, Infante de Aragoã, e Marquez de Tortosa, pag. 291.

Infanta D. Maria.

Filha dos Reys de Portugal Dom Joã II. e Dona Catha-

rina, onde, e quando naceo, pag. 402. Casou com Philippe, Principe de Castella, e quando se celebrou este despoorio, ibi. Onde, e quando faleceo, ibi.

Infanta D. Maria.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso III. e Dona Brites, dia, e anno do seu nascimento, pag. 251. Dia, e anno da sua morte, ibi.

Infanta D. Maria.

Filha dos Reys de Portugal Dom Duarte, e Dona Leonor, quando naceo, pag. 354. Dia, e anno da sua morte, ibi.

Infanta D. Maria.

Filha dos Reys de Portugal Dom Manoel, e Dona Maria, em que anno, e lugar morreo, pag. 383. Mostre-se como esta Infanta foy filha delRey Dom Manoel, e de tua segunda mulher Dona Maria, pag. 389. e os seguintes.

Infanta D. Maria.

Filha dos Reys de Portugal Dom Joã V. e Dona Maria Anna de Austria, onde, e quan-

quando naceo, pag. 444. Quem a bautizou, e quaes forão os seus Padrinhos, ibi. Foy Madrinha de seu irmão o Infante Dom Carlos, pag. 445. Foy Madrinha de seu irmão o Infante Dom Pedro, pela Emperatriz Dona Isabel, mulher de Carlos VI. pag. 445.

Infanta D. Maria.

Filha de Philippe II. de Castella, e de sua quarta mulher Dona Anna de Austria, em que dia, e anno morreo, pag. 410.

Infanta D. Maria.

Filha de Philippe III. de Castella, e Dona Margarida de Austria, quando, e onde naceo, pag. 410. Casou com D. Fernando, Rey de Bohemia, e III. Emperador, ibi.

Infanta D. Maria.

Filha dos Reys Philippe IV. de Castella, e De sua primeira mulher Dona Isabel de Borbon, onde, e quando naceo, pag. 422. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

Rainha D. Maria Anna de Austria.

Mulher delRey Dom João V. onde, e quando naceo, pag. 441. Seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 443. Anno, e dia em que calou com aquelle Monarca, pag. 444. Filhos, que tem, pag. 445.

Infanta D. Maria Anna Antonia.

Filha de Philippe IV. de Castella, e de sua primeira mulher Dona Isabel de Borbon, onde, e quando naceo, pag. 422. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

D. Maria Anna de Baviera.

Rainha viuva de Castella, foy Madrinha de Bautismo do Infante Dom Alexandre, filho dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, pag. 445.

Rainha D. Maria Francisca Isabel de Saboya.

Onde, e quando naceo, pag. 425.

das cousas notaveis. 481

425. Quem foraõ seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 431. Casou a primeira vez com D. Affonso VI. e quando se celebrou este casamento, pag. 427. Casou segunda vez com El-Rey Dom Pedro II. e quando se celebrou este desposorio, pag. 432. Filha, que teve, ibi. Dia, e anno da sua morte, ibi. Lugar da morte, e da sepultura, pag. 433. Acçoens illustres que fez, ibi.

Infanta D. Maria Margarida Catharina.

Filha de Filippe IV. de Castella, e de sua primeira mulher Dona Isabel de Borbon, onde, e quando naceo, pag. 422. Dia, e anno da sua morte, ibi.

Rainha D. Maria Sofia Isabel de Neoburgo.

Segunda mulher del Rey D. Pedro II. onde, e quando naceo, pag. 435. Quem foraõ seus Pays, Avós, e Bisavós, pag. 437. Anno, e dia em que se recebeo com aquelle Monarca, pag. 438. Filhos, que teve, ibi, e 449. Anno, e dia da sua morte, pag. 440. Lu-

gar da morte, e da sepultura, ibi. Acçoens illustres, que obrou, ibi.

D. Maria Telles de Menezes.

Foy a primeira mulher do Infante Dom João, filho do Infante Dom Pedro, e Dona Ignez de Castro, e em que anno se celebrou este desposorio, pag. 504.

Infanta D. Maria Theresa.

Filha de Filippe IV. de Castella, e de sua primeira mulher Dona Isabel de Borbon, onde, e quando naceo, pag. 422.

Martim de Freitas.

Governador do Castello de Coimbra, acção de lealdade, que obrou em obsequio de Sancho II. pag. 175.

D. Mathilde Condeça de Bolonha.

Primeira mulher de Affonso III. não teve filhos deste Principe, pag. 204. até 236. He reputada por fabulosa a historia, que conta como esta

Hh

Prin-

Princeza veyo de França a Portugal em huma frota, pag. 210.

D. Mecia Lopes de Haro.

Qual foy a sua ascendencia, pag. 161. Não casou com El-Rey Dom Sancho II. ibi. até pag. 103. Era parenta no quarto grao do mesmo Principe, pag. 166. e 167.

Mertola.

Em que anno foy conquistada por Dom Sancho II. pag. 160.

Principe Dom Miguel.

Da Paz, filho dos Reys de Portugal Dom Manoel, e Dona Isabel, onde, e quando nasceu, pag. 376. Em que dia, e anno foy jurado Principe de Portugal, ibi. Dia, e anno da sua morte, e lugar da sepultura, ibi.

Mosteiro.

Da Costa de Guimaraens; que hoje he de Religiosos de S. Jeronymo, foy fundação da Rainha Dona Mafalda, mu-

lher de Dom Affonso Henriques, pag. 110. Para a nova fundação do primeiro de S. Francisco em Coimbra, deu sitio a Rainha Dona Urraca, mulher de Dom Affonso II. de Portugal, pag. 141. O de S. Francisco de Estremoz, foy fundação da Rainha Dona Brites, mulher de Affonso III. pag. 252. O das Religiosas de Santa Clara de Coimbra, he fundação da Rainha Santa Isabel, pag. 267. O da Conceição de Beja, he fundação da Infanta Dona Brites, filha do Infante Dom João, Mestre de Santiago, e Condestavel de Portugal, pag. 355. O de S. Bento de Xabregas, foy reedificado para os Conegos Seculares de S. João Euangelista pela Rainha Dona Isabel, mulher de Affonso V. pag. 365. O da Madre de Deos de Lisboa, foy fundação da Rainha Dona Leonor, mulher de D. João II. pag. 371. O da Anunciada, he fundação da mesma Rainha, ibi. O de Monges de S. Jeronymo na Berlenga, que depois se passou para Valbomfeito, foy fundação da Rainha Dona Maria, segunda mulher del Rey Dom Manoel, pag. 384. O de nossa Senhora da Assumpção de Faro das Religiosas da primeira Regra de Santa Clara, foy fundação da Rainha Dona Leonor, terceira mulher del Rey Dom Manoel, pag. 397. O de Valbom-

das cousas notaveis. 483

bemfeito de Monges de S. Jeronymo, foy fundação da Rainha Dona Catharina, mulhier del Rey Dom João III. pag. 404. Vejase a palavra *Convento*.

N
Nicolao V.

EM que dia, e anno recebeu a Emperatriz Dona Leonor, filha dos Reys de Portugal D. Duarte, e Dona Leonor, com o Emperador Federico III. pag. 355.

D. Nicolao Fernandes de Castro.

He censurada a grande petulancia, com que creve contra Portugal, e se desfazem os argumentos, que forma para que este Reyno fosse subordinado a Castella, pag. 38. até 78.

D. Nicolao de Santa Maria.

Chronista dos Conegos Regulares da Congregação de Santa Cruz de Coimbra, he impugnado largamente pelos fundamentos, com que affirma a causa porque teve Dom Sancho II. de Portugal o nome de Ca pello, pag. 148. até 151.

*Dom Nuno Alvares
Percira de Mello.*

Duque do Cadaval, assistio ao Bautismo do Infante Dom Alexandre, filho dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, com procuração da Rainha viuva de Castella Dona Maria Anna de Baviera, Madrinha do dito Infante, pag. 445.

*Nuno da Cunha de
Ataide.*

Cardeal da Igreja Romana, e Capellão mór, bautizou a Infanta Dona Maria, e os Infantes Dom Pedro, Dom Joseph, e Dom Carlos, filhos dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, pag. 444. e 445.

O

Odorico Raynaldo.

ANnalista Ecclesiastico segue, que Dona Mecia Lopes de Haro fora casada com Dom Sancho II. e he impugnado, pag. 169. e 179. Fundouse no que creveo Marianna, e se confundio, pag. 182.

Hh ij

Ordem

Ordem Terceira de S. Francisco.

Em que anno foy approva-
da pelo Papa Honorio III. pag.
154. Foy Terceiro della Dom
Sancho II. e por trazer o seu
habito, foy chamado Capel-
lo, pag. 152. até 158. De que
fórma de habito usavaõ os pro-
fessos desta Ordem, pag. 154.
e 155.

P

Paulo III.

CReou Cardeal ao Infan-
te Dom Henrique, filho
dos Reys de Portugal Dom
Manoel, e Dona Maria, e em
que dia, e anno se fez esta crea-
ção, pag. 383.

Paulo IV.

Concedeo, que fosse dia fes-
tivo em o Reyno de Portugal
o dia da Rainha Santa Isabel,
pag. 266.

El Rey D. Pedro I.

De Portugal, dia, e anno
do seu nascimento, pag. 274.
Estava desposado com a Infan-

ta Dona Branca, mas não se
effectuou este casamento, ibi.
Em que anno casou com a In-
fanta Dona Constança Ma-
noel, ibi. Casou segunda vez
com Dona Ignez de Castro,
ibi. Em que dia, e anno en-
trou a reynar, pag. 275. Dia,
e anno da sua morte, ibi. Jus-
tificase o seu casamento com
Dona Ignez de Castro, pag.
307. até 336. Excesso, com
que amou a esta Senhora, pag.
307. Como sentio a violenta
morte que lhe deraõ, pag. 309.
e 310. Jurou na presença de
muitos Cavalheiros, como se
recebera com Dona Ignez de
Castro, pag. 310. Traslada o
seu corpo com toda a pompa
de Coimbra a Alcobaga, pag.
312.

El Rey D. Pedro II.

Onde, e quando naceo, pag.
427. Casou a primeira vez
com Dona Maria Francisca
Isabel de Saboya, mulher que
tinha sido de seu irmão Dom
Affonso VI. e quando se cele-
brou este casamento, ibi.
Quando entrou a reynar, ibi.
Casou segunda vez com a Rai-
nha Dona Maria Sofia Isabel
de Neoburgo, e quando se fez
este desposorio, ibi. Dia, an-
no, e lugar da sua morte, ibi.
Onde está sepultado, ibi.

das cousas notaveis. 485

D. Pedro IV.

Rey de Aragoão, em que anno se recebeu com a Infanta Dona Leonor, filha dos Reys de Portugal Dom Affonso IV. e Dona Brites, pag. 275.

Infante D. Pedro.

Filho dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e Dona Dulce, em que dia, e anno naceo, pag. 127. Casou com Aurembiaux, Senhora do Conda- do de Urgel, ibi. Em que dia, e anno morreo, ibi.

Infante D. Pedro.

Duque de Coimbra, e Re- gente do Reyno, onde, e quando naceo, pag. 346. Ca- sou com Dona Isabel de Ara- goão, filha de Dom Jayme se- gundo, Conde de Urgel, pag. 347. Morreo na batalha da Alfarrobeira, e em que dia, e anno foy este successo, e on- de está sepultado, ibi.

Infante D. Pedro.

Filho dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria, onde, e quando naceo, pag. 444. Por

quem foy bautizado, e quaes foraõ os seus Padrinhos, ibi. Anno, e dia da tua morte, e lugar da sepultura, ibi.

Infante D. Pedro.

Filho dos meismos Monar- cas, onde, e quando naceo, pag. 445. Quem o bautizou, e quaes foraõ os seus Padri- nhos, ibi.

Conde D. Pedro.

O seu Nobiliario está em muitas partes viciado, pag. 86. e 222. até 23.

Pedro de Mariz.

Ignorou o principio, e o fim da vida del Rey Dom San- cho II. de Portugal, pag. 144. Juizo, que fez do Nobiliario do Conde Dom Pedro, pag. 224.

Pedro Pasqualigo.

Embaixador de Veneza, foy Padrinho de Bautismo del Rey Dom João III. pag. 382.

Portugal.

Como foy dado em dote à
Hij Rai

Rainha Dona Theresá , e a seu marido o Conde Dom Henrique , pag. 38. e as seguintes. Nunca foy subordinado a Castella , pag. 38. até 78.

Prados.

Esta Familia não descende da Infanta Dona Branca , filha dos Reis de Portugal Dom Affonso III. e Dona Brites , mas he mais antiga , pag. 258.

Principe.

Quando affirma alguma couza , que tem obrado , duvidar della , he especie de sacrilegio , pag. 334.

D. Fr. Prudencio de Sandoval.

He censurado pelo epitafio , que traz da sepultura de Dona Ximena Munhoz , mulher del Rey Dom Affonso VI. de Leão , e de outros erros , pag. 11. 12. 13. e 14.

R

Infante Dom Raymundo.

Filho dos Reis de Portugal Dom Sancho I. e Dona Dulce , em que dia morreu , pag. 127.

Conde D. Raymundo de Borgonha.

Casou com Dona Urraca , irmã mais moça da Rainha Dona Theresá , pag. 21.

Fr. Rafael de Jesus.

Chronista môr do Reyno , escreve erradamente o anno , em que se recebeu a Infanta Dona Constança Manoel , com o Infante Dom Pedro , como tambem dos filhos que teve , pag. 297. e 298.

Roberto VI. Conde de Bolonha.

Não foy filho da Condesa Mathilde , mas seu sobrinho , pag. 216. e 218. Foy filho de Guilherme VIII. Conde de Auvergne , e de Aliza de Brabante ,

bante, filha de Henrique I.
Duque de Brabante, ibi.

Illustrissimo D. Rodrigo da Cunha.

Segue a opiniaõ de que D. Sancho II. fora calado com Dona Mecia Lopes de Haro, e se responde largamente ao seu fundamento, pag. 170. e as seguintes.

Rodrigo Mendes Sylva.

Cabio em hum grave erro, quando affirmou, que o nome de Capello, que tivera Dom Sancho II. fora pela devoçaõ do Habito de S. Francisco, que em obsequio de Santo Antonio lhe vestira sua mãy a Rainha Dona Urraca, pag. 153.

D. Rodrigo Ximenes.

Arcebispo de Toledo escreve, que a Infanta Dona Leonor, Princeza de Dinamarca, não deixara descendencia, pag. 240. Pertende impugnar a este Author Fr. Joã Caramuel, mas inutilmente, ibi.

S

Infanta D. Sancha.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso Henriques, e Dona Mafalda, em que dia morreo, pag. 110.

Infanta D. Sancha.

Filha dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e D. Dulce, em que dia, e anno morreo, pag. 126. O Papa Clemente XI. lhe confirma o culto de Beata, ibi.

Infanta D. Sancha.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso III. e Dona Brites, em que dia, e anno morreo, pag. 251. Onde morreo, e está sepultada, ibi. A esta Infanta chamaraõ sem fundamento, Constança, Manoel de Faria e Sousa, e Duarte Nunes de Leão, pag. 254.

Infanta D. Sancha Henriques.

Filha do Conde Dom Henrique, e da Rainha Dona Theresia,

reia , casou com o Conde Dom
Fernaõ Mendes , pag. 4.

El Rey D. Sancho I.

De Portugal , conquista
muitas terras , pag. 60. Em
que dia , e anno naceo , pag.
108. Em que anno casou com
a Rainha Dona Dulce , ibi.
Em que dia , e anno entrou a
reynar , pag. 109. Quando
foy acclamado , ibi. Anno , e
dia da sua morte , e onde está
sepultado , ibi.

El Rey D. Sancho II.

De Portugal , em que anno
naceo , pag. 140. e 144. Por-
que razão lhe chamaraõ o *Ca-
pello* , pag. 147. até 158. Foy
valeroso , pag. 159. Nunca
casou , o que se prova com gran-
des fundamentos , pag. 161.
até 203. Em que anno entrou
a reynar , pag. 140. Em que
dia , e anno morreo , e onde
jaz sepultado , ibi. Conquis-
tou Jerumenha , Serpa , Ar-
ronches , Mertola , Tavira , e
outras Praças , pag. 16c. He
exhortado por Innocencio IV.
que emende as desordens do
seu governo , pag. 187. He
deposto do Throno pelo mes-
mo Pontifice , pag. 193.

Conde D. Sancho de Albuquerque.

Filho natural del Rey Dom
Affonso XI. de Castella , foy
calado com Dona Brites , fi-
lha do Infante Dom Pedro , e
Dona Ignez de Castro , pag.
304.

D. Sancho Nunes de Barbosa.

Casou com a Infanta Dona
Theresa Henriques , filha do
Conde Dom Henrique , e da
Rainha Dona Theresa , pag. 4.

El Rey D. Sebastião.

Onde , e quando naceo , pag.
403. Dia , e anno da sua per-
dição em Africa , ibi.

Serpa.

Em que anno foy conquif-
tada por Dom Sancho II. de
Portugal , pag. 160.

T

Tavira.

EM que anno foy conquistada por Dom Sancho II. de Portugal, pag. 160.

Rainha D. Theresa.

Casa com o Conde Dom Henrique, e o anno, em que se fez este casamento, e quando entrou em Portugal, pag. 29. até 37. Como se lhe deu em dote Portugal, pag. 38. Filhos, que teve, pag. 4. Não casou segunda vez, pag. 87. até 104. Quando morreo, e onde está sepultada, pag. 5. Acçoens illustres, que obrou, ibi. Foy filha legitima del Rey Dom Affonso VI. de Leão, e herdeira dos seus Estados, pag. 7. até 28.

Infanta D. Theresa.

Filha dos Reys de Portugal Dom Affonso Henriques, e Dona Mafalda, em que anno casou com Filippe I. Conde de Flandes, pag. 109. Casa segunda vez com Eudo III. Duque de Borgonha, pag. 110. Quando morreo, e onde está sepultada, ibi.

Infanta D. Theresa.

Filha dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e Dona Dulce, em que anno casou com Dom Affonso IX. Rey de Leão, e quando se separaraõ por parentes, pag. 126. Em que dia, e anno morreo, ibi. Confirimalhe o culto de Beata o Papa Clemente XI. ibi.

Infanta D. Theresa.

Filha dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Itabel da Neoburgo, onde, e quando nacco, pag. 439. Quando foy bautizada, ibi. Dia, e anno da tua morte, e onde está enterrada, ibi.

*Infanta D. Theresa
Henriques.*

Filha do Conde Dom Henrique, e da Rainha Dona Theresia, casou com Dom Sancho Nunes de Barboza, pag. 4.

Principe Dom Theodosio.

Filho dos Reys de Portugal Dom João IV. e Dona Luiza de Gusmão, onde, e quando nacco

naceo , pag. 426. Dia , e anno , em que foy jurado Principe de Portugal , ibi. Quando morreo , e onde está sepultado , ibi.

D. Thomaz de Almeida.

Patriarca de Lisboa , e Cappellão mór , bautizou os Infantes Dom Pedro , e Dom Alexandre , filhos dos Reys de Portugal Dom João V. e Dona Maria Anna de Austria , pag. 445.

V

Valdemaro II.

Rey de Dinamarca , casou com a Infanta Dona Berenguella , filha dos Reys de Portugal Dom Sancho I. e D. Dulce , pag. 127.

Valdemaro III.

Rey de Dinamarca , casou com a Infanta Dona Leonor , filha dos Reys de Portugal Dom Affonso II. e Dona Urraca , e em que dia , e anno se celebrou este despoorio , pag. 141. Morreo da ferida de huma setta , e em que dia , pag. 243.

Cardeal D. Verissimo de Lancastro.

Affistio no Bautismo do Principe Dom João , filho dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Sofia Isabel de Neoburgo , com procuração do Conde Palatino , que foy Padrinho do Principe , que era seu neto , pag. 438.

Infante D. Vicente.

Filho dos Reys de Portugal Dom Affonso III. e Dona Brites , em que dia , e anno naceo , pag. 251. Lugar da sua sepultura , ibi.

Victorio Amadeo.

Duque de Saboya , esteve despoado com a Infanta Dona Isabel , filha dos Reys de Portugal Dom Pedro II. e Dona Maria Francisca Isabel de Saboya , que não se effectuou , pag. 432.

Urbano VIII.

Em que dia , e anno canoizou a Santa Isabel , Rainha de Portugal , pag. 267.

Rainha D. Urraca. Infanta D. Urraca.

Irmãa mais moça da Rainha Dona Theresa, casou com o Conde Dom Raymundo de Borgonha, pag. 21. Casa segunda vez com Dom Affonso, Rey de Aragoã, ibi. Em que dia, e anno morreo, pag. 25.

Filha delRey Dom Affonso o das Navas, em que anno casou com Dom Affonso II. de Portugal, pag. 126.

Infanta D. Urraca Henriques.

Rainha D. Urraca.

Mulher de Dom Affonso II. de Portugal, em que anno casou, pag. 140. e 143. Filhos, que teve, pag. 140. Anno, e dia de sua morte, pag. 141. Lugar da morte, e sepultura, ibi. Acçoens illustres que fez, ibi.

Filha do Conde Dom Henrique, e da Rainha Dona Theresa, casou com o Conde Dom Bermudo Peres da Trava, pag. 4.

X

Infanta D. Urraca.

D. Ximena Nunes de Gusmaõ, ou Munhoz.

Filha delRey Dom Affonso Henriques, e Dona Mafalda, foy a primeira mulher de Dom Fernando II. Rey de Leão, e se mostra, em que anno se fez este matrimonio, e o anno, em que se dissolveo, pag. 109. e 113. até 118. Em que dia morreo, pag. 109.

Foy mulher legitima delRey Dom Affonso VI. de Leão, pag. 8. e 9. O epitaphio, que diz Sandoval, estar gravado na sua sepultura, se convençe de falso por muitas razoens, pag. 11. até 14.

A Rainha D. Urraca. 241

Reys de Hespanha costumão mostrar a sua Real generosidade para com Principes peregrinos.

290 Eis-aqui hum pintura regulada pela vontade, eis-aqui hum discurso sem mais fundamento, que a elevação de hum fantezia ambiciosa de avós Soberanos. Perdoeme por esta vez a vaidade de Caramuel, que primeiro está a verdade, do que a lisonja, especialmente quando ella he tão clara, como agora veremos.

291 Para se ter por certa a falta de descendencia da Rainha D. Leonor, bastava a authoridade do Arcebispo de Toledo D. Rodrigo Ximenes, pois escrevia de pessoas, que viverão no seu tempo, e que considerada a grandeza da sua dignidade, e do seu nascimento, não era possível, que deixasse de saber a verdade com toda a individuação, como observou o insigne D. Luiz de Salazar e Castro no *tom. 3. da Casa de Lara liv. 16. cap. 6. no fim*, fallando desta mesma materia: *El Arçobispo D. Rodrigo, que não podia ignorar esto; porque en ello escribiò lo que mirava.* Em homem de menor esfera seria mais facil cahir em hum erro historico; porque a tudo podia dar occasião a falta de noticias, ou de correspondencia, mas quem sabe o grande lugar, que por todas as razoes se fez em Hespanha o Arcebispo D. Rodrigo, bem ve, que não he crível, que errasse os successos da vida de hum Princeza, que naceo, e casou nos seus dias, e que escreveo as acçoens de seus irmãos com aquella individuação, e certeza, que já se vio, e ponderou em algumas partes deste Catalogo; e he certo que para se convencer de falsa a sua asserção, eraõ necessarios muitos documentos, cuja fé fosse humanamente irrefragavel, o que não vemos na impugnação de Caramuel, que simplesmente vista mostra a sua debilidade.

292 Mas porque não pareça, que o Arcebispo de Toledo D. Rodrigo he singular no que escreve, darey agora os Chronistas das Historias Dinamarquezas, que ainda que mais diffusos nos accidentes, não differem na substancia.

293 De sua segunda mulher Margarida, filha de João Rey de Bohemia, teve Valdemaro II. o Vitorioso ao Prin-

242 *A Rainha D. Urraca.*

cipe Valdemaro. Considerando porém que das continuas guerras, em que sempre se occupava, poderia nacer algum incidente, de que se originassem grandes desordens, resolveo dar a seu filho em sua vida a mesma Coroa, em que imaginava lhe havia de succeder depois da morte. Executou o seu designio na Cidade de Schleswyk em 24. de Junho de 1218. na presença de quinze Bispos, tres Duques, e tres Condes, e infinita multidão de Nobreza, e Povo. Assim o escreve Pontano *Rerum Danicarum lib. 6. Anno 1218.* por estas palavras: *Filio suo Valdemaro, quem ante biennium inauguratum meminimus, regium hoc tempore didema imponi curavit.* Meursio *Hist. Danicæ continuat lib. 1. Anno 1218. ad viceßimum quartum diem mensis Junii, filium suum Valdemarum, regno pridem inauguratum, insuper coronâ ornat.* Depois de coroad o filho, tratou de o casar, e para sua Esposa elegeo a Infante D. Leonor, filha de D. Affonso II. de Portugal. Partiraõ os Embaixadores, chegaraõ a este Reyno, ajustouse o casamento, e com magnifico apparato foy levada a Dinamarca, e em dia de S. Joaõ Bautista do anno de 1230. se recebeu com ElRey Valdemaro III. na Cidade de Ripen. Descreve este facto Pontano no liv. já citado anno 1230. dizendo: *Quæ dum foris fiunt, domi Valdemarus de juniore Valdemaro filiorum suorum, quos è Dagmara Bohemica sustulerat, sollicitus ad Regem Lusitanorum Legatos misit, qui ei in conjugem Leonoram filiam ipsius deposcerent Consensumque haud difficulter in idem matrimonium. Ac mox in Daniam magnifico apparatu deducta, die, qui Divo Joanni sacer erat, Valdemaro III. Ripis, quod est in Cimbrica Chersoneso ad mare Britannicum situm opidum, sollemniter, habitis prius pro more sponsalibus, denupsit.* Meursio no sobre-dito livro anno 1230. diz assim: *Itaque è Lusitania filio suo Valdemaro principi quidem designaco uxorem petit Leonoram, Alphonsi II. filiam, nuptiasque Ripis celebrat, ad viceßimum quartum diem mensis Junii.*

294 No seguinte anno de 1231. acabaraõ em lastimosa tragedia as melhores esperanças de Dinamarca; porque

A Rainha D. Urraca. 243

que tendo parido a Rainha D. Leonor hum filho, juntamente com elle morreo a 13. de Mayo, e a 28. de Novembro morreo seu marido Valdemaro da ferida de huma feta, com que andando à caça o feriraõ por desgraça em huma perna. A ambos se lhe celebraraõ as exequias com excessivo sentimento em Ringsted aonde jazem. Pontano no lugar já dito anno 1231. *Sequens annus nullâ magnopere re, nisi duorum præcipue charissimorum pignorum Valdemari, & Leonoræ tristissimis funeribus notabilis fuit. Nam primò junior Valdemarus animi causâ venatum egressus in loco Resnessensi ab aulico suo forte fortuna, dum alio is ictum dirigit circa crus sagitta ex arcu chalibeo emissâ vulneratus 4. Cal. Decemb. ex eodem ictu moritur. Ejus excessus & regi, totique regno maximum luctum incussit, præsertim cum de eo, si rerum aliquando potitus fuisset, omnia sibi summa cuncti pollicerentur. Eum paulo ante, ut vult Virfeldius, præcesserat uxor Leonora, ut pote quæ 3. Idus Maij unâ cum nato recenter filio puerpera animam cælo reddidit. Funus utrique summo cum omnium mæore Ringstadii deductum. Conta o caso Meursio desta sorte no anno 1231. Quam jacturam ut negligeret, mors effecit, primum nurus, Leonoræ, tum ipsius quoque filii, Valdemari. Atque Leonora quidem, in puerperio, III. Idus Maij, expiravit; unâ cum filiolo, quem enixa fuerat. Valdemarus, recreare animum cupiens, nimio dolore pressum, ex uxoris caræ obitu, dum venatur ad Resnesam, in propinqua illic silva, forte ab aliquo crus sagittâ sauciatur; & ex vulnere item moritur, IV. Kal. Decembris, ac utrique funus factum est Ringstadii. Tudo havia dito em brevillimas palavras Alberto Krantzio no liv. 7. cap. 20. da sua Dania. Uxore autem acceptâ rex junior (falla de Valdemaro III.) illam statim amisit: nec longum tempus in medio, ipse secutus est præmorientem, e da mesma sorte o havia escrito Salazar no lugar proxima-mente citado: Y solo pudo errar en tenerle por hijo de la Reyna Doña Leonor, que no los tuvo.*

295. Aqui temos a authoridade destes Escritores todos grandes, e conhecidos no mundo, que estaõ justificando, e

Qij

confir-

244 *A Rainha D. Urraca.*

confirmando a verdade do Arcebispo de Toledo D. Rodrigo Ximenes, e convencendo ao mesmo tempo a falsidade daquelle Epitafio, e daquelle memoria, em que se faz a nossa Infante D. Leonor mãy de Christerno Rey de Dinamarca, avó de Maria, bisavó de Anna, e por ella ascendente da Casa de Lobkowitz, e do Reverendissimo Abbade de Melrofa D. João Caramuel de Lobkowitz. O certo he, que o Padre D. Abbade não examinou se tinha fundamento o que dizia aquella Inscripção sepulchral, nem o que affirmava o documento daquelle Cartorio. Quizme deixar o trabalho de que eu a examinasse em obsequio da verdade, que he a causa impulsiva de escrever este Catalogo.

296 Diz Caramuel com a pedra da sepultura, e com o traslado velho da descripção daquelle edificio antigo, que a Infante D. Leonor casara com Jano Rey de Dinamarca; e nunca houve Rey deste nome naquella antiquissima Monarchia, como o podem ver os curiosos em Krantzio, Pontano, Meurcio, e modernamente em Puffendorf *Introduction al' histoire tom. 2. cap. 9.*

297 Em segundo lugar a Infante D. Leonor não teve filhos, como atégora se mostrou, e dado que os tivesse, nunca podia ser mãy de Christierno, ou de Christiano, que he o mesmo, como diz Krantzio *lib. 8. Danie cap. 26. Christianus quem Dani more suo Christiernum appellarunt*, porque des le o anno de 1230. em que ella casou, até o de 1448. em que sobio ao throno daquelle Reyno Christiano I. correraõ duzentos e dezoito annos, e não sey como se póde dar hum tão dilatado prazo sem injuria de quem o pretende para fundar hum erro!

298 Em terceiro lugar o casamento de D. Leonor, filha do Infante D. Fernando de Serpa com hum Rey de Dinamarca, cujo nome se não declara, não consta, porque Duarte Nunes de Leão, que o escreve, o diz com tal confusão, que a este marido faz filho da Infante D. Leonor, que sem duvida casou com Valdemaro. Diz deste modo no fim da *Chronica de D. Affonso o Gordo. Howve mais* (falla de D. Affonso II. de Portugal) *ao Infante D. Fernando*

A Rainha D. Urraca. 245

nando que chamarão o Infante de Serpa, que cazou em Castella com D. Sancha Fernandes, filha do Conde D. Fernando de Lara, de que naceo D. Leonor, que dizem cazar com o Principe herdeiro do Reyno de Dacia, que parece seria filho da Rainha D. Leonor, de que logo se dirá. E pouco abaixo prosegue. Houve mais da Rainha D. Urraca, a Infanta D. Lianor, que cazou com El Rey de Dacia, cujo nome não veyo á nossa noticia. E como huma Leonor se suppoem casada com o filho de outra Leonor, e sendo certo que a filha del Rey D. Affonso não teve filhos de Valdemaro, como podia sua sobrinha ser sua nora? No que escreveo Duarte Nunes mostrou, que alguma tradição se conservava destes casamentos na Casa de Dinamarca, mas a falta de noticias certas os fez confundir da sorte, que temos visto. Foy o primeiro casamento da Infante D. Berenguella, filha de D. Sancho I. com Valdemaro II. e foy o segundo da Infante D. Leonor, sobrinha da primeira, com Valdemaro III. Principe de Dinamarca, e não distinguindo nem os nomes, nem os tempos, deo filhos á que nunca os teve, e fez sua nora, a que nunca o foy.

299 Resta finalmente fazer juizio do Epitafio, de que fizemos menção, e de que consta a mayor falsidade, que fica convencida; que he o ter filhos a nossa Infante D. Leonor. Esta pedra devia ser tirada da mesma pedreira, de que foy tirada a que estava na sepultura da Rainha D. Ximena, mãe da Rainha D. Theresa, e os officiaes, que abriraõ as letras em huma, deviaõ de ser os mesmos, que as abriraõ na outra. Nada do que nelle se diz tem fundamento, pois até erra o pay da nossa Infante D. Leonor, chamandolhe Affonso III. havendo de dizer II. A ella o segue a memoria antiga, em que se falla com mayor miudeza na descendencia desta Senhora; porque tudo he dito livremente, e com formal contradicção ao que escreveraõ os Authores mais exactos. Junte-se esta memoria com a de Monte Ramo, e com outras de semelhante jaz, e teraõ as fabulas o seu Cartorio. Nem tudo o que se acha nos Cartorios merece ser, como se verá com toda a distincção em outra parte deste

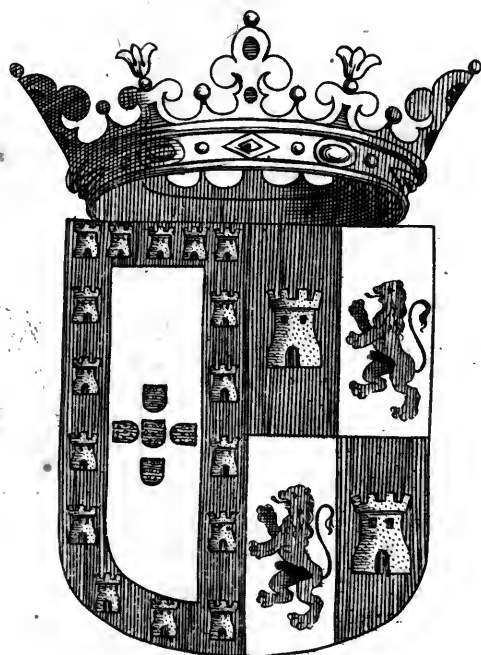
246 *A Rainha D. Urraca.*

mesmo Catalogo, porque nelles se pôde introduzir hum erro com destreza, e diffimulação, para que depois se enganem os que são faccis de crer, e que tem por hum Evangelho qualquer palavra, que leão em hum Archivo. Epitafios, e memorias avulsas não costumão ter Author, e pouco importa a quem as escreve, que depois se lhe convença o seu erro, porque não tem perigo a sua opiniaõ. E sem duvida, que esta deve ser a razão de se lerem algumas inscripçoens em sepulturas, e lugares publicos, que como diz o Doutor Frey Antonio Brandaõ no *tomo 3. da Mon. Lus. liv. 18. cap. 12. antes do fim; fora serviço grande de Deos, e bem da Republica mandarem se riscar*, e como sabia o fundamento, com que fallava, accrescenta logo. *Bem podera apontar alguns neste Reyno, mas não pôde ser sem descobrir faltas alheas.*

300 Não duvido, que o Abbade Caramuel tenha na sua ascendencia muitas Purpuras, muitas Coroas, e muitos Sceptros, mas eu, que não dou credito, nem ao Epitafio, nem à memoria daquelle Archivo, de que elle se valeo para impugnar a grande authoridade do Arcebispo D. Rodrigo, entendo que toda essa grandeza lhe pôde vir por outros casamentos, mas que não pôde ser pelo filho da Rainha D. Leonor; porque com elle morreo de parto.

ARMAS.

A R M A S.



CASTELHANA.

Qiii

Pays

For the



A Rainha D. Brites. 249

A Rainha D. Brites B. segunda mulher de D. Affonso terceiro, quinto Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
D. Affonso X. o Sabio Rey de Castella.	D. Fernando III. o Santo Rey de Castella.	D. Affonso IX. Rey de Leão.
		A Rainha D. Berenguela.
	A Rainha D. Brites de Suevia primeira mulher.	O Emperador Filipe de Suevia.
		A Emperatriz Irene.
D. Mayor Guilhem de Gusmão.	D. Guilhem Peres de Gusmão.	D. Pedro Rodrigues de Gusmão.
		D. Elvira Gomes de Mançanedo.
	D. Elvira Nunes.	D. Ruy Dias, Senhor de los Cameros.
		A Condesa D. Urraca Dias.

Casa.

250 *A Rainha D. Brites.*

Casamento.

Com D. Affonso III. quinto Rey de Portugal.

Anno, em que casou.

1253. (I)

Filhos, que teve.

A Infante D. Branca naceo em Guimaraens a 28. de Fevereiro de 1259. (2) Foy Abbadessa de Lorvão, e de las Huelgas de Burgos (3) R.

O Infante D. Fernando naceo
. † em Lisboa a de 1262.
e jaz em Alcobaça. (4)

O Infante D. Diniz successor, naceo em Lisboa a 9. de Outubro de 1261. (5) Entrou a reynar em 16. de Fevereiro de 1279. Casou com a Rainha Santa Ifabel, filha de D. Pedro Rey de Aragoão em 24. de Junho de 1282. (6) † a 7. de Janeiro de 1325. e jaz no Real Mosteiro de Odivellas. (7)

O Infante D. Affonso Senhor de Portalegre, naceo a 8. de Fevereiro de 1263. (8) Casou com D. Violante, filha do Infante D. Manoel (9) † em Lisboa a 2. de Novembro de 1312. e jaz em S. Domingos de Lisboa. (10)

A Infan-

A Rainha D. Brites. 251

A Infante D. Sancha (a quem erradamente chama Conf-
rança o Doutor Duarte Nunes de Leão na Chronica de D.
Affonso III.) naceo a 2. de Fevereiro de 1264. (11) † em
Sevilha (12) e jaz em Alcobaça. (13)

A Infante D. Maria naceo a 21. de Novembro de 1264.
(14) † a 6. de Junho de 1304. e jaz em Santa Cruz de
Coimbra. (15)

O Infante D. Vicente naceo a 22. de Janeiro de 1268.
(16) † . . . e jaz em Alcobaça. (17)

Anno, e dia da morte.

27. de Outubro de 1303. S.

Lugar da morte.

Lugar da sepultura.

No Real Mosteiro de Alcobaça. (18)

Acçoens

252 *A Rainha D. Brites.*

Acções illustres.

Fundou o Hospital dos Meninos Orfãos de Lisboa. (19)
A Igreja de S. Francisco de Alenquer, e com seu marido
o Convento do mesmo Santo de Estremoz (20)

Authores destas memorias.

1.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 16.

2. 3.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 28.

4.

O Doutor Frey Antonio Brandaõ no tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 15. cap. 28. diz que este Infante D. Fernando faleceo no anno de 1262. como consta do Epitaphio, que está na sua sepultura em Alcobaça, que diz assim: *Hic jacet sepultus Dominus Fernandus Infans filius illustrissimi Domini Alfonsi quinti Regis Portugaliæ, & Algarbii, qui decessit apud Ulixbonam sub era M. CCC.* Em vulgar. Aqui jaz sepultado o Infante D. Fernando, filho do Illustrissimo Senhor Affonso Rey quinto de Portugal, e do Algarve, que morreo em Lisboa na era de 1300. que he o anno de Christo 1262. O livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira diz deste modo: *7. Idus Octobris obiit Infans D. Joannes Fernandus serenissimi D. Alfonsi 3. Regis, & Reginae D. Beatrice*

A Rainha D. Brites. 253

Beatricis Portugalliae filius anno 1269. Isto he, que a 9. de Outubro faleceo o Infante D. João Fernando, filho do Serenissimo Rey D. Affonso III. e da Rainha D. Brites de Portugal no anno de 1269. Esta memoria precisamente se deve dizer, que está errada, não só pelo nome de João, que se dá a este Infante, senão também pelo dia, e anno, em que declara que faleceo. E a razão he; porque elle já no mez de Mayo de 1262. era falecido. Consta esta verdade da supplica, que fizeram os Prelados de Portugal à Santidade de Urbano IV. pedindolhe, que havendo respeito à utilidade publica do Reyno, quizesse levantar o interdito, que havia posto, e dispensasse com ElRey no segundo matrimonio, que contrahira, vivendo ainda a sua primeira mulher, que agora já era defunta, e que legitimasse os filhos, que tinha da Rainha D. Brites. Desta supplica faz memoria Brandaõ no tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 15. cap. 27. e foy ella feita na Primacial de Braga no mez de Mayo do anno do Senhor 1262. *Datum Bracharæ Mense Maio anno Domini MCCLXII.* Dizem os Prelados, que neste tempo, em que elles interpunhão os seus rogos com o Papa, já o dito Rey D. Affonso tinha da Rainha D. Brites dous filhos: *Ex qua jam geminam prolem noscitur suscepisse.* Estes dous filhos eraõ a Infante D. Branca, da qual diz o livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra, que naceo a 28. de Fevereiro da era de 1297. *Era MCCXXXVII. Secundo Kal. Martii nata est Doña Branca filia Regis Domini Alfonsi, & Reginae Donnae Beatricis.* O segundo filho já nacido era o Infante D. Diniz, cujo nascimento diz o mesmo livro da Noa, que foy a novê de Outubro do anno de 1261. *Era MCCLXXXIX. 7. Idus Octobris natus est Infans Domnus Dionisius filius Regis Domini Alfonsi, & Reginae Beatricis.* E bem se ve, que o Infante D. Fernando já quando se fez a supplica era falecido; porque se fora vivo, não differeão os Prelados do Reyno, que ElRey D. Affonso tinha dous, senão tres filhos: *Ex qua jam geminam prolem noscitur suscepisse*, e por consequencia que está errada a era do livro dos Obitos de S. Salvador de

Morcira,

254 *A Rainha D. Brites.*

Moreira, pois diz que falecera no anno de 1269. Este Infante D. Fernando affirma Brandaõ, que era filho legitimo delRey D. Affonso, e que devia de nacer primeiro que o Infante D. Diniz; porque he certo, que tendo nacido este a nove de Outubro de 1261. não havia tempo para o outro nacer, e morrer antes do mez de Mayo no anno de 1262. como se vé do Epitafio da sua sepultura, que expressamente o declara, e como se infere do silencio dos Prelados na supplica que fizeraõ.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 28. e tom. 5. liv. 16. cap. 1.

6.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 5. liv. 16. cap. 18.

7.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 19. cap. 41.

8.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 28.

9. 10.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 41.

11. 12. 13.

O Doutor Duarte Nunes de Leão, e Manoel de Faria e Sousa deraõ sem fundamento a esta Infante o nome de Constança, sendo na realidade D. Sancha; porque como diz hum, e outro Brandaõ, em todas as memórias daquelle tempo não a ha de Constança, senão de Sancha. Do seu naci-

A Rainha D. Brites. 255

nascimento faz menção o livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra dizendo: *Era M. CCCII. 4. Nonas Februarii nata est Dona Sancia filia Regis Doni Alfonsi, & Reginae Donne Beatricis*, que na era de 1302 (que he o anno de 1264.) a 2. de Fevereiro naceo a Infante D. Sancha, filha delRey D. Affonso, e da Rainha D. Brites. Tudo o que della escrevem Leão, e Faria, como a morte em Sevilha, e a sepultura em Alcobaça, diz Brandaõ no *tom. 5. da Mon. Lus. liv. 16. cap. 48.* que succedeo à Infante D. Sancha, o que prova com a authoridade de Fernão Lopes, que no lugar allegado se póde ver com mayor distincão.

14. 15.

D. Nicolao de Santa Maria Chronica dos Conegos Regrantes liv. 12. cap. 7. n. 9. O livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira diz deste modo: 8. *Idus Junij obiit Infans D. Maria Alfonsi serenissimi Regis Portugalliae, & Reginae D. Beatricis filia, Canonica Sanctae Crucis Monasterij Dominarum anno de 1304.* Isto he, que a 6. de Junho de 1304. morreo a Infante D. Maria, filha do Serenissimo Rey de Portugal D. Affonso, e da Rainha D. Brites, a qual Infante foy Conega de Santa Cruz no Mosteiro das Donas.

16.

Diz o livro da Noa de Santa Cruz: *Era MCCCVI. in die Sancti Vincentij scilicet XI. Kal. Februarij natus est Infans Dominus Vincentius filius Regis Domni Alfonsi, & Reginae Donne Beatricis.* Na era de 1306. que he o anno de 1268. em dia de S. Vicente vinte e dous de Janeiro naceo o Infante D. Vicente, filho delRey D. Affonso, e da Rainha D. Brites.

17.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 15. cap. 28.

Brandaõ

256 *A Rainha D. Brites.*

18. 19.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 9.

20.

Esperança Historia Serafica tom. 1. liv. 1. cap. 15. e liv.
4. cap. 21.

Defen-

R.

Defendese a Infanta D. Branca, do que contra ella escreverão alguns Chronistas.

301 **C**ontra a opiniaõ da Infanta D. Branca tomaraõ atrevidamente a penna alguns Escriptores, affirmando que della tivera Pedro Esteves Carpinteiro, ou de Carpentos, hum filho, chamado D. Joaõ Nunes do Prado, que foy Maitre da Ordem de Calatrava. O primeiro, que publicou esta infamia, foy o Chronista de Affonso II. de Castella no *cap.* 48. e desta impura fonte foraõ bebendo todos os mal affeitos à fama desta Senhora. Fallando sem paixãõ, parece indigna de credito esta noticia, porque a grande estimaçaõ, e o grande respeito, com que a trataraõ os Reys de Castella, e Portugal, e o grande numero das mercês, que lhe fez ElRey D. Diniz seu irmão bem mostraõ, que tudo merecia a gravidade dos seus costumes. Não he crível, que se esta Infanta tivesse cahido na torpeza, de que he accusada pela liberdade de alguns Historiadores, que fosse tão estimada, e tão venerada de huns Principes tão severos, e tão escrupulosos, como os que reynavaõ no seu tempo, e que estivessem premiando com repetidos argumentos de liberalidade hum escandalo do seu respeito. Estava governando a Infanta D. Branca o Mosteiro de Lervãõ, bem conhecido em Portugal pela sua antiguidade, e observancia Regular, com tanta inteireza, que lhe deraõ em Burgos o governo do Mosteiro das Huelgas, fundaçãõ tão illustre de D. Affonso de Castella o das Navas, que da sua obediencia pendiaõ doze Mosteiros, e não he possível que administrasse tão dilatada jurisdicção em Castella, e Portugal huma Senhora, de cuja incontinençia era testemunha seu filho Joaõ Nunes do Prado. Os defeitos, que em humas pessoas oc-

R

culta

258 *A Rainha D. Brites.*

culta muitas vezes o abatimento da condição , faz publicos em outras a grandeza da fortuna , e bem se ve a pouca attenção , que mereceria huma Prelada , que com injuria da sua proffissão , e do seu sangue se tinha descuidado tão feamente das obrigaçoens do estado , e do nascimento.

302 Além destas razões , que não deixaõ de ser fundadas na prudencia , e na verosimilidade , ha huma que convence esta impostura. Dizem commummente que deste filho da Infanta D. Branca se começou a familia dos *Prados*. Se a verdade daquella filiação se funda na verdade deste principio , bem innocente está a Infanta D. Branca de semelhante testemunho. E a razão he , porque este appellido de *Prado* he mais antigo em Hespanha , do que o fazem os Authores desta falsidade. Na era de 1180. que he anno de Christo de 1142. aos 18. de Setembro fez doação D. Affonso VII. o Emperador a Martim Dias do Prado da Villa de Alvires no Reyno de Leão , em premio dos grandes serviços , que lhe havia feito , como se póde ver em Sandoval na *Chronica do mesmo Emperador pag. 198. vers. col. 2.* E se o appellido de *Prado* he tanto mais antigo , que a Infanta D. Branca , bem se ve que lhe não deu principio o seu filho supposto. O Mestre Frey Antonio Brandão no *tom. 4. da Mon. Lusit. liv. 15. cap. 28.* e o Marquez de Montebello à *plana 32. do Nobiliario do Conde D. Pedro* tem por falsa esta descendencia , e por indigna de huma Princeza , que pelas suas virtudes administrou o governo de dous Mosteiros tão famosos , como Lorvão , e as Huelgas de Burgos.

303 O desejo de multiplicar linhas Reaes , que he a mayor vaidade , que procura introduzir a lisonja dos Genealogicos de Hespanha , poderá ser que dêsse occasião a esta impostura , porque para se illustrarem alguns avós formados de papel com a magestade de huma purpura , se deraõ filhos a huma Princeza , que morreo com hum anno de idade , como já o fizeraõ com outra , que para darem o seu sangue a huma grande familia , lhe deraõ huma filha depois de haver doze annos , que era defunta. Eu creyo , que se os

Reys,

A Rainha D. Brites. 259

Reys, que se fazem troncos de muitas familias, viessem novamente ao mundo, se envergonharião dos descendentes, que lhes suppoem, e bom seria, que assim succedesse alguma vez; porque em lugar de tantos netos veriamos tantos engeitados. A falta de Escritores antigos foy o motivo de toda esta desordem, e como os modernos vem os Principes daquelles seculos no silencio das sepulturas, aonde não fallaõ, não he grande o trabalho com que os fazem ascendentes de quem lhes parece, porque para isto basta no seu juizo hum argumento, huma conjectura, ou huma semelhança de nomes. E quem póde justamente duvidar, que não seja da mesma eondição o filho da Infante D. Branca, só para se fazer vistoso aquelle *Prado* com as flores do Real sangue de D. Affonso III. de Portugal?

S.

Examina-se o dia, e o anno da morte da Rainha D. Brites.

304 **F**oy tão grande o silencio entre os Authores Portuguezes acerca da morte da Rainha D. Brites, mulher del Rey D. Affonso III. que em nenhum delles se acha memoria, ou do dia, ou do anno, em que falleceo. O Chronista mór deste Reyno Frey Francisco Brandão, queixandose deste mesmo descuido, diz assim no tom. 6. da *Mon. Lusit.* liv. 18. cap. 9. *Não descobri em memoria alguma o dia de seo falecimento, nem ainda para o anno em que foy, hã exaecta noticia; porque como não hã Testamento seu na Torre do Tombo, nem no nosso Mosteiro de Alcobaça aonde está enterrada, e a sepultura não tenha epitafio, não podemos colligir com clareza o dia, e anno de sua morte.* Duas cousas se ignoraõ, o dia, e o anno em que morreo esta Princeza. Vamos primeiro ao dia. Por carta de 26. de Novembro de 1723. me avisou o Reverendissimo Padre Fr. Manoel dos Santos, Monge de Alcobaça, Academico Real, e Chronista da sua Congregação, que em hum antigo Martyrologio manuscrito daquella Real Abbadia se achava no dia 27. de Setembro esta cota: *Cōmemoratio D. Beatricis Regine uxoris D. Alfonsi Regis Comititis Bolonia. D. R. in pace.* Commemoração da Rainha D. Brites, mulher del Rey D. Affonso Conde de Bolonha. Descance em paz. E accrescenta logo o Padre Frey Manoel dos Santos, que elle não affirma se estas palavras se entendem do dia, em que falleceo esta Rainha, ou do dia em que se fez a trasladação do seu Real cadaver; porque para segurar, ou humar, ou outra cousa, não descobrio a clareza, que lhe era necessaria. O livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira, diz o dia da morte da Rainha D. Brites com toda a individualção

A Rainha D. Brites. 261

duação por estas palavras , ainda que o anno está errado, como logo veremos. 6. *Kal. Novembris obiit D. Beatrix Regina Portugalliae Serenissimi Regis Alfonsi uxor 1339.* Quer dizer que no anno de 1339. a 27. de Outubro faleceo a Rainha de Portugal D. Brites, mulher do Serenissimo Rey D. Affonso III. E como a memoria de Alcobaça não declara se aquella commemoração he da morte, ou da Trasladação , e como o livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira falle determinadamente do dia da morte, parece que este havemos de dizer que foy o dia, em que deixou de ser mortal. O anno de 1339. em que o livro de S. Salvador lhe aponta o falecimento, não tem duvida que está errado; porque o anno moralmente certo da sua morte he o de 1303. Brandaõ no *lugar proxivamente citado* intenta provar, que a Rainha D. Brites morreo no anno de 1304. com o fundamento de que a 24. de Julho deste mesmo anno de 1304. deo El Rey D. Diniz a sua mulher a Rainha D. Isabel os Padroados das Igrejas de Tórres Novas, e a Alcaidaria mór da mesma Villa, que eraõ da Rainha D. Brites sua mãy, de cuja doação infere, e com fundamento prudente, que já era falecida a dita Rainha, pois falla El Rey absolutamente sem dizer que as dava com o consentimento, e renuncia de sua mãy, como disse quando doou ao Mosteiro de Odivellas o Padroado de Santo Estevão de Alenquer, que era da Rainha D. Brites, e que cedeo delle a beneficio daquella Religiosa Communidade. Porém como do livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira conste com certeza o dia da morte desta Rainha, e desde o anno de 1304. falem memorias suas, o que he argumento de ser falecida, e em 24. de Julho do mesmo anno se désses os seus Padroados à Rainha D. Isabel, digo que a Rainha D. Brites morreo a 27. de Outubro de 1303. e que a commemoração de que se acha a memoria no Martyrologio antigo de Alcobaça no dia 27. de Setembro, deve de ser da Trasladação do seu Real corpo, de que tem noticia o Reverendissimo Padre Frey Manoel dos Santos.

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

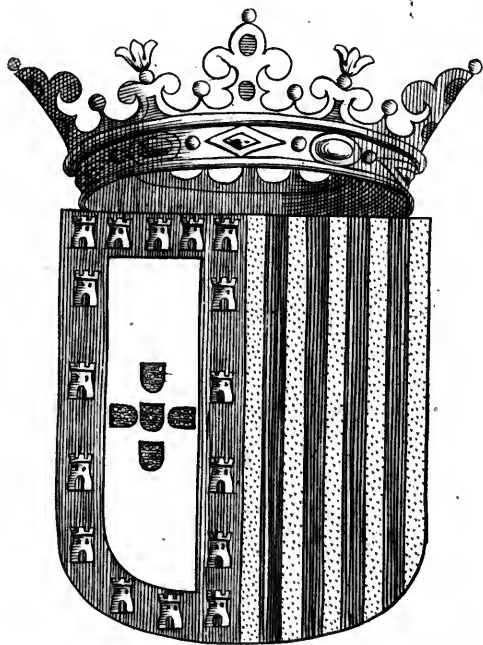
100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

100-100-100-100

A R M A S.



ARAGONEZA,
ou Catalãa.

Riiiij

Pays,

2000-2001

2000

2000

2000

2000

2000

2000

A Rainha Santa Isabel. 265

T.
A Rainha Santa Isabel, mulher de D. Diniz sexto Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
D. Pedro III. o Grande Rey de Aragoão.	D. Jayme I. o Conquistador Rey de Aragoão.	D. Pedro o Catholico Rey de Aragoão.
		A Rainha D. Maria.
	A Rainha D. Violante segunda mulher.	André II. Rey de Hungria.
		A Rainha D. Brites de Este, segunda mulher.
A Rainha D. Constança de Napoles.	B. Manfredo Rey de Napoles, e Sicilia.	Federico II. Emperador Rey de Napoles, e Sicilia.
		Branca Langa Marquiza de Monferrato.
	A Rainha D. Brites de Saboya.	Amadeo IV. Conde de Saboya.
		A Condeffa Anna Delfina primeira mulher.

266 *A Rainha Santa Isabel.*

Casamento.

Com D. Diniz , sexto Rey de Portugal.

Anno , e dia , em que casou.

A 24. de Junho de 1282. (1)

Filhos , que teve.

A Infante D. Constança naceo a 3. de Janeiro (2) de 1290. (3) Casou com D. Fernando IV. Rey de Castella em 1302. (4) † a 18. de Novembro de 1313. (5)

O Infante D. Affonso successor , naceo em Coimbra a 8. de Fevereiro de 1291. (6) Casou em Mayo de 1309. com D. Brites , filha de D. Sancho o Bravo Rey de Castella. (7) Entrou a Reynar a 7. de Janeiro de 1325. † a 28. de Mayo de 1357. (8) Jaz na Sé de Lisboa.

Anno , e dia da morte.

4. de Julho de 1336. (9) Pelas suas virtudes foy beatificada por Leão X. à instancia delRey D. Manoel , só para Coimbra , e seu Bispado , como consta do Breve de 15. de Abril de 1516. (10) Paulo IV. concedeo , que o seu dia fosse

A Rainha Santa Isabel. 267

fosse festivo em todo o Reyno, e que se pintasse a sua Imagem. (11) Urbano VIII. a canonizou em 25. de Mayo de 1625. (12)

Lugar da morte.

Na Villa de Estremoz (13)

Lugar da sepultura.

Em Santa Clara de Coimbra. (14)

Acçoens illustres.

Fundou o Convento de Religiosas de Santa Clara de Coimbra. (15) Hum Hospital na mesma Cidade com Capellaens para administrarem os Sacramentos aos pobres. (16) Fundou a Capella de N. Senhora da Conceição no Convento da Trindade de Lisboa. (17) Instituhio com seu marido a festa do Espírito Santo na Villa de Alenquer. (18)

Authores destas memorias.

I.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 5. liv. 16. cap. 33.

Francif-

268 *A Rainha Santa Isabel.*

2.

Francisco de Santa Maria Anno Historico Portuguez neste dia.

3.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 5. liv. 17. cap. 1.

4.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 5. liv. 17. cap. 63.

5.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 47.

6.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 5. liv. 17. cap. 1.

7.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 32.

8.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 10. cap. 23. n. 1.

9. 10. 11. 12. 13. 14.

D. Fernão Correa de Lacerda Bispo do Porto, Vida de Santa Isabel, pag. 294. 318. 332. 294. 302.

15. 16.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 19. cap. 23.

17.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 19. cap. 23.

18.

Esperança Historia Serafica tom. 1. liv. 1. cap. 37. n. 2.

Duvida

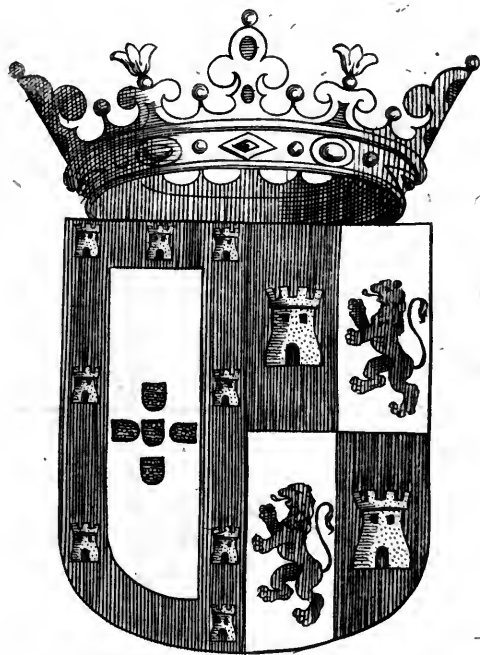
T.

*Duvida acerca da Patria da Rainha
Santa Isabel.*

305 **C**ommmunmente se escreve , que a Patria da Rainha Santa foy a Cidade de Çaragoça de Aragaõ. Assim se discorria por ser esta Cidade naquelle tempo a Corte de seus pays, que eraõ os Reys da Monarchia Aragoneza. Porém o Padre D. Manoel Caetano de Sousa, Clerigo Regular, de cujas grandes letras já falley em outra occaſião neste meſmo Catalogo, ainda que nunca com os louvores devidos ao ſeu incomparavel merecimento, me moſtrou o Diario da jornada, que fez por Italia, e Heſpanha, e nelle ao primeiro de Novembro de 1712. diz que fallara com o Padre Frey Manoel Mariano de Ribera, Religioſo Mercenario, homem de muita, e antiga erudição, o qual lhe moſtrou dous volumes de folha, que tinha compoſto, e determinava imprimir. Hum era a vida de Santa Maria de Socós, portentosa advogada dos navegantes; e o outro huma doutiſſima Apologia pela Cidade de Barcelona, em que provava com ſolidos fundamentos, que eſta Corte do Principado de Catalunha, he que fora a feliz Patria da Coroada ſantidade da noſſa Rainha; porque convence, que no anno de ſeu nascimento era Barcelona a Corte de ſeus pays, e não Çaragoça. Não tenho noticia que eſteja impreſſo eſte livro, mas deixo aqui eſta memoria para que ſe ſaiba, que não he tão certo, como ſe eſcreveo até agora, o nascimento de Santa Isabel na Cidade de Çaragoça Corte do Reyno de Aragaõ. He digna de louvor toda a contenda ſobre a Patria de huma Santa tão illuſtre, quando ſobre a de hum Poeta Gentio contenderaõ vigorosamente ſete Cidades. Diſputallo he devoção, convencello he gloria.

ARMAS.

A R M A S.



CASTELHANA,

Naceo em Toro no anno de 1293. (1)

Pays,

A Rainha D. Brites. 273

A Rainha D. Brites, mulher de D. Affonso IV. ferido Rey de Portugal.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
D. Sancho IV. o Bravo Rey de Castella.	D. Affonso X. o Sabio Rey de Castella.	D. Fernando III. o Santo Rey de Castella.
		A Rainha D. Brites de Suevia, primeira mulher.
	A Rainha D. Violante.	D. Jayme I. o Conquistador Rey de Aragoão.
A Rainha D. Maria.		A Rainha D. Violante segunda mulher.
	O Infante D. Affonso Senhor de Molina.	D. Affonso IX. Rey de Leão.
		A Rainha D. Berenguela segunda mulher.
	A Infante D. Mayor Affonso.	D. Affonso Telles de Menezes o de Cordova.
		D. Maria Annes de Lima.

274 *A Rainha D. Brites.*

Casamento.

Com D. Affonso IV. setimo Rey de Portugal.

Anno, e dia, em que casou.

Em 12. de Setembro de 1309. (2)

Filhos, que teve.

A Infante D. Maria naceo de 1313.
(3) casou com D. Affonso XI. Rey de Castella no anno de
1328. (4) † em Evora (5) a 18. de Janeiro de 1357. (6)
Jaz em Sevilha na Capella dos Reys. (7) V.

O Infante D. Affonso naceo de 1315.
(8) † em Penella, e jaz em S. Domingos de Santarem. (9)

O Infante D. Diniz naceo em Santarem a 12. de Janeiro
de 1317. (10) † em Santarem, e jaz em Alcobaça. (11)

O Infante D. Pedro successor naceo em Coimbra a 8. de
Abril de 1320. (12) Elteve desposado com a Infante D.
Branca, filha do Infante D. Pedro de Castella, mas as suas
enfermidades foraõ a causa de se não effeituár este casa-
mento. (13) Casou com a Infante D. Constança Manoel, fi-
lha de D. João Manoel no anno de 1340. (14) Casou se-
gunda vez X. com D. Ignez de Castro, filha de D. Pedro
Fernan-

A Rainha D. Brites. 275

Fernandes de Castro o da Guerra, no primeiro de Janeiro de 1354. (15) † Entrou a Reynar a 28. de Mayo de 1357. † a 18. de Janeiro de 1367. e jaz em Alcobaça. (16)

A Infante D. Isabel naceo a 21. de Dezembro de 1324. (17) † a 11. de Julho de 1326. (18) Jaz em Santa Clara de Coimbra. (19)

O Infante D. João naceo a 23. de Setembro de 1326. (20) † a 21. de Junho de 1327. (21) Jaz em Odivellas. (22)

A Infante D. Leonor naceo de 1328. (23) Foy segunda mulher de D. Pedro IV. Rey de Aragoão, com o qual fe recebeo em 1347. (24) † na Villa de Exerica, no fim de Outubro do anno de 1348. (25)

Anno, e dia da morte.

A 25. de Outubro de 1359. (26)

Lugar da morte.

Na Cidade de Lisboa. (27)

Lugar da sepultura.

Na Sé de Lisboa. (28)

Sij

Acçoens

276 *A Rainha D. Brites.*

Acçoens illustres.

Instituhio com ElRey seu marido na Sé de Lisboa as Capellas , e Mercearias, que chamaõ de Affonso o IV. (29)

Authores destas memorias.

1.

Mon. Lusit. tom. 7. cap. 4. n. 6.

2.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 32.

3.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 10. cap. 23. n. 3.

Salazar Casa Farnes. pag. 714. n. 29.

4.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 6. cap. 7. n. 2.

5.

Ruy de Pina Chronica de Affonso IV. cap. 62.

Nunes de Leaõ Chronica de Affonso IV. pag. 173. col. 1.

6.

Livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra.

7.

Nunes de Leaõ Chronica de Affonso IV. pag. 173. col. 1.

8. 9.

Mon. Lusitan. tom. 7. liv. 10. cap. 23. n. 3.

Brandaõ

A Rainha D. Brites. 277

10. 11.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 32.

12.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 19. cap. 21.

13.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 6. cap. 7. n. 3.

14.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 9. cap. 1. n. 2.

15. 16.

Nunes de Leaõ Chron. de D. Pedro I. pag. 182. col. 4.
e pag. 187. col. 2.

17. 18.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 32.

19.

Esperança Historia Serafica tom. 2. liv. 6. cap. 22. n. 2.

20.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 6. liv. 18. cap. 32.

21.

Livro dos Obitos de S. Vicente de Fóra.

22.

Nunes de Leaõ Chronica de D. Affonso IV. pag. 173.
col. 1.

23.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 10. cap. 23. n. 3.

24. 25.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 10. cap. 10. n. 1. e 3.

Curita Annales de Aragon tom. 2. liv. 8. cap. 32. no fim.

S iij

Memo-

278 *A Rainha D. Brites.*

26.

Memorias que me mandou de Alcobaça o Reverendissimo Padre Fr. Manoel dos Santos, Mestre na sagrada Theologia, e Chronista geral da Ordem de S. Bernardo, e Academico Real, e hoje Chronista do Reyno.

27. 28.

Faria Europa Portugueza tom. 2. part. 2. cap. 3. n. 52.

29.

Nunes de Leão Chronica de D. Affonso IV. pag. 172. col. 4.

Defen-

V.

*Defende-se a Rainha de Castilla D. Maria
das imposturas Castelhanas.*

306 **D** Ous Theologos (se com boa, ou má consciencia já o terão visto) e ambos Castelhanos se conjuraraõ contra a opiniaõ da Infante D. Maria, filha de D. Affonso o IV. de Portugal, mulher de D. Affonso XI. de Castilla, e mãy de D. Pedro o Cruel Rey da mesma Monarchia. Hum foy o Padre Joãõ de Mariana, Varaõ verdadeiramente grande pela profundidade dos seus estudos sagrados, e pela elegante pureza, com que escreveo na lingua Latina a Historia de Hespanha, que depois traduzio na vulgar Castelhana; mas communmente em fallando em Portugal, rara foy a occasiaõ, em que lhe não cahisse algum borraõ nos seus escritos: grande odio; pois não bastou para o dissimular a inteireza, que professava de sincero Historiador! O outro foy Frey Gregorio de Argaiç, Monge de S. Bento, em hum livro, que intitoulou: *Corona Real de España por España fundada en el credito de los muertos*. Este Author teve aquella felicidade, poucas vezes concedida, de ser a hum mesmo tempo lido, e aborrecido. Em quatro volumes de *la Poblacion Ecclesiastica de España*, e em sete de *la Soledad laureada*, tinha fabulado de maneira, que parecia impossivel haver mais fabulas, que escrever, mas tudo venceo a portentosa fecundidade do seu engenho, porque ainda teve mais que inventar nesta Coroa Real, e se a morte lhe não cortara os fios da vida, ainda teriaõ os Criticos mayores motivos de censura. Depois de ter inventado Santos, que nunca floreceraõ na Igreja, e depois de querer sustentar na fraqueza dos seus hombros a caduca authoridade daquelles mortuos historicos, Flavio Dextro, Marco Maximo, Hauberto,

Luithprando, Aulo Halo, e Juliano Peres, desterrados já hoje para o Catalogo dos Authores apócrifos, entrou este temerario Monge pelo sagrado de Palacio descompondo a memoria dos Principes defuntos, e profanando politicamente sacrilego o silencio dos mortos com as investivas escandalosas da sua penna. Respondecolhe o Padre Frey Rafael de Jesus Author da 7. *part. da Monarchia Lusitana no cap. 8. do livro 6.* mas tão revestido de termos ridiculos, e indecentes, que mais serve de rizo, que de reposta. O serio deve-se tratar como serio, e o jocoso como jocoso, mas confundir estes extremos, ou he falta de os conhecer, ou de ignorar a natureza das materias, de que se trata.

307 Entrando pois no exame das blasfemias politicas do Padre Argaiç, assenta elle como principio certo, que a Infante D. Maria não fora mulher legitima de D. Affonso XI. de Castella por duas razoes: a primeira porque antecedentemente já estava casado com D. Leonor de Guimão, viuva de D. João de Velasco, e a segunda, porque no caso que não tivera contrahido aquelle matrimonio, bastava para fazer a este nullo, e invalido a falta de dispensa do parentesco, que havia entre ambos os contrahentes, porque eraõ filhos de irmãos.

308 Para fundar este atrevimento allega com Salazar de Mendoça, dizendo no principio do *cap. 29. de la Corona Real de España por los Godos* estas palavras: *Casò segun alguno, que callado el nombre alega Salazar de Mendoza en sus Dignidades, con Doña Leonor de Guzman y siendo esto cierto seria este el primer matrimonio y de secreto porque despues, y en publico casò con Doña Maria Infanta de Portugal, hija del Rey D. Alonso el quarto, y de Doña Beatriz: e da falsidade desta allegação se póde inferir o pouco credito, que merece este Author; porque Salazar de Mendoça nas Dignidades seculares de Castella, e de Leão diz assim no liv. 3. cap. 4. pag. 87. col. 2. Casò (El Rey D. Affonso XI. de quem falla) con la Reyna doña Maria hija del Rey don Alonso quarto de Portugal, y de la Reyna doña Beatriz y tuvo della dos hijos don Fernando, que murió niño, y don Pedro, que le succ-*

succediò. En doña Leonor Nuñez, viuda de Joan de Velasco, hija de Don Pedro Nuñez de Guzman, y de doña Beatriz Ponce de León, vezinos de Sevilla, con quien dice alguién, que casò; tuvo los hijos siguientes, don Pedro, don Sancho; y de un vientre a don Enrique, y don Fadrique. A don Fernando, don Tello, otro don Sancho, don Joan, otro don Pedro, y doña Joana. Agora perguntara eu a este Cathedratico de mentiras se diz Salazar de Mendoza, o que elle affirma? He certo que não; porque este illustrissimo Author não era possível, que escrevesse com penna tão malevolá, nem com tão larga consciencia como a deste Theologo. Escreveo o casamento del Rey D. Affonso com a Rainha D. Maria, e os filhos de D. Leonor bem se ve, que os conta como bastardos, e quando diz que alguem a teve por mulher legitima, não he porque elle seja desta opiniaõ, mas para mostrar, que sabia que não faltou quem tivesse este erro, o que certamente despreza pelo silencio, em que deixa o nome do inventor.

309 Cançase muito o Padre Argaiç em fazer hum Catalogo de Principes, que estando casados com parentas em grao prohibido, forão apartados por ordem dos Pontifices; porque não costumavaõ dispensar naquelles tempos. Ninguém lhe nega que assim succedeo a muitos: mas não se segue a consequencia que elle tira, a qual he, que por senão achar a dispensa daquelle parentesco *el matrimonio era nullo*. Não se segue; porque se este Religioso não a pode descobrir *en los libros de la Camera Apostolica, ò en los Archivos Reales de Castilla*, soube-a descobrir a diligencia, e curiosidade do grande D. Luiz de Salazar e Castro naquella Genealogia da *Casa de Lara*, que verdadeiramente he hum thesouro de erudição historica Castelhana, aonde no tom. 3. liv. 17. cap. 12. pag. 218. no fim, e 219. no principio, diz que sendo parentes em grao muy chegado D. João Nunes de Lara, e sua mulher D. Maria, Senhora de Biscaya, e recendo que El Rey D. Affonso (de que fallamos) lhes impedisse esta uniaõ, por se não ver despojado de tão grandes Estados, casaraõ sem pedir antecedentemente a dispensa, que

282 *A Rainha D. Brites.*

que depois alcançaraõ da Santidade de Clemente VI. que commetteo a Bulla a D. Garcia Bispo de Burgos, o que succedeo tambem ao dito Rey D. Affonso XI. com a Rainha D. Maria sua mulher. De sorte, que como consta do testemunho deste doutissimo homem, foy dispensada a Rainha D. Maria para casar com seu marido D. Affonso XI.

310 E para mayor confirmação da maliciosa penna deste Author he necessario reparar, que negando a dispensa do parentesco daquelles dous Principes, e fazendo-os por esta causa nulla, e illegitimamente casados, elle mesmo confessa, que o Pontifice Bonifacio VIII. dispensara aos Reys D. Fernando o *Emprazado*, e D. Constança (que foraõ os pays de D. Affonso XI.) porque eraõ parentes em segundo, e terceiro grao. Pois se a Sé. Apostolica tinha usado da sua benignidade com os pays, que milagre era que usasse da mesma com os filhos? Estes são os argumentos, que fórma o odio, que não deixa ponderar, nem conhecer a sem-razaõ, em que se fundaõ.

311 Não he menor o absurdo, com que intenta mostrar o mesmo Argaiz; que El Rey D. Affonso XI. quando casou com a Rainha D. Maria, já estava casado com D. Leonor Nunes de Gusmaõ, o que certamente he fundado ou em huma falta indisculpavel de noticias, ou em hum excessõ poucas vezes viõto de atrevimento. Se este Monge tivera lido a *Historia dos Reys de Portugal* de Duarte Nunes de Leão, acharia que diz na *vida de D. Affonso IV.* que havendo dous annos que El Rey de Castella era cazado com a Infanta D. Maria, e não tendo della filhos, se veyo a namorar de D. Leonor Nunes, a qual El Rey vira em casa de huma irmãa sua cazada com D. Enrique Enriques. E porque não pareça, que nos valem os Authores Portuguezes, que poderãõ parecer sospeitos, diz deste modo Caribay, bem conhecido Castelhana no tom. 2. liv. 14. cap. 5. *En Alfayates* (falla do succedido no anno de 1328.) *se celebrò el matrimonio del Rey don Alonso con doña Maria Infanta de Portugal.* Depois no cap. 6. fallando dos successos do anno de 1329. continúa assim. *Conquistadas estas tierras fué El Rey don*

A Rainha D. Brites. 283

don Alonso a Sevilla, donde despues de algunas dificultades alcançò los amores de una señora muger viuda llamada D. Leonor de Guzman, hija de don Pedro Nuñez de Guzman, que fuè muger de Don Juan de Velasco, a la qual havia dias que El Rey amava, assi por su hermosura, que en commun estima nõ tenia igual en el Reyno, como por nõ tener hijos de la Reyna doña Maria. Castilho na *Historia dos Godos* liv. 4. discurso 8. escreve deste modo: Y este año estando casado con la Reyna doña Maria, y avido en ella el Principe Don Pedro, que le succediò en el Reyno (nisto se engana este Author; porque o Principe D. Pedro naceo humma terça feira 30. de Agosto de 1334. como diz Garibay no tomo, e livro allegado cap. 10.) tomò amores con doña Leonor de Guzman, hija de Pedro Nuñez de Guzman de nobilissima, y clara progenie en quien huvo hijos a Don Enrique Conde de Trastamara, que fuè Rey despues de don Pedro. Esta mesma verdade confessa o Author daquella obra intitulada *Indices rerum ab Aragonie Regibus gestarum*, que anda encorporada no 3. tomo da *Hispania illustrata*, aonde no liv. 3. pag. 181. diz as palavras seguintes: *Alfonsus Portugalliae Rex Alfonso Regi genero bellum indicit: quod Mariam F. quae in ejus manum convenerat, & in matrimonium ducta fuerat, repudiaret: atque ei nuntium remittere vellet. Fama enim percrebuerat eo tempore, quo regiis insignibus Burgis adornari summa celebritate constituerat, de ducenda Leonora Nummia Guzmanica concubina, & coronanda deliberasset: & ab eo consilio destitisse, quod id temporis Maria uxor praegnans fieret.* Cujá traducção he a que se segue. D. Affonso Rey de Portugal declara guerra a seu genro El Rey D. Affonso, por querer repudiar a sua filha a Infante D. Maria, com quem estava recebido: porque se dizia que naquelle tempo, em que com toda a pompa, e solemnidade se queria coroar em Burgos, tinha tomado a resolução de receber, e coroar a D. Leonor Nunes de Gusmaõ sua concubina, o que deixara de fazer, porque sua mulher a Rainha D. Maria já dava indicios de que brevemente lhe daria successor. Daqui se vê a falsidade
com

284 *A Rainha D. Brites.*

com que este Religioso quiz descompor a memoria da Rainha D. Maria, fazendo-a não mulher legitima, senão amiga de Affonso XI. para lhe dar por verdadeira mulher a D. Leonor, que só o foy no testemunho da sua penna. Devia descobrir estas noticias o Padre Argaiç em algumas Chronicas de tanta authoridade, como as de Dextro, Marco Maximo, e outros semelhantes Alcoroens, a que ainda fez mais ridiculos com os mentirosos Commentarios, que sobre elles escreveo. Quem mente no sagrado, tem desculpa em mentir no profano, e quem como elle soube fingir Santos, não he muito que fingisse peccadores.

312 Continúa este Author com a sua maledicencia em destruir a fama da Rainha D. Maria, e colligado agora com o Padre Mariana escreve que perdera a vida esta Princeza às mãos de seu pay D. Affonso o IV. e de seu irmão D. Pedro o Crú; porque lhe pareceo que tinha mais solemnidade esta morte sendo dada por ambos, do que só pelo irmão, a quem faz author desta morte o Padre Mariana no *tom. 2. liv. 16. cap. 21. no fim*; aonde duvida que coooperasse para ella seu pay D. Affonso IV. Bem sey que o Chronista delRey D. Pedro de Castella no *cap. 9. do anno 5. do seu reinado* não se esqueceo de diffamar a Rainha D. Maria com hum Cavalhero Portuguez Martim Affonso Tello, e que fallando da morte desta Senhora no fim do *cap. 2. do anno 8. de seu filho*, diz: *y segun fué fama que disian, que ElRey don Alfonso su Padre della le hisiera dar yerbas con que muriessse, por quanto no se pagava de la su fama della*; e que sem duvida nestas palavras, que merecem muy pouca fé pelo mesmo que soaõ, se fundaraõ os dous Theologos, que tomaraõ por sua conta a opiniaõ da Rainha D. Maria.

313 Sobre este texto da Chronica Castelhana, e sobre o que disse o Padre Mariana entrou a accrecentar conforme o seu costume o Padre Argaiç; porque diz que a Rainha D. Maria viêra fugindo para Portugal de seu filho D. Pedro, mas que achara a vingadora severidade de seu pay, e irmão, que com veneno lhe tiraraõ a vida, e os maos costumes

A Rainha D. Brites. 285

costumes da mocidade, de que se não esquecia na idade mayor. Tudo isto entendo que são chimeras fomentadas pelo odio dos Padres Mariana, e Arg aiz, e a razão deste discurso he; porque toda a vida desta Princeza foy huma continuada batalha entre o aborrecimento de seu marido, e a crueldade de seu filho. Casou ella no anno de 1328. e como não teve logo a desejada fecundidade, começou El-Rey a divertir-se com os amores de D. Leonor Nunes de Gusmão, que bem se sabe pelas historias quantos desgostos, e desprêzos padecio a Rainha por esta causa, e a heroica paciencia com que os soffreo, sem que desaffogasse em huma leve queixa com seu pay a minima parte do que padecia. Bem se sabe como por termos illicitos aos professores da Religião Christãa, a quizerão matar na hora do parto, de cuja execranda maldade fazem memoria Ruy de Pina na *Chronica de D. Affonso IV. cap. 5.* e D. Rodrigo da Cunha no *Catalogo dos Bispos do Porto part. 2. cap. 19.* Bem se sabem as injurias, e mau trato, que recebeo delRey D. Pedro seu filho, o como andou em huma perpetua peregrinação, vendo como lhe poderia pacificar o animo, que sem respeito à dignidade de Rainha, e ao amor de mãy, matou na sua presença na Cidade de Toro hums Cavalheros, que não tinham mais culpa, que a desconfiança do Principe, e a infelicidade de terem nacido seus vassallos. E como he possível que huma vida tão arriscada, e tão cuidadosa do seu perigo tivesse descanso para os delictos, que lhe imputão os Castelhanos?

314 Para dar cor a esta mentira, inventa outra o Padre Arg aiz, engenho fecundissimo neste genero, qual he a de affirmar, que a Rainha D. Maria viera fugindo de seu filho para Portugal. Para ser falsidade bastavalhe, que elle a escrevesse, mas para se ver a injustiça com que o disse, he necessario ler a *Chronica delRey D. Pedro*, aonde no anno 7. cap. 2. pouco antes do fim diz o Chronista, que escandalizada, e sentida a Rainha de ver matar na sua presença aquelles Fidalgos, cahira com hum accidente, de que restituida, a fizera levar ElRey para o Palacio, em que ella costumava

286 *A Rainha D. Brites.*

tumava assistir, y dende a pocos dias la Reyna pidió licencia a El Rey, que la embiasse al Rey de Portugal don Alfonso su Padre. Não sey com que authoridade disse Argaiz que fugira a Rainha, quando nos diz o Chronista, que viera para Portugal com o beneplacito de seu filho. Quem foge, não pede licença à mesma pessoa de quem foge, e como a Rainha pediu licença, bem se ve, que he mentira o escrever, que viera fugindo. Além de que se a Rainha D. Maria fora complice das culpas, de que a accusação, não havia de tratar seu filho da trasladação das suas Reaes cinzas para a Capella de Sevilha, em que descansavaõ as de seu marido, e pay; porque se fora verdade o que se disse, todo o desprezo era pouco para castigo de culpas tão graves. Porém he certo, que se fez esta trasladação com pompa digna das pessoas, que a mandaraõ fazer: e porque esta materia não he muy vulgar na nossa Historia, daremos della menos abreviada noticia.

315 Depois que El Rey D. Pedro I. de Portugal começou a Reynar, lhe escreveu El Rey de Castella seu sobrinho dizendolhe, que tinha tomado a resolução de trasladar o corpo da Rainha sua mãy, para o que tinha dado ordem ao Arcebispo de Sevilha, e outros Prelados do Reyno, para que estivessem promptos para esta acção não só de piedade, mas tambem de amor. Disposto tudo o que pedia a grandeza, chegou a Evora Gomes Pires, Dispenheiro mór del Rey de Castella, e quando os Prelados, e Cavalheiros chegaraõ, trouxeraõ ao nosso Rey huma carta, que traz Ruy de Pina na *Chronica del Rey D. Pedro cap. 2.* que dizia deste modo: *Rey Tio. Nos El Rey de Castella e Leon: vos enviamos muito saudar: como a aquelle, que muito prezamos: e para que queriamos tanta vida, e saude como honra, como para nós mesmo. Rey fazemos vos saber, que vimos huma carta de creença que nos enviastes por Martim Vasques, e Gonçaleanes de Beja vossos vassallos, e differaõnos de vossa parte, e creença o que lhes mandastes. E Rey Tio, nossa tenção he de vos amar, e guardar sempre os boos devidos, e em huã avemos, e fazer sempre por vossa honra, como*
polla

polla nossa mesma. E por quanto a nosso serviço, e vosso compria averem de ser declaradas algumas couzas contheudas nas posturas, que antre nós avemos de poer: assi sobre casamentos de vossos filhos com nossas filhas: nós fallamos com hos dittos Martim Vasques, e Gonçaleanes toda a nossa tenção. E enviamos lá sobre isto João Fernandes de Melgarejo Chanceller de nosso sello da puridade: rogamos-vos, que ho creais no que de nossa parte differ. Outrossi, enviamos (para trazer ho corpo da Rainha nossa Madre para enterrar aqui em Sevilha:) ho Arcebispo desta Cidade, e outros Prelados dos nossos Reynos. E rogamos-vos, que essas joyas, que ella deixou que as mandeis dar ao dito João Fernandes: e nos agradecer volobemos. Dante em Sevilha. Feita a entrega da parte delRey de Portugal aos Embaixadores de Castella, foy levado o cadaver com todo aquelle acompanhamento de Ecclesiasticos, e Seculares, fazendoselhe pelas terras, por onde passava, as devidas ceremonias, e obsequios. Chegado o corpo a Sevilha, o sahio a receber ElRey D. Pedro acompanhado de toda a Corte, mostrando só nesta acção que era humano. Fizeraõ-selhe as honras com magestade, e foy sepultado o cadaver na Capella dos Reys junto de seu marido ElRey D. Affonso XI.

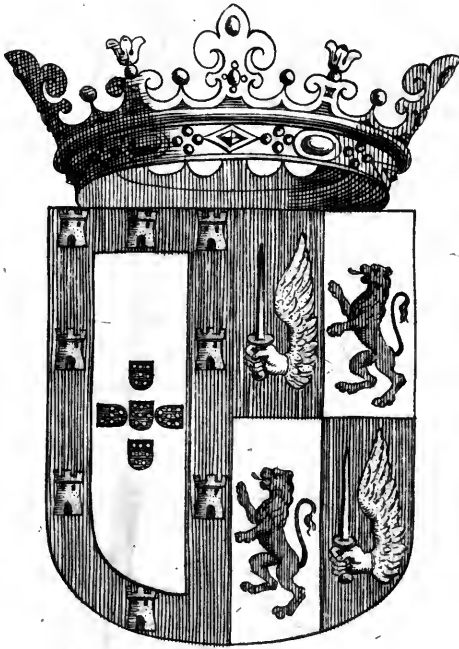
316 Desta noticia, que não será ingrata aos curiosos de antiguidades, consta que a Rainha D. Maria não foy, como a fingio o Chronista delRey D. Pedro de Castella, Mariana, e Argaiç. Todas estas demonstraçoens estão justificando a rectidão do seu procedimento, e que mereceo a piedade do filho, e do irmão. Estes testemunhos são effeitos de paixoens particulares, e são muitas vezes naci-dos de algumas causas, que não permite a razão, que se declarem. E quando a Rainha D. Maria tivesse algum descuido alheyo da grandeza do seu nascimento, assim como nas virtudes dos Principes se ha de fallar sem lisonja, tam-bem nos seus vicios se ha de fallar com discrição. Mas como haõ de fallar os que a não tem?

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PH.D. THESIS
SUBMITTED TO THE FACULTY OF THE DIVISION OF THE PHYSICAL SCIENCES
IN CANDIDACY FOR THE DEGREE OF DOCTOR OF PHILOSOPHY
DEPARTMENT OF CHEMISTRY
BY
[Name]
CHICAGO, ILLINOIS
[Date]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

A R M A S.



CASTELHANA.

T

Pays;

COMPTON'S PATENT

REGISTERED

TRADE MARK



1884

A Infante D. Constança. 291

A Infãte
D. Conf-
tança
Manoel,
primeira
mulher
do In-
fante D.
Pedro.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
D. João Ma- noel Princi- pe de Vilhe- na.	O Infante D. Manoel Senbor de Escalona, e Penhafil se- gundo marido.	D. Fernando III. o Santo Rey de Cas- tella.
		A Rainha D. Brites de Suevia, primeira mulher.
	A Infante D. Brites de Sa- boya segunda mulher.	Amadeo IV. Conde de Saboya.
		A Condeffa Cecilia de Baux, segunda mulher.
D. Constan- ça de Ara- gão primeira mulher.	D. Jayme II. Rey de Ara- gão.	D. Pedro III. o Gran- de Rey de Aragão.
		A Rainha D. Conf- tança de Napoles.
	A Rainha D. Branca de Na- poles primeira mulher.	D. Carlos II. Rey de Napoles.
		A Rainha D. Maria de Hungria.

Tij

Casa-

292 *A Infante D. Constança.*

Casamento.

Com o Infante D. Pedro, depois oitavo Rey de Portugal.

Anno, em que casou.

1340. X.

Filhos, que teve.

A Infante D. Maria naceo a 6. de Abril de 1342. Y Casou com D. Fernando Infante de Aragaõ, e Marquez de Tortosa no anno de 1354. (1) Voltou para Portugal, (2) e morreo

O Infante D. Luiz naceo faleceo de oito dias. (3)

O Infante D. Fernando successor naceo em Coimbra a 31. de Outubro de 1345. Y. Entrou a reynar em 18. de Janeiro de 1367. Casou com D. Leonor Telles, filha de Martim Affonso Tello no anno de 1371. (4) Morreo a 22. de Outubro de 1383. e jaz em S. Francisco de Santarem. (5)

Anno,

A Infante D. Constança. 293

Anno, e dia da morte.

Em 13. de Novembro de 1345. Y.

Lugar da morte.

Na Villa de Santarem. (6)

Lugar da sepultura.

No Convento de S. Francisco de Santarem. (7)

Authores destas memorias.

1. 2.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 10. cap. 15. n. 1. 2. e 4.

Nunes de Leaõ Chronica de D. Pedro.^{3.}

Salazar Casa Farnese pag. 714. n. 30.^{4.}

Consta do livro segundo da sua Chancellaria por estas
palavras : Era de 1421. quinta feira 21. de Outubro ao se-
T iij raõ

294 *A Infante D. Constança.*

raõ entre as sete, e as oito horas se finou este nobre Rey D. Fernando a que Deos perdoe &c. O livro da Noa de Santa Cruz de Coimbra diz assim: Era de 1421. a vinte e dous dias do mez de Outubro se passou deste mundo o muy nobre Rey D. Fernando filho del Rey D. Pedro, e da Infanta D. Constança. Todos communmente dizem que faleceo a 22.

6. 7.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 10. cap. 6. n. 3.

Exami-

A Infante D. Constança. 295

X. Y.

*Examinase o anno do casamento da Infante D.
Constança com o Infante de Portugal D.
Pedro , os filhos que teve, e o anno em
que faleceo.*

317 **I**gnoraraõ de sorte os Chronistas Portuguezes os successos desta Infante , que não souberaõ com certeza o anno , em que casou , a ordem do nascimento de seus filhos , e totalmente se lhes fez incognito o anno , em que faleceo. Cada hum discorreio como pode , ou seguindo os erros , que copiava , ou approvando mal fundadas tradiçoens. Como o principal intento deste Catalogo he investigar a verdade , separandoa com grande trabalho da mentira , e da confusão , falley com as pessoas , que pela occupação estavaõ obrigadas a me responderem se não com toda , ao menos com alguma luz , porém achey-as , ou tão bem , ou tão mal instruidas como eu , de sorte que perdi o tempo , sem o interesse que desejava , qual era o de descobrir alguma noticia , que tivesse fundamento.

318 Desenganado de Lisboa recórri a Thomaz Homem de Magalhães , Academico Real na Villa de Santarem , porque me lembrey dos muitos soccorros historicos , que tinha mandado à Secretaria da Academia. Não foy mal fundado o discurso que fiz ; porque por carta sua de 21. de Outubro de 1721. me respondeo o seguinte : *Fiz toda a diligencia no Archivo da Camera desta Villa por descobrir algum documento , por onde se verificasse a certeza da noticia , que V. P. me pede , e nelle não achey cousa alguma , que verificasse este particular : porém vendo huns curiosos manuscritos , que tenho dos Catalogos dos Reis de Portugal , e*
T iij dos

296 *A Infante D. Constança.*

dos mais de toda Europa, aonde trata del Rey D. Pedro I. tem à margem humacota, que he a de que remetto a V. P. a copia, e supposto lhe não achey author algum allegado, com tudo como he antiga, se poderia valer de alguma memoria do mesmo Convento de S. Francisco, que por causa de humaqueima, que houve no Cartorio, não ha já hoje noticia &c. A cota he a que se segue: Naceo El Rey D. Pedro I. no anno de 1320. começou a Reynar no de 1337. morreo em deztoito de Janeiro de 1367. Casou com a Infanta D. Constança, filha do Infante D. João Manoel. Celebraraõ-se os seus despo-rios no Convento de S. Francisco da Cidade de Evora em 5. de Fevereiro de 1336. Teve della dous filhos, e humafilha. O Infante D. Luiz, que morreo de oito dias, o Infante D. Fernando, que succedeo no Reyno, a Infanta Dona Maria de quem sua Mãe morreo de parto em 13. de Novembro de 1342. Foy sepultada no Convento de S. Francisco de Santarem, e trasladados seus ossos em 29. de Outubro de 1383. para o Coro do mesmo Convento na sepultura que sumptuosamente mandou fabricar seu filho El Rey D. Fernando em que ambos jazem. Nesta cota não he tanta a certeza como se suppoem; porque El Rey D. Pedro I. não começou a Reynar no anno de 1337. senão no de 1357. que foy o anno, em que faleceo seu pay D. Affonso o IV. e sua primeira mulher a Infante D. Constança não morreo no anno de 1342. nem o seu corpo foy sepultado antes da trasladação no mesmo Convento de S. Francisco, em que agora jaz com seu filho, mas esteve depositado no Convento de S. Domingos de Santarem, aonde estava ainda no anno de 1375. como escreve o Padre Esperança no tom. 1. da Historia Serafica da Provincia de Portugal, liv. 4. cap. 29. n. 4. com tudo como diz expressamente o dia do falecimento desta Infante, ainda que, como veremos, se enganano anno, e em dizer que foy do parto da Infante D. Maria, sique reservada esta noticia para quando mais naturalmente deva servir.

319. Daqui se vé a confusão, com que os nossos Chronistas escreverão os successos da Infante D. Constança, pois

A Infante D. Constança. 297

pois huns a fazem casada muito antes que na realidade o fosse, alguns dizem, que faleceo no anno de 1342. em que teve o primeiro filho, e excepto hum de que fallarey depois, todos ignorarão o verdadeiro anno de sua morte. E para que se perceba com distincção o que hey de dizer, dividiremos este discurso em tres partes, no primeiro fallarey do anno, em que casou; no segundo da ordem do nascimento de seus filhos, e no terceiro do anno certo em que morreo.

320 O Chronista mór de Portugal Frey Rafael de Jesu, Monge de S. Bento, escreveo no *tom. 7. da Monarchia Lusitana liv. 8. cap. 1. n. 2.* que a Infante D. Constança se recebeu com o Infante D. Pedro no anno de 1339. Pretende provar hum erro com outro erro, qual he o de dizer, que logo no Março de 1340. nacera seu filho o Infante D. Luiz, a que este Author no lugar citado faz nascido de sete mezes, e que a quatro de Dezembro do mesmo anno dera à luz na Cidade de Coimbra o Infante D. Fernando, que succedeo depois a seu pay na Coroa, como affirma no *dito tom. liv. 10. cap. 1. n. 2.* Se désse algum Author, ou documento para prova do que escreve, mais desculpa teria, mas tudo o que diz he fundado na area do seu discurso. A verdade he, que este tomo da Monarchia Lusitana affsim como necessita de reforma no estylo, e na ordem, tambem necessita della na parte mais effencial da Historia, que he a Chronologia. Escreveo este Religioso com mais cuidado de vencer tempo, que de o gastar no exame dos documentos, que lhe eraõ precisos para estabelecer a certeza de sua Chronica. Não examinou o Archivo Real, como fizeraõ os dous Brandoens seus predecessores, e por essa razão sahio disforme aquella parte, e sem proporção ao corpo, com que se devia de organizar.

321 He certo, que a Infante D. Constança não casou com o Infante D. Pedro no anno de 1339. como diz o Padre Frey Rafael de Jesu. Provasse com os documentos, que para a continuação da Monarchia Lusitana tinha junto o Doutor Frey Antonio Brandaõ, de alguns dos quaes vi
hum

298 *A Infante D. Constança.*

hum volume. Diz pois Brandaõ, que na Torre do Tombo na gaveta das Cortes, em hum quaderno de pergaminho estava lançada entre outras a Escritura do dote, que a sua filha a Infante D. Constança deo seu pay D. João Manoel Principe de Vihena, a qual foy feita em Madrid a 6. de Abril de 1339. Na mesma Torre do Tombo em hum livro antigo del Rey D. Affonso IV. se vé a Escritura de arrhas, que o dito Rey fez a esta Senhora na Cidade de Lisboa em 7. de Julho de 1340. E como as Escrituras de dote, e de arrhas não se seguem, mas sempre precedem aos casamentos, he sem duvida que senão podiaõ celebrar as vodas destes Senhores no anno, que diz o Padre Frey Rafael, de 1339. e por consequencia, que se deve dar outro para a conclusão deste disputadissimo casamento; o qual eu discorro que foy o mesmo de 1340. em que se fez a Escritura das arrhas, porque desde Julho até Dezembro havia largo tempo para ser conduzida a Portugal a Infante D. Constança.

322 Destes documentos se deduz, que he igualmente errada a ordem do nascimento, que dá o Padre Frey Rafael aos filhos desta Senhora, pois a faz fecunda antes de casada, quando escreve que tivera dous filhos, hum em Março, outro em Dezembro do mesmo anno de 1340. O primeiro chamado D. Luiz, e o segundo D. Fernando. Tudo isto he falso, porque o primeiro fruto, que vio Portugal deste augusto matrimonio, foy a Infante D. Maria, a que os nossos Chronistas fazem o terceiro, e ultimo, e de cujo parto fingiraõ, que morrera a Infante sua mãy. Conta que foy a primogenita, e que naceo a 6. de Abril de 1342. de hum memoria; que se acha escrita em hum livro antigo da Sé de Lisboa (hoje a Oriental) chamado o da Calenda. O segundo foy o Infante D. Luiz, a que o Padre Frey Rafael faz nacido de sete mezes, que com a brevidade de oito dias foy tomar posse de hum Imperio sem fim. O terceiro, e ultimo foy o Infante D. Fernando, que naceo na Cidade de Coimbra a 31. de Outubro do anno de 1345. Assim o diz o livro da Noa, por outro nome das
Eras

A Infante D. Constança. 299

Eras de Santa Cruz de Coimbra, de que por ordem da Secretaria da Academia Real pedi hum traslado authenticco, que tenho em meu poder, e diz deste modo: *Era de mil e trezentos, e oitenta, e tres annos* (he o anno de Christo de mil trezentos quarenta e cinco) *vespora de todos os Santos, naceo Infante Dom Ferrando filho do Infante D. Pedro de Portugal, e Infanta D. Constança, e neto del Rey D. Affonso filho del Rey D. Deniz: naceo em Coimbra a ora de prima. Como o Chronista mór Frey Rafael não procurou documentos para delles formar a historia que compunha, não me queixo que não visse este livro de Noa, porque sempre se conservou manuscrito no Cartorio do Real Mosteiro de Santa Cruz, mas não tem desculpa em não ver a Chronica de D. Affonso IV. de Ruy de Pina, impressa em Lisboa no anno de 1653. aonde no cap. 61. diz o Author as seguintes palavras: E assim houve o dito Infante D. Pedro da Infanta D. Constança o Infante D. Fernando, que naceo na hera de Cesar de 1383. e do anno de Christo de 1345.*

323 Convencida desta sorte a confusão dos nossos Escritores, e mostrada a verdade do anno, em que casou a Infante D. Constança, e a ordem do nascimento de seus filhos, averiguemos agora o anno, em que faleceo. Todos os Chronistas Portuguezes escrevem concordemente, que a Infante D. Constança morreo de parto; huns não determinão qual fosse o anno, e o Padre Fr. Rafael, que foy de 1342. só o Doutor Frey Francisco Brandaõ diz no tom. 6. da *Mon. Lusitan.* liv. 18. cap. 31. no fim, que morreo esta Princeza no anno de 1345. Todos escreverão que falecera do parto da Infante D. Maria, o que he falso, pois vimos que foy a primogenita dos seus filhos. A 31. de Outubro de 1345. pario a Infante D. Constança o Infante D. Fernando, que pelo progresso do tempo veyo a ser herdeiro do throno de Portugal. Neste anno diz o Doutor Frey Francisco Brandaõ, que morreo a Senhora D. Constança, e como todos assentaõ que a morte se lhe originou de hum parto, e o ultimo que teve foy o do Infante D.

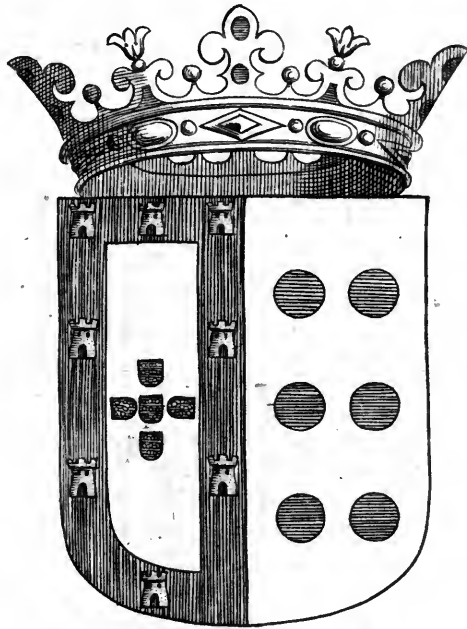
Fernan-

300 *A Infante D. Constança.*

Fernando, digo com a memoria de Santarem, que a Infante D. Constança morreo aos 13. de Novembro do anno de 1345. pois do seu ultimo parto, que foy a 31. de Outubro, correm treze dias, que são os que bastão para duração da enfermidade, que intempestivamente lhe tirou a vida. Esta conjectura não he tão mal fundada, que me não pareça digna de se seguir, até que o tempo, e outra diligencia mais venturosa que a minha, descubra fundamentos, que deixem esta materia não só segura, mas incontrastavel.

ARMAS.

ARMAS.

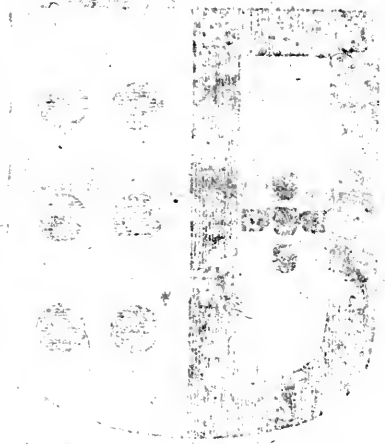


CASTELHANA.

FOR THE YEAR 1911

THE

1



A Rainha D. Ignez. 303

A Rainha D. Ignez de Castro, segunda mulher do Infante D. Pedro.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
Dom Pedro Fernandes de Castro, o da Guerra, Rico Homem Senhor de Sarria, e Lemos Mor-domo môr de D. Affonso XI. b.	D. Fernão Rodrigues de Castro Senhor de Monforte de Lemos.	D. Estevão Fernandes de Castro Rico Homem Adiantado môr de Galliza.
		D. Aldonça Rodrigues.
D. Aldonça Soares de Valladares.	Dona Violante Sanches Senhora de Ucero, e Transneda. b.	D. Sancho IV.o Bravo Rey de Castella.
		D. Maria Affonso de Ucero.
	D. Lourenço Soares de Valladares Rico Homem, Fronteiro môr de Entre Douro, e Minho.	D. Sociro Paes de Valladares.
		D. Estefânia Poncê.
	D. Sancha Nunes de Chacim.	D. Nuno Martins de Chacim.
		D. Thereza Nunes da Sylva segunda mulher.

304 *A Rainha D. Ignez.*

Casamento.

Com o Infante D. Pedro, depois oitavo Rey de Portugal.

Anno, em que casou.

No primeiro de Janeiro de 1354. Z.

Filhos, que teve.

O Infante D. Affonso naceo
faleceo (1)

O Infante D. João naceo
Casou a primeira vez com D. Maria Telles de Menezes
no anno de 1376. (2) Casou a segunda vez em Castella
com D. Constança, filha b. de D. Henrique II. de Castella.
(3. Jaz no Convento de Santo Estevão de Salamanca. (4)

O Infante D. Diniz naceo
Casou em Castella com D. Joanna, filha b. de D. Henri-
que II. Rey de Castella. (5) Jaz no Mosteiro de nossa Se-
nhora de Guadalupe. (6)

A Infante D. Brites naceo
Casou no anno de 1373. com o Conde D. Sancho de Albu-
querque, filho b. del Rey D. Affonso XI. (7) depois de es-
tar contratada para casar com D. Pedro Rey de Castella no
no anno de 1365. (8) Está sepultada na Sé de Burgos. (9)

Anno,

Anno, e dia da morte.

Em 7. de Janeiro de 1355. (10).

Lugar da morte.

Na Cidade de Coimbra. (11)

Lugar da sepultura.

No Real Mosteiro de Alcobaça. (12)

Acções illustres.

Fundou a Capella em que está sepultado S. Gervaz na Igreja Parochial da Villa de Basto. (13)

Autores destas memorias.

I.

Nunes de Leão Chronica de D. Pedro.

2. 3. 4.

Relaciones genealogicas de la Casa de Trocifal pag. 399.
col. 2. pag. 401. col. 1. 2.

V

Faria

306 *A Rainha D. Ignez.*

5. 6.

Faria Europa Portugueza tom. 2. part. 2. cap. 4. n. 31.

7.

Relaciones de Casa de Trocical pag. 398. col. 2.

8.

Nunes de Leão Chron. de D. Pedro.

9.

Pedro Mantuano Casamientos de España, y Francia pag. 87.

10.

O livro da Noa de Santa Cruz por estas palavras : *Era MCCCXCIII. VIII. die Januarii decollata fuit Donna Enes per mandatum Domini Regis Alfonsi IV.* Por ordem delRey D. Affonso IV. foy degollada D. Ignez a 7. de Janeiro da era de 1393. que he anno de 1355.

11.

Mon. Lusit. tom. 7. liv. 10. cap. 19. n. 2.

12.

Todos os Chronistas Portuguezes.

13.

Brandaõ Mon. Lusit. tom. 4. liv. 12. cap. 27.

Fustifi-

Z.

*Justifica-se o casamento do Infante D. Pedro
com D. Ignez de Castro.*

324 **C**Om a Infante D. Constança Manoel veyo de Castella D. Ignez de Casiro com a prerogativa de Dama, e com a estimação de parenta. A sua rara fermosura, que neste, e naquelle tempo passou por hum milagre da natureza, rendeo de sorte o coração do Infante D. Pedro, que não pode encobrir o seu amor nem toda a attenção de sua esposa, nem todo o respeito, que devia a seu pay. Não era tão feroz aquelle peito, que tão facilmente se rendeo ao amor. Conheceo a Infante D. Constança já desconfiada, e sentida a inclinação do Infante, e querendo impedir os damnos, que antevia, como prudente, a tomou por comadre de seu filho o Infante D. Luiz. Cresceo o amor com a difficuldade, e degenerou em escandalo o que era presumpção. De tal sorte sentio a Infante o excessso destes amores, que tiverão no juizo de alguns huma grande parte na sua intempestiva morte, que foy, como vimos, no anno de 1345. Livre o Infante D. Pedro do sagrado vinculo do matrimonio, continuou em amar a D. Ignez com todas aquellas finezas, e demonstrações, que erão naturaes em hum coração soberano, e rendido. Propozilhe ElRey D. Affonso seu pay alguns casamentos, que mereciaõ attenção pelas conveniencias da Coroa, porém como o Infante já não podia amar a outrem; porque de todo o seu amor tinha feito sacrificio a D. Ignez, todos recusava com o decente pretexto do grande sentimento, que lhe havia causado a morte de sua esposa.

325 Vendose pois na Corte a repugnancia do Infante em passar a segundas vodas, começaram alguns Cavalheiros principaes a dizer a ElRey D. Affonso, que o Infante ou
V ij estava

estava casado occultamente com D. Ignez, ou lhe estava de tal sorte entregue, que seria muito difficilissima a separação, e que ou de hum, ou de outro modo era conveniente, que a ella se lhe tirasse a vida. Fomentavaõ a impiedade deste Conselho com algumas razoens, quaes eraõ não fer nacida D. Ignez de legitimo matrimonio, e ter dous irmãos D. Fernando, e D. Alvaro Pires de Castro, que além de serem grandes Senhores em Castella, já começavaõ a ter em Portugal ou igual, ou mayor grandeza, e que era muito para temer, que ambiciosos de verem dominante no throno deste Reyno a hum seu sobrinho, tirassem a vida ao Infante D. Fernando, filho da defunta Infante D. Constança. Estas subtilezas do odio, disfarçadas com a capa do bem publico, fizeraõ em El Rey D. Affonso taõ alta impressaõ, que se resolveo a mandar executar a mais barbara morte, de que ha memoria nos Annaes Portuguezes.

326 Eis vem marchando de Montemor o Velho para Coimbra aquelle D. Affonso Rey de Portugal, chamado por antonomasia o *Bravo*, a quem venerou Castella gloriosamente vencedor da memoravel batalha do Salado, a ver degollar a innocente D. Ignez de Castro, sem mais culpa que a de nacer fermosa, e sem mais delicto que o de ser amada. Com grande estrondo chegou ao Palacio aquelle Principe, indigno sem duvida por acção taõ fea do titulo, e Magestade Real, fazendolhe Corte, entre muitos, Alvaro Gonçalves Meirinho mór, Pedro Coelho, e Diogo Lopes Pacheco Senhor de Ferreira, que eraõ os principaes Conselheiros de taõ horrorosa deshumanidade, e que foraõ depois os barbaros instrumentos da morte mais atroz. Tinha sabido à caça naquelle dia o Infante D. Pedro, bem descuidado desta cruel execuçaõ, mas sem desculpa de ter desprezado os repetidos avisos, que lhe haviaõ dado a Rainha sua mãy, e D. Gonçalo Pereira Arcebispo de Braga, do imminente desgosto que o esperava. Como o coração preságo não costuma mentir, temerosa D. Ignez da repentina vinda de seu sogro, e lastimada de não achar caminho para salvar com a sua as vidas de seus filhos, abraçada com elles

o veyo

A Rainha D. Ignez. 309

o veyo receber, mas tão affustada, que já se lhe viaõ no rosto as sombras palidas da morte. Aqui fez o ultimo esforço toda a efficacia da sua fermosura, e tão vivamente orou a favor da sua innocencia, que compadecido ElRey dos seus rogos, e das suas lagrimas, se retirou como arrependido de que podesse caber em coração humano barbaridade tão nova. Porém os Conselheiros, vendo que se senão executava o seu voto, era igual a indignação, que contra elles havia de conceber o Infante escandalizado, e offendido, à que havia de ter se realmente se executasse, tão efficazmente persuadirão a ElRey, que lhes deo permissão para que de grandes, e illustres degenerassem na vileza de algos. Entrarão, e sem fazerem caso, nem das lagrimas que viaõ, nem das enternecidas vozes, que poderiaõ mover a compaixão a insensibilidade das pedras, lhe tirarão a vida, e com esta abominavel acção encherão de sombras as gloriosas façanhas de Affonso IV. que nesta licença mais pareceo fera do que homem.

327 Fizerão lastimoso ecco no coração do Infante os ultimos suspiros de D. Ignez, e voltando a Coimbra rompeo em demonstraçoens dignas do seu amor. Não pode dissimular aquelle animo justamente aggravado tão cruel golpe, e como o retiro dos matadores lhe tirou a occasião de os sacrificar por victimas do seu furor, armou gente, e com ella entrou pelas Provincias de Entre Douro, e Minho, e Tras os Montes, assolando todas aquellas terras, e enchendo humas de sangue, outras de ruinas. Parece que a culpada innocencia de seu pay bem conhecia a causa de tão furiosos estragos, pelo tempo que gastou em acodir ao reparo, até que chegando a Guimaraens, entrou o respeito de sua mãy a Rainha D. Brites, e a grande authoridade de D. Gonçalo Pereira Arcebispo Primaz a compor esta discordia, que finalmente veyo a ter fim; porque o Infante D. Pedro sempre era filho, ainda que tão sensivelmente aggravado. Dentro em dous annos faleceo ElRey, sobio o Infante ao throno, e descobrindo já sem receyo o vivo sentimento, que conservava da morte de D. Ignez de Cast-

310 *A Rainha D. Ignez.*

tro, contratou com ElRey D. Pedro de Castella o darlhe D. Pedro Nunes de Gusmaão Adiantado mór de Leaão, Mem Rodrigues Tenorio, Fernão Gudiel de Toledo, e Fortun Sanches Calderon, que fugitivos da sua crueldade se tinhão retirado para Portugal, com a condição de que lhe desse Alvaro Gonçalves Meirinho mór, Pedro Coelho, e Diogo Lopes Pacheco, que pela vilíssima morte de D. Ignez andavaõ ausentes em Castella. Com escandalo do mundo se executou este contrato, e na Villa de Santarem mandou ElRey D. Pedro fazer justiça em Alvaro Gonçalves, e Pedro Coelho (Diogo Lopes Pacheco salvouse por hum acaso) com tal severidade, que se não atreve a penna a referilla, sendo mais digna de reparo esta feroz execução; porque o Infante D. Pedro tinha dado palavra em Escrituras publicas firmadas com juramento aos Reys seus pays, de que perdoava aos complices daquella morte.

328 Satisfeita deste modo a sua indignação, passou ElRey D. Pedro a mostrar a todo o Reyno, que o seu amor não se acabara com a morte; porque estando na Villa de Cantanhede no anno de 1361. e com elle D. João Affonso Conde de Barcellos seu Mordomo mór, Vasco Martins de Sousa seu Chanceller, Mestre Affonso das Leys, a que outros chamaõ João, e João Esteves seus Privados, Martim Vasques Senhor de Goes, Gonçalo, e João Mendes de Vasconcellos irmãos, Alvaro Pereira, e Gonçalo Pereira, Diogo Gomes, e Vasco Gomes de Abreu com outros muitos Cavalheros, mandou chamar o Taballiaõ Gonçalo Pires, e na presença de todos jurou aos Santos Euangelhos, em que poz corporalmente suas Reaes mãos, que recebera em Bragança a D. Ignez de Castro por sua legitima mulher, e que até o tempo de sua morte a tratara sempre como sua esposa; e que não publicara este casamento em vida de seu pay pelo muito que o temia, e respeitava, e porque sabia que não era de seu agrado, mas que como agora se via sem aquelle temor, defencarregava a sua consciencia declarando, e fazendo publica esta verdade para que ninguem em tempo algum duvidasse della, e mandou ao Taballiaõ, que
dillo

A Rainha D. Ignez. 311

disto passasse instrumentos a toda a pessoa, que lhos pedisse.

329 Passados tres dias entraraõ em Coimbra o Conde de Barcellos, Vasco Martins de Sousa, e Mestre Affonso das Leys, e diante de hum Taballiaõ veyo D. Gil Bispo da Guarda, o qual sendo referido pelo mesmo Principe, depoz debaixo do juramento dos Santos Euangelhos, como na Cidade de Bargarça o mandara chamar à sua Camera, em que estava D. Ignez de Castro, e que elle Bispo da Guarda, que naquelle tempo era Deão da mesma Sé, os recebera na fórma costumada pela Igreja. O mesmo jurou Esteuaõ Lobato Guardaroupa delRey, que fora chamado por testemunha daquelle matrimonio. Ao juramento delRey, e destas duas testemunhas se seguiu juntaremse em hum corpo D. Lourenço Bispo de Lisboa, D. Affonso Pires Bispo do Porto, D. João Bispo de Viseo, D. Affonso Pires decimo setimo Prior de Santa Cruz, os Cavalheros que temos nomeado com outros muitos, o Vigario geral, e Clero da Cidade, e grande numero de povo, e à sua vista deo conta o Conde de Barcellos de todo este facto com as circumstancias, que nelle houve, e para tirar algum escrupulo, que podesse haver nesta materia, leu a Bulla da Santidade de João XXII. dada em Avinhão aos 18. de Fevereiro do nono anno do seu Pontificado, que he o de 1325. pela qual o dispensava para contrahir matrimonio com parenta sua, ainda que fosse no grao mais chegado. A copia da dita Bulla tirada da *Chronica delRey D. Pedro*, que escreveo Ruy de Pina no cap. 26. he a que se segue.

330 Joanne Bispo servò dos servos de Deos. Ao muito amado filho Infante D. Pedro primogenito do muito amado em Christo nosso filho muy caro Rey de Portugal, e do Algarve Affonso saude, e apostolica benção. Se o rigor dos santos Canones poem defeza, e interdito sobre a copula do matrimonial ajuntamento, querendo que senão faça entre aquelles, que por algum deuido de parentesco são conjuntos para guarda da publica honestidade: aquelle porém, que he às vezes Bispo de Roma, de poderio absoluto (em lugar de Deos)

312 *A Rainha D. Ignez.*

dispensando pôde por especial graça poer temperança sobre tal rigor. E porém Nós demovido acerca de tua pessoa com especial favor; com algumas rezoens, de que adiante esperamos paz, e folgança em esses Reynos: querendo condescender a tuas preces, e del Rey D. Affonso teu Padre, que por tuas preces por ti a Nós humildosamente supplicou para cazares com qualquer nobre mulher devota à Santa Igreja de Roma, ainda que por linha transversa de huma parte no segundo grao, e de outra no terceiro sejais divididos, e parentes. E isto mesmo ainda que por rezaõ de outras linhas collaterais seja embargo de parentesco, ou cunhadão antre vós no quarto grao licitamente por matrimonio vos podeis ajuntar. Nós por apostolica authoridade de especial graça todo tiramos, e removemos, e dispensamos contigo, e com aquella, com quem assim cazares de nosso apostolico poderio, que a geração, que de vós ambos nacer, seja lidima sem outro impedimento. Porém nenhum homem seja ouzado presumtuosamente contra esta nossa dispensação hir. Doutra guisa certo seja na ira, e sanha do todo poderoso Deos, e dos Bemaventurados S. Pedro, e S. Paulo Apostolos encorrer. Dada em Avinhão aos doze das Calendas de Março do nosso Pontificado anno nono.

331 Feita a declaração desta verdade tantos annos occulta, resolveo El Rey D. Pedro pôr a ultima coroa às suas finezas. Tinha determinado mandar-se sepultar em Alcobaça, e ordenou que naquelle Real Mosteiro se lavrasse huma magestosa sepultura de marmores brancos, e que sobre ella se puzesse a imagem de D. Ignez de Castro com as insignias Reaes. Depois de lavrado o tumulo, se fez a trasladação do seu cadáver, que estivera até aquelle tempo em Santa Clara de Coimbra, e acompanhando-o muitos Grandes, e Prelados do Reyno por todas as dezafete legoas, que ha daquella Cidade até o Mosteiro de Alcobaça, vierão passando as andas em que vinhão as cinzas por grande numero de homens, que com tochas accezas, de huma, e outra parte fazião hum firme, e continuado acompanhamento, e mostravaõ no fogo de tantas luzes a grandeza daquelle

A Rainha D. Ignez. 313

daquelle peito Real, e amante. Fizeraõselhe as exequias com igual solemnidade, e sepultada no seu tumulo, a veyo depois acompanhar ElRey D. Pedro no anno de 1367. ficando desta sorte unidos dous milagres, hum do amor, outro da fermosura.

332 Contra esta verdade se conjuraraõ em tres tempos differentes Escritores. O primeiro tempo foy logo quando ElRey D. Pedro declarou com o seu juramento, e com as testemunhas, que dissemos, a realidade deste casamento. O segundo foy no anno de 1385. nas Cortes de Coimbra, e o terceiro no anno de 1714. em que o Padre Francisco de Santa Maria imprimio o seu *Anno Historico; Diario Portuguez*. Os do primeiro tempo foraõ aquelles, que ouvindo o juramento Real, e a Bulla da dispensa comẽçaraõ a duvidar da certeza daquelle facto, parecendo-lhes supposto, e fingido; porque diziaõ, que se o casamento fora verdadeiro, bem estava que o encobrisse ElRey pelo grande respeito, que tinha a seu pay; mas que depois de elle ser morto havia quatro annos, que razã podia haver para que logo depois da sua morte o não declarasse a todo o Reyno, como agora o fazia? Accrescentavaõ, que o casamento era sem duvida falso, porque lhes não parecia possível, que a hum homem herdeiro de dous Reynos, e que casava a furto de seu pay, lhe não lembrasse fixamente o dia em que se recebera, donde inferiaõ que os ditos das testemunhas eraõ fingidos, pois de todas ellas só huma (foy Estevão Lobato) declarou o dia do casamento, affirmando que fora o primeiro de Janeiro. Porém destes argumentos não se segue infallivelmente o que pretendiaõ os que os propunhaõ, e a razã he, porque de todas as testemunhas não dizerem o mesmo sem differença alguma se prova a sua verdade; porque bastava que concordassem todas na substancia, ainda que não concordassem todas em todos os accidentes. Esta he a doutrina commua dos Juristas, que muitas vezes condemnaõ as testemunhas de falsas pela uniformidade dos seus juramentos, a que elles chamaõ *Premeditatus sermo*, o que alguns mais escriptulosos querem que

314 *A Rainha D. Ignez.*

que só tenha lugar nos testamentos nuncupativos, porque neste caso affirmão, que de tal modo haõ de ser uniformes as testemunhas, que até devem de concordar na identidade das palavras, com que se declarou o testador. A substancia do juramento das testemunhas, que produzio ElRey D. Pedro, era terse elle recebido com D. Ignez, e como todas concordaraõ nesta verdade, pouco importa, que nem todas declarassem o dia certo do casamento. Tambem naõ sey que o ser herdeiro de dous Reynos, e casar a furto de seu pay seja condiçaõ para se lembrar ElRey D. Pedro do dia em que casou, nem que tivesse obrigaçaõ de declarar que realmente casara com D. Ignez mais neste, que naquelle anno; declarou-o quando lhe pareceo conveniente, além de que naõ se póde negar, que he huma especie de temeridade pretender o povo penetrar o segredo dos coraçoens dos Principes, que como de Principes naõ faltou quem dissesse que eraõ mais impenetraveis, que os dos outros homens.

333 O inimigo deste casamento, que appareceo nõ segundo tempo, foy o Doutor Joaõ das Regras, famoso discipulo de Bartolo, e oraculo da Jurisprudencia em Portugal naquella idade. Este grande homem foy o que com a futilidade das suas letras teve maõ na Monarchia Portugueza, que quasi sem remedio caducava, de sorte que ElRey D. Joaõ o I. deveo tanto à eloquencia de Joaõ das Regras, como à invencivel espada do Condestavel Pereira. Nas Cortes pois, que se juntaraõ em Coimbra para se tratar nellas da successaõ da Coroa Portugueza, se dividiraõ os votos em differentes opinioens, porque huns diziaõ, que a successaõ era indisputavel a favor do Infante D. Joaõ, filho delRey D. Pedro, e da Rainha D. Ignez de Castro, e que supposta a prizaõ, em que ElRey D. Joaõ de Castella o tinha pela desconfiança do seu direito, se devia entre tanto fazer hum Regedor do Reyno, que em seu nome administrasse a justica, e fizesse a guerra até se ver livre do injusto impedimento em que se achava. Outros diziaõ, que nunca se lhe devia julgar a Coroa; porque se elle es-

tava

A Rainha D. Ignez. 315

tava prezo, só pela sospeita de que poderia Reynar, como se lhe havia de dar liberdade depois de eleito, e nomeado herdeiro de Portugal? E que além disto elle não podia aspirar ao throno Portuguez, porque não era nacido de legitimo matrimonio, e que ainda que na realidade o fosse, tinha perdido o direito, porque havia tomado as armas contra a sua patria, pelejando em beneficio de Henrique, e de João Reys de Castella, e que nesta certeza se devia de dar a Coroa destes Reynos ao Mestre de Aviz, que tinha direito para a herdar, e valor para a defender.

334 Nesta differença de votos entrou João das Regras a patrocinar a causa do Mestre de Aviz, já como letrado, já como politico. Orou publicamente nas Cortes com a mesma elegancia, e magestade, com que o podera fazer o mais illustre Orador de Roma gentilica, e depois de mostrar a inhabilidade da Rainha Reynante de Castella D. Brites para a successão de Portugal, o que não he do nosso assumpto, passou a provar com grande copia de razões a falsidade do casamento delRey D. Pedro com a Rainha D. Ignez de Castro; para o que não perdoou a argumento, nem a indicio de que podesse tirar a certeza da sua conclusão. Para este fim allegou com Diogo Lopes Pacheco, que estava presente, como ElRey D. Affonso lhe mandara dizer por elle ao Infante D. Pedro, naquelle tempo em que assistia em Coimbra nos Paços de Santa Clara, que já que se resolvia a não casar com filha de Soberano, e tão cegamente amava a D. Ignez, que casasse com ella; porque de assim o fazer teria grande satisfação, e a honraria como a sua nora, e futura Rainha; ao que o Infante respondera, que semelhante casamento não faria em sua vida, e que em tal materia não admittiria mais pratica; de cuja resposta diziaõ os privados do Infante a seu pay, que argumentavaõ elles, que a repugnancia do Infante era nascida da desigualdade da mãy de D. Ignez, que não era de nobreza tão conhecida, pois sua filha se chamava Ignez Pires de Castro, antes de se render ao seu amor. Esforçou mais João das Regras a efficacia dos seus argumentos, dizendo

316 *A Rainha D. Ignez.*

zendo que ainda que era verdade, que o Papa João XXII. concedera huma Bulla de dispensa geral ao Infante D. Pedro, para que podesse casar com parenta sua em todo o grao, que prohibiaõ os sagrados Canonés, não dispensava o impedimento de futuro, qual foy o de ser depois D. Ignez Comadre do mesmo Principe, quando foy Madrinha do seu filho o Infante D. Luiz.

335 Não bastaraõ todos estes fundamentos, com que o Doutor João das Regras procurou estabelecer a sua opiniaõ, para que deixassem muitos a que tinhaõ, e querendo com a sua prudencia evitar huma guerra civil, que havia de causar mayor damno, que a de Castella, na segunda occasiaõ em que se juntaraõ os Procuradores das Cortes, determinou fazer patentes alguns segredos, que como elle dizia, occultava por decencia, já que via que não era bastante o que havia dito para defengano de todos. Na presença pois de todo o Reyno se queixou da dureza da fé, dos que o tinhaõ ouvido, porque ainda duvidavaõ dar assenso à verdade proposta, e fazendo o mayor esforço da sua destreza, e politica continuou a mostrar a illegitimidade dos filhos de D. Ignez de Castro, e a sua incapacidade para a successaõ; porque vivendo o Infante com D. Ignez, e ignorando todos que fosse sua mulher, se disse a ElRey, que seu filho estava resolutos em pedir ao Pontifice dispensa para aquelle matrimonio, e que sentindo ElRey de semelhante noticia, fizera todas as diligencias para o impedir; para o que escreveo secretamente ao Arcebispo de Braga, que naquelle tempo estava na Corte Romana, para que pedisse ao Papa não differisse à supplica de seu filho, pelo grande escandalo, que daquella concessaõ se seguiria. Não teve effeito a pretensaõ do Infante, succedeo a morte de D. Ignez, dahy a dous annos a delRey D. Affonso IV. e vendose ElRey D. Pedro já no throno, e conhecendo que a dispensa, que lhe concedera João XXII. não comprehendia todos os impedimentos, que havia entre elle, e D. Ignez, mandou Embaixadores à Santidade de Innocencio VI. pedindolhe a legitimaçaõ dos filhos, que houvera

A Rainha D. Ignez. 317

houvera de D. Ignez, e que ainda que pedia outras materias pertencentes à boa administração do governo da Monarchia, encomendava aos Embaixadores, que antepuzessem a todas a legitimação de seus filhos, como ponto de mayores consequencias, mas que fora tão mal succedido; que o Papa não só lhe não concedera a dispensa, mas que lhe escrevera, que a Sé Apostolica não costumava fazer semelhantes graças, senão a grandes pessoas por grandes causas, e para grande utilidade, que na sua supplica não vinhaão expressas, e menos o consentimento das partes, que podiaão ser prejudicadas na concessão daquella graça. Para confirmação do que havia declamado, leo o Breve de Innocencio VI. a carta delRey D. Affonso o IV. para o Arcebispo de Braga, e *hum grande rolo de pergaminho usado da velhice* (são palavras da *Chronica delRey D. João o I. escrita por Fernão Lopes part. 1. cap. 190. pag. 402. col. 2.*) assinado por Gomes Paes de Azevedo, pelo Mestre Affonso das Leys, e por outros do Conselho delRey D. Pedro, que era o proprio, que havia dado aos seus Ministros. Foraão ditas estas razoens com tão viva eloquencia, a que faziaão inexpugnaveis os documentos, que se presentaraão, que deixadas as duvidas, todos conformes, e unidos requereraão, que se elegesse Rey, pois estava devoluta ao povo a successão da Coroa, pela falta de legitimos herdeiros.

336 Assim orou o insigne João das Regras, e não ha duvida, que consideradas as circumstancias do tempo, e haver tomado o Infante D. João as armas em companhia de seu irmão D. Diniz contra a Patria, bastantes motivos eraão para serem excluidos da Coroa, e para ser eleito, como foy, em Rey de Portugal o Mestre de Aviz D. João. Porém tambem não ha duvida, que consideradas agora depois de tantos seculos as razoens de João das Regras, com que mostrou nas Cortes de Coimbra, que não houvera o casamento de D. Ignez de Castró com o Infante D. Pedro, não podemos deixar de dizer, que foraão affectadas, e maliciosas, e mais filhas do tempo, que da verdade, e começando pela primeira prova.

Affir-

318 *A Rainha D. Ignez.*

337 Affirmou João das Regras, que o Infante D. Pedro promettera a seu pay D. Affonso IV. que nunca faria aquelle casamento, sendo que na segunda occasião em que orou, esquecido já do que dissera na primeira, affirmou que o Infante D. Pedro mandara pedir a dispensa pelo Ministro de seu pay, que assistia na Curia, e que ElRey lhe encomendara que com todo o cuidado a impedisse, por não ser conveniente ao Reyno, que tal casamento se effectuasse, e daqui se deve de inferir, que era fingida aquella satisfação, que ElRey D. Affonso mandava dizer a seu filho, que teria, na certeza de que D. Ignez era sua mulher. E se os privados do Infante dizião a ElRey, que a repugnancia do Infante nacia de não ser muy conhecida a nobreza da mãy de D. Ignez, certamente se enganavaõ, como se póde ver na seguinte demonstração; porque della constará ou a sua malicia, ou a sua ignorancia.

A Rainha D. Ignez. 319

D. Aldonça Lourenço de Valladares mãy da Rainha D. Ignez de Castro.

D. Lourenço Soares de Valladares Rico Homem, Fronteiro mór de Entre Douro, e Minho.	D. Socero Paes de Valladares.	D. Payo Socero de Valladares.
		D. Elvira Vaquez de Soverota, 2. mulher, filha do Conde D. Gomes de Sobrado.
	Dona Estefania Ponçe.	D. Pedro Affonso de Bayão.
D. Sancha Nunes de Chacim.		D. Mayor Martins filha de D. Martim Fernandes de Vizella.
	D. Nuno Martins de Chacim Rico Homem, Governador de Bragança, Ayo, Mordomo mór, e Valido del-Rey D. Diniz.	D. Martim Peres de Chacim.
		D. Frolhe Nunes filha de Nuno Peres de Bragança.
	Dona Theresa Nunes da Sylva segunda mulher.	D. Nuno Mendes da Sylva.
		D. Sancha Paes de Alvarenga filha de Payo Viegas Senhor de Alvarenga.

De sta

320 *A Rainha D. Ignez.*

338 Desta arvore genealogica consta, que a mãy da Rainha D. Ignez tinha o sangue das mais illustres Casas de Portugal, quaes eraõ por aquelles tempos Valladares, Bayaõ, Chacim, Sylvas, Ribas de Vizella, Oveques, e outras, e que tinha aliança por suas tias com todas aquellas Casas, que eraõ as primogenitas da grandeza. Não lhe diminuhia o esplendor do sangue o chamar-se Ignez Pires de Castro; porque a falta de *Dom* era muitas vezes a distincção da illegitimidade, e o nome de Pires era o patronimico de Pedro; porque seu pay se chamava D. Pedro Fernandes de Castro, e ainda naquella idade havia alguma observancia deste costume, sendo que já menos usado, do que em tempos mais antigos, como sabem os curiosos da genealogia, e não póde ferver de desprezo, o que foy estylo de toda Hespanha.

339 Não he menos digno de reparo o que disse o Doutor João das Regras na segunda occasião, em que orou nas Cortes; porque observando, que os que seguião as partes do Infante D. João não se acabavaõ de defenganar com as suas razoens, reforçou como politico os argumentos, e descobrio o segredo, que elle dizia que desejava occultar, qual era de mostrar o Breve do Pontifice, em que negava a ElRey a graça, que lhe pedia. Eu não duvido que muitas vezes não concedem os Pontifices o que se lhes pede, mas não posso crer que dissesse o Papa a hum Rey, que semelhantes graças não se concediaõ senão a pessoas grandes, por grandes causas, e por grande utilidade, que não vinhaõ expressas na supplica, nem o consentimento das partes prejudicadas. He certo que mayores pessoas, do que os Reys, não as ha no mundo; porque em sua comparação nada he grande, pois vemos, que a grandeza dos Cavalheros he huma participação da Real, mas sem comparação, nem semelhança: e se o Papa não concedia aquella graça senão a pessoas grandes, desejava saber quaes eraõ as que a mereciaõ, pois negando-a a hum Rey, mostrava que o não conhecia, nem respeitava por Grande? Que mais causas havia de expressar na supplica ElRey D. Pedro, do que a vontade

tade de que aquelles Principes não fossem illegitimos, o que era de razão, podendo-o ser pelo beneficio da dispensa? Quaes eraõ os prejudicados, que deviaõ de dar o seu consentimento? El Rey D. Pedro tinha o Infante D. Fernando herdeiro da sua Coroa, e nacido do primeiro matrimonio: os filhos de D. Ignez de Castro ou eraõ legitimos, ou illegitimos? De qualquer sorte que fossem, nunca podiaõ ser herdeiros senão pela morte do primogenito sem filhos: tendo-os o Infante D. Fernando, que prejuizo lhe causava, que seus irmãos fossem legitimos? Não os tendo, elles havião de ser os successores do Reyno, porque eraõ mais velhos que o Mestre de Aviz D. João, depois Rey, que naceo no anno de 1357. dous annos depois da morte de D. Ignez de Castro; e senão sobiraõ ao throno, não se lhes originou esta desgraça de serem bastardos, mas de estarem prezos em Castella, e de terem tomado as armas contra o seu Rey, e contra a sua Patria.

340 Bastava o que temos ponderado para se conhecer que os fundamentos do Doutor João das Regras, ainda que politicos, e summamente necessarios para o imminente perigo da Republica eraõ falsos, e forjados na prudente officina do seu discurso; mas o que certamente mostra, (e com evidencia ao meu juizo) a falsidade de todas aquellas razoens, e a pouca agudeza dos homens daquella idade, he ler o Doutor João das Regras o Brève do Papa, e a instrução del Rey D. Pedro aos seus Ministros, assinada por alguns do seu Conselho, escrita no rolo de pergaminho usado de velhice, como já dissemos, e dizer Fernão Lopes na *Chronica del Rey D. João o I. part. 1. cap. 191.* que *forão todos muy espantados por ouvir taes cousas de que antes parte não sabião.* Isto só o pode admittir a singeleza daquella idade, em que devemos de suppor que os entendimentos não sabião discorrer, porque humas materias tão graves, e de tantas consequencias, assinadas pelos Ministros da Corte, tratadas pelos Embaixadores, e propostas na Curia, não he possivel que se lhes guardasse tão profundo segredo, que não tivessem dellas a minima noticia huns ho-

322 *A Rainha D. Ignez.*

mens, que pelo sangue, e pelas dignidades erão os primeiros de Portugal, especialmente os que se achavaõ naquellas Cortes de Coimbra, de que deixando o Chronista Fernão Lopes na *part. 1. cap. 173.* os nomes de muitos em silencio, ainda assim nomea cincoenta e dous, que todos erão Fidalgos conhecidos, e troncos muitos delles dos mayores Cavalheiros deste Reyno. Não he possível que os mesmos Conselheiros, que affinaraõ a instrucção, e que os Embaixadores, que trataraõ estas materias, guardassem tão alto, e tão pertinaz silencio depois da morte del Rey D. Pedro, que em dezafete annos de Reynado del Rey D. Fernando não estragassem este segredo de sorte, que podessem saber alguma parte delle os Fidalgos mais illustres de Portugal, quaes erão os que se achavaõ naquellas Cortes. Sempre o tempo teve grande violencia; porque a continuacão do seu curso tudo consome, mas não he de repente, como se vio naquelle pergaminho, em que estava a instrucção del Rey D. Pedro. Este Principe entrou a reynar no anno de 1357. e depois de ser Rey, mandou pedir ao Papa Innocencio VI. a dispensa de que fallamos: concedo que a pediu no mesmo anno, em que empunhou o sceptro: delle até o anno de 1385. em que se celebraraõ as Cortes de Coimbra, e em que foy acclamado Rey o Mestre de Aviz D. João, correm pontualmente vinte e oito annos, e não sey como em tão pouco espaço de tempo se fez semelhante impressão naquelle pergaminho, devendose de suppor, que estava tão cuidadosamente guardado, que nem delle, nem da materia, que continha, havia noticia alguma entre homens tão grandes. Que diraõ ao estrago, que padeceo este pergaminho, os que estaõ lendo escritos ha muitos seculos? Diraõ com verdade, que foy artificio do Doutor João das Regras, tão necessario naquelle tempo, como as mesmas armas, porque a Coroa, que deo aquelle nas Cortes de Coimbra, seguraraõ estas na campanha de Aljubarrota.

341 Nada deixou a grande politica de João das Regras, de que se não valesse para confirmar a sua opiniaõ, e
procu-

procurando introduzilla por todos os modos nos corações dos Portuguezes, disse que D. Ignez fora Comadre do Infante D. Pedro, porque fora Madrinha de seu primogenito D. Luiz, e que ainda que era certo, que reparando o mesmo Infante, que daqui lhe podia nacer impedimento para o futuro, lhe mandara advertir, que não fizesse tenção de ser Madrinha, o que ella pontualmente executou, com tudo sempre era necessaria a dispensa daquelle apparente, e imaginario parentesco; porque na verdade não eraõ parentes para Deos, mas só para o mundo, que a tinha visto fazer as ceremonias de Madrinha; e que como o Pontifice não quizera conceder a dispensa, ficava por consequencia o matrimonio nullo, e illegitimos os filhos, que d'elle naceraõ. Porém este fundamento não tem mais substancia que os outros; e a razão he, porque o escandalo, que neste caso se suppoem, he nacido de ver casado hum Compadre com sua Comadre, mas como na realidade se não contrahio o parentesco, pouco importava o escandalo, porque era sem causa, e este he o escandalo, a que chamaõ os Theologos *Scandalum pusillorum*, ou *scandalum pharisaicum*.

342 Ainda por este motivo se póde convencer de falsa esta razão, com que o Doutor João das Regras procurou fazer nullo o matrimonio do Infante D. Pedro com D. Ignez de Castro. E para o mostrar, digo assim. Ou João das Regras fallava do escandalo do povo, ou fallava do escandalo dos Fidalgos? Se fallava do escandalo do povo, bem se ve que era machina sem fundamento; porque o povo como povo não sabe dos impedimentos, que resultão desta, ou daquella acção, nem se D. Ignez, por ser Comadre do Infante D. Pedro, se fez incapaz de o receber por seu esposo, sem preceder a dispensa do Papa. Se fallava do escandalo dos Fidalgos he certo, que elle com a fineza da sua politica foy o que fabricou esta idéa; porque assim como elle sabia, que o Infante D. Pedro mandara dizer a D. Ignez que não fizesse aquellas ceremonias, que eraõ necessarias para se contrahir o parentesco espirital

324 *A Rainha D. Ignez.*

pelo baptismo, quem duvida que essa mesma noticia havia de ter muitos dos Grandes da Corte, a quem logo a curiosidade de huns, e o pouco segredo de outros havia de fazer patente esta verdade? E sabendo elles que D. Ignez não fora Madrinha do Infante D. Luiz, e que não o sendo, fora Comadre do Infante D. Pedro, não havia de ignorar, que aonde não tinha havido a causa, não podia haver o effeito. Donde se deve colligir que esta razão, que descobrio João das Regras, não tinha todo aquelle fundamento, que elle imaginou para mostrar, que o Infante D. Pedro se recebera nullamente com D. Ignez de Castro, não menos perseguida quando morta, que quando viva.

343 Os Padres D. Edmundo Martene, e D. Ursino Durand, Religiosos de S. Bento na Congregação de Santo Amaro no 2. tomo do *Thesouro dos Anedoctos*, que imprimirão em Pariz no anno de 1717. copiando huma compilação das *Epistolas de Innocencio VI.* na col. 1030. trascrevem huma, que he em numero duzentas e tres, a qual he esta, de que o Doutor João das Regras mostrou a copia, e della daremos o traslado para satisfação dos curiosos, e para se ver que ainda sendo falsa, como logo se provará, não tem aquella clausula de que estas dispensas *se não concedião senão a pessoas grandes*, sem duvida porque aos mesmos inventores lhes devia de fazer horror mandar lançar nos Archivos huma Bulla com semelhante circumstancia. He ella a seguinte.

Ad Petrum Regem Portugallie.

Recusat approbare ejus cum Agnete de Castro matrimonium, ac legitimam ejus prolem declarare.

Carissimo in Christo Filio PETRO regi Portugallie, salutem, & apostolicam benedictionem.

344 **N**uper per certos ambaxiatores tuos quos consideratione mittentis, ac ipsorum providentie, & discretionis intuitu, intelleximus diligenter inter cetera nobis

A Rainha D. Ignez. 325

nobis tua Serenitas devota instantia supplicavit, quod matrimonium dudum contractum inter te & AGNETEM natam quondam Petri de Castro, se tecum ex uno latere secundo, & ex alio latere tertio consanguinitatis, & quarto affinitatis gradibus contingentem, sub prætectu, seu confidentia cujusdam generalis dispensationis, olim per felicitis recordationis JOANNEM papam XXII. prædecessorem nostrum ad supplicationem claræ memoriæ ALFONSI regis Portugalie patris tui, pro te nato suo humiliter supplicantis, eidem factæ, declarare vigore hujusmodi dispensationis legitime fuisse contractum, & prolem ex ipso susceptam legitimam fuisse decernere, vel saltem prout facta nobis per eosdem ambaxiatores tuos petitio subjungebat, sobolem ex tua, & dictæ AGNETIS copula ortam ad omne ejus natalium plenè habilem facere ac legitimare, ac si de jure dictum matrimonium tenuisset, vel de legitimo matrimonio orta esset soboles antedicta, de apostolicæ potestatis plenitudine dignaremur. Equidem, carissime fili, præmissis pro parte tua per dictos ambaxiatores plenius nobis expositis, attenta per nos meditatione pensatis, licet serenitati tuæ complacere, & tuis condescendere votis quantum cum Domino possumus, cupiamus: legitimis tamen moti causis, de ipso jure procedentibus, a quo deviare, seu recedere non debemus, petitionem præmissæ declarationis non duximus admittendam. Quantum autem ad dispensationem, seu legitimationem præfata susceptæ sobolis attinet, prout secunda petitio continebat, brevi duximus compendio respondendum, quod dispensationes seu legitimationes hujusmodi sedes apostolica concedere nisi magnis, & manifestis de causis, quæ in hujusmodi petitionis serie non apparent, nec etiam allegantur, minimè consuevit, signanter in præjudicium tertii, nisi tertius ipse hoc peteret, vel de ejus procedere consensu manifestius appareret, & præcipuè cum de legitimatione quoad temporalia agitur pro personis illis, quæ non sunt de terris pertinentibus ad temporalem Romanæ Ecclesiæ jurisdictionem. Si igitur, carissime fili, præfatas petitiones tuas ad exauditionis gratiam sedes apostolica non admisit, Serenitatem tuam rogamus & hortamur

326 *A Rainha D. Ignez.*

hortamur attentè, quatenus rogationibus nos dignè moruentibus, immo cogentibus in aduersum attentâ consideratione discussis, id mansuetudo regia molestè non ferat, cum nos licet immeritos ad pastoralis officii ministerium assumerit diuina dignatio, non ut solvamus legem, sed ut illam Salvatoris nostri inherentes doctrinæ, & vestigijs potius impleamus. Datum Avenione Idus Julii anno nono. Traduzida em vulgar diz deste modo.

A D. Pedro Rey de Portugal.

Recusa approvar o seu casamento com D. Ignez de Castro, e declarar a seus filhos por legitimos.

Ao muito amado em Christo filho D. Pedro Rey de Portugal saude, e benção Apostolica.

345 **H**A pouco tempo que por certos Embaixadores vossos, a quem ouvimos em consideração de quem os mandava, e pela sua prudencia, e discreção soubermos, que cuidadosamente entre os mais nos pedio Vossa Serenidade com devota instancia, que o matrimonio ha muito tempo contrahido entre vós, e D. Ignez, filha que foy de D. Pedro de Castro, que era vossa parenta por hum lado em segundo, e por outro lado em terceiro grau de consanguinidade, e quarto de afinidade com o pretexto, e confiança de huma dispensa geral, feita antigamente por nosso predecessor o Papa João XXII. de feliz recordação, à instancia de vosso pay D. Affonso Rey de Portugal de illustre memoria, que lha concedeo; porque humildemente lha pedio para vós seu filho, que declarássemos que em virtude desta dispensa fora legitimamente contrahido, e que determinássemos, que os filhos que delle nacerao erao legitimos: ou que ao menos, como acrescentava a petição que da vossa parte nos fizerao os mesmos vossos Embaixadores, que nos dignássemos com todo o poder Apostolico de legitimar os filhos, que houve de vós, e da dita D. Ignez, e fazellos habeis para todos os privilegios do nascimento,

A Rainha D. Ignez. 327

mento , como se de direito tivesse havido o dito matrimonio, ou se os sobreditos filhos fossem nascidos de legitimo matrimonio. Na verdade muito amado filho, sendonos expostas mais largamente da vossa parte as cousas sobreditas pelos ditos Embaixadores , e consideradas per nós com attenta ponderação , ainda que desejamos quanto podemos com Deos agradar a Vossa Serenidade, e condescender com os vossos desejos; com tudo movidos de legitimas causas, que procedem do mesmo direito, do qual nos não devemos desviar, nem apartar , julgamos que não devia de ser admittida a supplica da sobredita declaração. Pelo que pertence à dispensa , ou legitimação dos sobreditos filhos , que era o de que constava a segunda petição , entendemos que vos deviamos de responder em poucas palavras, que a Sé Apostolica de nenhuma sorte costumou conceder semelhantes dispensas, ou legitimações senão por grandes , e manifestas causas , que na narrativa da vossa petição não apparecem, nem se allegão , especialmente sendo em prejuizo de terceiro , excepto se o mesmo terceiro o pedisse, ou constasse manifestamente , que procedia do seu consentimento, e muito mais quando se trata de legitimação em ordem a temporalidades com aquellas pessoas que não são das terras , que pertencem à jurisdicção temporal da Igreja Romana. Visto pois, muito amado filho , que a Sé Apostolica não admittio as vossas supplicas à graça do despacho, rogamos, e exhortamos attentamente à Vossa Serenidade, que pelas razoes, que não só nos moverão , mas que sendo ponderadas pela parte contraria com grande madureza nos obrigarão a esta resolução , não se escandalize a vossa Real bondade; porque a nós ainda que sem merecimentos nos elevou a divina piedade ao ministerio do officio Pastoral , não para quebrarmos a ley , senão para que seguindo a doutrina, e pizadas de nosso Salvador a observemos. Dada em Avinhão nos Idus de Julho do anno nono do nosso Pontificado, que são 15. de Julho de mil trezentos sessenta e hum.

346 Por muitos principios se póde convencer de fal-

X iij

sa,

328 *A Rainha D. Ignez.*

sa, e supposta esta Bulla; porque toda a sua contextura repugna à prudente razão pelos fundamentos seguintes.

347 Na sobredita Collecção na col. 1029. se acha hum Breve do mesmo Pontifice para o mesmo Rey D. Pedro I. em que lhe dá conta de haver transferido para o Arcebispo de Arles a D. Guilherme, até então Arcebispo de Braga, o qual, diz o grande Joseph de Faria (Enviado que foy a Londres, e Madrid, e ultimamente Secretario de Estado de Portugal, cuja memoria fará eterna a fama da sua erudição) em huma nota, que tenho da sua mão ao cap. 44. da tom. 2. da *Historia Ecclesiastica de Braga* de D. Rodrigo da Cunha, que era do paiz de Limoges em França, e do appellido de *la Garde*, e que para lhe succeder naquella Cadeira Primacial havia nomeado a D. João de Cardaillac, Bispo que então era de Orense; porque attendendo à grandeza da Cathedral de Braga, lhe dava hum Prelado benemerito daquella Mitra, pois nelle concorrião letras, virtudes, e nobreza de sangue, e que esperava da sua piedade, que por serviço de Deos, e que pela sua intercessão se dignasse de benignamente o receber: *Serenitatem tuam rogamus attentius, & hortamur quatenus archiepiscopum, & ecclesiam memoratos, pro divina maiestatis reverentia, nostraeque interventionis obtentu ac consideratione regiae dignitatis habere velis propense, & efficaciter commendatos &c.* Foy passada esta Bulla em Avinhão aos 3. dos Idus de Julho do anno nono do seu Pontificado, que são os 13. de Julho de mil trezentos sessenta e hum, e na col. 1030. se achão os Summarios de duas Bullas do mesmo theor, em huma das quaes faz a mesma recommendação ao Infante D. Fernando, a quem chama *primogenito del Rey D. Pedro*, e na outra a hum Fidalgo do dito Rey, chamado Fernão Gonçalves Cogominho. E quem não terá por falsa, e supposta huma Bulla, em que com a differença de dous dias nega o mesmo Pontifice huma graça a hum Rey, a quem dous dias antes tinha escrito com tantas demonstraçoens de amor?

348 As mesmas razoes com que nesta Bulla fazem desculpar ao Papa, estão moltrando a ficção. Diz o Pontifice,

A Rainha D. Ignez. 329

ce, que a Igreja não costuma conceder semelhantes dispensas, sem haver causas que a facilitem: *Nisi magnis, & manifestis de causis*. Se este motivo fora verdadeiro, he certo que se não haviaõ de conceder a outros Principes semelhantes dispensas, como a que nesta Bulla se suppoem negada a ElRey D. Pedro I. de Portugal; não ha duvida que se concederaõ: logo podemos afirmar sem escriptulo, que he falsa, e supposta esta Bulla, em que a Santidade de Innocencio VI. negou ao nosso Principe o despacho da sua supplica. Provasse com evidencia a menor deste argumento com a mesma Collecção, que na col. 1016. traz huma Bulla do sobredito Pontifice (que he em numero a 188.) passada em Avinhaõ no ultimo de Junho do mesmo anno do seu Pontificado, que como já vimos, he o de 1361. na qual dá poder ao Arcebispo de Cantuaria, ao Bispo de Oxford, e ao Abbade de Cluni para dispensarem com Duarte Principe de Galles, e com Joanna Condesa de Kent no impedimento, que tinhaõ por serem Compadres, sem cuja dispensa haviaõ celebrado matrimonio, e parece indigno de crer, que dispensando o Pontifice com hum filho del-Rey de Inglaterra, negasse esta graça a hum Rey de Portugal, que herdando a piedade dos seus antecessores, era tão benemerito das graças da Tiara Romana, como todos os mais Principes do mundo. E ninguem com bom fundamento poderá duvidar, que se faz incrível que a graça, que se concedeo com tanta liberalidade no ultimo de Junho, se negasse logo a quinze de Julho do mesmo anno.

349 A estas razoes, que bastantemente persuadem a falsidade desta Bulla, acresce que ElRey D. Pedro pela dispensa geral, que para casar com qualquer parenta em grao prohibido lhe concedeo o Papa Joã XXII. pela Bulla, que deixamos copiada, não necessitava de nova dispensa para o segundo casamento; porque D. Ignez de Castro não era parenta sua em tal grao, que não ficasse comprehendido naquella dispensa, e era escusado recorrer à Sé Apostolica, quando não tinha necessidade de o fazer. E ainda que a dispensa tivesse alguma prémissa, que necessitasse

sitasse de justificar-se, dado, e concedido, que no mesmo tempo, em que se fazia a justificação, fallecesse o Pontífice; que concedera a dispensa, não era necessario que o dispensado recorresse segunda vez ao novo Pontífice; porque a clausula, quando a houvesse, não tem força de condição, mas de aviso, como dizem os Doutores, especialmente Fragofo de *Regim. Reipub. Christian. tom. 2. lib. 1. disp. 1. §. 11. n. 259.* e como nas commissões das dispensas não fique a sua concessão, ou a sua denegação na vontade do Juiz Executor, porque nas Bullas só se ordena, que dispense; achando ser verdadeira a narrativa da supplica, a graça não se ha de fazer, já está feita, e dura por consequencia depois da morte do Summo Pontífice que a concedeo. Esta doutrina he do insigne Bossio no seu Tratado de *Matrimonii contractu cap. 4. §. 53. n. 151.* a qual já elle mesmo tinha seguido, e publicado no Tratado de *Triplici Jubilei privilegio sect. 1. cas. 18. n. 6.* e em huma, e outra parte a havia corroborado com grande numero de Doutores, aos quaes segue como seguros na praxe The-mudo *part. 3. decis. 338.* que de si affirma, que deste modo o julgou pela morte de Urbano VIII. em muitas causas matrimoniaes, que ainda se achavaõ pendentes.

350 Corroborase a verdade deste discurso com o estylo, que se observa na Curia, porque se os Breves ou de graça, ou de justiça, que concedeo hum Pontífice, não estivessem dados à execução antes da sua morte, seguirse-hia às partes hum notavel prejuizo, e para que o não haja, nem succeda semelhante inconveniente, o Papa novamente eleito faz a regra da Chancellaria, que hoje he a undecima, em que revalida os Breves do seu predecessor assim de graça, como de justiça, e ella manda que todos os Breves de graça, e de justiça, que concederaõ os seus predecessores, e que hum anno antes da sua morte foraõ apresentados aos seus Executores, ou Juizes, se revalidem, e restituão ao seu estado antigo, para que segundo a sua forma os ditos juizes possaõ, e devaõ proceder à expedição dos negocios. Assim o diz Gonzal. *ad Regul. 8. Cancell.*

A Rainha D. Ignez. 331

cel. glos. 12. n. 51. e com elle Pyrrho Corrado *Praxis Dispenfat. Apostolic. lib. 4. cap. 10. n. 3.* Pois se os Pontífices costumão com paternal providencia impedir deste modo o detrimento das partes, approvando todas as graças, que concedeo o seu predecessor, quem ha de crer que negasse Innocencio VI. o que havia trinta e seis annos tinha concedido João XXII?

351 Do que temos dito, parece que se deve seguir como certo, que este casamento de D. Pedro I. com D. Ignez de Castro foy materia que muitos não poderaõ soffrer; seria por assim o entenderem, ou seria tambem por odio da sua fortuna, de que bastava a elevação para ser invejada dos menores, murmurada dos iguaes. Não ha duvida, que naquelle tempo se dividio este Reyno em duas parcialidades, huma que confessava o casamento, outra que o negava. Ainda hoje estão vivas as justificaçoens, que fizeraõ alguns Prelados de Portugal, em que com varias testemunhas pretenderaõ mostrar a falsidade deste matrimonio, não reparando que deste modo mais declaravaõ a sua paixão, do que o seu zelo; porque a esta demonstração não os obrigava a justiça, senão a parcialidade. Estes he que deviaõ de ter os que compuzeraõ o Breve, que atégora impugnámos, e que espalhando pelo mundo quantidade de traslados, os foraõ maliciosamente introduzindo em muitas partes, para que descubrir os pelo progresso do tempo, se tivesse por verdade innocente o que era affectada industria. Nem basta que digaõ os Padres Martene, e Durand, que esta Collecção de Bullas de Innocencio VI. que modernamente publicaraõ, foy compilada pelo Mestre Zenobio, e achada entre os manuscritos de Monsieur Boherio, Presidente do Parlamento de Dijon, porque isto não he o que basta para nos obrigar a nossa fé, para que lhe demos inteiro credito.

352 Fundase o motivo do escrupulo, e do reparo nesta razão. Os Archivos, e Cartorios particulares, ainda que sejam de Casas da mayor esfera da Grandeza, nunca tiveram authoridade publica, de tal sorte, que fossem dignos de

332 *A Rainha D. Ignez.*

de fé os papeis, que nelles se conservaõ, como o resolveo com solidos fundamentos Pareja de *Instrument. edit. lib. 1. resol. 3. §. 3. n. 30.* Teraõ fé os papeis, que se guardaõ em semelhantes Archivos, quando pertencem às Casas de seus donos, como sãõ titulos de fazendas, Escrituras dotaes, e outros desta qualidade. Mas quem deo authoridade à curiosa diligencia de hum Presidente do Parlamento de Dijon, para que nos vejamos obrigados a dar credito aos papeis, que juntou, e que por sua morte se viraõ? Se nós sabemos que nos Archivos publicos dos Reynos, como na Torre do Tombo em Portugal, e nos de outras Coroas se tem introduzido em muitas occasioens papeis compostos, e ideados para differentes fins, como depois descobrio, e examinou a severidade rectissima dos Ministros, que no exame da sua falsidade conhecerãõ, e condemnaraõ a malicia dos inventores, como não diremos o mesmo da Collecção das Bullas, que se acharãõ entre os manuscritos daquelle Presidente? O dizerse que esta Collecção foy ordenada pelo Mestre Zenobio, não faz irrefragavel o que nella se contém, porque nos não consta, que sejaõ originaes da sua mão, nem ainda que constasse que o eraõ, se convencia por consequencia, que se não podia duvidar da substancia do que nella se ve escrito; porque quem ha que se atreva a dizer quaes foraõ as fontes, de que copiou aquellas Bullas? He necessario logo concluir, que não merece credito semelhante Collecção, porque foy achada em poder de hum homem particular, e destituida de todos aquelles fundamentos, que lhe haviaõ de dar authoridade legal, como em materia identica o mostrou com grande copia de razoes, doutissimamente fundadas, o Doutor Alexandre Ferreira, Collegial do Real Collegio de S. Paulo de Coimbra, aonde depois de Lente de Leys na sua famosa Universidade, e Desembargador dos Aggravos na Casa da Supplicação de Lisboa, as suas letras conhecidas, e veneradas dentro, e fóra deste Reyno, o fizeraõ benemerito do lugar de Deputado da Mesa da Consciencia, e Ordens, e ultimamente de ser nomeado por Sua Magestade

de por Secretario da Embaixada extraordinaria, com que o Marquez de Abrantes vay à Corte de Madrid.

353 O terceiro tempo em que se duvidou da verdade deste casamento foy nos nossos dias, em que o Padre Francisco de Santa Maria, Conego Secular de S. João Euangelista, depois de ter escrito no *primeiro de Janeiro do seu Anno Historico, Diario Portuguez*, como o Infante D. Pedro se recebera com D. Ignez de Castro na Cidade de Bragança, conclue que da validade deste matrimonio duvidou annos adiante o Doutor João das Regras, o que não faria na presença de tantos, e tão grandes homens, que haviaõ alcançado o Reynado d'ElRey D. Pedro; affirmando ultimamente, que este casamento sempre passara duvidoso na fé Portugueza, e que o dallo por infallivel, como alguns faziaõ, ou era demasiada presumpção, ou mal fundada credulidade. Preguntara eu agora a este Author se foy presumpção, ou credulidade sua affirmallo por sem duvida no *cap. 3. do liv. 1. da Chronica dos Conegos Seculares*, que imprimio em Lisboa no anno de 1697. Não pôde ser presumpção demasiada, o que tem da sua parte os fundamentos, que vimos, nem pôde ser credulidade mal fundada, o que se funda na verdade sincera. Se me fora licito, ninguém melhor do que eu pudera tirar a mascara a estas duvidas modernas do Padre Francisco de Santa Maria, porque sey a origem desta variedade; mas deixo esta materia, porque não será razão que tomando por minha conta a defenſa dos mortos, me faça reo da mesma culpa, que condemno.

354 Com estas razoes se procurou nestes tres tempos impugnar o casamento do Infante D. Pedro com D. Ignez de Castro, a quem para demonstração finissima do seu amor, ainda depois de morta fez Rainha. Mas para satisfazermos de todo às partes, que impugnaraõ aquelle matrimonio, segueſe mostrarmos a injustiça, com que temerariamente se nega. Hum dos fundamentos, com que os seus defensores o procuraõ estabelecer he o grande caso, que succedeo a ElRey D. Pedro no dia da sua morte.

Elcre-

334 *A Rainha D. Ignez.*

Eferem algũs dos nossos Chronistas, que ElRey D. Pedro fora devotissimo do Apostolo S. Bartholomeu, e que me-reçera pela sua intercessão tornar à vida depois de defun-to, para se accusar de hum culpa, que lhe havia esqueci-do. Daqui inferem, que o casamento com D. Ignez de Cas-tro fora certo, e indubitavel; porque não foy esta a ma-teria de que novamente se reconciliou; e que sendo falso, como se pertendeo injustamente provar, não era de tão pouca importancia, que o não houvesse de declarar, já que deveo ao Santo Apostolo a segunda vida. Porém eu venerando o que escreveraõ os nossos antigos Historiado-res, e não podendo dar a este successo toda aquella fé, que he necessario para convencer o que tão larga, e tão poli-ticamente se disputou nas Cortes de Coimbra, por hum tão grande, e tão famoso homem, como o Doutor João das Regras, digo, que o casamento do Infante D. Pedro com D. Ignez de Castro não se póde com justiça negar; porque foy certo, e indisputavel, e todos os que o duvi-daraõ, foraõ reos sacrilegos da magestade que o affirmou.

355 Para prova desta verdade bastava a opiniaõ de muitos, e grandes Juristas, que assim o defendem, e com distincão entre muitos Farinac. *de opposit. Contr. testes quæst. 63. cap. 3. à n. 79.* Castilho de *Tertiis cap. 6. per tot.* e Larrea na 1. part. das *Allegações allegat. 60.* aonde diz no n. 1. que seria hum especie de sacrilegio duvidar do que o Principe afirma, *instar sacrilegii esset de Principis assertione dubitare*, porque de todo este respeito, e de toda esta veneraçã se fazem dignas as Reaes asserções. Mas como conheço, que não he razã convencer ao Dou-tor João das Regras com as opinioens dos Doutores, que illustraraõ a Jurisprudencia muitos seculos depois, será necessario indagar no corpo de hum, e de outro Direito aquellas provas, que João das Regras, como tão grande Letrado, tinha obrigaçã de saber, as quaes devemos en-tender que politicamente occultou, para fazer infallivel o engano que pretendia provar, e introduzir. E assentan-do como certo que no Direito se não acha texto, que for-mal

mal, e expressamente assim o determine, e resolva, com tudo daremos algum, de que se deduz a nossa conclusão naquella sentença, e extensão, com que a interpretação as Glossas, e os Doutores.

356 He a Clementin. unic. de probat. em que o Pontifice diz, que nas materias, em que elle interpuzer o seu juizo, se lhe haja de dar inteiro credito: *Censemus super sic narratis fidem plenariam adhibendam.* E explicando a Glossa esta resolução Pontificia, distingue entre o facto proprio, e entre o facto alheyo: no segundo diz, que pôde haver engano da parte de quem informa, e ser fallivel o juizo por esta razão: mas no primeiro, em que elle falla de acção sua, se faz huma prova tão legal, que de nenhum modo se pôde impugnar, ou contradizer; *aut sunt de proprio facto, & faciunt plenissimam (probationem) que perimi non potest.* Esta Clementina que falla precisamente do Pontifice, entendem todos os Doutores dos Reys, e Principes, que não reconhecem superior na terra; affirmando que as suas asserçoens devem de ser ouvidas, veneradas, e admittidas como oraculos infalliveis. Assim o resolveo o famoso Bartolo, digno Mestre de João das Regras na *L. ambitiosa*, n. 28. ff. de *Decret. ab ordin. faciend.* por estas excellentes palavras: *Cum enim ista arbitria non concedantur nisi electis, & gravibus personis; credendum est eis in eo scilicet quod asserunt.*

357 Confirma-se esta verdade com as palavras do text. in *L. fin. cod. de legib.* em que pergunta o Legislador se por ventura haverá alguém de tão insolente, e de tão arrogante soberba, que tenha atrevimento para desprezar o que o Principe julgou, ou entendeu: *Quis enim tanta superbie fastidio tumidus est, ut regalem sensum contemnere audeat?* de sorte, que como diz a *L. penult. cod. de crimine sacrilegii*, he necessario não entrar no exame do que resolveo o Soberano; porque seria crime de sacrilegio duvidar se o Ministro, que eleito o Emperador era digno, ou não: *disputare de principali judicio non oportet. Sacrilegii enim instar est dubitare an is dignus sit, quem elegerit*
Impe-

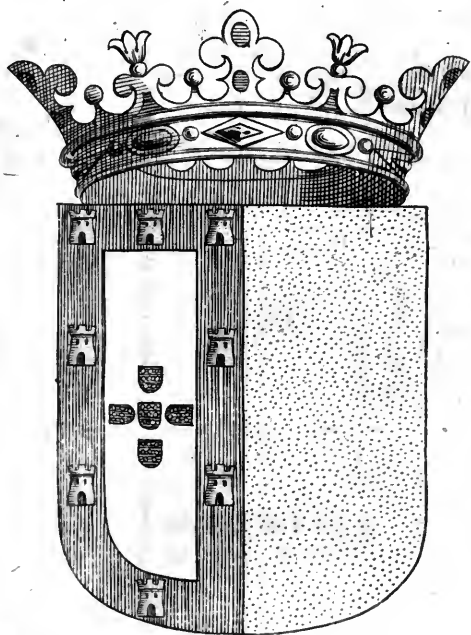
336 *A Rainha D. Ignez.*

Imperator. E o mesmo João das Regras estava tão certo destas resoluções dos textos, e de seu Mestre Bartolo, que compondo as *Ordenações de Portugal*, (de que basta a menor parte para eterno testemunho do seu grande talento) e fallando no *Liv. 3. tit. 66.* das sentenças definitivas, e do modo com que as haõ de dar os Julgadores, que ha de fer em virtude do allegado, e provado, diz que *sómente ao Principe, que não reconhece superior, he outorgado por Direito que julgue segundo sua consciencia, não curando de allegações, ou provas em contrario feitas pelas partes; por quanto he sobre a Ley, e o Direito não presume que se haja de corromper por afeição. A qual presumpção he tão vehemente, por razão de sua alta preeminência, que em nenhum tempo se receberá contra ella prova.*

358 Supposta esta Doutrina, que pelo Direito, e pela interpretação, e intelligencia dos Doutores he como infallivel, inconcussa, e irrefragavel, bem se conheceo artificio, com que João das Regras quiz cegar os entendimentos dos que o ouviaõ, para lhes persuadir que era falso o casamento, que El Rey D. Pedro jurou ter celebrado com D. Ignez de Castro. Quê facto mais proprio, do que este, para hum Principe dizer se o houve, ou não? He temeraria soberba desprezar a interpretação de hum Principe, e não será mais que temeridade negar o facto, que o mesmo Principe juroulhe havia succedido? He como sacrilegio duvidar da qualidade do Ministro, que elegeo o Soberano, que como mostra muitas vezes a experiencia, não satisfaz, nem corresponde à expectação; e não será mais que sacrilegio quem duvida se he verdade o facto proprio, que o Principe não só declarou por palavra, mas que fez infallivel com o sagrado respeito do juramento? Assentemos pois que D. Ignez de Castro foy legitima mulher do Infante D. Pedro, não só pelas razões, em que se funda esta verdade, mas pela irrefragavel prova do juramento do mesmo Infante já Rey, a que necessariamente devemos de fogueitar o discursõ para não sermos, entendendo o contrario, reos sacrilegos de leã Magistade, negando a fé à affirmacão de hum Rey.

ARMAS.

A R M A S.



PORTUGUEZA.

Y

Pays,

A Rainha D. Leonor. 339

A Rainha D. Leonor Telles, mulher de Dom Fernando Rey de Portugal.

<i>Pays,</i>	<i>Avós,</i>	<i>e Bisavós.</i>
Martim Affonso Tello de Menezes.	D. Affonso Tello de Menezes Conde de Ourém.	D. Gonçalo Annes de Menezes.
		D. Urraca Fernandes de Lima.
	D. Berenguella Lourenço de Valladares.	D. Lourenço Soares de Valladares.
		D. Sancha Martins de Chacim, segunda mulher.
D. Aldonça de Vasconcellos.	Joanne Mendes de Vasconcellos.	Mem Rodrigues de Vasconcellos.
		D. Maria Martins, primeira mulher.
	Dona Aldara Affonso Alcaforado.	Vasco Affonso Alcaforado.
		D. Brites Martins.

340 *A Rainha D. Leonor.*

Casamento.

Com D. Fernando IX. Rey de Portugal.

Anno, em que casou.

1371. (1)

Filhos, que teve.

A Infante D. Brites naceo em Coimbra
de 1372. (2) Casou com ElRey D. João o I. de Castella
em Badajoz a 14. de Mayo de 1383. (3) †

Dous Infantes que † meninos. (4)

Anno, e dia da morte.

A 27. de Abril de 1386. (5)

Lugar da morte.

Em Tordesilhas. (6)

Lugar

A Rainha D. Leonor. 341

Lugar da sepultura.

No Convento de Valladolid. (7)

Autores destas memorias.

1.

Salazar Casa Farnese pag. 714. n. 30.

2.

Nunes de Leão Chronica de D. Fernando pag. 236. col. 4.

3.

Salazar Casa de Lara tom. 3. cap. 16. §. 2.

4.

Faria Europ. Portug. tom. 2. part. 2. cap. 5. n. 95. e 96.

5. 6.

Francisco de Santa Maria Anno Historico Portuguez,
a 27. de Abril.

7.

Mendes Sylva Catalogo Real de Hespanha.

12. 10. 1914

10. 10. 1914

10. 10. 1914

10. 10. 1914

10. 10. 1914

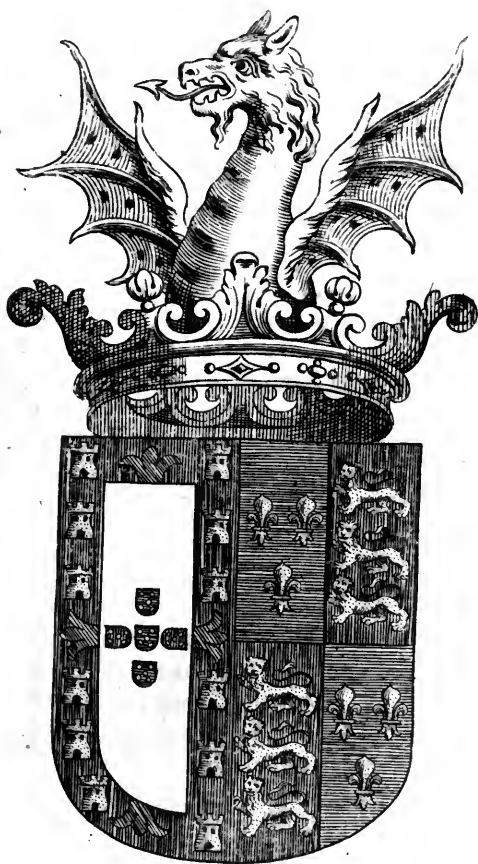
10. 10. 1914

10. 10. 1914

10. 10. 1914

10. 10. 1914

A R M A S.



INGLEZA.

Y iij

Pays,

01-10-1918



A Rainha D. Filippa. 345

A Rainha D. Filippa de Lancastro mulher del Rey D. João o I.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
João de Gante Duque de Lancastro.	Duarte III. Rey de Inglaterra.	Duarte II. Rey de Inglaterra.
		A Rainha Isabel de França.
	A Rainha Filippa de Hollanda.	Guilherme terceiro Conde de Hollanda.
		A Condeffa Joanna de Vallois.
A Duqueza D. Branca de Lancastro, primeira mulher.	Henrique primeiro Duque de Lancastro.	Henrique de Lancastro Barão de Montmont, Conde de Leicester.
		A Baroneza Matilde de Kiduvelly.
	A Duqueza Isabel de Belmonte.	Henrique Barão de Belmonte.

346 *A Rainha D. Filippa.*

Casamento.

Com ElRey D. João I. decimo Rey de Portugal, o qual
naceo na Cidade de Lisboa a 11. de Abril de 1357. (1)

Anno, e dia em que casou.

Na Cidade do Porto a 2. de Fevereiro de 1387. (2)

Filhos, que teve.

A Infante D. Branca naceo em Lisboa a 13. de Julho de
1388 (3) † de 1389. E jaz na Sé de Lis-
boa. (4)

O Infante D. Affonso naceo em Santarem a 30. de Julho
de 1390. (5) † em 22. de Dezembro de 1400. E jaz na
Sé de Braga. (6)

O Infante D. Duarte successor naceo em Viseo a 31. de
Outubro de 1391. (7) Casou com a Rainha D. Leonor,
filha de D. Fernando I. Rey de Aragoão em 22. de Setem-
bro de 1428. (8) Entrou a reynar em 14. de Agosto de
1433. Acclamouse a 15. de Agosto do mesmo anno. (9)
† em Thomar a 9. de Setembro de 1438. e jaz no Real
Convento da Batalha. (10)

O Infante D. Pedro Duque de Coimbra, e Regente do
Reyno, naceo em Lisboa a 9. de Dezembro de 1392. (11)
Casou com D. Isabel de Aragoão, filha de D. Jayme segun-
do

A Rainha D. Filippa. 347

do Conde de Urgel no anno de 1429. (12) † na injuriosa batalha de Alfarrobeira em 20. de Mayo de 1449. e jaz no Convento da Batalha. (13)

O Infante D. Henrique Duque de Viseo, e Mestre da Ordem de Christo, nasceu no Porto a 4. de Março de 1394. (14) † na Villa de Sagres em 13. de Novembro de 1460. (15) Jaz no Convento da Batalha.

A Infante D. Isabel nasceu em Evora a 21. de Fevereiro de 1397. (16) Casou em Bruges com Philippe terceiro Conde de Flandres, e Duque de Borgonha em 10. de Janeiro de 1429. (17) † a 17. de Dezembro de 1471. e jaz em Dijon no Convento da Cartuxa. (18)

O Infante D. João, Mestre da Ordem de Santiago, e Condestavel de Portugal, nasceu em Santarem a 13. de Janeiro de 1400. (19) Casou com a Infante D. Isabel, filha de D. Afonso primeiro Duque de Bragança (20) a qual falleceu em Arevalo a 26. de Outubro de 1465. (21) † em Alcacere do Sal a 18. de Outubro (22) de 1442. (23) jaz no Convento da Batalha.

O Infante Santo D. Fernando, Mestre da Ordem de Aviz, nasceu em Santarem a 29. de Setembro de 1402. (24) † cativo em Fez a 5. de Junho de 1443. (25) Jaz no Convento da Batalha.

Anno,

348 *A Rainha D. Filipa.*

Anno, e dia da morte.

Aos 19. de Julho de 1415. (26)

Lugar da morte.

No Lugar de Odivellas. (27)

Lugar da sepultura.

No Real Convento da Batalha. (28)

Acçoens illustres.

Edificou a Igreja de S. Francisco de Leiria. (29)

Authores destas memorias.

1.

Nunes de Leão Chronica de D. João o I. cap. 1.

2.

Fernão Lopes Chronica de D. João o I. p. 2. cap. 95.

Nunes de Leão Chronica de D. João o I. cap. 68.

A Rainha D. Filippa. 349

3. 4. 5.
Fernaõ Lopes Chronica de D. João o I. p. 2. cap. 148.

6.
Cunha Historia dos Arcebispos de Braga tom. 2. cap. 58.
n. 1.

7.
Fernaõ Lopes Chronica de D. João I. p. 2. cap. 148.

8. 9.
Memorias del Rey D. Duarte escritas por elle mesmo.

10.
Nunes de Leão Chronica de D. Duarte cap. 19.

11.
Fernaõ Lopes Chronica de D. João I. cap. 148.

12.
Nunes de Leão Chronica de D. João I. cap. 101.

13.
Nunes de Leão Chronica de Affonso V. cap. 21.

14.
Fernaõ Lopes Chronica de D. João I. p. 2. cap. 148.

15.
Goes Chronica do Principe D. João cap. 17.

16.
Fernaõ Lopes Chronica de D. João I. p. 2. cap. 148.

17.
Padre Anselmo Historia da Casa Real de França tom. 1.
cap. 9. §. XIX.

18.

350 *A Rainha D. Filipa.*

^{18.}
O Padre Anselmo no lugar citado; e Santa Martha na História Genealogica da Real Casa de França tom. 1. liv. 12. cap. 3.

^{19.}
Fernaõ Lopes Chron. de D. João I. p. 2. cap. 148.

^{20.}
Faria Europ. Portug. tom. 2. p. 3. cap. 1. n. 180.

^{21.}
Goes Chron. do Principe D. João cap. 17.

^{22.}
Memorias do Real Mosteiro da Batalha, que me deo o Reverendissimo Padre Fr. Lucas de Santa Catharina, Religioso da Ordem dos Prégadores, seu Chronista, e Academico Real da História Portugueza.

^{23.}
Nunes de Leão Chronica de D. Affonso V. cap. 13.

^{24.}
Fernaõ Lopes Chronica de D. João I. p. 2. cap. 148.

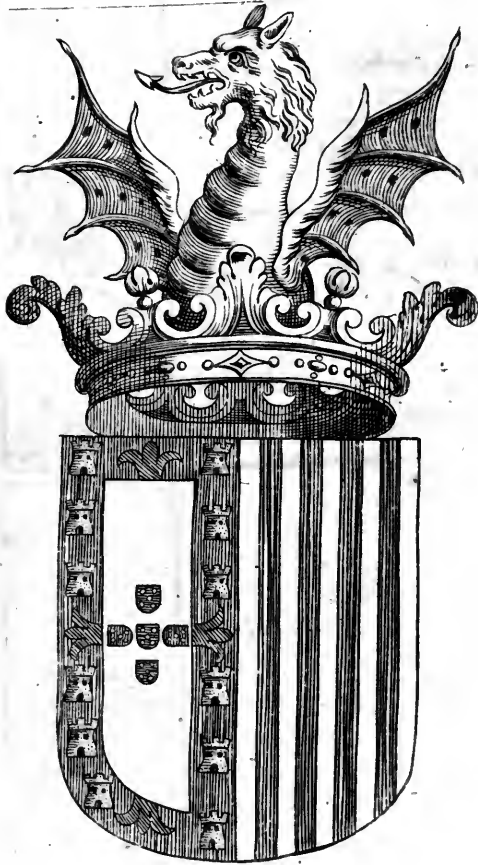
^{25.}
Agiologio Lusitano tom. 3. 5. de Junho.

^{26.} ^{27.} ^{28.}
Memorias de Alcobaça, e o livro dos Obitos de S. Salvador de Moreira diz assim. 13. Kal. Julii obiit Serenissima Regina D. Philippa Regis Joannis primi uxor anno 1415.

^{29.}
Esperança Historia Serafica tom. 1. liv. 3. cap. 34. n. 1.

ARMAS.

A R M A S.



ARAGONEZA.

Pays;

THE AMERICAN PEOPLE

CHAPTER



THE

AMERICAN

THE AMERICAN PEOPLE

A Rainha D. Leonor. 353

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
A Rainha D. Leonor, mulher de Dom Duarte undecimo Rey de Portugal.	D. Fernando I. Rey de Aragoão.	D. Henrique II. Rey de Castella.
	D. João I. Rey de Castella.	A Rainha D. Joanna Manoel.
	A Rainha D. Leonor de Aragoão, primeira mulher.	D. Pedro IV. Rey de Aragoão.
		A Rainha D. Leonor de Sicilia.
Dona Leonor la Rica hembra Condessa de Albuquerque.	B D. Sancho de Castella Conde de Albuquerque.	D. Affonso XI. Rey de Castella.
		D. Leonor Nunes de Gusmaão.
	A Condessa D. Brites de Portugal.	D. Pedro I. Rey de Portugal.
		A Rainha D. Ignez de Castro segunda mulher.

354 *A Rainha D. Leonor.*

Casamento.

Com D. Duarte XI. Rey de Portugal.

Anno, e dia em que casou.

Em 22. de Setembro de 1428. (1)

Filhos, que teve.

O Infante D. João naceo em Lisboa a de Outubro de 1429. (2) †

A Infanta D. Filippa naceo em Santarem a 27. de Novembro (3) de 1430. (4) † a 24. de Março de 1439. (5)

O Principe D. Affonso successor naceo em Cintra em 15. de Janeiro de 1432. (6) Entrou a reynar a 9. de Setembro de 1438. Foy acclamado em Thomar a 10. de Setembro de 1438. (7) Casou em Lisboa com a Rainha D. Isabel, filha de seu tio o Infante D. Pedro, em 6. de Mayo de 1448. (8) † em 28. de Agosto de 1481. e jaz na Batalha. (9)

A Infanta D. Maria naceo no Sardoal a 7. de Dezembro de 1432. (10) † a 8. de Dezembro do mesmo anno. (11)

O Infante D. Fernando Duque de Viseu naceo em Almeirim a 17. de Novembro de 1433. (12) Foy jurado Prin-

A Rainha D. Leonor. 355

Principe em Thomar no anno de 1438. (13) Casou nas Alcaçovas com a Infanta Dona Brites, filha de seu tio o Infante D. João no anno de 1447. (14) † em Setuval a 18. de Setembro de 1470. e jaz no Convento da Conceição de Beja, fundação da Infanta sua mulher. (15)

A Infanta D. Leonor naceo em Torres Vedras a 18. de Setembro (16) de 1434. AA. recebeo-a com o Emperador Frederico III. em Roma o Papa Nicolao V. em 16. de Março de 1452. (17) O mesmo Pontifice a coroou em Roma a 18. de Março do dito anno. (18) † em Neustat a 3. de Setembro de 1467. (19)

O Infante D. Duarte naceo em Alemquer a 12. de Julho de 1435. (20) †

A Infanta D. Catharina naceo a 25. de Novembro de 1436. (21) Esteve desposada com D. Carlos Principe de Navarra, e depois com Duarte IV. de Inglaterra. (22) † em Santa Clara de Lisboa a 17. de Junho de 1463. e jaz em S. Eloy da mesma Cidade. (23)

A Infanta D. Joanna naceo posthuma a de Março de 1439. (24) Casou com Henrique IV. de Castella em 21. de Mayo de 1455. (25) † a 13. de Junho de 1475. e jaz em S. Francisco de Madrid. (26)

356 *A Rainha D. Leonor.*

Anno, e dia da morte.

A 18. de Fevereiro de 1445. (27)

Lugar da morte.

Na Cidade de Toledo. (28)

Lugar da sepultura.

No Real Mosteiro da Batalha. (29)

Authores destas memorias.

1. 2. 3.

Memorias del Rey D. Duarte, escritas por elle mesmo.

4.

Naõ declara El Rey D. Duarte nas suas memorias o anno do nacimiento desta Infanta, mas tendo nacido o Infante

A Rainha D. Leonor. 357

fante D. João em Outubro do anno de 1429. e nascendo o Principe D. Affonso seu filho terceiro em 15. de Janeiro do anno de 1432. necessariamente se deve dizer, que a Infanta D. Filippa naceo no anno de 1430. e a razão he, porque o nascimento do primeiro filho foy em Outubro de 1429. como escreve seu pay ElRey D. Duarte, e o nascimento do segundo filho, que foy esta Infanta, foy a 27. de Novembro; e deste mez, não ha tempo para logo no Janeiro do anno seguinte de 1432. poder nacer o terceiro filho, que foy ElRey D. Affonso V. E desta sorte devia de nacer sem duvida a Infanta D. Filippa no anno de 1430.

5.

Anno Historico Portuguez, ainda que se engana nos annos que lhe dá de idade, como também se enganou Duarte Nunes de Leão na Chron. de D. Affonso V. supposto o anno em que naceo.

6.

Memorias delRey D. Duarte.

7.

Nunes de Leão Chron. de D. Affonso V. cap. 1.

8.

Chron. dos Loyos liv. 2. cap. 28.

9.

Goes Chron. do Principe D. João cap. 104. e Memórias da Batalha.

10. 11. 12.

Memorias delRey D. Duarte.

13.

Nunes de Leão Chron. de D. Affonso V. cap. 1. no fim

358 *A Rainha D. Leonor.*

^{14.}
Pina Chron. de D. Affonso V. cap. 88.

^{15.}
Goes Chron. do Principe D. João cap. 17.

^{16.}
Memorias delRey D. Duarte.

^{17. 18. 19.}
Struvio Historia Germanica Dissertat. 30. §. 20. & §. 65.

^{20.}
Memorias delRey D. Duarte.

^{21. 22. 23.}
Goes Chron. do Principe D. João, cap. 17. Agiol. Lusit. tom. 3. neste dia. Chron. dos Loyos liv. 2. cap. 22.

^{24.}
Nunes de Leão Chron. de D. Affonso V. cap. 3. no fim.

^{25. 26.}
Garibai tom. 2. liv. 17. cap. 2. e liv. 18. cap. 3. Marian. liv. 22. cap. 17.

^{27. 28.}
Curita Annaes de Aragaõ tom. 3. liv. 13. cap. 45. Salazar Casa de Lara tom. 3. liv. 17. cap. 17. no fim.

^{29.}
Goes Chron. do Principe D. João cap. 5.

Exami-

A Rainha D. Leonor. 359

AA.

*Examinaſe o anno , em que naceo a Infanta
D. Leonor , que foy depois Emperatriz.*

359 **O** Anno do nacimiento da Infanta D. Leonor , filha delRey D. Duarte , e da Rainha D. Leonor, Auguſtiſſima eſpoſa do Emperador Frederico III. e aſcendente por eſte matrimonio de todas as Teſtas Coroadas de Europa, não deixou declarado ſeu pay nas memórias, que eſcreveo, as quaes deſcubertas na livraria da Cartuxa de Evora , eſperamos brevemente , que vejaõ a luz pelo beneficio da impreſſão. Com alguns de ſeu filhos teve ſemelhante deſcuido ElRey D. Duarte, como foy com ſeu primogenito o Infante D. Joaõ, não declarando o dia certo de Outubro , em que naceo : com a Infanta D. Catharina , que nacendo em 1436. dous annos antes de ſua morte, que ſuccedeo em 9. de Setembro de 1438. não fez memoria nem do dia, nem do anno, em que naceo. O meſmo experimentou a Infanta D. Leonor, de quem eſcreve ſeu pay , que nacera em Torres-Vedras a 18. de Setembro , deixandonos porém em ſilencio o anno do ſeu nacimiento. Fazendo pois huma repetição dos annos, em que naceraõ os filhos delRey D. Duarte, facilmente ſe ſaberá qual foy o do nacimiento deſta Emperatriz. Naceo o filho primogenito o Infante D. Joaõ em Outubro do anno de 1429. o ſegundo a Infanta D. Filipa em 27. de Novembro de 1430. o terceiro o Principe D. Affonſo depois o V. entre os Reys de Portugal em 15. de Janeiro de 1432. o quarto a Infanta D. Maria em 7. de Dezembro do meſmo anno de 1432. o quinto o Infante D. Fernando em 17. de Novembro de 1433. o ſexto a Infanta D. Leonor a 18. de Setembro : o ſetimo o Infante D. Duarte a 12. de Julho de 1435. o oitavo a Infanta D.

Z iiij

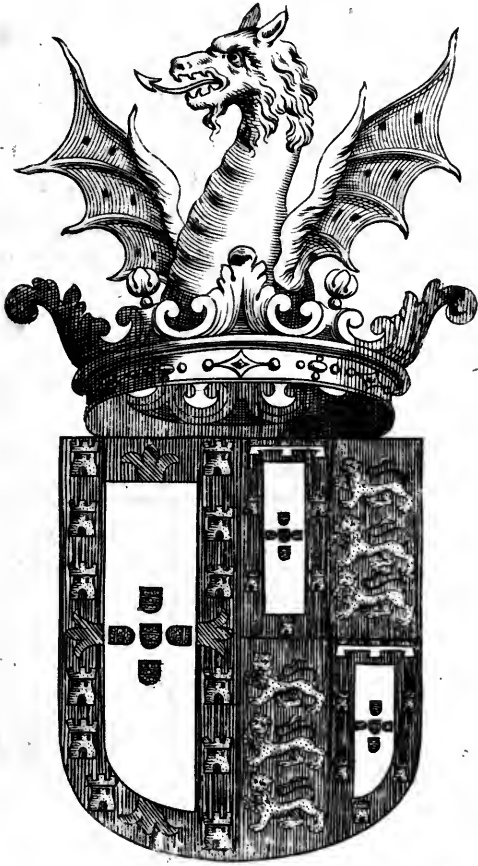
Catha-

360 *A Rainha D. Leonor.*

Catharina em 25. de Novembro de 1436. o nono, e ultimo posthumo a Infanta D. Joanna em Março de 1439. Supposta como certa a ordem dos nacimentos destes Principes, que he a mesma que lhes deo a natureza, não se pôde negar, que naceo a Infanta D. Leonor no anno de 1434. porque em todos os mais annos antecedentes, e subsequentes teve filhos ElRey D. Duarte, como mostra a serie delles, que deixou escrita pela sua Real mão. Confir-mase este discurso com o que escreve o Padre Anselmo no tom. 1. da *Historia da Casa Real de França*, cap. 20. §. 17. afirmando que a Emperatriz D. Leonor falecera de trinta e tres annos, e como ella morreo no anno de 1467. como já se vio com Struvio, bem consta que naceo no anno de 1434.

ARMAS.

A R M A S.



PORTUGUEZA.

Naceo no anno de 1432. (1)

Pays,

A Rainha D. Isabel. 363

A Rainha D. Isabel, mulher de Dom Affonso V. duodecimo Rey de Portugal.

<i>Pays, Avós, e Bisavós.</i>		
O Infante D. Pedro Duque de Coimbra; Regente do Reyno.	D. João I. Rey de Portugal. B.	D. Pedro I. Rey de Portugal.
		D. Theresa Lourenço.
	A Rainha D. Filippa de Lancastro.	João de Gante Duque de Lancastro.
		A Duqueza D. Branca de Lancastro, primeira mulher.
A Infante D. Isabel.	D. Jayme segundo Conde de Urgel.	D. Pedro Conde de Urgel.
		A Condesa D. Margarida de Monferrato.
	A Infante D. Isabel.	D. Pedro IV. Rey de Aragoão.
		A Rainha D. Sibila Forciana quarta mulher.

Casa-

364 *A Rainha D. Isabel.*

Casamento.

Com D. Affonso V. duodecimo Rey de Portugal.

Anno, e dia em que casou.

A 6. de Mayo de 1448. (2)

Filhos, que teve.

O Principe D. João naceo em Cintra a 29. de Janeiro.
(3)

A Infante D. Joanna naceo em Lisboa a 6. de Fevereiro de 1452. (4) Logo depois de baurizada foy jurada Princeza. (5) Faleceo a 12. de Mayo de 1490. (6) Jaz no Convento de Jesu de Aveiro de Religiosas Dominicás, onde viveo

A' instancia delRey D. Pedro II. o Papa Innocencio XII. lhe confirmou o culto immemorial por Breve de 4. de Abril de 1693.

O Principe D. João successor naceo em Lisboa a 3. de Mayo de 1455. (7) Foy bautizado na Sé de Lisboa a 11. do dito mez, e anno, por assim o querer ElRey seu pay. (8) Poucos dias depois de bautizado foy jurado Principe. (9) Casou em Setuval com a Senhora D. Leonor, filha de D. Fernando Duque de Viseo em 22. de Janeiro de 1471. (10) Foy acclamado Rey a primeira vez por ordem de seu pay, que andava em França, em Santarem a 10. de Novembro

A Rainha D. Isabel. 365

vembro de 1477. (11) Foy acclamado segunda vez em Cintra a 31. de Agosto de 1481. (12) Morreo em Alvor a 25. de Outubro de 1495. e jaz no Convento da Batalha. (13)

Anno, e dia da morte.

A 2. de Dezembro de 1455. (14)

Lugar da morte.

Na Cidade de Evora. (15)

Lugar da sepultura.

No Real Convento da Batalha. (16)

Acçoens illustres.

Reedificou o Convento de S. Bento de Xabregas, para os Conegos Seculares de S. João Euangelista. (17)

366 *A Rainha D. Isabel.*

Autores destas memorias.

1. 2.

Chronica da Congregação de S. João Euangelista liv. 2.
cap. 28.

3.

Francisco de Santa Maria no Anno Historico neste dia,
e nelle diz que naceo no anno de 1452. o que não póde ser,
porque logo a seis de Fevereiro do mesmo anno de 1452.
diz que naceo a Infanta D. Joanna, e deste modo se segue,
que no espaço de nove dias pario a Rainha D. Isabel dous
filhos, hum em 29. de Janeiro, e o outro em 6. de Fevereiro
Poderá ser que o primeiro filho nacesse no anno de
1451.

4. 5. 6.

Fr. Nicolao Dias na sua vida cap. 1. c 27.

7.

Rezende Chronica delRey D. João o II. cap. 1.

8.

Goes Chronica do Principe D. João cap. 2.

9.

Goes ubi supra cap. 3.

10. 11. 12. 13.

Rezende Chronica delRey D. João o II. cap. 4. 18. 21.
c 22.

14. 15. 16.

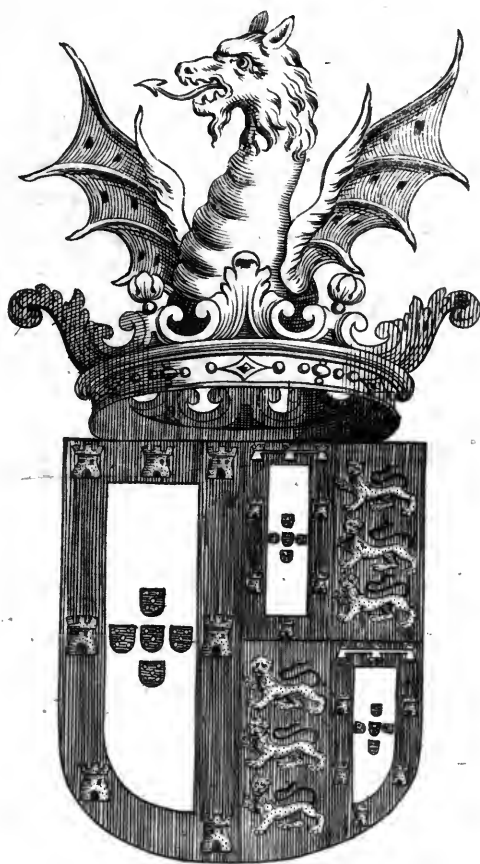
Goes Chronica do Principe D. João cap. 5.

17.

Chronica dos Loyos liv. 2. cap. 26.

ARMAS.

A R M A S.



PORTUGUEZA.

Naceo a 2. de Mayo de 1458. (1)

Pays,

